ACADEMIA DE MARINHA



IX SIMPÓSIO DE HISTÓRIA MARÍTIMA

D. FRANCISCO DE ALMEIDA
1º VICE-REI PORTUGUÊS

22 e 24 de Outubro de 2005

LISBOA
2007



D. FRANCISCO DE ALMEIDA

1º VICE-REI PORTUGUÊS

PATROCINADORES

BANCO ESPIRITO SANTO

TITULO: **D. FRANCISCO DE ALMEIDA** – 1º VICE-REI POTUGUÊS
CAPA: GRAVURA COM D. FRANCISCO DE ALMEIDA
REVISÃO: ACADEMIA DE MARINHA
EDIÇÃO: 2007
TIRAGEM: 300 EXEMPLARES
EXECUÇÃO GRÁFICA: António Coelho Dias, S.A.
DEPÓSITO LEGAL 262736/07
ISBN: 978-972-781-094-9

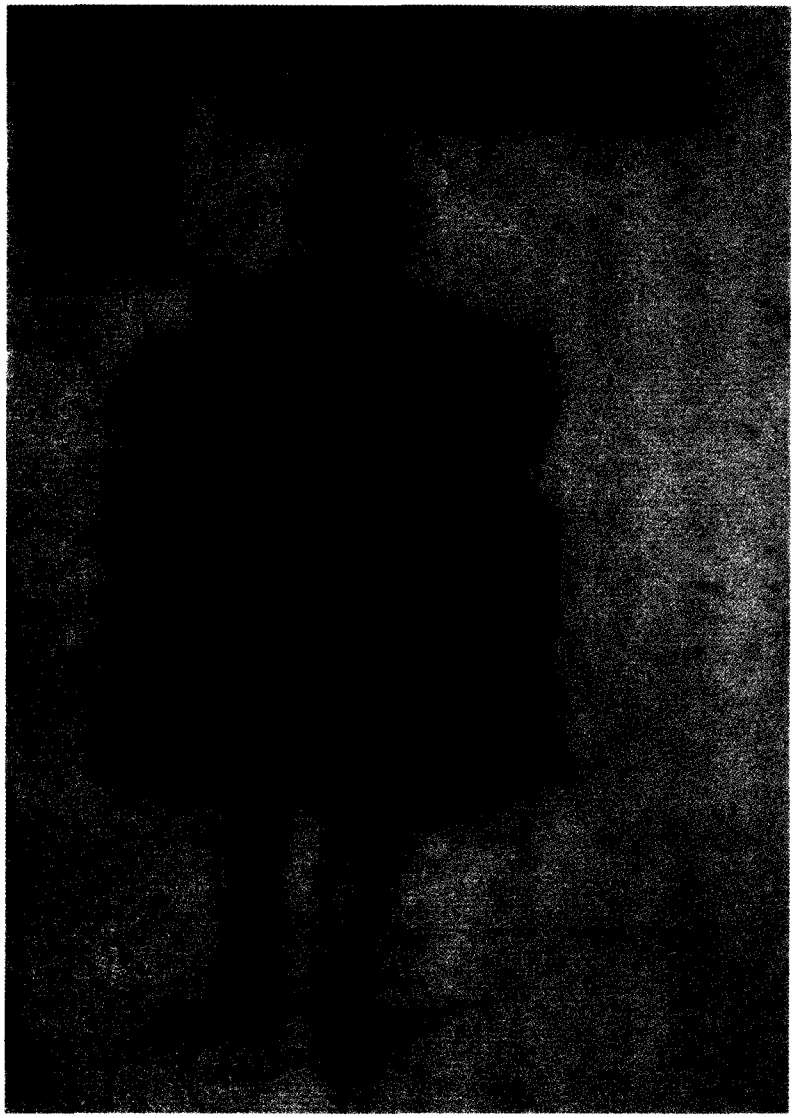
ACADEMIA DE MARINHA

D. FRANCISCO DE ALMEIDA

1º VICE-REI PORTUGUÊS

ACTAS IX SIMPÓSIO DE HISTÓRIA MARÍTIMA

LISBOA
2007



Assinatura de Dom Francisco de Almeida, em "Vice-Reis e Governador da Índia Portuguesa de Francisco Xavier Valeriano de Sá, Pag. 52 (CTMCDP) .

ÍNDICE

COMUNICAÇÕES VII

COMISSÕES XI

TEMA GERAL / SUB TEMAS XIII

PROGRAMA XV

ALOCUÇÃO DO PRESIDENTE DA ACADEMIA DE MARINHA
– ***V/Alm António Emílio Ferraz Sachetti*** 1

CONFERÊNCIA INAUGURAL "As despesas do Estado Português da Índia ao tempo de D. Francisco de Almeida"
– ***Porf. Doutor Pedro Dias*** 7

COMUNICAÇÕES

SUB-TEMA I

D. FRANCISCO DE ALMEIDA: O Homem e o Rei

– "D. Francisco de Almeida: uma resposta estratégica às construções territoriais e continentais"
– **Prof. Doutor Aurélio de Oliveira** 29

– "Há 500 anos... A viagem do 1º Vice-Rei, ou da Fundação do *Estado Português da Índia*"
– **Prof. Doutor Joaquim Candeias da Silva** 143

– "A gloriosa batalha... e a inglória refrega"
– **Coronel Nuno Valdez dos Santos** 175

– "Ludovico de Varthema-Cavaleiro pela mão de D. Francisco de Almeida"
– **Dr. João Abel da Fonseca** 185

– "O massacre de D. Francisco de Almeida na Terra dos Cafres. Texto e imagens na construção de uma legenda negra da *Cafraria*"
– **Dr.ª Maria da Glória de Santana Paula** 197

SUB-TEMA II

O ESTADO MODERNO E A SUA PROJECÇÃO NO ÍNDICO

– "O Imperfeito Dom Francisco Garcia"
– **Dr. Rui Miguel da Costa Pinto** 223

– "Memórias Setecentistas D. Francisco de Almeida"
– **Dr. Filipe L. R. do Carmo Francisco** 253

– "Progresso Cientifico. A ideia de Portugal e a Europa Multisecular na obra de Fernando Oliveira"
– **Prof. Doutor José Eduardo Franco** 271

– "O percurso militar de Duarte de Lemos, um dos fundadores do *Estado da Índia*"
– **Doutor Vítor L. Gaspar Rodrigues** 301

– "As comunicações navais no tempo de D. Francisco de Almeida"
– **Eng. José Luís Pereira Gonçalves** 317

– "Em Busca do «herói». D. Francisco de Almeida e seu filho D. Lourenço nas crónicas Quinhentistas da Expansão"
– **Prof. Doutora Ana Paula Avelar** 347

– "O investimento financeiro na esquadra do primeiro vice-rei da Índia"
– **2TEN Dr. Carlos M. Baptista Valentim** 357

– "A Nau Nova" (Sem texto)
– **Manuel A. da Silva Carrelhas** 383

SUB-TEMA III

ESTRATÉGIA E PODER NAVAL

– "Condicionalismos estratégicos para a criação do primeiro império europeu no Índico"
– **Dr. Fernando C. Martins de Almeida** 387

– "D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque, construtores do Império"
– **Prof. Doutor António Manuel de Andrade Moniz e Dr.ª Maria Celeste Moniz** 411

– "Um tratado, duas perspectivas: o De Navigation Libri Tres (1549) de Diogo de Sá"
– **Prof. Doutor José Augusto Mourão e Dr.ª Ana Cristina Costa Gomes** 425

– "Gaspar da Índia e a génese da estratégia manuelina no Índico"
– **Prof. Dr. Luís Filipe F. Reis Thomaz** 455

– RELATÓRIO DOS TRABALHOS. CONCLUSÕES
– **2TEN Dr. Carlos M. Baptista Valentim** 495

– "CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO"
– "A herança de D. Manuel I e de D. Francisco de Almeida"
– **Dr. José Manuel Garcia** 505

IX SIMPÓSIO DE HISTÓRIA MARÍTIMA

COMISSÃO ORGANIZADORA:

Presidente:	V/Alm. António Emílio Ferraz Sacchetti
Vogal:	Prof. Doutor Francisco Rogado Contente Domingues
Secretário:	Comte. José Cyrne de Castro
Adjuntos:	Comte. António Ribeiro Rosa
	Dr. João Abel da Fonseca

COMISSÃO CIENTÍFICA:

Presidente:	Prof. Doutor António Dias Farinha
Vogais:	Prof.ª Doutora Maria Augusta Lima Cruz
	Comte. José António Rodrigues Pereira
	Comte. Luís Jorge Semedo de Matos
	Comte. José Manuel Malhão Pereira
	Prof. Doutor João Paulo Oliveira e Costa

IX SIMPÓSIO DE HISTÓRIA MARÍTIMA

TEMA GERAL

D. FRANCISCO DE ALMEIDA
1.º VICE-REI PORTUGUÊS

SUB-TEMAS

I – **D. FRANCISCO DE ALMEIDA**: O Homem e o Rei

II – **O ESTADO MODERNO E A SUA PROJECÇÃO NO ÍNDICO**

III – **ESTRATÉGIA E PODER NAVAL**

PROGRAMA

26 DE OUTUBRO DE 2005 (Quarta Feira)

09.00 – Recepção das participações e entrega da documentação

10.00 – Sessão de abertura presidida, pelo **Chefe do Estado Maior da Armada Almirante Francisco António Vidal de Abreu**.

– Alocução pelo Presidente da Academia da Marinha, **V/Alm. António Emílio Ferraz Sacchetti**.

– Conferência inaugural pelo Académico **Prof. Doutor Pedro Dias** "As defesas do Estado Português da Índia ao tempo de D. Francisco de Almeida.

11.00 – Intervalo

SUB-TEMA I

D. FRANCISCO DE ALMEIDA: O Homem e o Rei

Presidente: ***Prof. António Dias Farinha***

Secretário: ***Dr. João Abel da Fonseca***

11.15-11.35 – "D. Francisco de Almeida: uma resposta estratégica às construções territoriais e continentais"

– **Prof. Doutor Aurélio de Oliveira**

11.15-11.55 – "Há 500 anos... A viagem do 1º Vice-Rei, ou da Fundação do *Estado Português da Índia*"

– **Prof. Doutor Joaquim Candeias da Silva**

12.00-12.20 – Debate

13.00 – Almoço na messe da Marinha

Presidente: ***Prof. Doutor Aurélio de Oliveira***

Secretário: ***Comte. José António Rodrigues Pereira***

14.30-14.50 – "A gloriosa batalha... e a inglória refrega" – **Coronel Nuno Valdez dos Santos**

14.50-15.10 – "Ludovico de Varthema-Cavaleiro pela mão de D. Francisco de Almeida" – **Dr. João Abel da Fonseca**

15.15-15.35 – Debate

15.40-16.00 – Intervalo

16.05-16.25 – "O massacre de D. Francisco de Almeida na Terra dos Cafres. Texto e imagens na construção de uma lenda negra da *Cafraria*" – **Dr.ª Maria da Glória da Santana Paula**

16.25-16.50 – Debate

19.00 – Partida da Academia de Marinha, em autocarro, para messe de Cascais
20.30 – Jantar de convívio na messe de Cascais

27 DE OUTUBRO DE 2005 (Quinta Feira)

SUB-TEMA II

O ESTADO MODERNO E A SUA PROJECÇÃO NO ÍNDICO

Presidente: ***Dr. João Abel da Fonseca***
Secretário: ***2TEN Dr. Carlos M. Baptista Valentim***

10.00-10.20 – "O imperfeito D. Francisco Garcia"
– **Dr. Rui Miguel da Costa Pinto**
10.20-10.40 – "Memórias setecentistas de D. Francisco de Almeida"
– **Dr. Filipe L. R. do Carmo Francisco**

10.45-11.05 – Debate
11.10-11.30 – Intervalo

11.35-11.55 – "Progresso Científico. A ideia de Portugal e a Europa multisecullar na Obra de Fernando Oliveira
– **Prof. Doutor José Eduardo Franco**
11.55-12.15 – "O percurso militar de Duarte de Lemos, um dos fundadores de *Estado da Índia*" – **Doutor Vítor L. Gaspar Rodrigues**

12.20-12.40 – Debate
13.00 – Almoço na messe da Marinha

Presidente: ***Prof. Dr. Luís Filipe Reis Tomaz***
Secretário: ***Comte. José António Rodrigues Pereira***

14.30-14.50 – "As comunicações navais no tempo de D. Francisco de Almeida"
– **Eng. José Luís Pereira Gonçalves**
14.50-15.10 – "Em Busca do «herói». D. Francisco de Almeida e seu filho D. Lourenço nas crónicas Quinhentistas da Expansão"
– **Prof. Doutora Ana Paula Avelar**

15.15-15.35 – Debate
15.40-16.00 – Intervalo

16.05-16.25 – "O investimento financeiro na esquadra do primeiro vice-rei da Índia"
– **2TEN Dr. Carlos M. Baptista Valentim**
16.25-16.45 – "A Nau Nova"– **Manuel A. da Silva Carrelhas**

16.50-17.10 – Debate

28 DE OUTUBRO DE 2005 (Sexta Feira)

SUB-TEMA III

ESTRATÉGIA E PODER NAVAL

Presidente: ***Prof. Doutor Francisco Rogado Contente Domingues***
Secretário: ***Comte. Luís Jorge Semedo de Matos***

10.00-10.20 – "Condicionalismos estratégicos para a criação do primeiro império europeu no Índico"
– **Dr. Fernando C. Martins de Almeida**
10.20-10.40 – "D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque, construtores do Império – **Prof. Doutor António Manuel de Andrade Moniz**
– **Dr.ª Maria Celeste Moniz**

10.45-11.05 – Debate
11.10-11.30 – Intervalo

11.35-11.55 – "Um tratado, duas perspectivas: o De Navigation Libri Tres (1549) de Diogo de Sá" – **Prof. Doutor José Augusto Mourão**
– **Dr.ª Ana Cristina Gomes**
11.55-12.15 – "Gaspar da Índia e a génese da estratégia manuelina no Índico"
– **Prof. Dr. Luís Filipe F. Reis Tomaz**

12.20-12.40 – Debate
13.00 – Almoço na messe da Marinha

15.30 – **Relatório dos trabalhos. Conclusões**

16.30 – "Conferência de encerramento pelo académico ***Dr. José Manuel Garcia*** "A herança de D. Manuel I e de D. Francisco de Almeida"

17.30 – **Encerramento do Simpósio**

ALOCUÇÃO

do Presidente da Academia de Marinha V/Almirante António Emídio Ferraz Sacchetti na Sessão de Abertura do IX Simpósio de História Marítima presidido por S. Exª. O Chefe do Estado-Maior da Armada, Almirante Francisco António Vidal de Abreu

Alocução do Presidente da Academia de Marinha
V/Alm António Emílio Ferraz Sacchetti.

Ex.mo Sr. Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, Senhor Almirante Francisco António Vidal Abreu
Ex.mo Senhor Presidente da Comissão Científica deste Simpósio, Senhor Prof. Doutor António Dias Farinha
Ex.ma Senhora Vice-Presidente da Academia, pela Classe de Artes, Letras e Ciências, Senhora Profª. Doutora Raquel Soeiro de Brito
Ex.mo Senhor Vice-Presidente da Academia, pela Classe de História Marítima, Senhor Prof. Doutor Francisco José Contente Domingues
Senhores Almirantes, Senhores Académicos, Senhores Convidados
Minhas Senhoras e Meus Senhores

Com esta sessão solene tem início o IX Simpósio de História Marítima, subordinado ao tema "D. Francisco de Almeida, o 1.º Vice-Rei português".

Desde o ano de 1992 que a Academia de Marinha vem organizando estes simpósios de História Marítima, ultimamente com periodicidade bianual, e sempre despertando muito interesse no nosso meio académico.

Agradeço a Vossa Excelência, senhor Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, a honra que nos concedeu ao aceitar o convite para presidir a este acto solene.

Vossa Excelência tem vindo a apoiar a Academia, durante todo o seu mandato, não só através da concessão de meios para ir melhorando a nossa actividade, o nosso ambiente de trabalho e as nossas instalações, como tem vindo a acompanhar todas as nossas realizações com manifesto interesse. Esta sua atitude, senhor Almirante, merece o nosso sincero reconhecimento e é, para nós, um grande estímulo.

Lamentamos que o Senhor Secretário de Estado da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, Senhor Doutor Manuel Lobo Antunes, que contávamos que pudesse estar hoje connosco em representação de Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional e dos Assuntos do Mar, tenha sido impedido de comparecer, por motivos imprevistos e imperiosos do Governo.

Estamos gratos ao Banco Espírito Santo pelo apoio financeiro concedido para a realização do Simpósio.

Desejo agradecer, por último, a todos os senhores Académicos, Professores e convidados que colaboraram na organização do Simpósio ou que o valorizam com as suas conferências e comunicações.

Não posso deixar de salientar a disponibilidade do senhor Prof. Doutor António Dias Farinha, Presidente da Comissão Científica, dos senhores Prof. Doutor Pedro Dias e Doutor José Manuel Garcia que proferirão as conferência de abertura e de encerramento, dos restantes membros das Comissão Científica e Comissão Organizadora, dos Presidentes e Secretários das mesas que se constituirão ao longo dos três dias do simpósio e ainda dos senhores Académicos e convidados que se inscreveram para nos apresentarem as 18 comunicações que estão referidas no programa.

Tive a oportunidade de apresentar publicamente o tema deste Simpósio numa sessão cultural conjunta da Academia de Marinha com o Instituto de Cultura Europeia e Atlântica, organizada por este último, na Ericeira, em Abril passado.

A escolha do tema do simpósio resultou do facto de se estar a comemorar este ano o V Centenário da partida para a Índia da Armada de 22 navios de D. Francisco de Almeida, que teve lugar no dia 25 de Março de 1505, depois de, na véspera, ter ouvido Missa com El-Rei D. Manuel na Sé de Lisboa e de ter recebido das mãos do monarca o estandarte real.

Posteriormente, numa mesa redonda preparatória do Simpósio, formada por Académicos a quem aproveito esta oportunidade para agradecer também a colaboração prestada, foi decidido organizar três sessões, subordinadas aos seguintes temas:

- D. Francisco de Almeida, o Homem e o Rei
- O Estado Moderno e a sua Projecção no Índico
- Estratégia e Poder Naval

Na verdade, para além de se desejar homenagear o vulto notável que foi D. Francisco de Almeida, pretendia-se salientar a criação do alto cargo de Vice-Rei nas distantes terras da Índia, numa época histórica em que na Europa se vivia o espírito da centralização de poderes na pessoa do Rei e se davam os primeiros passos para a criação do Estado Moderno.

Mais ainda, seria interessante recordar que o estabelecimento do primeiro poder europeu fora da Europa, exercido sem qualquer interrupção durante mais de quatro séculos e meio (456 anos), desde 1505 até à segunda metade do século XX, foi mantido com base na notável capacidade portuguesa de projecção de poder através do mar, e da sustentação de uma muito longa cadeia logística marítima, de mais de 18.000 milhas.

Esta questão do poder marítimo irá ter continuidade para o ano, pois já foi decidido, em Conselho Académico, convidar o Instituto de Cultura Europeia e Atlântica para evocar connosco, numa sessão académica conjunta, os 620

anos da assinatura do Tratado de Windsor (1386) e da Convenção Marítima que, paralelamente, foi também então assinada.

Que eu saiba, foi fundamental a consideração de questões navais durante a Guerra do Peloponeso, e foram tomadas decisões sobre a destruição do poder naval inimigo, durante as Guerras Púnicas, mas a Convenção Marítima de 1386, terá sido o primeiro acordo internacional para tratar da projecção do poder naval de uma potência, neste caso Portugal, a favor de outra potência, a Inglaterra.

E Portugal já tinha capacidade para honrar este compromisso, largos anos antes da expedição a Ceuta. E fê-lo com brilho.

Os temas escolhidos para este Simpósio são vastos e são muitas as comunicações a apresentar: 18, como já referi. Será necessário manter um certo controlo do tempo de cada exposição e rigor no cumprimento do programa. Por esta mesma razão, não me alongarei mais.

Renovo, com muito gosto, os meus sinceros agradecimentos a Vossa Excelência, Senhor Almirante Chefe do Estado-Maior da Armada, e a todos os senhores participantes neste IX Simpósio de História Marítima, fazendo votos pelo bom êxito dos trabalhos que se vão iniciar.

Muito obrigado.

CONFERÊNCIA INAUGURAL

"AS DEFESAS DO ESTADO PORTUGUÊS DA ÍNDIA AO TEMPO DE D. FRANCISCO DE ALMEIDA"

Prof. Doutor Pedro Dias

"AS DEFESAS DO ESTADO PORTUGUÊS DA ÍNDIA AO TEMPO DE D. FRANCISCO DE ALMEIDA"

Prof. Doutor Pedro Dias

I. ESBOÇO DE UM GOVERNO

D. Francisco de Almeida é indiscutivelmente uma das maiores figuras da grande aventura que foram os Descobrimentos Portugueses e a nossa Expansão por todos e mares do Globo, durante um período longo que abrange os séculos XV, XVI e XVII.[1] A sua vida é razoavelmente conhecida, quer o período anterior à partida para a Índia com tão relevante encargo, quer depois, já em terras leste-africanas e malabares, sendo muitos os estudos que lhe foram dedicados, mas entre os quais avultam os mais recentes da autoria de Joaquim Candeias da Silva, que devemos desde já assinalar[2].

O seu governo revestiu-se de uma multiplicidade de aspectos, desde os eminentemente políticos aos económicos, passando pelos diplomáticos, pelos militares, pelos religiosos, pelos do conhecimento científico, em que se incluem o estudo das terras, dos mares e das gentes, das rotas marítimas, dos regimes de ventos, etc. Interessa-nos nesta comunicação o problema da defesa dos nossos compatriotas que então navegavam no Índico, e dos que se iam estabelecendo em pontos escolhidos da Costa Oriental de África, do Mar Arábico e da Índia, e também nas ilhas consideradas como pontos estratégicos. E temos que adiantar desde já, que esta defesa assentava em dois pilares: a força naval, por um lado, e as fortificações costeiras, por outro. É a estas últimas que prestaremos agora atenção, se bem que não seja possível desligar completamente ambas as realidades. O vice-rei tinha clara consciência da necessidade destas fortalezas, indispensáveis à talassocracia luso-índica. Sem elas não haveria comércio no Malabar; "*...E crea vossa Alteza que se nom tevereis*

---

[1] – As crónicas quinhentistas e seiscentistas mais importantes sobre os feitos no Oceano Índico são as seguintes: *Crónica do Descobrimento e primeiras conquistas da Índia pelos portugueses*, edição de Luís de Albuquerque, Lisboa, 1986; Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, nova edição conforme a primeira de 1566, Coimbra, 1949; Jerónimo Osório, *Da vida e feitos de el-Rei D. Manuel*, edição de Joaquim Ferreira, Porto, 1944; Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos portugueses*, 3.ª edição de Manuel Lopes de Almeida, Porto, 1979; João de Barros, *Ásia de...*, edição de Manuel Múrias, Lisboa, 1945; Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, edição de Manuel Lopes de Almeida, Porto, 1975; Manuel de Faria e Sousa, *Ásia Portuguesa*, edição de Manuel Lopes de Almeida, Porto, 1945.

[2] – Luís de Albuquerque, *Navegadores, Viajantes e Aventureiros Portugueses*, Lisboa, 1987, vol. I, pp. 174-191; Joaquim Candeias da Silva, *O Fundador do "Estado Português da Índia". D. Francisco de Almeida. 1475(?)-1510*, Lisboa, 1995.

fortalezas nesta costa, que se perderá todo o nosso trauto e todo o mando que nela tendes..."[3].

Durante este período os portugueses estudaram o modo de rentabilizar as carreiras da Índia e a presença nesses mares, estabelecendo-se como principais as posições de Cochim, Angediva, Cananor e Coulão, e como apoios na Costa Africana, em Quíloa, Sofala e Melinde. Nos primeiros sete anos, desde a partida de Vasco da Gama, foi desejo da Coroa manter aí uma esquadra permanente, apoiada por feitorias costeiras fortificadas ou por fortalezas[4].

No desenvolvimento desta política, D. Francisco de Almeida partiu em 1505, nomeado governador-mor por um período de três anos[5]. Era uma pessoa principal do Reino, como dizia Gaspar Correia, "*..assy de geração e saber, e primor...*", e isso fazia com que na perspectiva de D. Manuel I estivesse em condições "*...de representar sua pessoa e estado real, com poderes na justiça e fazenda...*"[6].

Na *Carta de Poder* dada a 7 de Fevereiro[7], e no *Regimento* datado de 5 de Março[8], diz-se que deveria assegurar as bases para as armadas, mas não o senhorio das terras, ordenando-lhe ainda D. Manuel I que erguesse algumas fortalezas, e que aproveitasse a Ilha de Angediva para porto de abrigo das nossas frotas, e apoio às outras bases terrestres da Costa do Malabar. A missão incluía também o fortalecimento dos laços e alianças com os rajás de Melinde e de Cochim, e impunha que, ao lado da fortaleza que deveria construir em Coulão, fizesse uma igreja e uma casa de recolhimento para frades. D. Francisco de Almeida deveria também erguer a fortaleza de Cananor, concluir a de Cochim, já começada, e na costa africana deixar erguidas as de Quíloa e Sofala, esta a cargo de Pedro de Anaia, fazendo ainda um outro na boca do Mar Roxo, para o que foi escolhida a Ilha de Socotorá[9].

---

[3] – Cfr. Joaquim Candeias da Silva, *O Fundador do "Estado Português da Índia". D. Francisco de Almeida. 1475(?)-1510*, p. 168.

[4] – Pedro Dias, "As primeiras construções portuguesas na Costa Oriental da África e no Golfo Pérsico (1503-1515)", *Actas do IV Simpósio Luso Espanhol de História da Arte*, Coimbra, 1989, p. 25 e segs.

[5] – Joaquim Candeias da Silva, *O Fundador do "Estado Português da Índia", D. Francisco de Almeida. 1457(?)-1510*, Lisboa, 1996.

[6] – Gaspar Correia, *Lendas da India*, vol. I, p. 525.

[7] – *Cartas de Afonso de Albuquerque*, edição de Raimundo António de Bulhão Pato & H. Lopes de Mendonça, Lisboa, 1884-1915, tomo II, p. 269; e *Documentos sobre os portugueses em Moçambique e na África Central. 1497-1884*, edição de António da Silva Rego & T. W. Baxter, Lisboa, 1962, vol.I, pp. 146 e segs.

[8] – *Cartas de Afonso de Albuquerque*, tomo III, p. 272; e *Documentos sobre os portugueses em Moçambique...*, vol. I, pp. 156 e segs.

[9] – António Dias Farinha, "Os Portugueses no Golfo Pérsico (1507-1538)", *Mare Liberum*, Lisboa, 1991, nº 3, p. 1 e segs.

Em relação a Calicute, devia fazer as pazes com o samorim, se este expulsasse os mouros e tal não fosse contra a vontade do rei de Cochim, caso contrário a guerra deveria ser levada até ao fim. A política de ataque ao poder do Islão era ainda contemplada com o ataque a todos os navios que transitassem no Golfo Pérsico, mas se os reis locais quisessem a amizade de Portugal deveriam tornar-se vassalos, e acabar o tráfico com Adém e Meca. Também ficou estabelecido que as naus deviam regressar ao Reino carregadas de especiarias, e finalmente que se deviam despachar emissários para estabelecer contactos com outras terras, Ceilão, Pegú e Malaca.

No entanto, a primeira escolha tinha sido Tristão da Cunha, mas uma súbita questão de saúde levou o monarca a optar pelo fidalgo de Abrantes, dando-lhe a honra de ser o seu representante pessoal nas terras longínquas do Oriente. Os muitos documentos de 1505 que se conservam permitem perceber o enorme alcance da sua missão e, como Joaquim Candeias da Silva recentemente bem referiu, a *Carta de Poder* pode ser considerada a institucionalização do Estado Português da Índia, e o *Regimento* a sua primeira constituição[10].

D. Francisco de Almeida foi o fundador do Estado Português da Índia, há exactamente quinhentos anos, embora este conceito só apareça passado a escrito cerca de 1540, mas é certo que tinha uma posição de comando e domínio sobre uma estrutura político-administrativa que configurava a de um estado embrionário, embora sem território, sendo Almeida, como lhe chamou Luíz Filipe Thomaz, "*...um vice-rei flutuante, governador de um Estado sem território, com o convés da sua nau por capital...*"[11]. A verdade é que já em 30 de Outubro, em Cananor, assinava um alvará como "*...viso-rei das Indias por el-rei meu senhor...*". Gaspar Correia diz que este título foi concedido directamente e por palavras pelo próprio rei, quando lhe confiou a missão, mas que só poderia usá-lo depois de passado o Cabo da Boa Esperança. Fernão Lopes de Castanheda aponta para um momento posterior à construção das fortalezas constantes do seu *Regimento*, mas parece ser unânime que passou a intitula-se vice-rei, e a mandar que assim o tratassem, ao chegar a Cananor. D. Francisco de Almeida foi substituído por Afonso de Albuquerque, em situação que é bem conhecida, que no entanto não teve o título de vice-rei, e que após duas primeiras viagens excepcionalmente frutíferas, partiu pela terceira vez, para exercer o cargo de governador da Índia, que desempenhou entre 1509 e 1515[12].

---

[10] – Joaquim Candeias da Silva, *O Fundador do "Estado Português da Índia", D. Francisco de Almeida. 1457(?)-1510*, p. 95.

[11] – Luíz Filipe Thomaz, "Estrutura política e administrativa do Estado da Índia no século XVI", *Actas do II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa, 1985, p. 519.

[12] – António Baião, "Afonso de Albuquerque", *Grandes Vultos Portugueses*, Lisboa, 1914; Costa Brochado, *Afonso de Albuquerque*, Lisboa, 1943; Geneviève Bouchon, *Albuquerque. Le lion des mers d'Asie*, Paris, 1992.

Afonso de Albuquerque continuou a política de D. Francisco de Almeida, defendendo a construção de fortalezas e a ocupação de terras ribeirinhas, como claramente se vê pelo teor das suas palavras. Segundo ele, aos orientais devia-se "*...cortar-lhe os governos, tomando-lhe a ribeira do mar, fazer-lhe mui boas fortalezas nos lugares principais, porque doutra maneira não haveis de meter a India a caminho...*"[13]. Na missiva que escreveu a 1 de Abril de 1512, é ainda mais evidente a sua linha de pensamento e acção: "*...As vossas fortalezas feitas à nossa usança com cavas, torres e artilharia, bem providas e boa gente, com a ajuda da paixão de Nosso Senhor não tenhais receio delas nestas partes, ainda que vos lá digam que estão cercadas; porque, mediante Deus, se aí não houver traição, não há aí que temer de os muros contrariarem vossas fortalezas e cousas de que vos convém lançar mão; não é de estranhar cercarem-nos reis e senhores a que tomardes, e se cercadas uma e duas e dez vezes; mas a portuguesas cos capacetes nas cabeças entre as ameias não lhes tomam assim a fortaleza...*"[14]. O governador consolidou a força de Portugal com a conquista de Goa, e estendeu a nossa presença mais para Oriente, a praças e cidades importantes como Malaca, que tomou em 1511.

II – AS FORTALEZAS DA COSTA ORIENTAL DA ÁFRICA

A fixação dos Portugueses nas terras ribeirinhas da África Oriental começou logo após as primeiras viagens de descobrimento e reconhecimento, capitaneadas por Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral respectivamente, embora deva ter sido Pêro da Covilhã o primeiro a visitar a região, pois há notícias de ter estado em Sofala em 1490. O comércio tornou-se aqui monopólio da Coroa em 1505, o que levou ao desenvolvimento de feitorias e fortificações, umas que rapidamente prosperaram, como as da Ilha de Moçambique, de Sofala e de Mombaça, outras que viriam a conhecer apenas algumas décadas de actividade, como aconteceu com Quíloa[15].

Quanto mais subiam na costa, para Norte, maiores eram os problemas que os portugueses enfrentavam, sobretudo devido à próximidade dos reinos islâmicos do Golfo Pérsico, e o aumento de poderio dos senhores locais, muito mais sofisticados e apetrechados do que os régulos dos Rios de Cuama.

---

[13] – *Cartas de Afonso de Albuquerque*, vol. I, p. 30.

[14] – *Cartas de Afonso de Albuquerque*, vol. I, p. 58.

[15] – Alexandre Lobato, *A expansão portuguesa em Moçambique de 1498 a 1530*, Lisboa, 1954.

1. Quíloa.

A cidade de Quíloa era à chegada dos portugueses um dos principais portos do comércio dominado pelos muçulmanos do Golfo Pérsico, aí se transacionando grandes quantidads e ouro, marfim, âmbar, ébano e escravos. Quando Vasco da Gama entrou no seu porto, no decorrer da segunda viagem para a Índia, conseguindo graças a uma inequívoca manifestação de força obter autorização para estabelecer um vínculo de vassalagem do monarca local com D. Manuel I.

No entanto, as grandes campanhas de obras da fortaleza portuguesa só se iniciaram em 1505, seguindo-se outra em Sofala, correndo depois as duas a par. A fortaleza de Quíloa, no entanto, viria a ser abandonada em breve[16]. D. Francisco de Almeida levava o encargo expresso de fazer aqui uma fortificação, como se lê no seu *Regimento*. Em 16 de Dezembro desse ano gabava a obra, em carta que escreveu a D. Manuel I: *"...Fizemos Senhor allii huuma fortleza que se podese ser compraria por anos de minha vida vee la Vossa Alteza porque he tam forte que se esperara nela el rei de França e tem apousemtamento de muito boas casas pera duas tamta jemte como aly fica e desenbarquom os batees as pipas por huuma esquada de seis degraaos demtro no baluarte que he o mais forte da casa. Ally Sennhor pus em monte e espallmey todas as naos e deixey a fortaleza muito bem abastecida e todas estas obras se fizerom em dezasete dias mas os fidalguos e de hi pera baixo todos trazem os braços mais conpridos da paDiulla e leixey ordenada a casa pera a especearia demtro na fortaleza omde hos bateis a podem meter nela..."*[17].

Como se vê, a obra de Quíloa já estava, dezasseis dias depois, com o circuito de muros fechado, e lançavam-se ameias sobre as muralhas, celebrando-se por isso uma missa solene, no dia de São Tiago[18]. Aqui ficou Pedro Fer-

---

16 – Pedro Dias, "As primeiras construções portuguesas na Costa Oriental da África e no golfo Pérsico (1503-1515)", (Actas do) *IV Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte*, Coimbra, 1989, p.25 e segs.; Augusto Pereira Brandão, "O Oriente", *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, direcção de Rafael Moreira, Lisboa, 1989, p. 159 e segs.; Manuel Lobato, "Fortalezas do Estado da India: Do Centro à Periferia", (Catálogo da Exposição) *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*, direcção de Rafael Moreira, Lisboa, 1994, p. 43 e segs.; Pedro Dias, *História da Arte Portuguesa no Mundo. O Espaço do Índico*, Lisboa, 1998, p. 40 e segs.

17 – *Documentos. sobre os Portugueses em Moçambique e na Africa Central*, 1497-1884, edição de António da Silva Rego & T. W. Baxter, Lisboa, 1962-1989, vol. I, pp.326-328.

18 – Francisco Marques de Sousa Viterbo, *Diccionário histórico e documental dos architectos, engenheiros e constructores portuguezes ou ao serviço de Portugal, Lisboa, 1899-1922*, vol. I, p. 348.

reira Fogaça por capitão, sabendo-se que o mestre encarregado das empreitadas se chamava Fernando Gomes, a quem aquele mandou pagar 500 reais, no dia 14 de Agosto de 1506, por certas obras que havia feito nas paredes da fortaleza[19]. Estes pagamentos repetiram-se com alguma regularidade[20].

Parece que podemos entender que o mestre principal, Tomás Fernandes[21], traçava os planos e dava início aos trabalhos no local, deixando em cada feitoria um subalterno, quando partia para nova missão, noutra feitoria ou ponto de apoio às armadas.

Quíloa foi abandonada, em 1512, por ser difícil a sua manutenção, e pela concentração dos esforços militares e comerciais em Sofala e em Moçambique.

As fontes iconográficas de que dispomos[22] mostram-nos Quíloa com uma estrutura que foi comum naquelas paragens, nesta primeira fase, isto é, um pequeno circuito murado de tipo medieval, com quatro torres nos cantos, e uma torre de menagem encostada à muralha, ou apenas descaída para um dos vértices. Se a gravura de Braunio é certamente fantasiada, feita a partir de dados vagos e imprecisos, já se poderá ter mais confiança na que Manuel de Faria e Sousa incluiu na *Ásia Portuguesa*[23], posto que as suas ilustrações sejam de valor muito desigual. É visível no entanto um núcleo que deverá ser o primitivo, no canto inferior, do lado esquerdo, um espécie de alcácer, a partir do qual, depois se abrem as muralhas que circundam a vila. A gravura de Didot de 1748, incluída na *Histoire Generale des Voyages*, e com uma fonte diversa das anteriores, demonstra essa mesma situação e essa mesma tipologia. Não podemos esquecer no entanto que a fortificação portuguesa foi ocupada e adaptada posteriormente, de acordo com as necessidades e desejos dos seus novos senhores.

2. Sofala

Sofala era no fim do século XV um porto de escala do Índico, e um dos locais onde se fazia o comércio regional do ouro, que aí afluía vindo das regiões mineiras de Manica, Butua e Mocaranga, o que era facilitado pelos bons acessos fluviais, através dos rios Pungue, Búzi e Revué. Esse tráfico

---

19 – A.N.T.T. - Corpo Cronológico, Parte 2ª, m.II, doc. 80.

20 – A.N.T.T. - Corpo Cronológico, Parte 2ª, m.II, doc.133.

21 – Francisco Marques de Sousa Viterbo, *Diccionário...*, vol.I, pp. 347 e segs.

22 – *Portugaliae Monumenta Cartographica*, edição de Armando Cortesão & Luís de Albuquerque, Lisboa, 1960-1962; *Ensaio iconográfico das cidades portuguesas do Ultramar*, edição de Luís Silveira, Lisboa, s/d.

23 – Manuel de Faria e Sousa, *Ásia Portuguesa*, vol.I, extra-texto.

estava nas mãos de muçulmanos do Golfo Pérsico, sobretudo das cidades de Ormuz e Adem, que trocavam o metal precioso por panos de algodão e por contas de Cambaia, do Golfo e até do Guzarate.

Os primeiros portugueses que aí chegaram foram os que viajavam na nau capitaneada por Sancho de Tovar, que entabulou relações amistosas com o senhor local, abrindo assim grandes perspectivas de negócios. Vasco da Gama também parou aqui, na sua segunda viagem, e foi com o ouro resgatado em Quíloa, que foi executada a custódia do mosteiro dos Jerónimos de Belém, ouro que provinha das minas desta região.

D. Francisco de Almeida levava no seu *Regimento* a indicação expressa de construir uma fortaleza em Sofala: *"...mandares loguo fazer a obra da dita fortelleza asy com os oficiaes e pesoas que vãao hornenadas pera nella ficar como todos outros da trota partimdo a obra em lanços per capitanyas pera cada lanço ficar a carguo de seu capitam. E dar se ha tall despacho e pressa que ho mais em breve que ser possa ao menos se faça recolhymento pera artelharya..."*[24].

O capitão-mor deixou Pêro de Anaia encarregado das obras, função que já deveria trazer definida de Lisboa. No entanto havia falta de material, nomeadamente de pedra, que tinha de se ir buscar a Quíloa. Pêro de Anaia no entanto tinha embarcado em Lisboa os lintéis de cantaria de portas e janelas, como consta do rol da carga da sua nau que teve um acidente no Tejo.

Como a de Quíloa, também esta fortaleza era de dimensões modestas, feita com materiais pobres e executada com a maior rapidez possível, para obstar aos ataques de surpresa dos inimigos, cafres ou mouros. O autor da *Crónica do Descobrimento da Índia* deixou-nos o relato que transcrevemos:

"...alguns que entendiam saiam em terra e com os oficiais que levavam viram o sitio e lugar para isso mais disposto, e sem detença começaram de assentar uma fortaleza de madeira com sua cava, começando logo de lavrar outra darredor, de pedra e cal, e tomamdo por dinheiros homens da terra que lhes acarretavam água e pedras e algumas coisas necessárias..."[25]. Logo aqui se nota a presença de mão-de-obra indígena, posto que em trabalhos de importância e responsabilidade diminutas. Quanto aos mouros já a situação era diferente, pois aparecem documentados alguns como pedreiros especializados [26].

Sabemos quem eram os portugueses que faziam a fortaleza e as outras construções. Em 1 de Março de 1506, por exemplo, anotam-se o mestre de obras João Vaz e os pedreiros Afonso Eanes, Afonso Dias, Vasco Esteves, Sil-

---

[24] – *Documentos...*, p.184.

[25] – *Crónica do Descobrimento...*, p. 245.

[26] – A.N.T.T. - Corpo Cronológico, Parte 2ª, m.12, doc.46.

vestre Martins, Francisco Lopes, Bartolomeu Couça, João Rodrigues e Afonso Gonçalves. Os carpinteiros eram os seguintes: Diogo Martins, Estevão Afonso, António Afonso, Álvaro Martins, António Fernandes, João Afonso e Diogo Dias[27]. Em 1510 os trabalhadores especializados eram menos, havendo a 1 de Agosto, somente os carpinteiros Diogo Martins, Rodrigo Eanes, Pero de Elvas e Marcos Pires, ajudados por alguns escravos, certamente negros, aos quais haviam sido dados nomes cristãos, caso de Gil, Eitor, Duarte, Francisco e Rodrigues[28]. No ano seguinte os trabalhos ficaram entregues a um só homem, o pedreiro Afonso Abrantes, que permaneceu em Sofala durante vários anos, para a 30 de Junho de 1518 se assinalarem Bartolomeu Corço, João Esteves e João Cabaço, este último de partida para as praças hindustânicas[29].

Não temos muitas outras informações sobre o modo como os trabalhos foram correndo, mas por uma carta do alcaide João Vaz de Almada, datada de 26 de Junho, vê-se que um temporal havia a torre principal[30]. Que a fortaleza não satisfazia é demonstrado pelo teor da carta de D. Manuel I para o capitão Simão de Miranda, na qual se diz que ela deveria ser feita, ou refeita, de parede ou de estacada, para que o mar a não destruisse[31].

É curioso notar que durante as obras de edificação houve um constante vaivém de barcos entre Sofala e Quíloa, pois era dali que se enviava a pedra, dada a falta que dela havia na região.

A fortaleza de Sofala era como a de Quíloa, um pequeno recinto rectangular de cubelos redondos nos cantos, e uma torre de menagem de cariz medieval, com pelo menos três pisos. A gravura impressa por Braunio, mas como tantas outras baseada num desenho mais antigo, mostra dois panos de muro mais baixo de cada lado, defendendo a ponta da pequena ilha, certamente para resguardar o ancoradouro.

Pêro de Anaia não viu concluída a sua fortaleza, pois morreu entretanto. Nesta primeira fase ficou com planta quadrangular, com uma muralha com cerca de 25 palmos de altura, ou seja 5 metros, e com quatro baluartes redondos nos cantos. No lado virado ao mar ficava uma torre à maneira das velhas torres de menagem, que tinha contacto com a residência do capitão; no lado contrário ficava a casa da feitoria ou armazéns. Sob a torre havia uma cisterna para armazenamento da água. Dentro da fortaleza foi construida uma pequena igreja, para apoio às guarnições, aos comerciantes e a todos os que aqui faziam escala. Já estava em funcionamento em 1505, pois data desse ano o mandado

---

27 – *Documentos...*, vol. I, pp.424 e segs.
28 – *Documentos...*, vol. II, Lisboa, 1963, pp.469-506.
29 – *Documentos...*, vol. V, Lisboa, 1966, pp.488 e segs.
30 – *Documentos...*, vol. IV, Lisboa, 1965, pp.244 e segs.
31 – *Documentos...*, vol. III, Lisboa, 1964, p.522.

de entrega de ornamentos, alfaias e paramentaria ao vigário, Bartolomeu Fernandes. Eram tudo coisas modestas, exceptuando dois cálices e uma cruz de prata, um retábulo com a representação do Calvário, e um sino grande[32].

É possível que os elementos de uma construção antiga que foram transportados para o Museu de Maputo tenham pertencido a esta igreja. São restos de molduras, o fuste e a base de uma coluna monocilíndrica, capitéis isolados e adossados a pilastras, sem ornato, e um arco duplo rebaixado sobre pequenos pilares. A pedra parece ser local, e a moldura ção é típica do reinado de D. Manuel I, filiada nas obras dos mestres batalhinos, tudo feito com rigôr e gosto, a denunciar a presença de um ou mais artistas de gabarito nesta zona do Índico. No entanto não podemos garantir que não fosse de uma residência, eventualmente do capitão, ou de armazéns.

Em 1518 a fortaleza estava em más condições, como se percebe pela carta de D. António da Silveira para D. Manuel I, datada de 18 de Julho. A feitoria estava toda no chão e chovia lá dentro como na rua; o celeiro estava a cair, e na igreja nem se podia entrar. A casa do capitão também não estava melhor. Segundo D. António era necessário reparar tudo rapidamente, para prevenir a sua perda total[33].

3. Ilha de Moçambique

Nesta época da presença portuguesa na Costa Oriental de África, a mais importante das fortificações foi a que se levantou na ilha de Moçambique, que pelo seu desenvolvimento viria a dar o nome a toda uma vasta região. A primeira fortaleza, que era muito rudimentar, foi substituída por outra em 1546, ou num dos anos subsequentes, já de traçado regular, com baluartes poligonais nos ângulos, com projecto de Miguel de Arruda[34].

Da primitiva cidadela dá-nos conta D. Duarte de Lemos na carta que enviou a D. Manuel I, a 30 de Setembro de 1508. Transcrevemos uma pequena mas elucidativa passagem, na qual diz que Vasco Gomes: "*...mandou começar a fortaleza com muyto pouqua yemte a quall fortaleza quando eu senhor aqui cheg[u]ey lh'achey feyta huma torre de tres sobrados quam boa pode ser traveyada e suas yanelas feytas. Eu comecey os aliceses da cerqua e des hi toda ha outra yemte a dias como dyse a Vossa Alteza. Temos ya sobala terra os dous quartos huma braça de qraveira em alto com suas bombardeiras os outros aliceses vam crecemdo ho mays que podemos...*"[35]. Sabemos

---

[32] – *Documentos...*, vol. I, pp. 128-134.

[33] – *Documentos...*, vol. V, p. 558.

[34] – Francisco Marques de Sousa Viterbo, *Diccionário...*, vol.I. p.71.

[35] – *Documentos...*, vol.II, p.290.

também que nesta ocasião os portugueses que tinham ido na nau de Jorge de Melo Pereira se entretiveram nas obras, levantando também uma ermida dedicada a São Gabriel e um hospital, por certo uma casa modestissima e precária para acomodar os doentes. Esta primeira fortaleza tinha uma torre que servia de residência do capitão[36].

Pouco mais poderemos saber com absoluta segurança, sendo lícito supor no entanto que o fidalgo de Trofa do Vouga se socorreu dos homens que constituíam a sua armada, e dos conhecimentos de fortificação que possuía, o que era normal num período em que ainda não se tinham adoptado os complexos sitemas abaluartados[37].

Além de artistas a artífices portugueses, também trabalharam nas obras das fortificações de Moçambique operários nativos, e alguns raros estrangeiros. Um desses que deve ter tido importância foi mestre Orlando Genovês, carpinteiro de profissão, referido no inventário dos defuntos de 1540[38].

Durante o governo do vice-rei D. Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque pensou estabelecer outras fortificações, como se demonstra pela carta de 10 de Novembro de 1507, na qual afirma explicitamente ser necessário fazer um castelo em Mombaça[39], o que no entanto só viria a acontecer bastante mais tarde[40].

III – AS FORTIFICAÇÕES DO MAR ROXO

A construção de uma fortificação na boca do Mar Roxo estava explícita no *Regimento* de D. Francisco de Almeida; "*...E porque nos parece que nehuuma cousa poderya mais importar a nosso serviço que teermos humma fortelleza na boqua do Mar Roixo ou perto delle asy demtro como fora homde milhor disposycam pera ella houvesse porquanto por aquy se çarrava nam poderem mais passar nenhuuma especiaria ea terra do soldam...*"[41] No entanto, não é pacífica a questão da descoberta ou reconhecimento desta ilha,

---

[36] – Alexandre Lobato, A Expansão Portuguesa em Moçambique de 1498 a 1530, Lisboa 1954, vol. I, p. 219 e segs..

[37] – Amaro Neves, *Os Lemos da Trofa na história e na arte de Quinhentos*, Águeda, 1983.

[38] – *Documentos...*, vol. VII, pp. 10-14.

[39] – *Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam*, edição de Raimundo António de Bulhão Pato & Henrique Lopes de Mendonça, Lisboa, 1884-1935, tomo I, p.417.

[40] – Charles Boxer e Carlos de Azevedo, *A fortaleza de Jesus e os portugueses em Mombaça*, Lisboa, 1960.

[41] – *Documentos...*, vol. II, pp. 226-228.

variando muito os cronistas quinhentistas na atribuição do feito: a Diogo Fernandes Piteira, Vicente Sodré, etc. No entanto, certo é que D. Manuel I foi bem informado por Piteira e por António de Saldanha, quando da chegada destes a Lisboa, sendo a este capitão que se deverá a decisão do monarca.

1. Socotorá

O lugar escolhido foi a Ilha de Socotorá, tendo ficado encarregue da respectiva conquista e da edificação da fortaleza Tristão da Cunha, que saíu de Lisboa em 1506, comandando uma armada de quinze naus[42]. Mal chegou teve logo uma acção militar que foi coroada de êxito, embora manchada por uma violência excessiva. Na refrega o castelo local foi destruído, mas deu início à construção de outro, mas com uma forma e uma localização mais adequada ao que desejava.

Podemos e devemos recorrer a uma carta do Rei D. Manuel I para D. Francisco de Almeida, onde dá detalhes muito importantes. "...*Item. Pera o fazimento desta fortalezza vay, nestas naoos de Tristam da Cunha, ha metade de huma fortelleza de madeira, porque a outra metade mandamos que ficase em Cocotora e vaão trinta tiros, e duas bombardas grosas, e quatro pasavollantes, pera servirem na dita fortelleza e esta metade da dita villa de madeira se asentara em tanto espaço, como ella posa ocupar e porque nom he ynteyra, o que fica por çarrar se çarrara com booa cava e todo outro repairo, como vos bem sabees pera poder ficar forte e segura.*

Item. Vãao alisecees, enxadas, paas, e outras cousas semelhantes pera o fazimento da dita forteleza..."[43].

Temos provada a ida de uma fortaleza de madeira, o que foi prática comum nas nossas empresas ultramarinas, a começar por Marrocos. Era uma construção quadrangular, com torres nos ângulos, suficientemente sólidas para suportar algumas peças de artilharia. Este castelo, a que o texto chama vila, tinha uma dimensão reduzida, mas suficiente para albergar quatro ou cinco dezenas de homens. Como já vinha parcialmente montado, podia erguer-se em poucas horas, permitindo que sob a sua protecção, e no interior, se começasse uma cava e, com a terra e pedras tiradas dela, erguer muros que depois iriam ser a base de uma fortificação com carácter mais permanente. Em Santa Cruz de Cabo de Gué, por exemplo, foi levantada durante uma só noite, para espanto dos habitantes locais[44].

No *Regimento* dado a D. Francisco de Almeida os cuidados em relação

---

[42] – José Pereira da Costa, "Socotorá e o domínio português no Oriente", *Revista da Universidade de Coimbra*, Coimbra, 1973, vol. XXIII, p. 1 e segs.

[43] – *Documentos para a História das Missões do Padroado do Oriente - Insulíndia*, edição de Artur Basílio de Sá, Lisboa, 1954, pp. 3-15.

[44] – Paul Antoine Evin, "L'architecture portugaise au Maroc et le style manuelin", *Bulletin des Études Portugaises*, Coimbra, 1942, nº 1.

à fortaleza de Socotorá são muitos. A obra devia ser forte, erguida num local apropriado, com todas as qualidades que já haviam sido apontadas relativamente às de Sofala e Angediva.

No entanto, esta fortaleza mostrou-se pouco eficaz, e em breve a Coroa resolveu abandoná-la, não que sedeitada a baixo, para que não caísse em mãos inimigas que lá se fortificassem, ficando a tarefa a cargo de Diogo Fernandes de Beja; corria o ano de 1511[45].

2. Ormuz

Ormuz foi a praça mais importante que os portugueses tiveram no Médio Oriente e a única que teve verdadeiro valor económico. A primeira armada que fundeou em frente à cidade fê-lo a 25 de Setembro de 1507, era composta por seis navios e levava cerca de quatro centenas de homens. Depois de largarem de Socotorá, os portugueses tinham já atacado Curiate, Mascate e Orfacão, a que se seguiram Calaiate e Soar. Afonso de Albuquerque, que ía por capitão-mor, exigiu a submissão do rei local, o que não aconteceu, levando a um ataque em forma[46].

Foi portanto durante o governo de D. Francisco de Almeida, que começou aqui uma fortaleza, a 6 de Outubro de 1507, ficando quase pronta, na sua forma inicial, apenas em três breves meses. No entanto os fidalgos não estavam satisfeitos com a participação nas obras, e preferiam andar no mar, a dar caça aos navios muçulmanos, queixando-se da dureza do trabalho a que eram obrigados, e envenenando as relações entre o capitão-mor e o governador. Albuquerque mandou-os embarcar em batéis e ir a Turumbaque, para trazer pedra para a obra, já que ele tinha conseguido juntar muitos pedreiros e outros trabalhadores. Dias depois, já com muito material, chamou um tal João Fernandes, bombardeiro, que também era um bom mestre de obras, e explicou-lhe onde queria que fossem abertos os alicerces da torre de menagem, que haveria de ter três sobrados, de modo que dali se visse toda a cidade, e que teria que superar em altura o minarete da mesquita. Os alicerces deviam ficar com 20 pés de largura, e em cada andar mediria 12 côvados. Foi o próprio capitão-mor que colocou a pedra fundamental, invocando Nossa Senhora da Vitória. As obras corriam bem, eram feitos pagamentos regularmente, aproveitando Albuquerque para estabelecer um posto de venda de panos de Cambaia e de drogas, junto da fortaleza nascente.

Logo que a torre chegou à altura do sobrado, começaram-se então a

---

[45] – Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei Dom Manuel...*, Parte III, pp. 96-97.

[46] – Gaspar Correia, *Lendas da India*, vol. I, pp. 842-843.

fazer as cortinas em redor, o que deixou o rei local muito arrependido de ter dado autorização para tal obra, dentro da cidade. Facto é que os portugueses, devido à insubordinação dos fidalgos e às alianças que estabeleceram com os senhores locais, acabaram por perder o controlo da cidade, só conquistada de vez, quando Afonso de Albuquerque já era efectivamente o governador da Índia, e quando D. Francisco de Almeida já estava morto. A história do estabelecimento dos portugueses aqui é bem conhecida, assim como as vicissitudes pelas quais passaram depois, até ao abandono, já no século XVII, fazendo-se então uma grande fortaleza, constantemente melhorada, até à perda definitiva da cidade, já no século XVII.

IV – AS FORTIFICAÇÕES NA COSTA DO MALABAR

A construção das fortalezas malabares, ao tempo dos primeiros governadores e do primeiro vice-rei, D. Francisco de Almeida, tinham essencialmente valor estratégico e simbólico, já que do ponto de vista comercial não tinham qualquer interesse. O tráfico das especiarias, na primeira década, estava restrito a Cochim, Cananor, Calicute e Coulão, aí verdadeiramente rentável[47]. Note-se também que na Costa de Canará, a Norte do rio Cangerecora, não tinha sido construída qualquer feitoria, havendo apenas a fortaleza de Angediva, a cerca de uma centena de quilómetros de Goa. Só depois de 1510 é que as posições lusas se estendem para Norte, até atingirem o Guzarate. Podemos considerar, como já o fez José Manuel Correia, que houve dois tipos de fortificações, as estratégicas e as simbólicas, tendo sido as segundas que depois conheceram grande desenvolvimento, vindo a conformar complexos gigantescos, como o de Cananor, no final do século.

Parece claro que era o comércio das especiarias e drogas da Índia que estava em causa, neste momento, e que as posições em Socotorá e Ormuz eram fundamentalmente para impedir o trânsito das embarcações islâmicas e o comércio com Meca e Adém, os principais portos dessas partes do Índico.

1. Angediva

A fortaleza da Ilha de Angediva, da invocação de Nossa Senhora de Brotas, está situada nessa ilha e foi uma das primeiras a ser edificada pelos portugueses na Índia. Vasco da Gama aportou aqui, em 1498, e esperou pela monção até 10 de Dezembro. Também foi este ponto visitado pela armada de Pedro Álvares Cabral, sendo a primeira fortaleza erguida por D. Francisco de

---

47 – José Manuel Correia, *Os Portugueses no Malabar (1498-1580)*, Lisboa, 1997.

Almeida, em 1505[48]. Este mandou fazer uma cortina grossa e alta ao longo dos montes mais salientes; as extremidades eram rematadas por cubelos e ao centro havia uma torre de menagem de dois andares. Tudo dava para uma guarnição de sessenta homens que ficaram sob o comando de Manuel Peçanha, instalados em modestas cabanas.

No *Regimento* de D. Francisco de Almeida há ordens muito claras quanto à obra. Teria que ficar no local mais seguro, para protecção das naus que aqui haviam de ancorar, ficando com acesso quer poelo lado de terra quer directamento do mar. Independentemente do sítio escolhido, era fundamentalmente que dentro dela ficasse uma fonte, uma nascente ou qualquer veio de água, ou em alternativa muito perto e sob sua protecção. O cais de desembarque tinha que ficar o mais perto possível. Logo que as coisas tivessem resolvidas, devia ser desembarcada a artilharia, e colocada em posição de defesa, sendo dado aviamento à obra pelos pedreiros e carpinteiros que íam para o efeito, fazendo-se as cavas, levantando-se depois os muros e parapeitos. Não devia ser levantada mão da obra, que quando estivesse pronta teria Manuel Peçanha por capitão.

Dois anos depois Tristão da Cunha arrasou a fortaleza devido dificuldade da sua manutenção.

2. Cochim

Os contactos iniciais decisivos, para a passagem de Cochim para a esfera de influência portuguesa ficaram a dever-se a Pedro Álvares Cabral, quando aí desembarcou em 1500, depois da sua violenta acção militar contra o samorim de Calicute. O rei local, que era inimigo daquele potentado, viu a possibilidade de se livrar da sua opressão, ao mesmo tempo que percebia as potencialidades dos portugueses como seus aliados e clientes. Assim estabeleceu-se uma feitoria que se tornaria uma importante cidade. Três anos volvidos, e dado o bom entendimento que continuava a reinar, no dia 27 de Setembro de 1503, num sítio já de si forte, à borda do rio, Francisco de Albuquerque começou as obras da nossa primeira fortaleza na Costa do Malabar[49].

Chegando pouco depois o resto da armada sob o comando de Afonso de Albuquerque, os homens que íam nela também ajudaram nas obras, de

---

[48] – Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei Dom Manuel...*, Parte II, p. 3 e pp. 41-42; João Augusto Roçadas, "Fortaleza de Angediva", *O Oriente Portuguez*, Nova Goa, 1905, vol. I, p. 157 e segs.

[49] – *Crónica do Descobrimento...*, pp.117-118; Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo*, vol.I, pp.184-186; Padre Sebastião Gonçalves, *Primeira Parte da História da Companhia de Jesus no Oriente*, edição de José Wicki, Coimbra, 1957-1962, vol. II, p. 207 e segs.

modo que, em breve, tudo estava terminado e, quando se benzeu, também a igreja da invocação de São Bartolomeu via as paredes a crescer. Não era uma grande fortaleza, mas apenas um conjunto de casa fortes, às quais puseram o nome de Manuel, em homenagem ao monarca português. Pelo texto da *Primeira Década* de João de Barros, constata-se que quer a fortificação quer a igreja eram de madeira que tinha sido dada, ou pelo menos autorizada a cortar, pelo próprio monarca local[50].

A 3 de Maio de 1506, D. Francisco de Almeida "*...mandou logo acabar a fortaleza que estava começada, e a acabou de pedra e cal, com seus cubelos e torres e grandes cavas e seus alojamentos para as mercadorias e outras gentes..*"[51]. Vê-se assim que houve profundas alterações, e que a primitiva paliçada foi substituída por uma estrutura mais durável. Não esqueçamos que o *Regimento* dado pelo monarca é claro, quanto à decisão de avançar com o fortalecimento da nossa posição aqui, dizendo que o vice-rei devia concluir, ou se necessário fazer de novo, a fortaleza que já estava começada. Almeida estava entusiamado com a sua obra, o que se nota pelo teor da carta que enviou a D. Manuel I, no início de 1506. Nela diz que depois de acabada, a fortificação não custaria mais do que 300.000 reais.

Na região de Cochim, situada a duas léguas a Norte, D. Francisco de Almeida tinha mandado fazer uma torre de vigia em madeira, muito forte, de onde vigiava o território do samorim de Calicute, que havia sido levantada por Diogo Fernandes Correia[52].

3. Cananor

D. Francisco de Almeida chegou a Cananor a 22 de Outubro de 1505, encontrando aí o feitor Aires Gil Barbosa, que lhe deu conta de que havia começado a construir uma fortaleza, mas que tinha dito ao rei local que apenas desejava edificar uma vila. O vice-rei concordou com a continuação das obras, e obtendo então autorização efectiva do monarca indiano, pôs a trabalhar os homens que trazia consigo, a par de outros da terra, acabando-se o muro em cinco dias, e ficando também as torres em condições para receber a artilharia[53].

O autor da *Crónica do Descobrimento* escreveu que esta rapidez foi possível graças ao facto de D. Francisco já levar muita cantaria aparelhada de

---

[50] – João de Barros, *Ásia de..., Primeira Década*, p. 265.

[51] – *Crónica do Descobrimento...*, pp. 274-275.

[52] – Joaquim Candeias da Silva, *O Fundador do "Estado Português da Índia". D. Francisco de Almeida. 1475(?)-1510*, p. 169.

[53] – Damião de Góis, Chrónica do Felicíssimo..., Parte II, p. 20 e segs.

Lisboa, além de excelentes pedreiros que tinham ido consigo; "*...O vizo-rei, com grande diligência houve as coisas necessárias, e como de cá levava mui tos e mui bons pedreiros e cantos lavrados, em mui poucos dias fez uma Forte e formosa fortaleza, em que meteu Lourenço de Brito por capitão com cem homens...*"[54].

O mestre de obras foi aqui também o tantas vezes citado Tomás Fernandes, que pouco depois, quando do ataque do rei de Cananor à nossa fortaleza, não só fez levantar rapidamente um dispositivo avançado, constituido por tranqueiras, como fez trabalhos de sapa, abrindo minas que possibilitavam o abastecimento permanente de água. Por carta, o vice-rei deu conta ao monarca que contava acabar a obra com um custo reduzido, que não deveria ultrapassar os 300.000 reais[55].

Das notícias subsequentes, podemos lembrar um mandado de D. Aires da Gama para que o António de Carvalho pagasse ao mestre pedreiro Pedro Álvares as despesas que tivera com a empreitada que tomara de construção da torre de menagem do castelo[56]. Pensamos que até agora não havia qualquer notícia deste construtor.

4. Calicute

Ao enviar a segunda armada à Índia, D. Manuel I encarregou Pedro Álvares Cabral de fundar uma fortaleza em Calicute, tendo chegado o capitão a comprar umas casas para instalar a desejada ía e também para fortificar[57]. Em 1513 nada estava começado, quer pela má vontade do samorim, quer por inépcia dos portugueses, o que obrigou Afonso de Albuquerque a deslocar-se ao local e tomar conta das operações. Em carta que escreveu a D. Manuel I, a 24 de Dezembro desse mesmo ano, dizia que lhe tinham dado o local que pedira junto à povoação dos mouros, sobre o porto e a enseada onde fundeavam as naus. Já se viam as duas torres que ficavam do lado do mar, e o lanço de muro que as ligava, sobre o qual se elevava a torre de menagem. Pensava em fazer outras torres dos restantes lados, e uma porta principal defendida por um baluarte. Albuquerque dizia com indisfarsável orgulho que o corpo do castelo era do tamanho do de Cochim, então o principal que tínhamos no Índico.

Os construtores e os materiais eram enviados de Cochim, como se prova por alguns documentos que encontrámos na Torre do Tombo. Em Novem-

---

54 – Crónica do Descobrimento..., p. 261.

55 – Joaquim Candeias da Silva, O Fundador do "Estado Português da Índia". D. Francisco de Almeida. 1475(?)-1510, p. 169.

56 – ANTT - Corpo Cronológico, Parte 2ª, doc. 151.

57 – Damião de Góis, Crónica do Felicissimo..., Parte I, p. 127; Crónica do Descobrimento..., p. 50.

bro de 1514, por exemplo, foram passados mandados de pagamento a sete pedreiros malabares, que foram dessa cidade, no dia 16, e dar a dez homens que íam também daí e transportavam cal[58].

5. Coulão

Coulão foi uma das primeiras cidades com que os portugueses tiveram contacto no Malabar, aí tocando os navios da segunda armada de Vasco da Gama. Foi a principal fortaleza portuguesa da Costa de Travancor, começada por Heitor Rodrigues mas, quando estava quase acabado, a rainha local e o samorim de Calicute investiram contra os portugueses que só a muito custo a conservaram[59].

D. Francisco de Almeida levava o encargo de acabar esta fortaleza, no local que tinha sido indicado pelos habitantes locais como o mais conviniente, mas fica claro no texto que não devia fazê-la contra a vontade do senhor local. No entanto, se começada a obra com a respectiva autorização, se depois o rei voltasse atrás com a sua palavra, se ela estivesse suficientemente adiantada que garantisse alguma protecção, então deveria continuar e acabá-la como estava previsto. A Coroa autorizava o vice-rei a despender até 1.000 cruzados de ouro nesta empreitada.

No entanto parece que as questões não eram fáceis de resolver, e Almeida chegou a propor a Lisboa que se levantasse uma fortaleza na Ilha de Ceilão, em vez desta. No entanto, D. Manuel I e os seus conselheiros não desistiram da ideia, e assim chegaram mesmo a dizer-lhe que se não pudesse levar o plano inicial avante, fizesse apenas uma torre de madeira forte, como a que Diogo Fernandes Correia havia construído a Norte de Cochim[60]. O Ceilão ficou para mais tarde.

6. Cranganor

Cranganor era um dos mais importantes portos da costa do Malabar, sistematicamente alvo da cobiça do samorim de Calicute e do rajá de Cochim. A primeira fortificação portuguesa aqui construída data logo de 1507, do tempo do vice-rei D. Francisco de Almeida, mas as acomodações iniciais, pequenas e inseguras, cedo evoluiram, até atingirem o desenvolvimento visível nos baluartes e cortinas que restam, do lado de terra, e que datam de pouco

---

[58] – ANTT - Corpo Cronológico. P. 2ª, m. 53, doc. 43 e doc. 70.

[59] – Damião de Góis, Crónica do Felicíssimo..., Parte IV, pp. 145-147.

[60] – Joaquim Candeias da Silva, O Fundador do "Estado Português da Índia". D. Francisco de Almeida. 1475(?)-1510, p. 169.

antes da conquista holandesa, que ocorreu em 1662. No entanto, ainda há dois fortes maciços que são as bases das torres primitivas, colocadas nos ângulos mais próximos da água.

Não foi pacífica a discussão acerca deste estabelecimento. Em carta de 6 de Dezembro de 1508, o vice-rei dizia ao monnarca que não desejava fazer uma obra muito grande, mas apenas o suficiente, para impedir o trato da pimenta ao samorim[61].

V – CONCLUSÃO

As fortificações construídas de raiz ou continuadas por D. Francisco de Almeida, pessoalmente ou pelos seus capitães, durante o tempo em que foi vice-rei da Índia, tiveram, como vimos, um futuro diferente. Enquanto Quíloa, Socotorá e Calicute, e mesmo Angediva, tiveram de imediato uma vida efémera, e desempenheram funções pouco relevantes, outras, como Sofala, Moçambique, Ormuz e Cochim, tornaram-se centros importantes e até cidades cosmopolitas, onde portugueses, africanos e asiáticos se encontravam para comerciar e trocar experiências.

Certo é que a Corte de Lisboa percebeu logo quais eram os pontos essenciais ao aumento do nosso poderio no Índico, e a escolha dos locais a fortificar foi criterioso. Ou se aproveitavam pequenas ilhas não muito longe da costa, como Moçambique, Angediva, ou estuários de rios importantes, como Cochim e Sofala, que permitissem a entrada dos navios portugueses, para os proteger de ataques inimigos ou para poderem invernar.

A correspondência trocada entre D. Manuel I e D. Francisco de Almeida é clara, quanto à ideia que o vice-rei tinha quanto ao domínio do Índico, e do papel que as fortalezas deveriam desempenhar. Elas eram os volantes de um tríptico de Poder, sendo o outro a força naval, e o pano central a diplomacia. O êxito obtido no fim desta primeira década de Quinhentos marcou decisivamente os cento e cinquenta anos seguintes do Estado Português da Índia, e a situação das fortalezas então levantadas mostrou a bondade e o acerto da política régia, e da acção do 1º Vice-rei.

---

[61] – Joaquim Candeias da Silva, O Fundador do "Estado Português da Índia". D. Francisco de Almeida. 1475(?)-1510, p. 170.

COMUNICAÇÕES

SUB-TEMA I

D. FRANCISCO DE ALMEIDA: O Homem e o Rei

– "D. Francisco de Almeida: uma resposta estratégica às construções territoriais e continentais"
– Prof. Doutor Aurélio de Oliveira

– "Há 500 anos... A viagem do 1º Vice-rei, ou da Fundação do *Estado Português da Índia*"
– Prof. Doutor Joaquim Candeias da Silva

– "A gloriosa batalha... e a inglória refrega"
– Coronel Nuno Valdez dos Santos

– "Ludovico de Varthema-Cavaleiro pela mão de D. Francisco de Almeida"
– Dr. João Abel da Fonseca

– "O massacre de D. Francisco de Almeida na Terra dos Cafres. Texto e imagens na construção de uma legenda negra da *Cafraria*"
– Dr.ª Maria da Glória de Santana Paula

D. Francisco de Almeida - Uma resposta estratégica às formações territoriais e continentais.

Prof. Doutor Aurélio de Oliveira

(Síntese)

1.Dois Homens marcam de forma definitiva a primeira construção geográfica e mercantil do Oriente.

De um, para além do cronistas clássicos, possuímos uma vastíssima fonte documental constituída pelas numerosas cartas e escritos que deixou – Afonso de Albuquerque; de outro, para além daqueles mesmos cronistas uma reduzidíssima produção literária que tem prejudicado muito a verdadeira dimensão da política e da obra de D. Francisco de Almeida, que a morte inglória e prematura, por sua vez, poderá ter impedido de largamente nos ter relatado as suas memórias.

Do primeiro, uma vasta bibliografia e tratamento historiográfico: de outro uma reduzido abordagem e tratamento históricos, que naturalmente apoucam a figura, o homem e a sua acção política. (Ofuscada também pelo conflito com que se envolveu ao terminar o seu mandato com o seu sucessor). Oxalá que este desafio lançado, em boa hora, pela Academia da Marinha ajude ao desbloqueio desta situação.

2. É quase redundante trazer aqui, a este Colóquio, a faceta ou as facetas mais características e determinantes da acção destes homens. São por demasia conhecidas – quase lugares comuns. Importará certamente apenas sublinhar que mais que políticas antagónicas ou muito diferentes elas – a dos dois – são essencialmente complementares. E a diferença marcou-se apenas pela complementaridade de políticas já iniciadas, com sucesso, que permitiram etapas diferentes de materialização e desenvolvimento. Isto é: sem a prévia acção de D. Francisco de Almeida, não teria sido possível, o complemento fulgurante que lhe foi feito com Albuquerque e que, materializada essa faceta, só a partir de da solidez conquistada nesse sector fulcral, foi possível pensar e visionar e conseguir uma construção territorial tão afastada e tão longínqua das bases de apoio directo metropolitano. (E o mesmo se poderá e deverá dizer da acção de D. Francisco de Almeida que em grande parte repousa na notável acção anterior de Duarte Pacheco Pereira). Tudo, naturalmente, matizado e condimentado pelo génio e comportamento pessoal específico de cada um deles.

3.As grandes formações políticas e económicas territoriais em construção tanto na Europa como no Oriente – em particular a fulgurante formação Turca – impunha uma resposta em moldes diferentes, assente na mo-

bilidade e no chamamento dos adversários ao quadro marítimo assente na mobilidade e nas pequenas formações militares que evitassem as confrontações espectaculares mas que, em acções demolidoras pontuais, ao longo das linhas de comércio e pontos estratégicos da circulação marítima e dos circuitos mercantis permitissem assegurar uma hegemonia impensável de construir em bases territoriais. O génio pessoal de D. Francisco de Almeida fez o resto eliminando depois as alianças marítimas que aqueles pretenderam construir, primeiro com os Venezianos, depois com o perigosos Rumes.

Para além da referência e consideração de mais algumas fontes documentais analisam-se e deixar-se-á como apêndice documental os documentos das viagens de D. Francisco de Almeida com o relato presencial da batalha de Calecute de Luís de Vartema. Naturalmente a Carta de 1508 para D. Manuel que reputamos de verdadeiro "Testamento Político" do Vice Rei dirigido ao inconstante Monarca.

D. Francisco de Almeida

O Homem. A formação. A Viagem. Testemunhos. As Crónicas. A estratégia. (O Regimento; A acção de D. Francisco; opções. Os resultados).

1 – Muito pouco se sabe da vida e personalidade como das acções e envolvimento nos negócios do Reino e nas estratégias marítimas de D. Francisco de Almeida até ao seu fulgurante papel no Índico e á sua dramática morte nas costas da África.

2 – Não é também o objectivo da nossa intervenção embora esse conhecimento pudesse projectar muita luz sobre o tipo de acções que ali desenvolveu. (Documentos que em parte se terão perdido. Gaspar Pereira, por exemplo, diz em 1506 que enviou para Lisboa dois grandes cadernos de seu punho relatando tudo o que "ca se passara e acontecera" e onde certamente muito constaria do Vice-rei. (C.AA. T.II. 354). Esse desconhecimento, porém, não atinge somente a figura de D. Francisco. Outras que se adivinha terem sido bem importantes quer na política ultramarina quer nos directos feitos do mar, tiveram ou têm o mesmo pano de desconhecimento que ainda os encobre.

3 – Há, porém, duas informações, ainda que parcas, que muito convém sublinhar, porque delas decorre, me parece, não só a escolha feita (contra outros pretendentes que se aprontavam ou possíveis) como determinantes da acção específica de D. Francisco de Almeida.

3.1 – Um seguro traquejo marítimo e nas coisas do mar (também aqui não sabemos quais) mas que levara já D. João II a escolhê-lo para ir tomar conta das "Indias" descobertas por Colombo. (Um "tomar conta" que implicava naturalmente guerra e confrontação militar sobre o mar). O conhecimento (e reconhecimento) desta capacidade militar e traquejo marítimo de D. Francisco, foi precedente que, tal como para Vasco da Gama, deve ter sido determinante na decisão de D. Manuel.

Dos cronistas, João de Barros tem o cuidado de sublinhar essa formação e traquejo ao dizê-lo " homem perito" nas coisas do mar. Quais fossem outras acções para além daquela missão, não sabemos. Mas que conhecia também da arte de navegar e da pilotagem não há dúvida pois dera também prova directa disso. (Sabemos que em 1503, ante a fuga do piloto para Castela ele próprio se encarregou da pilotagem). E dará sobejas provas disso nos mares do Índi-

co. Não era um mero capitão de guerra nem uma mera figura administrativa e os seu avisos políticos eram de molde a que fizesse também parte do Conselho Régio como o próprio monarca o refere. (*Gavetas III. 600*). Era, pois, homem bem qualificado e bem cotado, de créditos e confiança bem documentados e firmados, desde D. João II.

3.2 – A outra diz respeito à sua arte e formação militar. Esteve na Guerra de Granada ao serviço dos Reis Católicos e parece, mais que provável também, que nas guerras do Norte de África. Uma escola por onde passava, praticamente, toda a nobreza militar e a que Castanheda, aliás, parece fazer alusão, praticamente, directa. Duas experiências preciosas de que lhe terá vindo também certezas e opções de práticas e estratégias de que dará sobejas provas. Entre elas, as de que as fortalezas ou cidades fortificadas, mais cedo ou mais tarde, caem ou estão permanentemente tolhidas nos seus movimentos: são verdadeiros presídios cuja manutenção além de sumidouro de bens e homens nada importam, sobretudo quando longe das suas bases de sustentação terrestre ou territorial. A existirem, serão as mínimas possíveis e em pontos essencialmente estratégicos para a movimentação.

Seria ainda de juntar aqui bem possivelmente as suas "manhas" de agente diplomático (ou de espião?). Não sabemos, porém, quais as missões que desempenhava por lugares vários da Borgonha durante a ida de Afonso V a França quando ainda teria uns vinte anos. Na sequência de uma deslocação a Bruges, Gand Lille Douai e "outros lugares", ver-se-ia acusado pelo senhor de Fiennes de, por aqui, "procurar, inquirir e ver (saber) os segredos e forças das ditas cidades, a qualidade (inclinação), disposição de seus habitantes e seus recursos". Alegando que ali se tinha deslocado apenas por necessidades (financeiras, logo se vê) e negócios (tratos) do Rei de Portugal, (esta a pura verdade?) seria solto e restituído de seus haveres pela intervenção da Duquesa D. Maria "de Portugal". (Robert van Answaarden, *Les Portugais devant Le Gran Conseil des Pays Bas*. 125-136).

4 – A Viagem – "com tão gloriosos feitos em sua viagem (*CAA. 381 Carta de 1505*).

Dispensamos aqui os relatos e os comentários da mesma que com maior ou menor pormenor constam praticamente em todos os cronistas (Remetemos aqui para o Apêndice Documental).

Não é objecto específico demorarmo-nos nas peripécias náuticas e marítimas do percurso, ainda que no decorrer da mesma e logo que entrado no Índico tenha dado início ao cumprimento das ordens Regimentares desde logo materializando, de maneira muito pessoal, a tomada de posições definitivas na Costa oriental de África com a conquista de Quíloa e Mombaça (solidificando-se em Melinde). Por isso, reuniremos aqui os relatos conhecidos que nos ficaram dessa Viagem para além do seu testemunho pessoal (o qual, por seu turno, nos remete para um procedimento que era habitual nos tempos anteriores: o redigir por parte do Comando da expedição, da pilotagem (ou de um ou outro escrivão), os factos e peripécias e acontecimentos da viagem acompanhados ou não dos registos gráficos ou cartográficos ainda que tais elementos se tenham, muitos e muitos deles, perdido).

E sabemos também que desta viagem de D. Francisco vários relatos foram feitos: Seguramente uma das viagens que mais relatos deixou. Entre nacionais e estrangeiros: três relatos de alemães e dois relatos de italianos (*Banha de Andrade 477-490; Candeias cit.*). Dos nacionais cite-se aqui a referência a mais um que se perdeu ou que ainda se não encontrou: o do piloto-mor. Este, em verdade, "fez lybro de toda esta viagem – que elle mesmo fez – ho qual envia a vosa alteza" (*CAA. T. II. 335*). (E certo é que Gaspar Pereira redigiu outro Relato como homem "que tinha cargo de tal oficio" (CAA. II. 337) – o qual também se terá perdido.

5 – Será curioso perguntar quem era este Piloto-Mor e que relato fez da expedição, que se enviou para Lisboa.

Duas questões de algum interesse.

Tal piloto, que teve a responsabilidade da pilotagem-mor desta expedição foi, efectivamente um tal Pedro (ou Pero) Anes.

Este Pedro Anes não consta, como tal, nos informes que percorremos. Viterbo regista um Pedro Anes "piloto, que era "patrão do mar Oceano" já de tempos anteriores a 1503, pois neste ano D. Manuel lhe mandava entregar 4.000 reais referentes à tença desse ano (*Viterbo. 39-40*). Seguramente o mesmo. Por seu turno, a referência mais actualizada não o refere como tendo desempenhado qualquer cargo nesta expedição. referindo-se tão só um Pedro Anes (seguramente também o mesmo) como "patrão-mor da carreira da Índia dos inícios do Século XVI" que morreu em 1508 em Chaúl" (e que possivelmente terá colaborado com João de Lisboa no *Tratado da Agulha de Marear* (Luís de Albuquerque. *Dicionário. 67*). Barros refere um "Pedreanes o ganchino" – piloto que estava na embarcação de D. Lourenço em Chaúl (*Barros II. 86*) onde pereceu com o filho do Vice Rei, mas omite o alto cargo desempenhado na expedição que levou ao Oriente D. Francisco de Almeida.

Ora, pode agora juntar-se a essas parcas referências esta bem importante – me parece – a de ter sido o piloto-mor da expedição de 1505 que levou D. Francisco de Almeida ao Oriente. Mais: foi técnico náutico do maior mérito. Na verdade, dele se diz ser "muyto dino de vosa alteza lhe fazer honra e merce, porque senhor, *dos (melhores) ofycyais que ha no mundo* em seus offyceos, este he hum deles, no seu maes pera louvar" (*CAA. II. 341*).

Por seu turno D. Francisco, sem nomear o alto cargo de que ia investido, refere-o parcamente mas também com os maiores encómios. Pena o original estar ratado não tendo permitido ao copista (Silva Rego) a leitura completa do original: "Senhor, dali atravessamos em que vy..... cartas tem este caminho..... adra de Pedre Anes que fazem.... os outros pillotos parecia maall veio tall direito que *nom errou hûua legoa nem mea* profitizando tudo damte mãao ... e isto releva muito a esta navegaçom ..." (*Gavetas. XI. 41. Ver Apêndice*).

Fiquemos, pois, com este Pedro (ou Pero) Anes – notável piloto mor desta expedição de D. Francisco de Almeida e que agora se tem ensejo de devolver ao cargo que ocupou!

6 – A estratégia. O Regimentos. Os instrumentos programáticos da acção e da política Oriental.

Deixadas outras considerações, o Regimento passado a D. Francisco de Almeida mostra que à data, D. Manuel, isto é, o Conselho Real, tinha um conhecimento assaz perfeito não só da geografia económica e mercantil do Índico (e não só) como da geografia política oriental e mediterrânico - oriental, passe embora a grafia não por vezes incorrecta de alguns lugares. Facto que decorre, segundo pensamos, mais do desconhecimento da fonética e da língua autóctone do que da verdadeira e exacta (ou aproximada) posição geográfica dos lugares assinalados ou referenciados.

Relativamente a este tão importante Regimento passado a D. Francisco de Almeida poderá, em boa verdade, questionar-se ou perguntar-se das verdadeiras fontes informativas que pautaram a sua redacção e as ordens ou indicações nele contidas.

Fontes desse conhecimento?

Para além dos informes trazidos pelas primeiras armadas de Vasco da Gama e Cabral a presença de Gaspar da Índia deve ter constituído uma peça fundamental de informação que, sem dúvida, ajudou a estabelecer peças fundamentais que seriam necessárias ou essenciais para tomar os tratos ou parte deles e garantir os mesmos. Quer dizer: uma preciosa informação sobre a geografia económica e mercantil do Índico. Gaspar da Índia que, mais uma vez, seguiria com o Vice Rei, que o tinha por bom informador e conselheiro querendo-o porque "era lingoa e conselho" (*CAA. T. II. 380*) (Leia-se: boa

língua e bom conselho). Parece ainda evidente que informes particulares terão sido tomados em conta e entre os mais próximos, seguramente os avisos e recomendações trazidos pelas expedições imediatamente anteriores e entre elas a de Albuquerque donde se tomaram directas informações.

A estratégia montada para o apropriar do rico complexo geográfico e económico não é manifestamente de D. Manuel. (D. Francisco de Almeida deixa, aliás uma acusação directa a este monarca que talvez houvesse de tomar em conta para tão "avisado" e afortunado Reinado...: Parece que nem ao trabalho se dava de ler os documentos, os dossiers" – como hoje diríamos – que lhe eram remetidos: "*Bem me parece* – diz D. Francisco de Almeida – ***que não ledes,*** *nem vos lêem minhas Cartas*" (!... Carta de 1508).

Este instrumento programático saiu sim, da gente de que se rodeou e que tinha no seu Conselho. Cremos não ter sido ainda referido, pelo menos com a necessária ênfase, mas o Almirantado recentemente criado na pessoa de Vasco da Gama é, sem dúvida uma peça fundamental no delinear e planificar dessa estratégia.

As fontes são parcas mas Gaspar Correia – o mais próximo e documentado testemunho dos acontecimentos – não deixou de rapidamente o apontar. O pormenorizado Regimento dado a D. Francisco de Almeida poderá pertencer-lhe em grande parte. Gama tinha em si o capital acumulado de duas viagens e o montante precioso das informações e experiência recolhidas. Gaspar Correia diz que o indigitado Vice Rei estava e andava mui bem *"informado pelos grandes apontamentos que de todo dava Dom Vasco da Gama que sempre estava com o viso rey despachando as cousas (da Índia)* (Cit. 529). Talvez houvesse que explorar muito mais a instituição criada que foi, seguramente, além de mero título honorífico concedido a Vasco da Gama que, entretanto (à semelhança de outros grandes homens que fizeram a Fortuna do Afortunado) foi perdendo sucessivamente valimento junto deste Monarca verdadeiramente antropófago. (Omitimos o parecer dos cronistas não oficiais e de homens probos com Fr. Francisco de S. Luís, Braacamp Freire, Lopes de Mendonça e até o próprio, João de Barros, e outros, para além dos impressionantes testamentos políticos deixados pelos dois primeiros Vice Reis)!

E não podem esquecer-se ainda as informações ocasionais enviadas da Índia quer por pessoal principal quer subalterno e de que nos ficaram alguns, ainda que poucos, testemunhos. (Vide, por exemplo, as cartas de Álvaro Vaz tal como a do feitor de Diogo Fernandes (*C.AA. II. 322*) em que informam pormenorizadamente das coisas de Cochim (*Gav. IV*)

7 – As estratégias marítimas e políticas a desencadear para garantir objectivo do Índico parece terem-se fundamentado em duas premissas essenciais: a

prioridade dos contactos à boa paz "posto que mouros sejam"! Quer dizer: ao demo a hostilidade religiosa! Fique o comércio)!

Só depois, a guerra ou as acções de força – sempre que necessárias, mas sempre como último recurso quer como elemento de afrontamento directo quer como elemento de intimidação. Algumas acções drásticas e de rara violência em casos pontuais tiveram, sem dúvida, esse objectivo: a exemplaridade da acção punitiva que evitasse a generalização do conflito ou da resistência de lugares chegados. A exemplaridade do castigo evitava a repetição dos conflitos e obviava a desgastes perniciosos que poucos não poderiam, por muito tempo, suportar.

8 – Pontos essenciais desse Regimento – que sedimentou toda a política do Índico – para além das acções concretas e iniciativas individuais do dois primeiros Vice Reis - repousavam nos seguintes pontos:

a) Decisão de criar uma administração mais estável e que desse consistência às armadas que anualmente eram enviadas de Lisboa, tentando uma administração local.

b) Assentaria em dois pressupostos básicos: construção de pontos de apoio terrestres em locais estratégicos, normalmente nas principais cabeças ou escápulas do comercio do Índico, mas de uma forma que pusesse esses pontos ao abrigo das incursões terrestres por isso, preferentemente desligadas, ainda que próximas, da formação continental. Assim, a preferência por pequenas ilhas separadas da costa, próximas das cabeças terminais das rotas marítimas que controlassem o comércio sem estarem comprometidas directamente com a formação continental. Um assentamento "territorial" que, de facto, o não era! Só na ausência das ilhotas se fez o assentamento continental. Sempre próximo das praias e que dessem rápido e directo acesso ao mar. Bases quase móveis que, por seu turno, servissem de apoio logístico não só à armada militar como ocasionalmente aos navios de trato. Sublinha Barros: "fortalezas apenas para fazer escala, deixar e tomar mercadorias". Nada mais. (*Barros. I. 371*)

(Escalas – *escápulas* como várias vezes refere e sublinha a documentação. Isto é, lugares de onde é fácil escapar; simples lugares de apoio) – que servissem também de estaleiros de reparação ou construção naval ou de simples montagem (rápida) das embarcações ou engenhos de guerra que por seu turno, quase sempre seguiam nas armadas, em pré fabricados. O que acentua a leveza e mobilidade destas instalações.

Implantações de tripla funcionalidade: posto militar de defesa, de feitoria e de algum apresto e capacidade de construção e reparação navais (aspecto este, e com todo o sucesso, sucessivamente alargado) mas sem-

pre em pequenas concentrações ainda que dotadas de assinalável capacidade militar e marítima que, desfeitas, abandonadas ou tomadas pelo inimigo não pusessem em causa a manutenção e funcionamento da restante rede. De um modo geral, e por isso mesmo, de não muito pesadas guarnições.

Tudo vigiado e defendido por uma armada permanente local, que assegurasse a manutenção das fortalezas construídas ou à boa paz (com os senhores do lugares) ou por força da tomada militar e da imposição de uma fortaleza. Para assegurar essa armada, um corpo de armas de origem metropolitana que circunstancialmente poderia recorrer, como recorreu, a algum recrutamento indígena explorando, por vezes, as rivalidades locais quer rácicas quer político mercantis (o que a D. João II havia já praticado na costa do continente africano, ao que parece, com o melhor sucesso) (Vide Jerónimo Munster, *Itinerário*).

Par tal, um corpo de funcionários militares administrativos e financeiros semi-móveis: uns sediados nas feitorias outros a bordo das próprias embarcações.

A formação naval compunha-se de dois elementos substancialmente diferentes mas verdadeiramente complementares: uma pesada e grossa, de grande capacidade de transporte procurando-se que, não obstante, fosse sempre o mais veleira possível. Uma outra de embarcações mais pequenas, veleiras, sempre na base da caravela, pequenos barcos ou adaptações às circunstâncias locais e destinadas sempre ao policiamento ou á confrontação militar. Uma formação que fosse essencialmente uma arma de guerra. Esta "arma", de um modo geral, manobrava também em pequenas concentrações, que a tornasse "volátil", leve e ágil. Só em casos pontuais seria coadjuvada por outras "armas" de grande ou maior porte. Uma drenava os produtos do Índico; a outra assegurava e garantia a drenagem.

Tudo na dependência de a um autoridade central – o Vice-rei "com mero e misto império na política e na fazenda" (*Castanheda. 2*) Uma autoridade local, que possibilitasse a acção rápida e o agir imediato, dotado praticamente de poderes discricionários: "com todo o nosso inteiro poder e alçada sobre todas as pesoas das ditas fortalezas frota e armada e quaesquer outros que nossos subditos sejam da qual em todollos casos asy cyveis como crymees e ate morte natural imclusive usara ynteyramente e se daram a execussão seos juizos e mandados sem delle haver mais apellaçam nem agravo sem aceytarmos neem tirarmos pessoa algûa em que ho dito poder e allçada se nam entemda" (*Gaveta. III: 600*). Um poder praticamente autónomo, definitivo.

9 – A acção de D. Francisco; opções.

Ponto essencial: poderia esta autoridade ter uma sede local preferencial mas, numa primeira fase, com D. Francisco de Almeida que nisto é exemplar (e aqui essencial e substancialmente diferente da de Albuquerque) –

tratou-se de assentar e erguer uma autoridade estrategicamente móvel, difícil de localizar e, logo, de anular ou destruir. Querem um exemplo? Chaúl, (perda grave) debilitando animica e emocionalmente D. Francisco de Almeida, não pôs, minimamente, em risco nem o Vice Rei, nem o complexo que estava construindo. (Mais o destruía, a incompreensão e quase hostilidade do monarca que a construção da teia a que obstinada e habilmente se devotara). E é esta estratégia de que se dá conta um dos historiadores do Malabar: estranha e perigosa "gente que nunca estava parada no mesmo lugar" (Zinadim, *Historia dos Portuguezes no Malabar*. Ed. David. Lopes 111). E esta foi a avisada estratégia deste primeiro Vice Rei, ao contrário do segundo que elegeu e construiu uma capital política e administrativa fixa, a partir de Goa.

Outro aspecto: com D. Francisco procurou-se evitar sempre as grandes concentrações tirando o melhor partido e explorando ao máximo a superioridade militar náutica de que os portugueses eram, de facto, detentores. (apesar de Boxer defender ou insinuar, em parte, o contrário). Superioridade quer em termos de conhecimento de mares, quer dos próprios meios e instrumentos náuticos utilizados ou rapidamente incorporados e apropriados. (Não deixa de ser de sublinhar-se aqui que os "estaleiros" do Índico eram locais praticamente secretos. Neste Regimento de D. Francisco de Almeida assim se determina: Se houver de fazer-se "alguuns navyos de reemo ...mandayos fazer, pero em logar e com tall resguardo que os não vejam fazer!...".

Daí que Jaime Cortesão aponte esta realidade ao sublinhar a imediata apropriação de tal modo que, rapidamente, os lusos se sentiram nesses mares como em sua própria casa: (uns,): "*enquanto os portugueses estavam como em sua casa em plena tempestade do Índico,* (outros) *os Turcos que vinham do Mediterrâneo e estavam* (presos) *à manobra mais fácil das galés, não puderam superar os barcos lusos à vela*"(Cortesão, 33-34).

Aos mares uniformes, contrapunham a excepcional experiência do navegar em profundidade através de mares adversos e de diversos contrastes. O que era uma vantagem considerável em relação aos outros concorrentes sobre tudo os turcos ou turco-italianos ou turco-árabes ou mesmo os autóctones (como era o caso dos perigosos e hábeis rumes).

Com esse traquejo, superioridade técnica e preparação humana, operavam autênticos milagres à vista das tradições e condições de navegabilidade do Índico. Eis como o testemunha D. João de Castro lembrando aquela passagem em que o Vice-rei, repentinamente, surgiu com a sua pequena formação naval frente ao inimigo num dos portos do Malabar em circunstâncias marítimas praticamente impossíveis de utilizar. Para os orientais, inacreditáveis. E os autóctones os viram como um aparecimento fantástico,

verdadeiros diabos, emergidos das ondas! "no qual nom há memoria dos homens de tal navegaçam nesta costa" ...acabando por crer que tudo o que cometessemos levariamos avante" ... Desistindo da ideia de que poderiam cercar as nossas fortalezas no Inverno "e ficam assim sabendo que em todo o tempo (por todo o tipo de adversidades físicas dos mares) as podemos socorrer e navegar" (*Cf. Cartas Vol. III. 296; ainda 313*). Não era raro com esses meios navegar-se "por por cima, mas até, baixo e das ondas" como, em outro lugar, testemunha o mesmo D. João de Castro.

Tudo também estrategicamente posicionado nesse complexo mercantil e geográfico do Índico, das bocas e dos caminhos que davam acesso ao Extremo Oriente e/ou no afunilamento das rotas.

Uma estratégia claramente contraposta às poderosas formações continentais (tivessem ou não unidade política).

Creio que nunca houve a tentativa de dominar tudo mas o essencial. O estratega teria sentido, desde logo, essa impossibilidade prática dado o gigantismo geográfico da área a controlar (e não dominar) e o extraordinário afastamento da metrópole de longas e penosas viagens: uma média de "ano e meio que as armadas punham na viagem (*G. Correa. 525*), um afastamento enorme das principais bases de apoio militar – que era base europeia – e do seu exíguo potencial demográfico frente ao formigueiro dos frequentadores dos mares do Índico. Estes bem protegidos por esconderijos e pequenos mares interiores de aproximação e navegação sempre traiçoeira e difícil e uma população geralmente hostil. Disse D. Francisco em 1505: "porque as gentes destas terras são maas" *(Gavetas. XI.43).* " No Oriente na Indonésia e na África, o europeu é considerado como um inimigo apenas o muçulmano e o indiano ganham a confiança do indígena" (*Citado por Cortesão. 43*). Praticamente todos, com poderosas formações territoriais na retaguarda.

A sucção rápida dos produtos fazia parte da mesma estratégia. Consistiu no apresto de uma armada de naus de carga, geralmente de grande porte que fizesse a drenagem rápida e em volume dos produtos e uma armada de guerra e de vigilância com embarcações de pequeno calado, de deslocação rápida e flexível com recurso permanente à indispensável caravela e à arma de fogo, mais uma vez "tirando ao lume d´água por (para) os inimigos não sentirem o tiro" (*Barros. II. 130. Também em Castanheda*). Na verdade, uma das razões do sucesso das embarcações portuguesas (*Crónica do Descobrimento e primeiras conquistas da Índia pelos Portugueses*. Apresentação De Luís de Albuquerque. INCM. Lisboa. 1986, 350). Também em alguma contradição com Boxer. A Lisboa desta altura (e desde D. João II) tinha-se transformado num verdadeiro arsenal bélico, onde se fabricavam das melhores e mais modernas

armas da Europa. (testemunhos do estrangeiro J Munzer e nacional Damião de Gois).

A caravela que, na aproximação à costa ou lugares muito baixos seria suprida ou coadjuvada pela tradicional embarcação do Índico ou pela galé e pelo bergantim e ocasionalmente também por outras embarcação de pouco calado e pequeno porte). E ainda outras, como as fustas já aperfeiçoadas na costa de África e agora novamente aqui adaptadas e melhoradas para o efeito. Só em circunstâncias excepcionais se faria o recurso a embarcações de porte. A prioridade total era nas embarcações pequenas as quais permitiam, inclusivé, o esquivar-se das armas de fogo inimigas, iludindo ou fugindo aos tiros "*que lhes iam assobiando por cima*" – como refere Barros, mais uma vez. A recomendação (e a lição) era clara e foi precoce: "as naus que são para trato não convem para a guerra ... Mande V. A fazer no Reino navios pequenos (que, de preferência, deveriam ser (pré-fabricados) porque estes se chegam facilmente a terra cada vez que querem..." (*Gavetas. IV. 213-215*).

10 – Outro aspecto essencial que me parece fundamental: A estratégia da implantação está, logicamente, apontada aos principais centros de afunilamento do comércio. Certo. Todavia, parece que D. Francisco de Almeida deu visivelmente prevalência a uma dimensão curiosa, e afastando-se nisso também do Regimento:

Na verdade, parece ter preferido os centros ou círculos de irradiação mercantil, as bocas de saída, esperando a concentração das embarcações de carga inimigas. Impedindo o aprovisionamento e não a descarga que poderia ser mais facilmente iludida. Exemplo de Sofala, Quíloa, Mombaça isto é, as saídas do canal de Moçambique, centro de difusão do ouro – o sangue mouro do Índico. "a fechar os rios de ouro daquela dilatada Africa" (*Conquista da Índia por umas e outras armas. cit. 287*) Aqui também a sua apropriação, dando-se conta da excepcional base político-estratégica que era Quíloa (e aquele complexo) para meter mão e apropriar-se dos resgates do ouro do Continente (*Nunes Dias. I. 503*). Na outra costa Angediva-Cananor-Onor (centro de saídas ou passagem obrigatória dos panos e tecidos indianos (como de Cambaia) e especiarias do Malabar). Depois, ao Sul: Ceilão e depois Ceilão-Maldivas saídas para o Índico das especiarias vindas do Pacífico e mares da China via Malaca e das ilhas do Sul: Java Samatra e outras, via Malaca.). Também eles, principalmente, centros de irradiação.

Logo se tentou ir a estas partes mas a preferência circunstancial de D. Francisco de Almeida (estamos ainda no início da construção de um complexo geográfico-mercantil) fez-se aqui, e por enquanto, na espera

das embarcações no Estreito de Ceilão isto é, o canal por onde passava o despejo para o Índico dos produtos provindos daquelas partes. Verificado o desvio dos resistentes pelos mares do Sul, procurou o atraco no Ceilão meridional-Maldivas. Por isso, logo para aqui mandaria as embarcações de vigia tentando pôr o pé nos pontos de apoio daquelas ilhas. Tarefa esta, essencialmente entregue, como se sabe, a seu filho D. Lourenço.

Com D. Francisco de Almeida as bocas e as linhas que abriam para o Comércio do Pacífico ou das ilhas do Sul, por sua vez fornecedoras de especiarias que, aliás, o Regimento também recomendava, estão presentes ainda na sua preocupação . Na verdade, D. Francisco levava recomendação para "descobrir Ceilão Pegu, Malaca e quaisquer outros lugares e cousas daquelas partes" (*CAA. 327*)."Lembramos que sempre tenhaes grande cuidado de mandar alguns homens a descobryr, asy como a Malaca e a quaes quer outras partidas que ainda nam forem tam sabidas (*CAA. 323*).

Com esse objectivo, de Cochim logo se propôs ir a Coulão – como foi – e ali assentar outra fortaleza, não tanto pelos produtos da terra – "que só tem pimenta – como por ser afunilamento continental dos tratos que vem ali de Malaca" – como refere. Mas aqui, novamente, um cunho muito pessoal inscrito nesta estratégia de não correr sofregamente sobre os produtos. Fica claro dos poucos documentos que deixou, que visou essencialmente uma prévia ou razoável solidificação de um espaço que permitisse, com segurança, avançar para outros mares e outras paragens. Isto é, foi notória prioridade a limpeza, suficientemente necessária, do mar intercontinental. D. Francisco, lembrará ao Monarca que há etapas prévias para o fazer e para cumprir, com sucesso, esse objectivo recomendado!

É certo que os principais pontos de afunilamento do comercio oriental foram também desde logo visados: sobretudo os golfos de mar Vermelho e do Golfo Pérsico, e Golfo de Cambaia – centros do afunilamento do tráfego (Cambaia na dupla dimensão). Depois o centro da Costa do Malabar por onde passava quase todo o comércio oriental e base dos principais produtos para os tratos do ouro africano.

Assente no centro estratégico de Cananor, dali manda ir também ao Golfo do Mar Roxo Zeila e mais descida na costa – a Brava – o principal centro de importância mercantil e de circulação entre Melinde e Socotorá ou Zeila. Tentaria logo as bocas do Mar Vermelho para onde navega e, como o refere em 1505, indo em direcção aos centros estratégicos do afunilamento mercantil: Socotorá //Adem // Barborá. Por sua vez objectos da expedição directa de Albuquerque logo à sua entrada do Índico, mas enquanto D. Francisco era Vice-Rei de pleno direito.

O Vice-rei diz nada mais desejar neste mundo que ir lá. Todavia, a prioridade era assentar as bases de uma mínima segurança em todo este vasto e hostil complexo geográfico e económico. Um puzle de jogador de xadrez. Uma cautelosa política de colocação de pedras que permitisse o cheque ao rei, na altura própria. E ele é bem claro nessa estratégia sem se deixar enredar nos percalços nem nas burrices e ganâncias que a pressa traz consigo (como lhe parece aconselhava, de cá, o Monarca. Querem a prova? Diz para o Monarca: "Deixai-vos desses avisos"; "destruamos (primeiro) estas gentes novas e assentemos as velhas e naturais desta terra e costa e depois, vamos ver terras novas e tudo lá se fará, quando cá (seguro) for o Campo nosso"! (*Carta de 1508*)!

Quer isto dizer que prevaleceu, por iniciativa própria mais que por mandato, a estratégia do bloqueio: tudo o que evitasse o chegar-se em demasia ao poderio territorial das formações do Índico, de facto bem poderosas. Aquela recomendação ao filho e aos capitães que mandava ao Sul que fizessem todo o mal que pudessem no mar mas evitassem sair em terra (*Gavetas XI. 42*) é programática de todo um *modus operandi* que denotava a incapacidade assumida de vencer em terra e afrontar as formações terrestres. Havia que combatê-las no meio onde tinha superioridade atraindo-as aos mares. Por isso, a preferência pela base móvel é fundamental. Mesmo que tivesse que parlamentar com as autoridades locais, fazia-o preferentemente sempre no mar a bordo da sua embarcação – nunca em terra. A sua escolha ou selecção dos pontos de apoio terrestre faziam-se em função destes puzle marítimo.

Diz ele próprio, "o tempo que não puder andar no mar me assentarei (ocasionalmente) em Cananor porque estou em meio das vossas fortalezas" (*Gav. XI. 44*) que noutro escrito refere como a melhor fortaleza do mundo "lugar que parece foi ordenada por Deus para se fazer imortal" (*Idem XI. 41*). Mas, o que é notável, é que nunca seria um posto fixo. Iria mudando consoante as mudanças das outras pedras o exigissem. E assim aconteceu.

Assim o dirá, como remate e recomendação, na carta para sua majestade sublinhando toda essa política: "todo vosso poder seja no mar. Sabei que enquanto no mar fordes poderoso tereis a Índia por vossa, e se isto não tiverdes no mar, pouco vos prestará terdes fortaleza na terra" (*Carta de 1508*).

Uma construção para a qual reclama que D. Manuel tome o título de Imperador – mas de uma construção, que será marítima: um império marítimo, mercantil, não terrestre nem continental que sabia ser impossível de construir e manter entre as poderosas tenazes continentais do Oriente ou do Próximo Oriente.

Estratégia de que igualmente faz ou fazia parte a política dos cartazes vistos e encarados aqui não como fonte de receita directa, mas como instrumento de reconhecimento de suserania e soberania.

Também não me demoro sobre esta política dos cartazes (*Vide F. Reis Thomaz*) mas diga-se que a prática do *cartaz* tem com D. Francisco de Almeida uma outra dimensão: não é essencialmente uma fonte de receita mercantil ou alfandegária, embora por vezes tenha sido relevante. Essa não era a finalidade principal com Francisco de Almeida e de que alguns seus colaboradores (ou detractores) vão fazer queixa ao Monarca por ter concedido cartazes gratuitamente para alguns poderem navegar. A simples posse era tomada como invocação de soberania e era isso que era necessário assegurar nesta primeira fase da apropriação do Índico. A garantia de uma protecção militar isto é, a reserva e de uma titularidade das rotas e dos mares (sempre que fosse possível mantê-la); uma licença para poder navegar ou circular em território estranho. Não era uma fonte de receita embora a sua falta pudesse converter-se numa acção de apropriação da embarcação e mercadoria. Por vezes, e diga-se que frequentemente depois, com manifestos abusos, numa suculenta fonte directa de receita para os predadores (*Thomaz p.146; 159 162*).

11 – As formações continentais

É, como se vê, uma estratégia em tudo contraposta à presença e formação das potências continentais por sua vez em formação ou em rápida expansão desde a Europa ao Próximo Oriente e sinteticamente aqui apontadas:

Na Europa cristã a emergência continental, peninsular e a breve trecho europeia, das Castelas, dos Reis Católicos e depois de Carlos V. Da fulgurante formação turca que praticamente tomou todos os caminhos e expressões continentais da Europa próximo Oriental, dos importantes caminhos das especiarias e produtos africanos e das terras do Egipto. Os mamelucos desde 1498 que se atravessavam, praticamente, em todos os caminhos da Síria ao Egipto – passagem obrigatória de todos os produtos ricos e procurados do Oriente. (O Sultão Otomano Selim tomava, todos os caminhos (e terras) da Síria e do Egipto em 1516 tornando-se a grande potência terrestre de toda a Ribeira do Mar Vermelho. O Mundo árabe tinha perdido Granada mas ao longo do Mediterrâneo e do Oriente representava uma presença territorial alargada ou de interesses e alianças continentais de respeito.

É evidente que a formação marítima italiana estava aqui presente. Mas o Mediterrâneo é, antes de mais, um mar continental, uma realidade

fechada e a sua movimentação e envolvimento directo com os turcos e o mundo árabe fazia deles ou fez uma potência de conluios terrestres. A feliz expressão de Castro do *navegar com os remos em terra* – como era o navegar mediterrânico, pode significar esta realidade, contraposta ao navegar sem remos, ao navegar "per pego e alto mar", pelo mar alto, o "empegar-se" – tantas vezes referido nos textos e nas crónicas portuguesas.

No Malabar, isto é, no Continente Indiano o poderoso e riquíssimo Império de Vianagar e, mais a Norte, o que poderíamos designar de confederação dos Reinos do Decão (construindo a formação Mogol, e, depois ainda, a Pérsia). Tudo em perfeito conluio com os muçulmanos, de quem vinha sempre a maior hostilidade.

Não havia, de facto, poder terrestre ou militar que por aí pudesse enfrentar ou conter estas formações ou alianças continentais.

Portugal fazia verdadeiramente figura de magra formiga ao pé destes trombudos elefantes dos quais havia que escapar-se o mais rapidamente possível.

Por sobre o que já anteriormente se disse, não deixa, por isso também, de ser curiosa a sua estratégia de mercador que recomenda ao Monarca e que obedece aos mesmos princípios:

As mercadorias não devem ser compradas e adquiridas à pressa, sofregamente, com as naus varadas à espera da ultimação do negócio e à maior mercê do inimigo porque o sua segurança fica em risco desnecessário. Depois, porque torna mais problemático e arriscado o carregamento dado que, o negociar sobre a hora e à pressa, com o camelo ou o burro à vista, só faz encareceras mercadorias! Tudo deve ser previamente feito pelos agentes móveis de modo que, garantida ou previamente negociada a mercadoria, a nau passe e logo carregue *(Carta: Gav. XI. 43)* sem ficar exposta ao risco militar e á especulação ou mesmo chantagem dos mercadores (quaisquer que eles fossem incluindo, já implicitamente, alguns reinóis).

12 – Os resultados

A acção do Vice Rei anda quase sempre apenas circunscrita à construção marítima e esta bastante restrita, me parece. Quase sempre essa mesma acção se refere ao ter "armado" cinco fortalezas: de Quíloa, Mombaça, Sofala Angediva e Cananor – Depois, algo que diz respeito à tomada e implantação no Mar Roxo. Particularmente sublinhada esta por Jaime Cortesão em parte excedendo desrespeitando neste particular o Regimento segundo o mesmo (*Cortesão. 78*)

Todavia, a sua acção é muito mais vasta e mais larga como podere-

mos apontar a partir das crónicas e mais alguns papéis que nos ficaram (efectivamente poucos para tão larga acção)

Assim e aqui, também sinteticamente:

A sua acção sobre Sofala e a Norte sobre Socotorá e as bocas do mar Vermelho passando por Ormuz para onde despachou D. Lourenço. Toda esta costa foi praticamente batida sob o seu Vice-reinado. Construiu-se ou sedimentado a fortaleza de Sofala, também a estratégica, de Moçambique vigiando toda a passagem do Canal. As expedições enviadas à própria ilha de Moçambique, tentado controlar os desvios operados desde as Maldivas para a costa do continente africano e a que poderíamos juntar ainda as preciosas e precoces informações tomadas sobre a Abissinia, de que deu notícia para o reino "do abexy rey cristão". Nesta costa de África para além daquelas fortalezas a presença sobre a estratégica ilha de Pemba donde se provia a construção naval de Melinde e Mombaça.

Acção talvez mais vistosa sobre a Costa do Malabar também praticamente toda percorrida e segurada. A partir de Angediva Cananor e Cochim, sofreu a acção de vigilância e controle de D. Francisco desde Diu (e lá mais acima, Ormuz) ao Cabo Camorim – Ponta sul do Continente Indiano onde ele próprio esteve (além mesmo deste Cabo e não se sabe até onde) com a deriva para Ceilão e Maldivas sem deixar de mandar explorar também as ilhas do Sul.

Deste conjunto de acções na Costa do Malabar, é de salientar a solidificação em torno de Cochim e das amizades ali construídas de que resultou a primeira acção naval de decidida ainda que não definitiva importância – da batalha naval de Calecute em 1506 – por seu filho D. Lourenço. A vigilância desde Angediva sobre Goa onde se propunha ir mas que já trazia ou tinha sob vigia, como a não menos estratégica posição tomada sobre Dabul / Chaúl na linha e mira dos caminhos que conduziam a Diu e daí a Ormuz ou a Adem.

Na ponta sul do Continente a posição estratégica conseguida no estreito de Ceilão com a fortaleza de Coulão e a expedição à ilha de Ceilão (onde se viria a implantar a feitoria de Columbo) e de que resultaria o primeiro grande desvio das rotas regionais, o desvio por Samatra, Malaca Pedir Achem e Pacém, por fora da ilha de Ceilão, de forma a tomar as Maldivas e daí aproveitando a Corrente do Malabar para a Costa de África, tentando (e conseguindo) depois o Golfo Pérsico e Mar Roxo. A expedição por D. Lourenço a Ceilão e Maldivas teve por objectivo atacar esse desvio.

Tudo áreas "batidas" pelo Vice Rei ou pelos seus homens que nem sempre lhe fizeram a vida fácil, sempre esperando alguns o grosso e fácil louvor das intrigas que um monarca inconstante prodigalizava, vendendo a lealdade e o serviço pela adulação ou pela inveja.

Finalmente Diu. 1509.

Este último episódio já metido na contenda com Albuquerque. Mas não pode deixar de, em parte, se justificar a recusa (para além das intrigas em que ambos se viram envolvidos): a leonina obsessão da vingança do filho e o querer fazê-lo pelas próprias mãos. Não era missão que se entregasse, de facto, a mais ninguém ainda por cima vilipendiado junto do mesmo inconstante e manobrado monarca (que dava já ao desbarato no Reino a apaniguados e aduladores as benesses de feitos conquistados com o sangue dos outros no Oriente. (Desta grave acusação do ancião D. Francisco de Almeida, se não livra D. Manuel)!

Depois de acossar vários pontos da costa até Diu como aconteceu com Dabul, e depois Chaúl, no princípio do ano de 1508 despachou D. Lourenço para toda aquela costa, vindo este, como se sabe, a meter-se em Chaul, onde ocorreria o desastre, essencialmente causado pela impossibilidade de D. Lourenço não ter podido sair, a tempo, para o mar aberto.

E não me demoro sobre a importância da batalha de Diu – uma das mais importantes batalhas confrontos navais da história da marinha mundial - com que fechou a sua acção no Oriente. Não resta dúvida que no Norte esta batalha de Diu deixou o caminho aberto para se tentar a segurança "definitiva" de Ormuz. E de todos os caminhos que aqui conduzem e limpando (quase por inteiro) os mares difíceis do Índico "deixando este fecto (negócio) dos rumes acabado" nestes mares – como diz Barros.

E, de facto, se não fora essa teimosia, Diu possivelmente nunca teria acontecido e a *viagem* pelo Oriente e pelo Malabar até às longínquas paragens de Malaca, continuada brilhantemente por Albuquerque, não seria feita, seguramente, do mesmo modo.

Com Diu, firmou o Vice-Rei um poder naval que até aí, de facto, não existia ou era muito problemático. Se não deu toda a segurança naval – (que não deu), nem tomou todas as linhas de comércio aí existentes (que não tomou, aliás, coisa praticamente impensável para tão poucos e em tão alargados e tão vastos espaços), tornou-se a peça fundamental para que Albuquerque conseguisse ir muito mais além e concretizasse aí passos maiores nessas duas dimensões. E a grande e importante realidade que convém sublinhar, como repetimos: firmou um poder naval nesses mares que até aí não existia, e que daria em algumas escápulas a primazia incontestada (dizem-nos os documentos à saciedade) à navegação lusa nestas paragens. De si, de facto muito difícil pelos muitos "centros" que continham esses mares e esses espaços, mas parece-nos não suficientemente documentada nem demonstrada a afirmação de que, desde

os inícios aos fins do século XVI, nada mexeu praticamente nestes mares do Índico ou do Oriente – como alguns sustentam. E, na verdade, parece evidente pelo menos que "a corrente secular do comércio oriental se desviou significativamente do seu anterior leito" (*Zinadím, Historia dos Portuguezes no Malabar.*. Ed. David Lopes. p. XLV).

Como se vê, um enorme palco marítimo de actuação para o qual a mobilidade era essencial e o fixar-se em terra um risco e uma prisão. Daí a comparação que faz e que resume toda a sua política: as fortalezas e as construções em terra seriam prisões, o controle dos mares a liberdade e o sucesso. Um duplo sucesso: militar e mercantil. Uma alteração estratégica fundamental e "nova": a terra deixou de ser o mar dos mercadores para o mar e rotas marítimas passarem a ser a terra dos mercadores (*Luís Filipe Thomaz. 118*), o sustentáculo dos mercados e o sangue das formações territoriais.

E poderíamos terminar com os dizeres da Carta de 1508 onde D. Francisco, sem falsas modéstias, resume para um monarca que já não o ouvia, mostrando-lhe, sobre o corpo de Filho e a lança ainda ensanguentada, as realidades que o seu monarca não via ou não queria ver: "de Malaca até Ormuz há mais mouros que nos reinos de Fez e de Tunis, "todos damnificados por nós"*!* (*Carta de 1508*)

Sossegue V. Alteza!

"O Viso Rey fica mui bem e asy todas as gentes que com elle ficam no maar em que elle agora andava com nossa armada e asy na terra nas fortalezas de Cochy e Cananor e assy mesmo ficam mui bem todas as fortalezas desta outra banda da costa do mar Roixo pera ca e as gentes que nellas estam e tudo esta assemtado asy como cumpre a nosso serviço" (*CAA. 424*).

Bibliografia

Albuquerque Afonso de, *Cartas seguidas de Documentos que elucidam*, Publ. por Ordem da Academia das Sciencias de Lisboa. Ed. Bulhão Pato. Imprensa Nacional. Lisboa. T. II. 1898.

Albuquerque Luís de, *Dicionário de História dos Descobrimentos*. (Direc. de) 2 vols. Lisboa. 1994.

Almeida D. Francisco. *Cartas* (e outros documentos do Vice Rei) em *Gavetas da Torre do Tombo*. Gav. III; Gav. IV; Gav. X Gav. XI. CEHU. Lisboa. 1963-1975.

Andrade, António Alberto Banha de, *Mundos Novos do Mundo*. 2 vols. Lisboa. 1972.

Answaarden Robert van, *Les Portugais devant Le Gran Conseil des Pay Bas*. 1460-1580. Fund. Calouste Gulbenkian. CCP. Paris. 1991.

Baião, António. *A Política de D. Francisco de Almeida, D. Afonso de Albuquerque e D. João de Castro*. Em "História da Expansão Portuguesa no Mundo". II. Lisboa. 1939.

Barbosa Duarte *Livro do que viu e ouviu*. Ed. Reis Machado. Lisboa. 1946.

Barros João de, *Décadas da Ásia*. (I e II). Ed. INCM. Reed. Lisboa. 1978. 2 vols.

Boxer, Charles, *O Império Colonial Português. (1415-1825)*. Lisboa. 1981.

Campos, Com.te Moreira, *D. Francisco de Almeida. 1º Vice-Rei da Índia*. Lisboa. 1947.

Castanheda, Fernão Lopez de, *Historia do Descobrimento e Conquista da India pelos Portuguzses*. Lisboa. 1797. Livro II.

Castro D. João, *Obras Completas de*. Coimbra. Vols. III e IV. (Cartas) 1976--1981.

***Conquista da Índia** por umas e outras armas*. em "Documentação Ultramarina Portuguesa". T. I. Lisboa. 1960.

Correa Gaspar, *Lendas da India*. Liv. I. T. I. Lisboa. 1858. *Crónicas de Manuel e D. João III*. ed. de José Pereira da Costa, Academia das Ciências Lisboa. 1992.

Cortesão Jaime, *O Império Português do Oriente*. Obras Completas. XV. Portugália. Lisboa. 1968.

Costa, José Pereira da, *Socotorá e o Domínio Português no Oriente*. Em "Rev. da Univ. de Coimbra". Vol. 23. Coimbra. 1973.

Notícia dos Feitos Recentes do Portugueses (de D. Francisco de Almeida) *na Índia*. Tradução e apresentação de *Gesta Proxime per Portucalenses in India. Nurenberge. 1507*. em "Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal". Lisboa. 1958.

– *Crónicas...* (Ver supra Correa. Gaspar); Ver também infra, Fernandes, Valentim).

Crónica do Descobrimento *e primeiras conquistas da Índia pelos Portugueses.* (Apres. de Luís de Albuquerque. INCM. Lisboa. 1986.

Dias, Manuel Nunes, *O Capitalismo Monárquico Português.* Vol. I. Coimbra. 1963).

Fernandes, Valentim, *Códice* (descrições Geográficas de). Ed. de José Pereira da Costa, Acad. Port. da História. Lisboa. 1997.

Godinho Vitorino Magalhães, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial.* 4 vols. Ed. Presença. Lisboa. 1981-83.

– *Mito e Mercadoria. Utopia e Prática de Navegar.* Difel. Lisboa. 1990.

Goes Damião, *Chronica do Serenissimo Senhor Rei D. Manoel.* Lisboa. 1749.

– *Lisboa de Quinhentos.* Trad. de Raúl Machado. Lisboa. 1937.

Hans Mayr, *Da Viagem de D. Francisco de Almeida primeiro viso rey da India,* em "Códice Valentim Fernandes". Apres. José Pereira da Costa. Academia Portuguesa da História. Lisboa. 1997. 344 e segs.

Kieniewickz, Jan, *Del Baltico al Indico. Las nuevas fronteiras hispanicas a finales del siglo XVI. in* Actas "Congr. Int. Las Sociedades Ibericas y El Mar". T. II. Lisboa. 1998.

Lobato, Alexandre, *Fundação do Estado da Índia em 1505.* Lisboa. 1955.

Martins, José F. Ferreira, *A génese de uma epopeia. A Política de D. Francisco de Almeida.* em "Congresso do Mundo Português". IV. T. II. Lisboa. 1940.

Mendonça, A P. Lopes de, *Carta Inedita de D. Francisco de Almeida*, em *Annaes das Sciencias e Letras.* II. Lisboa. 1858.

Munzer Jerónimo, *Itinerário,* Ed. de Basílio de Vasconcelos. Coimbra. 1931.

Osório D. Jerónimo, *Da Vida e feitos de El Rei D. Manuel.* Liv. Civilização. Porto. 1944.

Pina Rui de, *Crónica de D. João II.* Porto. 1977

Resende, Garcia, *Crónica de dom João II e Miscelânea.* INCM. Lisboa. 1973

Sousa, Alfredo Botelho, (Com.te), *A Armada e o Império da Índia.* Em "Hist. da Exp. Port. no Mundo". II. Lisboa. 1939.

Silva, Joaquim Candeias da, *O Fundador do Estado Português da Índia. D. Francisco de Almeida. 1457(?).1510.* INCM. Lisboa.1996. (onde se reúne, praticamente, toda a documentação conhecida sobre D. Francisco de Almeida).

Sousa Manuel de Faria e, *Ásia Portuguesa.* Liv. Civilização. Porto. 1945. Vol.

Thomaz Luís Filipe F. R, *Portuguese Control over Arabian Sea and the Bay of Bengal: A Comparative Study* em "Commerce and Culture in the Bay of Bengal, 1500-1800" ed. By Om Prakash Deniys Lombard. 1999.

– *L´ídée impériale manueline em* "La Découverte. Le Portugal et l´ Europe. Paris. 1990.

Viterbo, Sousa, *Trabalhos Nauticos dos Portuguezes*. Lisboa. 1898.
Zinadím, *História dos Portuguezes no Malabar*. Ed. David. Lopes. I. N. Lisboa. 1898.

Apêndice Documental

Algumas referências documentais de mais difícil acesso (que tínhamos coligido de alguns tempos atrás) que tencionávamos juntar em apêndice Documental acabaram recentemente reunidas e publicadas por Candeias da Silva no seu excelente trabalho sobre D. Francisco de Almeida, *(D. Francisco de Almeida 1457(?) - 1510. O Fundador do "Estado Português da Índia"*. I.N.C.M. Lisboa.1996.

Tal facto levou a alterar substancialmente a primeira intenção.

Todavia, algumas peças continuam raras e de acesso nem sempre fácil. Uma necessária maior divulgação de alguns documentos sobre D. Francisco de Almeida levou a mantermos a nossa intenção inicial, reduzindo-a embora. Assim, coligiremos aqui as Viagens; O seu Testamento Político (a Carta de 1508) e a testemunho presencial da Batalha de Diu, por Luís de Vartema.

"porque como elle resperava de se vir aquelle anno pera este reino por lho elrey mandar, primeiro queria deixar este fecto dos rumes acabado ou acabar nelle" Posto que a seu parecer elle não fazia fundamento de se poder vir aquelle anno cá nam via na India duas pesoas que elle pera isso esperava, Afonso Dalboquerq que o havia de succeder e a nao Sam Joam capitam Jorge Daguiar em q elrey mandava q viesse"

A Chegada de Albuquerque (primeiro contacto aconteceu quando as naus do reino já haviam partido, e a preparação da armada contra os rumes e Mir Hocem estava preparada (Barros.II.100)Barros II.99)

Daqui de Cananor voltou, pois Alboqerque passado por Cochim, a Socotora e daí a Ormuz (Ibidem).

"...Entre o qual esbulho foram achados alguns livros de latim e em italiano, hûuns de rezar e outros de historias até livro de orações em lingua portugues", tanta era a variedade de gente q andava naquelle arraial do demónio" (Idem, 133).

Osório:

D. Francisco. Dobraram muito o cabo pelo Sul de modo que não podiam com os frios(197)

Depois aportou e tomou Qiloa(onde fez fortaleza. Mombaça... Melinde e daí a Angediva(13.9.1505) (Cochim Canaor! mandando guardar toda acosta(Ide, 203) Entretanto sabe de 4 naus da Arábia que chegaram a Calecute numa das quis vinham 4 venezianos"artífeces de peças de artelharia" (204) enviados pelo Soldão do Egipto

Fez aliança com o Rei de Narsinga – poderoso e vasto Reino.

Construiu amigavelmente a fortaleza de Cananor(210). Desceu a Coulão....

Sofala. Em 1505 partiu nova armada de a Francisco da Naia. Também desceu tanto a sul que se lhes coalhava água!(213) até que voltaram e entraram em Sofala.

O vastíssimo império do Benomotapa!...

Mandou o filho às Maldivas... e Toca em Ceilão. **Columbo. Onde deixou padrão** e daí veio a Cochim Cochim Cananor e Angediva.

1508. Armada de Diogo Lopes de Sequeira Objectivo Malaca e ilha de s. Lourenço. Com 4 naus. 12 sob comando de Jorge de Aguiar. 5 para vigia do cabo Guardafui. Das naus da Arábia. Socotorá.

Ia Al Socotorá.boquerque para render Almeida.

Moçambique Melinde. Braba

Daí a Cananor e cochim onde estava Almeida.

Tomou Panane e Calecute deixou segurada.

Albuquerque (da Armada de Tristão da Cunha ficou por guarda das costas da Arábia. Que se determinou de ir a Ormuz.

Albuq. Partiu de Socotorá em 20 8. 1507. Curiate- Mascate – Ormuz. Abandonado de alguns seus teve que largar Ormuz... Voltou por Calaiate e daí a Socotorá que precisava de socorro. Daí à Índia: Cananor em 3.11.1508. Contacto com Almeida que lhe não entregou o Governo pois preparada tinha a desforra do filho!

Diu – vitoria insigne onde se compunha o exercito inimigo de numerosas nações pois ali se acharam livros em Italiano, castelhano toscano, esclavão e francês e casytelhano (Idem. 299).

De Diu despachou D. António de Noronha para Socotorá.

E "ele Almeida, dali partido, foi visitando todo aquele trato de costa que vai de Diu até Cochim a todos subjugando ao domínio" e potestade de D. Manuel.(3000). Com a acção barbara perpetrada em Cananor!. E dali a Cochim onde o receberem com grande aplauso Aqui surgiu a contenda com Albuquerque. Até que chegou a poderosa armada de Fernão Coutinho: que

saiu de Lisboa em 12 .3.1509. e chegou a Cananor(levando Albuquerque para Cochim ao encontro de Almeida.

""então deu obra de o marechal a congrassar o Almeida com o Albuquerque o que lhe não foi difícil porque afugentados de um lado e do outro os maus induzidores, como ambos eram de consagrada probidade e ambos se propunham por alvo o honesto, fácil negócio foi o concilia-los" (302). Despedido o Almeida de Cochim...

APENDICES DOCUMENTAIS

Nº 1 Carta a el-rei do vice-rei da Índia.
Cochim, 16 de Dezembro de 1505.

Nº 2 Viagem de D. Francisco de Almeida 1505 relatada em carta escrita em Cochim, a 18 de Novembro 1505, por Pêro Fernandes Tinoco.

Nº 3 Da viagem de D. Francisco de Almeyda primeyro viso rey da Índia, de Hans Mayr no códice de Valentim Fernandes. 344-370

Nº 4 Sumário da Cartas que vieram da Índia para Portugal. A Primeira é de 27 de Dezembro de 1506.

Nº 5 Testamento político de D. Francisco de Almeida carta de 1508 (Ed. Lopes de Mendonça).

Nº 6 «Notícias» dos feitos recentes dos portugueses na Índia.
(Tradução e apresentação de Gesta Proxime per Portucalenses in Índia, **Etiópia *e outras terras do Oriente***

Nº 7 Relação da Batalha de Calecute em 1506 Itenerário de Loduvico de Vartema. Apresentação e tradução de Vicenzo Spinelli Lisboa IAC Pag. 216-227

APENDICE DOCUMENTAL Nº 1

5662. XX, 10-33 – Carta a el-rei do vice-rei da Índia, na qual dá informação de Quíloa, fala da sua viagem, do negócio das especiarias e da perda de navios por deficiência de construção. Cochim, 1505, Dezembro, 16. — *Papel. 8 folhas. Mau estado.*

(1) Gaspar Pereira tem cuidado d'escprever a Vosa Alteza meudamente todo o que se ca pasa e porque nom caue de ho mandar ler duas vezes me nom meto a lhe disso seprever novas senom as que perventura elle nom poera. Senhor Quillua he o luguar do mundo que eu sey de milhor porto e mais graciosa terra que pode ser. A Ilha he de duas legoas de longuo e menos de h??a de larguo. Ha neila liões e veados antas e corços perdizes codornizes e rousinõees e muitos gerneros *(sic)* d'aves e laranjas doces e romãas lmões e ortariça *(sic)* figos de cacoquos e inhames e maravilhosas carnes e pesquados e muito booas auguoas de poços. Fizemos Senhor aily hũũa fortleza que se podese ser compraria por anos de minha vida veella Vosa Alteza porque he tam forte que se esperara nela el rei de França e tem apousemtamento de muito boas casas pera duas tamta jemte como ally fica e desenbarquom os batees as pipas por hũũa esquada de seis degraaos demtro no baluarte que he o mais forte da casa. Ally Senhor pus em monte e espallmey todas as naaos e deixey a fortleza muito bem abastecida e todas estas obras se fizerom em dezasete dias mas os fidalguos e de hy pera baixo todos trazem os braços mais compridos da padiolla e leixey ordenada a casa pera a especearia derntro na fortleza omde hos bateis a podem meter nela.

Senhor a mym e a todos estes homeens principaeis pareceo que compre muito a vosso serviço esta cidade fiquar povorada e com rei nella pello qual eu peila pesoa de Vosa Alteza que represento em hum auto puprico fiz a Mafamede Arcone rey porque era sempre servidor de Vosa Alteza segumdo o tinha mostrado e era imiguo do outro rei *(1v.)* [.....][2] Vosa Alteza [.....][2] mandardes [.....][2] que em meu tempo seres emperador deste mundo de ca que he muito moor que ho de laa. E a carta que lhe mandei pasar de seu reinado vay com muitas comdições perque Vosa Alteza sem quebrar o que ho voso quapitaão fez podees poer os foros e comdiçõees no reino que forem voso serviço. E dally Senhor mande trazer nestas naaos duzemtos moios de caile treçada e engrolada pera estas fortiezas e leixey recado a Fernam Cotrim que pus por feitor porque he muito pera iso e de Vosa Alteza me trouxe carta que sempre tenha cail prestes pera me ca mandar nas naaos que vierem porque

---

[1] – Falta um pedaço de papel no documento.

[2] – Tem ao alto, em letra diferente: – Informaçam da Ilha Grande.

ally fazem tamta que nom vos custou nada e ele ave la ha caise de graça. Francisco Coutinho deixey por alcaide moor em Quillua que he boom cavaleiro e suficiente pera iso porque Duarte de Melo vinha com Vasco Gomez e nom era cheguado com decraraçom que quando for Duarte de Melo se venha e lhe deixe sua alcaidaria.

Senhor dally nos viemos a Mombaça nom he tam bom porto he periguoso pera sair em que a naao de Diogo Correa tocou e perdeo o governalho e foy necesario fazer lhe outro as apallpadellas porque a nom podiamos poer em monte e metemos lho de noite as tochas que foy gramde merce que me Noso Senhor fez porque parecia emposivell. E dally nos viemos e nom podemos tomar Melinde porque ho escorremos sallvamte seis ou sete naaos que primeiro mandei enquamto ficamos com Diogo Correa e pousamos em hüüa bahia em que pousou o almiramte em que numqua se achou auguoa. E aguora a mandei buscar per Lourenço de Brito e Dom Lourenço e acharom hum poco antyguisimo atupido *(sic)* allimparom no e loguo trouverom os batees carreguados da milhor auguoa que pode ser e tem auguoa pera quamtas naaos forem e vierem.

(2) Senhor daily atravesamos [.....][1] boom tempo em que vy [.....][1] cartas tem este caminho [.....][1] adra de Pedre Anes que fazem [.....][1] os outros piliotos parecia maall veio tall direito que nom errou hüüa leguoa nem mea profitizamdo tudo damte mãão e isto releva muito a esta navegaçom a desposyçom que nesta ilha achamos pera fazer fortleza a primeira casa foy espantosa porque tudo era cuberto de matos e ervaçõees. Porem aparou nos Deus maravilhosa pedraria e fizemo la toda como Vosa Alteza podera saber estevemos nela xxxij dias sem poder ali fazer com vemtos comtrairos e tormemtas e aguora tenho conhecido que aquella fortleza com ajuda de Noso Senhor segura estas outras e fara muito fruito nestas partes.

E dally Senhor nos viemos por Anur (?) e fizemos o que Vosa Alteza la sabera que me pareceo ser necesario e proveitoso pera voso serviço. Dally viemos ter a Cananor de que me eu remeto a carta de Gaspar Pereira e aos que forom presemtes somentes diguo a Vosa Alteza que a desposyçom da fortaleza parece que foy ordenada per Deus pera se fazer imortall asy como eu espero nele que sera e parece me que se carreguarom ally tres e quatro naos deste anno por diante e que se gastara ally mais cobre que em todos estes outros luguares. Deixey nella por quapitãão Lourenço de Brito porque ha de Coullão estava incerta e aquella me parece mais principall que todas e ele he homem pera iso e pera muito mais e com ele leixey por alcaide Guadallajara porque ho tenho muito bem conhecido e Vosa Alteza vera cam bem vos sabe servir. Os outros oficiaes vãão pera Coullão como erom ordenados e Francisco Coutinho fica por meirinho em Cananor.

---

[1] – Falta um pedaço de papel no documento.

Ally achey os embaixadores dei rey de Narsingua que avia muitos dias que estavom esperando por voso quapitãão (*2 v.*) [.....][1] e pera mim trazerom (?) requado [.....][1] pello trellado de hũũa mall [.....][1] he scprevi. Parece me que ha de follgar [.....][1] comiguo em Batiqualia e que ha de ser muito serviço de Vosa Alteza pera estas partes nom seria muyto ordenar Noso Senhor que todo aquele mumdo fose christão por casamento com cousa de Vosa Alteza em Cananor estive biij° dias que nom pode ser menos por asemtarmos ho trauto e levar de hy Gonçalo Gill que a terra tinha muy danada deixey Alvaro Vaaz pera fazer a carregua com Lopo Cabreira com tençom de ho trazer a Cochim tres dias amtes que partise mandei Fernam Soarez e Diogo Correa e Amtam Gonçalvez a Cochim pera fazerem a carregua e Rui Freire a Coullãão.

Nos chegamos avamte Cochim dia de todollos santos nom vim a vista de Callecu porque nom ho ey de ver se lhe nom poser as mããos de verdade. E elle esta muy apercebido e com a gente que aguora catamos nom seria siso comete lo Noso Senhor me mostrara quamdo for seu serviço e voso de ho fazer.

Quando acabamos de nos amarrar avante Cochim chegou hũũa caravella em que amda por quapitam huum filho de Pero Jusarte e contou me como era morto Amtonio de Saa e todos os que com elle estavom pellos mouros e pella jemte da terra tenho sabido que foy per cullpa delle Amtonio de Saa loguo aquela noite mandei la Dom Lourenço e Joam da Novaa e Vasco Gomez e Rui Freire que ja hia de diamte deles nom sabemdo nova e Amtam Vaaz e Gonçalo de Payva e Lopo Chanoqua e Joan Ornem e a capitaina (*?*) que traz o Jusarte mamdei que lhe fizesem o mall que podesem no mar e nom saisem em terra acharom hi vimte cinquo nããos gramdes e queimarom nas com tudo o que tinhom e toda artelharia se lhe perdeo no maar porque as nããos sairom com o terrenho ardendo pera o peeguo e la se acabarom de consumyr.

(3) Dally se vierom a Caya cou *(sic)* [.....][1] acharyom e acharom a jem [.....][1] contada do que era pasado. Porem Omero (*?*) fala com Mathias o qual mandou seu irmão a mim e outro christãão com requado dei rei da terra cuja concllusom era que lhe mandase paguar cymquo navios que lhe Cristovom Jusarte queimou (*?*) quando sayo de Coullão e que a carregua estava certa e sempre o estarya respomdy lhe que eu nom podia saber aimda de como aquillo pasara porque Cristovom Jusarte dizia que hos seus forom culpados na morte d'Amtonio de Saa que pois elle tinha fazenda de Vosa Alteza que Amtonio de Saa la tinha empreguada em pimenta que me mamdasse dar a carregua a duas nããos e que eu lhe segurava seu porto e seus navios e em tudo

[1] – Falta um pedaço de papel no documento.

lhe faria booa amizade e que ele retevese aquela fazemda de Vosa Alteza ate qu'esta frota partisse com que fiquase desacupado pera mandar laa e estarmos a justiça e com isto se forom os mesegeiros muito comtentes e com joias que lhe mandey dar.

E quando estes mesegeiros la tornaram acharom que Rui Freire se tornou a meter no trauto sem meu mandado e prometeo lhe de lhe dar mais fazemda que he o comtrario do que estas jemtes querem de que este seguro eles se descomcertarem e virem se as naos de laa sem carregua.

Senhor la envio a Vosa Alteza os capitolos que ei rei de Cananor me deu de Gonçalo Gill e dise me que nom queria outra justiça senom que ho mandase hir pera Portuguaall pelo que ho mandei loguo tirar dahi. Ey por certo que se eu tardara ou nom souberom certo que eu estava em Amjadiva que ho achara morto a elle e aos que com elle estavom pella maneira dos de Coullãão. E porem pode ser que ell nom seja tam culpado como el rei me dise porque as gemtes desta terra saam maas.

Tenho determinado Senhor nom hir este ano ao maar Roxo sendo a cousa deste mundo que mais desejo porque todos *(3v.)* [.....][1] por qua alem de desesperar [.....][1] de nom poderem naveguar [.....][1] as fortalezas em perfeiçam o que se nom faria se me eu fose.

Do neguocio de ca nom saberei daar a Vosa Alteza outro milhor comselho senom que mandes que este ano que vem vos nam levem nenhũũa pimenta pera que ha ca mande comprir devaguar e em seu tempo e lança la em muito boons paioêes e quamdo as vosas naaos cheguarem nom terrom que fazer senom carreguar e andar e asy amdara sempre tomada damte mãã e podera ser que ha compremos por menos dinheiro e mais merquadaria as outras cousas senhor que de ca soiam de hir nom vão este año porque todo o feito desta terra nom he senom pimenta e gengibre e as que vem de fora nom ousom de viir com medo das vosas armadas. Joan Omem tirei de capitam por muitos erros que fez asaz de crimes e porque fizera muitos mais se ho deixara e acabara se de perder o navio e pus por capitãão delle Nuno Vaaz Pereira porque he espiciall homem.

Faço Senhor fundamento de fazer huum oratorio de Sam Francisco na pomta de Cananor em que estem estes reilgiosos porque ho farei com o que sobejar do castello. Espero em Noso Senhor que Coullãão me pague ho mall que fez e parece me que lhe farei a fortaleza comtra sua vomtade e sera tam proveitosa como se ma elles fizerom porque aimda que allii nom aja senom pimenta pera carreguar hũũa naao he escapulla omde vem toquar todas as naaos que *vem* de Malaqua e de aquellas partes.

Atee partida destas naaos esta a Quaya Coullãão allevamtado que nom

---

[1] – Falta um pedaço de papel no documento.

nos quis dar carregua creio que nos ha de tornar a roguar com ella porque a necesidade lhe diraa o que façom e espero em Noso Senhor que estas tres naaos derradeiras partirom atee fim de Janeiro tambem carreguadas como estas outras. A feitura (*4*) desta tenho mandado [.....][1] e Rodrigo Rabello e Bel Mendez que [.....][1] Dabull e atee Canbaia se poder [.....][1] desta costa se farom vasallos de Vossa Alteza e os que nom ho forem far lhe emos a guerra. E pera esta outra parte de Coullãão tenho mandado Gonçalo de Paiva e Nuno Vaaz e Amtam Vaaz e mandei lhes que cheguasem atee Caya que he quorenta ou 1 leguoas allem de Coullãão omde pesam o aljofaar e esperarem pera ally as naaos de Choramandell. E per aqui ao preto (*?*) traguo a guallee e a caravella em que andava Christovam Jusarte de que fiz capitãão Francisco Pereira de maneira Senhor que com gramde penna os que nam sam vosos ousam de mamdar pesquar e por isso nom ha aqui outras merquadarias senom pimenta e gengibre que nacem na terra e nom ha as presas que soiam topar. Meu fundamento he partidas as naaos o tempo que nom poder amdar no maar asemtar me em Cananor porque estou em meio de vosas fortalezas e mais vezinho de Callecu he luguar muito farto em que com menos custa poderei mamter a gemte.

Faço Senhor fundamento de mandar Dom Lourenço em Froll de la Mar que vaa envernar a Quillua porque esta naao he funda que pode entrar em Cochim seria com periguo e em Quillua podese poer em monte e enxuguar tam bem como em Lixboa e com elle hira Felipe Royz e mando lhe que vymdo o primeiro tempo que se venham com outro alguum navio que hy ache aparelhado peito cabo de Guardafui e toquem em Zeilla e em Barba e por toda aquela comarqua com aquelle resguardo que se deve de fazer e que se venhom pera mim em Setembro pera ter verdadeira enformaçom do que Vosa Alteza manda que se faça. Espero em Noso Senhor que lhes dara booa andança com que Vosa Alteza seja muito servido. Dom Lourenço Senhor mando por quapitãão geerall pera a parte donde vay e Joam da Novoa leva sua capitania e requere moo e os outros capitãees muito mais porque nom ouverom d'ir com Joam da Novoa senom per força.

(4.v.) **[.....]**[1] muito serviço de Deus e de Vosa Alteza **[.....]**[1] homeens que se ouverem de justiçar venh **[.....]**[1] aca porque a nosa gente nom ha de crecer e as gramdes cousas nom se fazem sem muita gemte e eu os opoerei omde façom pemdemça de seus pecados e se tambem podese ser os omiziados que andom em Castella seria milhor.

Senhor a toda a jemte desta armada parece que feitas (*?*) as despesas que nela mandastes fazer lhe devees acrecemtar as partes do que Deus nos der a guanhar pelos gramdes trabalhos de suas pesoas que se isto allcança e eu

---

[1] – Falta um pedaço de papel no documento.

Senhor o receberei em gramde merce este requerimento nom se emtemda no que a mim toqua porque sam muito contemte das minhas partes e beijo por ellas a Vosa Alteza as mããos.

Senhor no alvara per que Vosa Alteza me fez merce do quimto de voso quimto vem decrarado que eu posa dele fazer o que se fizer do voso pelo qual eu o podera mamdar ao voso feitor de Çofalla que mo resguatara e dizem me que nem vallera sete ou oito mil dobras mas eu nom ho faço nem nunqua ho farei porque a minha merquadaria he servir vos da maneira que as obras darom testemunho.

Outrosy Vosa Alteza gasta montes de cruzados em vosas armadas e perdesem vos as naaos e o que levom por se nom gastar mais quatro mill reis de callafates e carpymteiros asy como nos acomteceo na naao de Pero Ferreira que se me nom achara preto della nom esquapara homem e tambem se perdia o pãão de Vasco Gomez e perdera se la se lhe nom socorerarnos cousa he em que Vosa Alteza muito deve de mandar atemtar pois que pello que nesta viagem vii eu nom ousaria de me meter em naao asy geerallmente provida per vosos oficiaees.

Outrosy senhor dares grandes soldos a colorgiãees e fisicos que ca vem e quimteladas e seria milhor nom virem porque nom sabem nada. Beijarei as mããos a Vosa Alteza por nos mandar hum dos milhores porque se tall nom for he milhor nom se gastar dinheiro.

(5) Outrosy Senhor algñas [.....][1] gimento porque pellos [.....][1] parece asy mais voso serviço [.....][1] as outras consullto com Gaspar Pereira porque ho acho muito fiell servidor de Vosa Alteza e sabe muito bem fazer este oficio que he multo gramde e de muito grande trabalho e espamto me como nas outras armadas se pode fazer multo bem voso serviço sem este oficio necesario me parece fallar vos em todos vosos oficiaes os capitulos que el rei de Cananor me deu de Gonçalo Gill me scpreveo Lourenço de Brito que nom erom verdade.

Dieguo Fernandez he homem limpo em seus custumes e nos dias pasados servio Vosa Alteza como vallemte cavaleiro e com muito trabalho e periguo de sua pesoa esta carregua fez multo bem e com grande diligencia pode ser que sua comta seja alguo embaraçada porque hos tempos forom pera isso e ele he larguo caise *(sic)* feito como Fernam Lourenço. Allvoro Vaaz tornei pera aqui porque he muyto suficiemte uficiall algũũas cousas me diserom dele de molheres que nom se me dara de serem verdade pois vos serve fielmente e pera aqui he mui necesario porque ho feitor e o outro scprivam nom sam tam suficientes.

Amtam Gomçallvez servio ca Vosa Alteza mui bem no mar em me

---

[1] – Falta um pedaço de papel no documento.

aguardar e socorrer mui bem a naao de Pero Ferreira e na terra pelejamdo como mui boom cavalleiro.

Em Amtonio Reall me faz Vosa Alteza grande merce em ho mandar comiguo porque no maar o seu comselho e a sua vigia me descansava muito e nestes portos tenho o encarreguado de toda a visitaçom das naaos e aparelhos e carregua dellas e fa lo tam bem que parece que tem vertude especyfiqua pera isso porque a oratorea nom he muito booa.

Senhor toda vosa gemte tenho paguaa de soldos e moradias atee este Janeiro e asy andom riquos e sããos Deus seja louvado e ca nom veio dinheiro de Vosa Alteza nem outra merquadaria senom hũũa pouqua que viinha nestas naaos.

(5v.) [.....][1] nom sey novas de que tenho [.....][1] Lopo Samchez que se apartou de [.....][1] aça. Creio que deve de ser tornado pera a [.....][1] he a comfiamça que eu dele tinha Joam Serrão traz a gualle bem aparelhada mas ainda não anda bem esquipada de remos por minguoa de jente e a outra começamos aguora de fazer.

Senhor Diogo Fernandez tinha ja aqui feito huum lanço de muro tam grosso e tam forte como o milhor de Purtuguaall e eu meti me acaba lo porque he obra que custa pouquo e vall todo o feito desta maneira (?) espero em Deus que ho deixarei çarrado antes que me daqui vaa em duas braças dalto e far lhe ey hũũa torre grosa de tres sobrados com seu curucheeo porque asy as ordeno ca todas.

Fiz aqui huum espritaall que he muy proveitoso ainda que nom seja tam sumptuoso como o de Lixboa tem boa casa e booas camas com muita roupa que lhe fiz que traziamos das presas de Mombaça e Quellua e Vosa Alteza o provee mui bem das outras necesidades e asi que eu nom faço nisto mais vertude que risquar onde se fizese a casa e de demtro della vem os enfermos Nosso Senhor no altar maior da igreja e ouvem as misas cantadas. E fiz hũũa terecena em que se encerrom (?) as cousas de vossas naaos e he tamanho o trafeguo dellas que se espantaria Vosa Alteza de o ver. Fizemos cadernaes muito fortes pera enmaestear a nãão e mando fazer huum cabrestamte pera varar os navios que homem (?) põee fora se Vosa Alteza me mandase callafates e carpymteiros da Ribeira e estopa e breu seria mais voso serviço que cousa que de la posa vir e se viesse mestre de fazer naao pode la hyamos fazer camanha quisesemos e com mui pouqua custa.

Senhor porque as naaos nom vierom parece me voso serviço mandar Vasco Gomez com sua naao carreguada porque ainda que sua conpanhia me ca fizera mais pomposo nom he este meu respeito pois me parece que o posso escusaar e a sua naao prazera a Noso Senhor que vallera la CL cruzados e elle

[1] – Falta um pedaço de papel no documento.

senhor nom refusou sua ida posto que lhe pesou diso muito porque lhe pus diante que era (6) mais vosso serviço merece [.....][1] merecimentos de fidalgos [.....][1] me pareceo bem hir seu irmãão [.....][1] ca pouquo que fazer e neses outros [.....][1] licemça porque me mostrarom suas necessidades pera ysso.

Senhor as vosas armas todas se ca perdem porque nom som daqueles a quem as homem manda dar e vem de laa mall corregidas e em espiciall as beestas seria milhor mamdar Vosa Alteza que cada huum trouvese suas armas e fazer se lhe algũũa avamtajem e todos hos homeens que ca vierem Senhor tragom beestas porque he ho preopio *(sic)* erro pera esta gemte o allmazem venha desempenado porque se gaasta todo no mar e aqui em Cochy empeño maravilhosamente e custa menos que laa das cinquo partes as quatro.

Senhor estes ofícios novos que ca achey e asy aos dos Alboquerques mamdei paguar todo o que lhes foy ordenado e quimtladas porque achey que vos servirom bem asy em suas fiquadas e ordenados ouve erro. Elles nom ho cometerom daqui avamte Vosa Alteza nom mande fazer mais de dous scprivães porque huum e meo abasta.

Senhor Pera Cam fiz alferez da vosa bamdeira reall e na tomada daquellas cidades andou com ella como dizem que nas cousas dalleem senpre andou em voso serviço pello qual eu em voso noma lhe alevantei o degredo desta tomada de Quillua por diamte e asy alevamtei o degredo a Gill Casado da tomada de Mombaça por diamte e a Joam Gomez do queimamento das naaos por diamte e ao outro voso criado que chamam Soarez despois d'acabar huum anno. Crea Vosa Alteza que asy estes como todos os outros vosos criados serveem muito bem pelejamdo e muito mansamente servimdo no que lhe mando.

Outrosy Senhor a Lourenço de Brito mandei paguar clR reis damte mãão pera conprar suas quimtladas e a Dom Alvaro iijcxx e a Manoel Peçanha ijcr porque ficavom de todo desbaratados se lhe isto nom fizera em tudo isto cuido que acerto oulhamdo o com os olhos d'allma (6 *v.)* [.....][1] seu serviço la vay a fazenda [.....][1] as nom vãão lotadas pellas naaos asy [.....][1] ceza mancava porque vim tarde e elas partiram cedo Deus seja muito louvado mas concertei com todolos capitãees e feitores dos merquadores que toda a pimenta vaa la ter a huum paioll pera dally Vosa Alteza mandar dar a cada huum o que lhe vier soldo a livra e asy se emtendera nas outras merquadarias.

Outrosy Senhor os feitores de Sam Geronimo me convidarom com me darem camara imteira como aos outros capitaees e quintladas e os cem mill reis de capitania e eu nom lhe aceitey senom Cl quintais (*?*) de pimenta na camara os quaes dei a meu filho pera vos servir.

Senhor eu tenho ordenado que se fose Dioguo Mendez Correa por qua-

---

[1] – Falta um pedaço de papel no documento.

pitãão de hũũa naao elle era diso comtente e despois folgou mais de ficar e asy fica com seu soldo e quimtladas como os outros seus iguaees.

Senhor ontem derradeiro dia de Novembro fui ver hũũa torre de madeira que Dioguo Fernandez fez duas legoas por este rio acima com todos nosos batees bem aparelhados de paz e de guerra e fize o saber a el rei e veo se meter comiguo no batell com todos seus beatos e merquadores riquos mouros e outros homeens primcipaees e la emtramos demtro na torre a qual he tam boa e tam forte e esta tam bem aparelhada d'artelharia que soo por ella merece Diogo Fernandez muita merce porque a fez em luguar muito proveitoso e muito necesario sem a qual este rio nunqua estevera bem seguro porque a tiro de bombarda della esta a terra del rei de Caliecu e asy tornei a leixar el rei em sua casa e viemo nos emboora pera a vosa.

Senhor as naaos dos merquadores trouverom tam maos mantimentos que merecem por isso penna e comtudo nunqua eles ca gastarom huum reall ategora porque sempre as mandei prover dos refresquos como (7) as vosas boom he querer [.....][1] asy nysto como na carregua [.....][1].

Pareceo-me Senhor bem hir esta [.....][1] porque estas tres que ficam [.....](1) mais iguaees da vella e espero em Deus que todas la chegarom juntas.

Senhor da cavalguada de Monbaça me derem eses panos de joia que forem tomados na casa del rei envio *os* a Vosa Alteza pera ver o que naquela terra se custumava e parece me necesario dizer vos que forom avalliados em cento e trimta cruzados porque ho alvara per que Vosa Alteza me fez merce desta joia diz que a joia que tomar nom sera ouro nem mouro de resgate e se for pedra que nom pase de bc cruzados de tudo sãão muito comtemte e beijo por iso as maaos a Vosa Alteza e tambem por mandar Antonio Carneiro que me decrare como se ha d'emtemder esta joia porque nom tome mais do que me mandaies porque hũũa naao carreguada d'especearia nom tem joia e eu nom sey se me estemderei atee bc cruzados se a que copia Vosa Alteza manda tambem ouve esa seela na casa que era delrei que me pareceo booa pera o principe meu Senhor de que prazera a Noso Senhor que Vosa Alteza vera muitos netos e biznetos ese pedaço d'ambar me me pareceo boom pera a rainha as outras gemtilezas que de ca soiam d'ir nom has hei porque nom housam as naaos de as trazer de fora com medo de vosas armadas.

Senhor eu mamdei viir Allvaro Vaaz de Cananor porque elle me mandou de laa amestrar hũũa carta que el rei de Cochy lhe escprevera de grandes favores e desejo de ho ver. Tanto que aqui chegou el rei se me mandou diso agravar dizemdo que lhe tinha errado e etc. Respondi lhe com sua carta e mandei lha amostrar e mandou me dizer per Gaspar Pereira que era fallsa e

---

[1] – Falta um pedaço de papel no documento.

entom me mandou o queixume muito mais dobrado pidindo me muito estreitamente que todavia o mandase dizendo me *(7v.)* [.....][1] que a elle era desonesto no [.....][1] que era necesario sabe las [.....][1] que fizesse avia de dar conta [.....][1] mandou todas dizer per Gaspar Pereira [.....][1] a Vosa Alteza envia e mandou me muito pidir que outro castigo lhe nem dese fiz scprivam daquy a Joam de Saa porque vinha enlegido per Vosa Alteza pera Coullãão e parece me muy boom homem pera toda cousa.

El rei de Callecu e de Coullãão amdam em amizades contra este de Cochim dizemdo que ham de viir sobre elle e dizemdo que eu me ey d'ir pera Portuguaall ou mandar as naaos ao cabo de Guardafuu pelo qual determino de as trazer desde Cananor ate Coullãão em todo este tempo que podemos amdar no mar emtom as meteremos em Cochim porque aimda que nisto se nom ganhe outra cousa senom acaba los de destroyr he muito beijarey as mããos de Vosa Alteza por nos mandar trazer as cousas que vãao nese roll que sãão ca muito necesarias porque esta he a terra do mundo milhor pera se fazerem todo genero de navios asy grandes como pequenos como navios de remo se tevermos callafates e carpinteiros e estopa e seuo *(sic)* e remos pera fustas e bragamtiins e gallees.

Senhor eu ey de trabalhar por mudar o peso da pimenta a par deste castello e isto com muito prazer dei rei e dos merquadores porque se asy nom fose nom ho tomaria e se se fizer parece me que sera muito serviço de Vosa Alteza porque a meu parecer a maior parte da pimenta que se la quebrava se furtaria dos bateees neste caminho desd'o peso atequy e eu pus niso todo remedo que pude e nom devido que alinda alguum mall se nom fizese.

El rei de Cae Coulãão me mandou aguora aqui Matias com hũũa carta cuja concllusom era que lhe mandase Ia hũũa naao e que ma carreguariam loguo e porem requeria me que lhe paguase parte da perda que lhe fizera Christovom Jusarte e eu respondy lhe que hos *(8)* guo **(2)** queria pas que [.....][1] de Saa la tinha man [.....][1] elle me paguaria [.....][1] sera que ele nom tem re [.....][1] en tolherem o mar o [.....][1] e que elle avia de tornar [.....][1] faz [.....][1] to eu quisese avera huum mes que la anda Gonçalo de Paiva e Nuno Vaaz e avera x dias que foy Antam Vaaz fazem a mais brava guerra do mundo a Coullam e a Quaelle *(sic)* e a Baningere e aguora soube que hos dous destes tomarom quatro navios no mar de merquadores de Coullãão em que lhe matarom Ixxx homeens e queimarom hos navios e tirarom lhe o aroz que levava e asy queimarom na praia de Beningere outros tres ou quatro. Espero em Deus que viinrom de la riquos e serom viso *(sic)* deseservidores ***(sic)*** destroidos e andando o tempo espero em Deus que eu ponha a mãão de verdade a Coullam e vem vos milhor ter guerra com elle que paz porque nele nom ha

[1] – Falta um pedaço de papel no documento.

nhũũa especearia senom pimenta que hia de ca da terra de contra *(?)* Cochim que haqui vem toda e as outras cousas vinhom de Mallaqua e de Bengalla e etc. Por Vasco Gomez tornarey a scprever o Vosa Allteza o que ate emtom se seguir.

Noso Senhor acrecemte a vida e Reall Estado de Vosa Allteza com aqueila gramdeza de titollos que lhe eu desejo.

De Cochim a xbj dias de Dezembro de 1505.

Cryado e feytura de Vosa Alteza que suas reais mãos envyo beijar.

O Voso(**1**) vyso rey da Yndia

No *verso*:

(8 v.) **[.....]**[1] pola mayor parte seja titolão *(sic)* de tytolo vaons etc o de França se chama ja de Jerusalem e tambem os d'Aragão e os de Castela Atenas e Neopatrea etc e o d'Ingraterra de França e asy outros digo isto porque me parece que Vos'Alteza devia trabalhar por se chamar emperador das Indias e se isto tem inconvenientes que eu nam entendo chamar se rey delas porque os reys de Qyloa e Mombaça se o deixardes e Melynde e Magadaxo a meu ver tamto que lho requerer vos chamara seu senhor e ele voso vasalo os outros se chamam ja e outros reis pequenos asi como de Zemzybara etc nestoutra costa tendes reais e pacyficas fortaleza e ninguem anda polo mar sen vosos seguros Batecala e Anor me tem prometydo de serem vosos vasalos e vos pagarem e a iso tenho la mandado Dom Lourenço com armada asy que nunca vy cousa mais justa nem milhor ganhada do que sera Vos'Alteza tomar titolo. Tambem lembro a Vos'Alteza que quando se algum lugar degrada ganho **[.....]**[2] ora fose por peita de dinheiro **[.....]**[2] por outros concertos **[.....]**[1].

(B. R.)

---

[1] – Papel roto e deteriorado.

[2] – Papel deteriorado.

[3] – Não faz ligação. Parece ter sido cortado

[4] – Falta um pedaço de papel no documento.

APENDICE DOCUMENTAL Nº 2

VIAGEM DE D. FRANCISCO DE ALMEIDA 1505*

Senhor. Ainda que muitos isto façam que he escreverem a vosa alteza tudo ho que ca pasamos em nosa viagem, quero eu tambem ser hum deles, partymos do porto dale a quinze dias dabril de quinhentos (era): e da viagem que de lixboa ate ly trouvemos nom dou conta porque a vosalteza ja sabe, e daly fomos caminho do cabo de boa esperança, mas ho sueste que aquele tempo nunca falece logo foi comnosco, e da mareajem que fezemos e temporaes que nos aconteceo nom dou aqui conta a vosalteza porque ho pyloto mor fez lybro de toda a viajem que ele mesmo fez, ho qual envia a vosa alteza.....baixo do sul hou tanto como la em lixboa debaixo do norte, e eram os dyas menos ca em lyxboa desde santa lozya e pasamos grandes grupos (?) nestes tempos de temporaes, e trovoadas e de grandes fryos a maravilha, de maneira senhor que cando veo polo sam joam nevou nas naos e foi ho frio tamanho que cando queriamos comer ficavamos todos convertidos em rocyns mancos, porque tynhamos boca e nom tynhamos mãos pera comeremos com elas, e asy fomos fazendo festa a vespora de sam joam correndo temporal com alanternas acesas na gavea e pola cordoalha, e cando veo ao houtro dia pola menhã cando cantam os pasarinhos fomos todos vestydos destas camisas mou..... tafetaas..... mim este vestydo que se sege dia de sam joam pola menhã, hum gybão de cinco quartos de lona forado todo de pano de lã forte, e mais huum pelete doutros cynco quartos muito mais forte, e hunm cabelo de vestyr, e os trances postos, debaixo dele huum barete e em cyma huom chapeo e mais huum sayo de bernea com as mangas vestydas, e calças e borseguis e çapatos, e com isto tudo nom bevia, e achei dom françysco com muito mais caisto na sua camara muito bem çarada e armada de tapeçaria e em çapatos altos de feltro sobelos borzegys, e mais estava-se asando num brazeiro, e asy veo lourenço de brito e dom lourenço e dom alvaro, e cada hum..... senhor foi feita a nossa festa de sam joam em que por causa destes tamanhos fryos nos adoeceram muitos homens e marynheiros e o pyloto mor e amtonio real, todos de prihoris, e deus seja louvado nom perigou nenhuum e todos sararam, nem tambem de febres nom faleceo ninguem na capytaina, nem ategora, porque ho regymento que dom francysco trouxe polo mar foi pera lhe nyngem adoecer, porque ha vosa alteza de saber como já tera sabydo que nesta viajem que fazem as vosas naos

---

* – Publicados em CARTAS DE AFONSO DE ALBUQUERQUE Academia Real das Sciencias de Lisboa 1898 T.II 335-341

de portugal ate as imdeas, que he jornada de seis mezes e menos, pasam na roda deste tempo dous imvernos e dous verãos, nesta maneira partem.....fevireiro ou março e bem..... no que he sempre grande *em* portugal, ate ho cabo verde he asy viemos, e aly achamos verão ho qual levamos ate que pasamos a lynha, bem vintacynco graos ou mais, e temos ate qui huum imverno e huum veram, e daqui pera vante ate corenta graos ho imverno que aqui dygo a vosalteza, e dom francysco senhor neste verão do cabo verde pera dyante nunca deu regra na sua nao de beber, e asy mandou que se nom dese na frota que levava partyda comsygo, e isto deu a vida a jente toda, e neste imverno que dygo acrecentou a regra do azeite aos trabalhadores, e asy favor em houtras cousas, e mandou fazer houtro tanto na frota que levava comsygo e dysto.....te tambem que a toda fose.....fomos em trinta e nove grãos.....ta que nos vimos nas bysas (?) de frandes, emtam senhor fomos na volta da quentura caminho do norte e do nordeste e do noroeste, e asy tornamos tera a dezoito dias de julho as quatro ilhas primeiras, como vosalteza vera no lyvro do pyloto mor, he a festa que emtam fezemos todas as naos foi mor ca duma halelua, e pozemos logo a proa em quiloa, e vendo nos terra a sesta feira emtramos em quiloa ha terça syginte a tarde, e aly pasamos ho que la vai escrito por guaspar pereira a vossa alteza, de maneira que quinta feira pola menhã vespora do apostolo senhor santyago com seu favor, encomendando nos todos a ele por seus mericimentos, demos na cidade e tomamola a pe enxuto, a qual cydade senhor..... ta poboraçam como vosa.....fortes casas de *pedra*..... dabobodas, de maneira que cada casa he huma forteleza, e esta cydade senhor faz parato (?) de comprido ao longo do mar, do rio em que esta, como setuvel co trouno, porque alem de a eu andar muitas vezes, fomos dom aluaro e amtonio gonçalves, ho alcaide de cezymbra e eu num batel ate a outra parte do sertão que esta defronte, e daly lhe vimos todo seu comprimento como se ve a lixboa do meo do rio, e nesta maneira a gulgamos; e tanto que a tomamos da maneira que aqui dygo a vosa alteza compeçamos logo de meter mãos a roubar, e cando compeçauamos dentrar no quente da cydade, mandounos dom francisco que cesasemos, por canto queria fazer tudo ho que la vai escrito a vos..... gaspar pereira e asy com..... mandado, e emtam logo..... ra pozemos todas as naaos a fazer a fortaleza, a qual esta no milhor lugar da cydade, e daquele dia que a tomamos que foi bespora de samtyago ha huma quinta feira, dy a quinze dyas hacabamos e embarcamos; e a maneira senhor de que a leixamos acabada, he a milhor que podya ser a nosas forças e como compria a serviço de vosa alteza nom dygo aqui meudamente, nem a medyda da torre e da fortaleza, porque tudo vai escrito a vosa alteza per guespar pereira, que tem ho carego e hoficio de tudo ho que se ca passa; e leixando senhor isto que se aconteceo bespora de samtyago a huma quinta feira, dy a quinze dias

embarcamos que foram sete dias da.....feira a tarde, e ao sabado fo..... ....arta feira seguinte emtam.....e do que nos aconteceo a entrada como na tomada escuso dyzer aqui nada, porque tudo la vai escrito a vosa alteza, afora os capitais que la vam das naos que foram niso, ainda que se nom acertarão todos nestas cousas de quyloa e bombaça, por causa de suas navegações, como vossalteza la sabera, e asy senhor entramos em bombaça ha quarta feira treze dias dagosto, e ao dia de nossa senhora seguinte que foi a sesta, com grande esperança que todos em seu poder levemos e temos, tomamos ha cidade, a qual he muito mais forte de todalas cousas ca quiloa sem conto, da maneira que a vosalteza la vai escrito, e por isso cesso de o dizer, somente faço saber a vosalteza que bombaça he huma das.....ha millior pera ver..... ....te he ho proprio pera.....de jardyns e canpos cheos de manjericam, derva cydreira, rousynoes e muitas houtras ervas escylentes, e pasaros de muitas cores: a maneira senhor de como tomamos bombaça per ajuda de nosa senhora no seu dia, e do roubo que nela fezemos, e dartelharia que lhe tomamos, e das rebolarias em questiveram comnosco nom dygo nesta, porque vai la tudo escrito a vossalteza, e mais vam la os capytais que se nisso acharam, somente senhor da grandeza dela, posto que todos ho saibam, porem eu nam ha amdei por mim toda a pe de preposyto, e houlhei muito bem depois de roubada, e compecei de amdar das casas delrei que sam no cabo da cydade, por onde entramos com dom francisco, e fui ter ao hon.....as ruas que bam pera ho.....de pedra pera.....honde dom lourenço veo cos..... ....capytais e estas ruas sam per todas as que vem ter a ribeira hoito, e as duas sam descadas de pedra muito altas e muito fortes, e as houtras sam tam estreitas e sam asporas dandar que sam mais fortes ca das escadas, asi senhor queste he ho desembarcadouro desta cydade muito pegado co mar, e dom lourenço e os capytais que co ele hyam emtraram per esta parte per houtro caminho que la bai pyntado a vossalteza, e dom francysco com houtros capytais emtrou per houtro porto que esta da parte das casas que foram del-rei de bombaça, que he ainda mais forte co houtro, e isto senhor nom no esmehuço mais porque tudo vai la debuxado a vossalteza, somente em soma dygo ho que vi e julgo de bombaça, que do que vi amdandoa toda de comprido e de largo, a fora sobyr me..... do das casas delrei cydade..... e de todalas..... amdandoa, como vendoa do eirado, pareceme senhor que sera mor cabesa, ja houtros ha fazem muito mayor e outros tamanha, isto do parato, que de vesinhos e muito mayor; e sendo isto acabado de bombaça, que foi a sesta feira dya de nosa senhora dagosto, logo a sabado segynte a tarde nos recolhemos aos navios, e porque a sahyda de bombaça foi trabalhosa pera nos, por ho vento ser por davante, e tambem quebrar ho governalho ha lyonarda nom podemos partyr senom ao houtro sabado sygynte, e ao domingo pola menham descorremos melynde e amcoramos numa bahya muito boa tres ou quatro legoas

de melynde, e ahy estevemos quatro dyas, de maneira que aos vinte e sete dyas dagosto partymos, e atravesamos amjadyva em desaseis dyas, e estetempo senhor que aquy digo de quiloa.....de e amjadyva emtran.....em que agora estamos, e cõeste veram, tornando a meu proposito, pasamos neste caminho de portugal ate a India em roda de seis mezes dous verãos e dous imvernos, a saber, ho imverno em que partymos de portugal ate ho cabo verde, e ho verão que logo ahy achamos ate a lynha, e da lynha pera vante, e o imverno do cabo boesperança, e o veram de melynde homde tornamos houtra vez a pasar a lynha ate a India, asy senhor que porque este caminho he desta maneira feito, por isso se pasam hos trabalhos e fortunas que se nele pasaram, senhor dygo e ouso de dyzer a vosalteza, posto que ho ja saiba por tal, que tenha vosalteza grande lembrança, e mande ter nas naos que ca mandar..... ....estaleiro e asy ver.....maneira que os mês.....e hofyciais delas dyserem, porque senhor se a vela sahyra do estaleiro nom se perdera, ha qual noso senhor quis salvar a gente, porque se dous dyas mais amdara nom escapara nenhum homem dela porque ho mar nom no consentyra, asy que foi bem perderse pois se salvou toda jente, e ficara havyso pera nunca vir' mais ha lmdia nao velha, porque senhor a jornada nom no sofre; e tambem lembro a vosalteza e escrevo por novas que, se vagar hofycio de veador da fazenda, hou de jorge de vascogoncelos, que ho nom de vosalteza a filho nenhum deles nem a houtra nenhuma pesoa, senom a homem que tenha vindo ha lmdia; asy senhor que este he o caminho que fezemos com muito prozer posto que nele ouvesemos grupos, e ho que me mais.....espantou foi ver hir ho sol..... e o mais baixo pela parte do norte do que vai em dezembro em portugal pela parte do sul, e iso mesmo vimos ho sul mais alto do que la esta ho norte, ho qual eu tambem conheço como norte, e asy lhe sei tyrar as oras e outros tambem, as quais se tiram pola maneira do norte, e nom no emvio pyntado a vosalteza porque ho pyloto mor ho emvia, somente senhor as guardas amdam ca no sul ao contrairo do que la amdam as do norte, e tambem amdam la as do norte ao contrairo das de ca, porem ambas amdam duma maneira segundo ho pyloto mor me houtorgou e vosalteza ho pode la ver, nesta maneira tome vosalteza ha palma da vosa mão *esquerda*.....dos olhos e cõ dedo d..... pola palma da mão.....la amdam as guardas, e amdando asy cõ dedo vire as costas da mão pera os olhos, amdando sempre cõ dedo, e nom se mudamdo ho dedo amdaa da maneira que amdam ambas as guardas do norte e do sul, asy senhor que isto he ter pela *(sic,)* porque vosalteza sabe mais deste jogo cos que ca amdam: e tornando senhor homde chegamamos *(sic)* ao tempo que aquy dygo, que he em amjadyva, achamos esta ilha muito desposta pera ho que vossalteza mandou fazer nela, e asy metemos todos mãos a obra e em huum mês pozemos em dous sobrados a torre afora baluarte, e mais feita barbacam ha minha *(sic),* e tambem senhor cava compeçada, asy que fica tudo...

.....milhor maneira que po.....esta ilha senhor sera tam comprida..... ....cata que faras ate a porta de samto amtam, tomando haquela lombada de sam Francysco e do carmo, e asy ao longo do resyo, a saber, por a caram do pee do carmo, e nom tera mais largura caté o muro da cydade, a saber, do pee do carmo ate a porta de santa catarina, correndo asy a corda toda, e esta he senhor a milhor cousa que amjadyva tem a meu parecer nom ser mor, na terra ha muita pedra e muito barro pera paredes escylente, e cal nam, tem mais a terra muita agoa e muito boa de poços, e he frutuosa pera dar todalas arvores que lhe prantarem, he ortalyça, e asy gastamos nela trinta e quatro dias de serviço, emtam nos partymos he fomos ter a nor homde se acomteceo dya de sam laça.....to a vosalteza e p.....mehudamente t.....bem a viajem e rumos por nam parecerem as cartas amte vosalteza espelhos, porque se fora couza que ninguem nom tevera visto se nom eu, emtam eu soubera dar comta a vosalteza de tudo polo meudo, e da nor senhor partymos com vencymento que nosa senhora nos deu, e viemos dya de todolos santos a tarde amcorar sobre cochyrn, homde logo veo ter comnosco a caravela de coulão, que nos deu as novas do que la fezeram os mouros, e logo partyo dom lourenço com certos navios, e queimou as naos todas que foram naquela maldade que fezeram, as quais eram vinte e quatro, como mais compridamente la vai escrita esta estoria ha vosalteza, e tornando senhor a canenor que mesqueceo homde viemos ter em.....nos achamos muito.....eço na fortaleza que.....muito jentil ponta de terra, e tudo muito forte e muito seguro e de muita abastança, polo qual tudo logo por estes houve acabamento, como vosalteza mais compridamente la sabera, e tambem da vista de dom francisco com elrei de canenor e do que pasaram, ho qual tudo redonda em ser a voso serviço tudo canto vosalteza mandar, e cô este despacho nos partymos e viemos a cochym no dya que dygo de todolos santos, homde achamos huum palacate que da ma grado ho touro *(sic)*, em tam boa maneira senhor esta asemtada esta fortaleza e tam forte de paredes compeçadas que mui cedo seram acabadas, e dartelharia muito bem bordada, e aqui veo ho rei verse com dom francisco na igreja, e asy comcrodyo com ele todalas cousas..... serviço coma com elrei.....senhor questamos.....noso senhor primeiramente, e nosa senhora com muita sahude e prazer e boa viajem, de que pedrammes pyloto mor he muito dyno de lhe vosa alteza fazer honra e merce, porque senhor dos hofycyais que ha no mundo em seus hofyceos, este he hum deles no seu mais pera louvar; esta carta com houtras que emvio a vosalteza leas vosalteza polo abe, que lhe achara nos sobrescrytos; escryta em cochym a dezoito de novembro de quinhentos e cynco. Vosso criado que as reais mãos de vosa alteza beija – Pero fernandes tynoco.

APENDICE DOCUMENTAL Nº 3

Da viagem de D. Francisco de Almeyda primeyro viso rey da Índia, de Hans Mayr no códice de Valentim Fernandes. 344-370

Fol.2

Do viagem de dom Francisco
de Almeyda primeyro viso rey da Jindia
E este quaderno foy trellado da
não Sam Raffael em que hia Hans
Mayr por scriuam da feyturia E
capitam Fernam Suarez /

Fol. 2 v.º

em branco

Fol. 3

viagem e cousas de dom Francisco
viso rey de Jndia escrito na nao Sam
Raffael do Porto / capitam Fernam Suarez

1505
25 Março

Anno 1505 / a djas 25 de Março da Anunçiaçam de
Nossa Senhora em terça feyra partio dom Francisco
de Almeyda capitam de 20 velas – a saber – 14 naos
e 6 carauellas e ouuerom vista de ylha de Madeyra
aos 29 djas do dito mes /

20 velas

ylha de Madeira

ylha de Palma
das Canarias

e dhy forom a vista da ylha de Palma das de Canaria
(sic) que som 72 legoas dhũa a outra /

Canaria

dhy forom ao porto Dale onde esteuerom 9 djas e
tomarom agoa e lenha/

Dale porto
Guynee

Em esta terra ha muytos palmitos vacas galinhas
cuzcuz / he terra muyto quente e de grandissimos
aruoredos toda gente preta cabello crespo
Elrey veo a praya com algũus de cauallo mal atauiados
mandando dizer ao capitam mor que esteuesse seguro
e que viesse sua gente em terra sobre sua cabeça e
assy sayo amtre os quaes hũ velho fez presente a elrey
e de sua espada e barrete vermelho pello qual o capitam
mor lhe fez estar com hü baraço ao pescoço na nao
hũu domingo presente todos em quanto pregarom /

elrey lhe deu
seu terçado e
sua carapuça
que valia 8 rrs

Fol.2 — ilha de Palma ate porto Dale

Da ylha de Palma ao porto Dale que he abaixo de Cabo Verde som 290 legoas

algũus tornarom a Portugal

Daqui tornarom algũus pera Portugal hũus de doentes outros de arrependidos na carauella que hy estaua de resgate //

Fol. 3 v.º

15 de Abril equinoctial

Aos xv djas de Abril partirom do porto Dale em 320 legoas chegarom aa linea equinoctial/

E da linea equinoctial ao Cabo de Boa Esperança 900 legoas

Bella se perdeo 5 de Mayo

Em 5 djas de Mayo em calmarias se perdeo a não Bella e abrio se e foy a fondo onde se saluou a gente e duas arcas de capella em que hia prata e ornamentos e a gente saluou seu dinheyro etc.

Brasil terra 40 graus antar [190]

Aos 6 djas de Mayo forom leste hoeste com a terra de Brazil 200 legoas E dhy se forom ao sul ata 40 graos que tinham meo dia ho sol ao noroeste e quarta de norte / aqui ouueram grandes trouoadas com muyta neue

Cabo de Boa Esperança 16 Junho

Dobrarom ho Cabo de Boa Esperança aos 26 dias de Junho e forom afastados delle 70 legoas

Quiloa 22 Julho

2 djas de Julho tormenta com trouoada tinham tanta que da capitayna cayrom 2 homens ao mar e ao Lyonarda hũ /

Em 22 djas de Julho terça feyra ao meyo dia entrarom no porto de Quyloa / e nom eram mais que 8 velas

Fol. 4 Quyloa

E logo o capitam mor mandou chamar elrey por Bona Ajuta veneziano ho que se escusou de vijr // porem mandou em presente ao capitam mor 5 cabras hũa vaquinha muytos cocos e fruita /

Outro dia mandou o capitam aparelhar as naos de artelharia e todos capitães juntos qual delles melhor vestido e armado forom todos cada no seu batel volteando na vista da cidade esperando se elrey quisesse vijr E lhes mandou dizer que nom podia vijr que tinha hospedes e que se quisesse que lhe mandaria as parias que deuia a elrey de Portugal / e esta embaixada trouxeram cinco mouros que logo forom presos.

---

[190] – Certamente: «antárctico»; Fol 14, apostila.

5. feyra do[191] dito mes vespera de Santjago apostolo pella menhãa sayndo ho sol sayrom todos com seus batees das naos E o primeyro que sayo em terra foy ho capitam mor e despois os outros E forom logo pera a casa delrey E neste camjnho a moiros que se nom defendiam lhes foy dada a vida / na qual casa na janella estaua hũ mouro com hũa bamdeyra de Portugal bradando Portugal Portugal Esta bamdeyra lhe leixou o almirante quando ficou com 1500 dobras de parias cada anno / disserom lhe que abrisse as portas o que nom quis começarom a quebrarar *(sic)* com machados e logo desapareceo ho mouro / Entrarom e nom acharom nenguem se nom logeas fechadas / — 24 Julho sayrom em terra

Aqui ha grande moltidam de eruilhas as quaes se dam em hũas heruas tam altas como mostardeyras — eruilhas

Em Quiloa ha muy fortes casas de peda (sic)[192] e cal sobradadas e cobertas de argamassa com mil pen- — Casas de Quiloa

Fol. 4 v.° turas / Em tomando assy toda a cidade sem // con-

Quyloa trariade *(sic)*[193] algũa veo os a receber ho vigayro com certos frades de Sam Francisco com duas cruzes aleuantadas E tanto que as adorarom começarom a cantar Te deum laudamus / E assy forom ata hũa casa onde poserom a cruz / e ahy se recolheo ho capitam mor E toda a gente se meteo a roubar a çidade de muyta mercadoria e mantjmentos — 1501

Quiloa ci[dade] ilha Esta çidade Quyloa jaz em hũa ylha e em torno podem andar naujos de 500 tonees / ha nesta cidade e ylha 4000 almas / he muyto fruitifera / tem muyto milho

colmeas como de Guynee / mantega / mel e cera / As colmeas nas aruores —a saber— em hũa jarra de tres almudes tapam lhe a boca com hũ panno de palma fazendo lhe seus buracos por onde as abelhas entram e saem

aruores palmeyras / Aruores muytas e as mais palmeyras e as outras som differenciadas das de Portugal e assy na terra e

ata terra firme firme / E daqui a terra firme a lugares 2 legoas a lugares hũa /

---

191 – Quinta-feira.

192 – pedra.

193 – contrariedade.

fruita

Aqui ha muytas laranjas doçes lymões rabõas e cebolinhas pequenas / manjarona e majoricam em seus quintaes que regam dos poços /

tambor

Aqui criam tambor que tem a folha como a era e criam se como eruilhas todas tem paos ao pee Comem esta folha os mouros honrrados com hũa cal confecionada que parece ynguento e assy a estenuem *(sic)* da dita folha que como se ha ouuessem de poer em cima dalgũa ferida / Estas folhas assy fazem a boca e dentes muyto vermelhos dizem que refresca muyto //

Fol. 5

Quyloa

escrauos

Nesta terra ha mais escrauos negros que ha mouros aluos por estas ortas fazendo lauoyra do milho etc. grandes apanham nas maduras e fazem dellas celleyros / Todas as ortas estam cercadas com stacadas de paos e canas do milho que som como canaueaes / ho feno tam alto como hũu homem / A terra he vermelha / a primeyra façe he areysca / sempre tem cousas verdes / Tem gordas carnes / boys vacas carneyros ouelhas cabras muytos pescados / baleas andam derrador das naos / nenhũa agoa doçe que corresse / Arredor desta ylha ha muytas ylhas pequenas todas pouoadas /

ortas

feno

terra vermelha

carnes boas

pescado

ylha pequenas

Aqui ha sambucos muytos tam grandes como hũa carauella de 50 tonees e outros menores /

Os grandes estam sempre varados em terra E quando ham de hyr fora os lançam no mar / Nom tem pregadura / ho tauoado ajuntam com ataduras de palmas e com ellas fecham o gouernalho Som breados com ençenso brauo e almeçega /

Nauios como som fectos

Nauegam daqui pera Çoffala donde trazem ouro e som dhy 255 legoas E per outros lugares /

Coffala ata Quiloa 255 legoas

As palmeyras aqui nom dam tamaras / ha hy hũas que dam vinho de que tambem fazem vinagre E estes

palmeyras

1505

Fol. 5 v.º

(sic) nom dam cocos que he o fruito das // outras

Quyloa

cocos

Estes cocos som tamanhos como boons melões / tem a casca grossa da qual fazem todallas cordas e dentro tem hũu fruito como grande punho / tera meo quartilho de agoa a qual he gostosa de beber / despois desta agoa ser fora quebram no e comem no / de

dentro tem gosto de nozes que nom sam de todo maduros E destes cocos secam e tiram delles azeite em grande auondança /

dormem em redes — Dormem todos aleuantados do chão em hũas redes de palma em que cabe hũa pessoa

agoa rosada — Aqui acharom muyta agoa estiliada e redomas de muyto boom cheyro que leuam pera fora

vidro acharom riquezas — Vidro muyto e de todas feyções / pannos de algodom muytos e de muytas sortes / Encenso e almecega grandes costaes / ouro e prata e aljoffar em grande quantidade /

Todo roubo mandou o capitam mor leuar a hũa casa cada hũu com seu juramento

fortaleza — Fortalleza de Quiloa fezerom da melhor casa que hy auia e derribarom todas outras derrador dellas / fezerom lhe logo bolluartes (sic) e bombardas e todo

80 homens na fortaleza — que pera ella pertençia E ficou nella por capitam Pero Ferreyra com o qual ficam 80 homens /

A terra nom he muyto quente

armas — Armas tem frechas com farpões escudos bem fortes de palma teçidos de algodom / azeguas como de Guynee e melhores / spadas poucas virom quatro bombardas / nom sabem bem da poluora //

Fol. 6 — Aa fortalleza bate ho mar com prea mar esta na entrada per onde entram naujos / — Quyloa fortaleza

Elrey fogido de Quiloa / ho capitam mor fez hũu outro rey hũu moiro da terra e benquisto de todos e ho leuarom em cauallo pella cidade / — rey fogio fez outro rey

Aqui fazem cal desta maneyra / Empilham em redondo muyta lenha gorda e sobre ella poem a pedra e a lenha queymada fas se a pedra tal como quando desafornam em Portugal — Cal fazem

Algodom ha hy muyto e muy boom que nesta ylha naçe e a semeam — algodom

carneyros e ouelhas nom tem lãa senom como cabras — carneiros sem lãa

Os escrauos trazem hũu panno da cinta ata geolhos e todo ho al desnu / — escrauos

Os mouros brancos e senhores destes escrauos andam cobertos de dous pannos de algodom –a saber– hũu — moros brancos vestidos

atado pella cinta que chegua aos pees / E outro que deçe peilos ombros solto e cobre a atadura do outro E som de boom corpo e grandes barbas temerosos de vista

moeda — Moeda de cobre como ceptis quatro por hũu real e assy valem la as de Portugal /

oro em mitical — Ouro nom tem amoedado se nom a peso de mitical que vai em Portugal 460 rrs. /

enverno — Enuerno he em Quiloa Abril Mayo Junho Julho Agosto Setembro / porem nom faz frio por isso trazem pouco vestido //

Fol. 6 v.º

veados — A maior parte desta ilha correo o capitam mor per duas vezes e vio per hũa vez 25 veados de pouco pera *(sic)* som lançados aqui /

anta animal — amtas ha aqui e muytos *(sic)* no sertão.

mezquitas — Tem aqui muytas mezquitas abobadadas e hũa que he como ha de Cordoua Todos honrrados trazem

contas trazem — contas de rezar /

9 Agosto partirom de Quyloa ata Monbaça — Aos ix dias de Agosto partirom de Quiloa camjnho de Mombaça que som 60 legoas E Sam Raffael xiiij djas do dito mes e ho capitam mor chegara com x nauios hũu dia amtes /

60 legoas

Monbaça ci[dade] — Tinham os mouros em Mombaça fecto hũu poluarte *(sic)* na entrada da barra que he muyto estreita com muytas bombardas / E emtrando o primeiro naujo no

Gonçalo de Payua — qual foy Gonçalo de Payua que hia diante sondando tirarom lhe artelharia e passarom lhe o nauio com hũa de banda a banda / pello qual deram artelharia

poluarte (*sic*) queymou — e derom tanto no baluarte dellas que saltou ho fogo na poluora e queymou ho e os mouros fugirom assy entrou a frota toda e ancorarom diante da çidade /

14 de Agosto tirarom com artelharia — Aquelle dia que era vespera de Nossa Senhora tirarom aa cidade com toda artelharia de todas naaos e assy tirarom da çidade com a sua /

E quando ho capitam mor entrou catiuou hũu mouro que acertou ser da casa delrey do qual ouuerom grande auiso //

Fol. 7

1505 — A primeyra noite que a armada chegou veo a praya hũu christão castellano que la ficara de Antonio

Monbaça castellano era

de Campo e era bombardeyro e tornado moiro / ho qual disse aos christãaos que se fossem que Mombaça nom era como Quiloa nem cuidassem de comer galinhas como em Quiloa e que se quisessem vijr e sayr em terra que a çea estaua prestes / E o capitam mor lhe daua seguro e lhe perdoaua / e elle nom quis / tornado moro

Esta çidade he muyto grande e esta em hũa ylha que sera pouco mais de hũa legoa e mea e ate duas em redondo / Esta çidade esta no mais alto da ylha / e he toda fundada sobre pedra / nom he çercada da parte do mar por ser dalli muyto alto / E da parte da ylha tem hũu muro que sera de altura de barbacãa / Monbaça ilha em cerco cidade

Tem as casas de maneyra das de Quiloa e as mais sam de tres sobrados / todas coteadas de argamassa / Casas

Tem ruas muy estreitas / nom podem hir mais de dous homens a par / E todas tem poyaes que as fazem ajnda mais estreitas / ruas streitas

Acordou o capitam mor com os outros capitães aquella tarde de poerem fogo aa çidade e pella manhãa entrar / E quando forom a poer fogo vierom os moiros os areceber com frechas que pareçia que chouia e com muytas pedras puserom fogo

Fol. 7 v.º
Monbaça

Esta cidade tem mais de 600 casas de madeyra // cubertas de palma / Esta palma he colheita em ramos verdes E assy amtre as casas de pedra e cal estam destas assy como alpenderes e asy as estrebarias e casas de ter suas criações de gado / E poucas casas se acharam que nom fossem acompanhadas destas de palma / E tanto que ho fogo foy posto ardeo tanto que toda a çidade pareçeo hũu fogo e acerca toda a noite E deste fogo cayrom muytas casas e se queymou grande riqueza / porque daqui tractauam pera Coffala e pera Combaya por mar / casas de madeyra 1505

alpenderes cubertos de ramos de palma

queymaram

naaos em seco

Neste porto estauam tres naos de Combaya ja vazias e postas em seco sayrom os christãos pera as queymar que os mouros lhes bem defenderom ata ferirem algũus christãos / ficarom por queymar

eclipsis lume 15 de Agosto

Esta noyte foy lũa cris /

Vj ([194]) feyra xb dias de Agosto dia de Nossa Senhora

[194] – Seixta-feira.

eram com o capitam mor 8 naos de hũa banda e da outra banda de Mombaça estaua dom Lorenço seu filho com tres naos / pella menhãa muyto çedo se armou toda a gente e almorsarom todos / E o capitam mor tinha dado synal que quando tirasse com hũa bombarda grossa que todos sayssem em terra E andaram assy todos batees payrando junto com terra com preamar tirando a bombarda logo saharom todos a terra muy bem em ordem besteyros e espingardeyros diante subirom per hũa costa yngreme chegarom a cidade e acharom // algũas casas despouoadas do fogo de noyte Emtrarom mais adiante onde as casas eram de tres sobrados onde forom bem seruidos de pedras das çoteas / os besteyros tirarom e nenhũu spingardeyro

synal pera juntos sayrem em terra

o capitam mor foy o primeyro

Fol. 8

1505

Mombaça

dos eyrados lançaram pedras

As pedras que assy lançauam por as ruas serem estreitas cayram de hũa banda e outra que se lhes quebraua a força / E tambem auia muytos balcões que trauessauam as ruas onde a gente se acolhia segura / E ho capitam mor com a guia que leuaua que era o mouro que catiuou hya camjnho da casa delrey E era mandado so pena de caso mor que nenhũu nom entrasse em nenhũa casa E chegando aa casa delrey hũu capitam Vermudez logo foy arriba alçando o estandarte dizendo Portugal Portugal E neste camjnho matarom muytos mouros /

ruas streitas

balcões em as ruas

que nenhũu nom entrsse em casa algũa açoetea

matarom mouros

Virom sayr da cidade hüus 60 mouros todos vestidos de marlotas e taucas ricas andando pera ho palmar nom de muyta pressa Algũus disserom que hya ally elrey / E nenhüu christãao os seguia E toda a gente da cidade era recolhida a este palmar E a entrada delle estauam bem 500 frecheyros E estes todos negros que som escrauos dos brancos / ho catiueyro delles he mais obediencia que sogeyçam da maneyra dos de Quiloa

virom sayr 60 moros

a gente se recolhia aos palmres da cidade

500 frecheyros cativos

Ho capitam mor mandou que roubassem a çidade // e recolhesse cada hũu em sua nao o que tomasse a depois vir todo a hũu monte e que de todo o que se leuasse queria dar a gente de vinte hũu E quem achasse ouro ou prata ou aljoffre que daua a vin-

mandou que roubassem a çidade/

Fol. 8 v.°

Mombaça

ci[dade]

roubaram a

1505

Mombaça

tena / E meterom se todos a roubar e buscar as casas e quebrauam as portas com machados e com vayueens E porque nesta cidade auia muytos pannos

pannos de algodom

de algodom de Combaya he porque toda esta costa se veste destes pannos e nom tem outros / E assy

pera Coffala

tomou grande soma o capitam moor pera o tracto de Çoffala em seu certum quid E assy se acharom pannos muyto ricos de seda e de ouro alcatiffas e tellizes / em especial hũa alcatiffa que se nom pode achar melhor a qual foy mandada a elrey de Portugal com outras cousas muy ricas /

A noyte mandou ho capitam mor recolher toda a gente ao campo amtre a cidade e ho mar dando a cada capitam de nao sua stancia onde toda noyte velarom E esteuerom hũu tyro de spingarda dos palmares onde estauam os mouros que se dizia que estaua elrey /

16 de Agosto tornarom a roubar

E pella menhãa que eram xbj djas tornarom a roubar e pella gente ser cansada do dia passado e das armas e de nom dormir dizem que ficaria outra tanta riqueza

Fol. 9

na cidade // quanta roubarom afora do que cada hũu consigo leuou / tomarom mantijmentos arroz mel

mantijmentos

mantega milho sem conto camelos e gado meudo em grande soma / dous alifantes virom que lhes foy mostrado pera auerem delles medo e isto antes da tomada da çidade

Muyta gente se catiuou / molheres e dellas brancas e meninos e certos mercadores de Combaya

Este dia que foy sabado a tarde mandou ho capitam mor que todos se recolhessem as naos com muyta ordenança e esguarda por respeito dos mouros que estauam ahy preto (sic) [195] contudo os christãos

se recolherom os christãos

ajnda nom acabarom de sayr per hũa porta ja os mouros entrarom per outra a ver seu mal / ca nas ruas e casas jazia muyta gente morta que diziam que eram 1500

christãos sayrom per huu porta e os mouros entrarom per outra 1500 mortos

Dom Fernando de Eça foy ferido de hũa seeta sem ferro / Estas frechas som de pao e em logo de ferro encastoados outros paos os quaes som tostados e vntados com hũa vntura que nom sabem / som muyto

dom Fernando de Eça frechas peçonhentas

[195] – perto.

peçonhentas / algũus dizem que ho pao de seu natural he assy peçonhento / As que trazem ferros dellas
Fol. 9 v.º trazem // herua mas nom som tam perijgosas como se pareçeo nos feridos / 1505
Mombaça ci[dade] Esta cidade segundo affirmam os mouros foy a mais fremosa cidade de toda a costa de Habesch / A ylha /
Mombaça çi[dade] ylha della he muyto fruitifera / Tem muytas laranjas e muyto doçes / romãas / lymões e todas as cousas em
fruita mais abastança que Quiloa e canas de açucar / A sua
artelharia artelharia recolherom toda aas naos / acharom hũa
camara de bombarda camara que estaua em hũa rua que çinco homens a nom poderom aleuantar / diziam algũus que era de hũa nao chamada Rey [196] que dizem que se perdeo
ancora grande perto dhy / mais acharom h?a ancora quetomarom
christãos cinco morrerom ao almirante nom a poderom recolher mostrauam os mouros hũus a outros /
Nesta peleja toda nom morrerom mais de cinco pessoas e muytos feridos E foy mais per virtude diuina que humana fecta /
Despois de recolhidos as naos e leuadas as ancoras
3 dias em tomar a çidade 7 por nom poderem sayr tornarom outra vez as lançar assy que em baixa mar ficam as ancoras em seco E esteuerom dez dias – a saber – 3 em tomada a cidade e sete despois por nom terem vento pera sayrem E a barra he muyto mal //
Fol. 10 1505 de sayr e mais tinham vento contrayro pelio qual a nao Lionarda perdeo seu gouernalho que nunca mais poderom achar e lhe fizerom outro pera que foi necessario de cada nao do seu gouernalho hũu macho / Mombaça ci[dade] Lyonarda perdeo o gouernalho
Aos 20 dias de Agosto chegou hũa nao Sam Gabriel da outra frota nom sabendo mais de das outras naos de sua conserua e trazia ho masto quebrado / chegou a nao Sam Grauiel
Este rey de Mombaça e elrey de Melinde tiueram ja guerra hũus com os outros e matarom ja gente e esto porque elrey de Melinde era sempre amjgo delrey de elrey de Mombaça e de Melinde forom inimigos

196 – A. Baião, pág. 19, leu «Facy», mas o que lá está é «Rey». Agradecemos ao nosso Professor e Amigo, Prof. Doutor Vitorino Magalhães Godinho, a indicação de que se trata da nau «Rei Grande» e que o episódio vem referido também na *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, L.º II, cap. VI, p. 226, ed. do Prof. Doutor Manuel Lopes de Almeida.

Portugal e vençeo no campo pello qual estiuerom ja agora meo amjgos E elrey de Mombaça lhe escreueo esta carta /

carta delrey de Monbaça pera elrey de Melinde

Deus te salue Çyd Ale faço te saber que per aqui passou hũu grande Senhor ho qual veo ardendo em fogo / Emtrou nesta çidade com tanta força e crueldade que a nenhtiu daua vida homem nem molher moço nem velho nem menjno por pequeno que fosse Nom escaparom so aquelles que fugirom de sua furia Nom tam soomente os homens matauam e queymauam mas as aues do ceo derribauam em terra / he tamanho ho fedor dos mortos nesta çidade que eu nom ouso entrar nella nom te poderiam certificar nem

Fol. 10 v.º

1505

lançar conta a // grandissima riqueza que desta çidade leuam / Aprouue me dar te estas tristes nouas pera que te ponhas em cobro

Mombaça

Mombaça ci[dade]

Nesta çidade auera bem $\overline{x}$ [197] almas amtre as quaes auera 3700 homens de peleja

Melinda ci[dade] de Mombaça 25 legoas

Partirom desta çidade pera Melmde que som 25 legoas / e porque as correntes eram grandes forom ter 5 legoas abaixo de Melinde onde acharom a carauella de Joham Homem / ho qual tomara duas ylhas / hãa alem do Cabo de Bõa Esperança pera Portugal 450 legoas despouoada tomarom agoa e lenha /

Zanzibar ilha

A outra tomou antre Quiloa e Mombaça que se chama Zanzibar E porque os mouros da dita ilha ja sabiam da destruiçam de Quiloa lhe fizerom muyta honrra de mantijmentos dizendo que eram a serujço delrey de Portugal

24 de Agosto

A esta angra chegarom 24 dias de Agosto onde tomarom agoa e lenha e carne /

Mogadoxo ci[dade]

Mogadoxo jaz nesta costa cem legoas de Melinde e he grande cidade e de muytos cauallos e jaz mea legoa do mar tem costa braua e jaz açerca do cabo Godorfuum / Esta cidade he muy forte poderosa e rica E quiserom hir la e pello tempo ser corto ho leixarom

27 de Agosto trauessarom pera Jndia em 17 djas

Aos 27 djas de Agosto / quarta feyra partirom desta angra pera a Jndia E trauessarom ho golffo // de

197 – 10.000

Fol. 11
1505

Mecha em 17 djas sempre a poupa que som 750 legoas / Amtes de chegarem a costa de Jndia bem çem legoas acharom cangrejos muytos andar por mar açima da agoa E daili mais 30 legoas pera terra acharom cobras pintadas tem os rabos como enguyas A major nom passaua de vara de medir /

Anjadiua
750 legoas
crangejos
cobras pintadas

Aos 13 dias de Setembro chegarom a Anjadiua que foy a primeyra terra que virom xi nauios e os outros tres chegarom despois tres dias /

13 Setembro
Anjadiua

Logo ho capitam mor ao domingo começou a ordenar a fortalieza a qual edificou em hüu baixo da ylha a caram do mar onde estaua hũu grande edificio que dizem que foi pouoado em outro tempo / A caram desta fortaleza esta hũu poço que lhes pode bem abastar /

fortalleza
edifício velho
pouço

Esta ylha sera quatro tyros de besta em comprido e pouco mais de hũu em largo / Tem tres cabeços dous pequenos e hũu major

Anjadiua

E tem muyta agoa que corre per ambas as partes da ylha / Tem muyto aruoredo que se nom pareçe com ho de Portugal / Tem dous tanques Em hũu delles nadara hũa nao de 400 tonees / outro he pequeno som de agoa doçe feitos a mão em outro tempo / ha aqui muyto pescado e marisco / Esta ylha esta da terra firme hũa legoa / a qual terra he muyto alta de grandes // serras / tem grandissimos aruoredos muyto verdes / nom som muyto altos nunca perdem a folha

agoa doce
aruores muyt[as]
tanques dous
nao de iiij [198]*
tone[es]
pescado e marisco
terra firme

Fol. 11 v.º
grandes aruoredos

canella braua

Em estas serras ha muyta canella braua tem a folha assy como loureyro

confinam com Anjadiua

A gente que confina a esta fortalieza som gentios baços / som sogeitos a hũa cidade xij legoas daqui chamada Anur / E ho senhor desta çidade he sogeyto a elrey de Narçeuel que he gentio e tem mutya gente de cauallo que lhe vem de Persia de Anjadiua a Cananor 40 legoas.

Anur ci[dade] Narzeuel

Goga
rio de agoa doce em terra firme

Hũa legoa de Anjadiua esta hũa rio de agoa doçe pelio qual podem entrar naos de preamar / he na foz tres

198 – 400

braças / E no ryo çinco depois ser dentro /

Goga

Na entrada deste ryo esta hũu lugar em çima de hũu outeyro asaz engrime chama se Goga

As casas desta terra som de madeyra cobertas de palma / Este cabeço he muyto forte e da parte do sertão tem hũa caua alta / he de mouros brancos / Estes tem guerra com os gentios e tem sempre gente de guerra em guarniçam e gente limpa som boons frecheyros e trazem partesanas[199] e espadas e muytos escudos redondos que cobrem a cabeça ata gyolho e bombardinhas que os virom tirar E mandarom presentes de mantjmentos Entrarom os batees a falar com elles a ver a terra e barra Em Anjadiua lhes veo noua que passara htia // nao

Fol. 12
1505

nao que trouue mestres venezianos

de Calecud e trouuera consigo quatro mestres venezianos de fazer bombardas

Fezerom em Anjadiua hũa galea de 120 remos em que meterom mouros que tomarom em sambucos

galea em Anjadiua

A fortaleza de Anjadiua se chama Sam Miguel e ficou nella por capitam Manuel Paçanha com 60 homens e boa artelharia /

fortalleza

capitam

Partirom de Anjadiua 5[200] feira 16 dias de Outubro e forom dhy a 12 legoas a foz de hũu ryo em que jaz a cidade Anur / mandou ho capitam mor açima per este ryo a ver e sondar se podessem entrar naujos E virom em duas legoas bem quatro mil vezinhos / Neste ryo acharom xi naos grossas e grande numero de sambucos E som todos cossayros e pagam a elrey da dita terra 4000 cruzados que lhes consente roubar

16 de Outubro

partirom de Anjadiua 12 legoas

Anur ci[dade]

Neste ryo tomarom os bates hũu sambuco com 19 cauallos e porque nom podiam meter os cauallos nos batees leixarom nos hyr a terra e os encomendarom ao alcaide ho qual nunca os quis tornar pello qual entrarom todos bates e queymarom parte das naos e do lugar e matarom muytos mouros que se defendiam valentemente E em recolhendo se a gente aos bates E amte que partissem foy ferido ho capitam mor com hãa frecha no pee e foy pouco //

tomarom sambuco com cauallos

capitam ferido

---

199 – Fol. 12 v.º ; partesanas (partazanas).

200 – Quinta-feira

Fol. 12 v.º

Cananor

18 de Outubro partirom de Anur pera Cananor e som 43 legoas 22 de Outubro a Cananor embaixador delrey de Narzeuel Batecalla ci[dade] elrey de Cananor

Sabado partirom de Anur pera Cananor que som 43 legoas e chegarom la quarta feira 22 de Outubro 1505

Aqui esteuerom dous embaixadores delrey de Narçeuel que faliarom ao capitam mor dizendo que estaua seu rey a serujço delrey de Portugal E que se quisesse em qualquer dos seus portos fazer fortalleza que lho daria tirando Batecalla que esta 20 legoas de Anjadiua E que folgaria de casar e mesturar sua sangue com a delrey de Portugal! /

Elrey de Cananor estaua dhy duas legoas E veo a falar ao capitam mor / junto com ho mar mandou armar hũas cortinas de baixo de hũu palmeyro e vinha em collos de omens trazia tres mil homens de peleja de espadas e adargas e partesanas e frecheyros e trombetas e charamelas

Estas duas legoas de Cananor ata ho paço delrey he todo pouoado como hüa rua / E quando chegou a tenda seguiam no mais de 6000 almas Tinha na tenda hũu leito com duas almofadas Elle trazia hũu panno de algodom fino çingido da cinta ata gyolhos e na cabeça hũa carapuça de seda que pareçia casco gallego / E daquella feiçam tinha seu paje hũa coroa de oro que podia pesar 8 marcos / Em esta tenda donde esta elrey nom entram senom brahmanes / Os brahmanes som como frades de bõa vida e por sua santidade dormem com a molher delrey E por yso nom herda o filho delrey senom seu sobrinho mais chegado por se nom saber o filho ser de rey ou brahmane //

Fol. 13

1505

Estes tres mil homens de peleja os mais delles som nayres que som como aqui fidalgos e todos gentios / Em Cananor se leuantou ho capitam mor por viso rey / e foy falar ao rey apartados todos mouros e ficarom em concerto de se acabar o castello de Santangelo que era começado / Nesta fortaleza fica Lourenço de Britto por capitam e a feitoria

nayres som fidalgos

dom Francisco se leuanto[u]

por viso rey fortaleza de Santangelo

Todos homens honrrados despois da morte se queymam

mortos queymam

Os gentios soo hũu panno trazem cengido na cabeça nada

vestidos

Os mouros antre estes gentios camisas e carapuças /

Partirom de Cananor 2 [201] feira 27 djas de Outubro
pera Cochy e passarom per Calecud e chegarom a — 27 de Outubro
Cochy quinta feira 30 dias de Outubro vigilia de To- — 30 de Outubro
dollos Sanctos /

Cochym he ylha bem de quatro legoas e terra muyto
alagadiça em cada parte deila cauando mea vara — Cochy ci[dade]
acharam agoa / Tem grandes aruoredos e os mais
palmeyras / Palmeyras som aruoures de muytos fruitos
sem reçeberem nenhũu beneficio dam vinho vina- — palmeyras
gre / agoa / azeite / mel e lenha / Esta terra he muyto
chãa quanto ao longo da terra E sobre ella esta
hũa grande serra E assy corre ao longo desta toda — serra na costa
costa que virom do mar

Ho viso rey offereçeo a elrey de Cochy hũa coroa
de ouro que valia 900 cruzados que lhe mandou — elrey de Cochy
elrey de Portugal / e lhe pos de tença cada anno 600 — coroa de oro e cada anno vj [202] cruzados
cruzados //

Em çima do ryo de Cochym esta ho castello de
Fol. 13 v.º madeyra que fez Francisco de Alboquerque / — 1505

Castello de Alboquerque

Daqui a duas legoas esta outro castello de madeyra
sobre a agoa que tem h?u passo que nom pode passar
outro castello gente de Calecud /

Neste ryo he toda a força de pimenta que se carre-
pimenta gua / ajnda que em outros lugares tia mas pouco

Aqui veo noua ao visorey que matarom a Antonio
de Saa feytor em Colam com 16 homens que todos
António de Saa matarom em Colam com 16 homens se acolherom em hũa ygreja que o rey da terra
mandou ençender e queymar todos e tomou toda a
fazenda delrey / A noua trouxe hũa carauelinha que
logo queymou 5 naos / Mandou ho visorey la seu filho
dom Lorenço que era capitam mor com 8 naos grossas
e queymarom 24 naos e as mais dellas carregadas de
crauo e canella e outra speçaria /

Aqui derom a Joham Homem hũa bombardada pello
Joham Homem coraçam que lhe passou adarga e hũas coyraças e nom
lhe fez nojo

Partirom de Cochy pera Cananor 26 djas de Nouembro

---

201 – Segunda-feira
202 – 600

26 de Novembro de Cochi a Cananor

e forom a vista de Calecud e fizerom nichil

1506

2 Janeyro partirom pera Portugal

Partirom de Cananor camjnho de Portugal 2 djas de Janeyro de 1506 Fernam Soarez por capitam mor de çinco naos bem carregadas

E primeyro dia de Feuereyro virom terra cuydando que era a terra e costa de Moçambique E seguirom // a costa / ata vij djas do dito mes sayrom a elles x almadias com muyta gente e bem armados pedindo seguro / vierom aas naos oulhando como homens que nunca virom naujos E entrarom a capitayna obra de 25 E ho capitam mor lhes mandou vestir e dar de comer E por muytas lingoas que trouuerom os nom podiam entender E som todos mouros / E acabando de comer leuarom os baçios consigo e sem mais falar se forom pera suas almadias e começarom a tyrar logo com suas frechas ao capitam mor / começarom logo tirar a artelharia forom em pos delles que se lançarom no mar e apanharom 21 delles //

Fol. 14

1506

ylha grande

almadias

mouros

Dhy se forom a longo da costa ata hũa ponta e surgirom em 14 braças onde acharom hũa ribeyra e tomarom agoa e lenha E outro dia saltarom os da terra com os christãos e ferirom hũu homem / os, mouros ficarom dous / E alli logo forom vendidos todos / forom em longo da costa ata 24 graos E quando chegarom acharom 14 graos que passam de 300 legoas

ylha

24 graos antar(203)

14 graos antar

Nesta ylha neste mes ouuerom grandes trouoadas assy que em 18 djas lhe deu hũa pedra pello masto a capitayna em tres lugares e lhe nom fez nada

Primeyro dia de Março partirom desta ylha // caminho de Bõa Sperança e Portugal / E aos 8 djas passarom pello dito cabo / passado 450 legoas aos 22 djas do dito mes virom hũa nao grande e hũa carauella / E hiam sem as poderem tomar /

Fol. 14 v.º

Em 31 dias de Março ouuerom vista da ylha da Ascensam que seria de seis legoas em longo he toda calua sem aruoredo todo pedra nom muyto alta / tem muytas aues E nom forom la por nom ter agoa

ylha de Asçensam

---

203 – Ver nota 190, Fol. 3 v.º

Aos 8 djas de Mayo forom em altura das ylhas de Açores e as errarom E forom camjnho de Portugal Veo a castello Fernam Suarez por capitam mor das naos de Jndia –a saber– Sam Jeronimo / Sam Raffael e Botafogo e a nao Jndia anno 1506 / 22 djas de Mayo //

[Fol. 14a: em branco; Fol. 15, «Das ylhas do Mar Oceano, quaderno primeyro» foi deslocado, popr nós, para junto do Fol. 141; os Fols. 16 v.° a 35 são os mapas; seguem-se os Fols. 36/67 a 44/75, com as apostilhas a vermelhão e os caldeirões].

Fol. 36/67 [204]

Jndia
Das ylhas de Dyue

¶ As ylhas de Dyue som doze mill amtre pequenas e grandes / e das quaes oyto mill som pouoradas / E as outras desertas / ¶ E as mais destas ylhas som pequenas como de tres legoas em derrador e de duas / e de hũa legoa e de mea legoa e de quarto de legoa /

$\overline{xij}$[205] ylhas
$\overline{viij}$[205] pouoradas
grandura dellas

¶ E de hũa a outra ha pouca distancia –a saber– de hũas çinco legoas a outras / outras quatro outras tres outras duas / outras hũa outras mea / outras hũu tyro de besta / ¶ tambem no tempo que ho mar vaz[a] vam a pee de hũa ylha a outra /

distancia dellas

¶ E estas ylhas pouoradas som pouoradas de mouros da secta de Maffoma / E esto de duzentos annos pera ca / ea diantes *(sic)* sempre forom gentios / e forom sogeytos a elrey de Seylon e suas ygrejas fizerom mezquitas Judeu nem christão nom ha aqui nem sabem que cousa he /

Elrey e gente todos moros

---

[204] – No ângulo inferior direito a letra «D»; na medianiz 7 pestanas de fólios que foram cortados
[205] – 12.000.
[206] – 8.000.

ylha de mil casas etc.

¶ Amtre estas ylhas ha algũas de mil casas / outras de 500 outras de cento outras de dez outras de çinco //

Fol. 36/67 v.º Jndia ylhas de Diue

¶ Em estas ylhas nom ha cidades nem lugares se nom hũa casa aca outra em outro cabo / as vezes duas juntas –a saber– pay e filho / as vezes tres etc.

nem cydade nem villa

todos negros como em Jndia e cabello

¶ [Os homens e molheres destas ylhas som todos negros nom ja tam negros como os de Guynee e tyram hũu pouco a aluo e seu cabello corradio nom crespo como os de Ethiopia /

gente a bõa ffe

¶ Toda esta gente he rustica e simpre e de boom viuer e de bõa ffe

ylhas todas baixas

¶ Estas ylhas todas som baixas e parece ho mar mais alto que ellas E se nom fosse pellas palmeyras que ahy naçem muytas se perderiam muytos nauios

80 legoas de Calecud

¶ Estas ylhas jazem norte sull! com Calecud 80 legoas E se estendem contra leuante que tambem ficam ao sul 80 legoas de Seylon //

Fol. 37/68 Jndia ylhas de Diue

lingoage proprio

¶ A gente destas ylhas tem lingoage propio saluo algũus delles que tractam sabem arabisco /

Casas

¶ Suas casas comummente todas fazem postiças assy que cada hora as podem desfazer / E quando se nom acham bem em hũu lugar mudam se pera outro lugar / E poem estacas no chão cobertas com folhas de palmeyra / e estas tem por casas /

alffaias

¶ Alffayas nom tem ou nenhũas saluo aquillo que tem he todo de latam – a saber– caldeyras em que cozem seu açucar e suas panellas e suas taças todo he de latam /

Comer

¶ Seu comer he arroz que trazem de defora *(sic)* porque em as ylhas nom naçe E comem milho que naçe em algũas //

ylhas e pouco E comem cocos e peixe que tem muyto E ynhames
Trigo nom sabem que cousa he saluo algiíus que forom fora das ylhas /
Galinhas e ouos som muyto de barato / E as galinhas som como as nossas /

¶ Seu beber he agoa linpa de poças de agoa doçe / E as ylhas que nom tem agoa doçe a leuam de outras ylhas / ou colhem agoa de chuyua em hüus charcos de area de que bebem /

vestidos de homens

¶ Seus vestidos –a saber– dos homens he hũu pano de algodom çingido des a çinta ata gyolhos / Çapatos nenhũu pode calçar nem touca cingida trazer / nem çeruelas sarradas sem licença delrey / Em a cabeça podem trazer toucas

vestidos das mulheres

As molheres trazem hũa camisa longa de algodom texida de branco e entremetido de preto //

Fol. 38/69
Jndia
ylhas
Dyue

¶ Diuij Mahal he a principal de todas estas ylhas nom pella grandeza della se nom porque elrey com sua corte sempre esta nella /
¶ E chama se Dyui Mahal por arauigo que quer dizer ylha do thesouro / porque mahal quer dizer thesouro
¶ Esta ylha tem hũa fortalleza / E todas as outras ylhas som sogeitas a elrey desta ylha /
¶ E por ysso quando quer que ha discordia sobre o quem ha de ser rey / aquelle fica por rey e senhor de todas outras ylhas qual delles cobra esta ylha pera ser senhor della /
¶ Esta ylha sera de quatro legoas em derrador /
¶ E tera dous mil vezinhos nom em cidades nem villas se nom em pouorações de ter hũa casa alli outra aqui
¶ Elrey tem cada dia 35 ygoarias de diuersas maneyras deputadas pera sua pessoa E esto pello seu estado //

Fol. 38/69 v.º
Jndia
ylhas de
Dyue

¶ A renda que elrey tem das ylhas todo he em myschilhões ou porçellas E esto soomente dos naturaes da terra / ca os mercadores e estrangeyros pagam seus tributos em mercadoria / ou oro ou prata /

Diui Mahal toda a renda delrey he em conchesinhas dos seus naturaes

¶ estes myssilhões nom paguam soomente por dias pois se acham nestas ylhas mais que em nenhũu outro cabo / mas de todo quanto naçe a cada hũu e do que tracta de todo paga seu direyto em myssilhões tantos mil bastões ou tantas cotas de myssilhões ¶ E esto he ja lançado a cada hüu segunda a fazenda que tem per todas as ylhas.

vestidos que homem pode trazer ou nom

¶ Touca çingida nem çapatos nom çeruelas çarradas nenhũu nom os pode trazer sem licença delrey / saluo elrey soo ho traz ou algũu muyto seu parente / E contodo presente elrey ho nom ousam trazer nem podem / E tudo ysso quanto aos naturaes da terra / e nom quanto aos estrangeyros porque aquelles podem trazer quanto querem //

Fol. 39/70
Jndia
ylhas de
Dyue

¶ A reuerencia que fazem a elrey seus fidalgos / ou quaesquer outra gente ou criados a seus senhores /

Diui Mahal reuerencia que fazem a elrey

¶ Custume he que comummente todos nesta ylha trazem hũu panno derrador do pescoço E quando se topan ou cheguam diante elrey ou algũu criado diante seu senhor ou hũu simpre homem a qualquer cortesão / logo abaixa ho panno pera baixo da espadoas com ambas as mãos e abaixa a cabeça E assy passam ou falam /

espadoas

¶ Todo homem natural destas ylhas quando vaa aa dita ylha onde elrey tem sua corte // ha de trazer ho panno que leua em torno do cuu com hũu noo atado bem firme / onde em suas casas e ylhas acustumam soomente poer hũu cabo sobre o outro / porque se algũu cortesão ou outro qualquer da ylha acha tal homem sem noo que em tirando o pello panno e lhe cae ha de pagar a tal homem que lhe acusa tres bastões de missilhões ou porcellas //

ho panno ham trazer com noo

pena se nom tem noo

vol.39/70 v.º
Jndia
ylhas de
Dyue

¶ Os homens destas ylhas se fazem escrauos da sua propria voontade –a saber– hũu homem destes se vaa a hũu rico e lhe diz / dae me quatro cotas e serey teu serujdor ata que te torne dar teu dinheyro /

os homens aqui vendem assy[203] *(sic)* mesmos

¶ E assy aconteçe muytas vezes de seruirem toda sua vida porque nom podem ajuntar tanto que possam pagar / E assy mesmo muytos enpenham filhos e filhas por tal diujda e ficam escrauos todas suas vidas ajnda que morre ho pay ou paguem a dita diujda

E ricos se vendem por certo tempo

¶ esso mesmo muytos delles que tem bandos e som ricos por auerem spadoas se cheguam a hũu senhor moro e tomam certa contia e ficam por seu certo tempo e despois ho pagua e afforra se e fica em aquella posse sempre dizendo som de fuaão e lhe deffende //

Fol. 40/71
Jndia
ylhas de
Dyue

¶ Em estas ylhas de Dyue fazem muy ricos pannos de algodom e assy finos que valem 40 e 50 ata çem bastões a peça teçido o algodon mesturado com seda

pannos ricos de algodom

¶ E tambem fazem pannos de menos preço assy que a peça chegua ata quatro cotas /

¶ ho algodom nom naçe ahy se nom muy poco e ai todo vem de Combaya / a qual resgatam por peixes chamados camelmas (sic).

algodom trazem de fora

¶ Camelmas he hũu peixe de que se aproueitam as naos de toda a Jndia por ser tambem curado E tam pouco nom no ha se nom em torno destas ylhas E he hũu peixe de dous palmos em longo / e e he redondo ho qual pescam desta maneyra –a saber– primeiramente vam pescar peixinhos meudos com que despois ham de pescar em outro cabo os calmelas //

calmelas peixe

nom se acha em outro lugar

como pescam este peixe

Fol. 40/71 v.º
Jndia
ylhas de
Dyue

como pescam o peixe calmelas

pera pescar ho peixe meudo / Tomam antre duas barcas hũa rede tam espessa que nom pode passar meo dedo / ha qual rede lançam amtre as ylhas / E dentro da rede pedras que ha carregam pera fundo / E lançam em a rede algũa cousa pera comer

---

[203] – a si mesmos

como de cocos ou outra cousa / E na dita rede sa ajuntam logo grandissima quantidade de peixinhos pequenos / os quaes tiram e os lançam nas barcas /

¶ despois desto se vam pera fora do mar duas ou tres legoas apartado das ylhas com seus anzoos / E onde sabem que aquelles peixes ham de achar E esto em todo tempo do anno / lançam daquelle peixe meudo no mar / E vem logo tam grande multidam de peixes camelmas / que nom fazem se nom lançar os anzoos sem nenhũa cousa nelles E tornam a tyrar quanto podem tantos tomam / assy que cinco ou seys homens enchem seu batel /

ha grande multidom delles

¶ muytas vezes aconteçe que se acham com monte destes peixes / sem terem peixes pequenos Emtam em colheyros lan-//çam a agoa do batel / E com ho soom daquelle lançar acude pera hy ho peixe E elles lançam os anzoos e tomam jnfijndo peixe /

Fol. 41/72 Jndia ylhas de Dyue

¶ Este peixe nom tem esquamas E simpremente ho cortam em quatro postas ou per meyo e cosem no com agoa mea salgada e mea doçe E despois de bem cosido fazem caniços altos em que ho dito peixe põem e fazem debaixo fogo e assi curam aquelle peixe no dito fumo E se faz tam duro como pedra e de dentro fica vermelho e muy bem curado /

Curam o dito peixe

Este peixe leuam per toda a Jndia –a saber– Seylon Samatra Malaca / E Combaya e Calecud etc. /

leuam no per toda a Jndia

¶ Palmeyras aruores naçem muytas em estas ylhas E chamam nos por seu lingoagem ruco / Em ara-bigo nachil que em nosso lingoagem quer dizer palmeyra //

palmeyras
ruco
nachil
todo hũu

Fol. 41/72 v.º Jndia ylhas de Dyue palmeyras

¶ Ho proueito e fruito que as palmeyra[sJ fazem em Jndia

palmeyras dam este proueito

¶ Paimeyras aruores dam este fruito –a saber– cocos / E os cocos dam azeite e leyte / –a saber– que em quanto ho coco esta fresco fazem leite delle / E quando o coco he seco fazem delle azeite /

azeite
leyte

¶ A casca do coco queymam e fazem caruam delle pera os ouriuezes.

caruam

cordas

¶ A cubertura em que o coco esta enuolto fazem della cordas pera naos como nos aqui de canamo

cordas nom podrecem no mar e he grande mercadoria

¶ Estas cordas leuam per toda a Jndia porque nom acham melhores que as destas ylhas porque nunca podreçem no mar / e he grande mercadoria porque cada anno nestas ylhas carreguam xij ata xb naos dellas pera Calecud e Combaya e sua costa porque suas naos nom trazem outras cordas que estas.

palmeyras de duas sortes

Palmeyras: li[vro] 16, fol. 134 // Fol. 42/73

Jndia ylhas dyue

¶ As palmeyras aruores som de duas sortes –a saber– hũus que dam os cocos sobre-//ditos / E outros que lançam hãus gomos que querem propriamente pareçer como cocos / E estes gomos som cheos de agoa doçe como mel / palmeyras agoa doce

¶ E desta agoa fazem açucar candy e mel açucar candi

¶ Este mel comem com peixe e arroz / mel Comem

¶ Muytos homens se acham em Jndia e ylhas que nom sabem que cousa he arroz e nom comem outra cousa se nom estes cocos e peixe e assy nestas ylhas porque nellas nom ha carnes saluo em a ylha onde esta elrey / a qual muytas vezes nom abasta pera sua pascoa /

¶ E mais desta agoa dos gomos sobreditos fazem vinho –a saber– enchem hũu jarro daquella agoa e metem na de baixo da terra e lançam nesta agoa as cortiças do coco e assi ferue certo tempo e se faz em vinho / vinho

¶ Vinagre fazem assi –a saber– leixam estar / a dita agoa dos gomos em qualquer cousa de fora ao sol e logo em tres ou quatro dias se faz boom vinagre // vinagre

77. 42/73 v.º

Jndia ylhas de Dyue

palmeyras de sua madeyra fazem as casas

¶ Do pao da dita palmeyra fazem casas naos caixas e todo necessario que de madeyra se ha de fazer

¶ Com as folhas de palmeyra cubrem suas casas assy que tem esta aruore por mais melhor e mais sancta de todas outras pois tanto proueito tyram della E quem curta hũa destas palmeyras tem no por escumulgado / E assy mesmo por muy cruel guerra

se curtam alg~ua fica escomulgado

azeite de baleas

¶ Amtre estas ylhas de Dyue acham muytas vezes baleas mortas que ho mar lança amtre estas ylhas / as quaes baleas cortam e fazem das suas carnes azeyte //

ambra

¶ Em alg~uas destas baleas acham ambra em pedaços como pinh~oes e maiores e menores –a saber– 20 40 e cento aas vezes mais ou menos e ata ij^{c} E delle encolhado em grande pedaço / A qual ambra logo ham de leuar a elrey sob pena de morte / e nenh~uu pode furtar delle /

ambra leuam toda a elrey

elrey vende

¶ Elrey vende a dita ambra e tambem a manda em presentes

val a onça

Val a onça h~uu ducal / E cada mitical 80 rrs de Portugal em çeptis

conchesinhas ou porcellas

acham

¶ Conchesinhas ou porcellas pequenas de que os moradores pagam todo seu tributo a seu rey / colhem no mar amtre ylha e yiha seendo ho mar vazio E estam apegadas aas pedras que jazem no chao –a saber– em h~ua pedra duas em outra tres em outra mais //

Fol. 43/74 v.^{o}

Jndia ylhas de Dyue

¶ Em toda a Jndia nom se sente outro cabo nem lugar onde se colhessem as ditas conchesinhas se nom nestas ylhas /

conchas conchesinhas nom se acham em outro lugar de Jndia

Naos cada anno vem por ellas

¶ Cada anno vem de Bangala cinco ou seys naos muy grandes pera estas ylhas com açucar e arroz / seda / ouro / prata pannos finos de algodon e trocam pellas porcellas e carregam suas dellas e as leuam a Bangala / ca ahy andam por moeda /

as naos que vam a Malaca e nom querem hyr per a costa de Callecud vem a estas ylhas

¶ Todas as naos que vam de Combaya pera Malaca que nom querem seguir a costa de Calecud passam per estas ylhas E aqui tomam refresco de agoa e cordas e resgatam ho que querem

direito a elrey

¶ E pagam seu tributo / logo quando lançam ancora / de arroz pagam x paraas.

os das ylhas tem barcas

℄ Os moradores destas ylhas nauegam em barcas e batees de hũa ylha pera outra e som fectos como os nossos porem nom pregados de ferro se nom com pregos //

Fol. 44/75 Jndia ylhas de Dyue

de madeyra / E nom os pregam com madeyra pellos magnetes como a nos derom a entender se nom fazem no por nom fazer tanto custo

℄ Animalias nom ha nestas ylhas saluo hũas poucas de cabras que as naos leuarom la / — cabras

℄ Em estas yihas ha no anno quatro sombras / — quatro sombras
℄ dous enuernos e dous verãos

℄ Suas horas conheçem peila sombra da sua pessoa / e aquella sombra medem com seus pees / — as horas conhecem pellas sombras
℄ E em cada mes sabem quantos pees tem cada hora da sombra de sua pessoa /

Fol. 44/75 v.° Jndia ylhas de Dyue medidas paraa

℄ Paraa medida / hũu paraa faz çem nales hũu paraa vai [em branco] baston
℄ Nales duas fazem em Lixboa hũa[208] canada Nale xij fazem em Dyue hũa cota /

Nales baston

℄ Baston / cada hũu faz em Lixboa 25 alqueires /
℄ hũu baston faz oyto cotas / ou oyto miticaes de prata

Cotta

℄ Cotta / hũa cota vai hũu mitical de prata Cota em conchinhas ou porcellas val hũa cota xiij mil conchinhas
Cota segundo moeda de Portugal val hũa cota 90 rrs em ceptis /
Cotta oyto fazem hũa paraa //

(FIM)

---

208 – *Riscado*: duas

APENDICE DOCUMENTAL Nº 4

Sumario de todas as cartas que vieram da India a el rey noso senhor e doutros recados que tanbem vieram nas naaos de que veo capitam mor Antonio de Saldanha e na nao de Cide Barbudo que veo depois dele*

Carta do vyso rey de xxbij dias de Dezembro 1506

Item que se faça hũũa capela em Belem que se chame da Vitoria em que este hia bandeira que foy tomada no desbarato da arma de Calecute e ele manda fazer hũũa casa na ponte de Cananor.

Item a causa por que nam mandou Cyde Barbudo a Malaca e como foy Francisco Pereira nas naos dos mouros e o que pasou em Choromandeh e como escapou e tornou.

Item que se nem ha de descobrir Malaca da volta do cabo de Booa Esperança e diz que aly se averam as cousas dela e mais barato e que por aquela costa ha d'hyr quem la for.

Item como mandou Dom Lourenço as Ilhas de Maldiva e de Quymdiquel.

Item que tinha prestes pera caregar **R** quintais e muytas cousas das que vem de Malaca e que estavam muito cortados com a nom yda *(1 v,.)* da armada e os mouros muito alegres.

Item como se deribou a Jadyva e as causas por que se fez e daa a Manuel Peçanha o que la avia ate ver se ha cousa em que se ponha.

E a Diogo da Fonseca licença pera se vyr pera Portugal e que ho nom pos em Çofala por sua ydade e por outros respeytos que dira a Vos'Alteza.

Item que deteve Cide Barbudo e manda a Çofalla Nuno Vaaz Pereira com huum navyo caregado de roupa e elle fez capitam e Ruy de Brito alcade mor e allguns vosos criados pera oficiaes e que Nuno Vaaz leva poder pera vesytar Quyloa por ser enformado que Pedro Ferreira faz cousas que nam deve.

Item que parece melhor a forteleza de Çofalla na ponta e mudar a forteleza a Quiloa com hũũa pequena escapola em Moçambique.

Item acerca de Pedro da Nhaya que scprevya a Vos'Alteza que emvia a Quelabryo.

Item que nam ha d'asentar paz com Calecut (1).

Item que todos os mercadores de Cochy ate Tramapatam se ofereceram

---

* Gav.T.T.X.356-365

a lhe darem certa soma de dinheiro por cada navyo que lhe leixase navegar e que avera nesta costa ate ij^{c} navyos grandes e pequenos (1).

Item quanto aos mouros se lançarem da terra que nam vee outro melhor caminho que fazer guerra aos imigos e aos amigos ter lhe a maao na redea que nam levem espiciarya e que os mouros tem la que tudo ha de ser christãos.

Item que em Choramendel fazem as naos de Malaca grande escapola e Peguum e Çamatra dhomde vem todas as cousas ricas e que naquela costa entra o verão quando em Cochy entra ho ynverno que he na entrada de Mayo e que porque daly ate Setembro nom amda nenhum navio no mar de mandar neste tempo Dom Lourenço a costa de Choramandel e que ha antre esta costa e Ceilam entra huum banco em que nam ha mais de x palmos d'agoa (2).

Item a paz de Coullam em que fallaram e que se nom aceitou porque cree que pesa a el rey de Cochy e que lhe queymaram navyos e se lhe faz todo amizade o principe nam (2).

(2 v.) Item que se tire imquiriçam sobre os capitães e oficiaes asy dos que la ficam como dos que veem pera cada huum aver seu gallardam e que cumpre muito a voso serviço (3).

Item a perda das naos da Companhia de Pedro da Nhaya que se perderam quer dizer que por maao recado (2).

Item que estaa na terra por ser asy mais voso serviço e que sobre l^{ta} anos deseja fazer renglam *(sic)* de sua mão.

Item a capitanya que tirou a Lucas da Fonseca e a ynquiriçam que se tirou que envia.

Tambem a de Joham Omem e pede pera ele merce porque servyo muy bem e as bombardas que ouve e huua delas na nao com seu filho na peleja de Calecut pede pera elle merce a qual recebera como pera ele (2).

Item que pera a feitorya de Cochy cumprem quatro sprivãães.

Item Jacome Diaz que vem preso pellas cousas de Quyloa e que fallem com huum marinheiro a que chamam Afonso Galego (4).

Item como que sera mandar Bermudez e depois o leixou de fazer e ele trazia *(3)* cem peras que vieram a parte de Vos'Alteza de hũũa presa que fez Dom Lourenço antre as quaes ha hũũa pera de xxxiij quylates e outras redomdas de booa grandeza.

Item falla muito bem em Antonio Real e que sem elie nom se podera remediar *(1)*.

Item as Joyam sobre que Gonçalo Gil emprestou fazenda vosa a huuni mouro as quaes tem em seu poder as quaes joyas ficarem em poder de Lourenço Moreno (2).

Item as cousas dos registos extraordinanios que as pasou por lhe parecer voso serviço.

Item o descobrimento que fez Dom Lourenço de Ceylam tem ponta como a de Cananor pera fazer forteleza e muita agoa e porto especial e quer faze la aly e nom em Coulam e Ceilam he no mesmo caminho de Malaca Peguu e Çamatra e Choramandel daly a Ceylam ha lxx legoas cobre aqui em Ceilam a xbj cruzados quintal (3).

Item como Dom Lourenço hia a Ormuz.

Item a † *(sic)* de Christo e as armas reaes e devisa ficam em Ceilam em padram.

Item a capitanya da caravela tirou a Lopo Charneca porque deu pancadas no scprivam.

(3 v.) Item que elle partia pera Ceylam em fim de Setembro e levava a nao Santo Sprito pera caregar de canella e em huum mes esperava fazer a forteleza.

Item a prisam que fez Pedro Ferreira ao filho de Pedro da Nhaya e que mandou que lhe tornase tudo porque era que *(sic)* homem que sabe pouco.

Item a presa que fez Felipe Rodriguez e Joam Serram em Baticalla que valleo bij cruzados e mais se ouveram muytas cousas pera seu mantimento e que espera que valha mais de guerra pella royndade que fezeram de nom querer tomar aly feytor do que de paz pero que se a pedirem como devem que seram ouvydos.

Item o fecto que fez Rodrigo Rabelo em Tyramagante de que diz que dara conta Cide Barbudo que foy cousa muito booa *(4)*.

Item as cousas que vem vendendo os capitaes e oficiaes das naos pellas fortelezas aos doemtes a saber pam vinho queyjos e que lhe dam hij cruzados por cousa que ca nom vaI huum real de prata e aponta no que se fez por Cide Barbudo e por os da sua nao em Çufalla. Pede que ho proveja Vos'Alteza *(5)*.

Item o presente do rey morto de Çufalla que valerya ij^{c} cruzados e a joya d'ouro que Dyogo Mendez dara *(4)* e que se despenderam la as cadeas.

Item lx criados de Vos'Alteza que la andam lenbra os pera oficios que vagaram quamdo vier e capytanyas alcaidarias e feytoryas e esprivaninhas que devem ser providos amtes que outros (1).

Item que os oficios de que proveo durem seus tempos imteiros e asy que aja por bem os soldos de sete mill reis que pos a todos os capitaes dos navyos.

Item que pera elIe e seu filho e pera os seus danbos toma de vosa fazenda aroz e manteigua e açuquar.

Item per Diogo Mendez emvia ix onças e tres quartas d'anbar que se achou sonegado de hũũa cavalgada que a Vos'Alteza pertence.

Item callafates estopa e pregadura pede e carpenteiros mais e que se faram la navyos e a caravela que fez que custa b ou bj reis (1).

Item que nam leixa vemder os livros dos judeus a Joham Cotrim posto

que tinha alvara de Vosa Allteza pera yso porque ho ha por deserviço de Deus e voso posopoendo *(sic)* que os pagara se Vosa Alteza ho ouver por mal.

(4 v.) Item que acham la lynho caneve de que se fazem cordas pera beestas e que espera d'averem muyto.

Item que o oficio de Gaspar Pereira proveja Vosa Alteza em pesoas em que bem cayba porque he de toda a sustancia dela.

Item os de Çufalla que la emvyou Nuno Vaaz pera capitam e Duarte de Melo pera capitam da caravela Espera.

E Antonio Rapo e Sancho Sanchez pera esprivãães.

Fernam de Magalhaes L.uis Mendes de Vasconceilos e Pero da Fonseca pera amdar por capitam do bragantym de Quioa Francisco da Nhaya pera arecadar a fazenda de seu pay e se tornar.

bj moios d'aroz

x quintais d'açuquar

j quintal d'açuquar candil

xxxb quintais de pymenta

iiij quintais de canela

ij quintais de cravo

E de Cananor leva os panos de Mombaça e vãão por todos Rb homens.

Item que lhe dam muita pymenta por cobre e leva lo yam todo mas mandava ter mao por terem pouco e se podera vender a dinheiro.

(5) Item que hordenou xiiij réis por dia a cada omem porque se nom pode ordenar sala *(sic)* e que a gente say em terra porque se nom pode all fazer.

E capitam lx reis.

E alcaide mor e alcaide do paso e feytor xxx e sprivães xx e clerigos e pedreiros e carpentelros xx e todos os que estam como os que vem comem com elle.

Item que em Cananor se faz salla porque ha hy muytos mantimentos.

Item que se nom ouver ahy fortelezas que se perdera o trato.

A de Cochy — iiij acabada

E a de Cananor — outro tanto

Amjadiva nada.

Item diz como o fez bem Vasco Gomez e seu irmão na peleja dos paraos de Calecut.

Item as perlas que emvia que tomou Joam Serrão com ha gallee.

ítem que Pedro da Fonseca he boom servidor como fez feitor em Amjadlva Duarte Pereira por Diogo da Fonseca o nom querer e lhe deu de seu ordenado xx reis (1).

(5 v.) item que as naos que vaao pera tornar de mercadoria tragam o payol do pam da tornada debaixo da allcaçova porque nom ocupem debaixo

da cuberta que fez muyto dano a carega da pymenta e se o baldeam pera cyma dana se.

Item que com as galles se tivera gente pera elas fezera muita mais guerra que com todas as naaos. Pede ferros porque os de la diz que nam vailem nada.

Item que quer poher feytor em Anou *(?)* porque lhe dizem que tirara daly iij quintais de pymenta e dous myl de lacar porque aly ha muyto e que estam verdadeiros servidores com todo ho mal que receberão soo por lhe leixarem fazer guerra aos mouros de Goga *(sic)* e que ha aly boons navios d'armada e que yram com mil homeens homde os mandar e esta xiiij legoas d'Anjadyva (1).

Item que Gonçalo de Payva tem bem servido e senpre nos lugares de sospeyta trazia o forol Pede pera ele o oficio d'adayl moor daquelas partes porque alem dos serviços fectos sabe que nom areceara d ficar la se Vosa Alteza ho ouver por seu serviço (1).

Item Gonçalo Fernandez tem caregou *(sic)* dos resydos. Pede o trelado do regimento deles *(2)*.

(6) Item que ha partida de Joam da Novoa soube que na peleja de Vasco Gomez morreram cl mouros e o capitam principal porque se fezeram grandes chantos em Callecut e em Panane.

Item que Joam da Novoa servyo muy bem e que lhe pesou de se vyr pero que por lho mandar por voso serviço o fez.

Item duas fustas de xiiij bancos pede pera fazer multa mais guerra e que sejam abertas pela coxya como bragantiis pera se remar em syngelo e em esquipacões de remos e que la se farya as fustas se tiveram estopa e caliafates e o braganty que de ca foy acrecentou a xij bancos e que he o milhor que nunca se vio.

Diz muyto bem de Lourenço de Brito e de Manuel Peçanha e de Dom Alvaro e Joam Pegas.

Item que achou no castelo de Cochy R quintais de pymenta que nunca achou quem lhe disese cuja era Vasco Gomez trouxe lxxx quintais dela a outra trazia Joam da Novoa em Frol de la Mar. Pede merce pera Joam da Novoa por o muyto que la servyo (1).

De Pedro Ferreira capitam de Qulloa de derradeiro dia d'Agosto de 1506.

Item da tomada de Quyloa e como se fez e do pouco que nella se tornou pera o muito que hy avya. E do rey que se fez que lhe pareceo pouco necesario.

Item que se este rey nom foraj a todas as ilhas que ha de Moçambique ate Zyngybar foram trebutaryas e sogeytas ha Vosa Alteza porque os xeques vem a ele por seu mandado pero que sam avisados por o rey de Quyloa do que ajam de fazer.

Item que ha todos os trebutos e direitos e que aos christaos he grande regatam (2).

Item que ficou com lxx homens de que xx deles nom eram boons e huum bragantym que se fez de huum zambuquo

E cl quintais de bizcoito

E xj pipas de vinho

E duas de vynagre

E j quarto d'azeite

E certa roupa da que hy tomaram.

Item que enprestou ao feitor ij^{c} cruzados por se nao fazer maao trato dos panos de Vos'Alteza.

Item a pouca prestança do rey de Quiloa e direito sobre que emprestou dinheiro.

(7) Item bacio de prata seu que se vendeo por se nom fazer mao recado da roupa.

Item que ha muitos mantimentos nas ilhas do Alcoucor milho aroz vacas cabras galinhas e pedras que valiam muyto porem que sam poucas.

Item o byoco que fez ao mouro do machado e cepo pera o degollar o qual lhe descobrio que ho zambuco que el rey de Quyloa disera que era daly era del rey de Mombaça do qual tomou bj^{c} fardos de milho.

Item que tem a forteleza alevantada e carrada e armada e com duas torres fectas de novo e huum balluarte diante da porta e toda a forteleza de dentro forrada doutro muro e entulha d'argamassa e muita artelharya.

Item que o rey nunca lhe quis dar nem mandar vemder cal e agora que a fortaleza tem aponto *(sic)* lha mandava fazer.

Item que Cyde Mafamede Mucanda he muito servidor de Vosa Alteza e este lhe mandava fazer cal.

Item que logo como partio o viso rey o rey que elle fez por se fazer temer mandou matar dous mouros sem justiça e foram arestados e lançados no mar.

Item que se faz agora a justiça por Vos'Alteza porque elle o nom quys consentir ao rey.

(7v.) Item o concerto que soube que era antre Abrahem ho primeiro rey e Mafamede Arcone rey que fez o viso rey pera lhe furtarem a forteleza.

Item que mandou enforcar huum mouro por matar christãão a asy outros tres mouros por alguns casos com pregões e justiça em nome de Vos'Alteza.

Item que se fezeram R christãos homeens e molheres e que o rey lhe requereo que os nom consentysem fazer porque eram escravos e que elle pellas leis do reyno os consente fazer e lhe parece que se nom deve negar a agoa do bautysmo.

Item que a Ilha de Pemba muyta abastada de mantymentos e em que se fazem todos os navios grandes de Mombaça e Melynde e de todos os outros lugares mais comarquãos ha nela quatro ou b reis mouros mal avyndos (1).

Ha nelas muitas canas d'açuquar e muitas fygueiras e fruytas de ca e muitas fruytas.

Item zambuco que tomou Gonçalo Vaz que vemdeo em Melynde e trouxe de ouro (?) cxbj meticaes e de prata bilj^{c} xiij meticaes e lxxx fardos d'aroz e xbij peças d'escravos.

Item como mandou sobre el rey Abrahem primeiro rey *(8)* e o que pasaram em errarem o caminho donde desembarcaram.

Item que mandou Gonçalo Vaaz a Çoffala com todos os panos que se tomaram em Quyloa e com tres mouros cativos no zambuco de Mombaça os quaes tres mouros se resgataram por iiij myticaes d'ouro e pela valia valiam as roupas xiiij iiij^{c} myticaes.

Item rezyna que lia em Manfya pera os navios (1).

Item o bragamtym que fez.

Item como se perdeo Pedro Barreto por sua culpa.

Item Antonio de Magalhães irrmão de Pedro Barreto ficou com ix omes e se foram no batel da nao e em huum zanbuquo a Melynde.

Item como salvou da nao iiij^{c} quintais de mercadoria com ho batei do navio Sam Joham e com negros que mergulham e xxij bombardas e o syno que hia pera a India e que espera que muyto pouca mercadoria se perca.

E se aly forem naaos se tiraram as ancoras e as bonbardas grosas.

Item Imquiriçam que mandou tirar de como se perdeo Francisco da Nhaya a requerymento do pilloto e como o premdeo e se espreveo sua fazemda em que se acharam **J** iiij^{c} miticaes d'ouro.

(8v.) Item como o condenou que pagase o navio com todo o que nele trazia de Vos'Alteza e perdese o ouro por o levar sem recadaçam.

Item Ruy Lopez scprivam degradou por xij annos pera Alicacer pello juramento falso e por forca que se fez que nom dize (1).

Item que os entregou a Cide Barbudo pera os levar a Imdia.

Item huum zambuco com 1ta fardos de milho e j mouro que se resgatou por ij^{c} miticaes e de cousas miudas cbij miticaes de prata.

Item outro zambuco com iiij^{c}lxxxbij miticaes d'ouro e de marfim 1Rij quintais ij arrobas xxxj arrates per b^{c}x demtes.

Item dous bragantilns outro com Rij marcos d'ouro e de marfim cxxix demtes e de prata xx marcos e aljofar e ambar pouco e d'escravos clxxx em anbos afora muyto milho e aroz. Huum destes trazia seguro de Pedro da Nhaya tornou lhe tudo soomente o ouro e marfym (2).

Item R fardos de milho per outra vez dey rey Abrahem que foy de Quiloa e per outra vez e xxx fardos outra vez cl fardos.

Item fustas e bragantiins diz que he o milhor pera ally.

Item como o mandou ver e vesytar el rey de Melynde e presente que lhe mandou.

(9) Item as novas que ouve do abexy rey christão por huum mouro que lhe dise que eram christãos e que nam se fanavam e que tynha igrejas com synos e cruzes e que quando os menynos naciam que os levavam a ygreja e que os molhavam em hũũa pya d'agoa e que he de muy grande poder e ryquysyno d'ouro e que traz grandixima *(sic)* corte e muita gente de cavallo e muytos manystres *(sic)* e chocarreiros que nam tem portos de mar que anda todo cuberto d'ouro e que nunca o viam senom quando cavalgava e que traz a cabeça cuberta e o rostro e os vestidos muy grandes de largos e compridos. O mais preto lugar de porto do mar diz que he Zeula e outro lugar que se chama Barbara e que de Zeulla a Babel Melica que he a cidade primcipall onde esta continoadamente este rey ha jornada de tres dias.

As terras deste rey abexy diz que sam alem do Estreyto de Meca.

Que lhe dise huum mouro que elles achavam em sua ley que Meca avia de ser destroyda por huum rey christão o qual avia de levar tanta gente que do mar ate Meca tudo avia de ser cheo de gente e que os que estevesem em Meca avia de desfazer as paredes da casa de Mafamede e da las pedras huns aos outros asy de mao em mao pera as deytarem no mar ate que nam ficase nenhuua e que ysto avia de ser feyto muyto asynha e que entam aviam de ser todos dhuua fee.

E que lhe dise que achavam que ysto avia de ser fecto ate tres anos e por este rey abaxi.

(9 v.) Item as ilhas d'Alcomor jazem de Qulloa lx legoas ao mar e Çunda que sam a terra de Sam Lourenço e sam estas a saber.

Lina que he huua ylha multo gramde e tem rey mouro.

Zoane outra

Gazila outra

Maotoe outra

Acymae outra

Molale outra

Todas tem reis mouros e muitas agoas gados infymdos e grandes milhos e arozes e gengyvres e muitas fruytas e açuquar e daqui se basteera Quiloa e Mombaça e todallas outras ilhas aqui comarcãs e que se acha nelas pedrarya (1).

E aliem destas diz que vay terra fyrme que chamam Çada e que he grande e que a outra parte defla chamam Marynhene e que dizem os mouros que sam la as tormentas gramdes e que se perdem la todos os navios e que ha nelia muitos mouros e gente alva e negra.

Item diz que todas estas ylhas se podem senhorear e trebutar.

Item diz quanto voso serviço he ter Çofalla e que he cousa de gramde proveyto e etc.

Item que avia de mandar Gonçalo Vaaz com dous zambucos caregados de cal a Çofalla e que ho avia de mandar tornar por estas ilhas d'Alcomor por lhe parecer asy muito voso serviço.

Item pede pera a Igreja cruz custodia e tribolo (2) *(10)* e diz que nam tem mais que hũũa vestimenta e huum calez.

Item que os que ally teem consygo nom tem as armas do regimento pello qual estaa em duvida de lhe pagar seus soldos quer saber o que nyso fara e que elles alegam que lhe foy dito que ho venceryam posto que as nom trouxese porque la lhe seryam dadas (2).

E que se pagou algũũa cousa por ha gente nom desmayar e servirem com milhor vontade que pede a Vos'Alteza que ho aja por bom (4).

Item falleceram ate huum anno que avia que aily estava ate feita desta carta xiiij omens da forteleza. e das naos x.

Item os servicos que faz e maa vida que padece por voso serviço.

Item Pedro de Figueiredo sprivam da feitorya e seprivam do almoxarifado dos mantimentos faleceo proveo Eytor de Melo fidalgo.

Item Pedro Barbosa d'Antre Doiro e Minho que era meirinho fe lo capitam do bragantym pede que ho aja asy Vosa Alteza por bem por serem homens autos.

Item diz que tem grande apousentamento e que estaa *(10 v.)* muito forte e que quer cerquar toda a mota da forteleza e meter consygo deentro tres ou quatro poços d'agoa que aly ha.

Item que a feitoria desta tinha de Vos'Alteza pasante de quatro mill myticaes d'ouro (1).

E de marfim — cLx quintais que tudo tomou ho bragantim.

E allem disto mandou panos e outras cousas que lhe mandou pedir Vasco Gonçalvez.

Item que se pode aver gramde cantidade de marfym de Çufalla ate Quyloa que he avaliado em xb miticaes d'ouro o quintal e que vall em Cambaya em tenpos a lxxx e cem miticaes o quintal e que avera quanto Vosa Alteza quiser nom avemdo ally rey nem mouros brancos o qual em pouco tempo se pode esgotar se Vos'Alteza mandar.

Item que se serva Vosa Alteza delle naquelas cousas que outros recearem.

(11) Carta de Lourenço de Brito de Janeiro de b^{c}bij

Item diz que a India esta mais perdida que do nunca esteve e que Calecu navega a sua vontade e os amigos e servidores de Vos'Alteza destroidos e elle

pouco honrado e que ysto he publico e que ho pergunte Vos'Alteza a todos ca nem se crea por cartas asy como a de Mombaça e que se tomam cambucos *(sic)* sobre seguros e que voso serviço he amdarem as armadas sobre os portos dos imigos e lhe tolherem e trato e mantimentos e que ysto diz por tocar tanto ha voso serviço e nom por dizer mal etc.

E que nam crea que os mouros de la se podem destroyr senorn em muito tempo e ao menos ate se nom saber a verdade de Vosa Alteza e das vosas gentes de que se cree pouco e que nam he sem causa pello que se faz.

Carta d'Antonio Real nom tem dias

Item que deve Vos'Alteza mandar fazer fortaleza em Ceylão que he ilha muito rica e tamanha como Cizillia.

(11 t,.) E tem multa canella.

E muitos robis e diamantes.

E muitas esmeraldas.

E muitos jacymtos.

E estopadas.

E aljofar e çafyras.

E outra multa pedrarya.

---

(1) À margem: vista reposta

(2) À margem: vista

(3) À margem: saber o que he fecto per Ruy Gonçalves

(4) À margem: vista a Ruy Gonçalves que o pergunte

(1) À margem: vista carta de agradecimento a este e servir se dele

(2) À margem: ate bj^{c} cruzados.

(3) À margem: carta de agradecimento

(4) À margem: vista

(5) À margem: a Ruy Gonçalves que faça saber o que estaa feyto no caso de Cide Barbudo

APÊNDICE DOCUMENTAL Nº 5

"TESTAMENTO POLÍTICO" DE D. FRANCISCO DE ALMEIDA* CARTA DE 5. XII. 1508

Muito alto, e muito poderoso Rei meu Senhor. Grão compaixão é para mim escrever a V. A. porque não posso deixar de tocar cousas, que cortão minha alma, as quaes tinha determinado deitar da memoria quanto em mim fosse por vos melhor poder servir, como são todos meus desejos, e fazia fundamento que as couzas que vos escrevia Gaspar Pereira que he muy fiel e verdadeiro servidor, e homem de moor marca que os Coronistas, e me parecia que acertava nisso uma fidalguia que V. A. me havia de gabar: ainda lhe certifico que era doente Gonçalo Fernandes[1] quando as couzas de Napoles não escrevia á Rainha, mas tinha disso cargo outro Gaspar Pereira. Pudera ser não tal como este os dias que Nosso Senhor quer que cá esteja: farei inteiramente o que V. A. manda, e não o que me defende, posto que nisso vá contra vossa alma, honra e fazenda.

Meu filho é morto, como a Deus aprouve, e meus pecados merecião: mataram-n'o venezianos e mouros do Soldão, como poderá saber esse homem, que ahi foy tomado: da qual couza ficarão os mouros destas partes muy favorecidos, e com esperança de grande soccorro: e parece-me que nom podemos escusar deste anno nos vêrmos com elles: de verdade que será cousa que eu mais desejo: porque me parece que com a ajuda de Nosso Senhor os havemos de sumir todos nesse mar que não tornem delles novas a sua terra: e se Nosso Senhor for servido que nisso acabe meus dias, alcançarei o mór descanço que busco que é vêr meu filho na gloria onde Nosso Senhor nos levará por sua misericordia, pois morrêmos por elle e por vós; e porque neste cartipacio não torne mais a esta materia, faço saber a V. A. que se os mouros este anno não poderem comnosco, como espero em Nosso Senhor que será, nem lhes vier tamanha armada como esperão, que será por elles não terem tempo, depois de lhe darem esta desaventurada nova, porque para o outro anno haja por certo que se ajuntarão contra nossas gentes mui grandes poderes por mar e por terra, porque de Malaca até Ormuz há mais mouros que no Reino de Fez e de Tunes, todos damnificados de nós.

A' feitura desta que são 20 de Novembro tenho novas de Lourenço de Brito, que lhe mandava dizer Timoja de muitas naos d'armada que vem da banda d'alem desta gente a que chamão Rumes: e assi me escreverão que em

---

* ANNES DAS SCIENCIAS E LETRAS - Pag.79 A 89 e 141 a 158 Lisboa 1858 A. Lopes Mendonça

[1] Gonçalo Fernandes de Cordoba, o Grão-capitão

Dio se fazião naos iguaes da propria marca das nossas: porém, quantas quer que ellas sejão eu sahirei daqui em fins de Dezembro, e ilas-hei buscar a Dio, e far-me-ha lá Nosso Senhor achar o mar cheio delles: porque com estes poucos vossos creados, em que está toda a vossa força, desarmados, e aleijados de feridas, e descontentes dos settenta por cento, que lhe lá fazem de quatro e vintena , e elles e eu mostrarêmos o que ha em nós. Mandei desfazer o navio de Phelipe Rodrigues, de Gonçalo de Paiva, e de Antão Vaz, e de Lucas da Fonseca, e de João Homem, e de Lopo Chanoca que já o outro anno não poderão navegar, se não fôra o melhor adubo que lhe mandei fazer, e tambem, porque erâmos tam poucos que repartidos pelos outros navios, ainda ficâvamos mal marinhados.

Anda já no mar Pedro Barreto, por Capitão-Mór, e com elle Manoel Telles, Antonio do Campo e o navio de Affonso Lopes: que os mandei muy bem concertar, que vierão de Ormuz mui damnificados: e tambem anda com elles Pero Çaa em huma caravella que cá fica e Phelippe Rodrigues na espera que este anno puz a monte, e concertei de novo: e Alvaro Paçanha e Luiz Pretto em dois caravellões que fiz muy bem armados, e Simão Rodrigues no bergantim, e as gallés que tambem corrigi em que anda Diogo Paes, e Paio Rodrigues de Souza, a qual armada me anda esperando sobre Calecut, té me ir ajuntar com elles : e Nuno Vaas Pereira que mandei a Ceylão e Diogo de Faria que tornarão em outubro prazendo a Nosso Senhor antes que daqui parta a frota.

O Commendador Fernão Soares este maio passado veio demandar esta costa que era boca do inverno com tamanho temporal que não poude al fazer senão acolher-se detraz do Cabo de Comorim, de que fui logo avisado, e que não podia vir a Cochim senão em outubro: cuidei que era Affonso d'Albuquerque que vinha de Ormuz: fiz logo prestes uma caravella carregada de mantimentos e um grosso ostrem com uma ancora de forma: arrecêavam muitos a ida da caravella, porque era já inverno: e acceitou a ida Garcia de Souza, posto que era muy perigoso, e o levou nosso Senhor a salvamento : e achou que era o Commendador que estava em muita necessidade, em que lhe a caravella deu muito remedio : e com cartas que escrevi ao Rei da terra, que lhe mandasse vender o que houvessem mister, e estiveram á sua vontade: onde tambem invernou Garcia de Sonsa, que trazia muitos homens feridos e alguns mortos de uma nau de mouros que abalroou no golphão com que pelejou lhe á noute, e não fizerão tam pouco, quando dela se livraram.

Neste anno me forão dadas cartas de V. A. por Phelipe de Castro, e Jorge de Mello e Fernão Soares, ás quaes irei respondendo, com protestação que se alguma couza disser que V. A. venha em despraser, o que digo por vosso serviço.

Em uma me escreve V. A. que não creia couzas que me digão, e que de

mim lhe disserão mal ; não me déra tanta paixão se vira que vol-o disseram, e não m'o escrevieis: porque parece que não tendes de mim verdadeiro conhecimento: certifico a V. A. que inda que esses males e outros peyores ouvira dizer de alguem que não lhe tivera por isso má vontade; porque as obras julgão a pessoa, nas quaes espero minha salvação: e mais sey que se murmura de pessoas que eu não sou digno de desatar a correia do seu sapato, que de N. S. disseram que era feiticeiro: deste cappitulo não tenho menor aggravo que do Commendador e D. Rodrigo que tão mal o entenderão que vos fallarão nisso e escreveram-me cá, e pello que V. A. em mim toca, como pelo vosso serviço lhe beijo as Reais mãos: mas por nenhuma destas não era necessario: e V. A. em algum tempo saberá disto a certeza, e achará que lhe fallo toda a verdade.

Eu tinha escrito a V. A. o porque não deixara vender as Brivias[1] do Corregedor, e que se elle se aggravasse com rasão, que de minha fazenda Ih'as mandasse pagar: agora vejo vosso mandado em contrario, pelo que logo as mandei entregar a seu procurador: e pois que assim quereis vá á minha alma com a vossa ; porque eu certifico a V. A. que os Judêos de cá não o erão senão de ouvidos com algumas mentiras que a mulher de Gaspar sabia em sua ley ás cegas os fazia crer; mas agora pela doutrina das Brivias são letrados inteiros.

E o lacre que V. A. diz lhe mande será maravilha haver-se, porque estas náos partem cedo, e as náos que o trazem do Pegu e Martamão, vem tarde: espero por uma boa somma delle, porque o tenho mandado trazer: mercê me fará V. A. em mim ter confiança que as couzas que de cá não mande não é por esquecimento, nem mingoa de boa delligencia, que bem entendemos cá quão boas são lá: mas os mouros, por muitas partes, andão estorvando as cousas de vosso serviço.

E assi V. A. me manda que a pimenta vá limpa e seca: sei que se contentou da que levou Tristão da Cunha, e muito mais da que agora vay; praserá a N. S. que sempre assi será: e porque V. A. me mandou que o pezo se fizesse com nossas balanças, e pezos, eu o tenho alabado muito, com vontade delRey de Cochim e dos mercadores com bons exames: e achámos que peza o Baar de Cochim três quintaes e trinta arrateis do peso velho, e nos custa o quintal mil e quinhentos reis e meio: e da-se tal aviamento que com duas balanças té vespora pesaram mil quintaes: trago a carga para os grandes, com gente da terra, per nam quebrantar tanto a gente do mar que tem muito trabalho no corregimento dos Navios que se aqui não chegassem tam damnificados, em vinte dias lhe daria carga e partirião.

---

[1] Biblias

Este Janeiro mandei notificar com pregões que todos trouxessem pimenta, e que logo lhe pagarião na mão, de que os mouros houverão pesar porque são elles regatões della que os donos da pimenta são gentios, e a vendem aos mouros fiada a troco de mercadorias: e fiz isto porque cuidassem elles que tinhâmos nós grandes thesouros, e muita certeza de virem muitas náos, de que se seguio que trazem aqui os gentios a pimenta. Ontem veio hum...[2] que é gente baixa entre elles, e trouxe pimenta de que levou na mão quinhentos cruzados em seu cobre que foi cousa bem nova entre estas gentes : esta é a maneira per onde os mouros se podem lançar da India que será quando nosso Senhor quizer.

E assi me diz V. A. que houve prazer da tomada de Quiloa, e Mombaça: assim é de crêr, pois a obra era vossa: mas eu nam cuidava que me daria achaque por o preço que para nós se arrecadou: mas pode ser que mereci o assente que me Deos deu pelos muitos juramentos e sobejas diligencias que nisso mandei fazer. Certo é que se me não obrigára o vosso mandado que era fazer Angediva, e o principal a carregação, eu me deixaria estar em Mombaça, carregando as náos de riqueza; mas não passava á India assi como o fazem as vossas armadas, e aos pilotos deitão os Cappitães a culpa: e o proveyto que me dahi veyo já o V. A. lá saberá, por quem levou as novas: mas dizem cá que V. A. moteja lá com quem cá achâmos com os furtos nas mãos, que não é bom exemplo pera os que pelejão e não furtão.

E assi me diz e manda a maneyra que heyde ter no pagamento desta gente, e defende que se não tome o dinheiro da carga : porque as cousas estão cá como V. A. não cuida, não soube a maneira que nisso tivesse; porque se comprisse vosso mandado ao pée da letra per isso merecia castigo, porque estee certo que destruia vosso serviço : entam ajuntei vossos Capitães, criados e officiaes e acordámos que cumpria a vosso serviço o que lá vai feito: porque a tamanha necessidade como cá vai, a prata das Igrejas e dinheiro dos orfãos seria justo tomar-se, quanto mais o dinheiro da carga em que V. A. faz mercê a quem dá logar.

Assi me manda V. A. que vossas despesas faça com toda a precisão : quando verdadeiramente acabar de saber de mim a verdade pesar-lhe-há de me ter escrito moor parte destas cousas: e assi me diz na mesma carta que não guardei seus segredos, não me lembra que os nunca soubesse vossos: sey que isto dirá V. A, por aggravo de Lourenço de Brito que elle cá dizia de graça : mostrei-lhe como vinha: porque das mercês que V. A. faz he bem que vos deem as graças, e tambem de vós se aggravem , que tudo podeis emendar: que será grande desserviço vosso aggravarem-se de mim; porque seria causa que

[2] Estava a lettra sumida n'esta palavra.

com minha imisa-de vos não servissem fielmente: ou o dirá V. A. por Pedro Fernandes Tinoco a que mostrei em pratica o capitulo de vosso regimento, porque era elle homem de má lingua e escandalisava a gente com dizer que eu não cumpria vossos mandados: ou o diz V. A. por Vasco Gomes de Abreu o João da Nova que se aggravaram e dizião que vinhão por Cappitães geraes: eu lhes mostrei a maneira em que vinhão.

Assi me manda V. A. que se paguem primeiro os muriantes, e que se ponha a dita carta na feitoria, para eu não alegar ignorancia : assi o fiz que logo a láa mandei : desde agora digo a V. A. que todalas cousas que de lá vem feitas, são muito fóra de proposito, e não muito bem acertadas.

Assi me manda V. A. os pagamentos que fiz na tomada de Quiloa e Mombaça, porque teve disso contentamento: e das outras cousas que cá fizemos de guerra; taes foram elles que se não devia V. A. esquecer dos galardões, e mercês que merecem os que dali ficarão aleijados e descontentes pelos eu não poder satisfazer: os agradecimentos que V. A. por isso manda a meu filho e a vossos criados Deus seja louvado que elle e a mór parte deltes já vos não hão mister: espero na misericordia de nosso Senhor em que ponha toda a esperança, que elle nola dará.

Assi me manda V. A. que lhe escreva os pagamentos e despesas que são feitas depois que cá sómos nesta terra : se agora tomasse esta occupação não entenderia em outras cousas que mais relevão. A carta mandei a vossos officiaes, que vo-l'as escrevão pois elles as fizeram: sómente digo que não é vosso serviço mandares-me que estas cousas vos escreva: porque eu tenho a mór cousa que ha no mundo entra as mãos para nella entender, e bastar-me-ia. para todo o tempo da carregação entender nos aggravos, e males que fazem os vossos capitães á gente em suas náos, e assi aos que estão na costa d'além que todos me pedem justiça: e eu não lh'a faço, porque não digão que sou mais castigador das cousas que V. A.

Em outra carta me diz V. A. que lhe não escrevi da carta que fiz ao Rey de Quiloa, e que a fiz sem condições: bem parece que vos não lêem minhas cartas de que eu cá tenho o traslado: e Gaspar Pereira era presente quando eu enviei a V. A. toda a forma della, e se a mandardes lêr achareis que sem a quebrardes , lhe podeis metter todos os tributos que quiserdes; que por elle e a terra assi ficar destruida pareceu bem a todos não lh'os pedir, porque elle os não podia pagar, que os reis do cá são fracos para pagar. Agora lhe mandei que pagasse ametade de todos seus direitos, e será muito se chegarem a cem crusados: e o tributo que a V. A. o outro Rey vos pagava bem deve ter sabido que elle veyo sobre verdade fallar ao Almirante dentro do batel, a qual lhe o Almirante não guardou, e o não deixou sair do batel té que se não resgatou, por aquillo a que chamão tributo: e o Rey lhe deixou em penhor Mafamede Arcome que agora fizemos Rey, porque lhe queria mal, porque lhe acon-

selhou, que se fiasse do Almirante: o qual Mafamede Arcome foi mettido sob a tilha do batel e outros com elle donde não sairam té que pagou. Não cuido que peque em dizer este mal do Almirante, porque vós m'o fazeis dizer, e cumpre a vosso serviço dizer-vos as verdades e V. A. todas as saber.

Assi me declara V. A. as mercês que me tem feitas pello que lhe beijo as reais mãos, mas segundo as cousas de lá vem, eu sey bem quanto he o que de cá levarei se for vivo: e acerca das joyas que possa tomar lá saberá V. A. as que tomo, e as que os outros tomão.

Em outro capitulo falla V. Ex.ª nos ordenados que tem os officiaes: eu nisso não buli, porque me pareceu espantosa cousa, tirar-lhe eu o que lhe vossos capitães puseram, tendo-vos elles bem servido, e mais, porque suas fasendas e dos capitães lá hião a vosso poder, pareceu-me mais honesto que vossos officiaes lá o competissem que eu cá com elles andar em contendas.

Tambem me toca acerca dos escravos que puz em soldo: já muitos são defuntos com seus donos servindo: eu o *fiz* com justos respeitos do bem do vosso serviço: os respeitos porque V. A. o desfez não sei quais foram: e assi me castiga acerca dos perdões que cá dey: eu os dava pelo poder de vossa carta que m'o concedia assi como vossa Real pessoa assi na justiça como na fazenda: os que fiz foi pellas obras que vi e trabalhos tão suados dignos de mercê: daqui não farei mais, pois me tiraes o poder que me destes pellos que vos fiz: e o de Mello que está na Ilha de São Thomé perdoa degredos para sempre.

E assi me culpa dos soldos que pago d'antemão: é verdade que o fiz a D. Alvaro porque não tinha com que carregar, e é pessoa de merecimento: lembro a V. A. que é homem de settecentos reis de moradia, e tem tanto soldo e quintailadas[3] como quem nada tem: e fiz conta que lá hia a fazenda, e que V. A. mandasse nisso o que fosse seu serviço, pois todos somos vossos; e fora bem que vos lembrara a este proposito, que á gente de cá se devem dois ou tres annos de soldo, e que morrem de feridas e trabalho: e eu os sustento e conforto no vosso serviço, á custa do meu sangue e ás veses com o meu dinheiro; e neste emprestido entrou Lourenço de Brito, e Manuel Paçanha.

Aos vossos capitães que accrescentey soldo, e quintalladas foy porque quando V. A. ordenou uns a sette outros a cinco mil reis foy porque os capitães

---

[3] O soldo que no tempo do governo de D Francisco dc Almeida se assentou nos homens d'armas erão setecentos reaes por mez, e depois que chegavam á India, mais quatrocentos reaes de mantimento. Além do soldo tinham: mais dois quintaes e meio de pimenta ao partido de meio em cada anro, a qual podiam carregar nas náos que vinham para o reino. A gente do mar, capitães, alcaides mores, feitores, escrivães, e os outros officiaes Lambem podiam carregar, por sua conta, uma certa porção dc pimenta, maior ou menor segundo a sua graduação, e a isso se chamava *quintaladas*. Veja-se João de Barros na Parte II da Decada Primeira, Livro VIII, cap. III.

erão escudeiros, ainda que os outros não erão de Lacerda, e depois se seguia mandarem-lhe cá por capitães de caravellas. Pero Barreto, Nuno Vaz Pereira e outros fidalgos pareceu-me erro andarem em ruins navios, a pelejarem melhor que os escudeiros das náos e haverem menos ordenado: depois não farei mais, pois me tiras o poder.

E na culpa dos tres pagamentos que mando fazer, e dou licença dos officios e....[4] o consentia porque os passavão, a outros que erão mais sufficientes para os cargos, e porque não custavão mais uns que outros, que todos erão vossos creados, senão quando elles os engeitavão, o meu regimento me não comprehendia, porque em tudo me dais que faça o que me bem parecer.

Diz. V. A. das mercadorias defesas que mandei pagar em Angediva houve noticia de algumas que vinhão nas náos; e porque erão sobre tamanhos serviços houve que não era boa fazenda para V. A. levar pennas; entam mandei pagar, e creio que foy pouca cousa: lá irá agora a fazenda de Ruy Mendes que he dessas, apostarei que lh'a manda V. A. tomar, pois não he rasão, pois tanto perdeu em vosso serviço por culpa de vossos capitães.

Quanto á paz de Coulão eu lh'a acceitei porque muitas vezes me rogaram com ella, e não porque ella me parecesse proveitosa ao vosso serviço: sómente o fiz porque sabia que V. A. folgaria com isso: e os mercadores de lá contratão com os daqui que todos são parentes e irmãos, e o fazem todos com dissimulações: porque a Elrei de Cochim lhe pesa muito com isso , e não por querer mal ao vosso serviço mas porque quer bem a seu proveito, e honra da sua terra: e fiz eu o que não entendia, porque conheço a desconfianca desta gente: escusado he outra carregação fóra daqui, poeque em Cochim a pimenta que nunca de Portugal viram náos que acabem de levar, e as outras especiarias e ricas drogas virão a esta costa, e aqui a Cochim , mas não ousão por indusimento dos mouros que lhe mettem medo: eu tenho mandado a Malaca, e áquellas partes cartas e comtudo não vem.

E acerca da fortaleza lá em Coulão quanto mais fortalezas tiverdes, mais falho será vosso poder: toda nossa força seja no mar: porque se nelle não form'os poderosos, (o que nosso senhor defenda) tudo logo será contra nós; e se o rei de Cochim quisesse ser desleal logo seria destruido porque as guerras passadas erão com bestas, agora as temos com Venezianos e Turcos do Soldão.

Quanto ao Ryo de Cochym já escrevi a V. A. que em Cranganor seria bom um castello forte em uma travessa de um rio que vay para Calecut porque lhe tolherá que não passe para lá um alqueire de pimenta: entendâmos com o

[4] Esta parte é indecifrável, por estarem comidas as letras.

que temos no mar que são estes novos imigos que espero na misericordia de Deos que se lembrará de nós que todo o mais he pouca cousa: saiba certo enquanto no mar fordes poderoso tereis a India por vossa, e se isto não tiverdes no mar, pouco vos prestarà fortaleza na terra, e no lançar dos mouros da terra bem lhe achey o caminho, mas é longa historia que se fará quando Nosso Senhor quiser e fôr servido.

Quanto á pimenta e drogas que vão a levante saiba V. A. Que não desta costa, se não de Malaca, e Sumatra e de Dio, onde nasce muita pimenta longa e redonda: e muito bem sei onde passa, e em que tempo; até agora a não lhe pude mandar tolher a passagem, porque não tenho o principal.

Quanto a me mandar que entenda nas cousas de Malaca se V. A. fôr bem informado de mim, e do que cá faço, escusareis m'o lembrar: destruâmos estas gentes novas, e assentêmos as velhas e naturaes desta terra e costa, e depois vamos vêr terras novas: e tudo se lá fará, quando cá o fôr Campo nosso, que elles nos rogarão com ellas: porque daqui a Malaca é monção apartada, tempos limitados, e adversos huns dos outros.

Quanto as couzas de Ormuz lá verá V. A. como ficão, e o estado em que as deixou Affonso de Albuquerque que perdoe Deus a Tristão da Cunha porque o não trouxe á India, porque todo o vosso serviço seria alabado: e souberam elles na costa d'alêm que estavamos cá todos em guerra, e esqueceram-se disso. E acerca das couzas do mar Roxo que diz que o não avisei, mal posso eu dar conselho do que não sei, e o que agora entendo he que dizem que paraes o de cá, para mandardes lá; porque a armada que hade ir ao estreito hade entrar com levantes que são em Dezembro e Janeiro, e tornar em Março com os ponentes, e se lá quizer invernar estará até Agosto, e estarão em muito risco de os tomarem.

Culpa-me V. A. porque não aviso das couzas de cá: todo o necessario lhe tenho meudamente escritto afóra o que vay no tombo de Gaspar Pereira; o castello de Cochim he feito de pedra, e cal, assim como o dirão esses que de cá vão: tem a porta para o rio onde tem viração de melhores ares que os paços de Cinta.

Culpa-me V. A. que vos não escrevo os navios que cá faço e a repartição que faço delles: eu cuidava que Gaspar Pereira volos escrevia: parece-me que se occupou em outras couzas, e esqueceram-lhe est'outras: mas atras digo o que fiz: e pois a armada em que me mandais ir não vem, com os que temos irêmos buscar estas gentes a Dio, e será de nós o que Nosso Senhor fôr servido.

Já V. A. por minha carta terá sabido que fiz o Castello de Cananor e desfiz Angediva; com o castello de Cananor os mouros se muito agastarão: se V. A. hade entender nas couzas da India de verdade não he seu serviço entender em outros....; e se cada dia se cá hade armar uma invenção, sem informação do que cá vay, perder-se-nos ha tudo em pouco tempo: isto digo

a V. A. per meu descargo, pois que sei que vos hade desprazer, e lh'o escrevo por nom ficar comigo a culpa.

Por Diogo Mendes Corrêa e Tristão da Cunha lhe dou toda a informação de Calecut, se elles não mudarem a embaixada, como fez aos cappitães da outra costa que por minha crença que levava lhe disse que se fossem a Çocotora, e cá mandaram-lhe dizer por conselho do mesmo Tristão da Cunha que ainda que V. A. os mandasse a alguma parte que o não fizessem, mas que se viessem cá que cumpria a vosso serviço.

O aljofar e perolas que me manda que lhe envie não as posso haver que as ha em Ceylão e Carle, que são as fontes dellas: compralas-ia com o meu sangue, e com o meu dinheiro, que o tenho porque vós m'o dais: os sinabafos, porcelanas, e mais couzas deste jaez são mais longe: se meus pecados me cá tiverem mais tempo trabalharei por haver tudo: as escravas que diz que lhe mande tomam-se depressa , que as gentias desta terra são pretas, e mancebas do mundo, como chegão a dez annos.

Sofala he tão grande couza como lá dizião: eu vo-l'a tinha grangeado com Nuno Vaz nella, e V. A. mandou o que foi vossa vontade: a fortaleza e feitoria que em Moçambique mandastes fazer não era vosso serviço, porque os que ahi estivessem resgatavam em Angoja, em parçaria com os de Sofala: ouve esta informação dos que lá estavão: saiba V. A. e achará que lhe fallo verdade: e não provejo Sofala com capitão, que ela ha bem mister, nem dou regimento aos de Moçambique do que fação, nem capitão, porque quando de cá chegasse o que eu mandasse chegaria o que V. A. enviasse que o botaria deshonradamente fóra, e minha obra ficaria em balde. Bom he que venhão vossos capitães ordenados como em Moçambique, nem tenhão quatro bandeiras na gavea, e que saibão a maneira que hão-de ter com o capitão ou Alcaide que ahi estiver pellas couzas que hi passarão: os navios grandes nem pequenos não vierão cá ter.

Do lemite das licenças dos escravos, eu não passo nada mais do que aquillo que me requerem vossos capitães que lhe são necessarios para levarem as náos a Portugal; porque elles não trazem gente, nem amarras, nem apparelhos, nem mantimentos, nem as couzas que lhe são necessarias: levão os escravos que me parece que lhe são necessarios para lhe não morrer a gente com trabalho, como V. A. verá por Tristão da Cunha que a sua náo partio de cá com cem escravos, e bem verá os que lá chegarão: não são chegados cá os officiais, nem os outros provimentos, e tudo he porque os vossos officiais de Lisboa dizem que vos forrão dinheiro em despedir as armadas em Abril.

O erro que fiz nos que perdoei, o regimento do V. A. não me defendia, e vossa carta me outhorgava o poder que os perdoasse em todas as outras couzas de justiça, e de fazenda como vossa propria pessoa: a mor parte dos que perdoei erão vossos creados que ja agora hão mister perdão de Deus: não

perdoarei mais nenhum e para meu descargo digo a V. A. que não mandeis cá degradados, porque he mais serviço do Deus haverem lá a pena de seus delictos, nem mandeis outros homens que constrangidamente estêem cá;V. A. entenderá bem o que porque o digo.

Quanto ao aviso que teve da armada que fazião os Turcos para cá fôra serviço de Deos e vosso o soccorrerdes com gente e com prata das Igrejas, e se disser com vossa Real Pessoa, ainda direi como quem mais vos ama, que quem o contrario disser.

V. A. terá sabido que depois que cá estou as náos dos mercadores tratei propriamente como as nossas, e alguma couza melhor, porque o havia por bem do vosso serviço: pelo que era justa razão que nos trabalhos ellas ajudem as vossas; e digo isto porque agora mandei ir nellas alguns doentes, e aleijados da guerra, e puserão-n'o por aggravo: e fizerão-me per isso um requerimento que he cousa assas deshonesta, não podendo elles tornar a Portugal, se os eu cá não provêra dos armazens.

Cá nos veio a certeza que V. A. nos manda hir a todolos officiais que cá estâmos por termos acabado os tres annos para que viémos ordenados. D. Alvaro por isso me pedio licença, e por saber que V. A. D. Pedro meu sobrinho mandava, eu lh'a dei, posto que muito me pesou porque sua companhia me era cá boa para vosso serviço, e meu descanço: se cá ouvera moor armada não o mandára tão singello, porque vos tem muito bem servido, e he dos quilates que V. A. sabe.

Pois que V. A. manda que das cousas que faço veja escrito, couza que a mim sempre me pareceo mal dos homens de bem, falo hei com protestação que o erro que nisso ouver, não he por minha culpa. Depois que Tristão da Cunha daqui partio se passou o que atraz he escrito, de que os mouros estão tão favorecidos, e com tanta esperança, quanta lhe Nosso Senhor tornará em sua confusão e desesperação para elles: a moor parte da vossa gente com assas medo, e desconfiança por vêrem os desfavores que de lhe láa vem, e não lhe pagarem seu ordenado, e tão descontentes que darião quintalladas, para que os deixassem hir deste trabalho: cá lhe disseram da maneira que hão-de ficar depois de minha ida, e derão vosso feito por perdido, e se minha embarcação chegára, os principaes e todos tinham assentado fazerem-me que não fosse, o que o tempo atalhou. Nosso Senhor sabe o porque o digo a V. A.; porque se eu fôr vivo, quando chegarem vossos mandados, por mais requerimentos que me fação, os heide cumprir ao pé da lettra: porque as couzas que tocão em fidelidade são tão delicadas que por nenhuma couza deste mundo os homens de preço se devem pôr em disputa: por isso, senhor, volo declaro por meu descargo, e digo que mandeis cá homem de muito preço por Viso-Rey, e por mais, se mais poder ser, zeloso da verdade cheo de riqueza; não lhe limiteis estas pouquidades de vossa fazenda, de que me reprehendeis, nem mandeis

nada de lá sem haver primeiro o conselho de cá, e confiai tudo do vosso Viso-Rey, e agradecer-lhe o que acertar e dar-lhe a pena do que errar. Não sei o que vos aproveitará chegarem vossas armadas a.... nem a Suez se cá na India vos tomarem as náos de carregação e destruirem as fortalezas: e se vos dizem que hir ao Estreito atalha que não venhão para cá armadas, em Dio estão veneseanos e mouros do soldão, fazendo náos, e galeões com que nós havemos de peleijar, e tem abastança de tudo o que lhe cumpre, e a nós mingua.

Jorze Barreto fiz Capitão de Cochim té vêr quem V. A. manda: porque assim mn'o encarregastes por vossa carta: de sua pessoa sou tão contente, que tudo lhe encarregaria: e não metti aqui Manoel Paçanha que por ser de forte condição disserão todos vossos officiaes que por isso largarião os officios se elle fosse capitão, e toda a outra gente não estaria com elle por cousas que direi a V. A. quando a Deos aprazer. Dizem que vem Pedro Ferreira para Cananor por capitão: eu o tenho por homem fiel e esforçado, mas Cananor ha mister homem do grande marca porque nos invernos sempre ahi invernão muitos fidalgos: estes capitules não vão bem ordenados, porque tenho muita occupação no espirito mais do que V. A. cuida.

Eu escrevi a V. A. que Quiloa se despovoára porque Pedro Ferreira a não soube conservar: agora dizem que mandais para ahi o filho do Pestana por Capitão e a V. A. cumpre ter ali hum homem de tantas barbas brancas como eu.

V. A. he assi obrigado ao Rey de Melinde como sabe, e para bom exemplo deve ser de V. A. muy honrado, e favorecido com mercês, pois tanto repairo e bom gasalhado tem feito e faz a vossas armadas, e gente que ahi vem ter: em paga do qual vossos capitães se desordenão tanto na seguridade que achão na terra, que lhe fazem tantos males que ja o Rey ali não estivera se de cá o não sustivesse com cartas e palavras vans de que nunca lhe vem o fruito.

Dizem que mandais ahi por feitor Sancho de Pedrosa: de duas será uma, ou os mouros volo matarão, com os que com elle estiverem, ou o Rey se despousará da terra, e as razões disso D. Alvaro as dará a V. A.

V. A. manda cartas de recommendados para vossos creados: elles cuidão que trazem nellas capitanias e feytorias, e porque logo lh'as não dão se mostrão aggravados: será bom que mereção porque não sei que esperança terão os de cá, vendo que dais lá o que elles tem ganhado com o seu sangue.

Poderá se que cuide V. A. que deixo de carregar meu ordenado estes annos passados por não folgar com dinheiro: eu não sou virtuoso , mas faço-o porque veja a vossa gente que trabalho por vosso serviço, em vosso proveito, e não estimo minha perda, e que tomo para mim, e nego para elles, que seria muito descredito para as resões e escusas que lhe de mim dou quando me requerem suas carregações; pelo que tem em mim aquela confiança que muito cumpre a vosso serviço. E comtudo seu trabalho he

tanto, e com a vista de suas desconfianças porque vêem o que de lá vem, que poucos ha que não dessem seus vencimentos porque os deixem hir: em maneira que o anno passado quando meu filho que foi estava em Chaul se fez huma conjuração entre mais de cincoenta homens de mar para se passarem aos mouros: e isto, sem mais outra couza que as resões que digo: porque os mouros lhes dão grandes soldos e muitas larguezas, de comdenação de suas almas: houve meu filho disso aviso e com todas as manhas os atalhou, que não houve effeito seu proposito, e os segurou thé que veyo aquella peleja de que se seguio o que eu mereci a Deos. Outros fizerão outro ajuntamento para tambem se passarem para os mouros, estando Garcia de Souza com Fernão Soares, no cabo de Comorim: foi-lhe dado aviso, prendeu o principal que trouxe em ferros. Digo a V. A. estas couzas porque saibais que a vossa gente cá hade andar contente de bons pagamentos aos de baixa sorte; e aos outros com bons galardões, e seus serviços gratificados, porque se assim não fôr, perdereis todo vosso serviço. Dizem cá que mandais que Affonso de Albuquerque fique neste meu cargo para governar estas cousas: será bom perguntardes aos que de cá vão que altos nem baixos ficarão com elle. Nisto, Senhor, provede com tempo, porque os Capitães e vossos criados foram com elle em tanto desvario que os prendeu, e injuriou, dizem elles que por lhe requererem as cousas de vosso serviço: pelo que depois de Ormuz alevantado como V. A. saberá, Affonso Lopes da Costa, Manoel Telles de Mello, Antonio do Campo se vieram em minha busca com requerimento por escrito, a que elle não quiz responder; e taes apontamentos me deran que os não pude culpar, nem comdenar Affonso de Albuquerque. Chegarão em tempo de necessidade, metti-os em vosso serviço, trabalharei por saber a verdade, porque da que soube mando a V. A. por inquirições: Affonso Lopes vay em alguma culpa, lá o ouvirá V. A. de sua justiça; e se Affonso de Albuquerque vier tambem, farei o que me requerer, com justiça: tambem João da Nova e Francisco de Tavora muito se queixavão de seu máo trato; eu nisto não usei entender, porque V. A. manda de lá o que lhe praz.

Porque temos certa nova destas armadas que se juntão contra nós com todos os mouros desta costa thé Ormuz, pareceo bem a todos tomar a náo Belem para Jorze de Mello andar nella, assi como verá: para o que elle inflammado no amor de vosso serviço, muyto folgou, esquecido do pouco proveyto e muyto perigo, em que havia de entrar. *Flor de la* Mar_concertei para nella andar com João da Nova, capitão della, assi como verá.

Cinco creados meus me vierão cá buscar: não vierão assentados em soldo, e quintalladas, mandei-os assentar em lugar de outros que cá morreram: faço disto lembrança a V. A. porque se o não houver por bem mande que se desconte no meu.

Antonio Raposo veyo aqui de Sofalla; que lá fora escrivão, e trouxe

tanto ouro, que me conveio entender o que me diziam: mandei sobre isso fazer diligencia, achei-lhe o ouro e culpas que a V. A. envio: contada a sua fazenda, sequestrada, não me quiz intrometer a julga-lo, porque o Viso-Rey que não pode perdoar, não deve condenar: V. A. fará lá sua justiça.

Este anno mandei fazer huns poucos de laudees fortes e bons para a guerra, e meneaveis para os mareantes que he piedade vêr vossa gente pelejar nua, e com boa vontade: e porque já vou entendendo alguma couza da India, digo que se a vossa armada fôr poderosa, como prazerá a Nosso Senhor que sempre seja, houveramos trigo a vinte e cinco reis o alqueire, comprado a troco de mercadorias: arroz de graça, e comprando-se por mercadorias se achará muyto, e custará o fardo a cento e vinte reis, que tem quatro alqueires e meio: mas Deos nos dá sempre tanto das presas que se vende o sobejo, e fica avondança para as armadas, e partimos com as náos de carregação: Tambem haveremos breu em abastança thé quatrocentos reis o quintal, linho em abastança, e mais barato, que lá temos, cordoaria com todos seus petrechos, e cairo em abastança.

Senhor não he vosso serviço que Mestres venhão por feitores das náos, porque não podem entregar e receber e dar aviamento ao carregamento das náos, e tomando-lhe conta perderão suas fazendas: ao menos melhor seria que o fossem os pilotos, que chegando ao porto desamparão a náo, e andão folgando em terra thé que tornão a partir: se estas couzas os vossos officiais as bem governassem de lá, em hum só mez se carregão aqui quantas desse Reyno viessem.

Manda V. A. cá Juiz do peso, que he hum officio sem corpo, porque no inverno se toma a pimenta a troco de mercadorias em tempo que o feitor anda tam ocioso, que vai á igreja, ou anda a monte; e quando vem a pimenta a vay receber um escrivão, e pesão-n'a os pesadores que El-Rey para isso ordenou que por pouco que os o feytor contente, deixarão a balança do chão meyo dedo, e o vosso Juiz do peso não sei que nisto pôde aproveitar que bom seja pera vosso serviço.

Tem V. A. na feitoria cobre que se não gastará em cinco annos, e vermelhão sem numero, e chumbo muito mais, azougue que não ha casas em que caiba: pannos de lãa todos apodrecem: escarlatas se gastão poucas, alguma couza menos do preço que lá custão: ha muitos espelhos, oculos, chapéos, sellas, ginetas que he, muy certa mercadoria para cá: não creio que os vossos officiais de Lisboa cá mandassem estas sobejidões se disso lhes não viesse proveyto, e por isso não aguardão que lhe vá recado dos officiais da India, ou para melhor dizer do vosso Viso-Rey, e não vos causarão tanta perda: dois annos he que comprámos cá a mão do papel a cem reis que eles cá mandam vender, e para as vossas feytorias não mandão nenhum.

V. A. me manda a maneira como se paguem os soldos e desembargos,

e que se carreguem as náos: eu rogo a Deos que me encaminhe o entendimento, com todas as vossas couzas acerte como he vossa vontade: porque comprillas como de lá vem ordenadas com os avessos que ellas cá teem, quem as acertar faria milagres em vida: saiba V. A. que eu heide tapar se puder os buracos que se nos....; he bem que saibaes que todos vossos creados e gente que cá tendes, todos estão em muita desconfiança de nunca serem pagos do que lhe devem, e mais vendo que mandais de lá officiais pera os cargos que elles merecem por geração, aleijões e feridas; é V. A. tão esquecido disto que lhe quebranta os corações e vontades: e desejão de hir viver a outras terras, e com quanto eu pude remedear, dever-se-hão cem mil cruzados thé Janeiro de 508.

V. A. deve haver bom conselho sobre esta historia; porque se quereis soster a India haveis de pagar a gente, ou que venha de lá desenganada que lhe pagarão, quando lá tornar, porque dos que de lá veem não pode V. A. saber a desconfiança que ficam os de cá, e as mais cousas que fallão: que eu faço que as não sei, e isto só porque lhe não pagão: e vendo vir de lá feitos officiais quem nunca trabalhou, que são escandalos que causão andar esta gente sem corações.

Em uma carta que me deu Alvaro Barreto V. A. me faz aquela honra que eu a Deos não mereço e acha manda que assi o diga a vossos criados, o que assi fiz, e seus espiritos ficarão alevantados, pelo que elles e todos beijamos as reais mão de V. A.: mas não fique esquecido o effeito de tão reais palavras porque não fique em dobro o escandalo: porque os que cá servem não carecem de galardão, e se de vós o não houverem neste mundo, havello-hão de Deos no outro.

Mandei que os mareantes da minha companhia carregassem seus vencimentos, e assi a todos nas outras quatro carregações, que se acabão em Março quatro annos; e o dinheiro do desembargo que me V. A. mandou, por não crescer tanto minha divida, e para o anno não poderião carregar os que comigo quizessem hir, prazendo a Deus, e por isto carreguei isto que lá vay, e tomamos o risco, em todalas náos deste anno, novas e velhas: porque todos disto foram contentes com fabricações que disso mandei fazer: e se nestas carregações dey máo entendimento, lá mande V. A. o que fôr seu serviço.

De Ceylão tinha ja informado a V. A. por homens que lá foram, e cartas que agora de lá vieram, assi acharão a terça assentada e o Padrão em pé, como o poz meu filho: dito tenho a V. A. que será bom ali uma fortaleza: porque todalas navegações que correm da parte do Sul que he de todalas partes, de Malaca, Sumatra, Pedir, Bengala, Pegu não podem passar para a banda do Norte arredados desta ilha de Ceylâo, mas forçadamente para navegarem certos hão-de haver a vista della, e podião-lhe tolher esta navegação meya duzia de navios, e se podia fazer a Fortaleza sem perigo em huma

ponta qne faz sobre o porto como Cananor, em que está hum poço de agua: prazerá a Nosso Senhor que nos encaminhará que a façâmos em accrescentamento do vosso serviço.

Se o corregimento das vossas náos não fosse tanto partirião d'aqui todas em Novembro: mandai, senhor, que vol'as corrijão de verdade; porque dizem cá que se vos gabão os officiaes que corrigem as náos com menos custo que as armadas passadas: o que certifico a V. A. que vos causa perda a novidade por causa do máo corregimento: que isto ganhão os mercadores dobrado pelo bom corregimento de suas náos: e mande V. A. que partão em Fevereiro, o mais tardar, porque bem vêdes o jogo que vos tem feito o partirem as náos de lá tarde; e perguntai a vossos officiaes qual he mór perda se gastar e perder hum mez e dois de soldo d'armada que oitos dizem que vos aproveitão em deter a partida das náos em Lisboa, ou se he mór perda hum anno que as náos ficão em Moçambique, porque chegão tarde, do que elles darão conta a Deus da gente que ahi morre ao desamparo, de que eu não tenho a culpa.

Eu puz em conselho, não porque me parecesse bem, se não por me não porem esta culpa, se dariamos em Calecut: agora quando passêmos, e foy por todos assentado o que lá vay e sem duvida fôra cousa errada; porque por a costa ser muyto má na desembarcação nós lhe puderâmos a elles fazer pouco damno, e elles, a nós, muyto mal; e tambem sómos nós poucos, e elles muytos, e a vossa gente desarmada, e muyto doente, e os sãos com espiritos cansados, descontentes, vendo-se aleijados, desfallecidos do sangue, da idade, e da vida, e V. A. disto tão esquecido que dais aos de lá o que eles ganhão cá, pelo que passaremos de longo, e hiremos, thé Diu, em busca destas gentes, e lá farêmos o que nos Deus ajudar per seu serviço e vosso. Deixarei guarda na costa para as náos de Meca, parece-me que sou obrigado ao vosso serviço dizer-vos que D. Alvaro he muyto homem para o encarregardes deste meu officio, e não me engano, porque volo digo sem nenhuma affeição, sómente amar vosso serviço e desencarregar minha obrigação na verdade.

Nenhum trabalho dos meus sinto tanto como o que tenho com vossos capitães da carregação que andão tam engodados no mercadejar, do vender o comprar que com muyto trabalho meu os faço que vão estar o guardar nossas náos e ajudem a dar aviamento ao carregar, pois nellas lhe fazeis tanta mercê: hão isto por muyto aggravo, e dizem de mim com palavras, com desattenções, e dignas de castigo: hindo para a náo de Ruy da Cunha o derradeiro parao de pimenta, que levava cem quintaes por máo aviamento dos marinheiros que logo o não descarregarão, se perdeo: pareceme rasão nesta perda entrar-m'os todos, pois temos carregação em toda a frota, e se isto lá não parecer justiça e quizerem tudo carregar ao capitão folgarei que antes se carregue tudo sobre mim, porque melhor he perder a fazenda neste mundo que levalla para o

outro: porque eu tenho della menos necessidade (mercês a Deos) e a V. A. que m'a dá, e não será bom perdella Ruy da Cunha que he fidalgo pobre, e tem gastado dous quartos da vida, e está no derradeiro como eu, mas elle tem filhos e eu não, que hum que tinha só perdi.

A muytos dei licença para que se fossem porque com affincamento m'o pediram: pareceu-me bem dar-lh'as porque são eles mais inclinados para nos servir lá que cá, certamente eu não sei a causa disso. Guadalajara mandei que fosse por sua má disposição que lhe causou a guerra e trabalho de Cananor onde tanto vos servio como todos vos dirão, e tão largamente gastou o seu com vossos creados, porque he digno de mercê; por toda a que lhe fizer beijarei as Reais mãos.

João da Nova recebeu aggravo na maneira que V. A. fez de seu officio e fallou-me em paridade; lembro a V. A. que o comprou por seu dinheiro, e ha quatro annos que vos cá serve e deu a conta de si que testemunhão grandes feridas de que tem os sinaes, e com muytos trabalhos: Affonso de Albuquerque com elle teve grande diferença, me escreveu que vos tinha muy bem servido; assi que a mercê lhe seja em accrescentamento de seu proveito, e honra, que por isso beijarei as Reais mãos a V. A.

Hum dos paráos que trazia a carregação que carregava quatro centos quintaes, porque era bom para o vosso officio, mandei-o concertar: para o levar, tirão-lhe hum ferro que trazia ao pião, acharão-lhe debaixo quatro quintaes de pimenta: escrevo isto a V. A. porque saiba que as quebras não vão do pezo, mas furtão-n'a os marinheiros que a levão, e que estão na náo: o que tudo he por culpa dos vossos Capitães a que ou por vezes descobria este segredo perante vossos officiaes, pelo que elles dão bem pouco, porque toda sua occupação he em seu interesse, e não em vosso serviço: torno a lembrar a V. A. que nunca sereis bem servido em quanto vossos officiais de justica e fazenda forem tratantes e mercadores.

Hoje cinco de Dezembro estando já em Cananor com toda chegou Affonso de Albuquerque de Ormuz, o com elle Martim Coelho e D. Antonio seu sobrinho em navios: elle no Cirne que trazia força de bomba, e ficava atrás Francisco de Tavora no Rey grande: para o anno Deos prazendo levarei Flor de la Mar e Cirne que mandarei concertar e carregar. Affonso de Albuquerque foi de mim recebido como cumpria, presente Lourenço de Brito, Fernão Soares, Ruy da Cunha, Antonio de Cintra que ao presente perante mi escreve, onde em presença de todos lhe puz em escolha o que de sua pessoa queria fazer: porque ir em minha companhia não era resão por vir muito cançado, para o que se me convidou se queria ficar neste Cananor: porque Lourenço de Brito por vos servir desejava muito ir-se comigo, ou ir-se a Cochym, o que elle antes escolheu para seu descanço. Mandei lá que o aposentassem em minhas pousadas, e lhe fizessem toda a honra e prazer; e porque nestas cousas

que hão-de vir vai muito a vosso serviço como já tereis sabido, he necessario a cumprimento da minha obrigação avisar-vos de ante mão, ainda que seja em prejuizo de alguem. Bem sei que não pequo nisto pois sois meu pai e Deos na terra. Affonso de Albuquerque vem muito desamado da gente, dizem delle cousas de que se homem espanta: a verdade V. A. a saberá quando a perguntar. Sua ida a Ormuz fôra escusada, pois não havia do fazer proveyto, e fizera cá se a mim o enviareis: todos os que cá estão dizem publicamente que quando Nosso Senhor ordenar que eu vá, que elles não ficão: o que se elle os constranger, que se irão para os mouros. Pelo que eu tenho visto e bem entendido crea V. A. que assi o farão, sómente se forem alguns que novamente vierem do Reyno ou que tiverem cargos pelos não perderem; o que assi será em toda a gente d'armas o do mar: mas quando isto fôr, eu direi, e mandarei a gente ao que fôr vosso serviço para que fiquem os que vierem para se poderem hir porque haverá cinco annos que cursão o vosso serviço com tam perigosa e trabalhosa vida, e mortas as vontades pelo que eles veem que de lá mandais.

D. Affonso ficou em Socotorá doente, e assi quasi toda a gente, e muita fome, porque tinhão guerra com a gente da Ilha, o mortos muitos homens, e que sempre assi será em quanto alli estiver fortaleza. Perdoe Deos a quem fez tão má cousa para vosso serviço. Faço fundamento que tanto que tornar a Diu, se fôr vivo, lhe mandarei um navio carregado de mantimentos: a todos estes fidalgos parece bem manda-la desfazer, mas aconselhão-me que o não fizesse sem m'o V. A. mandar primeiro. Bem sei que não faço eu nisto como quem eu sou, mas não me quero tanto confiar em mim. Torno a dizer a V. A. que mandem logo cá pessoa para este meu cargo, que tenha muitos escudeiros, e gaste cá quanto lhe derdes, e mais se mais tiver porque sendo de outra maneira pondes em grande balanço vosso real serviço.

Este anno com ajuda de Nosso Senhor V. A. se estee descançado porque eu espero na sua misericordia que se estes cães estão em parte donde lhe possâmos chegar, não ficará delles quem leve novas a sua terra, e tambem não deixão de meter alguma manha com ElRey de Cambaya para ver se os não poder colher no mar se m'os quer entregar, e por isso lhe outhorgarei a paz, e me esquecerei do que me os seus devem da vida meu filho: porque a paz com Diu será muy boa para vosso serviço, para bem de vossas mercadorias e roupas de Sofala, mas isto hade ser com destruiçãq destes Rumes no mar, porque sejàmos estimados na terra. Não entendi nada nas couzas de Affonso de Albuquerque nem dos seus capitães para que V. A. julgue lá como fôr seu serviço do que creyo que elle lhe manda lá grande abastança de papeis. Lá vay hoje Coje Beirão armenio que aqui veyo ter comigo que nas cousas de Ormuz trabalhou muyto e por isso perdeu muyto do seu que lá tinha: a grandeza que V. A. com elle fizer accrescenta muyto em seu credito e estado.

Estando já recolhido á minha náo com a minha gente embarcada para partir, querendo cerrar esta carta veio Affonso de Albuquerque a mi trazendo Fernão Soares e Ruy da Cunha e Antonio de Cintra escrivão e outro que testemunhassem em suas cousas e me appresentou a carta de V. A. que trouxe quando veyo, em que mandaes que quando me eu fôr elie fique com todolos poderes e na mesma carta mandais que morrendo eu o quem succedesse assi lh'o entregasse a elle; e por esta cabeça, por conta que lhe de mi dey do que me V. A. escrevia que me fosse na náo S. João e a elle entregasse meu officio , por isso m'o veyo requerer de face a face que lh'o entregasse. Certo he que se me lembrarão aggravos e me esquecerão as mercês que me tendes feitas, e creação, que proverá de lhe não entregar, com que não havereis mais armada, nem gente, e eu ficava livre dos perigos em que me vou metter: mas não veyo a náo em que me mandaes que saia, e nestas que já aqui estão carregadas eu não podia ir, que já em Cochim ficava meu fato e fôra passageiro mal entrouxado do que V. A. se houvera de doer de mim, e por isso com humildade, e doce modo lhe respondi a estas cousas com declaração que se para o anno minha embarcação não viesse, eu lhe entregaria o dito officio e me hiria em outra qualquer náo em que pudesse levar meu fato, e creados e mantimentos e agoa.

Não haja V. A. por muito isto de Affonso de Albuquerque porque o fez com muitas atiçações de contendores que tenho por vos servir que se rebelão contra mi com esperança de lh'o elle pagar quando dominar: e elle inllammado com semelhantes opiniões então me pedio lhe desse esta armada para me hir vingar a morte de meu filho, e que eu ficasse aguardando por isto.

Se o mal não entendo obrigado era V. A. a dizer que mandaveis dois espertantes para minha morte: porque de qualquer maneira ouvera assi levemente como vem: e eu os tratára muy amigavelmente, porque como he verdade que eu presumi que Manuel Paçanha era um delles o tratei com móres honras.

Porque Affonso de Albuquerque de todo não ficasse triste eu escrivi ao Feitor Gaspar Pereira que de meus ordenados lhe pagasse a elle aquilo que lhe V. A. ordenára, porque me pareceu que seus protestos a este fim os fez, e disto não quero paga, porque V. A. me faz mercês que me sobejão para este mundo em que Deos prospere seu estado como no outro tenha moor gloria.

APENDICE DOCUMENTAL Nº 6

«Notícias» dos feitos recentes dos portugueses na Índia. (Tradução e apresentação de Gesta Proxime per Portucalenses in Índia, Etiópia *e outras terras do Oriente* . Nurenberge 1507

(enviada pelo sereníssimo rei de Portugal, D. Manuel, ao reverendíssimo Gonçalo, bispo do Porto, santo cardeal de Portugal e da Igreja Romana, e por mandado do mesmo senhor cardeal publicada na cidade de Roma, depois de zelosamente corrigida pelo capelão do referido senhor cardeal, o digno senhor Pedro Afonso Malheiro, doutor em Cânones)

Quem celebrar a omnipotência do Senhor tornará conhecidos todos os seus louvores. D'Ele apregoam as obras no seu entusiasmo aqueles que sulcam o oceano em barcos e lutam em muitos mares; eles próprios viram nos mares a acção do Senhor e os Seus prodígios.

Oiçam-se pois, com a mesma exultação, o valor das obras de Deus, os feitos que nos confins do mundo os nossos praticaram ajudados pelo divino auxílio, aniquilando os inimigos da Fé que nos perseguem. Já o poder e o pensamento divino começam, como se vê, a despertar contra a perfídia dos Sarracenos e contra o seu falso profeta e a preparar as bodas do Cordeiro, em que a Igreja, sua esposa, está agora empenhada por todo o mundo.

Ela há-de pôr de parte as lágrimas e o luto e cobrir-se-á com vestes de alegria e exultação.

Como no Oriente a acção do sereníssimo, ou melhor, do sublime rei de Portugal, D. Manuel — sublime pela exaltação da religião cristã na Índia e em outras terras do Levante por ele mandadas explorar — aumentasse e confirmasse a sua grandeza por trabalhos e guerras contínuas (tal como é próprio das obras de Deus persistirem a rasgos de valor), pareceu a tão sapientíssimo rei que era necessário enviar, na armada do passado ano de 1505, que todos os anos para ali segue, um capitão-mor que lá residisse e administrasse tamanha empresa com maior autoridade e poderes que anteriormente. Por esta razão enviou em seu lugar, por vice-rei, o estrénuo e generoso varão D. Francisco de Almeida. Favorecido pelo Altíssimo, tanto na rapidez da jornada como no ataque aos infiéis, beneficiou de próspera viagem.

Na costa oriental da Etiópia, que flecte para o golfo Arábico, encontrou o rei da maometana Quíloa, que se esquivara à aliança e vassalagem, firmada com o rei D. Manuel, por conselho, conforme se crê, e por intrigas de outros sarracenos, que lhe agoiravam todo o mal da parte das armas dos Portugueses, na Índia e na Etiópia. E por este facto o cercou e atacou, e mortos a maior parte dos inimigos, conquistou a própria cidade de Quíloa, sede principal do

reino, repleta de muitos recursos, como empório mais importante da terra de Sofala, riquíssima de ouro.

Feito isto, estabeleceu D. Francisco como rei um outro chefe e nobre dos indígenas que, com a melhor dedicação e fidelidade sempre servira o rei D. Manuel, e com pública e real pompa e cerimónias o coroou; ligou ao poder e autoridade daquele os tributos que pela mesma ocasião havia de pagar todos os anos, e a submissão em todas ás circunstâncias devida ao rei D. Manuel e aos seus capitães.

Antes da sua partida, D. Francisco construiu também naquela cidade uma fortaleza muito defendida em grande parte pelo mar que a rodeava, e nela instalou uma forte guarnição dos nossos, com muitas bombardas e outras máquinas de guerra e estabeleceu uma protecção de navios muito bem armados e aprestados. E chamou à fortaleza Sant' Iago, porque exactamente na festa e sob o patrocínio daquele <santo>, no mês de Julho, obtiveram os nossos a gloriosa derrota do rei <muçulmano> e a conquista da cidade.

Construída a fortaleza e desejando D. Francisco cuidar do povoamento da cidade, reconduziu para aquela a maior parte dos que tinham sido expulsos e que foram aceites sob as mesmas condições.

O reino desta cidade de Quíloa estende-se pela costa marítima um milhão e duzentos mil passos, tendo no mesmo mar sob o seu domínio muitas ilhas riquíssimas e de igual modo muitas que são nossas tributárias, tanto mais que naquelas regiões é a capital mais poderosa e bem assim entre as restantes que ali se nomeiam.

Postos em ordem naquela cidade todos os negócios e, logo que as circunstâncias o permitiram, D. Francisco navegou seguidamente para outra não menos opulenta cidade dos Sarracenos, por nome Mombaça, metrópole de outro reino, situada na mesma região da Etiópia, a qual, sabidos os feitos da conquista de Quíloa, se preparara para a defesa com um grande exército e grande número de besteiros, e ainda com cento e cinquenta bombardas e muitos outros engenhos. Atacada pelos nossos com igual sorte e com a ajuda de Deus, embora os seus habitantes resistissem tenazmente por largo tempo, por fim é conquistada à força, posta a saque e incendiada.

Dentro das muralhas o rei da cidade combate muito rijamente com os nossos. Mostrando-se a vitória já inclinada para nós, aquele sem esperança de a salvar, acompanhado de grande multidão refugiou-se noutra parte da cidade. Foram mortos mil e quinhentos sarracenos e muitos foram aprisionados. A larga duração do devastador incêndio da cidade causou a todos muita admiração. Grande e valiosa parte dos despojos foi destruída pelo fogo, muitos outros foram tomados entre os quais algumas armas do próprio rei,

seda animal e tapetes. O mesmo capitão enviou a D. Manuel, nessa altura, ricos panos e alguns outros objectos de uso régio (segundo a usança daquelas terras) encontrados no palácio real.

Destruída esta cidade de Mombaça e completamente arrasada, D. Francisco, depois de atravessar o oceano Indico, dirigiu-se para a Índia, para uma primeira ilha do continente chamada Angediva, aonde todos os navios que navegam no mar Indico costumam aportar, sobretudo os que anteriormente navegavam de Meca para a Índia, e que pelo terror e pelos ataques dos nossos navios, já não ousam fazer a viagem.

Naquela ilha o capitão, entre outras coisas que lhe mandara o sereníssimo rei D. Manuel, construiu uma poderosa fortaleza chamada de S. Miguel, para segurança total dos interesses do Indico; cercou-a com um muro em frente da muralha e com fossas sempre cheias de muita água. E como encontrara grandes e antigos edifícios de cantaria, construiu o castelo nos alicerces muito sólidos daqueles. Além disso, acharam-se muitas moedas de ouro e prata, anéis e outras preciosidades que foram enviadas a D. Manuel.

Ali deixou em seu lugar um capitão valoroso com uma fortíssima guarnição de fidalgos e de outros varões, navios armados de esporão e trirremes, desconhecidos naquele mar e nunca antes vistos, e outros barcos a remos muito aptos para o rápido e constante abastecimento daquelas gentes.

E assim parece cumprir-se aquela profecia de Ezequiel: «E os que sustentam o Egipto se arruínam e a soberba do seu império será destruída. Naquele dia afastar-se-ão da minha presença os mensageiros com as trirremes para destruírem a confiança da Etiópia e entre eles espalhar-se-á o pavor». Construído este castelo bem fortificado, na ilha de Angediva, daqui partiu o nosso capitão à conquista de outra cidade dos Sarracenos chamada Onor. No porto desta incendiou catorze grandes navios, porque o rei daquele lugar pareceu esquivar-se e adiar o que, por sua vontade, prometera ao capitão, embora lhe tenha chegado a enviar ricos presentes e alimentos frescos para os nossos, durante a construção do castelo de Angediva.

Uma vez derrotado, como aconteceu, receando o pior, renovou a paz que desprezara e prometeu que havia de submeter-se e obedecer sem reservas.

Daqui navegou o mesmo D. Francisco contra a opulenta e riquíssima cidade de Cananor, célebre empório da Índia, onde numa língua de terra, que se estende da cidade até ao mar, construiu outra fortaleza muito poderosa, S. Salvador de nome, como estava no regimento, graças ao acordo do próprio rei gentio da cidade, que espontaneamente ofereceu o local. Este soberano já anteriormente estava ligado a nós por um tratado de amizade, embora a maioria dos sarracenos, que ali moravam, buscasse <com suas intrigas> (já que, louvores a Deus, doutra maneira não podiam opor-se) dissuadi-lo da construção da

fortaleza que muito a custo toleravam. Quase todos eles ali passam ao deixarem Calecute, empório mui poderoso e vasto, agora arruinado e devastado por frequentes desastres que lhe temos causado na terra e no mar, e por muitos incêndios e considerável morticínio de seus habitantes, devido aos crimes perpetrados contra os nossos e contra a segurança violada por instigação dos sarracenos, e que anteriormente era garantida aos nossos comerciantes. Sem dúvida o Altíssimo consentiu um tal crime daqueles, para que os maometanos fossem depois destruídos. Nenhum entendimento naquele lugar tão concorrido; nenhum pacto entre Cristo e Satanás, nem igual possibilidade entre sarracenos e cristãos.

Construída a fortaleza, cortaram os nossos aquela língua de terra e tornaram a ilha muito segura com o castelo cercado de mar por todos os lados. Nela deixaram um capitão com um forte destacamento dos nossos soldados e uma frota de navios armados.

Enquanto D. Francisco constrói a fortaleza nesse local, vieram até ele com grande pompa os embaixadores enviados pelo rei de Narsinga, o mais poderoso gentio, segundo se crê, de todos os reis da Índia, cujo paço e corte nenhum dos nossos visitara.

Julga-se que a cidade muito poderosa, sua residência habitual, está situada no meio de terras, distante quarenta a cinquenta mil passos de Cananor, e de tal forma é populosa que se julga ter seiscentos mil habitantes.

Viram então os nossos naquela corte os nove reis que o acompanham. Apoiam-no nas guerras, segundo se afirma, cem mil cavaleiros, mil elefantes de combate e um sem-número de tropas de infantaria.

Os seus domínios alargam-se para o interior por uma extensão imensa. Tem sob o seu poder muitos reis, a maior parte das cidades marítimas e empórios do litoral indico.

Este rei, por intermédio dos mesmos embaixadores, ofereceu ao capitão D. Francisco de Almeida amizade e todas as suas forças bem adestradas para serviço de D. Manuel, rei de Portugal, e os seus portos de mar, onde queria que se construíssem fortalezas e castelos necessários aos nossos interesses, oferecendo e pedindo ao mesmo tempo e da melhor vontade, para maior prova das suas intenções e segurança, a mútua união pelos laços do matrimónio dos seus filhos com quaisquer parentes de D. Manuel.

Enviou também riquíssimos presentes ao sereníssimo príncipe D. João, primogénito do Reino: jóias de ouro, segundo o costume da sua raça, e panos preciosos. Endereçou ainda a seu pai D. Manuel uma carta muito amável, nela se oferecendo e a todos os seus bens com grande manifestação dos seus propósitos e boas intenções e condescendência. E agora que o Espírito do Senhor renova, como é evidente, a face da. Terra quando há tantos séculos a religião cristã se extinguira, que essa renovação possa verificar-se em conformidade com o Salvador e a sua santa lei.

Entre os restantes que estiveram no reino e corte deste grande rei, contava-se, entre outros enviados por D. Manuel, um frade da Ordem dos Menores. Este ali se demorou quatro anos; converte os povos daquele rei e de igual modo os súbditos mais aptos e inclinados ao conhecimento da nossa santa fé e religião. E este facto na verdade sobre todas as coisas deu ao rei D. Manuel a satisfação de um grande contentamento; tem esperança na clemência divina, porque sempre do coração pede com instância e procura que em nossos tempos, à força de bater, Ele se digne um dia abrir-lhes a porta da conversão e misericórdia.

Construída esta fortaleza em Cananor, dirigiu-se em seguida o capitão D. Francisco para Cochim, cidade do litoral e empório muito importante daquela costa. Aí rodeia a fortaleza, edificada nos anos anteriores por alguns [illegible] grande fosso e provida de habitações muito amplas. Equipou aquela com maior número de homens, máquinas de guerra e de navios armados. Seria com efeito ali a sua principal morada e base de operações assaz oportuna e cómoda para todas as empresas, principalmente porque há neste empório, entre outras especiarias, grande abundância e riqueza de pimenta.

Estão assim dispersos em guarnições por terras e lugares nossos, grande número de fidalgos e de excelentes vassalos do rei D. Manuel. Também se encontra uma poderosa armada de trinta navios, entre eles trirremes e outros barcos, de mistura com outros armados de esporão, para combates no mar e incursões, como as que se devem fazer contra os inimigos.

Deste empório e fortaleza de Cochim, D. Francisco mandou que se atacasse o porto de Coulão, cidade da beira-mar. Incendiados ali trinta e quatro grandes navios dos sarracenos, destruídas as mercadorias e feita uma grande carnificina, os nossos voltaram incólumes.

Eis a causa da expedição: antes da chegada deste capitão foram mortos naquela cidade, por instigação dos sarracenos, dez ou doze dos nossos, que mercê da garantia de segurança, ali negociavam.

Travados muitos combates e alcançadas sangrentas vitórias, construíram os nossos além disso um poderoso castelo por nome Manuel, acima da cidade de Cochim. junto da margem rio grande e navegável rio que corre para o oceano Índico. Facilmente dali se fazem incursões contra as terras dos inimigos e se impede também a passagem daqueles contra os Portugueses e seus aliados. Exportam também os nossos, sem embargo nem obstáculo, carregamentos de pimenta e de outras especiarias e preciosas mercadorias. Sem dúvida, tirada aos inimigos a faculdade do negócio, sucedeu por esta razão que naquelas terras se incutiu um grande pavor do nome cristão.

As naus já não ousam navegar na Índia e Etiópia sem garantia do nosso capitão. Também parece cumprir-se aquela profecia de Isaías: «A empresa do Egipto e comércio da Etiópia e os homens ilustres de Sabaim hão-de vir junto de Ti e serão Teus».

O sapientíssimo rei D. Manuel manda que igualmente se construam mais fortalezas em outros lugares daquelas terras, aptos ao mesmo tempo para outros feitos da nação cristã e favoráveis ao serviço da religião, e em que se deposita a maior confiança. Deus imortal há-de com igual benevolência propiciar felizes acontecimentos.

São bem evidentes tantos e tão grandes desastres e incêndios dos sarracenos na Etiópia e na Índia: não se devem ao acaso nem a mera vicissitude, mas aos desígnios e manifesto juízo de Deus. E não deixarão de se cumprir cabalmente os vaticínios do Apocalipse sobre a repentina destruição de Babilónia e desvio dos recursos orientais das mãos do seu comércio: «Os reis da terra que viveram no meio das suas delícias hão-de chorar e lamentar-se sobre ela, quando virem o fumo do seu incêndio; e os negociantes da terra hão-de chorar e lastimar-se sobre ela, porque ninguém mais comprará as suas mercadorias: pedras preciosas e pérolas e linhos finos, etc., e a canela, o amomo, e perfumes e unguentos, incenso, etc.; os mercadores que enriqueceram hão-de permanecer longe dela com medo dos seus tormentos chorando e lamentando-se porque numa hora foram privados de tanta riqueza; todos os pilotos e todos os que navegam sobre as águas do mar e os marinheiros, e os que andam nas lides do mar, pararam ao longe e gritaram, vendo o lugar do incêndio daquela, e lançaram pó sobre as suas cabeças e chorando e lamentando-se, exclamaram: «Ai! ai daquela grande cidade em que à custa dos seus preços enriqueceram todos os que tinham navios no mar, porque num momento ela foi devastada. Exultai, ó céu, e vós, santos apóstolos, porque Deus concretizou o juízo que sobre ela havíeis formulado».

Cumprido já um tão grande mistério divino, em parte não menor do que anunciavam as profecias e, concedida por Deus imortal, para maior exaltação da religião cristã, tamanha fortuna nos feitos do Oriente, levados a cabo em louvor dos sofrimentos de Cristo, pelo devotíssimo rei D. Manuel, em todos deve por certo abundar a exultação cristã, onde em benefício da, humanidade prospera uma tão grande obra de Cristo. E nesta a glória cristã exalta-se de modo admirável, graças à conversão de inúmeras almas à Fé, e glorifica-se a preciosa anunciação a novos povos, em terras desconhecidas, graças ao sinal e mistério da santa cruz. Também os sarracenos, e até o próprio sultão, vêem diminuído em grande parte o seu poder, quebrantada a sua coragem, perdidos

os copiosos recursos do Oriente, com que alimentavam as suas forças contra nós.

Eis a razão do desespero em que se encontram, postos na eminência de tão grande mistério. Em suma: prevêem até, segundo antigos presságios, a extinção entre eles da sua seita. Vêem já o futuro exceder a esperança de todos os mortais; vêem como é fácil dia após dia, o movimento dos nossos exércitos e a passagem para a maior parte das outras terras do Oriente e suas inúmeras ilhas; para a própria Taprobana, outrora considerada um outro mundo, e todavia distante das nossas fortalezas quatro dias de viagem; e, finalmente, para as margens interiores e regiões dos golfos Arábico e Pérsico. Este facto há-de levar a notável Meca — centro da perfídia sarracena, distante embora dois dias de viagem, e que os nossos já atacam — e o sepulcro profano do falso <profeta> Maomé, corruptor do género humano, a verem as armas vitoriosas dos Cristãos .e os incêndios, que, para ruína dos infiéis, ali levámos de forma tão extraordinária, <favorecidos> pelo Espírito do Senhor.

E estes factos hão-de-lhe dar tantos tormentos e dores quantos se glorificou de ter causado ao Senhor, porque ele deve ser destruído pelo brilho da Sua chegada. Este, na verdade, já começa desde o Oriente a manifestar-se de um modo admirável, graças a uma tão grande revelação das nossas armas, porquanto o próprio Deus ali combate por nós. É Ele que confirma tudo o que ali tão inexplicavelmente em nós se realiza.

Por este motivo exultemos com o profeta: «As Tuas obras, Senhor, foram celebradas desde o nascer do Sol até ao ocaso; e o Teu nome é digno de louvor; tudo fizeste com sabedoria; o Teu reino cobre a Terra». E outrossim com o apóstolo S. João se devem cantar muitas aleluias: «Glória, louvor e valor para o nosso Deus, que julgou a grande cortesã que corrompeu a Terra. Alegremo-nos e exultemos e demos-lhe glória porque se avizinham as bodas do Cordeiro, e a sua Esposa já vai aprontar-se como para o marido se preparou a noiva».

Impresso em Nuremberga por D. João Weyssenburger.
Ano etc., de [150]17.

APENDICE DOCUMENTA Nº 7

RELAÇÃO DA BATALHA DE CALECUTE EM 1506

Itenerário de Ludovico de Vartema. Apresentação e tradução de Vicenzo Spinelli Lisboa IAC Pag.216-227

Em doze de Março de mil quinhentos e seis, chegou a notícia da morte destes cristãos. No mesmo dia saiu um grandíssima armada de Panane, Calecute, Capocate, Pandarane e Tornopotam, tendo ela duzentas e nove velas, das quais oitenta e quatro eram navios grandes e o resto navios de remos, isto é, paraus. Nessa armada havia infinitos mouros armados, com certas vestes vermelhas de teia estofada com algodão, certos barretes grandes também estofados e braçais e luvas cheios de algodão, muitíssimos arcos e lanças, espadas e rodelas, e artilharia grande e miúda, como a nossa. Quando nós vimos esta armada, sendo o dia dezasseis do dito mês, parecia-nos ver, por causa de tantos navios, um grandíssimo bosque; mas nós cristãos esperávamos sempre que Deus nos ajudasse a confundir a fé pagã. O valentíssimo cavaleiro Capitão da armadas filho de D. Francisco de Almeida, Vice-Rei da Índia, estava aqui com onze navios, entre os quais havia duas galeras e um bergantim. Quando ele viu tanta multidão de navios, fez como valentíssimo capitão que era: chamou a si todos os cavaleiros e homens dos navios e começou a exortá-los e a pedir-lhes que pelo amor de Deus e da fé Cristã quisessem voluntàriamente expor-se a sofrer a morte, dizendo desta maneira: Ó Senhores, ó irmãos, hoje é aquele dia em que todos nós nos devemos lembrar da paixão de Cristo e da pena que sofreu para nos redimir a nós, pecadores; hoje é o dia em que nos serão absolvidos todos os pecados. Por isso vos peço que acometais vigorosamente contra estes cães, esperando que Deus nos dará a vitória e não há-de querer que a sua fé seja vencida. O padre que estava no navio do dito Capitão, com o Crucifixo na mão, fez um lindo sermão, exortando-nos a fazer o que era nosso dever. Depois deu-nos a absolvição de pena e culpa, dizendo: «Vamos, meus filhos, vamos todos de boa vontade, porque Deus será connosco». E soube dizer tão bem que a maior parte de nós chorávamos e pedíamos a Deus que nos fizesse morrer naquela batalha. No entanto, a grandíssima armada dos mouros aproximava-se para passar. Nesse mesmo dia, o nosso Capitão saiu com dois navios e foi em direcção aos mouros, e passou entre dois dos maiores navios da sua armada, saudando-se uns aos outros com grandíssimos tiros de artilharia, e isto fez o nosso Capitão para conhecer como eram esses dois navios, e de que forma combatiam, tendo

eles muitíssinias bandeiras e sendo os navios capitães de toda a armada. Por aquele dia nada mais se fez. Na manhã seguinte, muito cedo, os Mouros começaram todos a desfraldar velas e a aproximar-se da cidade de Cananor, mandando pedir ao nosso Capitão que os deixasse passar e continuar a sua viagem, não querendo eles combater contra os cristãos. O nosso Capitão respondeu que os mouros de Calecute não deixaram voltar os cristãos que ali estavam debaixo da sua fé, tendo morto quarenta e oito, aos quais roubaram, entre objectos e dinheiro, três mil ducados. E juntou: «Passem se puderem; mas antes conheçam o que são os cristãos». Responderam os mouros: «O nosso Mafoma defender-nos-á contra vós, cristãos». E começaram todos com grandíssima fúria a querer passar, abrindo todas as velas, sempre navegando a oito ou dez milhas da terra. O nosso Capitão deixou que chegassem em frente da cidade de Cananor, e isso porque sabia que o Rei de Cananor estava a ver, e queria-lhe mostrar qual era o ânimo dos cristãos. Quando foi a hora do almoço, o vento começou a arrefecer um pouco; então o nosso Capitão disse: «Vamos, irmãos, agora é o tempo de sermos todos bons cavaleiros». E dirigiu-se para aqueles dois grandíssimos navios. Não saberia dizer a grande variedade de instrumentos que eles começaram a tocar. O nosso Capitão atirou uma amarra ao navio maior dos mouros, e três vezes os mouros lançaram ao mar a nossa amarra; à quarta vez ficaram acorrentados, e logo os nossos cristãos saltaram dentro do navio em que estavam seiscentos mouros, travando-se ali uma crudelíssima batalha, com grande efusão de sangue, ao ponto de não escapar nem um com vida, ficando o navio juncado de mortos. O nosso Capitão foi imediatamente à procura do outro navio grande dos mouros, que estava já amarrado com outro navio nosso, travando-se também neste uma grandíssima batalha em que morreram quinhentos mouros. O resto da armada dos mouros, logo que foram tomados aqueles dois grandes navios, começou a fugir à debandada, ao passo que os nossos se puseram no seu encalço, de forma que havia navios dos nossos que tinham em volta, para combater, quinze ou vinte dos mouros. E aqui foi um espectáculo magnífico ver combater um valentíssimo Capitão chamado João Serrano, que com uma galera fez tanta chacina de mouros que seria impossível dizê-lo, e às vezes tinha em toda a volta cinquenta navios de remos e de vela, todos com artilharia. Pela graça de Deus, nem em galeras nem em navios foi morto nenhum cristão, embora tivessem sido muitos os feridos naquela batalha que durou todo o dia. Uma vez o nosso bergantim afastou-se um pouco dos outros navios; logo foi circundado por quatro navios dos mouros, de forma que teve de combater rudemente, estando às vezes sobre o bergantim quinze mouros, de forma que os cristãos se tinham retirado todos para a popa. Quando o valente Capitão chamado Simão Martins viu tantos mouros no bergantim, saltou ao meio daqueles cães, e disse: «Ó Jesus Cristo, dá-nos a vitória, ajuda tua

fé», e com a espada na mão cortou a cabeça a seis ou sete deles. Os outros atiraram-se ao mar, e fugiram por todos os lados. Quatro dos outros navios dos Mouros foram então socorrer os seus. O Capitão do bergantim, vendo-os *aproximar,* pegou num barril em que tinha estado a pólvora, meteu na boca dele um pedaço de vela que parecia uma pedra de bombarda, e posto um punhado de pólvora sobre aquele barril, com o fogo na mão fez como se quisesse descarregar uma bombarda. Os mouros, vendo isso, e acreditando que o barril fosse mesmo uma bombarda, voltaram atrás, enquanto o Capitão se retirava com o seu navio vitorioso para onde estavam os outros cristãos. O nosso Capitão, no entanto, tinha-se metido no meio de todos esses cães, dos quais foram capturados sete navios carregados, parte de especiarias, parte de outras mercadorias, e nove ou dez foram metidos ao fundo por obra da artilharia, sendo, um deles, carregado de elefantes. Quando os mouros viram ir pelo ar tantos deles, e viram perdidos os dois navios capitães da armada, começaram a fugir aqui e acolá, para a terra e para o mar, uns em linha recta para o porto e outros obliquamente. Finalmente, vendo todos os nossos navios salvos, o nosso Capitão disse: «Louvado seja Jesus Cristo; prossigamos a nossa vitória contra esses cães». E assim todos juntos começámos a persegui-los. Na verdade, quem tivesse visto fugir aqueles cães, teria julgado que tivessem no seu encalço uma armada de cem navios. E este combate começou à hora do almoço e durou até à noite. E depois, em toda a noite foram perseguidos, de forma que toda esta armada foi desbaratada sem morte de nenhum cristão. Os nossos navios que aqui ficaram perseguiram outro grande navio que se afastava para o mar alto. Finalmente o nosso navio foi mais valente do que o deles, o qual foi investido por nós de tal forma que todos os mouros se atiraram à água, e nós perseguimo-los continuadamente, com o esquife, ferindo e matando com as bestas e as lanças, até a praia; mas muitos se salvaram nadando. Eram umas duzentas pessoas que nadaram mais de vinte milhas, quer debaixo, quer ao cimo da água; algumas vezes julgávamos que tivessem morrido, quando surgiam longe de nós um tiro de besta, e quando chegávamos para matá-los, pensando que estivessem cansados, mergulhavam de novo, a ponto de nos parecer um milagre grandíssimo que eles aguentassem por tanto tempo a nadar. Afinal a maior parte deles morreu, e o navio foi ao fundo com dois tiros de artilharia. Na manhã seguinte, o nosso Capitão mandou as galeras e o bergantim com alguns outros contar. Entre os que estavam na praia e pelo mar, juntando os dos navios capturados, foram contados quatro mil e seiscentos cadáveres. Saibam ainda que muitos foram mortos quando se puseram em fuga, atirando-se ao mar. O Rei de Cananor, vendo toda esta guerra, disse: «Estes Cristãos são homens muito corajosos e valentes». E na verdade, eu, nos meus dias, encontrei-me em algumas guerras; mas não vi nunca gente tão corajosa como estes Portugueses. No outro dia voltámos ao

nosso Vice-rei, que estava em Cochim. Deixo-lhes imaginar quanta foi a alegria do Vice-rei e do Rei de Cochim, que é um verdadeiro amigo do Rei de Portugal, vendo-nos voltar vitoriosos.

CAPÍTULO DE COMO FUI ENVIADO NOVAMENTE PELO VICE-REI A CANANOR

Deixemos a armada do Rei de Calecute, que ficou desfeita, e voltemos a mim. Passados três meses o Vice-rei, por sua graça, deu-me um certo ofício que era a divisão das artes, e neste ofício fiquei ano e meio. Dali a alguns meses, o meu Senhor Vice-rei mandou-me com um navio a Cananor, porque muitos mercadores de Calecute iam a Cananor e pediam o salvo-conduto aos cristãos, dando-lhes a entender que eram de Cananor, e que queriam passar com mercadorias dos navios de Cananor, o que *não* era verdade. O Vice-Rei mandou-me precisamente para identificar estes mercadores e descobrir esta fraude. Aconteceu nesse tempo que o Rei de Cananor morreu, sendo feito Rei depois dele, um muito nosso inimigo, porquanto o Rei de Calecute tinha-o induzido a isso por força de dinheiro, emprestando-lhe também vinte e quatro bocas de fogo. Começou assim, em mil quinhentos e sete, uma grande guerra que durou desde vinte e sete de Abril a vinte e sete de Agosto. Agora verão que coisa é a fé Cristã e que homens são os Portugueses. Indo um dia os cristãos para buscar água, os mouros assaltaram-nos por causa do muito ódio que lhes tinham. Os nossos retiraram-se para a fortaleza, que estava já preparada para a defesa, e naquele dia não nos fizeram nenhum mal. O nosso Capitão, que se chamava Lourenço de Brito, mandou comunicar esta novidade ao Vice-rei, que estava em Cochim, e logo veio o Senhor D. Lourenço com uma caravela fornecida de tudo o que era preciso, e dali a quatro dias o dito D. Lourenço voltou para Cochim, ficando nós a combater contra aqueles cães. Não éramos mais de duzentos homens. Comíamos apenas arroz, açúcar e nozes, nem tínhamos no castelo água para beber, e era preciso, duas vezes por semana, ir buscar água a um poço que ficava distante do castelo um tiro de besta, e todas as vezes devia-mos conquistar a água por força de armas, e o menor número de gentios que vinha contra nós era de vinte e quatro mil pessoas, e algumas vezes trinta, quarenta e cinquenta mil, armadas com arcos, lanças, espadas, rodelas e mais de cento e quarenta bocas de artilharia entre grossa e miúda; e tinham também alguma defesa em cima, como disse falando da armada de Calecute. A sua maneira de combater era esta vinham dois ou três mil por cada vez, trazendo instrumentos e fogos artificiais, e correndo com tanta fúria que na verdade teriam incutido medo a dez mil pessoas. Mas os valentíssimos cristãos iam procurá-los além do poço, nunca os deixando

aproximar da fortaleza dois tiros de pedra, embora fosse necessário cuidar da frente e da retaguarda, porque algumas vezes vinham alguns desses mouros da parte do mar com sessenta paraus para nos tomarem no meio. Cada dia de batalha nós, apesar de tudo, matávamos dez, e quinze, e vinte e não mais, porque logo que viam alguns dos seus mortos, davam às pernas. Numa ocasião, uma bombarda chamada *serpe,* com um tiro matou dezoito dos seus, sem que eles matassem algum dos nossos. Diziam que nós tínhamos o diabo para nos defender. Esta guerra começou em vinte e sete de Abril e acabou em vinte e sete de Agosto. Depois veio a armada de Portugal, da qual foi Capitão o valentíssimo Capitão cavaleiro Tristão da Cunha, à qual, quando esteve à vista de Cananor, fizemos sinais de que nos encontrávamos em guerra. Imediatamente o prudente Capitão fez armar todas as lanchas dos navios e mandou-nos trezentos cavaleiros todos armados de armas brancas, com os quais (se não o tivesse proibido o nosso Capitão) queríamos ir queimar toda a cidade de Cananor. Pensem, ó benignos leitores, qual foi a nossa alegria vendo tal socorro, porque na verdade estávamos quase esgotados, e a maior parte feridos. Quando os mouros viram chegar a nossa Armada, mandaram um embaixador que se chamava Mamal Maicar, o homem mais rico da terra, para pedir paz. Nós mandámos imediatamente perguntar ao Vice-rei em Cochim o que se devia fazer, e o Vice-Rei mandou que logo se fizesse a paz, o que foi feito. Mandou isso só para poder carregar os navios e mandá-los para Portugal. Passados quatro dias, vieram dois mercadores de Cananor que eram meus amigos antes de haver aquela guerra, e falaram-me desta maneira:

«Factore on maniciar inghene bahia nochignam candile ornal pa tu maniciar patance manejar hirivatu maniciar ciatu poi nal nur Malabari nochi ornal totu ille curapo» isto é: «Ó feitor, mostra-me aquele homem que é uma braça maior do que nós e que num dia matou dez, quinze, vinte de nós, enquanto os Naires eram quatrocentos e quinhentos a atirar sobre ele sem o poder alcançar nem uma só vez. Eu respondi desta maneira: I*du maniciar nicandu inchene Ille Cocin poi,* ou seja, «Aquele homem não está aqui, mas foi a Cochim». Depois pensei que aquele homem era bem outra coisa do que um simples cristão, e disse-lhes: *«Cíangalingaba ni manaton undo..* Respondeu um deles:

«Undo».Eu disse:

«Idu maniciar nicando Portugal ille. Respondeu ele: *«E indi».* Eu disse: *«Tamerani Portugal idu.* Respondeu: *inerani ni patctnga. cioti och malamar parangnu idu Portugal ille Tamarani Portugal periga nami».* Disse-lhe, em suma: «Meu amigo, vem cá, aquele cavaleiro que viste não é Português, mas é o Deus dos Portugueses e de todo o mundo. Ele respondeu: «Por Deus, que tu dizes a verdade, porque todos os Naires diziam que aquele não era Portu-

guês, mas que era o Deus deles, e que o Deus dos Cristãos era melhor do que o seu, e eles não o conheciam». Assim a todos pareceu que fosse um milagre de Deus. Vejam que gente são: uma vez estavam dez ou doze homens a ver tanger um dos nossos sinos, e olhavam-no como coisa milagrosa; depois que o sino deixou de tanger, diziam assim: «*Idu maniciar totu Idu parangnu tot ille parangnu ille Tamarani Portogal perga mannu*», isto é: «Estes tocam naquele sino, e ele fala; deixam de tocar, e não fala mais; este Deus de Portugal é muito bom. E ainda, alguns destes mouros assistiam à nossa missa; quando era mostrado o Corpo de Cristo, eu dizia-lhes: «Aquele é o Deus de Portugal, dos Gentios e de todo o mundo», e eles diziam: «Tu dizes a verdade; mas nós não o conhecemos. Pelo que se pode compreender que eles pecam por simplicidade. Alguns deles são os maiores encantadores, e nós vimo-los dominar serpentes que basta que toquem em alguém para o fazer cair morto. Digo ainda que eles são os mais destros prestidigitadores que há, creio eu, em todo o mundo.

CAPITULO DO ASSALTO DOS PORTUGUESES CONTRA PANANE

Já seria tempo de voltar à minha pátria, tendo o Capitão da Armada começado a carregar os navios para a sua volta a Portugal. Por causa de ter estado sete anos fora da minha casa, pelo amor que tenho à minha pátria, e ainda pelo desejo de lhe trazer notícia de grande parte do mundo, fui obrigado a pedir licença ao meu Vice-rei, que por sua graça ma deu, e disse que antes queria que eu fosse com ele onde agora saberão. Ele e todos os que estávamos com ele pusemo-nos em ordem e, armados de armas brancas, saímos de Cochim, onde ficou pouquíssima gente, para ir, em vinte e quatro de Novembro, assaltar o porto de Panane. Neste dia surgimos em frente da cidade; na manhã seguinte, duas horas antes do raiar do dia, o Vice-rei mandou vir todas as lanchas dos navios com toda a gente armada e disse-nos que aquela terra era a que nos fazia mais guerra que qualquer outra da Índia, e por isso pedia que quiséssemos de boa vontade marchar ao assalto e atacar aquele lugar que na verdade é o mais forte que existe naquela costa. Depois que o Vice-rei acabara de falar, o padre fez um sermão tal que todos choravam e muitos pediam pelo amor de Deus para morrer ali. Pouco antes de raiar o dia começámos, assim, uma guerra muito cruel contra aqueles cães que eram aproximadamente oito mil, ao passo que nós éramos seiscentos, podendo empregar muito pouco as galeras, pelo facto de elas não se poderem encostar à terra como as lanchas. O primeiro cavaleiro a saltar na praia foi o valente D. Lourenço, filho do Vice-rei; a segunda lancha foi a do Vice-Rei, na qual eu me encontrava, e o

primeiro assalto foi muito cruel, sendo aqui a foz do rio muito estreita e estando postadas na praia grande quantidade de bombardas, das quais tomámos mais de quarenta. Neste assalto combateram quarenta mouros, todos donos de navios, os quais tinham jurado morrer ou vencer, e descarregaram muitas bombardas contra nós; mas Deus ajudou-nos, porquanto não morreu aqui nenhum dos nossos, mas deles morreram cento e quarenta, dos quais o senhor D. Lourenço matou seis diante de mim, sendo ele ferido duas vezes e muitos outros também feridos. A batalha foi renhida; mas quando as nossas galeras estavam próximo da terra, aqueles cães começaram a retirar-se para trás. Por causa da maré começar a decrescer, não pudemos seguir mais adiante. Aqueles cães começaram a aumentar; por isso pegámos fogo aos seus navios, dos quais se incendiaram treze, na maior parte novos e grandes. O Vice-rei fez reunir toda a gente numa extremidade da praia, e ali fez uns tantos cavaleiros, entre os quais, por sua graça, me fez a mim cavaleiro também, sendo meu padrinho o valentíssimo Capitão Tristão da Cunha. Feito isto, o Vice-rei começou a fazer embarcar a gente, sempre continuando a incendiar muitas casas do dito lugar, de modo que, com a graça de Deus, e sem a morte de nenhum de nós, seguimos para Cananor, e logo depois da nossa chegada, o Capitão fez abastecer o nosso navio.

HÁ 500 ANOS...

A Viagem do 1.º Vice-rei, ou da Fundação do *Estado Português da Índia*

Joaquim Candeias Silva[1]

Introdução

Nos últimos tempos, por via das comemorações oficiais dos Descobrimentos, foi dado grande (e merecido) destaque a alguns eventos e a algumas figuras da gesta portuguesa além-mar. Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral foram duas delas, que assim foram alçadas – uma vez mais – por força das circunstâncias, ao galarim da historiografia nacional e mesmo internacional. E, nesse contexto, foi deixado espaço aberto a numerosas evocações, exposições (v.g., a EXPO'98), congressos, lançamento de grandiosas obras públicas e também historiográficas. Através da sua História, Portugal renovou-se, projectou-se, afirmou-se.

Só que isso aconteceu até à passagem do milénio, clímax do ciclo festivo. No pós-2001... sobreveio a Crise, também cultural e de valores do passado. A "Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses" foi extinta. Cessaram os apoios à investigação e edição... O impulso comemorativo esfumou-se... Foi como se os portugueses mais interventores na dita gesta de **Há Quinhentos Anos** ou os seus continuadores nada mais tivessem feito de importante; como se umas descobertas não tivessem gerado outras descobertas; enfim, como se Portugal e a sua História tivessem estancado no tempo...

É verdade que a comemoração pela comemoração não confere grande significado, ou não terá mesmo interesse nenhum. Não sou "passadista", nem tenho da História uma visão dominadora ou redutora, e interesseira, no conspecto da actividade sócio-cultural. E por isso concordo em absoluto com uma asserção do Professor Vitorino Magalhães Godinho, já bastas vezes e em diversas ocasiões lembrada: «*Os aniversários e centenários só podem ser úteis se constituírem ensejo para estudar problemas, meditar directrizes, criticar certezas dogmáticas; caso contrário, mumificam os vivos sem ressuscitar os mortos*»...

Mas também não é menos verdade que um povo sem Memória é um povo sem Alma, sem configuração identificadora, sem consciência de si próprio. Por via de regra, sem passado, será sempre pobre o seu presente e o

---

[1] Da Academia Portuguesa da História, Professor, Mestre e Doutor em Letras.
O presente texto segue de perto e actualiza o artigo sobre o mesmo assunto recentemente publicado na revista *Zahara*, n.º 5, Junho de 2005, pp. 9-34.

seu futuro. Daí que seja meritório todo o esforço para não deixar passar em claro efemérides relevantes, como é seguramente aquela que hoje nos junta neste ***IX Simpósio de História Marítima***. Aliás, o mesmo historiador não se tem coibido de afirmar, em algumas ocasiões, que «*Muito importante nesse processo de memorização são as comemorações*», sejam elas quais forem, mesmo *contestatárias*...

Vamos então ao que importa.

Ocorrem agora precisamente **500 Anos** sobre a "inaugural" **Viagem do Vice-rei**, aquilo que se convencionou designar com maior ou menor propriedade por «**Fundação do Estado Português da Índia**», a qual teve por protagonista um grande português que deu pelo nome de **Francisco de Almeida**. Quem foi esse Homem, que por vezes tão esquecido, incompreendido e até maltratado tem sido? De que cepa provinha? Que obra, afinal, foi a sua? Que impacto teve, no seu tempo e depois? Terá sido D. Francisco o homem certo para o momento certo? (Houve — e ainda há — quem o incensasse e heroicizasse, mas também quem severamente o criticasse). E que *Estado* foi esse que ele *fundou* ou ajudou a *fundar*? Podemos justamente atribuir-lho?

Não será fácil uma resposta curta e esclarecedora, e muito menos definitiva, no acanhado espaço-tempo de uma comunicação ou mesmo dum simpósio. Parafraseando Chesterton, tentar incluir nela tudo o que desejaríamos sobre o Homem e a sua Acção, seria como meter um boi numa chávena de chá... Tal não impedirá, todavia, que faça uma tentativa (mais uma), e que esta passe pelo alinhavar de algumas notas, simples e despretensiosas. Espero bem que, oportunamente — e já no âmbito deste *forum* e do debate de ideias que por certo se irá aqui desenvolver —, outros contributos surjam, melhores e mais desenvolvidos, pois não faltam por aí historiadores credenciados e mais categorizados.

De Vasco da Gama a D. Francisco de Almeida

Os anos que se seguiram à primeira viagem de Vasco da Gama à Índia foram de estudo das novas realidades, já que os horizontes abertos permitiam encarar perspectivas múltiplas de actuação em várias frentes. O ambiente dominante nas reuniões do Conselho Régio, e sobretudo no círculo de colaboradores mais próximos de D. Manuel, seria inicialmente de franco optimismo. E, numa presunção de tipo messiânico, muito ao gosto do monarca, já se acreditava em feitos sobre-humanos: Deus predestinara o «rei *Venturoso*» para uma missão universal, de grandes façanhas sobre os Oceanos e sobre a

Cristandade; a sua "estrela da sorte" ajudá-lo-ia – como o ajudara a chegar ao trono de uma forma de todo imprevista. Conjecturavam-se até as conquistas de Meca e Jerusalém...

Sabe-se que, a princípio, contava o monarca com o apoio de um importante sector de cristãos orientais, discípulos de S. Tomé, que pouco a pouco se foi sabendo que não passavam de uma minoria extremamente reduzida; mas, em contrapartida, ensaiavam-se novas alianças e traçavam-se cenários animadores. Entre os diversos clãs da nobreza de corte iam-se também levantando e alinhando tendências político-partidárias: - uns defendendo mais guerras e até conquistas (facção imperialista mais radical); - outros não, vendo como útil e legítimo apenas o rumo inicial de angariar «cristãos e especiarias» (oposição liberal-mercantil); - outros enfim, mais realistas, por reconhecerem que qualquer sistema a adoptar exigiria sempre esforço militar e autoridade do Estado, propugnavam soluções intermédias. D. Francisco de Almeida situar-se-ia entre estes últimos.

À falta de um projecto consensual, foram-se entretanto sucedendo algumas hesitações e ambiguidades, não impedindo isso, todavia, o prosseguimento do objectivo oriental como essencial e prioritário. E assim, a mais-valia de saber acumulado, aliada à experiência recolhida pelas sucessivas expedições — de Pedr'Álvares Cabral (1500-1501), de João da Nova (1501-1502), de Vasco da Gama novamente (1502-1503), dos Albuquerques / António de Saldanha (1503-1504), e mesmo a de Lopo Soares desaferrada de Lisboa a 22 de Abril de 1504 —, foram fornecendo aos responsáveis de Lisboa um importante acervo de dados.

Elenquemos alguns:

- Para as viagens da "carreira da Índia", e no sentido de aproveitar da melhor forma as correntes e ventos do Atlântico e o regime de monções do Índico, deveria largar-se do Restelo na entrada da Primavera, o mais tardar em princípios de Abril, e estar de regresso por todo o Verão. A duração média de uma viagem de ida e volta (Lisboa – costa do Malabar – Lisboa) rondava, assim, um ano e meio, percorrendo-se cerca de 30 mil quilómetros.
- Neste interim, os navegantes iam frequentemente sujeitos a múltiplas provações, desde doenças e naufrágios a confrontos militares com as populações locais ou com os tradicionais inimigos mouros. Numa breve incursão estatística calculámos que, dos mais de 5.400 homens enviados ao Oriente no período compreendido entre 1497 e 1504, tenham sido sacrificados cerca de 1.800, ou seja, quase 35%, a esmagadora maioria em consequência de naufrágios.
- No Índico eram os mercadores muçulmanos quem detinha a hegemonia comercial. Alguns pequenos reinos indianos, como Cochim, Cananor e Coulão, passaram a acolher as armadas lusas com alguma deferência e

permitiam a instalação de feitorias. Mas um outro mais poderoso, Calecut, hostilizava-as; e nem Cabral, nem Gama, nem Francisco e Afonso de Albuquerque, conseguiram submetê-lo com a sua poderosa artilharia.

• Nos confrontos era bem patente a desproporção numérica das partes, podendo citar-se a defesa de Cochim (1504), em que Duarte Pacheco pôde contar apenas com três navios e 160 homens, a que se terão associado uns 30.000 malabares, contra os mais de 70.000 do samorim. Impunha-se, portanto, que aquele contingente para a defesa terrestre e naval das feitorias fosse substancialmente reforçado.

• Contudo, apesar de arriscada e dispendiosa, a empresa da Índia revelava-se altamente lucrativa: a pouca pimenta trazida por Vasco da Gama na 1.ª viagem, vendida em Lisboa a 80 cruzados o quintal, deu para cobrir 60 vezes o capital investido; os 2.000 quintais de especiarias trazidos por Cabral, mau grado o infortúnio de diversas naus, cobriram as despesas duas vezes; e os lucros continuaram, com Nova (1.550 quintais), Gama (30.000, na sua 2.ª viagem, um verdadeiro sucesso), Afonso de Albuquerque (12.000). Este capitão-mor calculou em um milhão de cruzados anuais o produto da especiaria para a Coroa, livre de todos os custos.

Enquanto isto, a *Senhoria* de Veneza, a principal concorrente no comércio das especiarias, começava a dar sinais de irritação, ao ver-se impossibilitada de manter o controlo do negócio. A 9 de Março de 1504, o Conselho dos Dez da república decidiu-se pelo envio de duas missões diplomáticas: uma ao Cairo, propondo ao sultão a abertura de um canal no Suez, a fim de permitir o acesso directo ao Mar Vermelho e a passagem de barcos de guerra que deveriam ir combater os atrevidos portugueses; e a outra a Lisboa, com o objectivo de espiar e dar conta de tudo o que por lá acontecia. Um dos enviados a Portugal foi Lunardo de Cà-Masser, que chegou à capital portuguesa a 3 de Outubro de 1504, aqui tendo permanecido por mais de dois anos.

Por seu turno o sultão, em carta dirigida ao Papa e às principais potências europeias, através de Veneza, ameaçava em Abril de 1504 que destruiria o túmulo de Cristo e os outros lugares santos de Jerusalém, se não procurassem impedir as viagens e conquistas dos portugueses no Oriente. Alarmado com tal possibilidade, o próprio Frei Mauro Hispano, prior da Casa de Santa Catarina do Monte Sinai, na Terra Santa, convento de grande prestígio e antiguidade então na dependência muçulmana, se dirigiu a Roma. As queixas do sultão atingiam igualmente os Reis Católicos, por virtude da conquista do reino de Granada e da consequente conversão forçada de todos os mouros.

Entretanto, foi D. Manuel avisado da presença de Frei Mauro na corte pontifícia e informado das maquinações do sultão, por recado de homens de negócio. Tais notícias parecem, contudo, não ter surpreendido o *Venturoso*,

que já então se via como predestinado, embalado num sonho cruzadístico, visando liderar ele próprio a luta contra o Islão e impor a soberania cristã universal. Segundo o cronista João de Barros, terá sentido por isso muito prazer, ao saber que o sultão começava já a sentir as armadas que enviava à Índia, as quais sem terem feito assento nela, somente de passagem, lhe faziam tanto dano que se queixava dele.

A estes elementos conjunturais de uma época verdadeiramente excepcional, mais ou menos eufóricos — decorria a chamada "Idade de Ouro portuguesa" —, alguns factores de crise se juntavam, tais como a instabilidade político-militar no Próximo Oriente, as guerras de Itália, as convulsões do império alemão, a guerra económica da liga de Cambrai, a concorrência face aos venezianos de florentinos, genoveses, catalães, marselheses e outros, bem como ainda certos problemas decorrentes da própria estrutura interna da República Veneziana.

Ora, conjugando todos esses dados, e sobretudo dois deles — a tamanha distância a que D. Manuel se encontrava do teatro principal das operações e a permanente necessidade de se procurarem respostas urgentes para os problemas que iam surgindo — não era possível ao rei português continuar a concentrar em si e em Lisboa todas as decisões respeitantes à Índia, e sobretudo as de carácter militar e administrativo. Por muito que custasse ao soberano a cedência ou delegação de uma pequena parcela da sua autoridade, era-lhe já impossível manter um tal "comando à distância". Aliás, tal delegação de competências começava a ser uma prática corrente noutros Estados.

Impunha-se, portanto, que o rei e os seus conselheiros concebessem e pusessem em execução um plano, uma nova estratégia, para a urgente defesa e consolidação das posições portuguesas conseguidas no Índico. A instalação de uma governadoria ou vice-reinato com carácter permanente, ou por outras palavras – antecipando uma expressão mais ousada que mais tarde tenderia a impor-se – a criação de um "Estado" português nas partes da Índia, suportado no mar por uma forte esquadra e em terra por um conjunto de fortalezas estratégicas, era a decisão que se impunha no momento. Exigia-se, portanto, muita diplomacia, rapidez na aplicação do plano e muita cautela relativamente ao governador a escolher. Este, após o cumprimento de determinadas tarefas passaria a usar, **pela primeira vez na História de Portugal**, o título de ***Vice-rei***.

Igualmente cautelar deveria ser a redacção do seu *Regimento*, isto é, do conjunto de normas, procedimentos e directrizes que lhe deveriam ser cometidos, já que se tratava de uma missão inteiramente nova, correspondente em teoria à de segunda figura na hierarquia do Reino. Era a assumpção, pelo monarca, de um sistema (o do **vice-reinato** representando o poder real ausente) já experimentado antes pela coroa de Aragão e pelos Reis Católicos,

se bem que em situações distintas. «Pela primeira vez, desde Roma» — na feliz expressão do Prof. Borges de Macedo — a Europa ia «exportar poder organizado», *Estado*[2]. E fazia-o para a Índia, longínqua e enorme...

A escolha de D. Francisco de Almeida

À figura do Homem, enquanto fidalgo e servidor de três monarcas, bem como do seu quadro familiar, dediquei já um estudo biográfico, que julgo não ter sido ainda ultrapassado na globalidade; pelo que remeterei para ele quanto aos aspectos gerais e mais concretamente quanto ao período anterior a 1505.

Agora, em princípios desse 1505, o perfil de governador que maior consenso recolhia junto de el-rei D. Manuel, tal como o encontramos condensado em Gaspar Correia, obedecia aos seguintes requisitos gerais:

«...huma pessoa principal de seu Reyno (...) assy em geração e saber, e primor, e esforço quanto comprisse, pois na India avia de representar sua pessoa e estado real, com poderes na justiça e fazenda»[3].

Inicialmente, na ausência de D. Francisco (então a residir em Coimbra junto de seu irmão o bispo-conde D. Jorge de Almeida), foi o fidalgo Tristão da Cunha a pessoa recomendada ao rei como detendo aquele perfil. Terá concordado D. Manuel, se bem que sem grande entusiasmo pela escolha, ao que parece, e de pronto o indigitado se empenhou nos preparativos. Até que, estranhamente... "veio súbito mal a Tristão da Cunha, que cegou sem dor nem acidente" (!). Foi isto pelo menos o que constou e que um cronista escreveu. Enfim, fosse essa ou não a verdadeira causa, pois que até poderia ter sido um pretexto para uma inflexão política, o certo é que o rei e os responsáveis se decidiram pela substituição do capitão-mor. O tempo urgia...

E assim, sem tomar agastamento, antes interpretando o incidente como manifestação divina (?) contrária à viagem de Tristão da Cunha — ainda segundo o cronista Gaspar Correia —, o soberano decidiu-se então a mandar a Coimbra um emissário a convidar D. Francisco, mesmo sem consulta aos seus conselheiros, enjeitando assim muitos que se lhe ofereciam para o efeito e desculpando-se até por não se ter lembrado dele anteriormente:

"A culpa foy vossa auzencia, nom estardes presente, que se aqui estivereis nom tivera trabalho com os do conselho em me dizerem quem mandasse, que Deos sabe o descanso que recebeo meu coração tanto que me lembrastes".

---

[2] «A sociedade portuguesa no tempo de Camões», *Diário de Notícias*, de 22.12.1991, p. 3.

[3] Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, ed. Lello & Irmão, Porto, 1975, vol. I (ano de 1505), p. 525.

Se foi assim que aconteceu, pode ser atribuída ao monarca a exclusiva responsabilidade da escolha; mas, ponderando o contexto, parece mais lógico admitir que tenha prevalecido no Conselho de Estado, naquela altura, uma nova opção: ainda moderada, é certo, porém mais forte e organizativa, uma espécie de "terceira via" entre o sector liberal-mercantil (a que pertencia Tristão da Cunha) e os que preconizavam uma tendência mais imperialista (caso de Albuquerque). Seria essa também a tendência do almirante Vasco da Gama. Ao menos este, com o peso da sua experiência de duas viagens à Índia e provável conselheiro para os assuntos orientais, para mais com as afinidades familiares e ideológicas que tinha com os Almeida, não deve ter sido alheio à decisão régia. Com efeito, os dois eram primos (a mãe de D. Francisco era irmã da sogra de Vasco), ambos pertenciam à Ordem de Santiago[4], e alinhariam juntos na corrente que propugnava um menor radicalismo da política oriental.

Mas outros suportes possuiria D. Francisco de Almeida, ainda no âmbito da complexa teia de relações familiares com mais ou menos influências na Corte, designadamente no tocante a outros comandantes de expedições à Índia: Por via conjugal, era também primo de Pedr'Álvares Cabral e, em grau mais afastado, de Lopo Soares, capitão-mor de 1504, que precedeu a viagem da *Fundação*. Efectivamente, a mulher de D. Francisco (já falecida) — D. Joana Pereira — era filha de D. Aldonça Cabral, tia paterna do descobridor do Brasil, e neta de D. Teresa de Andrade, que pelo seu primeiro casamento com Estêvão Soares de Melo vinha a ser avó de Lopo Soares. Lembremo-nos ainda de que o irmão mais velho de D. Francisco, D. João de Almeida, fora vedor da Fazenda até 1496, no que foi substituído pelo Barão de Alvito, seu genro, casado com D. Joana de Almeida; e deste Barão sabemos que era um dos que mais torcia por D. Francisco, seu tio por afinidade...

E, afora estes laços particulares, de individualidades – que até podem não ter influído muito no espírito de D. Manuel, já que este se nos afigura mais sensível aos grupos (e o "clã" Almeida alinhava num deles) –, que perfil possuía D. Francisco para receber tal honraria e ouvir palavras de tanta cortesia e tão elogiosas do monarca?

Tomando por base a primeira citação de Gaspar Correia atrás registada, conviremos que a este filho do 1.º conde de Abrantes assentavam como uma luva os traços fundamentais do perfil requerido para a investidura no cargo: Era, de facto, dos "principais" do reino, "em geração e primor"; era também

---

[4] Tomando por base um ainda inédito breve papal, datado de Roma, 18.12.1505, não suficientemente explícito quanto ao destinatário, vieram recentemente alguns autores afirmar que D. Francisco se teria passado da Ordem de Santiago para a de Cristo, pouco antes da partida para a Índia. Talvez haja no caso algum equívoco, conforme comprovaremos em artigo-comunicação a apresentar à Academia Portuguesa da História.

"pessoa de saber"; e era, sobretudo, uma pessoa prestigiada e com larga experiência, tanto de comando militar, como diplomática e mesmo náutica, portanto "de esforço" comprovado. Mas em D. Francisco confluíam várias outras qualidades naturais e morais, que faziam dele o homem certo para o lugar certo. Passando em revista o testemunho de alguns dos principais historiógrafos quinhentistas, ele era:

- "mui valente cavaleiro / sem cobiça, verdadeiro / mui sesudo, mui avisado" (Garcia de Resende);
- "homem de honrada presença (...) e por esta e outras qualidades de sua pessoa mui estimado" (João de Barros);
- "homem de corpo meão & membrudo, & de rosto grave e de grande magestade (...) de condição muyto magnifica & liberal", "muito prudente & discreto", "de tam altos pensamentos que muytos lhe atribuyão a vaidade" e que "não dezia cousa que não fosse de notar" (Castanheda);
- "homem muyto inteiro e exprimentado", "nada cobiçoso e muy zeloso da justiça (...) e muy inclinado a fazer todas as cousas em tanta perfeição, que ellas per si testemunhassem a verdade" (Gaspar Correia);
- "allem de bom cavalleiro, mui prudente, e sagaz, bem assombrado, e grave em sua pratica" (Damião de Góis).
- "varão de singular valor" (D. Jerónimo Osório).

Ora, em face de uma envergadura de carácter assim, que o rei *Venturoso* já então não deveria ignorar pois convivera com ele alguns anos, é natural que se sentisse satisfeito por se ter lembrado do antigo capitão da conquista de Granada e da esquadra para ocupação das Antilhas (após a primeira viagem colombiana), e até se procurasse desculpabilizar por só agora o convocar no impedimento de outro capitão. Parece-me, pois, evidente que o rei, por alguma influência ou não do Conselho, escolheu quem bem entendeu e em quem na altura tinha confiança. D. Francisco não podia ter sido imposto, como já alguém opinou, pois não é crível nem admissível que D. Manuel fosse atribuir o comando da maior e mais bem aparelhada expedição até ali constituída e um cargo novo e de tanta responsabilidade a um desconhecido ou inapto.


D. FRANCISCO DE ALMEIDA.

Comparativamente a Tristão da Cunha, eram ambos comendadores da Ordem de Santiago, fidalgos da Casa Real

e do Conselho d' el-rei. Tristão possuía maior fortuna, já que participara em grandes negócios desde o tempo de D. João II, associado aos capitalistas Marchione e Fernando de Noronha; tinha navios e até emprestara dinheiro à Coroa e ao município de Lisboa, podendo dizer-se dele que era um fidalgo-mercador. Almeida, por seu turno, não tinha fortuna pessoal, mas apresentava melhor folha de serviços e, sobretudo, era de linhagem superior e estava solidamente apoiado na Corte, o que então importaria bem mais que ter fortuna, tanto mais que a nova função era fazer as vezes (*vice*) do rei. Conforme sublinhou o saudoso Prof. Luís de Albuquerque, D. Francisco era mesmo o primeiro membro da grande nobreza de Corte a participar na aventura do Oriente, facto que só se justificava pela importância das funções de que ia investido.

A 27 de Fevereiro de 1505 fez D. Manuel publicar a *Carta de Poder.* Dirigia-se o diploma a todo o pessoal da frota que ia ser enviada, sem excepção alguma, e a todos os portugueses estantes na Índia, fosse qual fosse o paradeiro em que se encontrassem. A jurisdição de D. Francisco sobre eles era total durante os três anos que lá deveria andar e enquanto não fosse substituído:

"em quaesquer casos que acontecer possam, lhe damos todo nosso inteiro poder e alçada sobre todas as pessoas das ditas fortallezas, frota e armada, e quaesquer outros que nossos subditos sejam, da qual em todollos casos asy cyveis como crimes e ate morte natural inclusyve, usará ynteiramente e se daram a execuçam seos juizos e mandados, sem delle mais aver apellaçam nem agravo, (...) porque confiamos delle que em tudo guardará e fará o que com rezam e justiça o deva fazer".

Mais. Pela mesma carta, ficava com inteiro poder nas coisas que tocassem à fazenda real, a compras e vendas; podia aplicar penas, quaisquer que fossem, "asy sobre os corpos como fazendas"; podia transferir ou demitir capitães, feitores, escrivães ou quaisquer outros oficiais, mesmo que ordenados pelo próprio monarca, e meter outros em seu lugar; podia celebrar tratados de paz e amizade com todos os reis e senhores da Índia, ou declarar a guerra, tanto por mar como por terra, ou tréguas, quando, como e com quem entendesse. Em tudo o mais devia aplicar as leis que vigoravam no Reino, "Pera o que terá e lhe damos tanto poder e soperyoridade como nós mesmo temos, sob as penas que por ello lhe poser quando a seus mandados forem negrygentes ou os nam compryrem."

Mais ainda. A confiança em D. Francisco chegava a tal ponto que este não teria de prestar contas à Coroa pelas despesas que fizesse:

"Da minha fazenda fareys como da vossa, da qual me não aveys de dar conta, senão a Deos, que muyto mais confio em vossa bondade, (...) que por tudo meu coração he em muyto descanso"

ter-lhe-á afirmado o rei, segundo citação de Gaspar Correia, que prossegue, bem fundamentado:

"E averês em cada hum anno, do dia em que sayrdes desta barra até tornardes ante mym, pera vosso gasto, trinta mil cruzados em dinheiro, de que vos pagares quando quiserdes, e mil e quinhentos quintaes de pimenta ao quarto e vintena, que cad'anno carregares segundo levardes per meu regimento, e mais dozentos quintaes de cobre, que na Índia tomares ao preço que chegar lá posto, e mais em cad'anno gastares de minha fazenda vinte mil cruzados pera vossa mesa, e fazer mercês aos meus, e estranhos, e Mouros, e gentios, segundo vos bem parecer; e de todo o que se tomar de boa preza se farão cinquo quinhões, de que eu averey dous para minhas despezas, e vós hum, e os dous se repartirão polas partes que forem presentes no feito".

Na verdade, que poderes mais latos e discricionários lhe poderiam ser conferidos!... Afora o monarca, quantos nobres deste país conseguiam reunir tão altos rendimentos? Com efeito, somando os 30.000 cruzados do cargo, mais uns 10.000 para mesa e despesas de representação, mais uns 15.000 que lhe adviriam das "quintaladas", mais 3.000 do rendimento do cobre, mais o valor indeterminado do "quinto" das presas, obtinha um total líquido nunca inferior a 60.000 cruzados anuais, uma verdadeira fortuna para aquela época. *A priori,* era um autêntico **vice-rei**.

D. Francisco, que prezava bem mais a honra e as obras do que a riqueza, pediu então ao soberano que todos os encargos político-administrativos da sua missão fossem anotados com pormenor no *Regimento,* para que ninguém depois pudesse acusá-lo de incumprimento do dever ou pretendesse minguar-lhe o merecimento. Mas é natural que, face à urgência dos preparativos, os secretários tenham prosseguido o texto regimental precedente, que já devia ir muito avançado. E, mesmo assim, algumas alterações ou imprevistos de última hora ficaram por registar (é flagrante, por exemplo, a ausência de qualquer alusão à figura e às altas funções de D. Lourenço de Almeida, capitão-mor-do-mar, que nunca iria sem conhecimento régio).

A fundação do «Estado Português da Índia»

O ano de 1505 constituiu, como vimos, uma viragem no *status quo* e poderá mesmo dizer-se que se traduzia numa profunda alteração das atitudes e estratégias portuguesas até aí traçadas para o Índico. Tudo convergia, pois, para a inauguração de uma nova etapa nas relações dos portugueses com a África Oriental e com os reinos da Índia.

Ora, se a *Carta de Poder* pode ser considerada grosso modo como a institucionalização de uma nova entidade política ("Estado da Índia" ainda em fase embrionária), o *Regimento* foi como que a sua primeira constituição. Este, um extenso e minucioso diploma, é bem conhecido. Foi entregue ao indigitado uma semana depois da *Carta*. Na sua feitura terão colaborado altos funcionários próximos do monarca, e não lhe terão sido alheios homens com experiência em anteriores expedições, como Vasco da Gama ou mesmo Afonso de Albuquerque, este regressado em Setembro de 1504.

Por tudo isso se pode afirmar que estamos perante um documento de primeiríssima importância para o estudo do nascituro do "Estado" e do seu fundador. Por ele podemos inferir quais as verdadeiras intenções políticas e programáticas da Coroa naquele momento, face aos desafios orientais, quais as exactas incumbências que D. Francisco levava o encargo de pôr em execução e, através delas, avaliar o seu grau de desempenho. Uma vez que o documento se encontra suficientemente estudado, aduziremos aqui apenas as directrizes de política geral que consideramos mais salientes:

Na costa oriental africana, deveriam ser construídas duas fortalezas: uma em Sofala e outra em Quíloa. Pretendia-se, através delas, deitar mão ao trato do ouro, já que este era necessário ao trato da pimenta. A via recomendada era a da dissimulação e do ataque de surpresa (em Quíloa), com aprisionamento de mercadores mouros e das suas riquezas. Por outras palavras, a armada entraria em missão de guerra, mas devia fingir o contrário. As fortalezas deviam ser erguidas, a bem ou a mal.

De Quíloa devia D. Francisco tomar, com a maior urgência, o caminho da Índia e aí proceder à construção de mais quatro fortalezas: na ilha de Angediva (que devia ser a principal base para aprovisionamento e apoio às demais), em Cochim, Cananor e Coulão. Desta forma se estabeleceria o monopólio do comércio da Índia – para "todos os da Indya perderem a fantesya de mais poderem trautar senam connosco."

Ponto prioritário era o despacho das naus que deveriam voltar carregadas de especiarias, a que devia prestar a máxima atenção. Despachadas as naus de carga e cumpridos todos os capítulos regimentais, deveria mandar alguns homens a descobrir terras desconhecidas, como Ceilão e Malaca, e colocar nelas padrões.

No último capítulo, porém — e isto é importantíssimo de notar (já que alguns o têm esquecido), — o rei dava pulso livre ao seu *vice* atribuindo-lhe tão amplos poderes, que poderiam passar até pela alteração de todas as determinações do *Regimento:*

«Posto que por este nosso Regymento vos vão detryminadas e mandadas pellos capitólios delle todas as cousas que ajaes de fazer, porque

em todas e cada huma dellas se nam pode dar de cá tam certa regra, (...) avemos por bem e nosso serviço que, **parecendo-vos que as cousas deste nosso Regymento e cada huma dellas se devem mudar e fazer em outra maneira** por mais nosso serviço, **vós as façaes como mais nosso serviço for e milhor vos parecer**».

Ora, como facilmente se depreenderá desse extraordinário documento, as funções do vice-rei eram múltiplas e absorventes. Eram ao todo 143 *itens,* entre capítulos e subcapítulos, distribuídos por 101 páginas de texto manuscrito, abordando os assuntos mais diversos. Tentar sistematizá-los é correr, de certa forma, o risco de compartimentar aquilo que é um todo sequencial e entrosado. Mesmo assim, não resistimos a experimentar uma amostragem estatística, que, não obstante o seu carácter um tanto aleatório, terá manifesto interesse, por nos permitir uma visão sectorial das diversas funções e opções contidas no *Regimento* e do seu peso relativo:

Conteúdos predominantes nos *Itens* ou capítulos	**%**
* Instruções para a viagem (navegação)	18
* Assuntos de natureza político-militar	35
* Assuntos de natureza económica	23
* Outros assuntos (justiça, religião, assistência, ou de carácter burocrático)	24
Total	100

Do quadro se infere, claramente, que o *Regimento* estava longe de ser um mero guião auxiliar de viagem. Era um plano sim, e bastante completo, de governo formal, para aplicar de imediato e ter continuidade. Conforme bem observou o Prof. Veríssimo Serrão, «Era todo um programa que implicava condições de permanência para assentar o Estado Português da Índia» [5]. Daí que sobressaíssem nele os aspectos de natureza político-militar, em que incluímos as medidas de cariz infra-estrutural (ex.: construção de fortalezas), seguidos de perto pelos de natureza administrativa e económica.

Com esse grandioso projecto entregue a D. Francisco de Almeida, esperava D. Manuel vir a controlar toda a bacia do Índico desde Sofala ao Cabo Comorim, de modo a justificar plenamente o título que adoptara de "Senhor da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia"; esperava, enfim, fundar implicitamente um "Estado" português na Índia. Comprovam-no duas importantes mensagens diplomáticas, a que adiante faremos mais desenvolvida referência, dirigidas à Cúria romana poucos meses

[5] *História de Portugal,* vol. III, Verbo, 2.ª ed. revista - 1980, p. 113.

depois, em resposta às ameaças do Sultão de Babilónia e aos receios manifestados pelo chefe da Cristandade.

Em boa verdade, a missão do vice-rei era deveras gigantesca, mesmo contando com muitos e preciosos auxiliares desde logo postos à sua disposição. Pôde também requisitar quadros, admitir e rejeitar pessoal. Foi nesse sentido que pediu a D. Manuel que lhe desse um ouvidor, com meirinho e oficiais, ordenados para as questões da justiça, ao que o monarca correspondeu com a cedência de um afamado jurisconsulto. D. Francisco ainda lhe pediu que permitisse a libertação de condenados a degredos e lhos comutasse para a Índia, o que foi também concedido. E, afora alguns (poucos) alvarás secretos que o rei terá concedido a certos fidalgos, as provisões passadas pelo secretário régio deviam ser mostradas primeiramente ao indigitado vice-rei, para que desse seu assentimento.

Em termos globais e ponderadas todas as informações disponíveis (Veja-se o meu estudo *O Fundador...*, Quadros II e III), podemos calcular que a armada da "Fundação", desaferrada de Lisboa a 25 de Março de 1505, integrava 21 navios e cerca de 2.500 pessoas[6]; e que levava ainda madeira lavrada e acertada para na Índia se levantarem duas galés e um bergantim, de modo a que, com as que já lá navegavam, perfizesse um total de 30 velas. No tocante à despesa feita, sabe-se que ascendeu a 250.000 ducados, na sua maior parte suportada pela Coroa. Era o maior esforço de investimento naval jamais realizado no reino.

Numa breve síntese acerca da composição desta armada, pode afirmar-se que o tecido social era complexo e heterogéneo, com uma qualificação bem diferenciada, tanto ao nível militar-naval como ao nível do subsistema social no seu todo. Se excluirmos a tripulação, com funções bem determinadas para cada navio, os mais eram como que o país em miniatura. Porque na expedição ia gente de todos os estratos, dos mais diversos quadrantes socio-profissionais aos diversos escalões etários, excluindo apenas as crianças e os muito velhos. Iam irmãos, pais e filhos, indivíduos com alguma afinidade familiar e geográfica, mas também outros sem afinidade nenhuma, do litoral e do interior, das cidades e dos meios rurais, nacionais e estrangeiros.

Bem se poderá, por conseguinte, afirmar desta expedição que ela constituía, não apenas a manifestação de uma vontade soberana emanada do rei e do seu escol de conselheiros (e em que se incluía também o capitão-mor / vice-rei), mas por certo uma expressão de vontades conjugadas, plurirregionais e plurissociais, para num futuro próximo vir a fazer da Índia e do

---

[6] No cômputo dos navios entravam apenas os da primeira esquadra, capitaneada por D. Francisco. Importa acrescentar, no entanto, que no mesmo ano seguiram mais duas esquadras de reforço, respectivamente a 18 de Maio e 19 de Novembro, com mais 8 navios.

Índico (tomando a parte pelo todo) um espaço civilizacional renovado, controlado por Portugal.

A Viagem da "Fundação"

Uma vez que os contornos da mesma são bem conhecidos, não só pela cronística mas sobretudo porque dispomos de excelentes relatos, de que é exemplo a «Relação da Viagem de D. Francisco de Almeida até à Índia (1505)», da presumível responsabilidade de um participante (Hans Mayr), que ia por escrivão da nau *S. Rafael*, optarei por apresentar o assunto por tópicos, sob um formato diacrónico, para melhor percepção geral.

23de Março de 1505 Domingo — Estava a esquadra pronta a largar do porto de **Lisboa**. Nesse dia foi dita missa solene na Sé, pelo bispo D. Diogo Ortiz, com a presença do rei, da rainha e de todos os grandes do Reino. Terminada a liturgia procedeu-se à bênção da bandeira real, que foi entregue no meio de grande pompa e solenidade ao vice-rei. Seguiu-se o cortejo, um dos maiores e mais espectaculares de sempre, até ao cais da Ribeira, onde os expedicionários tomaram os batéis e se foram às naus. D. Francisco de Almeida tomou lugar na ***S. Jerónimo***, um navio grande e bem artilhado, que ia especialmente preparado para o acomodar.

Março, 25 Dia da Anunciação da Virgem: Largada do **Restelo**, com a presença do monarca a desejar "boa viagem".

Março, 29 Passaram à vista da **Madeira** e, pouco depois, das **Canárias** (ilha de Palma). Daqui dirigiu-se a frota à angra de Bezeguiche, próximo de **Cabo Verde**, onde, de acordo com o Regimento, deviam fazer aguada. De facto, aí ancoraram alguns navios, mas a maioria, ou por ser de maior tonelagem ou porque o tempo o não permitiu, dirigiu-se mais abaixo, ao porto de **Dale**, já na costa da **Guiné**. Durou o reabastecimento nove dias.

Abril, 15 Retomada a viagem

Abril, 20 Passaram o **Equador**

Abril, 28 Começaram a fazer caminho para o **Cabo da Boa Esperança**

Maio, 5 Deu-se o primeiro incidente: Com o vanzear, a nau *Bela* abriu de velha e começou a afundar-se. O caso teria sido grave se o capitão-mor não se encontrasse nas proximidades e lhe não tivesse acudido com todos os recursos disponíveis. A nau perdeu-se, irremediavelmente. Salvou-se, porém, a gente toda, com todos os seus pertences.

Junho, 26 O grosso da frota dobrou o **Cabo**, após ter experimentado grande tormenta, com ventos, trovoadas e muito frio. Adoeceu

então muita gente, mas todos acabaram por sarar com a melhoria do clima. Segundo o testemunho de um dos viajantes, ficou a dever-se ao vice-rei este sucesso pela rígida aplicação da "regra de beber".

Julho, 18 — Avistaram terra, pela primeira vez depois de Dale. Tratava-se das ilhas Primeiras, hoje chamadas de **Angoche**, a 30 léguas da Ilha de Moçambique. D. Francisco, porém, em obediência ao *Regimento*, seguiu directamente a caminho de Quíloa, já que para **Sofala** (outra cidade moçambicana) estava ordenada outra equipa.

Julho, 22 — O corpo principal da frota deu entrada na barra de **Quíloa**. Pela letra do *Regimento* devia D. Francisco tomar a cidade, pela força se necessário, e cativar o maior número de mouros que pudesse, de preferência os mais importantes, com todas as suas riquezas. A não ser que o rei local estivesse ao serviço de Portugal e com as "párias" em dia, o que cedo se verificou que não era o caso. Segundo as fontes portuguesas, o rei era um usurpador, mal-amado pela população; e, vendo-se perante a ameaça das armas, fugiu amedrontado, deixando a cidade indefesa. Em vistas disso, decidiu D. Francisco, com a concordância dos capitães, que a cidade fosse tomada.

Julho, 24 — **Quíloa** foi tomada, pela manhã. A resistência foi praticamente nula e, por ser a primeira conquista que se fazia, foi dada escala franca para o saque, na condição de que tudo quanto se achasse desse entrada numa casa, onde posteriormente se procederia à repartição, conforme o *Regimento* estipulava. O despojo era muito e rico. Registaram-se alguns desmandos, que o vice-rei mais tarde viria a punir, após inquérito.

Julho, 25 — Era dia de Santiago, patrono da guerra aos Mouros e apóstolo da especial devoção do vice-rei, porque também patrono da Ordem militar a que pertencia. Por isso, logo pela manhã foi dita missa solene com sermão e acção de graças pela mercê alcançada, finda a qual foi dado início à **construção da fortaleza** (de *Santiago*). Era a primeira da série e foi a primeira a ser construída de pedra e cal. Toda a gente trabalhou nela afanosamente ao longo de quinze dias. A capitaneá-la ficou Pero Ferreira Fogaça, com uma guarnição de 70 homens de armas, uma caravela e um bergantim, para guarda da costa até Sofala, perfazendo um total de 150 pessoas.

Agosto, 9 — Partida de **Quíloa**. Conforme o *Regimento*, deveria a frota rumar directamente a Angediva. Apenas um par de barinéis havia de ser enviado a correr a costa até ao cabo Guardafui, sem entrar no Golfo de Adem, seguindo daí para a Índia. Porém, D.

Francisco de Almeida, talvez na mira de melhor defender Quíloa e Melinde e aumentar o número das cidades tributárias, decidiu fazer escala na ilha de **Mombaça**.

Agosto, 13 — Aí chegados, D. Francisco reuniu de imediato com os capitães e fidalgos, ficando decidido mandar recado ao monarca local, se queria fazer-se vassalo do rei de Portugal e, caso não quisesse, se lhe fizesse guerra. Em virtude das notícias que ali tinham chegado de Quíloa, o rei de Mombaça havia-se fortalecido e, cuidando poder resistir, como já o conseguira frente a Vasco da Gama, não quis receber o mensageiro português, o capitão João da Nova.

Agosto, 14 — Véspera da Assunção. D. Francisco, ouvido de novo o Conselho, decidiu por fogo à cidade nessa mesma tarde e depois tomá-la de assalto. Consumada a ocupação, foi dada ordem para o saque, na condição de todo o despojo ser levado às naus, a fim de posteriormente ser repartido conforme o *Regimento*. Um feitor recebeu o encargo de recolher e inventariar tudo. Depois, num gesto pacificador, mandou D. Francisco libertar muitos dos cativos e prometeu respeitar a vida e a propriedade de todos os que regressassem. Veio também o rei de Mombaça, a quem o governador reconheceu a dignidade real e perdoou a inútil resistência, sob a condição de se tornar vassalo do rei de Portugal. Mostrando-se agradecido, o rei assinou um tratado de paz e amizade — "enquanto durassem o Sol e a Lua"...

Agosto, 23 — Desaferraram dali com destino a **Melinde**, mas devido a ventos contrários, acabaram por ir no dia seguinte ancorar a uma angra, chamada **Santa Helena**, a umas 5 léguas daquela cidade amiga, onde se abasteceram de água, carne e lenha. Como se fazia tarde para apanhar a monção favorável e atravessar o golfão, D. Francisco foi aconselhado pelos pilotos a desistir de ir tomar a cidade de Mogadoxo e de se encontrar com o rei de Melinde, para quem trazia de Portugal um rico presente de D. Manuel. Mandou-lhe, todavia, dois capitães num batel. Em resposta, aquele rei enviou ao governador muito "refresco" e uma carta de agradecimento, significando-lhe o prazer que tivera com a submissão de Mombaça e a tristeza de o não poder ver.

Agosto, 27 — Deixaram, finalmente, a costa oriental africana, a caminho da Índia. Para trás ficavam lançadas as primeiras bases do domínio português no Índico.

Setembro, 13 — Após os dezassete dias que durou a travessia do Golfão, aportou o grosso da frota a **Angediva**, uma ilha semi-deserta e sem dono. Levava encargo de ali erguer uma fortaleza, que, aos

olhos dos estrategos de Lisboa, deveria de ser fundamental à navegação: "Se a Índia estivesse de guerra, [D. Francisco] lha faria dali; se também os reis de Cananor, Cochim e Coulão não quisessem consentir as [fortalezas] que mandava fazer, teriam os portugueses onde se acolhessem e dali os conquistaria".

Setembro, 14 Cumprindo mais um imperativo regimental, o próprio D. Francisco lançou a primeira pedra da fortaleza. Contudo, teria esta uma vida efémera. Muito vulnerável, por carecer de toda a sorte de subsistências e outros apoios nas proximidades, reconhecida que foi a inutilidade da sua construção, acabaria por ser desmantelada passados alguns meses. (Esta é, aliás, uma prova evidente de que o plano concebido à distância pelos conselheiros de D. Manuel nem sempre se ajustava cabalmente às realidades da Índia). Uma das primeiras decisões tomadas à chegada a esta ilha foi a expedição de uma caravela, a *S. Jorge*, com cartas para os feitores portugueses de Cananor, Cochim e Coulão, a anunciar a sua chegada e a prevenir que em breve estariam nos seus portos as naus para a carga das especiarias. Outra medida logo adoptada foi montar um apertado sistema de vigilância às naus de mouros que por ali passassem, por serem consideradas de inimigos. De acordo com o *Regimento*, todas as que não obedecessem às ordens portuguesas seriam capturadas ou metidas a fundo. Mas, D. Francisco não abrandou a sua actividade de governante, enquanto se construía a fortaleza. Assinou diversos despachos para o seu secretário dar cumprimento; com madeira que ia do Reino mandou armar uma galé e dois bergantins; assentou pazes com os povos vizinhos de Cintacorá e Ancola, bem assim com o corsário Timoja e o rei de Onor; concedeu perdão aos degredados, três anos aos que haviam sido feridos em combate e dois anos aos outros; resolveu os problemas pendentes acerca do despojo de Mombaça, que foi avaliado em mais de trinta mil cruzados.

Outubro, 16 Ao fim de 32 dias, depois de se certificar que a fortaleza já tinha condições de ser defendida e por, entretanto, se ter rompido a paz com o vizinho reino de Onor, entregou a capitania a Manuel Peçanha, que para ela vinha ordenado, deixando-lhe muita artilharia e mantimentos, mais 68 homens de peleja, afora a tripulação que ficava nos dois bergantins, e partiu para **Onor**, a doze léguas dali.

Outubro, 22 Entrou a armada em **Cananor**, depois de resolvidos os problemas levantados em Onor e acertada a paz. E foi aqui que D. Francisco de Almeida, finalmente, tomou o **título de Vice-rei**. À sua chegada aguardavam-no os embaixadores do rei de

Narsinga, o mais poderoso e opulento rei da Índia. Este, sabedor das façanhas portuguesas, mandara-os oferecer paz e amizade ao recém-chegado. Oferecia também os seus portos às navegações portuguesas e locais para fortalezas. O vice-rei, rodeado de grande aparato, tudo agradeceu. Seguiu-se a visita ao rei de Cananor, com majestoso cortejo. Também este se mostrou extremamente cordial e generoso. Fizeram-se promessas de mútuo apoio, trocaram-se presentes valiosos. Nada foi negado ao vice-rei, nem sequer a **construção de uma fortaleza**.

Outubro, 23 Foi então iniciada a obra, com geral entusiasmo dos portugueses presentes. A estreia de D. Francisco como **vice-rei**, de direito e de facto, não poderia ser mais auspiciosa.

Outubro, 27 Posta a fortaleza de Cananor em altura capaz de assentar artilharia, entregou a sua direcção e defesa a quem de direito, para o que deixou 150 homens com artilharia bastante, auxiliados no mar por duas naus, e partiu para **Cochim** já noite, a fim de proceder quanto antes ao carregamento das naus de torna-viagem.

Novembro, 1 Dia de Todos os Santos. D. Francisco de Almeida chega, finalmente, a **Cochim**, o termo da viagem. A cidade já funcionava como a principal feitoria portuguesa da Índia, mas ia passar a constituir, a partir da instalação do vice-rei, como que a **sede do Governo**, ou do «Estado Português da Índia».

Em síntese, considerando os obstáculos que havia a tornear e o modo como foram ultrapassados, penso que se pode afirmar com inteira propriedade que se tratou de **uma viagem de sucesso**. Com efeito, tinham sido atingidos genericamente os grandes objectivos traçados no *Regimento*: submeteu-se Quíloa; erigiram-se as fortalezas previstas; foram reforçados os laços de amizade com os anteriores aliados; conseguiu-se uma apreciável reserva de valores mobiliários a partir de saques e das presas, conforme ao previsto; registou-se uma percentagem mínima de perdas materiais e humanas, contra o que era habitual noutras viagens; e decorreu tudo no "timing" programado (ao invés do que aconteceria nas expedições seguintes da "carreira" Lisboa-Índia, com problemas vários para o vice-rei). Poderia até dizer-se que as expectativas foram desta vez excedidas, já que era a maior armada portuguesa de sempre a empreender tão espinhosa missão, e já que não estava prevista a submissão de Mombaça ou de Onor, nem a (re)descoberta de novas ilhas, como Zanzibar. O que é que se poderia exigir mais ao governador e capitão-mor?

Não posso, pois, concordar com determinados juízos críticos acerca da acção de D. Francisco nessa jornada, com o nítido propósito de o rebaixar no cotejo com outras figuras posteriores da gesta lusitana oriental. Afirmar-se,

por exemplo, que executou "sem génio" e com "uma sombra de arcaísmo", ou que foi "brutal", que avançou para a Índia com "verdadeiro furor guerreiro", levando tudo a ferro e fogo; mesmo relativamente à sua posterior acção, dizer-se que o seu tempo de vice-reinado foi «um fracasso em termos de execução do plano da Índia», que a sua escolha fora «um equívoco» (e ele o «homem errado»), ou ainda que a sua visão das coisas se transformou gradualmente n'«um longo período de relativa inactividade», com mostras de indecisão e ambiguidade, que não era pessoa da «confiança» do rei D. Manuel e que este estaria até «ansioso por o ver longe da corte»[7], é, do meu ponto de vista e primeiro que tudo, desvirtuar a realidade dos factos, que uma leitura atenta das fontes não avaliza; é também transferir para a responsabilidade individual algo que não é linearmente individualizável ou imputável em exclusivo; é, afinal, perspectivar o fluir da História numa atitude epistemológica pouco correcta, esquecendo a especificidade do meio, as circunstâncias, a mentalidade e o contexto geral da época.

Na verdade, dentro dos apertados condicionalismos em que a viagem decorreu, que outra actuação se lhe deveria exigir na chefia e condução da

---

[7] Na verdade, em nossos dias têm aparecido vários críticos do Vice-rei, geralmente mais atraídos pela carismática figura de Afonso de Albuquerque, que já foi apodado de "Leão dos Mares" e "César do Leste". Sem pretender entrar pela comparação dos dois, seus feitos e estilos, — já que nos ativemos aqui quase exclusivamente aos acontecimentos de **1505** — não posso deixar passar em claro a última citação crítica, de Luís Filipe Thomaz (in «O "testamento político"..., p. 78), que além do mais se permitiu fazer-me algumas referências pessoais que não são correctas (pp. 75 e 130). Deixando por ora estas de parte, bem como outras que também mereceriam reparo, atentemos bem nas palavras do professor, que não consegue esconder as suas simpatias e antipatias: «Em 1509, quando acabado o seu triénio de governo aquele [referindo-se ao vice-rei] se preparava para regressar a Portugal, D. Manuel, prevendo que ficasse insatisfeito com a mercê, certamente modesta, com que tencionava recompensar os seus serviços – e quiçá ansioso por o ver longe da corte – emitiu um alvará que o autorizava a ausentar-se do Reino, levando consigo, praticamente, todos os seus bens móveis».

Ora, ao contrário do que o professor parece pressupor, este alvará de mercê [datado de 3.8.1509, Doc. 96 do meu livro *O Fundador...*], que era endereçado **conjuntamente a D. Francisco e a seu irmão D. Pedro da Silva** (comendador-mor de Avis), **nada teria a ver com o governo da Índia**. Tratava-se mais de uma questão familiar ou quanto muito processual, surgida no âmbito da sucessão do Priorado do Crato, por falecimento pouco antes (em 1508) do titular, D. Diogo Fernandes de Almeida, e de quem D. Pedro, como irmão imediato do falecido, se julgaria com direitos e foi preterido, reagindo com agravos. Secretamente, D. Manuel emite o alvará, que aguardaria pela chegada do vice-rei (irmão imediato de D. Pedro e que lá longe na Índia nem sonharia a morte do Prior), mas prevendo desde logo que também ele se agravasse no regresso e **ambos** quisessem ausentar-se. São estes os factos. Mas... Luís Filipe Thomaz, ao contrário do documento (que até fala no prazer pelo regresso de D. Francisco e na boa vontade que lhe tinha), transmite-nos a ideia de que o alvará é a prova provada de que monarca, profundamente decepcionado com a actuação do seu "vice", o queria ver pelas costas ou mesmo pôr fora de Portugal!!!...

armada? Nas situações problemáticas ou imprevistas não agiu sempre com ponderação e argúcia, escudando-se no *Regimento* e no parecer do Conselho dos Capitães (que reunia sempre que entendia necessário)? Relativamente à acusação, que por vezes lhe é feita, de ter reduzido Mombaça a cinzas, quem pode certificá-la? A cidade era grande, como a Évora de então (segundo uns, ou Beja segundo outros), teria cerca de dez mil almas e era toda fundada sobre pedra. Nenhuma das fontes conhecidas fala da sua *total* destruição pelas chamas, que seria impossível, nem o capitão-mor a podia desejar, a fim de se apoderar das suas riquezas, em boa parte inflamáveis (os tecidos). Conforme oportunamente observei noutro estudo, consumada a ocupação da cidade, D. Francisco permitiu que os habitantes retomassem os seus bens e a muita mercadoria sobrante. Também o tributo pago pelo régulo local não foi muito elevado, o que é prova de que o saque ficou longe de ser total e os focos de incêndio limitados a certas áreas. Aliás, sabe-se hoje que, apesar das muitas violências cometidas pelos portugueses naquela costa africana, não foram os únicos a praticá-las, nem os piores. Quer antes, quer depois deles, as devastações causadas pelas tribos rivais, vindas do Norte e do interior, foram bem mais constrangedoras. Tudo isto foi confirmado recentemente, através de pesquisas arqueológicas em habitações e mesquitas suaílis daquela época, provando-se assim que a chegada de D. Francisco não produziu a ruína imediata da cidade.

E mais. Pelo menos inicialmente, ficou D. Manuel muito satisfeito ao saber dos feitos cometidos pelo Vice-rei, tanto que mandou fazer procissões e "Te Deuns" de acção de graças por todo o Portugal (o rei achou é que os comandados de D. Francisco tinham rapinado pouco em Quíloa e Mombaça, e que o novo monarca "fantoche" colocado no trono de Quíloa fora posto com poucos tributos...)[8]. Após o conhecimento dos factos, escreveu D. Manuel a D. Francisco, agradecendo-lhe e significando-lhe o "muito prazer" que tivera com a "vitorya que vos deu Nosso Senhor em Quíloa e Mombaça contra os Mouros", e pouco depois ao Papa, comunicando-lhe a submissão à fé cristã de "novas gentes e terras". O papa (Júlio II) leu a notícia perante o seu Consistório, determinou que se fizesse uma procissão de acção de graças em Roma no dia do apóstolo S. Tomé e chegou a pensar em conceder ao *Venturoso* o título de "Cristianíssimo". O soberano português foi ainda ao ponto, segundo o cronista João de Barros, de, "por memoria do descobrimento da India [inclu-

[8] Relativamente à solenização que D. Manuel ordenou que se fizesse por todo o reino, existe um exemplar na Câmara de Elvas, datado de Setúbal, 26.5.1506, que foi pub. por Eugénio do Canto em 1908 (Informação do Dr. José Manuel Garcia, a quem agradecemos). Isto concorda com o que o próprio monarca afirmou ao vice-rei na sua carta enviada de Abrantes, nos princípios de Abril de 1507 (Doc. 26 de *O Fundador...*).

indo as ilhas de Maldiva e Ceilão] e deste feito de Quiloa", mandar executar diversas tapeçarias, "que se armavam na câmara d'el-Rei D. Manuel em dias solenes". O historiador ainda as pôde apreciar e, de acordo com um documento da época, representavam, entre outras cenas, o auto da coroação do rei de Quíloa por D. Francisco (com o rei a prestar-lhe juramento), a tomada de Mombaça, a construção das fortalezas de Cananor e Cochim, e outros feitos notáveis praticados pelo vice-rei e por seu filho.

Pode, pois, avaliar-se, por tais manifestações transbordantes de regozijo, a proporção que as primeiras façanhas dos homens comandados por D. Francisco de Almeida assumiram no imaginário cortesão da época, também em muito do povo português, e mesmo em alguns dos principais centros da Cristandade Ocidental.

As limitações do sistema. Um "Estado" *sui generis*

Não obstante o que fica exposto, afirmar peremptoriamente que D. Francisco de Almeida fundou o Estado da Índia carece de melhor fundamentação, pois com razão se poderá questionar:

- Quais os limites geográficos e as fronteiras territoriais desse Estado?
- Qual o momento preciso da fundação e do seu reconhecimento pêlos estados vizinhos ou pela comunidade internacional?
- E por que não atribuir essa primazia ou prerrogativa ao rei D. Manuel? Ou a Afonso de Albuquerque, o governador seguinte, mais ousado, que, através das conquistas de Goa, Malaca e Ormuz, estabeleceu as bases de um Estado imperial?
- Enfim, do ponto de vista institucional, que direitos de propriedade tinha a Coroa portuguesa assegurados e que princípios de Direito universalmente reconhecido permitiam alegar tal jurisdição?

Efectivamente, a discussão em torno do problema não tem sido nem será pacífica.

Importa frisar, antes de mais, que a expressão **Estado da Índia** apareceu tardiamente. Nunca foi utilizada no tempo do primeiro vice-rei, nem do seu sucessor, nem se sabe ao certo quando surgiu. Parece que já se usava por volta de 1540, mas apenas se generalizou a partir dos meados do século XVI, altura em que o dito *Estado* atingiu uma configuração mais estabilizada. E é hoje ponto consensual que, mesmo na época áurea de dominação portuguesa no Índico, tal expressão ou conceito nunca designou um espaço geograficamente bem definido, mas «o conjunto dos territórios, estabelecimentos, bens, pessoas e interesses administrados, geridos ou tutelados pela

Coroa portuguesa no Oceano Índico e mares adjacentes, ou nos territórios ribeirinhos, do Cabo da Boa Esperança ao Japão.[9]»

Fundação por **D. Manuel**? É, *a priori* (em teoria), um ponto de vista irrecusável. Porém, no plano da concretização, só virtualmente poderá aceitar-se; pois, na prática, que valor tinha uma simples declaração política de intenções do monarca sem alguém a aplicá-la no terreno, e tanto mais se esse terreno ficava a algumas dezenas de milhar de quilómetros, a um ano de viagem?! Ora, este alguém (o **1.º vice-rei**) aplicou todo um projecto político e com um êxito assinalável, conforme opinião unânime de todos os cronistas da época. Retirar-lhe esse mérito seria o mesmo que retirar a Vasco da Gama a honra do feito que o imortalizou...

Já no tocante a **Albuquerque** o quadro de razões é substancialmente diferente. Reconheço como muito importante o papel desempenhado pelo *Terríbil,* com quem o Estado da Índia entrou de facto em nova fase, e por isso compreendo também alguns dos motivos que levaram Jaime Cortesão, e alguns autores na sua esteira, a considerá-lo como o "verdadeiro" fundador. Mas não posso concordar, por exemplo, que se tome a conquista de Goa em 1510 como o marco decisivo para o nascimento do "Estado". Porquê? Na minha óptica, esse foi mais um acto militar, que não produziu de imediato alterações de fundo no sistema nem ruptura com o passado; do meu ponto de vista, foi bem mais determinante o plano geral e o estatuto da governação permanente conferido em 1505 — Albuquerque foi... o segundo governador e nem sequer chegou a ser *vice-rei.*

É certo que Goa passou mais tarde a ser a capital do Estado. Mas não foi a primeira, pois, como é sabido, desde o início que foi em Cochim que se centraram todos os serviços, por ser o local mais seguro para todos os efeitos. E mesmo após a conquista daquela cidade, não foi imediata a mudança da capitalidade: o processo de transição foi de tal maneira lento, que ainda se transferiam serviços de Cochim para Goa no tempo do governador Nuno da Cunha (1529-1537). Por outro lado, não foram as terras conquistadas (poucas, aliás) os únicos factores de afirmação da soberania; havia os portos e sobretudo as fortalezas para suporte das armadas, do comércio e do domínio português no Índico. E, efectivamente, foi com D. Francisco que se iniciou a construção em solo indiano desses baluartes duradoiros, de pedra e cal, em pontos-chave.

---

[9] Cf. Luís Filipe Thomaz, «Estrutura Política e Administrativa do Estado da Índia no século XVI», *Actas do II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa, 1985, p. 515. Num outro testemunho dos princípios do séc. XVII, *Códice n.º 28.461* da Col. Egerton, da British Library, pode ler-se: "Estado da Índia - Aonde tem seu principio: Tem principio no Cabo da Boa Esperança (...) e fenece até o presente na ponta da enseada do Nanquim da China (...) em que se compreende toda a costa da Ásia descoberta, que contem inclusivamente 3 916 legoas medidas pelos padrões das cartas de marear feitas na Índia."

De tal modo assim era, que estavam cometidas aos capitães das fortalezas importantes atribuições. Na hierarquia dos primeiros tempos de governação, logo abaixo do vice-rei encontravam-se os capitães de Cochim e Cananor. Depois, passou a ser nomeado um vedor da fazenda para a Índia e os capitães das fortalezas passaram a terceiro lugar na hierarquia. Só que, não foi com Afonso de Albuquerque que isso sucedeu. A primeira nomeação de um vedor da fazenda para o Estado da Índia veio a ocorrer somente em 1516, na pessoa de Fernão de Alcáçova, que só tomou posse em 1517; e a esse tempo já Albuquerque deixara o mundo dos vivos.

Ainda a propósito da questão das fortalezas, importa que se esclareça de vez um aspecto que consideramos fulcral neste contexto. A partir de uma passagem muito (e mal) citada de uma carta de D. Francisco, gerou-se em Portugal, e especialmente entre os autores de manuais escolares para o ensino da História, o costume de afirmar que o primeiro vice-rei se opunha à construção de fortalezas, nisso se distinguindo do seu sucessor — «(...) *quantas mais fortalezas tiverdes, mais fraco será vosso poder* (...)». É esta, em boa verdade, uma falsa questão, conforme tive já ocasião de demonstrar noutra oportunidade, derivada de uma grave descontextualização e da forma sincopada e deturpada como o trecho tem sido apresentado.

Na oportunidade, vésperas da partida para a grande e decisiva batalha naval de Diu, respondia o vice-rei a uma acrimoniosa carta de D. Manuel, ainda pouco conhecida dos historiadores, na qual era invectivado a construir uma fortaleza em Coulão e cinco torres nas bocas do rio de Cochim. Com outro conhecimento das realidades, D. Francisco, que pretendia antes fazer uma fortaleza em Ceilão (em vez da de Coulão) e considerava mais proveitosa uma fortaleza em Cranganor, para bloquear economicamente Calecut e lançar os mouros fora da terra, reagiu com alguma veemência, reprovando o levantamento de fortalezas à toa como as que o monarca lhe sugeria. Prometia, então, erguer mais fortalezas, mas só depois de derrotar no mar a coligação inimiga, o que de facto veio a conseguir de forma brilhante (em Diu).

Com efeito, se havia alguém, em Portugal ou na Índia, que mais defendesse a erecção desses bastiões, esse era D. Francisco de Almeida. Testemunha-o uma outra passagem até há pouco desconhecida de uma carta sua para D. Manuel, datável dos princípios de 1506, em que afirmava: «*Crea Vossa Alteza que se nom tevereis fortalezas nesta costa (do Malabar), se perdera todo nosso trauto e todo o mando que nela tendes*». E reportando-se às fortalezas de Cochim, Cananor, Quíloa e Angediva, por ele lançadas, lembrava: «*Assy que Vossa Alteza deve dar muitas graças a Nosso Senhor por tam bem acertardes em as mandar fazer, contra conselho de todos senam o meu, que desd'a primeira disse a vos'Alteza que as mandasse fazer*»[10]. O trecho alude, seguramente, a um polémico Conselho em Lisboa, entre 1503 e 1504, onde D.

Francisco terá exposto, na altura talvez sem sucesso, as suas ideias com vista à fundação do Estado da Índia com base na construção de fortalezas.

Ora, por tudo o que expus até aqui e pelo mais que ficou no estudo mais vasto dedicado à sua figura e à sua inserção no tempo, creio bem poder concluir que foi com D. Francisco de Almeida que o chamado **Estado Português da Índia** surgiu como uma entidade político-administrativa estruturada, como uma autoridade permanente, assente numa relativa estabilidade do seu corpo social. Ao contrário das primeiras expedições de vai-vem, de objectivos meramente comerciais e diplomáticos, esta foi fundamentalmente para se instalar, para firmar soberania. Também em meu entender não deve considerar-se que D. Francisco tenha sido um mero executor de uma directiva régia. É certo que sem o planeamento e a decisão da Coroa em se assentar governo não teria havido "fundação", mas é forçoso reconhecer que esta se deveu à capacidade de execução e à acção concertadora deste homem de invulgar craveira: **D. Francisco de Almeida**.

Ao rei *Venturoso* são devidas, ainda assim, mais algumas observações, pois a sua acção se revestiu, para o efeito, de grande relevância. Que era sua intenção firmar a soberania portuguesa no Índico, através do seu primeiro governador/vice-rei, provam-no diversos documentos. Alguns foram já anteriormente citados, como a *Carta de Poder* e o *Regimento,* mas há outros também importantes e merecedores de registo, por reflectirem o pensamento régio sobre o mesmo assunto, logo após o despacho da armada em 25 de Março de 1505. Comecemos pela ***Oração de Obediência ao Sumo Pontífice Júlio II,*** pronunciada em Roma a 4 de Junho de 1505 por Diogo Pacheco, em representação do monarca português. Nela se afirma, a dado passo:

«Podem, assim, os cristãos esperar que em breve seja abolida toda a perfídia e heresia maomética, e que o Santíssimo Sepulcro de Cristo, que nos livrou do eterno cativeiro e é há tanto tempo pisado e arruinado pelos cães, volte à primitiva liberdade, e deste modo a fé de Cristo se propague por todo o mundo. E para que isto mais facilmente possa acontecer, já estamos diligenciando e esperamos unir-nos ao muito importante e poderoso senhor dos Cristãos [*Preste João*], mandando-lhe legados e oferecendo-lhe as maiores facilidades de contacto.»

E a concluir:

«Recebei o vosso Portugal, e não apenas Portugal, mas também grande parte de África. Recebei a Etiópia e a imensa vastidão da Índia. Recebei o

[10] Cf. Idem, *ibidem*, p. 168.

mesmo Oceano (...). Recebei a obediência Oriental, desconhecida de vossos antecessores, mas reservada para vós, e que, sendo já agora enorme, há-de ser por mercê de Deus cada vez maior.[11]»

Ora, infere-se claramente desta peça oratória que D. Manuel tinha objectivos imediatos de domínio sobre todo o Índico e especialmente sobre as zonas costeiras da África Oriental ("Etiópia") e do Malabar. Para isso contava, a curto prazo, com as diligências do vice-rei, que traria à sua obediência os príncipes indianos ("obediência oriental") e que erradicaria da área sob seu controlo a "heresia maomética". Júlio II, eleito para o sólio pontifício nos finais de 1503, deveria ser desse modo o primeiro chefe da Cristandade a ter alçada religiosa sobre toda aquela imensa área, que havia de designar-se "Estado da Índia".

Na mesma linha da *Oração de Obediência* ia a **carta** [*Epistola Serenissimi Principis Emanuelis*] que o soberano português endereçou ao mesmo Papa oito dias depois, através de Frei Mauro. Nesta aludia à destruição do poderio muçulmano "polla privação das mercadorias e trato das cousas da Índia", mas apontava mais longe, ao ameaçar tomar Meca e destruí-la. Deve, no entanto, acrescentar-se que, tanto quanto é possível saber-se, esta ideia de cruzada clássica, de um ataque ao coração árabe e de reconquista dos lugares santos, não estava no horizonte à partida do vice-rei para a Índia. Nada, na documentação que compulsei, permite vislumbrar tal cenário, pelo menos com a colaboração directa de D. Francisco de Almeida.

A meu ver, essa ideia só passou a ser projecto na mente de D. Manuel, após este ter lido a carta ameaçadora do Sultão ao Papa e que lhe veio às mãos através de Frei Mauro, no início de Junho, no que terá sido apoiado pelo grupo de conselheiros mais radicalmente imperialistas. Só então o rei de Portugal teria avançado com esse plano, partindo do pressuposto que seria apoiado pelos demais soberanos ocidentais e eventualmente pelas forças cristãs do Índico. Foi nesse sentido, decerto, que em Julho de 1505 enviou a Inglaterra e Espanha o franciscano Frei Henrique, seu confessor e pessoa da sua inteira confiança, em grande segredo, a sondar Henrique II e Fernando *o Católico* (seu sogro), e a solicitar-lhes que pressionassem outros monarcas para o mesmo efeito[12].

Tal plano consta de uma carta e de uma "instrução", datadas de **Abrantes**, 2 de Março de 1506, e dirigidas ao Cardeal Cisneros, arcebispo de

---

[11] Cf. "Oração de obediência ao Sumo Pontífice Júlio II", in *Orações de Obediência - Séculos XV a XVII*, Ed. Inapa, p. 17.

[12] Biblioteca da Ajuda, *Portugal Velho*, tomo I, fl. 106; cf. também *Crónica Anónima*, cap. 66, pp. 267-273; e ainda a *Epistola de el-rei D. Manoel ao Papa Júlio II*, (transcrição da *Chronica d' el-rei D. Manuel*, de Damião de Góis, P. I, cap. 93).

Toledo, em resposta aos "despachos" que este enviara da parte do rei Fernando, através de Frei Henrique. Nessa carta afirmava D. Manuel que enviara

"mucha gente, naos y armada para aver de hazer salir y hechar los moros della tierra, que muy presto la cristiandad della será tan grande como la de acá, o quiçá mayor, y que el Soldan aun que por las partes de Levante no le fuesemos a buscar, como confiamos en Nuestro Senhor que será por la guerra que por el mar Bermejo le tenemos mandado y mandamos hazer, pues nuestros navios y gente a dos jornadas de Meca y a dos o tres leguas de Santa Catalina de monte Sinay pueden llegar, quel en poco tiempo sea casi destruído y desbaratado."

E mais adiante referia-se, com alguma sobranceria, ao bloqueio económico que vinha impondo ao inimigo, "*casi todo lo de la India tiene perdido, porque ya aora ninguna cosa recibe ni recoje dela India*" [13].

As pretensões da coroa portuguesa evoluíam rapidamente, mercê de uma aprendizagem contínua da política internacional. Ao rei D. Manuel já não bastava arrogar-se **Senhor da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia**, ou reivindicar o direito de apropriação exclusiva dos mares ***(mare clausum)*** e de algumas posições estratégicas do Oriente, para protecção dos seus interesses. Numa atitude hipertrófica das suas capacidades, pretendia ser ele a liderar um movimento de cruzada ocidental contra Meca para, sob a capa do "mais apostólico" dos soberanos, hegemonizar política e economicamente todo o Oriente até ali muçulmano. Corporizava-se, assim, cada vez mais o **Estado Português da Índia**, e avançava-se mesmo para a ideia de **Império**.

É certo que nem o projecto de ataque a Meca teve sequência, talvez por desinteresse de algum dos monarcas comparticipantes, nem D. Manuel assumiu o título e a condição de imperador. Importa frisar, todavia, que embora D. Francisco concordasse e até incentivasse o seu rei a intitular-se *imperador,* não era favorável às suas ideias messiânicas de cruzada ou mesmo de conquista, por as considerar extemporâneas. Isto porque defendia uma outra orientação política, mais liberal, menos estatizante e belicista, logo mais conciliatória. Terá sido, aliás, por via desta diferente filosofia de *Império* e de *Estado da Índia* que se geraram as profundas divergências que vieram a eclodir na Corte a partir de 1505 e mais tarde entre Almeida e Albuquerque, ou entre os

---

[12] Biblioteca da Ajuda, *Portugal Velho,* tomo I, fl. 106; cf. também *Crónica Anónima*, cap. 66, pp. 267-273; e ainda a *Epistola de el-rei D. Manoel ao Papa Júlio II,* (transcrição da *Chronica d' el-rei D. Manuel,* de Damião de Góis, P. I, cap. 93).

[13] Pub. por Costa Brochado, "Espiritualidade dos Descobrimentos", in *Brotéria,* vol. XL, Janeiro de 1945, pp. 3342. Sobre o mesmo assunto, Charles Martial de Witte, "Un projet portuguais de reconquête de la Terre-Sainte (1505-1507)", in *Actas do Congresso Internacional de História dos Descobrimentos,* vol. 5, P. I, Lisboa, 1961, pp. 419-449.

apoiantes de um e de outro, que parecem ter chegado a constituir verdadeiros partidos nacionais. Nos começos de 1505, a meu ver, foi a "tendência almeidista" a prevalecer.

Em suma, passados que estão em revista aqueles que considero os principais parâmetros da conjuntura, creio poder concluir: até 1505 não havia no Oriente da «era gâmica» nenhuma estrutura ou entidade política a que possamos atribuir com razoabilidade a designação de "Estado Português da Índia". Quando D. Francisco de Almeida aportou a Cochim em 1505, ele pouco mais era do que "um vice-rei flutuante, governador de um estado sem território, com o convés da sua nau por capital", conforme ao gracejo de Luís Filipe Thomaz. Vivia-se muito "de direito consuetudinário, não escrito, e mesmo de situações de facto, imperfeitamente formalizadas do ponto de vista jurídico". O Estado não era propriamente um espaço, mas uma "rede marítima" e, ainda assim, deveras incipiente[14]. E o poder exercia-se mais sobre pessoas do que sobre um território. Isto no início.

Porém, a breve trecho e sob a sua direcção, uma nova orgânica nascia. Surgiram as primeiras fortalezas de pedra e cal, para servirem de suporte à máquina governativa. A capital ficou instalada em Cochim: junto do vice-rei funcionava um secretário para a administração geral, um ouvidor para a justiça e uma pequena corte de serventuários, que incluía um físico, um capelão, tocheiros, trombetas, guardas pessoais e muitos criados. Em cada fortaleza superintendia um capitão, auxiliado por um alcaide-mor, um feitor e um corpo diversificado de funcionários, em que entravam almoxarifes, escrivães, recebedores, meirinhos e provedores dos defuntos. Erigiram-se também igrejas e capelas, um hospital, casas particulares. Uma força naval, comandada pelo capitão-mor-do-mar (D. Lourenço de Almeida) estava permanentemente de sobreaviso, para acudir a qualquer situação conflitual ou para o patrulhamento marítimo.

E bastava? – perguntarão. Decerto que tudo isto era pouco, para a pretendida dimensão de um Estado e mais ainda para a emergente ideia de Império. Estava-se no dealbar de uma nova experiência, de um figurino político-administrativo original, sobretudo se considerarmos a heterogeneidade dos seus caracteres institucionais, a dispersão dos espaços ocupados e a imprecisão dos limites abrangidos. A designação de "Estado Português da Índia" e o atribuir da sua fundação a D. Francisco de Almeida em 1505 assumem, por isso mesmo e obviamente, um carácter muito peculiar, *sui generis*. Mas, que teve a sua importância, não pode negar-se.

---

[14] «Estrutura política e administrativa do Estado da Índia no século XVI», *op. cit.*

Concluindo

Em face do que fica exposto, é minha plena convicção – repito – poder afirmar-se, sem qualquer receio de exagero ou parcialismo, que esta foi uma **Viagem de sucesso**. Volto a interrogar e a interrogar-me: O que é que se poderia exigir mais ao capitão-mor da armada de 1505, aos seus colaboradores e acompanhantes? Quem teria feito mais e melhor? Creio, sinceramente, que melhor seria difícil, talvez mesmo impossível. Foram atingidos os objectivos e até em boa parte superados. Graças, porventura, a um bom planeamento e a conjunto de factores favoráveis; mas, sem dúvida que também – forçoso será reconhecê-lo – ao bom desempenho das chefias e mormente do capitão-mor / vice-rei.

O que ele fez depois não entrou nesta análise, dada a limitação de tempo e o objectivo definido para esta comunicação. Teve os seus dias de glória, como também teve os seus reveses. Luzes e sombras, todos os heróis tiveram. Apoiantes e contraditores, todo o homem tem (até Cristo os teve e Esse... era quem era!...). Mas sempre ousarei lembrar que, no seu conspecto integral, de tal modo o vulto de D. Francisco foi notável que, ainda no seu tempo ou pelo seu século (o XVI), os seus feitos e a sua memória seriam assinalados por reis e vice-reis, viajantes, cronistas e até poetas, nacionais e estrangeiros, em Portugal e fora dele.

Dos **Reis**, lembrarei o próprio D. Manuel, que de acordo com o seu biógrafo (Damião de Góis) «sentio muito ha morte de dom Francisco d'Almeida», acrescentando a mesma fonte «& com muita razam, pelas boas partes & qualidades que nelle havia»; mas também o poderoso soberano espanhol, que ao tomar conhecimento da infausta morte de D. Francisco na Aguada do Saldanha (1510), ficou tão consternado que se retraiu, mandando fechar as janelas do seu palácio e vestindo-se de dó como se fora por alguém do seu sangue real (Góis); dos **Vice-reis**, ocorre-me uma significativa exclamação do venerando e impoluto D. João de Castro - «Alegra-te, ó grande Lusitânia, que de ti saiu D. Francisco de Almeida!»; dos **Cronistas**, destacarei o testemunho insuspeito de Gaspar Correia, porventura o historiógrafo que melhor conheceu o Oriente português, que foi inclusivamente secretário e confidente daquele que é por via de regra apontado como o grande rival do 1.º vice-rei (Afonso de Albuquerque), a cuja morte terá assistido até: «Foy Dom Francisco muy perfeito e puro no serviço d'El-Rey nosso senhor, com que fez grandes bons assentos em todolos tratos e negoceações (...), homem amigo dos serviços dos homens (...), em todo tão perfeito, que não sei se nunca a Índia terá outro tal».

Ah... e dos **Poetas**... sim, que sem eles não haveria heróis. Camões foi um deles, como é sabido, bastando-nos recordar os versos seguintes, de *Os Lusíadas*:

«*Almeidas, por quem sempre o Tejo chora*» (I, 14-6)

«*E do Primeiro Ilustre, que a ventura*
Com fama alta tocar os Céus
Serei eterna e nova sepultura
Por juízos incógnitos de Deus» (V, 45 – fala do Adamastor)

«*Mas eis outro (cantava) intitulado*
Vem com nome real e traz consigo
O filho, que no mar será ilustrado
Tanto como qualquer Romano antigo» (X, 26 – fala da Ninfa)

«*Um sucesso triste e negro vejo!*
O Cabo Tormentório, que a memória
C'os ossos guardará, não terá pejo
De tirar deste mundo aquele esprito
Que não tiraram toda a Índia e Egipto» (X, 37 - *Idem*)

Garcia de Resende foi outro, a elevar o herói de Diu aos cumes da fama («*d'Almeida que já fez cumes / d'estado e de senhorio*»). Mas, (não vá alguém acusar-nos de chauvinismo, nacionalismo exacerbado ou apodos quejandos), gostaria de aqui citar um estrangeiro ainda muito pouco conhecido entre nós, o florentino Matteo di Raimondo Fortini, que viveu entre 1444 e 1527, autor do *"Libro dell'Universo"*, um poema de 102 estrofes em oitava rima, com uma entusiástica e extensa alusão à "épica empresa" do Vice-rei (que compara ao homérico Heitor) e de seu filho D. Lourenço, na África Oriental e no Oriente. O que lhe falta em rigor histórico, com algumas confusões factológicas de permeio, sobra-lhe em vigor poético e apreço pelas heróicas façanhas dos portugueses, como se pode inferir do seguinte passo:

«*... il viceré cristiano ch'avea ingegno*
gagliardo si che pareva un Hectorre,
co.ll'arme in man si gittò su'n un legno».

Desta obra foi recentemente extractado e amplamente divulgado em Itália (Florença, 2003), por Stefania Elena Carnemolla, o seu livro IX, dedicado à **Viagem de 1505**.

Muitas mais citações encomiásticas se poderiam aduzir, quer acerca do **Homem** quer do ***Estado Português da Índia*** que ele ajudou a fundar, desde D. António Caetano de Sousa a Vitorino Magalhães Godinho. Lembrarei apenas que, do primeiro (o Homem), escreveu o conceituado historiador Oliveira Martins: «... *Francisco de Almeida, valente como soldado, hábil*

como almirante, sábio administrador e feitor inteligente, é sobretudo um estadista». Do segundo, não quero deixar de sublinhar que já foi considerado, com maior ou menor razoabilidade, um «**Património espiritual do Ocidente**» (J. A. Baptista da Silva). De facto, se ninguém discute que a viagem do descobrimento do "caminho para lá", por Vasco da Gama, constituíra uma «Nova Era» (a *era gâmica* de Toynbee, ou *época de Vasco da Gama da história asiática* de Panikkar), uma «abertura da Modernidade» e um «Património da História», então com alguma razoabilidade se poderá dizer que foi D. Francisco um outro arquitecto desse Património.

A cinco séculos de distância da histórica e fundacional **Viagem**, cumpre-nos, com gratidão e sem receio de quaisquer preconceitos, de tipo nacionalista, europeista, conservador, neo-colonial ou outro, relembrá-la, bem como ao seu principal intérprete, o **1.º vice-rei**. Até porque, se esse homem dizia – como registaram os cronistas – que «***A verdade é o sostimento do Mundo***» e que «***Importa mais adquirir bom nome que fazenda, porque o nome é propriedade eterna***», esse Homem é de um pensamento sempre actual e, portanto, de um nome também eterno.

Foi há 500 anos.

BIBLIOGRAFIA PRINCIPAL

ALBUQUERQUE, Luís de, *Navegadores, viajantes e aventureiros portugueses (séculos XV-XVI)*, I, Caminho e Círculo de Leitores, 1987.

— (dir. de), «Relação da Viagem de D. Francisco de Almeida até à Índia (1505)», ou «Manuscrito de Valentim Fernandes», in *Grandes Viagens Marítimas*, Publ. Alfa, Lisboa, 1989, pp. 79-97.

ALMEIDA, Virgínia de Castro e, *L'Empire Portuguais d'Orient – Dom Francisco d'Almeida, I vice-roi de l'Inde – Anthologie des écrits de l'époque*, Pub. Louis Desmet-Verteneuil, Col. Les grands navigateurs et colons portuguais du XV^{e} et du XVI^{e} siècles, Bruxelles, 1940.

BARROS, João de, *Ásia - Décadas,* ed. Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1988.

CARNEMOLLA, Stefania Elena, *Il "Libro dell' Universo" di Ser Matteo di Raimondo Fortini, notaio fiorentino, e una versificazione inedita sulle Imprese di D. Francisco e D. Lourenço de Almeida in Africa Orientale e in Oriente*, sep. de *Itineraria*, Firenze, Sismel, 2003, pp. 253-287.

CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História dos Descobrimentos e Conquista da Índia pelos Portugueses,* ed. Lello & Irmão, Porto, 1979.

CHAUDHURI, Kirti, «O estabelecimento no Oriente», in *História da Expansão Portuguesa*, I, Círculo de Leitores, 1998, pp. 163-191.

CORREIA, Gaspar. *Lendas da Índia,* ed. Lello & Irmão, Porto, 1975.

COSTA, João Paulo Oliveira e, «A nobreza e a fundação do Estado Português da Índia», in *Vasco da Gama – Homens, viagens e culturas*, Actas do Congresso Internacional de Lisboa (4 a 7.11.1998), CNCDP, 2001, pp. 39-73.

CRUZ, Maria do Rosário Themudo Barata A., *O Sistema de Distribuição das Cargas nas Armadas da Índia,* INIC, Lisboa, 1988.

GARCIA, José Manuel, «Os governadores do Estado da Índia», in *Vasco da Gama e a Índia*, Actas da Conferência Internacional de Paris (11 a 13 de Maio de 1998), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1999, vol. I, pp. 121-133.

LOBATO, Alexandre, *Fundação do Estado da Índia em 1505,* Agência-Geral do Ultramar, Lisboa. 1955.

MATOS, Luís Semedo, «Os portugueses no Índico no princípio do século XVI. Política e poder naval», *Preito de Reconhecimento – Colectânea de estudos em homenagem ao senhor coronel Carlos Bessa*, Academia Portuguesa da História, Lisboa, 2002, pp. 247-281.

PISSARRA, José V. A., *A armada da Índia: Cômputo, tipologia e funcionalidade das armadas de guerra portuguesas do Oriente (1501-1510)*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2001.

PROL, Santiago, *João da Nova - Un mariño galego ao servicio da Coroa de Portugal*, Deputación Provincial de Ourense, 2002.
ROBOREDO, Vice-almirante Armando, «O 1.º vice-rei da Índia (1505 a 1509)», *Boletim da Academia Internacional de Cultura Portuguesa*, n.º 12, Lisboa, 1982-1983, pp. 75-109.
SILVA, Joaquim A. Baptista da, *O Estado Português da Índia, Património Espiritual do Ocidente*, Lourenço Marques, 1967.
SILVA, Joaquim Candeias da, «Os custos humanos da implantação portuguesa na Índia (1497-1509)», in *Portugaliae Historica,* II Série, vol. I, Faculdade de Letras de Lisboa, 1991.
—, *Abrantes na Expansão Ultramarina*, com Prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão, Abrantes, 1992.
—, *O Fundador do "Estado Português da Índia" D. Francisco de Almeida (1457?-1510)*, com Prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão, CNCDP / Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1996.
—, «A Fundação do "Estado Português da Índia" por D. Francisco de Almeida em 1505», in *Vasco da Gama e a Índia*, Actas da Conferência Internacional de Paris, F. C. Gulbenkian, 1999, I, pp. 101-114.
—, «Para a História de Abrantes Manuelina (Alguns subsídios)», *Zahara*, n.º 1, Maio de 2003, pp. 87-105.
—, «Foi há 500 anos...», *Zahara*, n.º 5, Junho de 2005, pp. 9-34.
SPRINGER, Baltazar, *Of the newe lãdes of y^e people founde by the messengers of the kynge of Portygale named Emanuel*, [= Viagem de 1505] fac-simile da edição de Antuérpia, by John of Doesborowe, ca. 1515, com notas e introdução de M. Freire de Andrade e W. Randes, Lisboa, 1960, reed. Mundo do Livro, Lisboa, 1998.
THOMAZ, Luís Filipe, «Estrutura Política e Administrativa do Estado da Índia no século XVI», *Actas do II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa,* Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, Lisboa, 1985.
—, «O "testamento político" de Diogo Pereira, O *Malabar*, e o projecto oriental dos Gamas», *Anais de História de Além-mar*, Centro de História de Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa, vol. V, 2004, pp. 61-160.

A GLORIOSA BATALHA E A INGLÓRIA REFREGA

Coronel Nuno Valdez dos Santos

Logo nos princípios do Século XVI o Rei D. Manuel I sonhou construir, na Índia, um poderoso Império Português que seria o gérmem da expansão cristã por todas as terras do Oriente e uma fonte de prestígio para o Reino de Portugal.

Como obreiro desse Império de Além – Mar escolheu um dos mais considerados fidalgos da sua corte – Tristão da Cunha. Este teria, nessas distantes terras, um poder quase tão grande como o do próprio Rei põe... e Deus dispõe!

Inesperadamente e sem que nada o previsse Tristão da Cunha ficou quase cego e os melhores médicos e físicos do País, em doutas opiniões, admitiram que, em pouco tempo, a sua cegueira seria total, no que se enganaram redondamente... um ano depois já estava curado!

Para o substituir D. Manuel escolheu um outro fidalgo, também de grande renome – D. Francisco de Almeida, conhecido pelos seus contemporâneos " como homem superior, inteligentíssimo e muito ilustrado... mas de génio belicoso e aguerrido " [1] méritos bem comprovados quer em missões diplomáticas desempenhadas em França por ordem do Rei D. Afonso V, quer na Batalha de Toro ao lado do Príncipe D. João quer, ainda nas Guerras de Granada ao serviço dos Reis de Castela contra o último reduto mourisco em terras peninsulares.

D. Francisco de Almeida foi, então nomeado comandante de uma das mais belas Armadas aparelhadas em Lisboa, composta de vinte e duas naus, todas comandas pelos mais hábeis mareantes de Portugal e foi-lhe dada a posse simbólica das suas altas funções de Vice-Rei da Índia numa espectacular cerimónia religiosa realizada na Sé Catedral de Lisboa no dia 24 de Março de 1505, Domingo de Páscoa, e que se prolongou ao longo das margens do Tejo até às praias do Restelo num vistoso cortejo de fidalguia e povo.

A Armada largou no dia seguinte mas, ao que parece, só passaram a barra vinte velas porquanto, no dizer de João Vidago [2], a nau de Pero da Naia " se perdeu ainda antes da partida " e a de Filipe Rodrigues "por atrazo".

A viagem parece não ter sido muito tormentosa mas, o Oceano Índico esperou a Armada portuguesa com um grande temporal, próprio da época [3], dispersando os navios, um dos quais naufragou.

A 12 de Setembro a nau "Bom Jesus", que transportava o Vice-Rei D. Francisco de Almeida, fundeou na pequena Ilha de Angediva e, até ao dia 25 desse mês chegaram mais treze navios, com grande temor dos habitantes da ilha que, de imediato, fugiram para o continente indiano, a umas escassas três milhas.

D. Francisco de Almeida mandou logo construir uma singela capela e uma pequena fortificação onde, em poucos dias, se içou pela primeira vez em terras indianas a Bandeira de Portugal.

Quiz o destino, por ironia, que, passados quinhentos anos, a última vez em que foi arreada a Bandeira de Portugal nos nossos territórios da Índia Portuguesa, fosse na Ilha de Angediva.

Não vamos, por escassez de tempo, debruçar-nos sobre a Vida e Obra de D. Francisco de Almeida na Índia que se encontra, magistralmente descrita, nas Crónicas de Gaspar Correia e de João de Barros mas há parâmetros da vida do 1º Vice-Rei de Portugal na Índia que não podem deixar de ser focados.

Estava-se no mês de Fevereiro de 1508 e D. Francisco de Almeida permanecia em Cochim quando lhe vieram dizer que o seu filho D. Lourenço de Almeida, Capitão-mor dos Mares da Índia morrera numa pequena batalha naval travada em Chaul, à boca do Golfão de Diu [4], desaparecendo com os destroços da sua nau. No dizer [5], de João de Barros"... Deos não quis entregar o corpo por dar maior gloria a sua alma, a qual deve estar entre os electos de Deos...".

Aparentemente o Vice-Rei D. Francisco de Almeida " escutou como maravilhosa serenidade" [6] a infausta notícia... nem uma lágrima verteu perante tão profundo golpe mas, logo, concebeu o firme propósito de uma terrível vingança, que seria o culminar da sua vida.

Foi esta a causa da Grande Batalha Naval de Diu.

Com uma extraordinária meticulosidade D. Francisco de Almeida começou a preparar a sua terrível vingança. Esta seria no mar... visto que o seu filnho, Capitão-mor dos Mares da Índia, tinha sido morto num combate naval e tivera o mar por seu "perpétuo sepulcro". [7]

Por isso, no entender do velho Vice-Rei, quer para impor o poderio de Portugal, quer realizar o seu maior desejo, fazer sumir dos mares da Índia "todos os mouros destas partes". [8]

Com esta intenção escreveu " ao Rei a carta que é o seu testamento – o testamento mais eloquente duma invulgar grandeza de ânimo. Nela dá conta de si e das coisas da Índia". [9]

Nesta carta dizia ao Rei que, em seu entender, urgia escorraçar dos mares da Índia todas as forças inimigas porquanto" ... todo o mar é pouca coisa. Saiba certo que em quanto o mar fordes poderoso tereys a Índia por vossa e se ysso nam tiverdes no mar pouco vos prestará fortaleza em terra". [10].

O tempo passou veloz e, para D. Francisco de Almeida, chegou a altura de fazer a entrega do governo da Índia ao seu sucessor, Afonso de Albuquerque, nomeado pelo Rei D. Manuel em Alvará secreto datado de Abril de 1506, quando partira de Lisboa, nomeando-o "1º Governador da Índia",

quando o Vice-Rei D. Francisco de Almeida acabasse o seu tempo de governo.

Mal chegado à Índia Afonso de Albuquerque procedeu, praticamente como se tivesse uma posição política bem definida e, pelo menos, idêntica à do Vice-Rei.

No entanto fez a normal entrega da sua Armada, de sete navios, a D. Francisco de Almeida e deu-lhe conta, detalhada, como procedera em todas as suas acções no Oceano Índico.

A audiência decorrera bem mas, poucos dias depois, Afonso de Albuquerque avistou-se, de novo, como o Vice-Rei e, segundo os cronistas de então, "intimou a entrega do Govêrno" ao que o seu interlocutor retorquiu que só terminaria o seu govêrno em Janeiro de 1509 e que, além disso, não conseguira, ainda realizar "a lei natural do amor paterno" vingando a morte de seu filho D. Lourenço de Almeida, empresa que estava prestes a concluir.

Dizem que Afonso de Albuquerque teria, de princípio, comtemporizado mas tendo, pouco tempo depois, tido conhecimento que D. Francisco de Almeida não abandonaria o govêrno tão cedo, entrou em franca oposição ao Vice-Rei.

Não cabe aqui abordar a lamentável troca de acusações recíprocas e procedimentos incorrectos que os dois Grandes Homens da Índia – O Vice-Rei D. Francisco de Almeida e o seu sucessor 1º Governador da Índia Afonso de Albuquerque – tiveram, dando um deplorável exemplo de falta de respeito e de acatamento às ordens e directivas do Rei D. Manuel.

Temos só que nos debruçar sobre a firme resolução de D. Francisco de Almeida de se demorar na posse do Govêrno da Índia até cumprir o que julgava ser a sua obrigação de Vice-Rei e o dever de Pai : o aniquilamento total das forças navais inimigas e vingar a morte de seu filho.

Segundo as palavras de um autor dos nossos dias, Moreira de Campos, [11], "... os elementos de que dispunha... eram poucos. Mas as sua qualidades de chefe eram imensas. Sem perder tempo. Nem perder homens, nem perder material, nem perder coisa nenhuma. Iniciou os preparativos da desforra: " vingando a morte do filho e conquistar para Portugal o domínio marítimo do Índico".

O cronista Gaspar Correria escreveu [12] que D. Francisco de Almeida passou a ser " sempre contínuo na ribeira, desfazendo navios que não podiam servir por serem velhos, e os bons renovar e concertar (sic) muito bem, e dos navios velhos mandava fazer carvão para as ferrarias".

No entanto D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque continuavam a sua luta pela posse do Govêrno. Ambos se degladiaram por palavras, ambos se queixaram ao Rei D. Manuel, dando conta do sucedido e justificando os respectivos procedimentos. Por fim, o Vice-Rei D. Francisco de Almeida mandou prender Afonso de Albuquerque.

Independentemente desta luta política para a manutenção e posse govêrno da Índia, D. Francisco de Almeida continuava nos preparativos da Grande Batalha Naval, criando uma poderosa armada.

Esta seria composta por vinte e um navios, mais de mil combatentes portugueses e perto de setecentos escravos, muitos dos quais já treinados nos hábitos de guerra. No dizer [13] de Gaspar Correia "O Viscorey em todolos nauios leuaua muytas cousas de doentes e boticas, e físicos, e sorgiões, e barbeiros sangradores, e enfermeiros ordenados; toda armada muy fornecida de monições, e muy fermosa artelharia, e muyta poluora, e artefícios de fogo, e toda gente bem armada, e muytos dos escraus a que abrangerão os laudes, e em todolos nauios muytos bésteiros, ... que inda neste tempo nom se usava espingardas;... e muytos bombardeiros, porque tomou todos quantos vierão nas nãos do Reyno, que na não capitania do Visorey hião trinta bombardeiros, porque a não leuaua dezoito peças grossas por baixo, que em toda armada hião passante de cento e cincoenta peças grossas, afora falcões e berços que erão muytos, e tudo muyto prouido, com tudo apontado como compria."

D. Francisco de Almeida, depois de ter organizado a Armada "com extremo cuidado e carinhosa atenção" [14] rumou, serenamente, para a Ilha de Angediva, por "ser lugar gracioso, e espaçoso pêra geralmente dar conta a todos da causa daquella ida sua" [15]

João de Barros descreve [16], com o maior pormenor o que foi a "fala do Viscorey" sobre o que prentendia fazer: primeiramente "arrazar a cidade de Dabul" depois "acommetter os Rumes dentro em Dio".

"Acabando o Viso-Rey de propor estas cousas, assi como todos estavam em hum quieto silencio com a tenção de o ouvir, assi foi celebrado o seu arrazoamento em louvor daquelle feito..."

Dabul e Diu tinham o seu destino marcado... e ficou gizado para a História" um famoso plano político – estratégico que faz a glória dum General de qualquer século e de qualquer nação". [17]

Dos dois milhares de portugueses que entrariam na Grande Batalha, ningúem foi esquecido... nem "os valentes escravos"... todos seriam contemplados com honras e beneces, mesmo os herdeiros daqueles que morressem em combate. D. Francisco de Almeida ainda acrescentou com firmeza—" se ElRey meu senhor nom ouver por bem, tudo me obrigo a pagar da minha fazenda, vivendo, e morto mando que de minha fazenda se tudo pague".

Já nos mares de Diu, perante a Armada dos Rumes, com mais de uma centena de navios, entre os quais figuravam" o maior que existia no Arábico e quatro poderosas naus e muita fustalha "[18] o Vice-Rei de Portugal convocou os seus capitães à tolda da nau "Frol de la Mar", navio almirante para, com "muita ordem e segurança", dirigir-lhes palavras de grande incitamento e expor " o seu plano duma lógica e concepção tática perfeitas, sem descurar o mínimo pormenor [19].

Amanheceu, magnífico, o dia 3 de Fevereiro de 1509 e a azáfama em todos navios das duas Armadas que se iam degladiar, era geral.

Finalizando os preparativos da batalha que se aproximava e para que as suas últimas disposições fossem bem conhecidas por todos os combatentes o Vice Rei D. Francisco de Almeida mandou que o seu bergantim " corresse toda a armada com um papel, (e) que o mandasse ler em presença de toda a gente". [20]

Eram as suas últimas disposições...

Depois, escreveu [21] Gaspar Correia nas suas "Lendas da Índia", " o Visorey se assentou n'huma cadeira no chapiteo da não, esperando a boa ora, que pedia a Nosso Senhor, com as mãos aleuantadas ao Ceo, com as lágrimas piadosas".

A batalha teve início "sendo oras de meo dia começou a ventar a viração do mar, que era á popa pêra os nossos,...ao que o Visorey se pôs em joelhos, e desferio a bandeira,... ao que a gente da não respondeo com grande grita: Senhor Deos misericórdia! Santiago!

A Batalha de Diu – que Gaspar Correia chamou [22] a "Santa Batalha" e que Camões cantou [23] nos "Lusíadas" – foi uma das nossas maiores batalhas mas, nem por isso, a vamos descrevê-la pois foi logo contada a Portugal e ao Mundo pelos cronistas de então dos quais citamos, em especial, Gaspar Correia [24] e João de Barros [25]. Em nossos dias – e de um modo magistral – foi descrita e estudada à luz dos princípios táticos e estragégicos das leis da guerra no mar, na execelente obra do Comandante Saturino Monteiro "Batalhas e Combates da Marinha Poruguesa" [26] em que frizou "A Batalha de Diu... é, indubitavelmente, a mais importante de toda a História da Marinha Portuguesa e uma, das mais importantes da História Naval Universal".

Para todos os portugueses de mil e quinhentos foi a "Gloriosa Batalha" e não houve louros que não fossem endossados ao Vice-Rei da Índia D. Francisco de Almeida" como o mais Sagaz dos Capitães... o mais Prudente dos Homens,... o melhor dos Guerreiros..."

Não obstante já ter realizado o que julgava ser a sua obrigação para com o Rei e para a Memória de seu filho, a verdade é que D. Francisco de Almeida continuou apegado às suas funcções de governança da Índia protelando a entrega do Govêrno a Afonso de Albuquerque seu sucessor, como o Rei mandava e como o devia fazer.

Em Outubro de 1509 chegou à Índia a Armada de D. Fernando Coutinho, Marechal do Reino. Este, depois de informado da situação governativa que se vivia, de imediato fez libertar Afonso de Albuquerque, que se encontrava preso à ordem do Vice-Rei, e a 5 de Novembro, investiu-o na funcção atribuída pelo Rei de "1° Governador da Índia". Vencendo a relutância de D. Francisco de Almeida o qual "seguiu logo para o reino..." [27]

deixando na Índia, apesar de tudo. "uma auréola de vulto... cavalheiroso e simpático, que sempre dera provas de nobreza dos seus sentimentos e da elevação do seu espírito".[28]

Dando a palavra a Manuel de Faria e Sousa [29] o ex-Vice-Rei partiu a 19 de Novembro, "passou com grande serenidade o Cabo da Boa Esperança" e teria dito: "ficaram por mentirosas as feiticeiras de Cochim que diziam não havíamos de passar deste Cabo" mas, quis o destino que estes presságios se confirmassem.

Mal passado o Cabo da Boa Esperança, em fins de Fevereiro de 1510, as três naus que compunham a Armada do ex-Vice-Rei, a "Graça", a "Belém" e a "Santa Cruz", chegaram à aprazível Aguada do Saldanha [30] que " pareceu-lhes – no dizer [31] do historiador sul-africano Sydney Welch – um verdadeiro porto da paz, esse amorável vale montanhas e mar, com as suas três correntes de água cintilante".

Os portugueses começaram por travar relações amigáveis com os índigenas iniciando-se, desde logo, o corrupio das "barricas da aguada" entre as tomadas de água das ribeiras cristalinas e os batéis que depois as levavam para os porões dos seus navios. Simultaneamente, fazia-se uma pacífica compra de gado e víveres da região quando apareceu um índigena com um rebanho de carneiros para os vender.

No dizer [32] de Damião de Góis "pareceu que o mandou o Espirito Maligno para se ordenar o triste caso que aconteceu".

Um mal entendido entre os naturais e os portugueses originou "uma rixa geral" e os nossos marinheiros tiveram que, a correr, refugiarem-se nos batéis, acolhendo-se, depois, às naus.

Voltando às páginas do historiador Sydney Welch [33] "o erro irreparável cometeu-se no dia seguinte, quando Almeida foi persuadido a ir à aldeia, a fim de punir os Hotentotes."

É difícil de conceber como um experimentado e prudente guerreiro de tantas campanhas, o Homen que concebera o meticuloso plano estratégico da Batalha Naval de Diu "que faz a glória dum general de qualquer século e de qualquer nação" [34] esquecesse, em escassos minutos, as mais elementares leis da guerra. E "foi fazer-se assassinar (como um fanfarrão) pelos homens mais miseráveis do mundo " como comentou um anónimo autor da primeira metade do Séc. XIX, que se intitulava "Um Portuguez zeloso pela Gloria e Reputação Nacional". [35]

Á frente de um grupo de uns cento e cinquenta portugueses desarmados e inconscientes, como se fossem para um alegre passeio, todos se meteram pelos matos africanos até à aldeia dos indígenas e, "só tiveram a consciência do perigo quando já era muito tarde" [36].

Os africanos esperavam, em pé de guerra, os invasores das suas terras...

Não tinham armas, apenas seixos do mar, apanhados na praia, e paus aguçados além das mil astúcias do homem do mato... "negros bestiaes dos mais brutos de toda aquela costa" [37] e que João de Barros os comprou a "algozes do demónio" [38].

Deu-se, então, "o mais desastrado caso neste Reyno aconteceo". [39]

Consta, da História que "naquele bárbaro lugar... morreram passante de cincoenta portugueses... mais que na grande batalha naval de Dio e, entre estes, ficou morto, nas areias "o 1º Vice-Rei da Índia D. Francisco de Almeida.

Para João de Barros aquela " inglória refrega " – como alguns autores lhe chamaram [40] fora um dos "juízos de Deus... feito para exemplo nosso" [41], o mesmo dizendo [42] Damião de Góis mas como castigo" pela severidade de Almeida em mandar executar os prisioneiros feitos na grande vitória de Dio". Para os portugueses de então, a morte de D. Francisco de Almeida foi, como escreveu [43] José Ferreira Martins, "objecto de maior dor e tristeza".

O corpo do Vice-Rei D. Francisco de Almeida ficou enterrado nas areias da Aguada do Saldanha e, tempos depois, o mar levou-o como, em Chaul, tinha sucedido ao seu filho D. Lourenço de Almeida, Capitão-mor dos Mares da Índia.

Ambos ficaram sepultados no Mar, um no Oceano Índico outro no Oceano Atlântico, "sem as honras de mausoléus e inscrições, que se devem aos varões de tão alta jerarquia" [44] mas, como escreveu [45] João de Barros, "devemos crer que as suas lamas terão na Gloria lugar de eternidade entre os eleitos de Deos e que neste Mundo...será para elles maior louvor que huma magnifica campa assentada em o mais célebre jazigo".

BIBIOGRAFIA

ALBUQUERQUE, Afonso de Comentários de Afonso de Albuquerque. Prefácio de Joaquim Veríssimo Serrão, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1973

ANÓNIMO, História das Descobertas e Conquistas dos Portugueses em África, Azia, e América, Lisboa, 1843,1844

BARROS, João de, Da Ásia, Década Segunda, Lisboa, 1777.

CAMPOS, José Moreira de, Da Fantasia à Realidade. Afonso de Albuquerque, Lisboa, 1953w

CORREIA, Gaspar, Lendas da Índia, 1ª Ed. Dirigida por Rodrigo Felner, Lisboa, 1858-1864.

CASTANHEDA, Fernão Lopes de, História do Descobrimento e Conquista Da Índia pelos Portugueses, Lisboa, 1833

DOMINGUES, Mário, D. Manuel I e a Epopeia dos Descobrimentos. Lisboa, Ed. Romano Torres, 1960.

GÓIS, Damião de, Crónica do Felicíssimo Rei D. Emanuel, Lisboa Coimbra, 1790

GONÇALVES, Júlio, Os Portugueses e o Mar das Índias, Lisboa Liv. Luso-Espanhola, 1947.

GRACIAS, João Baptista Amâncio, Afonso de Albuquerque. Esboço Biográfico, Nova Goa, 1911.

LEMOS, Carlos Alberto de Oliveira e, Determinantes de uma Batalha Naval, Lisboa, Revista Militar, pp. 237 – 252, 1959.

MARTINS, José F. Ferreira, Crónica dos Vice-Reis e Governadores da Índia. Nova Goa, Imprensa Nacional, 1919.

MONTEIRO, Armando da Silva Saturino, Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa. Lisboa, Vol. I, 1989.

SALDANHA, Padre M. J. Gabriel, História de Goa (Política e Arqueologia), Nova-Goa, 1925.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, História breve da Historiografia Portuguesa. Lisboa, Editorial Verbo, 1962.

VIDAGO, João, Sumário da Carreira da Índia, Lisboa, Anais do Club Militar Naval, 1969.

WELCH, Sydney, A África do Sul sob El-Rei D. Manuel. Lourenço Marques, 1950.

NOTAS

1- "Portugal, Dicionário Histórico" de E. Pereira e G. Rodrigues, Lisboa, 1904-1914, 1º Vol., p. 249
2- In : " Sumário da Carreira da Índia", Lisboa, Anais do Club Militar Naval, 1969, p.78.
3- A experiência ensinaria aos portugueses que o tempo aconselhável para a passagem do Cabo de Boa Esperança era de 15 de Maio a 15 de Julho e que, desta data a 30 de Agosto, era a época dos temporais.
4- Vide Saturnino Monteiro, "Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa, 1º Vol., pp. 159-169.
5- In : " Da Asia ", Decada Segunda, p.206.
6- Vide: " Crónica dos Vice-Reis e Governadores da Índia " de F. Martins, p.516.
7- Idem.
8- Veja-se O. Lemos in "Determinantes de uma Batalha Naval", Revista Militar, 1959, p. 244.
9- Idem
10- F. Martins, op. Cit., 503.
11- Em "Da Fantasia à Realidade. I, Afonso de Albuquerque", p.81.
12- Segundo transição de M. Campos a pág. 82, op. Ant. cit..
13- Op. cit., p.925.
14- Veja-se O. Lemos, op. Cit., 245.
15- J. Barros, op. Cit., p. 260.
16- Idem, pp.260-265.
17- Citação de O. Lemos, op. Cit., p. 245.
18- Vide op. ant. Cit., p.247.

19- Idem, p.249
20- Leia-se G. Correia, Lendas da Índia, T. I, 2ª Parte, Cap. IV, pp.937-945.
21- Idem, p.939.
22- A pág. 945 da citada obra.
23- Canto X, Est. 35
24- Citadas "Lendas da Índia".
25- " Da Asia", Decada Segunda, Liv. III, Cap.^{S} V e VI.
26- A páginas 177-192, do Vol. I, 1139-1521.
27- A . Gracias "Afonso de Albuquerque. Esboço Biographico", p. 75.
28- P.^{e} G. Saldanha, " História de Goa ", 1° vol., p. 36.
29- In: " Ásia Portuguesa ", Vol. I. P.276.
30- Segundo S. Welch in : " A África do Sul sob El-Rei D. Manuel" p.187, "A Aguada do Saldanha... então se chamava o sítio da presente Cidade do Cabo".
31- Op. ant. cit., p.187
32- Citação de S. Welch, op. Cit., p.187.
33- Idem, p.188.
34- Vide O. Lemos, op. cit., p.245.
35- Veja-se a obra, de Autor anónimo, " Hist. Das Descobertas e Conquistas dos Portugueses em África, Azia e America", 1° Vol., p. 557.
36- S. Welch, op. cit., p.188.
37- J. Barros, op. Cit., p.342
38- Idem, p.340
39- Idem, p.342
40- F. Martins, op. Cit., p.520.
41- Op. Cit., p.343
42- Conforme indica, em nota 286, p. 570, na sua citada obra.
43- Op. Cit., p. 520.
44- Idem.
45- Op. Cit., p.348.

Ludovico de Varthema – cavaleiro pela mão de D. Francisco de Almeida. Da ideia imperial manuelina à difusão, pela Europa, dos Descobrimentos Portugueses.

Dr. João Abel da Fonseca

INTRODUÇÃO

O Livro V da *Chancelaria de D. Manuel I*, regista no fol. 15v. a carta de confirmação do título de cavaleiro da sua Casa a Ludovico de Varthema, com que o monarca lhe fez graça e mercê do elevado privilégio, que lhe fora outorgado, em seu nome, pelo vice-rei D. Francisco de Almeida, na Índia, pelos relevantes serviços prestados. Carta dada em Sintra, a 19 de Julho de 1508.

Damião de Góis e João de Barros citam nas suas obras o *Itinerário* do celebrado viajante italiano, natural de Bolonha, que serviu debaixo das ordens de D. Francisco e de seu filho D. Lourenço de Almeida. Também Fernão Lopes de Castanheda, D. Jerónimo Osório e Garcia de Orta (este último com algum azedume, só justificável por um equívoco conhecido), se referiram ao autor em apreço.

A obra de Varthema, dada à estampa em Roma, com a data de 6 de Dezembro de 1510, em língua italiana, cedo conheceu o sucesso que podem atestar as 39 edições que se seguiram, ainda no séc. XVI. Foi traduzida para latim logo em 1511, para alemão em 1515, para castelhano em 1520, para flamengo em 1544, para francês em 1566, e para inglês em 1577.

A relação privilegiada que mantém, e os encómios com que Varthema brinda a acção dos Portugueses no Oriente, ao longo das páginas que lhes dedica, foram garante de uma visibilidade alargada da presença de Portugal naquelas paragens, o que não pôde deixar de agradar ao rei, que trata por «Sua Majestade», e à sua ideia imperial.

A importância do *Itinerário* tem vindo a ser realçada e evidenciada pelos mais insignes historiadores. A recente edição francesa, de Novembro de 2004, uma co-edição das Editions Chandeigne e da Fundação Calouste Gulbenkian, com introdução da nossa confreira Geneviève Bouchon, prefácio do saudoso Jean Aubin, apresentação e tradução do também já desaparecido Paul Téyssier e notas do erudito académico e nosso confrade Luís Filipe Thomaz[1]

[1] Vd. *Voyage de Ludovico di Varthema en Arabie & aux Indes orientales (1503-1508)*, trad. de Paul Téyssier, pref. de Jean Aubin, Paris, Chandeigne/Fondation Caloute Gulbenkian (Coll. Magellane), 2004.

veio despertar a nossa vontade de, em breves apontamentos, podermos contribuir para a sua divulgação, ou um melhor conhecimento.

A primeira tradução portuguesa, por Vincenzo Spinelli[2], que também a prefaciou e anotou, só teve lugar no final do 2º quartel do séc. XX, pelos bons auspícios do Instituto para a Alta Cultura, que a publicou. Só então pudemos ler, em português, o ***Itinerario de Ludovico de Varthema.*** *Bolognese nello Egypto, nella Suria, nella Arabia deserta et felice, nella Persia, nella India & nella Ethiopia. La fede: el vivere & costumi de tutte le prefate provincie. Com Gratia & Privilegio infra notato. Stampato in Roma per Maestro Stephano Guillireti ad instantia de maestro Lodovico de Henricis de Corneto Vicentino. Nel anno MDX a di VI de Decembro.*

António Borges Coelho, nosso estimado Professor e confrade emérito da nossa Academia, que ora saudamos vivamente, fez incluir a abordagem do *Itinerário* de Varthema no Seminário de Historiografia da Expansão, do 1º Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, da Faculdade de Letras de Lisboa, no ano lectivo de 1990-91, que tivemos o grato privilégio de frequentar.

No Simpósio que a nossa Academia dedicou a D. João II, em 1995, tivemos ocasião de apresentar uma comunicação sobre a viagem a Portugal, em finais de 1494, do Dr. Jerónimo Münzer[3], também este autor de um conhecido *Itinerário*[4] em que dá conta à Europa da acção dos Portugueses na sua Expansão, nomeadamente ao longo da costa ocidental africana. Pela forma como relata ter sido recebido pelo «Príncipe Perfeito», que também trata por «Sua Majestade»[5] (*"Accessimus maiestatem suam per medium doctorem Cataldum oratorem regium [...]"*), bem podemos adivinhar quanto D. João II estimou a visita, e a possibilidade de dar a conhecer à Europa os seus feitos.

Pese o facto de se reconhecer a necessidade de sigilo na preparação de certas missões, tal foram o caso das expedições terrestres à Índia, D. João II sempre aproveitou as oportunidades que teve para se afirmar como um soberano importante no contexto europeu. Aquelas expedições foram confiadas, primeiro, entre 1486-87 a Fr. António de Lisboa e Pedro de Montarroio[6], que não passaram de Jerusálem, por não dominarem a língua árabe. Mais tarde,

---

[2] Vd. Ludovico de Varthema, *Itinerário*, trad., pref. e notas de Vicenzo Spinelli, Lisboa, Instituto para a Alta Cultura, 1949.

[3] Vd. João Abel da Fonseca, "D. João II e a viagem a Portugal do Dr. Jerónimo Münzer" in *Actas do III Simpósio de História Marítima. D. João II – O Mar e o Universalismo Lusíada*, Lisboa, Academia de Marinha (11-13 Outº 1995), 2000, pp. 91-99.

[4] Vd. Basílio de Vasconcelos, " O *Itinerário* do Dr. Jerónimo Münzer (Excertos)", separata de *O Instituto*, vol. 80, nº5,Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931, pp. 1-86.

[5] Cf. Idem, *ibidem*, p. 14.

[6] Cf. João de Barros, *Ásia*, Déc. I, Liv. III, Cap. V.

entre 1487-91 foi a vez de Afonso de Paiva e Pêro da Covilhã[7], e por fim, entre 1491-94, os judeus conhecidos por sapateiro José de Lamego e o rabi Abraão de Beja. Sabemos como Pêro da Covilhã esteve na Índia, em Ormuz e em Sofala, até mesmo na Ilha da Lua, que vem sendo reconhecida como Madagáscar, e como estas preciosas informações chegaram ao conhecimento de D. João II e influenciaram as suas diferentes tomadas de posição.

Como já tivemos oportunidade de referir, no breve trabalho sobre Münzer[8], este dirigira uma carta ao nosso rei, enviada de Nuremberga, datada de 14 de Julho de 1493 e que, o religioso dominicano e pregador de D. João II, Fr. Álvaro da Torre traduzira do latim para português, sendo depois publicada, no séc. XVI, por Pedro Nunes, que a fez incluir no seu *Tratado da Esfera*, no conhecido exemplar de Évora. Acresce o facto do portador da mesma ter sido Martim da Boémia, com quem Münzer travara relações antes da sua viagem ao nosso país.

Nesta carta, escrita com o conhecimento do imperador Maximiliano, como sabemos, primo direito do monarca português, Münzer propunha a D. João II a busca do caminho das Índias e até indicava Behaim para chefe da expedição: "*Ó quanta gloria alcançaras se fezeras ho oriente habitaudo ser conhecido ao teu ocidente: e tambem quanto proveyto os comercios te daram [...]* ". Este período deixa bem perceber como o homem viajado pela Europa Central e Itália conhecia os negócios disponíveis no Oriente, e também as capacidades de navegação dos Portugueses, na época.

É assim que o autor prossegue: "[...] Ja te louvam por grande principe os Alemãos e Italicos e os Rutanos.Apolonios e citos os que moram debayxo da Seca estrella do pollo artico [...]". E, mais à frente: "[...] e pera este caminho por companheyro deputado do nosso rey Maximiliano ho senhor martinho boemio singularmente per esto acabar. E outros muytos marinheyros sabedores que navegaram ha largura do mar. tomando caminho das ylhas dos açores per tua industria per quadrante chilindro e astrolabio e outros ingenhos onde nem frio nem calma os arrojara [...] ".

A viagem de Münzer, em finais de 1494, realizou-se no ano em que D. João II celebrou o Tratado de Tordesilhas (7 de Junho), mas também, duas semanas depois, em Colónia, a 23 de Junho, o Tratado de Pazes com o imperador Maximiliano e Filipe, seu filho[9], que nos foi dado a conhecer pela nossa confreira Manuela Mendonça.

---

[7] Cf. Pe. Francisco Álvares, *Verdadeira Informação das Terras do Preste João das Índias*, Lisboa, Agência-Geral do Ultramar, 1974 (fac-sim. 1943).

[8] Cf. João Abel da Fonseca, *ob. cit.*, p. 92.

[9] Cf. Manuela Mendonça, *As relações externas de Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, Colibri, 1994, pp. 93-124.

Podemos, muito claramente, verificar a existência de uma linha de acção dos monarcas portugueses deste período, no sentido de patrocinarem a divulgação da sua supremacia nos mares, com vista a emparceirarem com os seus congéneres europeus, ganhando para si, e para o reino, uma posição de relevo.

II – Ludovico de Varthema: o homem, as viagens e a obra

Mas quem era afinal Ludovico de Varthema? Pouco se sabe para além do que, de si mesmo, nos informa no *Itinerário*. No frontspício do livro diz-se bolonhês e é esta informação que devemos considerar válida, já que umas referências a uma família Varthema foram encontradas em documentos da época nos arquivos daquela cidade italiana, como nos atesta Jean Aubin na edição já referida[10]. Teria nascido por volta de 1470, e deve ter falecido em 1517. Exerceu o ofício das armas, já que diz ter-se encontrado, nos seus dias, em algumas guerras. Não se sabe, contudo, ao serviço de quem, naquela Itália belicosa, duma frenética luta entre príncipes, nos finais do *Quattrocento*.

Interroga-se Jean Aubin se não teria sido Varthema um hábil artilheiro, que o Conselho dos Dez, da Sereníssima Senhoria, teria enviado ao Egipto, e o sultão à Índia, para ajudar os soberanos locais a expulsarem os recém-chegados viajantes, que ameaçavam a rota das especiarias no Mar Vermelho, e por conseguinte, a sua tradicional difusão no Ocidente, pela República de Veneza. Verdade se diga que o autor nos dilucida, no prefácio da 1ª edição, de 1510, dedicado à sua protectora, Dona Agnesina di Montefeltro Colonna, condessa de Albi e duquesa de Tagliacozzo, sobre o móbil de tão temerária empresa que o teria levado de Damasco a Meca, de Jeddah a Áden, visitando o Yémen, a Pérsia, até Samarcanda, percorrido o interior do Decão até Vijayanagar, no golfo de Bengala, e de Malaca até Banda, incluindo as Ilhas das especiarias. Tudo isto a partir de 1502, quando saiu de Veneza, até Dezembro de 1505, quando desertou de Calicute e se refugiou junto dos Portugueses, em Cananor. Duas outras datas conhecemos: a de 8 de Abril de 1503, quando parte de Damasco com uma caravana de peregrinos, para Meca, e Junho do mesmo ano, quando abandonou Jeddah com destino a Áden.

Mas atentemos ao que nos deixou escrito[11]*: " Muitos homens houve que se dedicaram à investigação das coisas desta Terra, e por diversos estudos, experiências e fidelíssimas relações, se esforçaram por conseguir o*

---

[10] Cf. *Voyage de Ludovico de ..., ob. cit.*, p. 14.

[11] Cf. *Itinerário, ob.cit.*, pp. 61-62.

seu desejo. [...] pelo que conseguiram merecidamente, com respeito aos outros, digníssimos louvores, e com respeito a eles próprios, pleníssima satisfação. E assim eu, tendo grandíssimo desejo de conseguir efeitos parecidos, [...] dispus-me a investigar algumas partículas deste círculo terrestre; e faltando-me ânimo (por me conhecer de fraquíssimo engenho) para conseguir tal desejo por meio de estudo ou conjecturas, deliberei procurar conhecer com a própria pessoa e com os próprios olhos, as situações dos lugares, as qualidades das pessoas, as diversidades dos animais, as variedades das árvores frutíferas e odoríferas do Egipto, Síria, Arábia deserta e feliz, Pérsia, Índia, Etiópia, especialmente considerando que vale mais uma testemunha de vista do que dez de ouvido.".

A acreditar no texto estamos na presença de um genuíno «filho do Renascimento», autêntico varão impelido simplesmente «pela curiosidade de ver e a ambição da glória de ter visto», como bem sublinhou, em síntese, Amâncio Gracias[12]. Razões meteorológicas elementares impossibilitam um tão longo périplo, em tão curto espaço de tempo – assim conclui Jean Aubin[13], que acrescenta: "*o regime dos ventos no Oceano Índico e nos mares da Insulíndia tem um rigor de mecanismo de relógio, tal é o das diversas monções que não permitem viajar de um ponto para outro senão em momentos invariavelmente definidos do ano, sempre respeitados pelos navegadores árabes, indianos ou malaios. A navegação baseada em ventos alternativos sujeitava as travessias a demoras de semanas, e até de meses*". Razão teria, assim, Garcia de Orta em afirmar nos seus *Colóquios*, que Varthema nunca tinha passado de Calicute e de Cochim, se não soubéssemos que leu o autor pela versão latina ou na castelhana, ambas com incorrecções sobre o que escreve a propósito da cidade de Ormuz[14], e que levaram Orta a tais considerações.

Ao longo do *Itinerário* podemos encontrar Varthema em Cananor, a apresentar-se a D. Lourenço de Almeida, depois da fuga de Calicute[15], e o subsequente envio a Cochim, junto de D. Francisco. Assim se iniciam os seus serviços aos Portugueses na Índia, que preenchem sucessivos capítulos do Livro Terceiro dedicado àquela parte, a saber:

Capítulo da Armada de Calecute[16] : "Em doze de Março de mil quinhentos e seis, [...] saiu uma grandíssima armada de Panane, Calecute, Capocate, Pandarane e Tornopotam, tendo ela duzentas e nove velas, das

---

[12] Cf. J B Amâncio Gracias, *Oriente Portuguez*, vol. 7 (citado por Vincenzo Sinelli no *Itinerário, ob. cit.*, p. 25).

[13] Cf. *Voyage ..., ob. cit.*, p. 15.

[14] Cf. *Itinerário, ob. cit.*, pp. 30-34.

[15] Cf. Idem, *ibidem*, pp. 211-216.

[16] Cf. Idem, *ibidem*, pp. 216-221.

quais oitenta e quatro eram navios grandes e o resto navios de remos, isto é, paraus. [...] Quando nós vimos esta armada, sendo o dia dezasseis do dito mês, parecia-nos ver, por causa de tantos navios, um grandíssimo bosque. [...] o valentíssimo cavaleiro Capitão da armada, filho de D. Francisco de Almeida, Vice-Rei da Índia, estava aqui com onze navios [...] Chamou a si todos os cavaleiros e homens dos navios e começou a exortá-los e a pedir-lhes que pelo amor de Deus e da fé cristã quisessem voluntariamente expor-se a sofrer a morte, dizendo desta maneira: « Ó senhores, ó irmãos, hoje é aquele dia em que todos nós nos devemos lembrar da paixão de Cristo e da pena que sofreu para nos redimir a nós, pecadores; hoje é o dia em que nos serão absolvidos todos os pecados. Por isso vos peço que acometais vigorosamente contra estes cães, esperando que Deus nos dará a vitória e não há-de querer que a sua fé seja vencida »";

Capítulo de como fui enviado novamente pelo Vice-Rei a Cananor[17]: "Deixemos a armada do Rei de Calecute, que ficou desfeita, e voltemos a mim. Passados três meses o Vice-Rei, por sua graça, deu-me um certo ofício que era a divisão das artes, e neste ofício fiquei ano e meio. Dali a alguns meses o meu Senhor Vice-Rei mandou-me com um navio a Cananor, porque muitos mercadores de Calecute iam a Cananor e pediam o salvo-conduto aos Cristãos, dando-lhes a entender que eram de Cananor, e que queriam passar com mercadorias dos navios de Cananor, o que não era verdade. O Vice-Rei mandou-me precisamente para identificar estes mercadores e descobrir esta fraude";

Capítulo do assalto dos Portugueses contra Panane[18]: "Já seria tempo de voltar à minha pátria, tendo o Capitão da Armada começado a carregar os navios para a sua volta a Portugal. [...] fui obrigado a pedir licença ao meu Vice-Rei, que por sua graça ma deu, e disse que antes queria que eu fosse com ele onde agora saberão. Ele e todos os que estávamos com ele pusemo-nos em ordem e, armados de armas brancas, saímos de Cochim, onde ficou pouquíssima gente, para ir, em vinte e quatro de Novembro [1507], assaltar o porto de Panane. [...] Deus ajudou-nos, porquanto não morreu aqui nenhum dos nossos, mas deles morreram cento e quarenta, dos quais o senhor D. Lourenço matou seis diante de mim, sendo ele ferido duas vezes e muitos outros também feridos. [...] O Vice-Rei fez reunir toda a gente numa extremidade da praia e ali fez uns tantos cavaleiros , entre os quais, por sua graça, me fez a mim cavaleiro também, sendo meu padrinho o valentíssimo Capitão Tristão da Cunha. Feito isto, o Vice-Rei começou a fazer embarcar a gente, sempre continuando a incendiar muitas casas do dito lugar, de modo que, com a graça

[17] Cf. Idem, *ibidem*, pp. 221-225.
[18] Cf. Idem, *ibidem*, pp. 225-227.

de Deus, e sem a morte de nenhum de nós, seguimos para Cananor, e logo depois da nossa chegada, o Capitão fez abastecer o nosso navio".

Terminou aqui o Livro Terceiro da Ásia, e o autor inicia o último dos 9 Livros – o Livro da Etiópia, constituído pelos 3 últimos capítulos dos 124 que compõem a obra, a saber:

1. Capítulo de várias ilhas da Etiópia[19]: "Em seis de Dezembro [1508] dirigimo-nos para a Etiópia e atravessámos o golfo aproximadamente de três mil milhas até chegar à ilha de Moçambique, que pertence ao Rei de Portugal [...]";

2. Capítulo da ilha de Moçambique e dos seus habitantes[20]: " Voltemos a Moçambique, donde o Rei de Portugal (como da ilha de Sofala) traz grande quantidade de ouro e de óleo, que vem da terra firme. Ficámos nela quinze dias aproximadamente [...]";

3. Capítulo do Cabo da Boa Esperança[21]: " Voltando, agora, para o nosso caminho, passámos o Cabo da Boa Esperança. A duzentas milhas aproximadamente do cabo, começou a soprar vento contrário, e isto porque à esquerda há a ilha de S. Lourenço e muitas outras [...]. Eu ia no navio de Bartolomeu Florentino, que habitava em Lisboa; chamava-se o navio « Sancto Vincentio », e trazia sete mil cântaros de especiarias de toda a espécie. Passámos perto de outra ilha chamada Santa Helena [...]. Encontrámos, depois, outra ilha chamada Ascensão [...]. Depois duns dias chegámos a um lindo país, isto é, às ilhas dos Açores, as quais são do Rei de Portugal [...]. Depois que saímos daqui fomos para Portugal, chegando em sete dias à nobre cidade de Lisboa, a qual é uma das nobres e boas cidades que eu tenho visto [...]. Não estando o Rei em Lisboa, pus-me imediatamente a caminho e fui visitá-lo a uma cidade chamada Almada, que é em frente a Lisboa. Logo que cheguei, fui beijar a mão de Sua Majestade, que me dispensou muitas gentilezas e me fez demorar alguns dias na sua corte para saber as coisas da Índia. Passados alguns dias, mostrei a Sua Majestade a carta de cavalaria que me dera o Vice-Rei da Índia, pedindo-lhe (se assim o queria) que ma quisesse confirmar, assinar de sua própria mão e pôr o selo das suas armas. Depois de ler a dita carta, disse que o faria, e assim mandou que me dessem um privilégio em pergaminho assinado por sua mão, com as suas armas e registado. Depois pedi licença a Sua Majestade, e fui para a cidade de Roma. Fim do Itinerário. LAUS DEO".

Sabemos como antes de partir da Índia, num dos navios da armada de regresso de Tristão da Cunha, Ludovico de Varthema se distinguiu na batalha

---

[19] Cf. Idem, *ibidem*, pp. 229-230.
[20] Cf. Idem, *ibidem*, pp. 230-233.
[21] Cf. Idem, *ibidem*, pp. 233-235.

de Ponnani, em 23 de Dezembro de 1507, no decurso da qual, uma vez mais, a frota de Calicute foi dizimada. No seguimento do sucesso do ataque ao porto de Panane foi armado cavaleiro, por certo como recompensa pelos serviços prestados naqueles dois anos, e pelo brilho da sua denodada participação nas duas batalhas navais, em que combateu ao lado dos Portugueses, considerando-se, como «um dos nossos».

"Dom Manuel [...]. A quantos esta nossa carta virem, fazemos saber que por parte de Lodobyco bolambres nos foi apresentado hum aluara do qual ho theor tal he. Dom Francisquo Dalmeyda Viso Rey das Indias por el Rey meu senhor faço saber a todos os juizes e justiças & aos que este meu aluara virem que pelos serviços que Lodovyco blambres que nestas partes andava & se pera mym veeo tem feytos do dito senhor na destruiçam & queimamento das naaos & casas de Panane eu o fiz Cavaleiro pella causa ser tal & tam homrada que ho bem mereceo & notificoho asy que ho compram e guardem. Feyto em Cananor a IIII dias de dezembro de mil & V° VII. Garçia Gonçalvez a fez. Pedindonos por merce o dito Lodoviço bolambres que lhe confirmassemos ho dito aluara & o ouvessemos por bom, & visto por nos seu requerimento querendolhe fazer graça & merce avendo respecto aos serviços que nos tem feito nas ditas partes da India, temos por bem & lho confirmamos e avemos por bom & queremos que ele goze de todos os privylegios & liberdades & franquezas de que gozam os cavaleiros de nossa casa & porem mandamos a todos os nossos corregedores, juizes. & justiças ofiçaes & pessoas a quem esta nossa carta for mostrada & o conhecimento dela pertencer per qualquer guisa que seja que lhe cumpram e guardem e façam comprer e guardar asy e tam inteiramente como nela he conteudo sem duvida nem emgarguo que a elo ponham por quanto asy he nossa merce. Dada em Cintra, a XIX dias de Julho. Luiz Correia a fez anno de nosso senhor Jesus Cristo de mil V° VIII."[22].

Em Novembro de 1508 Varthema já se encontra em Veneza que lhe pagará 25 ducados pela sua «Relação» sobre os ritos, usos e costumes dos povos da Índia. Ainda nesse Inverno, de 1508-1509, foi convidado a recitar a sua obra na residência dos Colonna em Marino, nos Montes Albanos, à duquesa de Tagliacozzo e a sua filha Vittoria Colonna. Sabemos como dedicou o *Itinerario* àquela, e como a influência da filha do duque de Urbino, junto dos cardeais da Cúria pontifícia, lhe permitiu obter a licença papal, para a impressão da obra, logo em 17 de Novembro de 1510, bem como a distinção de «patrício romano», que aparece já associada ao seu nome na primeira edição latina, que é de 1511:

---

[22] Cf. Idem, *ibidem*, pp. 23-24. AN-TT, *Chancelaria de D. Manuel I*, Liv. V, fol. 15v.

LUDOVICI PATRITII romani novam *Itinerarium*[23].

Varthema empolga-se ao terminar a dedicatória à duquesa: " [...] E se estes meus labores lhe agradarem e os aprovar, mui grandes louvores e satisfação me parecerá ter recebido do meu longo peregrinar, ou mais propriamente espantoso exílio, em que infinitas vezes tolerei fome, sede, frio e calor, guerra, cativeiro e outros infinitos e perigosos acidentes; animando-me ainda mais a esta outra viagem que brevemente espero fazer, porquanto, depois de haver percorrido parte das Terras e ilhas orientais, meridionais e ocidentais, estou disposto – com a ajuda de Nosso Senhor Deus – a ir à procura das setentrionais, e assim, não me vendo idóneo a outro estudo, expender, neste louvável exercício, o resto dos meus fugitivos dias." [24].

Como já referimos não temos a certeza do ano da sua morte, mas temos uma certeza – no Privilégio da edição de 1517, que tem a data de 10 de Junho de 1518, o cardeal camarlengo diz que Ludovico, «*familiaris noster dilectissimus*» tinha já morrido, e declara que não deixara herdeiros que pudessem receber dano de uma reimpressão da obra: «*neminem ex heredibus superesse qui ex nova impressione vel iactura vel iniuria afficiatur*».[25]

III – CONCLUSÃO

Não nos deteremos sobre a ideia imperial manuelina, já abordada doutamente por Luís Filipe Thomaz[26], nem tão pouco sobre a expressão «Estado da Índia» ou o conceito de «império em rede» defendido pelo mesmo autor[27]. Dele nos vamos socorrer para consolidar informação no excepcional trabalho "Le Portugal et L'Áfrique au XVe. Siècle: Les Debuts de L'Expansion" [28]. Não nos debruçaremos também sobre a questão da titulação régia portuguesa na época da expansão, que já mereceu aturado estudo de António Vasconcelos de Saldanha[29].

---

[23] Cf. *Voyage, ob. cit.*, pp. 27-28.

[24] Cf. *Itinerário, ob. cit.*, p. 63.

[25] Cf. *Itinerário, ob. cit.*, p. 11

[26] Vd. Luís Filipe Thomaz, "L'Idée Imperiale Manueline", in *Actes du Colloque La Decouverte, Le Portugal et L'Europe*, Paris, F C Gulbenkian (Centre Culturel Portugais), 1990, pp. 35-103.

[27] Vd. Idem, "Estrutura política e administrativa do Estado da Índia no século XVI", in *Actas do II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa, Memórias do CEHCA*, nº 25, Lisboa, IICT, 1985, pp. 513-540.

[28] Vd. Idem, "Le Portugal ...", in *Actes du Colloque Le Portugal au XVe. Siècle - Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XXVI, Lisboa-Paris, F C Gulbenkian, 1989, pp. 161-255.

[29] Vd. António Vasconcelos de Saldanha, "Conceitos de Espaço e Poder e seus reflexos na Titulação régia ..", in *Actes du Colloque La Decouverte ..., ob. cit.*, pp. 105-129.

Não deixaremos, mesmo assim, de sublinhar o facto de na *Dedicatória* a D. Manuel, aquando da impressão, em Lisboa, do *Livro de Marco Paulo*, concluída a 4 de Fevereiro de 1502, Valentim Fernandes ter deixado escrito: "*[...] E assy acreçenta vossa senhoria a ffe christaã per todas as partes do mundo ho que nom sento de nenhuu outro rey christaão. pouorando ajnda as ylhas despouoadas. onde o nome do alto Deos he honrrado louuado bento e exalçado. o qual rogo que pella sua Santissima piedade me leyxe chegar ao tempo que possa veer a vossa poderosa senhoria acreçentada com titulo imperial de toda a monarchia. Amen.*" [30].

Por sua vez Duarte Pacheco Pereira, no Prologo do seu Esmeraldo de Situ Orbis, deixou escrito: "[...] Mas qual eloquençia teera tanta perfeiçam, que perfeytamente possa dizer ho peso de tam grandes feytos como os do nosso Cesar Manuel ? [...] e feitas estas cousas com outras que vossa alteza manda comprir, poderemos por nos dizer o que dise Virgilio por Cesar Augusto: « Tu es gouernador do grande mar e todos honrrão as tuas grandezas e a ty seruira ha ultima Thylle»." [31] No primeiro caso Valentim Fernandes vaticina para D. Manuel o título de imperador de toda a monarquia, e no segundo, Duarte Pacheco Pereira atribui-lhe a dignidade de «César», equiparando-o a Augusto.

A verdade é que esta devoção por uma dignidade imperial incarnada no trono português, que julgamos ver já ambicionada por D. Afonso V, esteve presente no tempo de D. João II, e foi bem explicitada por D. Manuel I, e por um grupo de fiéis servidores bem chegados ao serviço devotado da sua Casa, nos quais se destaca D. Francisco de Almeida.

Seguiremos agora António Dias Farinha ao recordar-nos a distinção e mercê conferida pelo «Venturoso» a Vasco da Gama, de almirante da Índia, a 10 de Janeiro de 1500, entendendo-se tal cargo como uma réplica portuguesa do almirantado das Índias de Castela, que Cristóvão Colombo recebera dos «Reis Católicos» [32]. No diploma que o nosso estimado Professor, distinguido confrade e Presidente da Comissão Científica deste Simpósio, diz estar pouco divulgado, no que plenamente o acompanhamos, podemos ler a seguinte passagem: " *[...] e em fim de seu descobrimento achou e descobrio a Imdia que per todollos escriptorios que o mundo serepveram sobre todas as provencias delle esta de rica poseram a qual todollos emperadores e grandes Rex que no mundo foram sobre todas esta dessejarom.*" [33].

---

[30] Cf. *Marco Paulo*, int. e índices por Francisco Maria Esteves Pereira, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1922, fol. Aij v.

[31] Cf. Duarte Pacheco Pereira, *Esmeraldo de Situ Orbis*, Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1975, pp. 18-19.

[32] Vd. António Dias Farinha, "As relações dos Portugueses com os Árabes e os Persas na Área do Índico" in *Vasco da Gama e a Índia*, vol. I, Lisboa, F C Gulbenkian, 1999, pp. 167-179.

[33] Cf. Idem, *ibidem*, p. 172.

Numa carta dirigida a D. Manuel, datada de 16 de Dezembro de 1505, D. Francisco de Almeida, depois de relatar a sua viagem até à Índia diz ter esperança «*que em meu tempo seres emperador deste mundo de ca que he muyto moor que ho de laa*» e acrescenta em *post-scriptum* autógrafo que D. Manuel devia tomar para si, desde logo, o título de imperador das Índias, muito menos vão que tantos outros usados pelos reis da Cristandade, e baseado este no facto de muitos reis do Oriente o reconhecerem como suzerano[34]: "*[...] pola mayor parte seja titolão de tytolo vaons etc o de França se chama ja de Jerusalem e tambem os d'Aragão e os de Castela Atenas e Neopatrea etc e o d'Ingraterra de França e asy outros / digo isto porque me parece que Vos'Alteza devia trabalhar por se chamar emperador das Indias e se isto tem inconvenientes que eu nam entendo chamar se rey delas porque os reys de Qyloa e Mombaça se o deixardes e Melynde e Magadaxo a meu ver tamto que lho requerer vos chamara seu senhor e ele voso vasalo / os outros se chamam ja e outros reys pequenos asi como de Zemzybara etc nestoutra costa tendes reais e pacyficas fortaleza e ninguem anda polo mar sem vosos seguros / Batecala e Anor me tem prometido de serem vosos vasalos e vos pagarem e a iso tenho la mandado Dom Lourenço com armada asy que nunca vy coisa mais justa nem milhor ganhada do que sera Vos'Alteza tomar titolo.*" [35].

Passados que foram dois anos, o vice-rei, em carta enviada de Cananor, em Dezembro de 1507, lembra mais uma vez a D. Manuel: "*[...] nom ponha vos'alteza em mujtos conselhos chamardes vos emperador poys que nunca principe teve tanta jostiça para o ser.*" [36].

António Dias Farinha ainda nos aponta um outro pormenor importante para compreender como os homens próximos de D. Manuel se dividiam na definição política e jurídica das novas possessões; indecisos entre o <u>império</u>, o <u>reino</u> e o <u>senhorio</u>, e escreve: "*Ao propor uma aliança ao xá da Pérsia contra o sultão do Egipto, Albuquerque acrescentou aos títulos do monarca português, a seguir a «Senhor de Guyne, e da conquista [...]», o nome das novas possessões por ele conquistadas: «e do rreyno e senhorio d'Urmuz e do rreyno e senhorio de Guoa». À sugestão imperial do vice-rei D. Francisco de Almeida sucedia o pragmatismo do governador Afonso de Albuquerque [...]* " [37].

O Dr. Jerónimo Münzer tratara, no seu *Itinerário*, D. João II, por «Majestade», e outrossim atestámos no *Itinerário* de Ludovico de Varthema,

---

[34] Cf. AN-TT, *Gaveta* XX-10-33, publ. em *As Gavetas da Torre do Tombo*, vol. XI, Lisboa, CEHU/JICU, 1975, pp. 40-50; Luís Filipe Thomaz, "L'Idée ...", in *ob. cit.*, p. 48; António Dias Farinha, "A dupla conquista de Ormuz por Afonso de Albuquerque" in *Studia*, nº 48, Lisboa, CEHCA/IICT, 1989, pp. 445-473.

[35] Cf. *As Gavetas*, *ob. cit.*, p. 50.

[36] Cf. António Dias Farinha, "A dupla conquista ...", *ob. cit.*, p. 450 e p. 465.

[37] Cf. Idem, *ibidem*, pp. 462-463.

face a D. Manuel I. Este tratamento era, na época, uma prerrogativa imperial, e os reis de Portugal, até 1576, sempre foram tratados, tão-só, por «Alteza»[38].

Na verdade é talvez Francisco de Sá de Miranda, na sua *Carta I a el rei dom João terceiro*[39] que nos vem a esclarecer:

Rei de muitos reis, ser me hia,
Se vos ocupar me atrevo,
Contado à vã demasia,
E ó bem commum não teria
O respeito que ter devo;
Que em outras partes da esfera,
Em outros ceos diferentes
Que deus té agora escondera,
Tanta multidão de gentes
Vossos mandados espera.

.....

Dinidade alta suprema!
Quem será que o não conheça?
Viu se em Marco Antonio tema
De pôr real diadema
A Cesar sobre a cabeça.
Que o nome de emperador
A qualquer seu capitão
Que tinha em armas louvor
Dava Roma; e era então
Mais consul, mais ditador.

Rei de muitos reis, assim também Ludovico de Varthema descreve D. Manuel I, ao longo dos capítulos que dedica aos Portugueses, na sua obra. Considerava-o, assim, um **imperador, *de facto***.

---

[38] Cf. Luís Filipe Thomaz, "L'Idée ... ", *ob. cit.*, p.50.

[39] Cf. " Carta I, A El Rei nosso senhor", in *Poesias de Francisco de Sá de Miranda*

O massacre de D. Francisco de Almeida na *Terra dos cafres*. Textos e imagens na construção de uma "lenda negra" da *Cafraria*.

Drª Maria da Glória Santana Paula *

> «History and geography record acts and facts, but myth and belief explain why men act and which facts they choose to explore.»
> Malvern Van Wyk Smith, *Shades of Adamastor*

> «L'*Autre* est le plus souvent un personnage ou une communauté réels, observées pourtant par le filtre déformant de l'imaginaire. C'est son image que nos percevons, et cette image – comme toute image – participe à la fois du réel et de la fiction.»
> Lucian Boia, *Pour une Histoire de l'Imaginaire*

1. Considerações preliminares

Neste Simpósio, no qual se procura evocar a figura do 1.º vice-rei da Índia e analisar o pensamento político e estratégico, bem como a acção conduzida no sentido de estabelecer o primeiro poder europeu para além das fronteiras da Europa, parece-nos ser pertinente trazer aqui alguns tópicos para reflexão que têm como ponto de partida o próprio epílogo deste fidalgo.

Não se trata de abordar em profundidade a acção militar que o erigiu em herói do Oriente. Pretendemos focar-nos na morte do vice-rei, na Baía de Saldanha (actual *Table Bay*), e reflectir sobre o modo como esse acontecimento reverteu para a construção de uma determinada imagem dos confins da África e das suas populações.

Os primeiros anos do século XVI assistiram ao estabelecimento regular de uma carreira comercial que desferiu duros golpes nos "tráficos muçul-

---

* Doutoranda em *História Moderna* na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Professora do Quadro de Nomeação Definitiva da Escola Básica 2, 3 N.º 1 de Lagos; Equiparada a Bolseira pelo Ministério da Educação.

manos e indianos instalados"[1]. D. Francisco de Almeida simboliza o poder que pretendeu bloquear o comércio pelo Mar Vermelho, provocando asfixia temporária no Império Mameluco e entre os mercadores venezianos. Nesta complexa conjuntura, em que os objectivos do Estado português se concentravam no Índico, o reino debatia-se com diferentes "sensibilidades"[2] quanto ao tipo de actuação a seguir no expansionismo oriental, por forma a assegurar o domínio do tão cobiçado mercado. A acção de D. Francisco de Almeida viria a traduzia-se num poderoso furor guerreiro no Índico. Sob a sua chefia foram destronados reinos, tomadas e pilhadas cidades, arrasados e queimados bastiões do poder muçulmano, desbaratadas armadas, erguidas fortalezas e submetidos à suserania do rei de Portugal governos de povos distantes. Esta tarefa hercúlea, de erguer pela força das armas um poder português no Oriente, justificaria em muito uma visão eufórica e triunfalista, se as acções vitoriosas dos homens não comportassem em si mesmas o reverso da medalha. Na verdade, ao mesmo tempo que a actuação do vice-rei tornava incontestável a superioridade das armas e da marinha portuguesas, seu filho, D. Lourenço de Almeida, perdia a vida em combate, surpreendido em Chaúl pelas armadas "de Egipto e de Cambaia", comandadas por Mir Hocém.

O vice-rei, amargurado por esta perda, alimenta um obssessivo desejo de vingança que o impede de transmitir o poder a Albuquerque, desafiando assim as determinações régias e agravando as divergências com o seu sucessor, quanto aos modos de intervir e governar o Oriente. Em Fevereiro de 1509, após a estrondosa vitória na Batalha de Diu, contra a coligação Guzarate, Calecute e Mamelucos, D. Francisco de Almeida considerava vingada a morte de seu filho. Tal vitória "permitiu a consolidação do poder naval português na conquista de uma posição relativamente hegemónica no Índico Ocidental com o correspondente retrocesso da Rota Levantina, frente à Rota do Cabo."[3]

Só depois que o rei D. Manuel enviou para a Índia a armada capitaneada pelo marechal D. Fernando Coutinho, incumbido de "poderes extraordinários"[4], D. Francisco de Almeida se conformaria em embarcar de regresso ao reino, o que aconteceu em Dezembro de 1509. À sua despedida de Cochim prognosticavam as feiticeiras que o vice-rei não havia de passar o Cabo da Boa Esperança. Parece estarmos perante ecos de uma oralidade que João de Barros[5]

---

[1] Vitorino Magalhães GODINHO, *Mito e Mercadoria. Utopia e Prática de Navegar*, Lisboa, Difel, 1990, p. 339.

[2] António Dias FARINHA, "Os Portugueses no Golfo Pérsico (1507-1538). Contribuição Documental e Crítica para a sua História", in *Mare Liberum*, N.º 3, 1991, p. 21

[3] Luís Filipe BARRETO, *Damião de Goes. Os caminhos de um Humanista*, s.l., CTT, 2002, p. 70.

[4] Manuel de Faria e SOUSA, *Ásia Portuguesa*, Vol. I, Porto, Livraria Civilização, 1945, p. 276

[5] João de BARROS, *Ásia*, Década II, Liv. III, Cap. IX, Lisboa, Livraria Sam Carlos, 1973.

fixa no discurso escrito e que revelam uma sensibilidade disfórica relativamente aos derradeiros dias do vice-rei. Na verdade, é nas redondezas do Cabo da Boa Esperança que este fidalgo, e tantos outros que o acompanhavam quase perderam fama e glória duramente conquistadas nos palcos do Índico. Na extremidade da África, no cabo que abria as portas ao Oriente, haviam de sucumbir às mãos de nativos descritos como "selvagens", "negros bestiais", "gente nua" que manipulava rústicas armas. Quem melhor que o génio camoniano que, no Canto X, através da voz de uma Ninfa, sintetiza esta unidade bipolar, mas coerente, entre a glória do triunfo e a miséria da derrota, a ventura e a desventura, o sucesso e o insucesso:

«Mas ah, que desta próspera vitória,
Com que despois virá ao pátrio Tejo,
Quási lhe roubará a famosa glória
Um sucesso, que triste e negro vejo!
O Cabo Tormentório, que a memória
Cos ossos guardará, não terá pejo
De tirar deste mundo aquele esprito,
Que não tiraram toda a Índia e Egipto.

«Ali, Cafres selvagens poderão
os que destros imigos não puderam;
E rudos paus tostados sós farão
O que arcos e pelouros não fizerão.
Ocultos os juízos de Deus são;
As gentes vãs, que não nos entenderam,
Chamam-lhe fado mau, fortuna escura,
Sendo só providência de Deus pura.» [6]

Duramente sentido no reino, em toda a Índia e na vizinha Espanha, este acontecimento originou relatos e evocações em quase todas as obras clássicas dos historiadores portugueses. Discursos orais e escritos confluiram numa versão materializada nos textos dos cronistas que, mercê da distância espacial, temporal e vivencial relativamente aos factos a que se referem, constituíam-se como representação, ou seja, como (re)construção resultante da complexa síntese entre factos reais e percepções subjectivas.[7]

De que modo é que estes relatos contribuiram para pôr em marcha uma

---

[6] Luís de CAMÕES, *Os Lusíadas*, Canto X: 37-38.

[7] José da Silva HORTA, "O Africano: produção textual e representações (séculos XV-XVII)", in *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens. Estudos e Biografias*, (coord. Fernando CRISTOVÃO), Coimbra, Almedina, 2002, p. 265.

"lenda negra" sobre a terra e as gentes da África meridional?

Que geografia mental e que processos transfiguraram uma tragédia banal num desastre nacional e tão profundamente marcado na memória colectiva?

Que mecanismos do imaginário são mobilizados no sentido de transformar as populações Khoi em "algozes do demónio"?

2. Testemunhos sobre a morte do 1.º Vice-Rei da Índia

Não havendo testemunhos directos sobre a morte do primeiro Vice-rei da Índia, apenas podemos aqui expôr as razões que desencadearam o conflito de acordo com aquilo que se tornaria a versão mais comum nos relatos indirectos. Dizem os textos que passado o Cabo com tempo bonançoso, os navios fizeram escala da Baía de Saldanha. Entre o abastecimento de água e lenha e a troca de carne por peças de metal e tecidos, alguns homens aventuraram-se em acompanhar os africanos até às suas aldeias (cerca de uma légua pelo sertão), onde as habitações se organizavam à volta de currais abundantes de gado (*Kraal*).

Os relatos não são unívocos quanto ao motivo que desencadeou a agressão inicial.

De acordo com o texto de Fernão Lopes de Castanheda[8], na *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* (Livro II, 1552), um homem de nome Diogo Fernandes Labaredas ter-se-á aventurado até uma aldeia no sertão trazendo de lá um grande carneiro. Gabou a terra e sua abundância em gados, pelo que o vice-rei lhe ordenou que lá voltasse com mais doze homens para "*resgatar daquele gado pera fazer carnajem*"[9]. Foram bem agasalhados e banquetearam-se em convívio com os nativos, quando um dos homens se lembrou de tomar à força um negro a fim de o levar ao vice-rei que o vestiria ricamente, para que eles e os vindouros viessem a beneficiar nos resgates. O negro ameaçado com um "punhal nos peitos" gritou por ajuda, ao que os outros acudiram atirando muitas pedras de que alguns dos nossos ficaram feridos.

João de Barros[10], na sua Década II (1553), descreve uma mesma abordagem inicial pacífica, baseada na permuta de bens entre os marinheiros, que tinham licença para vir a terra "*recrear da tristeza do mar*", e as populações

---

[8] Fernão Lopes de CASTANHEDA, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Liv. II, Cap. CXXIII, Porto, Lello & Irmão, 1979, Vol. I, p. 484.

[9] IDEM, *Ibidem*.

[10] João de BARROS, *Ásia*, Década II, Liv. III, Cap. IX.

autóctones, que logo acorreram à praia assim que viram as naus surtas. Infere-se das palavras de Barros que alguns homens abusaram desta licença e acompanharam os negros às suas aldeias, a uma légua pelo sertão, e que nessa ida alguns perderam ou lhes roubaram os punhais. Para disto se vingar, Gonçalo Homem (criado do vice-rei) trouxe "*enganosamente*" dois negros para a praia, o que conduziu à agressão que o deixou com "*os fucinhos feitos em sangue, e alguns dentes quebrados*".[11]

Noutros textos - *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, de Damião de Góis (Parte II, 1566); *Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, de D. Jerónimo Osório (1571); *Ásia Portuguesa* (Tomo I-1666, Tomo II-1674), de Manuel de Faria e Sousa - a narrativa destes episódios sofre algumas variações, o que é próprio de relatos indirectos, redigidos muito posteriormente aos acontecimentos e baseados em fontes informativas também diversas.

O relato de Gaspar Correia[12] dá-nos pormenores sobre a estadia na aguada de Saldanha que mais nenhum cronista refere. Este cavaleiro, morador da Casa de D. João III, terá viajado para o Oriente em 1512, onde passou a maior parte da sua vida e morreu em 1563. Como escrivão particular de Afonso de Albuquerque e pela sua anterioridade relativamente a Barros e a Castanheda,[13] o seu relato merece atenção. Refere o cronista que a estadia de D. Francisco de Almeida na aguada de Saldanha, para recolha de água e lenha, terá durado dez dias. Explica esta demora porque a fonte era distante e os marinheiros traziam a água em barris, enchendo depois as pipas nos batéis. O caminho "*era per antre huns matos, dentro do qual auia pouoações de Cafres, que tem criações de cabras e vaccas, pera sua mantença de seu leite e manteiga*".[14] O autor procura sondar o "outro" e interpretar as suas expectativas e receios. Neste sentido, refere que os habitantes daquela baía, ao verem três naus e tanta gente, temeram que os estranhos se apoderassem da aguada, o que os levaria a perder os seus gados. Por isso, andavam pelos matos escondidos enquanto os portugueses acarretavam água. Vindo ao resgate com os nossos houve alguns marinheiros que quiseram tomar uma vaca sem pagar o preço pedido, facto que teria originado uma escaramuça a que, de um lado e outro acudiram com as armas que cada um tinha, de que resultaram muitos feridos de ambas as partes.

Se os relatos não são coincidentes quanto ao acontecimento que desencadeou o conflito inicial, parecem ser unânimes em reconhecer a responsabilidade dos portugueses, tanto no desencadear da escaramuça, como no poste-

---

[11] IDEM, *Ibidem*, p. 335.

[12] Gaspar CORREIA, *Lendas da Índia*, Vol. I, Porto, Lello & Irmão, 1975; 1.ª edição apenas em 1858-1866, pela Academia Real das Ciências.

[13] Joaquim Veríssimo SERRÃO, *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica* Vol., Lisboa, Editorial Verbo, 1972, p. 237.

[14] Gaspar CORREIA, *op. cit.*, p. 992.

rior agravamento da interacção entre portugueses e esta comunidade khoi.

Segundo Castanheda, ao chegarem feridos e ensanguentados diante do vice-rei, os homens contaram a história de modo que não assumiram ser eles a "*causa de se levantarem os negros*". Gaspar Correia vai mais longe, emitindo mesmo um juízo sobre a condição portuguesa em que os homens sempre querem tomar o alheio às "*pobres gentes da terra*".[15]

Damião de Góis, Jerónimo Osório, Faria e Sousa reforçam a ideia de que terá sido forjada uma versão para que os culpados ficassem ilibados e o vice-rei fosse incitado a organizar uma expedição punitiva à aldeia. Faria e Sousa não poupa críticas àqueles que se pronunciaram a favor do ataque: "*imprudentíssimos cavaleiros, que com aquêle facto se deram por feridos no que êles chamam quási divindade, para tirar satisfações persuadiram o Vice-Rei (não se meteram nisto, se bem que o acompanharam, Lourenço de Brito, Jorge de Melo e Martim Coelho) a que para esta acção saísse a terra, em vez de o persuadirem a que castigasse o seu criado por ir ofender gente cuja terra se ia procurar para refrêsco. Esta seria a política.*"[16]

As posições dividiram-se mas vence o partido daqueles que queriam dar uma lição aos negros e o vice-rei acede empreender aquela que seria uma fatídica expedição punitiva numa aldeia khoi. Cento e cinquenta homens deixaram a praia já depois da uma hora da manhã para que o ataque-surpresa ocorresse de madrugada. Pelo caminho apoderaram-se de algum gado grosso. Pero Barreto e Jorge Barreto entraram cada um com sua gente por duas diferentes partes da aldeia, ao que os africanos de imediato responderam com as suas armas. Dizem os relatos que a primeira vítima do lado dos portugueses foi Fernão Pereira, que estava dentro de uma cabana e que terá sido atingido por um dos seus companheiros que, ouvindo ruído no interior da habitação, julgou ser um cafre e o atravessou com uma lança.

Estavam em confronto dois grupos de grande contraste: de um lado, os khoi, homens nus, de pequena estatura, de coloração acastanhada, a cor "baça" dos primeiros registos; de outro lado, os portugueses, homens pálidos de barbas negras, ricamente vestidos. Os primeiros, conhecendo o terreno em que se moviam e usando como armas surrões de couro cheios de pedras, molhos de "curtos aremessões" e lanças de pau tostado; os segundos, estranhos aos "ásperos" caminhos do sertão, levavam consigo apenas lanças e espadas. Estavam tão auto-confiantes da sua missão que não se fizeram acompanhar de armas de fogo. Quando se apercebem da desvantagem, e numa tentativa de intimidação do inimigo, agarram algumas crianças, o que causou

[15] Gaspar CORREIA, *op. cit.*, p. 992

[16] Manuel de Faria e SOUSA, *op. cit.*, p. 277.

ainda maior fúria entre os africanos que se lançavam no combate como "*gente que se vinha offerecer á morte por salvar os filhos*".[17] É então que, por certos assobios e sinais dirigidos ao gado, os animais foram utilizados pelos africanos na sua estratégia de guerra. Os portugueses desbarataram rumo à praia, sempre seguidos dos adversários e suas manadas de gado que os pisavam, ferindo e matando muitos. Na praia, já o cansaço lhes tolhia os passos e o desalento lhes tomava o espírito. Por coincidência fatídica, os batéis tinham sido levados para mais longe porque os mares haviam mudado e, numa atitude de desespero, alguns homens entravam pelo mar tingindo-o de sangue. Neste quadro dramático, o vice-rei é atingido por uma lança de pau tostado que lhe atravessa a garganta e lhe retira a vida. Humilhação final - os africanos despiram o vice-rei e levaram como troféu as suas peça de vestuário de veludo carmesim. Os corpos ficaram espalhados por aquela praia dos confins da África e só quando pareceu seguro, os sobreviventes regressaram para recolher os feridos e dar sepultura aos mortos. Ali teriam ficado os restos mortais do vice-rei, em terra estranha, não cristã, no próprio espaço que simbolizava a abertura do vasto Oriente, mas que, de acordo com tradições longínquas, simbolizava tantas outras coisas.

3. Elementos para a construção de uma "lenda negra" da *Cafraria*

O historiador francês François Xavier Fauvelle-Aymar, na sua obra *L'Invention du Hottentot*, considera que os acontecimentos de 1510 não fizeram mais do que reforçar sentimentos de desconfiança e hostilidade relativamente aos habitantes da África meridional.[18] Esses sentimentos, que brotavam da experiência dos primeiros contactos, encontravam agora argumentos sólidos e favoráveis a uma hiperbolização. Os primeiros relatos impressos distam quatro décadas dos acontecimentos e constituem, em si mesmos, versões ou construções feitas a partir de outras versões escritas e orais. Quanto mais distante no tempo, mais vulnerável à invenção se tornava o registo escrito.

O mencionado autor faz uma incursão verosímil pelo que terão sido alguns dos momentos marcantes no trabalho da memória, que envolveu diferentes temporalidades e esferas sociais: o silêncio dos sobreviventes entrando nos navios; as penosas evocações do combate; o momento de contar os mortos; a elaboração colectiva e tácita de uma versão aceitável a bordo dos navios que regressavam ao reino; as histórias que se contavam nos portos e nas tabernas,

---

[17] João de BARROS, *op. cit.*, p. 339.

[18] François Xavier FAUVELLE-AYMAR, *L'Invention du Hottentot. Histoire du regard occidental sur les Khoisan (Xve-XIXe siècle)*, Paris, Publications de la Sorbonne, 2002, p. 37.

espaços onde se alimentavam os rumores públicos; os juízos e comentários que se faziam na corte; as explicações pretendendo ocultar as responsabilidades e as cobardias; as versões dos sobreviventes que não assistiram à cena.[19] Estes e tantos outros momentos possíveis terão contribuído para que se desenhasse uma versão dominante sobre os acontecimentos de 1510 na Baía de Saldanha.

3.1. Textos da História

- *Texto administrativo*

O primeiro documento fazendo menção à morte do vice-rei na Baía de Saldanha data de 2 de Março de 1510, o dia imediato à tragédia. Trata-se de uma acta redigida pelo escrivão da nau *Belém*, António Martins, que formaliza a nomeação de capitão para a nau *Garça*, cargo para o qual teria sido escolhido Jorge Barreto. A referência à morte do vice-rei resume-se ao seguinte: "*Aos ij dyas do mes de março de 1510, nagoada d Amtonio de san* (sic) *saldanha, foy morto Dom Framçysquo d Almeida vyso Rej das Jmdeas* (...)".[20]

Este documento administrativo terá sido escrito após os sobreviventes do massacre regressarem à praia a recolher os feridos e sepulturar os mortos. Mesmo assim, não se encontra no texto qualquer traço de consternação.

No que se refere à escolha de capitão para a nau do vice-rei, o documento regista que Jorge de Mello (capitão da nau *Belém*) ordenou, a pedido de Diogo de Unhos, que tal escolha recaísse em Jorge Barreto, o que teria gerado consenso entre fidalgos e criados d'El Rei. O que é ocultado é o desentendimento entre Jorge de Mello e Jorge Barreto sobre quem deveria ficar por capitão-mor, facto este que viria a ser mencionado por Castanheda[21], cuja Parte II da sua História da Índia saía impressa em 1552. Estamos perante um pequeno exemplo daquilo que foi trabalhado pela memória durante quatro décadas, pelo que é importante considerar a dimensão da oralidade na transmissão destas informações e na construção das versões dos acontecimentos.

- *Roteiro*

O "Roteiro das Costas Sul e Oriental da África", de data posterior a 1535 [22], para além de todas as informações úteis aos pilotos - derrotas, conhe-

---

[19] IDEM, *Ibidem*, p. 38.

[20] *Portugaliae Monumenta Africana*, Vol. 3, Lisboa, C.N.C.D.P. / Imprensa Nacional-Casa da Moeda 1995, doc. 6, p. 21.

[21] Fernão Lopes de CASTANHEDA, *op. cit.*, p. 489.

[22] "Roteiro das Costas Sul e Oriental da África", [post. 1535], in *Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central. 1497-1840*, Vol. VI (1519-1537), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1969, pp. 440-457.

cenças, latitudes, ventos e correntes dominantes, peixes e aves que assinalam determinadas partes da costa ... - integra um aviso acerca das populações da Aguada de Saldanha. "*Item, se nesta Aguoada (sic) desembarcardes ver lhes huma gramde aberta com humas serras muy altas d'ambollas partes e esta em altura de 34 graos larguos e he huma grande ribeira que vem ao mar e se a ella fordes não vos comfies dos negros porque nella matarão o viso rei Dom Framcisquo muita jemte. E asy ferirão a Diogo Botelho 3 ou 4 omens e lhe tomarão allgumas pipas por yrem acucadas de ferro por elle achareis muitas carnes resgatamdo as com hos negros de sorte que estareis sempre a recado porque doutra maneira não vos deixarão de cometer treição senão quando não podem*".[23]

Este aviso num roteiro, cerca de quinze anos depois dos acontecimentos da Baía de Saldanha, alertava aqueles que governavam as naus para uma atitude de cautela relativamente à utilização desta aguada, habitada por negros traiçoeiros. Se os dados técnicos do roteiro se destinavam a ser lidos e interpretados pelos pilotos e sota-pilotos, esta informação teria, certamente, um alcançe mais vasto em termos da tripulação dos navios. Não será difícil imaginar de que modo este dado roteirístico terá reforçado os medos, as fantasias e mesmo os mitos que acompanhavam os homens do mar, as expectativas e ilusões que terá suscitado, bem como as divagaçõess fabulosas sobre aquele espaço intermédio onde confluiam o Atlântico e o Índico, onde terminava a África e começava o Oriente, onde se avistava uma misteriosa montanha, a Mesa do Cabo, terra de frescas águas e abundância de carnes, mas que era um espaço habitado por uma estranha humanidade, selvagem e perigosa.

- Obras da Historiografia Quinhentista

Os primeiros textos impressos em Portugal relatando o sucedido datam de meados do século XVI. Em 1552 e 1553 saíam impressas as versões de Castanheda e Barros respectivamente. Em 1566 saía dos prelos a Parte II da *Crónica de D. Manuel*, de Damião de Góis. Entretanto, o cardeal D. Henrique ordenava a D. Jerónimo Osório que trabalhasse uma versão latina da crónica de Góis. Escrita no mais puro latim ciceroniano, o *De rebus Emmanuelis gestis Lusitaniae* é publicado em 1571 e estaria destinado a uma leitura universal no contexto da intelectualidade europeia.

Estes relatos são versões onde confluem registos de factos reais que, nos casos de Barros e Castanheda, poderão provir de testemunhos de sobreviventes. Mas estas versões são também o receptáculo de juízos de valor e preconceitos, tantas vezes atravessados por figuras de referência com raízes

[23] IDEM, *Ibidem*, p. 456.

profundas no tempo. Os seus discursos concebem a narrativa do confronto em termos de *nós* e os *outros*, reforçando os princípios complementares de *identidade* e *alteridade*, com fortes implicações e projecções, tanto em termos antropológicos como geográficos.

Ainda que todas as obras reconheçam a responsabilidade dos portugueses no desencadear do conflito com os khoi da Baía de Saldanha, Barros coloca a questão de forma a comprometer ao mínimo a honra e virtude dos mais nobres. Teriam sido os homens comuns que primeiro ofenderam os negros e incitaram o vice-rei e restantes fidalgos a empreender a expedição punitiva. Ficou expressa a falta de vontade do vice-rei que, arrastado para esta aventura se lamentava: "*Onde levam sessenta annos?*" [24]

Em Barros, os negros são inicialmente movidos por um sentimento de justiça, pois que se vinham "*offerecer á morte por salvar os filhos*".[25] Porém, a malignidade colectiva dos africanos está patente em cada etapa do texto, nomeadamente no combate iníquo e desigual onde fazem intervir os animais. Estratégia estranha perante os códigos de guerra que os portugueses tinham como referência: "(...) *deram no corpo de nossa gente, tomando por industria cariar o seu gado. O qual como tem acostumado para aquelle mister da peleja, começaram de lhe assoviar, e fazer outras noticias per que o mandavam de maneira, que mettidos entre elle como em esquadrão de seu amparo, dalli era tanto o páo tostado sobre os nossos, que começáram logo de cair alguns feridos, e trilhados do gado*".[26] Neste combate considerado desleal actuavam "*tão leves, e soltos, que pareciam aves, ou, (por melhor dizer) algozes do demónio*".[27] A responsabilidade inicial dos portugueses no desencadear do conflito é como que anulada por argumentos que permitem integrar o habitante destas terras longínquas no estereótipo da selvajaria e da barbárie.

Só através de uma associação ao Demónio era possível entender a selvajaria que impunha tão cruel fim a homens que no Oriente haviam militado "*por seu Deos, e por seu Rey*".[28] A bestialidade e a bruteza culminavam com a atrocidade de esmagar as cabeças das vítimas com pedras. Abria-se uma fissura na natureza humana destas criaturas, estabelecia-se uma aproximação dos animais, integravam-se estes seres numa concepção do mundo que parte do centro, onde domina a normalidade, para as periferias, espaços por excelência dos povos fabulosos.[29]

---

[24] João de BARROS, *op. cit.*, p. 336.
[25] IDEM, *Ibidem*, p. 339.
[26] IDEM, *Ibidem*, p. 339-340.
[27] IDEM, *Ibidem*, p. 340.
[28] IDEM, *Ibidem*, p. 342.
[29] Lucian BOIA, *Pour une Histoire de L'Imaginaire*, Paris, Les Belles Lettres, 1998, p. 118.

À selvajaria dos homens juntava-se a barbaridade do espaço que teria determinado a derrota dos portugueses e a morte do vice-rei neste recontro: "*sómente hum pequeno caminho, e huma pouca de arêa assi os decepou em fraqueza, que com verdade se pode dizer que estas duas causas serem a principal causa de sua morte*".[30] Aquela e outras praias da África austral haviam sido espaço de refresco para as armadas, espaços de encontro, de trocas simbólicas, de resgates. As suas areias simbolizavam ao mesmo tempo horizonte e fronteira, um "limes" entre o familiar e o estranho. A praia, essa linha de areia, convertia-se agora num espaço de conflito, num "triste desterro", sepultura distante. Estava criado o estigma das "brutas areias da Cafraria" subjacente à literatura de naufrágios que, a partir da segunda metade do século XVI, fabricava os cenários de uma terra estéril, selvagem, perigosa, habitada por bárbaras nações.

Em Castanheda, os khoi são "homens tão bestiais" que se lançam sem receio "*às pedradas e azagayadas*", falam ao gado e pelejam "*muy brauamente*"[31] fazendo "*muytos biocos & geitos medonhos*".[32]

Góis retoma o esterótipo da barbárie: "*homens tam barbaros*"; "*gente tam barbara & desarmada*". Na *Crónica de D. Manuel*, os habitantes desta África distante ora são designados de "*negros*", ora de "*cafres*". O primeiro conceito salienta a coloração da pele como traço físico marginalizador, que associa esta humanidade africana à maldita descendência de Cam. O segundo conceito deriva do árabe "kaffir", ou seja infiel, renegado. O termo terá entrado em circulação na língua portuguesa por contacto com os mercadores muçulmanos de Sofala, segundo os quais os territórios para sul do Cabo das Correntes eram habitados por gente ignorante e sem fé. Era, afinal, uma humanidade esquecida, nunca alcançada por qualquer Lei Divina e, por isso, marginalizada espiritual e culturalmente.

O discurso de D. Jerónimo Osório é, em si mesmo, um percurso ascendente na construção de uma escala da bestialidade/malignidade/selvajaria. No início, os africanos revelavam ser "*bondosos*" e dotados de "*rara singeleza e humanidade*", passam depois a "*índios boçais*" e "*brutos*" e, num crescendo, tornam-se "*um povo tão parecido às feras nos costumes e meneio da vida*".[33] Os seus traços físicos são salientados: "*homens negros de côr, cabelo retorcido e queimado, como os mais da Etiópia, mui feios de semblante, que ainda fazem mais horrendo com esgares medonhíssimos, por parecerem na guerra*

---

[30] João de BARROS, *op. cit.*, p. 342.

[31] Fernão Lopes de CASTANHEDA, *op. cit.*, p. 486.

[32] IDEM, *Ibidem*, p. 487.

[33] Jerónimo OSÓRIO, *Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, Vol. I, Porto, Livraria Civilização, 1944.

mais ferozes. Para nos meterem mêdo vinham desengonçando ferinamente todas as feições, horrorizando gestos, desentoando gritas".[34] Culmina com uma reflexão que exprime um elaborado conceito civilizacional, aqui mobilizado através de um inventário de diferenças em que o africano é radicalmente desvalorizado: selvagens desarmados, nus, sem costumes nem polícia de cidade, sem armas trabalhadas, sem disciplina nem instinto de glória, mas ferozes "*como as brutas feras carniceiras*".[35]

Aquando da primeira edição do *De rebus Emmanuelis* passavam sessenta e um anos sobre o massacre. Ora, com o passar do tempo perdia-se a materialidade histórica dos acontecimentos, o que os tornava mais maleáveis à memória. O retrato dos khoi compõe-se no sentido de uma fealdade exacerbada através da descrição de gestos horríveis; dá-se um enegrecimento da pele, pois a sua negritude é equiparada à dos outros povos da Etiópia; associa-se a imagem do africano às representações dos demónios que povoavam o imaginário de então.

Os textos impressos têm um papel fundamental na expansão e divulgação destes conceitos sobre o "outro". Porém, apesar das mutações decorrentes da implementação da tipografia, o livro impresso em Portugal continua a ser um objecto restrito nos séculos XVI e XVII, não só pelo seu elevado custo, mas também porque a alfabetização é um processo lento e a leitura não é uma aquisição de todos. Ana Isabel Buescu, num estudo sobre a cultura impressa e manuscrita na Época Moderna, menciona a importância das práticas de leitura em voz alta, herdadas de séculos anteriores, que divulgavam "a cultura escrita junto de grupos sem convívio directo com o livro, de que os iletrados fazem também parte".[36] Relatos de episódios, como o da trágica morte do vice-rei terão chegado por esta via à camadas populares cuja cultura oral encontrava expressão em contos, provérbios, lendas e esconjuros.[37] Acrescente-se ainda que, nestes tempos da Época Moderna, presistia uma cultura manuscrita que complementava a divulgação dos saberes e era responsável por copiar e reciclar textos, imagens e estereótipos.

3.2. Passagem da História ao Mito

A passagem da História para o Mito é-nos dada a entender por Camões que, no Canto V da epopeia, consagra 39% das suas estrofes às escalas que os navios de Gama efectuaram na extremidade africana: Baía de Santa Helena e

---

[35] IDEM, *Ibidem*.

[36] Ana Isabel BUESCU, "Cultura Impressa e Cultura Manuscrita em Portugal na Época Moderna: uma sondagem", in *Penélope*, N.º 21, 1999, p. 18.

[37] IDEM, *Ibidem*, p. 15.

Baía de S. Brás. O primeiro habitante encontrado (recolector de mel) nestas "*partes tão remotas*" é descrito como sendo de "*pele preta*", "*Selvagem mais que o bruto Polifemo*" [38]. No episódio de Fernão Veloso, em que a sua vida é ameaçada por um "bando" de indígenas, estes são descritos como gente de "*malícia feia e rudo intento / bestial, bruta e malvada*".[39] O espaço destes encontros é o da praia-limite-fronteira, com raras incursões no habitat do indígena, o "mato" que ficava para lá dos "ásperos outeiros".

Camões fixa, no registo épico, os contornos de uma humanidade selvagem, negra como a "*escura treva*", nua, feia e monstruosa, uma monstruosidade capaz de aludir à figura mitológica do ciclope vencido por Ulisses. Estão presentes os ecos de um imaginário longínquo – elementos clássicos da epopeia homérica, mas não só; Heródoto, "o pai da História", acreditava que nos territórios africanos para sul do Sahara, nessa Etiópia distante, viviam homens "com cabeças de cão e sem cabeça, cujos olhos ficavam no peito" e não falavam nenhuma língua humana[40]; Plínio, o Velho, na sua *Historia Naturalis* localizava as "raças humanas monstruosas" do mundo algures na Etiópia, onde o calor excessivo era responsável pela disformidade das criaturas.[41] As próprias concepções geográficas sobre a África modelavam as formações do imaginário. Por um lado, a geografia macrobiana concebia a Terra dividida em cinco zonas (tórrida, temperada do norte e do sul, glaciais ártica e antártica) onde só as temperadas permitiam a presença humana, pois a sua sobrevivência não era possível, nem na zona tórrida, nem nas zonas geladas. Duarte Pacheco Pereira rebatera estas ideias com a fundamentação da experiência. Porém, algo desta geografia ter-se-ia enraizado nas percepções do universo e do mundo: se para além da zona tórrida as terras eram habitadas, só poderiam sê-lo por criaturas disformes. Por outro lado, Ptolomeu havia representado superficialmente algumas zonas do nosso planeta e ignorando por completo a África a sul do Equador. Tais concepções deixavam campo aberto à fauna, à flora e à "geografia de imaginação" / "geografia de anomalias", e portanto, a representação dos espaços relativos à África meridional abriam-se à lenda e à projecção persistente dos mitos fantásticos.[42]

Na orla do mundo, no degredo dos rochedos da "Africa extremitas", onde pesavam todos estes referenciais, a figura mitológica do Adamastor estava destinada a transfigurar as imagens e os conceitos desde há muito associados ao elemento humano. A sua natureza titânica é inspirada na mitologia

---

[38] Luís de CAMÕES, *Os Lusíadas*, Canto V: 28.

[39] IDEM, *Ibidem*, Canto V: 34.

[40] Jill DIAS, *África nas Vésperas do Mundo Moderno*, Lisboa, C.N.C.D.P., 1992, p. 18.

[41] IDEM, *Ibidem*.

[42] Luís de ALBUQUERQUE, "Realidades e mitos de Geografia Medieval", in Estudos de História, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1977, Vol. V, pp. 30-31.

grega e o nome é tirado de Rabelais, especificamente da genealogia do gigante Pantagruel em *Gargântua e Pantagruel*, publicado 40 anos antes d'*Os Lusíadas*.[43] Através deste empréstimo, Camões introduz na epopeia um elemento capaz de suscitar a livre imaginação e de converter a viagem para a Índia numa viagem pela mente. O registo dos adjectivos permite criar uma significativa imagem de monstruosidade: "*figura robusta e válida, de disforme e grandíssima estatura*", "*rosto carregado*", "*barba esquálida*", "*crespos os cabelos*", de "*boca negra*", "*dentes amarelos*", fala num tom "*horrendo e grosso*".[44] Há uma associação implícita a um complexo substracto discursivo que transmuta a fealdade dos pequenos habitantes da África austral na imagem de um gigante disforme e terrível. O Adamastor evoca aversão e receio, o receio do "outro". As suas características negróides são inequívocas e é interessante notar que, apesar da boca negra e dos crespos cabelos, o corpo é descrito como sendo de "cor terrena e pálida", palavras que parecem captar a coloração clara dos Khoikhoi, descritos como "baços" em Álvaro Velho; nos meandros do mito e da fabulação eis os laivos de uma "imitação empírica da visibilidade" [45].

A morte do vice-rei é encarada n'*Os Lusíadas* como manifestação da Providência que governa o mundo. É o sacrifício necessário no acesso ao Oriente, em que a figura de Adamastor simboliza os grandes obstáculos a transpor. No encontro de Gama com o Adamastor este profetizava "*naufrágios, perdições de toda a sorte. / Que o menor mal de todos seja a morte!*".[46] Entre as desgraças que vaticina estava a do vice-rei D. Francisco de Almeida de quem Adamastor seria "*eterna e nova sepultura*".[47] Toda esta construção épica permite reforçar a imagem dos habitantes da Baía de Saldanha como criaturas manipuladas por Adamastor, esse espírito guardião do Cabo, profeta da tragédia, em tanto semelhante a uma representação do demónio, fazendo sentido no contexto de uma leitura binária do Bem e do Mal e perfeitamente enquarável numa concepção determinista do mundo, como era a dos séculos XVI e XVII.

Estamos perante um paradigma que se constrói nos textos: nos textos práticos (roteiro), nos relatos dos historiadores, nas estrofes da epopeia camoniana que transfigura o "outro" no símbolo grotesco e terrível do Adamastor.

---

[43] Ivan VLADISLAVIC, *T'Kama Adamastor: Inventions of Africa in a South African Painting*, Johannesburg, University of the Witwatersrand, 2000, p. 42.

[44] Luís de CAMÕES, *op. cit.*, Canto V: 39-40.

[45] Luís Filipe BARRETO, *Descobrimentos e Renascimento. Formas de Ser e Pensar nos séculos XV e XVI*, (...), p. 129.

[46] Luís de CAMÕES, *op. cit*, Canto V: 44.

[47] IDEM, *Ibidem*, Canto V: 45

3.3. Generalização do paradigma

Os historiadores Barros, Castanheda, Góis e Osório, bem como as colecções de viagens *Paesi novamente retrovati*, de Montalbodo, e as *Navigationi e Viaggi*, de Ramusio, são as principais fontes de informações geográfáficas e antropológicas sobre a África na Europa durante o séc. XVI e a primeira metade do século XVII. Só com a instalação dos holandeses no Cabo em 1652 começaram a surgir novas publicações que versam sobre as populações do Cabo e os seus costumes. Exceptuam-se no século XVI: - a obra do alemão Balthasar Springer que, como agente das casas Welser, Fugger, Hochstetter e Imhoff[48], viajou na armada de D. Francisco de Almeida, em 1505; - duas obras holandesas publicadas em 1598, nas quais se incluem descrições das populações Khoikhoi.

Springer, regressado a Augsburgo em 1507, faz imprimir o relato da sua viagem no qual descreve os habitantes do Cabo da Boa Esperança como gente quase nua, que usava peles de animais penduradas às costas e a cobrir as vergonhas, tanto homens como mulheres calçavam grandes sandálias, untavam-se com gordura e tinham uma linguagem estranha.[49] O seu relato de viagem foi impresso em várias línguas (alemão, latim, flamengo e inglês) e fez-se acompanhar das primeiras gravuras do Renascimento mostrando africanos.

O holandês Connelis de Houtman (que publica em Middelsburg o *Journal du Voyage de l'Inde Oriental*), de forma similar descreve um povo disforme e feio, que compara aos galos da Guiné quando falam. São gente nua, selvagem e provavelmente comedores de carne humana, pois ingerem tudo cru, incluindo tripas dos animais, sem lavar ou limpar, como os cães.[50]

Willem Lodewycksz (na obra *Navigation ... Indes Orientales*, publicada em Amsterdão), salienta que estas gentes se untam com gorduras e banhas e que falam de forma brutal.[51]

A analogia com os galos da Guiné reforça a ideia de criaturas mais próximas dos animais que dos seres humanos. A alusão à linguagem que ninguém entende encontra coerência no âmbito dos mitos bíblicos dos sobreviventes da Torre de Babel e da maldição de Noé aos descendestes de Cam, obrigados a povoar as regiões mais inóspitas do planeta – a Etiópia – onde, condenados ao isolamento, haviam perdido os dons humanos da comunicabilidade. Os

---

[48] Marília dos Santos LOPES, "Portugal: uma fonte de novos dados. A recepção dos conhecimentos portugueses sobre a África nos discursos alemães dos séculos XVI e XVII", in *Mare Liberum*, N.º 1, 1990, p. 227.

[49] IDEM, *Da Descoberta ao Saber. Os Conhecimentos sobre a África na Europa dos Séculos XVI e XVII*, Viseu, Passagem Editores, 2002, pp. 104-105.

[50] W.G.L. RANDLES, *L'Image du Sud-Est Africain dans la Littérature Européenne au XVIe Siècle*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1959, p. 148-149.

[51] IDEM, *Ibidem*, p. 149.

Khoikhoi, essa espécie de humanidade desterrada, untavam-se com gorduras de animais para se protegerem das picadas de insectos, traço cultural que teria suscitado nos discursos europeus o estereótipo da sujidade e imundície.

A vasta produção discursiva da Era em que se esquadrinhou o globo terrestre funcionou como um "banco de dados" [52] que disponibilizou ao mundo europeu um novo saber. A importância da transmissão dos novos conhecimentos parece ser válida, tanto para o saber técnico e prático, atento aos dados da experiência, como para as imagens, os juízos e os paradigmas relativos ao "outro" civilizacional.

As notícias de terras e povos exóticos viajavam então num eixo mercantil e financeiro entre Lisboa e a zona da Flandres. Destacava-se, na primeira metade do século XVI, a cidade de Antuérpia, que se ligava a Lovaina, centro universitário e de impressão. Esta zona europeia próspera, culta e cosmopolita interage numa rede mais vasta de centros de divulgação do conhecimento erudito e das notícias do mundo, onde universidades e centros de impressão tipográfica são pólos de atracção para intelectuais e artistas. Cidades como Heidelberg, Colónia, Nuremberga, Basileia, Paris, Veneza, Bolonha, Florença e Roma eram pontos de encontro de viajantes e mercadores de toda a Europa, circulando aí "as mais diversas moedas mas também ideias e modas" [53]. Ora, os textos impressos com as novidades do mundo circulavam nesta rede que participava de um eixo central da Europa do Renascimento. Os textos que contemplavam a África alteravam o desenho ptolomaico[54], narravam a surpresa da descoberta e do encontro, a variedade de reinos, cidades, povos e costumes, mas veiculavam também mitos e preconceitos, porque a descoberta passava sempre pelo crivo dos *a priori*.[55]

Neste contexto há obras que conhecem uma verdadeira expansão europeia, é o caso da *História do Descobrimento e Conquista da Índia*, de Castanheda cujos três primeiros livros saíram em Portugal entre 1551 e 1552. Em 1553 era editada em Paris uma tradução feita pelo humanista Nicolau de Grouchy; em 1554 saía em Anvers outra edição francesa e uma versão castelhana;[56] data de 1565 a edição alemã, traduzida a partir do

---

[52] Luís Filipe BARRETO, *Os Descobrimentos e a Ordem do Saber. Uma análise sociocultural*, 2.ª ed., Lisboa, Gradiva, 1989, p. 15.

[53] IDEM, *Damião de Goes. Os caminhos de um Humanista*, (...), p. 34.

[54] António Borges COELHO, "A África na Ásia de João de Barros", *O Tempo e os Homens. Questionar a História III*, Lisboa, Caminho, 1996, p. 203.

[55] Alfredo MARGARIDO, "La Vision de l'Autre (africain et indien d'Amérique) dans la Renaissance Portugaise", in *L'Humanisme Portugais et l'Europe. Actes du XXIe Colloque International d'Études Humanistes*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais, 1984, p. 508.

[56] António José SARAIVA, "Fernão Lopes de Castanheda", in *Dicionário de História de Portugal*, (dir. por Joel SERRÃO), Vol. I, Porto, Livraria Figueirinhas, s. d., p. 520.

francês;[57] a tradução para italiano era impressa em Veneza, em 1578, e a versão em língua inglesa saía em Londres, no ano de1582. Este e outros textos impressos, enquanto fontes informativas primordiais para a Europa, terão contribuído para moldar as atitudes europeias relativamente à África. Na opinião de Randles "d'une part, ce sont eux qui ont donné le ton des jugements potérieurs sur les noirs, d'autre part ce fut, pendent presque un siècle, la principale source de reseignements sur cette région, pour toute l'Europe."[58]

Ao reflectirmos sobre a generalização do paradigma que reservava para as populações Khoikhoi tudo o que o espírito europeu postulava como bestial, selvagem e marginal, não poderíamos deixar de considerar as representações iconográficas, com relevo para as xilogravuras que acompanharam algumas

É no norte da Europa que a arte da xilogravura encontra mais extraordinária expressão, traduzindo para signos visíveis o que a textualidade relatava extensivamente.

A representação destas populações requer que olhemos para algumas imagens.

As primeiras figurações mostrando os habitantes da costa meridional africana chegam-nos da Alemanha e são anteriores ao massacre da Baía de Saldanha. Em 1508 Hans Burgkmair elaborou seis placas que ilustram as diversas etapas da viagem de Balthasar Springer de 1505. A primeira placa contém uma expressão gráfica dos povos de África: num primeiro registo, os povos da Guiné; num segundo, a imagem com o título "In Allago"[59] contém elementos que permitem identificar os



Fig. 1 - "In Allago", Habitantes da Baía da Lagoa, gravura de Hans Burgkmair incluída no relato de viagem de Balthasar Springer, *Die Merfart und erfarung nüwer Schiftung...* (1508).

[57] Marília dos santos LOPES, "Portugal: uma fonte de novos dados. A recepção dos conhecimentos portugueses sobre a África nos discursos alemães dos séculos XVI e XVII", in *Mare Liberum*, N.º 1, 1990, p. 237.

[58] W.G.L. RANDLES, *op. cit.*, p. 150.

[59] Cf. Anexos, fig. 1.

[60] Cf. Anexos, fig. 2.



Fig. 2 - "In Allago", Habitantes da Baía da Lagoa, gravura de Hans Burgkmair incluída no relato de viagem de Balthasar Springer, *Die Merfart und erfarung nüwer Schiftung...*, (1508).

personagens com populações Khoi, provavelmente da Baía da Lagoa (actual *Algoa Bay*), onde o navio terá estacionado alguns dias na viagem de regresso, em 1506. A gravura representa um casal com uma criança - os adultos cobrem-se com peles de animais (provavelmente felinos e de carneiro) e usam grandes sandálias de couro, o homem segura uma vara, a mulher usa um chapéu de pele de borrego e pendentes amarelos nas orelhas (cobre?), visíveis na versão colorida desta gravura; a criança tem fitas de couro à volta do corpo.

Outra gravura de Hans Burgkmair, também intitulada "In Allago"[60], representa as figuras de pé. Nesta gravura destaca-se o aspecto "peludo" dos adultos, que lhes é conferido pelas peles que usam como escassa vestimenta, não deixando de lembrar os sátiros da demonologia medieval.[61] No entanto, as posturas dos corpos, os gestos e o cenário evocam um certo estado de inocência que caracteriza as representações de Adão e Eva em Dürer. Ao tempo destas primeiras gravuras impressas não havia convenções seculares para a representação iconográfica dos habitantes de terras estranhas nos relatos de viagens. O protótipo para a nudez nativa era encontrado nas cenas de Adão e Eva no Paraíso, única temática a que se confinara a representação do nu nos tempos medievais.

A pintura indo-portuguesa contida no *Códice Português da Biblioteca Casanatense*, "Cafres do cabo da Boa Esperança", c. 1540, ao representar um casal que apenas cobre as "suas vergonhas", o homem usa arco e flecha e uma ave de aparência exótica, parece evocar ainda um certo estado de inocência destas populações meridionais.[62]

---

[60] Cf. Anexos, fig. 2.

[61] François-Xavier FAUVELLE-AYMAR, *op. cit.*, p. 59.

[62] Cf. Anexos, fig. 3

Em breve esta inspiração edénica e inocente seria preterida por uma outra visão, de contornos diabólicos, que acompanha os rumores míticos sobre estes habitantes do fim do mundo.

Em 1638, a gravura intitulada "A man and woman at the Cape of Good Hope"[63], inserida numa relação de viagens de Sir Thomas Herbert, já não representa cenários idílicos, mas antes a figura dos selvagens sem Deus, cujo estereótipo remonta aos medos judaico-cristãos.[64] Esta gravura hiperboliza a fealdade da mulher que, ao mesmo tempo que amamenta a criança às suas costas, segura o que parece ser uma tripa de animal, assumindo uma estranha pose de dança. É uma representação que alude ao canibalismo, acentua a nudez dos nativos e a conexão espacial com a praia próxima à Montanha da Mesa - a Baía de Saldanha.

As figurações do habitante do Cabo da Boa Esperança, de acordo com o mito do canibalismo, atinge o extremo com as gravuras impressas nas obras de Olfert Dapper, *Description de l'Afrique* (Amsterdão, 1686),[65] e Pierre Vander Aa, *La Galerie Agrèable du Monde* (Leiden, 1729)[66].

Aos olhos da Cristandade ocidental estas criaturas, habitantes de uma das extremidades do mundo, eram marginais à Criação divina. Comendo carne crua, transformavam-se em canibais. Não cobrindo o corpo eram integrados no estereótipo da nudez como marca de promiscuidade, a que se associava a sordícia e a fealdade extremas. Eis alguns dos estereótipos subjacentes à construção de um mito que tem como epítome a selvajaria e a barbárie dos habitantes da África austral.

4. Considerações finais

Partindo da figura do primeiro vice-rei da Índia, D. Francisco de Almeida, fizemos uma incursão por alguns aspectos daquilo que se pode considerar uma concepção mítica da África, patente nos textos e nas imagens, nos discursos e nos símbolos.

O fim deste herói na Baía de Saldanha quase fez terminar a ligação portuguesa com o Cabo da Boa Esperança, pois a sua costa seria doravante evitada pelas naus em trânsito para a Índia. É de salientar o vazio documental relativamente à costa meridional da África, comparativamente à abundante

---

[63] Cf. Anexos, fig. 4.

[64] Nicolaas VERGUNST, *Hoerikwaggo: images of Table Mountain*, Cape Town, South African National Gallery, 2000, p. 60.

[65] Cf. Anexos, fig. 5.

[66] Cf. Anexos, fig. 6.

[67] *Shades of Adamastor*

documentação para o complexo Sofala-Monomotapa-Moçambique, onde se estabeleceram redes de poder económico em conexão com o Índico. A costa meridional africana viria a ser designada na documentação por *Cafraria*, *Costa de cafres*, como se não tivesse a oferecer ao mundo mais do que terras inóspitas de perdição e tragédia, habitadas por "*selvática gente, negra e nua*".

O continente africano tinha sido, ao longo dos séculos, um dos espaços de projecção das crenças do Jardim do Éden. No sul da África localizavam-se as míticas *Montanhas da Lua* que ocultavam a nascente dos rios do Paraíso. Segundo Malvern Smith, "myth and belief explain why men act and wich facts they choose to explore".[67] Na verdade, sobre a extremidade africana recaíam mitos contraditórios que as circunstâncias históricas haviam de mobilizar e seleccionar de acordo com os sentimentos colectivos dominantes. Os acontecimentos de 1510 foram decisivos na preponderância de estereótipos que puseram em marcha uma verdadeira "lenda negra" da *Cafraria* que a História viria a mostrar ser afinal uma estrutura de longa duração, com projecções até aos nossos dias.

Os discursos fundadores desta visão negativa integravam estruturas arquetípicas que procuravam dar ao mundo coerência e inteligibilidade. De acordo com essas estruturas, construiram-se imagens sobre os "outros" enquanto entidades colectivas oponentes e mobilizaram-se leituras no seio de uma comunidade que tanto mais encontraria a sua coesão de valores, quanto maior e mais extenso fosse o inventário das diferenças entre os diversos patamares verticais da Criação divina. Textos e imagens construiram-se no âmbito de uma tradição cultural que partia de paradigmas conceptuais etnocêntricos e estes paradigmas postulavam uma dicotomia de valores entre o centro (a Cristandade ocidental) e a periferia (terras dos confins, dos povos fabulosos, pagãos, supersticiosos, demoníacos e canibais). A recepção dos textos relativos aos espaços exóticos e periféricos, com toda a complexidade de imagens que lhes estão associadas, estaria destinada a contribuir para reforçar não apenas uma identidade de valores comuns, mas também um quadro dialéctico da alteridade radical que posiciona o "outro" para além dos limites da Humanidade. Lucian Boia, reflectindo sobre as estruturas do imaginário, considera a alteridade a essência das relações interhumanas, aquela que faz com que se projecte nos outros os nossos medos, fantasmas, sonhos e projectos - «*Nous* et les *autres*: l'axe qui relie ces termes regroupe l'essentiel des rapports interhumains. L'histoire même n'est en quelque sorte qu'un discours multiforme autour des principes opposés et complementaires d'*identité* et d'*altérité*.»[68]

Entre nós permanecerão interrogações sobre qual terá sido o impacto

[67] *Shades of Adamastor*

[68] Lucian BOIA, *op. cit.*, p. 113.

que o mesmo acontecimento histórico teve no imaginário Khoi? De acordo com os seus valores, as suas crenças e os seus mitos, que narrativas, que imagens, que paradigmas terão integrado o arquivo da memória destes habitantes do Cabo?

Esta breve análise sobre os acontecimentos da Baía de Saldanha de 1510 na cronística portuguesa reforça-nos a ideia de que qualquer construção da alteridade é sempre relativa e chama-nos também a atenção para a necessidade de prescrutar as leituras que os "outros" terão feito dos portugueses.

Bibliografia

Fontes Impressas:
BARROS, João de, *Ásia*, Década II, Lisboa, Livraria Sam Carlos, 1973.

CAMÕES, Luís de Camões, *Os Lusíadas*, 4.ª ed., Lisboa, Instituto Camões – Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2000.

CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Vol. I, Porto, Lello & Irmão, 1979.

CORREIA, Gaspar, *Lendas da Índia*, Vol. I, Porto, Lello & Irmão, 1975.

Documentos sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central. 1497-1840, Vol. VI (1519-1537), Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1969.

GÓIS, Damião de, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, Parte II, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1953.

OSÓRIO, Jerónimo, *Da Vida e Feitos de El-Rei D. Manuel*, Vol. I, Porto, Livraria Civilização, 1944.

Portugaliae Monumenta Africana, Vol. 3, Lisboa, C.N.C.D.P. / Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995.

SOUSA, Manuel de Faria e, *Ásia Portuguesa*, Vol. I, Porto, Livraria Civilização, 1945.

Estudos:
ALBUQUERQUE, Luís de, "Realidades e mitos de Geografia Medieval", in *Estudos de História*, Vol. V, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1977, pp. 25-49.

BARRETO, Luís Filipe, *Descobrimentos e Renascimento. Formas de Ser e Pensar nos séculos XV e XVI*, 2.ª ed. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

BARRETO, Luís Filipe, *Os Descobrimentos e a Ordem do Saber. Uma análise sociocultural*, 2.ª ed., Lisboa, Gradiva, 1989.
BARRETO, Luís Filipe, *Damião de Goes. Os caminhos de um Humanista*, s.l., CTT, 2002.

BOIA, Lucian, *Pour une Histoire de L'Imaginaire*, Paris, Les Belles Lettres, 1998.

BUESCU, Ana Isabel, "Cultura Impressa e Cultura Manuscrita em Portugal na Época Moderna: uma sondagem", in *Penélope*, N.º 21, 1999, pp. 11-32.

COELHO, António Borges, "A África na Ásia de João de Barros", in *O Tempo e os Homens. Questionar a História III*, Lisboa, Caminho, 1996.

DIAS, Jill, *África nas Vésperas do Mundo Moderno*, Lisboa, C.N.C.D.P., 1992.

FARINHA, António Dias, "Os Portugueses no Golfo Pérsico (1507-1538). Contribuição Documental e Crítica para a sua História", in *Mare Liberum*, N.º 3, 1991, pp. 1-159.

FAUVELLE-AYMAR, François Xavier, *L'Invention du Hottentot. Histoire du regard occidental sur les Khoisan (Xve-XIXe siècle)*, Paris, Publications de la Sorbonne, 2002.

GODINHO, Vitorino Magalhães, *Mito e Mercadoria. Utopia e Prática de Navegar*, Lisboa, Difel, 1990.

HORTA, José da Silva, "O Africano: produção textual e representações (séculos XV-XVII)", in *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens. Estudos e Biografias*, (coord. Fernando CRISTOVÃO), Coimbra, Almedina, 2002, pp. 261-301.

LOPES, Marília dos Santos, "Portugal: uma fonte de novos dados. A recepção dos conhecimentos portugueses sobre a África nos discursos alemães dos séculos XVI e XVII", in *Mare Liberum*, N.º 1, 1990, pp. 205-308.

LOPES, Marília dos Santos, *Da Descoberta ao Saber. Os Conhecimentos sobre a África na Europa dos Séculos XVI e XVII*, Viseu, Passagem Editores, 2002.

MARGARIDO, Alfredo, "La Vision de l'Autre (africain et indien d'Amérique) dans la Renaissance Portugaise", in *L'Humanisme Portugais et l'Europe. Actes du XXIe Colloque International d'Études Humanistes*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian – Centre Culturel Portugais, 1984, pp. 507-555.

RANDLES, W.G.L., *L'Image du Sud-Est Africain dans la Littérature Européenne au XVIe Siècle*, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1959.

SARAIVA, António José, "Fernão Lopes de Castanheda", in *Dicionário de História de Portugal*, (dir. por Joel SERRÃO), Vol. I, Porto, Livraria Figueirinhas, s. d., p. 520.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *A Historiografia Portuguesa. Doutrina e Crítica*, Vol. I, Lisboa, Editorial Verbo, 1972.

SILVA, Joaquim Candeias, *O Fundador do "Estado Português da Índia" D. Francisco de Almeida. 1457(?)-1510*, Lisboa, C.N.C.D.P. / Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996.

VERGUNST, Nicolaas, *Hoerikwaggo: images of Table Mountain*, Cape Town, South African National Gallery, 2000.

VLADISLAVIC, Ivan, *T'Kama Adamastor: Inventions of Africa in a South African Painting*, Johannesburg, University of the Witwatersrand, 2000.

SUB-TEMA II

O ESTADO MODERNO E A SUA PROJECÇÃO NO ÍNDICO

"O Imperfeito Dom Francisco Garcia"
Dr. Rui Miguel da Costa Pinto

"Memórias Setecentistas D. Francisco de Almeida"
Dr. Filipe L. R. do Carmo Francisco

"Progresso Cientifico. A ideia de Portugal e a Europa Multisecular na obra de Fernando Oliveira"
Prof. Doutor José Eduardo Franco

"O percurso militar de Duarte de Lemos, um dos fundadores do *Estado da Índia*"
Doutor Vítor L. Gaspar Rodrigues

"As comunicações navais no tempo de D. Francisco de Almeida"
Eng. José Luís Pereira Gonçalves

"Em Busca do «herói». D. Francisco de Almeida e seu filho D. Lourenço nas crónicas Quinhentistas da Expansão"
Prof. Doutora Ana Paula Avelar

"O investimento financeiro na esquadra do primeiro vice-rei da Índia"
2TEN Dr. Carlos M. Baptista Valentim

"A Nau Nova" (Sem texto)
Manuel A. da Silva Carrelhas

O Imperfeito Dom Francisco de Garcia

Dr. Rui Miguel da Costa Pinto

Preâmbulo

Em 1958 é dada à estampa a Obra *O homem das trinta e duas perfeições e outras histórias*. Trata-se de escritos da literatura indiana traduzidos pelo jesuíta Dom Francisco Garcia (em português e latim) na primeira metade do século XVII[1], publicados e anotados por José Wicki .

Francisco Garcia foi o primeiro europeu que transcreveu directamente dos idiomas indianos algumas narrativas e fábulas que o mundo ocidental só viria a conhecer cento e cinquenta anos ou mais após a sua morte.

Entendemos publicar, na íntegra, uma carta não datada ou assinada (ainda que saibamos a sua proveniência) existente na Biblioteca Nacional da Ajuda, redigida por um tabelião, emendada pela mão do próprio e intitulada pelo Jesuíta Jacinto de Magistris[2] por"Carta do Arcebispo pera os Inquisidores em Goa". A sua conclusão foi publicada por António Baião e José Wicki.

Aqui se refutam as acusações da Inquisição de um processo que coloca dois homens em disputa permanente, o Arcebispo e o seu Arcediago. Este último habitualmente responsável pelos Cristãos de São Tomé, havia tido um papel preponderante no Malabar, contrariando sempre o esforço produzido pelos Jesuítas de os colocarem sob alçada do Padroado Português do Oriente.

Notas Biográficas

Em 1580 nasce Francisco Garcia na vila de Alter do Chão, anteriormente pertencente à diocese de Elvas, hoje Portalegre. Filho de João Garcia e Catarina Gomes, entra para a Companhia de Jesus, em Évora, a 12 de Junho de 1598, sendo o mestre de noviços de então, o Padre Nuno Mascarenhas.

Em 1602 parte para Goa, com mais 58 jesuítas, acompanhados pelo Padre Alberto Laércio. Aí termina os seus estudos onde desde 1605 se sagra sacerdote.

No ano seguinte segue para a *Costa da Pescaria*, em Punicale.

---

[1] Provavelmente na década de 30.

[2] Nascido em 1606 na diocese de Cremona, dá entrada vinte anos depois na Companhia de Jesus em Itália. Em 1639 desloca-se ao Oriente onde por volta de 1644 se torna condiscípulo de D. Francisco Garcia até à data da sua morte, vindo ele próprio a falecer em Goa em 1668.

Sete anos depois é enviado para Cochim afim de ensinar Filosofia. Torna depois a Goa para ensinar Teologia, entre 1610 e 1611 como lente de véspera.

Em 1612 examina casos de consciência no colégio de Salsete, próximo de Goa, onde aprende o concani (canarim) e onde regressa mais tarde, em finais de 1633.

Nos anos de 1613-14 encontramo-lo em Taná e Bandorá[3] como superior e procurador.

Faz a sua profissão religiosa no dia 8 de Novembro de 1615 e o ano subsequente ensinava novamente Teologia em Goa, sendo reitor no Colégio de São Paulo e também em Baçaim.

Em 1618 exerce o sacerdócio em Margão[4], dois anos depois está em Rachol[5] e em 1623 em Columbo (Ceilão).

Superintendia a província de Goa como vice-provincial entre 1629-1630 e laborava há já catorze anos em diversas cristandades[6].

Em Janeiro de 1627 sabemos que se encontrava novamente em Rachol. Já ministrara três anos Filosofia e cinco anos Teologia.

Fora escolhido pelo rei, em 1633, para coadjutor e futuro sucessor do Arcebispo de Cranganor, Dom Estevão de Brito, (que para o efeito tinha mandado vir de Cranganor um livro de língua Suriana) contudo só viria a ser sagrado quatro anos mais tarde, em Goa, pelo Arcebispo Primaz da Índia, Dom Francisco dos Mártires, pelo Patriarca da Etiópia, Dom Afonso Mendes e pelo Bispo de Hierapólis[7], Dom João da Rocha.

A 3 de Dezembro de 1641, D. Francisco Garcia sucede a Dom Estêvão de Brito cumprindo o seu cargo até à data da sua morte em Cranganor.

Era entendido no grego, hebraico, caldaico, sírio, canarim, indostano e em língua Panddi[8] tendo elaborado dois vocabulários originais de Português-Malabar e Malabar-Português, como confirma o próprio.

Segundo ele os seus conhecimentos linguísticos podem ser testemunhados pelos Bramânes das aldeias de Margam(?) e do Lotulim[9] onde foi

---

[3] Concelho de Pondá.

[4] Concelho de Salcete.

[5] Rachol é uma pequena aldeia que se situa no concelho das Velhas Conquistas de Salcete. Fica na margem esquerda do Rio Zuari.

[6] Segundo os vários catálogos da Província de Goa (*Goa 24 II*; *Goa* 25; Goa 27;*Goa* 29; Rodrigues, Francisco, *A Companhia* de *Jesus* em *Portugal* e nas *Missões. Esboço histórico. Superiores. Colégios. 1540-1934.* Segunda edição, Porto, 1935

[7] Na Turquia.

[8] O Tamil pertence à família das línguas dravídicas, que agrupa diversos idiomas da Índia meridional. As primeiras impressões em língua tamil remontam ao séc. XVI, depois da introdução da imprensa, em 1577, por parte da missão portuguesa do Malabar in http://www.imultimedia.pt/museuvirtpress/port/alfa/v17.html

[9] Concelho de Salcete.

vigário durante onze anos, sabendo ler "tres letras da mesma língua a primeira se chama chalantra que é a ordinária a 2ª na qual se escrevem os livros da lei dos gentios e suas historias a 3ª se chama palea Nagara a qual sabem poucos ler"

Ensinou durante muitos anos Teologia especulativa e moral bem como teologia do direito canónico e civil, executando muitos tratados.

Evangelização no Oriente

O seu trabalho de evangelização obriga-o a percorrer o Sul de Cranganor, chegando à Corte do Reino de Travancore onde se depara com a oposição de muitos pagãos.

As missões em meados do século anterior desejavam impor a liturgia latina, a sua língua e a sua hierarquia aos cristãos de rito nestoriano, como era o caso dos cristãos de S. Tomé[10] e da comunidade *parava* (pescadores de pérolas, da Costa da Pescaria) que se obstavam com frequência[11]. O que se viria a tornar uma questão fulcral de entendimento entre os missionários e as comunidades. Recordamos que aquando da tentativa de inserirem o estudo do latim no Seminário os cristãos deixaram o mesmo, cujo regresso só se efectivou com a garantia de respeito pelos seus ritos orientais.

Antes de tomar posse, e por questões de saúde, D. Frei Aleixo substitui-o no cargo pelo Arcediago dos Cristãos da Serra, Tomé Casanar(?)[12], já que a população local se recusava a ter governador português e aquele já estava habituado a controlar os arcebispos anteriores, pelo que não desejava abdicar da sua influência.

D. Francisco Garcia limitou-lhe o seu raio de acção. Este contrariado entra em litígio aberto com aquele, contudo quando era a hora de receber a congrua mudava de atitude, só voltando a criar problemas depois de a receber.

A autoridade do Arcediago fazia-se sentir sobre os sacerdotes e autóctones e ainda não tinha havido nenhuma reacção ao seu comportamento, dado

---

[10] Cristãos de tradição litúrgica sírio-oriental. Os primeiros relatos dos viajantes que encontraram comunidades cristãs isoladas na Índia remontam ao ano 345.
Em virtude da sua inculturação, os cristãos de S. Tomé não eram considerados seguidores de uma religião estrangeira. Em última análise, Jesus Cristo era um asiático. Eles consideravam-se plenamente cristãos pela sua fé, e indianos pela sua cultura. Por conseguinte, o cristianismo constituía uma bela e preciosa pedra do fascinante mosaico da sociedade do Querala. In HOMILIA DO CARDEAL CRESCENZIO SEPE EM ERNAKULAM (ÍNDIA) POR OCASIÃO DO 1.950° ANIVERSÁRIO DA CHEGADA DE S. TOMÉ À ÍNDIA E 450° ANIVERSÁRIO DA CHEGADA DE S. FRANCISCO XAVIER

[11] Manso, Maria de Deus Beites, *A Companhia de Jesus na Índia 1542-1622*, Texto policopiado, aspectos da sua acção missionária e cultural, Évora, 1999

[12] José Wicki indica o nome de Tomás do Campo.

que este residia em terras sujeitas a reis gentios os *quaes nestas discórdias tinham grandes lucros.*

Também o Arcebispo se fazia valer do dinheiro para obter a anuência dos reis gentios aos seus propósitos e conseguir o apoio dos casanares[13] e cristãos.

Diz António Franco[14] que o Arcediago *escrevia cartas cheyas de mil calumnias, e mentiras aos Viso Reys da Índia, Arcebispo de Goa, e aos Inquisidores; dizendo que não queria na Serra aos da Companhia* e que este teria apoios em Cochim.

O Arcediago terá escrito então ao Provincial de São Domingos, queixando-se de que os Jesuítas os tratavam como cativos.[15]

Em 1652 chega a Meliapor um Bispo Arménio[16] que se dizia ser Patriarca de Damasco e que vinha governar a Cristandade de São Tomé de Meliapor por causa das muitas cartas que lhe tinha escrito o Arcediago.

Quando se *soube sua vinda o Padre Reytor da Companhia, dando conta ao Governador do Bispado, e ao Comissário do Santo Officio, reteve no Collegio ao Arménio, para dalli o enviar a Goa, sem tocar Cochim.*

Dois seminaristas fugidos do seminário de Vaypicota vão de encontro ao Bispo Arménio onde recolhem correspondência para o Arcediago.

As cartas que este recebera levaram à rebelião de todas as Igrejas Casanares contra os religiosos da Companhia, acusando-os de hereges e cismáticos porque tinham cativo um homem santo enviado pelo Papa.

Os dois seminaristas pedem ajuda à Rainha de Cochim sob o pagamento de 15 mil xerafins para que quando a armada do cabo Comorim regressasse com o Bispo preso, este fosse liberto.

Prevendo o Arcebispo e os Padres da Companhia estas negociações, fizeram com que o Capitão Mor da armada, Tristão da Silveira, não entrasse no porto, para evitar os petitórios da Rainha.

Antes da chegada da armada, o Arcediago desloca-se a Cochim com 16 mil cristãos e muitos casanares da Serra para receberem em triunfo o Bispo, persuadindo-se que a petição à rainha surtira efeito, pois havia-lhe oferecido mil pardaus para lhe entregar os Padres da Companhia, mas como foi travado pelo Arcebispo reuniram-se na Igreja de Matan de Matancheri(?),onde de acordo com testemunhas, juraram fidelidade até à morte pelo Arcediago, contra ele.

---

[13] Nome atribuído aos seus Padres pelos cristãos de São Tomé do rito sírio malabar.

[14] Franco, António, *Imagem da virtude em o noviciado da Companhia de Jesus no* Real Collegio do Espírito Santo de Évora, Lisboa , na Officina Real Deslandesiana, 1714

[15] Ver Apêndice - Carta aos Inquisidores de Goa.

[16] Já em 1609 o Rei de Mangate tinha com ele um arménio que promovera a insurreição entre os cristãos.

Segundo António Franco fez *a Rainha suas instancias com o Capitão, e Vereadores da Cidade, para que o Arménio desembarcasse; porém elles se desculparam com dizer, que elles não tinhão poder sobre o Capitão mor da Armada: nem este se deteve fora da barra de Cochim mais de dous dias, e dando à vela para Goa deyxou frustradas todas as esperanças dos amotinados, com lhes levar o seu Patriarca, sem nem ainda lho deixar ver dos olhos.*

Ao tomar conhecimento da ida do Bispo para Goa, o Arcediago decide convocar um Conciliábulo no qual declara Francisco Garcia deposto da sua dignidade, dispensando a todos da prestação de obediência ao mesmo.

Francisco Garcia promete dinheiro aos reis gentios[17] em troca da sua obediência, contudo tal não se verifica pois o Arcediago cobria sempre as ofertas por um valor mais alto. Pede ajuda ao Capitão de Cochim para os persuadir pela força, mas este e os ministros do rei recusam qualquer envolvimento.

Cinco meses depois da prisão do Bispo, o Arcediago junta na Igreja de Mangate uma grande multidão de cristãos e *muytos Cassanares ou Sacerdotes*[18], onde leu uma carta que este lhe escrevera de São Tomé de Meliapor em língua suriana.

Nesta o Bispo afirmava dar todos os poderes do Arcebispo ao Arcediago nomeadamente para absolver todas as excomunhões ficando na posse deste (muito conveniente) um outro papel, a ser lido depois da Quaresma, no qual dizia poder benzer os santos óleos, o que se veio a verificar de acordo com testemunhos de Francisco Garcia.

O Arménio revela que estando impossibilitado de ir à Serra, tomasse o Arcediago doze Casanares dos mais importantes e anciões e se fizesse ungir e sagrar Bispo.

Foi *sagrado* no dia de Pentecostes na mesma igreja onde havia discursado e passa a ordenar vigários para as Igrejas onde anteriormente se encontravam Padres da Companhia.

Um dos Missionários escreve a um certo casanar a quem tinha feito favores manifestando a sua estranheza por tal situação, este em resposta diz: *Meu Padre, os Portuguezes há pouco em Portugal tiraram hum Rey, e puzeram outro; assim fizemos nós agora, tiramos hum Bispo, e puzemos outro.*

Perante este estado de coisas, Francisco Garcia pede a intervenção do Papa para que este envie os seus Comissários Apostólicos com Bulas autênticas e que declarassem aos Cristãos da Serra o engano em que viviam, pois o Bispo não viera de Roma nem o Arcediago era Bispo verdadeiro.

Envia então o Arcebispo a Roma o Padre Jacinto de Magistris para esclarecer o que se passava.

---

[17] Ver Apêndice - Carta aos Inquisidores de Goa.

[18] Franco, António, *Op. Cit.*

Um dos doze que sagrou o Arcebispo acaba por lhe pedir perdão, penitenciando assim o seu erro, o mesmo fazem outros, voltando o Seminário de Vaypicota a receber mais cristãos.

Vieram de Roma dois clérigos com bulas papais ordenando que fosse reposta a verdade. O Arcediago recusa-se a recebe-los como enviados papais mas tão-somente como clérigos. Escreve a todas as Igrejas dizendo que os dois Padres tinham vindo para o assassinar e que traziam muito dinheiro para subornar os reis gentios contra ele, além de que os Breves que traziam consigo eram falsos e produzidos em Goa.

Acusa-os ainda de terem roubado os castiçais, a lâmpada e a caixa de esmolas da Igreja de Repelim.

Um dos Comissários Apostólicos, Padre José de Santa Maria, carmelita italiano chegado de Europa ao Malabar em 1657, anuncia-se como vigário apostólico de Verapoly (perto de Cochim), e faz-se reconhecer pelos selos pendentes dos Breves mas não os lê, ainda que, segundo António Franco, a população o tivesse pedido e um deles tivesse respondido que *ainda não era tempo*.

A chegada do Comissário não terá sido nada pacífica, já que de acordo com Francisco Garcia, passados quinze ou vinte dias, este ter-lhe-ia escrito dizendo que iria proceder a determinadas diligências[19] junto do Santo Ofício sem antes lhas mostrar, como era obrigação de qualquer inquisidor, daí que o próprio achasse que a acusação era nula não produzindo efeito algum.

Segundo o Arcebispo muitos eclesiásticos e seculares, mas também o Rei de Carturte e o Rei de Cochim haviam-lhe pedido para eleger o Arcediago em troca de ajuda na conversão dos gentios.

O Arcebispo teria então escrito ao Comissário informando-o de que o Arcediago havia ordenado a prisão, por gentios, de dois vigários seus que o vinham ver e que colocara como vigário um Diácono com ordens para celebrar missa.

O Comissário aconselha-o a ter alguma moderação junto do Arcediago, ao que este anui, e de *que se abstivesse de toda a jurisdiçam da sua Igreja, nem desse ordens sem sua licença, por quanto o povo se entregara em suas mãos, e se sugeytaria só ao seu governo.*[20]

Segundo Francisco Garcia, o Comissário acusara-o de falsidade e de não querer que o Arcediago fosse restituído no seu cargo, ainda que este viesse a moderar as suas atitudes.

O Arcebispo responde-lhe que não poderia *revogar a sentença definitiva* nem retirar do lugar o novo Arcediago.[21]

---

[19] A Mangate.

[20] Franco, António, *Op. Cit.*

[21] Carta do Arcebispo para os Inquisidores em Goa.

Francisco Garcia estava agora desautorizado pelo Comissário, o que o leva a consultar o Provincial da Companhia, bem como outras pessoas, e todos lhe sugeriam paciência face à situação. Via assim *que o remédio se tornara veneno.*[22]

Roma havia-se persuadido que só com a deposição do Arcebispo era reposta a normalidade na região.Mas Francisco Garcia manifestava estar tranquilo perante aquilo que afirmava ser uma "sábia calúnia" por parte dos inquisidores e do Comissário Apostólico.

Aquando do regresso a Roma do Comissário, este escreve ao Padre Francisco Barreto, ao tempo provincial da Companhia no Malabar, para que não entrasse nenhum membro da Companhia na Missão da Serra, *que assim o deyxava em regimento ao seu subdelegado; e que havia de prohibir com graves penas. Foy esta disposição de grande dano para os Christãos, por não aver outros, que os doutrinassem; porque os companheyros do Comissário, que ficavão, o não podião fazer, por não saberem as línguas Malavar, e Suriana, que ambas são difficultosas, e as devem saber os Missionários da Serra. Tambem declarou com isto o seu animo, e confirmou, o que por vezes tinha dito, que a Missam da Seea não havia de ser dos Religiosos da Companhia.*[23]

O subdelegado, que fica no lugar do Comissário, vai ao Cabido para que intimassem o Provincial de forma a impedir que qualquer Jesuíta, quer de Cochim quer de Cranganor fosse à Missão da Serra.

Exige igualmente ao Cabido sob ameaça papal, para que não passasse nenhuma certidão abonatória de Francisco Garcia ou de outros Jesuítas.

Acaba por chegar o segundo comissário, um Frade Italiano enviado por Roma a Cochim via Portugal (o outro comissário acabaria por falecer, deixando por subdelegado um seu compatriota polaco).

Com a ocupação de Cochim e Cranganor pelos holandeses o Arcebispo *se meteo pela terra algum tanto afastado da Cidade: e por fim de tudo sagrou por Bispo a hum Cassanar da terra, homem de bons costumes, e elle por via dos Olandezes se retirou muyto a seu salvo, e não quis nada mais de tal governo (...) Pacificou os Régulos gentios, e poz em razão ao que tinha convidado os Olandezes; e como elles vinham fiados em grande parte naquele Regulo, vendo que estava de outro acordo, desconfiaram da empresa, e por entam a deyxaram.*

(...) Logo que o inimigo levantou ancora; e se fez à vela, deyxando a Cidade desassustada, o Arcebispo depoz o governo, ainda se lhe pediu o continuasse, até se prover Goa: mas como ele só o aceytara por acodir à presente necessidade, e esta se tinha remediado.[24]

---

[22] Franco, António, *Op. Cit.*

[23] Franco, António, *Op. Cit.*

[24] Idem, *Ibidem*

O Arcebispo acaba por excomungar e depor o Arcediago por este, segundo o próprio, ser *cismático herege*, escolhendo para o seu lugar um Casanar que acaba por se retirar e não querer regressar farto *de tanta clausura.*

Já antes, uma testemunha credível ouvira o Inquisidor Apostólico, Paulo de Castelino de Freitas, declarar a excomunhão pelas suas constantes insubordinações e heresias, só que o Comissário terá mesmo impedido a publicação das sentenças em Cochim em razão de o Arcediago não ter sido ouvido nesta matéria, (também ele, Arcebispo, refere que não havia sido ouvido antes pelo Comissário a propósito da sua destituição) ainda que, como diz Francisco Garcia, este tenha sido admoesteado inúmeras vezes, já que a mesma é exclusiva da Mesa do Santo Ofício.

Antes de falecer deixa ao Padre Reitor da Companhia 400 xerafins para que nos dois anos a seguir à sua morte se distribuíssem, mediante uma lista que havia mandado fazer, pelos mais necessitados da fortaleza de Cranganor. Prescinde de mais dinheiro para os dotes de alguns órfãos que tinha indicado previamente.

Para se acodir à pobreza deyxou hum monte de piedade[25], *cuja ley era, que quem delle levasse empréstimo, só tivesse obrigação de dar a seu tempo outro tanto, sem mais alguma pensão; porém se no tal tempo não satisfizesse, dali por diante inviolavelmente se lhe não emprestasse coisa alguma do tal monte. Em Cochim lê-se o breve da deposição já Francisco Garcia era falecido e o Arcediago acabaria por trazer outro Bispo arménio para governo.*

(...) Estando no fim a vida, dizia, que a mayor pena que tinha, e levava comsigo, era não deixar o Arcediago reduzido. Quando já a doença parece não dava lugar mais, que a tratar de si, mandou chamar escrivão com papel e tinta, e lhe ditou uma carta para o Arcediago, na qual com palavras amorosas se dohia do seu estado sacrílego, e por ultima despedida lhe pedia pelas chagas de Christo, se restituísse ao grémio da Igreja, de que estava apartado (...) Foy esta carta dada ao Arcediago já depois da morte do Arcebispo, e nelle nenhum abalo causou, porque estava mais endurecido que os bronzes.[26]

Em documentação do Archivum Romanum Societatis Iesu citada por Maria de Deus Beites Manso, diz-se que o *(...)Arcebispo D. Francisco Garcia (...) não tem tronco nem meirinho pera prender alguém ou seja eclesiastica ou secular por estarem aqueles cristãos em terras de Reis gentios e se prender alguem logo o seu Rej lhe ha-de escrever que os solte. e se os não soltar não poder a jamais hir as suas terra se seguir-se-hão outros inconvinientes que por secarem não usa o Arcebispo de força coativa neste particular* [27]

---

[25] Instituições de Beneficência sob a designação de confrarias, irmandades, albergarias, asilos e hospitais e muito principalmente as chamadas Misericórdias.

[26] Franco, António, *Op. Cit.*

[27] ARSI, Goa 68. fl.69v. in Manso, Maria de Deus Beites, *A Companhia de Jesus na Índia 1542-1622*, Texto policopiado, aspectos da sua acção missionária e cultural, I vol.,Évora, 1999

Diz a mesma autora que *em 1653 junto da Sinagoga Paradesi, em Mattancherry, os cristãos juraram sobre a cruz que se encontrava fora da igreja que nunca mais obedeceriam a D. Francisco Garcia e nunca mais ficariam sob o domínio dos jesuítas. Como a multidão era tão numerosa, foram atadas longas cordas à cruz, que os cristãos apertavam enquanto faziam o seu voto de resistência.*[28]

Francisco Garcia entretanto já falecido a 3 de Setembro de 1659 com 79 anos de idade "recebe" o breve de Roma destituindo-o da arquidiocese, em finais de 1659.
Não sem antes se ter queixado do facto de o condenarem sem o ouvirem e lhe darem instruções para dar satisfações sobre os quartéis do Arcediago, quando ele considerara que não as devia dar até porque não os tinha já que na altura do seu predecessor não se arrecadava nada, pelo que se lhe dava alguma coisa era dos próprios Jesuítas, *e ja que elle agora me não quer nam he razam que queira o meu.*[29]
Segundo ele, da ordinária dos vigários pouco se guardava e muitas vezes se a tomava para conserto da Armada que invernava no norte.
Esta era ainda entregue em dobro para satisfação dos seus prelados, sendo o restante gasto em *doze cacanares e chamazes*[30] desde que abandonassem os seus Pais e o Arcediago para o reconhecerem enquanto autoridade eclesiástica. Uma vez que não podiam arrecadar nada das suas igrejas não via Francisco Garcia razão para que não os pudesse sustentar para mais que já gastava quase toda a sua ordinária em subornos aos monarcas gentios para que o ajudassem a sustentar os que estavam de seu lado. Além de que já muito havia sido gasto nas despesas de viagem de Jacinto de Magistris.

Já em Junho de 1653 o Arcebispo e o Capitão da Cidade de Cochim tinham enviado cartas ao Vice-rei Conde de Óbidos D. Vasco Mascarenhas, que em reunião de Conselho de Estado as terá lido aos conselheiros. Nelas se retrata o estado alterado da Cristandade da Serra pela desobediência do Arcediago de que resultava o *escândalo* da sua sagração e de toda a cristandade que o seguia. Queixava-se igualmente o Arcebispo da falta de apoio da Rainha de Cochim que sugeria a suspensão da metade do rendimento da alfândega de Cochim.
O Padre Mestre Frei João Jacinto, aproveita para atribuir as responsabilidades à Companhia de Jesus e sugerir a substituição de um padre da Companhia por um clérigo ou religiosos de outra ordem para e nas palavras do mesmo *ver se com*

---

[28] Idem, Ibidem, p.170
[29] Carta do Arcebispo para os Inquisidores em Goa.
[30] Chamazes-Espécie de Acólitos(?)

opiniões o seu companheiro Padre Frei António da Conceição, Padre Frei Francisco da Piedade Provincial da Ordem de Santo Agostinho, Padre Frei António da Trindade Provincial Franciscano, Padre Frei Lourenço da Conceição, e os capuchinhos Padre Frei Jacinto de Deus e Padre Drey Lourenço da Conceição. Aliás, as rivalidades entre as duas Ordens Religiosas criavam e estimulavam atritos na comunidade.

O Provincial da Companhia de Jesus, Padre Gregório Domingues, emite um parecer, no qual nunca questiona a autoridade do Arcebispo, elogiando-o pelos seus conhecimentos literários e no saber da experiência. Em contrapartida responde às acusações dizendo que o princípio do afastamento dos Jesuítas se baseava em falsa fundamentação, pois que ao contrário do que diziam os Padres da Companhia não tratavam mal os cristãos locais até porque, *se não aponta nenhum cazo em particular, com que este roim termo se prove, mais que as queixas geraes assim do Arcediago como dos Cassanares que são seus adjuntos o que em dereito não faz proua.*[32]

O Provincial vê aqui uma manobra diligente em detrimento da Companhia, já que de acordo com o mesmo não terão sido lidas declarações e certidões por parte de pessoas qualificadas acerca dos procedimentos do Arcebispo e da Companhia dos quais constava o contrário do que havia sido dito.

Para o Provincial a causa reside *na affeição que os eclesiásticos da serra tem a fee de Alexandria, e erros de Nestorio que elle chamam fee de sam Thome*[33] *(...) e atribuiremnos o Arcediago, e Cassanraes a roim termo, e demasiada aspereza do Arcebispo, e Padres da companhia.*

Para este é impossível substituir Padres da Companhia já que estes eram então os únicos que conheciam a língua e os costumes dessa cristandade.

Não é pois possível colocar em causa 50 anos de entrega ao trabalho de evangelização naquela cristandade como conclui o Provincial por *queixas mal fundadas, e somente fingidas de hum Arcediago schismatico, e dos Cassanares seus aliados taes como elle*[34] (...)seria de esperar *(...)melhor conjunção, que(...)não tardaria porque huma parte a Rainha de Cochim era já muito*

---

[31] Pissurlencar, Panduronga S. S., (compil. e anot) *Assentos do Conselho de Estado*, Goa, Impr. Nacional, 1954

[32] Idem, *Ibidem*

[33] Idem, *Ibidem*

Nestorianos: Doutrina cristológica ligada à Nestório, monge de Antioquia, do século V, que distinguia em Cristo as duas naturezas divina e humana, sem deificação da humanidade, apenas unidas na vontade. A teoria redundava na negação da maternidade divina de Maria. Foi condenada em 431 pelo Concílio de Éfeso. In Schlesinger, Dr. Hugo e Porto, Humberto (Pe). *As Religiões Ontem e Hoje*, São Paulo, Paulinas, 1982. Os nestorianos da Índia seguem a sucessão apostólica de São Tomé, que ordenou seus primeiros bispos.

[34] Idem, *Ibidem*

velha, e por outra parte auia hum assento feito em concelho de estado que morrendo(...)se ajudasse o Rey velho que era muito amigo dos christãos e em particular do Arcebispo Dom francisco garcia, e como este Rey estaua fauorecido de outros Reis alyados seus.[35]

Outros pareceres apontavam para o envio de cartas, tentando reconverter o Arcediago à obediência eclesiástica.

Conclui o Conselho de Estado *no que tocaua a ser contrangida aquella Christandade por armas que não estaua o estado em tempo de nouas alterações de guerra que bastantes eraão os inimigos (..) e também não eram de parecer se retiuesse o rendimento dalfandega da Rainha de Cochim, porque era darlhe occazião de quebra.*[36]

O Vice-rei pede ao Arcebispo moderação no trato.

A vinda de Roma dos carmelitas em nada tinha contribuído para obstar aos conflitos entre o Arcebispo e os cristãos de São Tomé, ao invés, criara incómodo junto do Padroado Português do Oriente, pois agiram à margem do mesmo.

Em jeito de Conclusão

Vincenzo Maria di S. Catarina da Siena,[37] a quem Francisco Garcia chega mesmo a emprestar a sua obra, manifesta a opinião de que os cristãos de S. Tomé[38] não tinham qualquer interesse em se submeter à sua instâcia.

O Arcediago que tomou posse ainda não tinha 30 anos, administrava os sacramentos em língua caldeia e celebrava missa em latim.

De acordo com António Franco a cristandade tinha 70 mil cristãos e não 150 mil como haviam dito os Comissários em Roma.

Porém Francisco Garcia não conseguira submeter o Arcediago diante a maior sublevação que surgira na serra, transportando consigo a futura fragmentação destes cristãos durante o século XVII.

Alguns foram os Jesuítas que se opuseram a esta forma de evangelização, como fora o caso do próprio Estevão de Brito defendendo a entrega de uma parte da jurisdição ao arcediago desta cristandade, por recearem essa mesma separação.

---

[35] Idem, *Ibidem*

[36] Idem, *Ibidem*

[37] Nasce em 1626 em Bormio na Itália onde professa na Ordem dos Carmelitas. Escreve a D. Francisco Garcia como vem referido na sua obra Il Viaggio all'Indie Orientali.

[38] Maria, F. Vicenzo, O.C.D., "Il viaggio all' Indie Orientale del padre F. Vincenzo Maria di S. Caterina da Siena Procurator Gener. de'Carm. Scalzi", In *Venetia*, Apresso Giacomo Zattoni, 1678

Apêndice

Normas de transcrição elaboradas a partir de: Costa, P.e Avelino de Jesus da, *Normas Gerais de Transcrição e Publicação de Documentos e Textos Medievais e Modernos*, 3ª ed., Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1993

-"Pera" e "per" foram transcritos como "para" e "por";
- Os i, j, u, v, foram actualizados;
- As consoantes geminadas no início ou no fim da palavra foram reduzidas a simples;
- As maiúsculas e minúsculas aparecem de acordo com o uso corrente;
- Nas palavras compostas, união e separação de palavras seguiu-se o uso actual (excepto quando se encontram duas consoantes seguidas);
- Para as letras ou palavras encavalitadas surge o símbolo < >
- O símbolo |____|surge sempre que existe um borrão no documento;
- Quando existem dúvidas na transcrição surge o símbolo _____ ou aparece a palavra transcrita mas com ?;
- Uniformizou-se em todo o texto a palavra silicet entre hífens (-silicet-);
- Uniformizou-se também o uso de espaços, ou seja, estes só surgem após um título ou subtítulo.
- Decidimos manter as notas originais de parte do documento, publicadas por José Wicki, por nos parecerem ainda relevantes à compreensão do mesmo.

Carta do Arcebispo para os Inquisidores em Goa[39]

Recebi a de Vossas Mercess de 7 de Setembro deste prezente e comfesso que não fiquei pouco perturbado comforme aquillo de sabio calumnia conturbat sapientem pello modo com que Vossas Mercess nellas me tratão e me tem tratado ate agora o seu Commissario mas tenho huma consolaçam alem das outras (se consolaçam se pode chamar) que he ter companheiro ao espelho da virtude mestre commu de todos o senhor Martim de Aspicuita Navar o qual se mostra tambem mui sentido na Apologia de redditibus ecclesiasticis de certo doutor o ter tratado de modo que não devia e das couzas por que elle se mostra sentido me quadrão tambem a mim algumas como mostrarei respondendo a de Vossas Megestades e as que o seu Padre Commissario metem feito

[39] Biblioteca Nacional da Ajuda, *50-V-38*, fls. 240-244v

o que não somente posso fazer por a defensam ser de direito natural mas tambem por que sou a isso obrigado nam so como pessoa particular comforme aquillo do sabio ecclesiast 41 ha be curam de bano nomine e ao de S. Paul 2 ad corint melius est mibi moriquam ut gloriam me am quis evacuet e por outras muitas authoridades da sagrada escritura muito mais por ser Prelado ao qual se requerem as partes que Vossas Mercess sabem da falta das quais me reprendem Vossas Mercess tam gravemente e me censuram tam rigorosamente e em parte o seu Commissario como a meu parecer hei-de mostrar claramente.

E tratando primeiro do Commissario digo que despois de elle chegado a Cochim quinse

ou vinte dias me escreveo que elle tinha que fazer certas diligencias da parte do santo officio e que seria conveniente salvo melior juidicio sobre estar eu com a creaçam do novo Arcediago para que o Arcediago se não exasperasse mais ao que eu respondi que ainda que não fosse para mais que para servir a sua pessoa o faria mas que com o que eu tinha chamado para o eleger era ja chegado tam perto como se estivera em minha caza o que alem de muitos eclesiasticos e seculares mo terem pedido mo tinham pedido tambem o Rey de Carturte e o Rey de Cochim que me favoresem alguma couza nos negocios da Christandade por onde receava com fundamento que se o mandasse desaviados que poderião estes reis tomarsse de mim imaginando que zombava delles em nam fazer o que elles me pedirão e eu lhes tinha concedido pello que podiam sentidos disto não somente nam me ajudar mais mas ainda encontrar-me nas cousas de Christandade e acrecenter que a muitos parecia mais que bem o fazer en outro Arcediago comforme a regra do bom governo divide e os entre os quais hum dos principais era o Senhor Paulo de Castelino de Freitas Inquisidor Apostolico como tinha ouvido a huma pessoa de toda a fe digna e que juntamente determinava de declarar por escomungado ao dito Arcediago por haver tantos annos que andava alevantado contra mim tomando a minha jurisdicam e caet.

A isto me não respondeo mais o Padre Commissario couza alguma antes mandando eu publicar a Cochim as sentenças que tinha dado covem a saber da declaraçam da escomunhão e da privaçam da dignidade de Arcediago (pella obrigaçam que tenho de o fazer comforme ao capitulo (curd 11 ver 53) elle como dizem vello levato inhibio ao capitulo sede vacante de Cochim para que as não deixasse publicar

Perguntei ao dito Padre Commissario pois he mestre que me ensine quem lhe deu poder para in hibre ao ditto capitullo para que nam deixasse publicar as ditas sentenças se he como dizem por eu não citar primeiro ao dito Arcediago nenhum razam tem porque alem de quem o dito Arcediago ser muitas vezes amoestado quando o delicto he tam notorio que nulla tergi versatione caelari

possit riam he necessaria citaçam e inspecie de declararatione e por communicotionis o tem sanch lib. 6 consil capitulo du 6. onde tratando se pode o ordinario declarar ao religiozo por escomungado neste nosso cazo dis que |___| por que nosto cazo nam ha conhecimento nem juizo da cauza mas pura questam de facto onde cita navar bib. Consil inicia editione nost. o mesmo tem ral___| tem 2 que este zegul que 63 art 11 Barb. aleg. 107 nomero 75
A razam disto he por que como nota Albert de Agnos cend assert. q. 32 nomero 41 excommunicatio secum trahit denunciationem seu declarationem e non addit vinculum next tex. in cap. pastoral Jeshus verum de appetllat declarato emim escomunicationis est que dam resquae nihil novitribuit L. haeredes palam Jeshu siquid (detestam hac Alb inde etiam huius modinotories non potest appellari asna declarationis Navar cap. Cum contingat deros cript. causa is covar cap. Alma mater jeshu 10 nomero 45 quia tune esse tappellari asnacanonis idem dicit Marant de ordem judil b. p. ubi de appel e satis auditur qui non babet defenssonem outras rasois trago para provar isto em huam questam que fis desta materia em particular que inmedium afferri poshunt si haec non sufficiant
Mas dato nom concesso que as ditas sentenças fossem nullas por falta de litaçam quem fes meu Juis ao dito Padre Commissario e para o juis proceder prius de bet constare de certo de jurisdictione e em cazo que o fosse de me ouvir e puxar polla sentença e como o não fez cahio no mesmo erro em que me elle culpou sopposto que procedeo por este <titulo> de falta de citaçam em dar sentença contra o dito Arcediago sem primeiro o citar: E finalmente como lhe constou que eu dera tais sentenças <sem proceder citação feita ao dito Arcediago pois não vio tais senteças> e se foi como outros disserão por eu declarar Thome Caçonar por escomungado por elle ser sehismatico herege a qual materia pertence privative ao santo officio e que por acudir polla santa meza o fizera o que parece mas provavel polo que Vossas Mercess dizem no derradeiro capitulo da sua e na outra que me escreveo o dito Commissario responderei a isso quando responder ao dito derradeiro capitulo da de Vossas Mercess
Despois de passados alguns doze ou quinze dias pouco mais o menos foi o dito Padre Commissario a Mangate a fazer a deligencias que disia tinha que fazer sem primeiro ma mostrar ou publicar nesta se a sua commissão como tinha obrigaçam de o fazer pois os mesmos Inquisidores tem esta obrigaçam ut notat dizect Inquisit 3 p. in principio e modo poem penha ibid comment 1° ibi inquisitores quam prium Provinciam sunt ingressi leteras delegationis quibus creati sunt os tendere da bent capitulo maioris ecelesia ubicitat Brunt e simanch de cathol institita caveri dicit in Hispania instruct Hispal capitolo 10. Imo e Inquisitores generales tenentur principi huma commissionis letteras ostendere Mart de juresd capitulo 1° nomero 1° e legati alatere idem tenentur

façere nom creditur eimissi litteras ostendaret Menoch consil 160 nomero 72 Henriq e sanch quos citat e sequitur Berin collect ad cap. Cuminiure de offic de leg. nomero 2 crica medium quod si inquisitores particulares generalis e legati alatere tenentur suas litteras presentare a fertrori corum Commissari a did tenebuntur

A razam disto he por que quilibet índex delegatus non recipit exercitium autem jurisdiction antom commissionis prasentationem tradunt casan consil 10 nomero 18 guid papa q 286 Anton gab commum lib. 2 lecxcut indic cloe 3 nomero 4 ubi nomero 6 addit quod procedit e si executor sciat facultatem sibi competere sed non <sunt> litterae presentatae lata Salgado de Portugal regente tom 2. p. 4 capitulo 6 ex nomero 43 ubi nomero 60 post molim de just tom 3 disp. 599 nomero 2 Nicol Garcia de benef p.6 capitulo 2 nomero 7 cum seqq. addit Barb. Inconllet ao caput super e o de appellet quod licet executor gratiae at quirat jurisdectionem atempore datae mom tamant exercere non posse ante presentationem e nomero 61 tenat hoc procedere generaliter injudice delegato ut pariter non habeat exercitium ante presentatas litteras delegatoris

Do dito assima se segue 1° que tudo o que o Padre Commissario fez ser nollo quod probo imprimis exillis ubis non posse exercere jurisdictionem verbum enim possum quo utitur Barb. cum negativa precedenti tollit potentiam Thom Valasc. allegat 12 nomero item 12 e actus incontrario um factus nihil valet exreg juris beneficium ubiglos ad finem e Joan Andrade ibid Bart inh galus ff. deliber e post hum Molim deprimog lib. 2 capitolo 11 nomero 12 tiroquel post lages connubial glos 2 folhas 135 ubi addit hoc verbum cum negatione precedenti resultere ac tui ha normitan cap. Siquis de foro compet e inspeciae de legatus nihil possit façere ante presentationem literarum tenct inspecie mas chard de prob cloe 4 492 nomero 6 ibi de legatus nihil potest facere nisi prius ostentat litteras suae commiss sic colligitur exul lexand cap. 1° de fede instum nec prius et tanquam delegatus tractandus et constat ex bis quaeretulit speculat deprob e super et vers quia nomero 14 e 15 quod e iam notat anton but in cap. Venerabilis sub nomero 1° de consib si hujus modi delegatus visitare velit non potest nisi ostendat suam de legasionem e si visitaverit aut ex communicaverit nom tinet visitasio nec ex communicatis de bet enim delegatus probare suam jurisdictionem et constituere imperatoris gratiam valent et theod lr c demandatis Principum haec Maschard quo quio clarius dici non poterit

Donde se segue 1° que tudo o que o Padre Commissario fez não produs algum effeito Livro 4 e condenatum ff. dere indic Rot dicis 572 nomero 9 p. 1 recent Mendes a cast inprat Lusitana Lib. 3 capitolo 21 nomero 42 sequitur barb.in olleat aderegul juris 52 ubi ad dit nomero 3 paria esse nullum esse vel esse sine effectu ad quod allegat plures doutores

Seguesse 2° que o assento que fez o Padre Commissario com Thome Cacanar o que escreveo a Vossas Mercess o que se assentou na junta o que Vossas Mercess me escreveram e tudo mais que se seguio do que executou dito Padre Commissario he nullo e de nenhum vigor pois tudo se fundou no exercitio da sua commissam o qual exercitio foi nullo e si fundamentum corruit totum edifficium super illud fundatum corruere necisse est
Escrevendo eu ao Padre Commissario que Thome Cacanar fizera prender por via dos gentios a dous vegairos meus me virem ver e que pusera por vigairo a hum diacono a quem elle dera ordens de missa tais quais elle as po<de> dar não me defferio a nada acerca de Thome Cacanar não somente não o condenando por tam graves excessos mas ainda nem tomou nome para o escrever parece aresseandosse que se elle condenasse ficaria elle exasperado
Agora depois que vio que Thome Cacanar não defferia ao que lhe prometeo em que escreveo a Vossas Mercess não sey que cousa fui eu disso que em huma que me escreveo em reposta de três minhas me chama duas vezes de fingido e não pouco menos que diabo na maldade pois acressenta que o mesmo he não querer eu que Thome Cacanar ficasse ficasse (sic) sendo Arcediago (em cazo que elle se redusisse) que não querer que elle largasse de ser Bispo e eu lhe escrivi que o não podia fazer de novo Arcediago porque eu não posso revogar a sentença definitiva que contra elle dei nem tirar jusquaesitum cumpossessione a novo Arcediago o que nem o Principe supremo pode fazer delle responde a isto ibi e dizer Vossa Senhoria que não pode sobrestar na creaçam do novo Arcediago he falar por comprimento: e não querer que Thome Cacanar ficasse sendo Arcediago parece não querer que elle deixe de ser Bispo e eu como podia sobrestar na nova eleição se elle ja esta feita depois de dar sentença contra Thome Cacanar de privaçam da dignidade de Arcediago e dada ao novo eleito da qual ja tem jusquaesitum inre cumpossessione e com elle saber que eu tinha dado esta sentença me escreveo que posso sobrestar nella e isso o escreveo la a Goa e não querer eu que elle ficasse Arcediago parece que não quero que elle deixe de ser Bispo por que se nam posso tornar-lhe a dar a dita digindade como quero que elle a não tenha e muito menos quero que elle não deixasse de ser Bispo porque se eu não posso como quero ou nam quero cuidava o Padre Commissario que pello que o Arcediago escreveo A Vossas Mercess pedindo mizericordia e cat. que ja estava elle redusido e o negocio acabado sendo assi que os doutores ensinam que nos não podemos fiar de hereges por que habent mel inore aliud agunt e alival simulant quod comfrimatur authoritatae sacrae scripturae 2 ad timot 7 ibi quem admodum autem Joanes e Mambres restiterunt Maisi ita ebi resistunt veritati homines corrupticirea fidem sed ultra non proficiant e eles mali homines proficient inpejus errantes e merrorem mittemtes faque e nha |_____| siarchas (a qual he o dito Thome Cacanar) de quibus o liver 2

por fori eclesiast p. 17 nomero 60 in fine dicit e orum penitentiam tam quam suspectam e simulatam regulariter non ad mitti ubi allegat simanch Param e Roias de heret nomero 61 quod paenitentia dog matutae |_____|non ad |____| nittitur ad vitadam penam ordinariam nisi quando ipse nom requisitus implorans quod probat e Penh. cum indiret inquisit e Farianc e incasu quo hoc deberet fieri cum magna circunspectione ut per simanch quia difficile correguntur e non est facile e iscredendum

E decendo ao particular de Thome Cacanar se elle não guardou a palavra dada aos capitais de Cochim e ao senhor Vizo Rei D. Felipe dos quais se podia temer que ao menos por via dos Reis gentios lhe fizessem algum mal quanto menos se podia esperar que guardaria a palavra dada a Vossas Mercess pois não lhe podem fazer mais mal que com censuras das quais a elle não doi nada pois não reconhece a Vossas Mercess por superiores. Bem adivinhou isto o senhor governador porque em huma que me escreve me dis assi ibi e quanto ao que eu conheço desta gente e pouca fe e frimeza que tem suas palavras nem ainda creo que o Arcediago ha-de dar satisfação ao que prometeo isto dis elle pelo conhecimento que tem desta gente do tempo que foi capitão de Cochim Dizem-me Vossas Mercess na sua que me escrevem que o Arcediago me não quer não he couza nova não me querer elle agora porque sempre ou quasi sempre me não quis e foi meu inimigo por causa de lhe eu não querer largar a minha jurisdiçam como consta das certidões do cabido sede vacante de Cochim seus governadores da cidade de sinco capitais que foram de Cranganor e de muitos cidadois principais de Cochim

A cauza de mostrar que me não quer de novo he porque ajuntando elle muitos cacanares e christãos em Cochim quando o Armenio ali chegou prometendo muitos mil pardaos a Rainha de Cochim para lhe fazer entregar os padres da nossa companhia e eu lho impidimos pelo que ajuntandosse todos na igreja de Matan de Matancheri[40] pondo hum santo crucifixo sobre hum bofeite com algumas vellas acesas juraram sobre hum Missal de morrer pelo dito Thome Cacanar contra mim do que esta em meu poder hum instrumento de testemunhas que juraram isto de vista por se acharem ali presentes e depois escreveo o Arcediago ao Reverendo Padre prior de S. Domingos que os Padres os tratavão como captivos e peior ainda e rasam dis ser porque abrindo Deos nosso sonhor seus divinos olhos de mizericordia lhes mandara Arcebispo Armenio (não dis logo vejo) aumentar ali de Christo e a Christandade de S. Thome e os Padres lho levarão para Goa esta carta esta tam bem em meu poder

[40] Em Cochim

Depois se ajuntaram em Repolim a celebrar a festa de Muna noiba onde se leo hum papel por carochandi Cacanar no qual dizia que o Armenio deixara quando foi para Goa hum papel em lingoa suriana o qual depois o mesmo carochandi explicou em malavar no qual dizia que elle o dito Armenio dava poder ao dito Thome Cacanar para poder dispensar em todos os gravos prohibidos tirado no pl___l e absolver de todas as excomunhois e lhe dava todos os poderes de Arcebispo isto visto D. Joam Christam muito principal e acrecenta que perguntando elle se podia o Arcediago dar ordens e benzer oleos elles lhe responderão que despois da quaresma so havia de ler outro papel o qual ficava em poder do mesmo Arcediago para poder dar ordens a benzer os santos oleos (como de facto se leo depois e se pos por obra) e que tudo isto vira elle com seus olhos e ovira com seus ovidos e por elle como casta noire entendera o que se disse em lingoa malavar o mesmo testemunho dam outras testemunhas cujos ditos estam bem estam em nosso poder

Mas diram alguns que pelas forças que lhe fazemos os Padres e eu nos não querem assi o Arediago como os Christãos que forças lhes podemos nos fazer estando elles em terras de reis gentios aqui em Cranganor se as fizermos a algum claro esta que nem elle nem outro algum ha-de tornar ca mais e quem crer as certidois juradas que nesta materia passaram pessoas tão calificadas ficara muito certo da verdade e se algum não crer isto mostrava grande paixam e obstinada comtumansia pois não se convence com o dito de tão calificadas testemunhas

Bem quadra aqui aquillo dos actos dos Apostolos 24.13.61 ne que probare possunt tibi dequibus menune accusant e 25.4 circumdederunt cum qui venerat ab hiero solimis Judei multas e graves causas obicientes quas non poterant probare Paulo redenterationem ha porem alguma differença na accusaçam de S. Paulo e na nossa porque o Presidente com ser gentio não quis condenar a S. Paulo sem o ovir primeiro allegando para isso custume dos romanos aos quais a mesma lei da natureza assi ensinou por mais que os judeos por outra parte instavam que o codenasse e aos padres e a mim condenam muitos sem nos ouvirem não mais que pelo que ouvem sem lhes constar mais das nossas culpas que alevantão renas os nossos inimigos contra nos no qoal numero podem com mor rasam entrar algumas que receberão cartas de Arcediago contra a honrra minha e da companhia e lhe responderam sem nos fazerem sabedores dellas e não faltou quem disesse que tam Arcebispo era o Arcediago como o Arcebispo de Goa e que podia ser sagrado por quatro Parrachos como de facto se fez sagrar e outro que não ha muito que lhe foi beijar a mão e aceitou delle huma esmola e huma carta como de Arcebispo para pedir esmolas em outras partes

Dizem mais Vossas Mercess no segundo capitulo ibi aqui em huma junta que fez (esta junta não se fes por si pois quem a ajuntou) ajuntou ao senhor

Governador a petiçam de Vossas Mercess como o mesmo o mesmo (sic) senhor me escreveu em huma carta quem foi cabeça o senhor governador nam por que não votou nella como tambem me dis na sua pois junta ou concilio que não tem cabeça he acephalo e não tem algum vigor no que ordena principalmente não se ajuntando nella alguem que fosse meu superior para me ordenar alguma couza pois como dizem Vossas Mercess quem se assentou que eu pusesse hum governador sendo assim que se assentou se julgou determinou-se sam o mesmo como consta de cab 1 p. decis Aust 30.32.33.25 E com Vossas Mercess serem partes pois a sua petição se fes ajunta e pelo conseguinte ficaram como autores tiveram voto nella e seguindo a ordem da carta do senhor governador foram os primeiros que votaram ibi inquisidores prelados e caet e os meus procuradores não tiverão voto contra a regra 32 a jujus civilis ibi quae non deo non licent non licent acton no terceiro capitulo me dizem Vossas Mercess que de satisfaçam ao Arcediago de seus quarteis a palavra satisfaçam suppoem que eu lhos devo e os tenho em meu poder suppoem Vossas Mercess o que não he porque ainda em vida do senhor Arcebispo meu antecussor senão areccadava nada de lhes por muitos annos nem aqui em Cochim onde dantes estiverão quebrados nem no cacabe de carania onde depois se quebrarão do que tenho papeis authenticos em meu poder e se lhe davamos alguma couza era do nosso quando elle corria com nosco como devia e ja que elle agora me não quer nam he razam que queira o meu

D'ordinaria dos vigairos poucos se reccada como a Vossas Mercess sera presentes polla areccadação das mais ordinarias que pagam aos ministros de sua Magestade e ainda que estera quebrada no cabe de caranja alem delle estar tam quebrado como todos sabem muitas vezes se manda tomar alguma parte desta ordinaria para concerto d'armada que inverna no norte e ainda o anno passado se tomou a terceira parte della do que temos papeis authenticos e dessa ordinaria que se arrecada sou obrigado a dar em dobro aos vigairos que me reconhecem para os ter contentes e alguma cousa que sobeja gasto em doze cacanares e chamazes que deixando seus pais e mais e ao Arcediago para me virem reconhecer e tenho em minha caza e como não possam areccadar nada dos benesses da suas igrejas não ha razam que eu os não sostente alem do que eu gasto que he quasi toda a minha ordinaria em peitas que dou a estes reis gentios para que me ajudem a sostentar os que estam por mim alem dos gastos que não forão poucos que fis com mandar ao reino ao Padre Jacinto meu companheiro sobre este alevantamento pelo que sam obrigados a fazer todos estes gastos pois sam causa injusta de se fazerem

Do vinho sempre provia todos que me pedião ainda em tempo que chegou a valer a pipa a setecentos reis como a todos he notorio e o testificão algumas testemunhas das que por vezes tenho referido

Dizem Vossas Mercess no capitulo quarto ibi commissario nos escreve que Vossa Senhoria despois de elle hai estar procedera com censuras contra o Arcediago e o privara da digindade e creara outro em seu lugar o castigo da culpa do Arcediago pertence privativamente ao santo officio por ser huma sahisma heretical não ha duvida que tendo-nos tomado deste negocio conhecimento como a Vossa Senhoria he prezente e estando o nosso Commissario la actualmente despois de tanto tempo se meteo com este procedimento Vossa Senhoria e deve bem ver e considarar e não proceder mais contra o Arcediago por esta causa nem este parece o meio conveniente para a sua redução antes mais accomodado para se poder de todo este negocio de tanta improtancia

Disto que <Vossas Mercess> me escrevem de como o seu Commissario os avisa de hi ter procedido com censuras contra o Arcediago sendo sendo (sic) a culpa sua pertencente ao santo officio privativamente e que não procedera mais contra elle por esta cauza se collige que o Commissario escreveo a Vossas Mercess que eu procedera com censuras contra o Arcediago por elle ser herege sehismatico se elle assi o escreveo como o adevinhou pois não vio a sentença donde somente podia a saber a certeza disto e procedeo com inhibição ao cabido para que deixasse publicar as minhas sentenças e tam bem se o escreveo não o podia escrever como Commissario mas somente como pessoa particular

E valera seu dito como de huma testemunha sem tomar primeiro juramento de quem lho podia dar assi como testemunho do juis como juis se o que dis não consta dos autos mas somente valera como de huma testemunha o Padre Commissario escreveo o que escreveo como pesso particular como me carregam Vossas Mercess de tantas e tam graves couzas fundadas no seu dito particular suppondo estarem ellas mais que provadas

Dizem mais Vossas Mercess estando hai o nosso Commissario procedeo de tanto tempo e caet. a palavra (hai) mostra que elle estava comigo neste meu Arcebispado e elle nunca esteve comigo e o estar em Cochim pouco importa a sua estancia pois estava como senão estivesse por nunca me veo ver nem mester mostrando a sua commissão ou ao menos faze-la ler nesta se sem a qual diligencia tudo o que elle fes no meu Arcebispado foi nullo com assima mostrey

Tam bem nas palavras (como depois de tamto tempo se entremeteo agora e caet. nas quais palavras parece que dam Vossas Mercess a entender que me meti neste negocio quando Vossas Mercess se meteram nella no que parece que houve algum engano o qual não se presume farinac inprax criminal p.3 capitolo 28 nomero 4 e 5 e quem se funda nella tha-de provar como affrima Barb. Mesllet ad. Cap. roman decensibus tira que Maschard apud. Ipsum Borb. vistentis probationibus ut tenet Balt. E allii e non sufficium vehementes e dolo non videtur faceri qui suo jure utitur e como eu usei do direito que tinha

em as dar <as derão> sentenças não se pode dizer que usei d'algum engano as quais mandando eu publicar a se de de (sic) Cochim comforme a obrigaçam (ao menos na que falava da declaraçam da escomunhão juxta cap. cura 11 que 3 para Thome Cacanar ser ho evitado naquelle Bispo como excomungado o Padre Commissario inhibo ao capitulo sede vacante para que não consentisse que se publicassem a qual inhibiçam consta notoriamente ser mualida pois eu dei as ditas sentensas por culpas pertencentes a minha jurisdiçam a qual elle impedio impedindo que senão publicassem as ditas sentenças principalmente sendo dadas na primeira instancia a qual he tam privilegiado que ate aos legados prohibe o Conselho Tridentino se ss. 24 capitolo 20 que se nam metam nelle e por isso Vossas Mercess nas palavras que escrevem ibi não proceder contra o dito Arcediago por esta causa não me prohibindo como não podem prohibir que não proceda contra elle em outras

Et dato e non concesso que eu me tivera entremetido em alguma cousa pertencente privative a lhe santa meza bem puderam Vossas Mercess usar da pratica que corre em Hespanha como testificam <irmanch> cathol instit H. 25 de epis nos Molintract s de jurisdict disp 29 nomero 13 colum 28 9 2 e em Portugal como testifica vale de Moura de ensalm sect 3 cap. 1 nomero 40 a qual he que no caso sobredito moneatur Praelatus o principe ut illam causam ad sacrum tribunal remittat ut de facto ad monitus est D. Theodosius Archiepiscopus eborensis ab Alberto Cardinali dum nostei regni clanum teneret ut testatur ipse vale ubi. Sup. (qui per spatium octodecim annorum furt deputatus insacro tribunali eborensi e posto que eu o não declarei por escomungado por mais que por ter dado tanto tempo alevantado com a minha jurisdiçam com tudo me parece que ainda que o declarara por escomungado por ser herege tam notorio que nulla tergi versatione celari potest que não procederem in civiliter por que neste cazo nam ha algum conhecimento nem juiso mas somente quae stio facti a qual nem me he prohibido em direito mas so o conhecimento e juiso e como eu possa na minha diaecesi tudo o que me nam he prohibido e quae stio facti ainda nesta materia me nam seja prohibida bem se segue que ainda que o tivera declarado por escomungado ao dito Thome Cacanar por ser herege que fasia por o direito me conceder e disto tenho huma questão que a meu ver mostra isto.

Nas derradeiras palavras dizem Vossas Mercess ibi nem este foi o mais (falam Vossas Mercess do procedimento que teve em declarar por escomungado a Thome Cacanar e o privar da digindade de Arcediago parece comveniente para <a>sua reduçam <antes> mais accomodado para se perder de todo este negocio de tanta importância grande reprehensam he esta e que suppoem em Vossas Mercess grande superioridade sobre mim <e> em mim grande sogeiçam para com Vossas Mercess sendo assi que no que toca a reprehensam não tem Vossas Mercess alguma superioridade sobre mim para mo darem no

que toca a minha jurisdiçam e ainda na materia de heregia a qual so pertence a Vossas Mercess tambem eu sou não somente inquisidor ordinario ut tenet host. in cap. ad abolend de heretice e ibi felin nomero 8 Joan de Anania nomero 9 decian tralt criminal hib 6 cap. 21 nomero 4 inprio mas tambem sou inquisidor exprivilegio ut habetur clem 1ª e propter de haeret inillis ubis (tamprediae cesanos e pos) itazech insum p. 1 dub de hereticis cap. 11 nomero 13 inprio ubi addit e por um esse hereticorum judicem juredimino exquibus barb decivre eclesiast libi cap.39 fl. 4 nomero 59 probat e puan posse habere familiam armatam coquad ipse sit inquisitor e inquisitores illam possint habere e licit hodie quo ad aliquo inquisitores id possint per solos prestare tamen saltem inferendis suis e pus est illorum coinder ut est notum invire por onde posto que Vossas Mercess por reprezentarem ao sum Pontif tenham alguam periminencia sobre mim he so por representaçam mas no mais e na realidade da cousa distam Vossas Mercess tanto de mim quanto todos sabem.
Tambem mui grave sencura e dam Vossas Mercess ao que neste particular tenho obrado a qual demanda em Vossas Mercess mui supereminente sciencia e em mim summa ignorancia (salvo que se atribua a maldade o que nam se pode crer) neste negocio de deitar a perder de todo este negocio por ter declarado por escomungado a Thome Cacanar e privado da digindade de Arcediago depois de o ter sofrido por espaço de dez ou doze annos sem elle mostrar algum arependimento de tantas e tam graves culpas que tinha cometido antes se mostrar cada ves mais obstinado e incorrigivel como he tam notorio e ja que Vossas Mercess me arguem de ignorante hei-de mostrar a Vossas Mercess muita claramente que não pequei no que obrei por ingnorancia mas antes que a fis foi com muita sciencia e com muita purdencia
A todos não so ha-de parecer bem mas ainda convencer que seguindo-nos os prelados inferiores no que os sum pontifices tem feito que neguem os podera condenar mas louvar pois se seguem <os> a quem tem por prototipo pois sabem Vossas Mercess e todo mundo como se houverão os sum pontif com aquelles que lhes tomavão sua jurisdiçam e andavam alevantados contra elles os escomungavão e declaravão por tais o que em espicial temos por exemplo a S. Gregorio Papa a qual escomungou e declarou por tal ao patriarcha de Constantinopla por se nomear por Patriarcha ecumenico que he o mesmo que fazersse outro Papa igoal a S. Gregorio o que fez com saber que o dito Patriarcha se se lhe havia de dar pouco da dita escomunhão mas para que todos temessem a seos e o evitassem por escomungado e tambem para verem que elle fazia sua obrigaçam em cortar o ramo seco seco (sic) da igreja e do mesmo modo se houveram outros Papas anam so excomungando aos perlados mas ainda a muitos emperadores reis do <que> tam cheias as historias
Do mesmo temos infinito exemplos em os principes creavam outros contra os que lhes nam obedeciam para estes de novo creados ou |_____| semdo de

todo |_____| alevantados ou ao menos diminuiran seu poder o que poucos annos ha ouvimos que fes o Rei de Castella o qual para recuperar algumas fortalezas que o Rei de <ponça> lhe tinha tomado em Italia fez alevantar hum contra Rei ao de França e emquanto elles pelejaram elle recuperou as ditas fortalezas eu e o Arcediago que eu criei contra Thome Cacanar nam pode tanto com elle he por que Thome Cacanar sendo Arcediago se apoderou por força da herança do Arcediago passado a qual nam pertencia a Thome Cacanar mas elle Arcediago de novo creado comforme ao custume desta Christandade e por isso como tem Thome Cacanar com o que peite aos reis gentios que não olham mais que apeitas não pede com elle o Arcediago de novo creado por nam ter com que peitar como elle tem consta logo do assima dito que pois eu imitei no que fis assim asum Pontifices mas tambem aos mais principes não se podera dizer que o que <eu> fis na materia sobre dita com ignorancia mais que carsse e supina pois imitei a tam sabios sum Pontifices e Principes.
Non modici zali e constantia reliquit hoc nostro secullo nobis S. Cardinalis Berronius Mediola nensis Archiepiscopus quia Magistratus ciusdem civitatis male se habuurit cum ipsius apporitore primario quem torsum inexilium miserunt cum abomni avo ipse cohorte azmata uti consu everat facinoris Auctores ab eclesia communione separavit et Pius S.u praesidi Mediolanense e duobus primariis senatoribus e o quod causam foloci facerent ad dicendam causam coram sediem dixit e Regi scripsit sepotestate quam adeo acceperat in id interpositam in eius modi causis sanguinem et vitam profusurumtan dem post varias consertationes nonnille e Regiis ministris quorum erat maior culpa medio dans solem niritu publice proforibus eclesia maximae absolutionem ab. Archiepiscopo informa eclesiae suscipere compu qual it sunt haec spondanus continuator Annalium eclesiast
Com tudo quero mostrar a Vossas Mercess que o que eu fis nom por ignorancia nem por falta de saber porque ha quarenta e oito annos que li hum curço de philosophia[41] e depois ensinei por muitos annos theologia especulativa e moral e tenho tal noticia alem de theologia do direito canonico e civil e tenho composto nestas materias muitos tratados os quais não forão pouco aceitos a quem os leo e estudo quanto os negocios me dam lugar de modo que tenho composto nas materias destas sciencias hum vocabulario de doze mãos de papel e nem por isso deixei de me aplicar ao estudo da<s> linguas destas partes porque sei a lingoa Panddi[42] que he o que corre em Nadure e na Pesca-

[41] Ensinou filosofia em 1609, como resulta dos Catálogos da Província de Goa (cf. a Introdução, p. 1). O curso durava, por via de rede regra, três anos (provavelmente este terá sido de 1607-10)

[42] O Tamil pertence à família das línguas dravídicas, que agrupa diversos idiomas da Índia meridional. As primeiras impressões em língua tamil remontam ao séc. XVI, depois da introdução da imprensa, em 1577, por parte da missão portuguesa do Malabar in http://www.imultimedia.pt/museuvirtpress/port/alfa/v17.html

ria e sei escrever e ler nella como na nossa portuguesa e do mesmo modo sei Malavar na qual tenho composto e escrito por minhas mãos dous vocabularios por nam ter livros livros (sic) por onde lea como compus os de < Goa>[43] por ter muitos livros de lingoa a qual sei mais que bastantemente como Vossas Mercess se forem servidos se poderam informar dos Bramenes de falsete principalmente dos d´aldea de Margam e do Lotulim[44] nas quais igrejas fui vigairo onze annos sei ler tres letras da mesma lingoa a primeira se chama chalantra[45] que he a ordinaria a 2ª na qual se escrevem os livros da lei dos gentios e suas historias[46] a 3ª se chama palea Nagara[47] a qual sabem poucos ler sei mais a lingoa suriana[48] que he o que corre nas couzas da igreja nesta christandade e a letra suriana della e a do Monte Libano[49] a qual lingoa dista desta da serra como a Castelhana da Portugueza aprendi mais a letra hebrea por ter todos os pontos que servem nesta escritura como servem na nossa as vogais comforme a isto parece que em mim pouca ignorancia pode haver bastante saber sim

A experiencia tambem nam me falta por que governei todos os cargos maiores desta provincia por muitos annos fui vigairo das christandades por espaço de desaseis annos na costa da pescaria de Travancor de salsete de Goa e do Norte em todo este tempo por mercê de Deos e não fui tochado em couza alguma de substancia quando o Arcediago passado[50] se alevantou contra o senhor Dom Francisco Ros[51] eu estava em Cochim quando o mesmo se alevantou contra o senhor Dom Estevão de Brito[52] eu era preposito da caza professa[53] e seu procurador para com o senhor Conde de Linhares[54] e para com essa santa meza logo experiencia tambem não me falta a qual com a sciencia sam <os> dous pollos que mostram por onde os que governam se ham de reger e faltando qualquer delles nam pode haver bom governo porque ainda que hum seja muito letrado senão tiver experiencia raramente acertara ao seu governo

---

[43] A palavra Goa foi acrescentada por mão de D. Francisco Garcia

[44] Concelho de Salcete

[45] Cf. a palavra *chalani,* corrente, ordinário. Vide Dalgado, Sebastião Rodolfo, Glossário luso-asiático, Coimbra, Academia das Sciências, 1919-1921

[46] O sânscrito, ou *devandgari.* Explica

[47] *Palaiya,* antigo; *nágari,* sânscrito. Trata-se do alfabeto grantha.

[48] A língua Síria

[49] A sira ocidental.

[50] Cruz, Jorge da (cf. Card. E. Tisserant, *Eastern Chrystianity in Índia,* Bombay, 1957 48-49 53 55-56 63).

[51] Arcebispo 1600-1624.

[52] Arcebispo 1624-1641.

[53] A Casa Professa de Goa

[54] D. Miguel de Noronha, Conde de Linhares, vice-rei da Índia 1629-1635

e pelo contrario ainda que tenha pouco saber se tiver muita experiencia acertara em muitas cousas como vemos acontecer assi no governo secular por onde he proverbio que a experiencia he mai da sciencia principalmente nas couzas maiores se [55] tambem com expriencia mai da purdencia em tanto que o dis Aristoteles que não pode hum mancebo ter purdencia porque não pode ter expriencia

Particularidades acerca a vida de D. Francisco Garcia arcebispo de Cranganor e da christandade da Serra, ou dos cristãos de S. Thomé [56]

Foy natural de Alter do Cham em Alantejo, villa do ducado de Braganza. Seus pays foram nobres e dos primeiros daquella terra.
Partio para India sendo theologo, sendo procurador o P.e Alberto Laertio da Provincia do Malavar, e naquella monçam foram 63 da Companhia, que todos chegaram com saude em varias naos[57].
Leo philosophia, tendo no cabo as mesas, e foram as primeiras e derradeiras que se fizeram na Índia. Leo depois theologia speculativa e moral varios annos Esteve nas christandades da Costa da Pescaria, de Ceilam, de Salsete de Goa e do Norte, fazendo em todas grandes serviços a Deos e conversam das almas. Foy admiravel em saber as lingoas, dizendo por isto muitos que elle tinha dom de lingoas, polla facilidade com que as fallava tam diversas entre si. Soube as lingoas canarina[58], industana[59], chingala[60], malavar, tamul, sonscadra[61], grendam[62] e caldea[63]. Compos em varias lingoas vidas de santos,

---

[55] O amanuense parece ter escrito a carta ditando-lha e não alcançou tudo

[56] Particularidades a cerca [d]a vida de D. Franco Garcia Arcebispo de Cranganor, e da christandade da Serra, ou dos xpãos de S. Tomé [Manuscrito]- Descrição em: Moniz, José António, *Inventario*, Secção XIII , Lisboa, BN, 1896
Segundo José Wicki redigido pela mão do Padre Jacinto de Magistris entre finais de 1659 ou 1660. Transcrição actualizada por nós.

[57] O P. Laerzio(Laércio) italiano de Orte, onde nascera em 1557, foi para a Índia a primeira vez em 1579. Com a mencionada multidão de missionários tornou a ela em 1602. Foi vice-provincial de Goa e, de 1605-11 e 1625-29. Provincial de Malabar. Faleceu em Cochim em 1630.

[58] O concani Vide Dalgado, Sebastião Rodolfo, Glossário luso-asiático, Coimbra, Academia das Sciências, 1919-1921.

[59] O marata, não urdu ou hindustani. Assim se lê no necrológio também do P. Stephens. que este sabia o hindustani. em vez de marata (cf. G. Schurhammer, *Der Marathidichter Thomas Stephens S. I. Neue Dokumente,* em Archivum Historicum ,1957

[60] Singalês Vide Dalgado, Sebastião Rodolfo, Glossário luso-asiático, Coimbra, Academia das Sciências, 1919-1921 .

[61] O sânscrito. Vide Dalgado, Sebastião Rodolfo, Glossário luso-asiático, Coimbra, Academia das Sciências, 1919-1921 .

[62] Grantha, «livro», o alfabeto «palea nagari» de D. Francisco Garcia.

[63] A língua Síria.

meditações, dialogos; confutou os erros dos gentios, persuadindo com rezões as cousas de nossa santa fé, em estilo muito douto e aceito a todos.
Fez varios dictionarios, vocabularios, grammaticas e outros libros para se aprenderem as ditas lingoas facilmente.
Sendo Arcebispo, gastou muito dinheiro a. fim de se poder emprimir em algumas lingoas livros para a dilataçam da santa fé; porem nam lhe socedeo por ignoranza de officiaes.
Foy na Companhia procurador, reittor dos collegios de Baçaim e de Goa, preposito da Casa Professa, vice-provincial, visitador e provincial; depois de 55 annos, eleito e sagrado Bispo de Ascalona; e Arcebispo de Cranganor 17 annos e 9 mezes, morrendo aos 3 de Settembro de 1659.
Abhorreceo tanto as dignidades que quando lhe deram a nova da eleiçam em Bispo, logo lhe deu hum vagado, outro no dia que foy consagrado Bispo, o 3º quando por morte de D. Estevam de Britto seu antecessor, ficou elle Arcebispo.
E para bem governar, mandou logo pintar na sua sala os prelados que foram da Companhia, bispos, arcebispos, patriarchas e cardiaes para que tivesse sempre diante de seus olhos exemplos de casa para os imitar.
Visitou por vezes o seu arcebispado todo em terras de gentios, nam perdoando a travalhos para consolar e ajudar seus christãos, os quais sempre se reconciliavam com cousas de devaçam, com vestidos, armas e outros prezentes.
As igrejas do arcebispado, de sua casa fez muitas obras, como suppellectiles de calizes, vestimentas, dalmaticas, capas, paineis e outras cousas, procurando tambem muitas com o dinheiro das mesmas igrejas, as quais sempre procurou fossem limpas e ornadas, de modo que atraissem os animos dos christãos para as frequentarem.
Abhorreceo sempre na sua christandade as devações de noite, assi antes de amanhecer como na propria noite na coresma a visita dos paços com as portas das igrejas abertas ou ladainhas e outras devações dizendo ser este abuso e occasiões de mil offensas de Deos.
Teve grande zelo do bem das almas procurando fossem suas ovelhas coltivadas por todos os modos, e assi aos vigarios diligentes costumava sempre dar algumas peças, como aos missionarios da Companhia.
Foy sempre enclinado a amparar orfans e isto té que tivessem estado e ficassem sem perigo e nos derradeiros annos foy tam liberal em fazer esmolas que corria risco de ficar sem nada, dizendo que as esmolas eram tochas que lhe hiam diante.
A sua casa parecia de religiosos, ainda que tivesse nella varia sorte de gente.
Por seus familiares teve sempre os melhores musicos, para que lhe servissem na Se teve clerigos do seu arcebispado continuamente, para que deste modo fossem mais domesticos.

Sempre procurou fazer destrarem meninos em varias danças, para que accompanhassem as procissões, tendo-lhe feito diversos vestidos para este so effeito envençam de que nas visitas procurava muito para convocar a gente a igreja, a crisma. etc.
Para isto sempre fazia fallas, vaiapos[64] entermezes e outras cousas semelhantes pollas quais concorrevam os povos muito para as ver em que depois tinha o seu intento para os adoutrinar, etc.
Sempre foy escrupuloso em dar ordens, dizendo que nam daria conta a Deos das que tivesse negado.
A sua gente de casa se confescava frequentemente, dizia as ladainhas jontamente duas vezes no dia e outras devações.
Tinha varias casas as quais todos os meses repartia suas esmolas, costumando dizer que o melhor dia do mes para elle era o primeiro por ser dia em que distribuiva o dinheiro as familhas pobres.
Cada dia dizia a missa porque, dizia elle, nem queria que as almas do purgatorio se queixassem delle: foy destas particularmente seu devoto para as encomendar a Deos alem da missa que dizia, ouvia outra de joelhos, visitando entre dia a sua capelinha.
Sendo prelado conservou sempre o exercitio da vida religiosa em se allevantar polla manha cedo, em fazer sua oraçam mental, ezames, ler a liçam espiritual e outros exercitios religiosos, tendo cada vez mais conceito da sua Religiam e do seu santo fondador[65].
Teve particular affeiçam al Rey D. João[66], nam so como vassallo, mas como filho desejando sempre suas grandezas; e assi nam perdoava a gastos ou para refazer os muros da fortaleza de Cranganor, ou para a paga dos soldados, ou para vigias em occasiam de sospeita de guerra, andando elle mesmo com seus clerigos a rondar de noite.
Tinha em sua casa muitas armas de fogo, lanças, espadas, polvora, pilouros, morram, etc. para as emprestar em tempo de necessidade; e foy parecer de todos que por seu respeito ficou em pe a fortaleza de Cranganor, pollo grande cuidado que teve em tudo de a conservar e nam ser tomada do gentio.
Por isto sendo de 80 annos, vindo os olandezes sobre Cochim por ver a cidade que o capitam nam tinha talentos para a saber defender, ainda que estivessem muitos portugheses que tinham estado em grandes governos, a cidade obrigou ao Arcebispo a ser seu governador e defende-la do perigo em que estava, como depois esteve com 17 naos olandesas que a vieram cercar Ouvesse o Arcebispo com tanta diligencia pollo dinheiro gente e munições que ajontou para defende-la que sabida tanta

---

[64] Vai-após, jogo português, parece o mesmo que vai-te-a-ele ou esconde-esconde
[65] São Inácio de Loyola
[66] D. João IV.

prevençam, os olandeses se partiram muito enfadados, pollos grandes gastos que tinham feito em vir a essa cidade com infinita gente e tantas naos .
Foy inimigo de receber prezentes de nenhuma sorte antes elle para o bem da sua christandade, que estava espalhada nas terras dos gentios para os ter mais benevolos continuamente lhe mandava varias peças, com que governava como se fossem terras sogeitas a coroa do rey de Portogal.
Quando via qualquer offensa de Deos, ou apertos com seus christãos pellos capitães d'eI-Rey, de varios modos lho fazia saber e nam desistia disto te que nam estivessem no seu estado primeiro, nam arreceando de quebrar com elles e dizer-lhe as verdades como era necessario.
Vendosse ja apertado da idade de annos 81 com alguns achaques, e principalmente por varias molestias que teve de varios, por nam fazer bem o seu officio, vendo que perdia o gosto do comer e o estomago nam lho consentia trattou de se aparelhar a morte dispondo de varias cousas como repartindo esmolas e assi deixou por dous annos dinheiro para se repartir as casas pobres, como elle fazia sendo vivo todos os meses.
Deixou dinheiro como em hum monte de piedade para se emprestar à gente pobre com esta condiçam que quando nam o restituisse, aquelles nunca mais se emprestasse cousa alguma, e isto so para a gente de Cranganor.
Fez repartir dinheiro e seus vestidos a casas pobres a seus familiares deixou dinheiro para tornarem para suas terras e para ficarem em sua casa te que tivessem embarcaçam commoda para partirem.
Deu carta d'alforria a todos seus moços e dinheiro para se poderem remediar naquelles principios.
Mandou fazer huma roupeta nova, hum ornato da tomba, caixam e outras cousas para o seu enterro e sepoltura.
Teve particolar devaçam as onze mil Virgens[67] para ter huma boa morte, e assi a preveo dizendo que era a derradeira doença, tomando o aviso da morte sem nenhum sobresalto nem enquietações tendo sempre na boca salmos que rezava no tempo de sua doença que durou perto d'um mez, e actos d'amor de Deos com que se consolava.
Desejou de morrer no dia da Assumpçam[68] ou oitava da Senhora por dizer que eram bons dias.
No dia do seu enterro fez repartir esmolas a todos os pobres e em particular aos seus meninos filhos de gente pobre, aos quais elle todos os dias costumava fazer dar de almoçar.
Tambem fez distribuir a sua roupa branca e muitos pedaços de pano para se vestir a gente pobre.

---

[67] Santa Úrsula e companheiras, mártires de Colónia.
[68] 15 de Agosto

Recebeo o SS. Sacramento na sua sala, diante de todos, aos quais disse que perdoava, como pedia perdam dos desgostos que lhe tinha dado no seu governo. Recebeo a S. Onçam respondendo elle a tudo com grandissima paz e sossego d'alma.

Por 30 dias se lhe cantaram duas missas cada dia, huma em latino conforme o rito romano[69], a outra em siro caldaico por ser aquella christandade de S. Thomé apostolo, aonde se continua ainda oje o rito caldeo approvado pellos Summos Pontifices.

Antes de morrer se despedio com cartas dos RR. cabidos de Goa e Cochim[70], dos senhores governadores do Estado da Índia e da cidade de Cochim.

Por vezes dizia que sendo estado 63 annos na Companhia, nam se lembrava de ter offendido a Deos nunca mortalmente.

Foy muito devoto da B. Virgem procurando com todos de aumentar sua devaçam, por merecer dos homens toda a lembrança, de agradecidos pelos officios que faz de continuo por elles diante de Deos.

Teve grande conceito da santidade do S. P. Ignatio e da nossa religiam, queixandosse muito por ver que havia grande mudança do seu primeiro ser e virtude antiga.

Foy muito prudente e precatado sempre em todas suas acções e governos e sendo suddito na Companhia, resgou por vezes duas e 3 vezes as cartas escrevendo a seus superiores, quando via que tinha escrito alguma palavra de mais por nam faltar a reverencia devida aquelles.

Soube canones perfeitamente aritmetica, musica, tendo genio e talento particular para qualquer arte liberal e mecanica.

Foy de temperamento natural sanguinho e ainda que fosse sogeito a se gastar, no obrar tinha ganhado tanto na virtude que parecia fregmatico.

Isto he brevemente o que me occorre acerca de D. Francisco Garcia arcebispo de Cranganor, do qual por muitos annos foy seu companheiro e confessor.

---

[69] Latino

[70] Então não havia Bispos em Goa e Cochim, por o Papa não ter ainda reconhecido a restauração da independência, proclamada em 1640; por isso escreveu D. Francisco Garcia aos Cabidos.

Bibliografia

Dalgado, Sebastião Rodolfo, *Glossário luso-asiático*, Coimbra, Academia das Sciências, 1919-1921

Franco, P. António, *Ano Santo da Companhia de Jesus em Portugal* , Porto, Biblioteca do "Apostolado da Imprensa",1931

Franco, P. António, *Imagem da virtude em o noviciado da Companhia de Jesus no Real Collegio do Espírito Santo de Évora,* Lisboa, na Officina Real Deslandesiana, 1714

Manso, Maria de Deus Beites, *A Companhia de Jesus na Índia 1542-1622,* Texto policopiado aspectos da sua acção missionária e cultural, Évora, 1999

Maria, F. Vicenzo, O.C.D., "Il viaggio all' Indie Orientale del padre F. Vincenzo Maria di S. Caterina da Siena Procurator Gener. de'Carm. Scalzi", In *Venetia*, Apresso Giacomo Zattoni, 1678

Pissurlencar, Panduronga S. S,(compil. e anot) *Assentos do Conselho de Estado* , Goa, Impr. Nacional, 1954

Rego, A. da Silva, *Lições de Missionologia*, Lisboa, JIU, 1961

Rodrigues, Francisco *A Companhia de Jesus em Portugal e nas missões*, 2ª ed., Porto, Tip. Fonseca, 1935

Schlesinger, Dr. Hugo e Porto, Humberto (Pe). *As Religiões Ontem e Hoje.* São Paulo, Paulinas, 1982

Wicki, José, *O homem das trinta e duas perfeiçöes e outras histórias: ms. Opp. NN. 192 do Arq. Rom. S.J.* / escritos da literatura indiana trad. por Dom Francisco Garcia, Lisboa , Agência Geral do Ultramar, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1958

Memórias setecentistas de D. Francisco de Almeida
Os condes de Assunção Marquesa de Alorna

Dr. Filipe Lopes Ribeiro do Carmo Francisco

Apresentação

O presente trabalho pretende interligar três conceitos – **Sobrevivência**, **Cristalização** e **Apropriação** – aplicados na definição de uma Memória de D. Francisco de Almeida, o Primeiro Vice-Rei da Índia Portuguesa.

Definindo em primeiro lugar o âmbito destes conceitos procurou-se, de seguida, verificar a ligação parental que une a família de D. Francisco e a dos Condes de Assumar, posteriormente Marqueses de Alorna. De seguida estabelecer e revelar as principais referências que em textos impressos se publicaram durante o século XVIII, invocando directamente a Memória do ilustre Ascendente.

Problematizar por fim o modo como **sobreviveu** a imagem de D. Francisco, decorridos mais de dois séculos, a **cristalização** da sua memória e dos seus feitos e o **apropriação** que publicamente se realiza visando uma integração oitocentista na Memória colectiva da Epopeia Portuguesa no Oriente, de que D. Francisco se constitui como um dos Fundadores.

Memória de D. Francisco

Sobrevivência – A ideia da figura de D. Francisco de Almeida manteve-se por si mesma, integrando-se na memória colectiva dos feitos portugueses praticados no Oriente. Subsiste de si uma imagem "arrebatada", idealizada num misto de aventura e combate a que se une a trágica circunstância da morte do seu filho D. Lourenço no combate de Diu. Mais de dois séculos passados, continua a constituir-se no século XVIII como um referente principal, activo ainda na memória geral e passível de invocação pelos seus descendentes.

Cristalização - Mais do que uma memória histórica, lidamos neste trabalho com uma memória idealizada, acrítica e indissociável da morte de seu filho, cantada por Camões "no choro do Tejo" em "Os Lusíadas". Pretende-se utilizar a possibilidade de associação ao nome de D. Francisco, nos presentes históricos enunciados, numa perspectiva de valorização pessoal, propondo um referente no qual se agregaram à memória real os valores de combate e de honra que se unem no Sangue que todos partilham.

Apropriação – Sendo a ligação de sangue não totalmente directa, a invocação necessita de conter um conjunto de elementos de ligação a D. Francisco. Ascendentes directos dos Condes de Assumar são invocados pelos seus feitos na Índia, constituindo-se, contudo, o referente principal na figura do primeiro Vice-Rei. Cria-se um contínuo entre o princípio do século XVI e o século XVIII no qual a constante é o valor demonstrado e constantemente provado dos diversos descendentes que, pela Índia, tinham, nesse espaço de tempo, ajudado a consolidar o Estado fundado por D. Francisco de Almeida.

Construção de uma Linhagem

Passados 175 anos sobre a Estada de D. Francisco e sendo os inícios da presença portuguesa da Índia origem de muitas histórias, a opção tomada na época em estudo assume de um modo mais claro a criação e definição da ligação entre D. Francisco e D. João de Almeida e seus descendentes. Não sendo uma linhagem directa, é assumido que a enumeração dos Almeidas que se distinguiram nos diversos momentos da história portuguesa da Índia irá indicar uma continuidade de valor e bravura.

Descendendo de um sucessor bastardo de um dos irmãos de D. Francisco de Almeida, a linhagem não era um argumento de discussão pública, não se explicitando este facto[1], assumindo a família apenas a pertença de nome. Fazendo parte do tronco comum, assiste-se a uma identificação com as principais figuras que tinham servido os monarcas portugueses.

A partir desta geração, a sucessão do ramo ascendente dos Condes de Assumar sempre foi notavelmente estável. Durante cerca de três séculos a sucessão foi transmitida sempre pelo filho varão mais velho, havendo apenas uma excepção pela morte, ainda solteiro e sem sucessão do primogénito[2]. Essa estabilidade vai-se manter durante todo o século XVIII, sendo apenas interrompida pelas trágicas mortes dos filhos do terceiro Marquês de Alorna, em 1805 e 1806, passando o título pela sua morte em 1813, depois de um longo processo judicial, para a sua irmã D. Leonor de Almeida, a poetisa Alcipe.

O uso de títulos com origem nas possessões ultramarinas dos Portugueses era muito limitado. Dos cinquenta e nove[3] Títulos dos Grandes Portugueses com uso em 1755 apenas 4 se nomeavam fora de Portugal

---

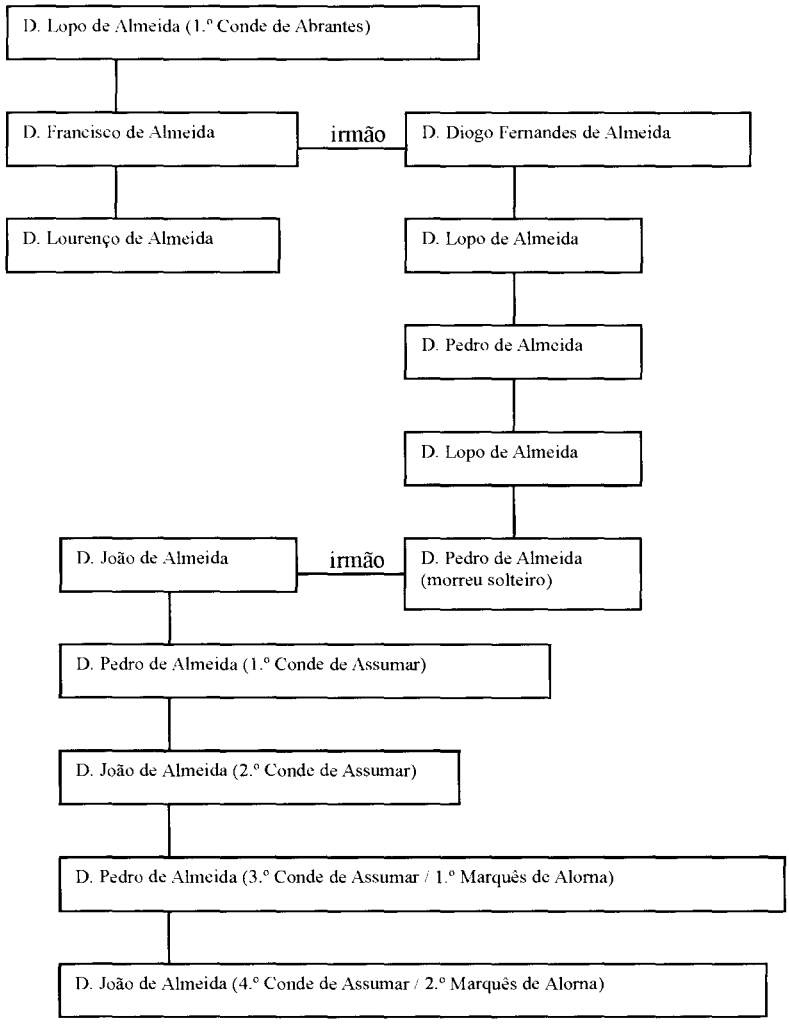
[1] José Barbosa, *Elogio do Excellentissimo Senhor D. João de Almeida Portugal* (...), Lisboa, 1735, p. 3-5.

[2] Conferir o Quadro da página seguinte.

[3] António Caetano de Sousa, *Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal*, Lisboa, 1933, 4.ª Edição (a partir da Edição de 1755).

(Marquês de Alorna e Marquês das Minas; Conde de Coculim Conde da Ilha do Príncipe). Este facto torna mais proeminente a capacidade de, aliando o serviço cortesão, o governo ultramarino e a proeminência académica (a partir de 1721) em três gerações (menos de 70 anos) esta família ter atingido uma relevância tão destacada.

Quadro Genealógico[4]



[4] Felgueiras Gayo, *Nobiliário de Familias de Portugal*, Braga, 1992, Vol. I, p. 72-76.

Ascensão dos Condes de Assumar – Marqueses de Alorna

Na sequência do fim do governo de D. Francisco de Almeida, assiste-se a um largo interregno da presença da família Almeida no posto mais elevado do Governo do Estado da Índia.

Vai ser preciso esperar cerca de 175 anos para de novo partirem Pai e Filho com destino ao Oriente e será no Elogio Fúnebre[5] deste novo "D. Lourenço de Almeida" que iremos encontrar sistematizada o que se irá denominar neste trabalho como *cristalização* e *apropriação* da memória de D. Francisco de Almeida.

Recém nobilitada, a família procura neste espaço de ascensão social que é o serviço nos governos do Além-Mar[6] os referentes históricos que os liguem a uma memória de feitos e de conquistas. Vai ser no serviço do governo da Índia que vão alcançar a Grandeza, primeiro como Condes de Assumar (Carta de 11 de Abril de 1677) pelo Regente D. Pedro e posteriormente, já no século seguinte, o terceiro Conde eleva a Casa ao Marquesado, primeiro como Marquês de Castelo-Novo (24 de Março de 1744) e mais tarde de Alorna (9 de Novembro de 1748) as duas concedidas por D. João V.

O primeiro título concedido a esta família continha em si dois óbices: o facto de já ter sido atribuído pelo governo Filipino a um nobre português (D. Francisco de Melo) que depois da Restauração se tinha mantido ao lado do partido castelhano e a obrigatoriedade de esperar D. Pedro um ano para o poder usar, o que leva Braamcamp Freire[7] a considerar nunca ele ter realmente tomado posse do título.

A pertença de D. João de Almeida à família de D. Francisco de Almeida nunca é colocada em causa, apesar de, tal como será posteriormente indicado, descender de uma linha bastarda. É uma pertença assumida, que toma como referente no seu ramo original D. Francisco e não o seu irmão e verdadeiro Avô, D. Diogo Fernandes de Almeida (Prior do Crato).

São colocados em relevo os serviços que os diversos membros (directos ou colaterais) desta família realizaram na Índia, desde a fundação do Estado da Índia por D. Francisco de Almeida. De notar um importante paralelismo pois se, tal como vem indicado por Joaquim Candeias Silva[8] o inicio da

---

[5] José Barbosa, op. cit.

[6] Nuno Gonçalo Monteiro, "A Corte, As Províncias e as Conquistas: Centros de Poder e Trajectórias Sociais no Portugal Restaurado (1668-1750)", *O Barroco e o Mundo Ibero-Atlântico*, Lisboa, 1998, p. 23-41.

[7] Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, Coimbra, 1927, 2.ª Edição, p. 366.

[8] Joaquim Candeias Silva, *O Fundador do "Estado Português da Índia" D. Francisco de Almeida*, Dissertação de Mestrado Faculdade de Letras Universidade de Lisboa, Lisboa, 1991, Tomo I, p. 16.

ascensão social da Família Almeida, que vai terminar no 1.º Conde de Abrantes (D. Lopo de Almeida) coincide com a pertença ao círculo mais restrito do Mestre de Avis, futuro D. João I o ascendente desta nova linhagem dos Almeidas está correlacionado com a recomposição após a Restauração.

Apesar da pertença a um círculo já destacado, com o exercício de importantes cargos principalmente como Alcaides, vai ser com D. João IV[9] que os Almeidas se irão aproximar da Corte, tomando posse do importante cargo de Vedor da Casa Real.

Esta evolução, compreendida no tempo, que assistiu a importantes alterações e recomposições do tecido social e político, abriu as portas a novos protagonismos. Será importante definir quais são os momentos históricos valorativos, assumidos e interiorizados no discurso que se organiza da família para o público.

Por exemplo, o Cerco de Diu no qual participaram directamente o seu trisavô e respectivos irmãos (D. Pedro, D. Francisco e D. João), pode-se entender como um momento de ligação entre um passado distante e o presente histórico. Pretende provar uma constante presença da família na grande epopeia portuguesa do Oriente.

Será neste âmbito de difusão pública primeiro no suporte enquanto objecto escrito impresso, segundo no propósito de publicitação dos laços familiares com D. Francisco de Almeida que se vão atingir os objectivos de criar e propagandear uma imagem cristalizada de D. Francisco e dos seus "descendentes" Condes de Assumar os herdeiros nos séculos XVII e XVIII do talento que criou o Estado da Índia.

D. João de Almeida

Quase 175 anos depois de D. Francisco volta a partir um Almeida para o principal posto do Governo da Índia. Em 1677, Dom Pedro de Almeida Portugal partia de Lisboa, onde sucedeu ao 1.º Conde do Lavradio. Ia acompanhado de seu filho D. João de Almeida Portugal que embarcou como praça de Soldado[10]. Tal como D. Lourenço, mal chegou à Índia e devido à sua condição, foi-lhe passada patente de Capitão de Infantaria, quando contava 14 anos de idade.

Quando seu pai no ano seguinte organiza a expedição que se dirige a Paté, porto na Costa Africana, já embarca com o posto de Capitão de Mar e

---

[9] José Barbosa, op. cit. p. 5, apesar das convulsões ocorridas na sequência da Regência de D. Luísa de Gusmão, Reinado de D. Afonso VI e Regência de D. Pedro o 1.º Conde mantêm-se nos cargos palacianos.

[10] José Barbosa, op. cit., p. 7.

Guerra, de novo tal como D. Lourenço de Almeida no início da campanha em que vai encontrar na Batalha de Diu a morte[11]. Mas os paralelismos acabam na viagem de partida.

Vai ser D. Pedro que na sequência da campanha adoece vindo a falecer em Moçambique. Depois de garantido o descanso dos restos mortais de seu Pai, parte directamente para o Reino, com vista a tomar posse da Casa que herdou por direito. De recordação desta campanha irá ficar "(...) huma ferida de huma setta na garganta, que deixando-lhe na cicratiz huma pequena fistula, foy por todo o espaço de sua vida a mais gloriosa, e honrada testemunha do seu valor.[12]"

Depois do frustrado negócio do casamento da herdeira portuguesa com o Duque de Sabóia, que lhe permitiu pela viagem a Itália conhecer diversas praças de guerra, continuou empregue em diversos cargos palacianos e iniciou a constituição da sua família. Casou com uma filha dos Marqueses de Fronteira, mulher com um espírito brilhante, assegurando a sucessão da sua Casa.

O casamento ocorrido muito rapidamente após o seu regresso de Itália beneficiou não só do fausto natural do casamento de duas Casas tão importantes, no período pós-Restauração, como de todos os preparativos que tinham sido realizados para o Casamento Real: "(...) porque os fidalgos como em grata competencia vestiraõ naquelle dia preciosissimas galas, e os criados da familia appareceraõ entaõ com as librés prevenidas para o casamento de Saboya (...)[13]"

Na inerência do seu cargo de Vedor da Casa Real, recebeu diversos embaixadores estrangeiros, e após o juramento de D. João V em 1697, no qual desempenhou um importante papel em representação do "Braço da Nobreza[14]", foi ainda nomeado para a Junta dos Três Estados e depois da morte de Carlos II, na eminência do conflito, recebeu ainda o governo do Forte de Paço de Arcos[15].

Com a chegada do pretendente austríaco a Lisboa, ficou o Conde de Assumar encarregue da estadia não só do Arquiduque, mas também da sua corte. Acompanhou D. Pedro na Campanha da Beira e, depois, guiou o regresso do Arquiduque até Lisboa. Segundo o seu biógrafo[16] foi incumbido

---

[11] Conferir o desenvolvimento da Campanha de 1508-1509 em José Virgílio Amaro Pissara, *Chaul e Diu, O Dominio do Índico*, Lisboa, 2002.

[12] José Barbosa, op. cit., p. 7.

[13] Idem, Ibidem, p. 11.

[14] Idem, Ibidem, p. 13.

[15] Idem, Ibidem, p. 14.

[16] Idem, ibidem, p. 17

de tratar da união das duas casas reais, negociações que foram interrompidas pela partida na frota conjunta Anglo-Luso-Holandesa para a conquista de Barcelona.

Foi em mar alto, na passagem por Gibraltar, que D. João foi de escaler ao navio almirante apresentar as suas credenciais de embaixador. Já em Barcelona, como Embaixador Extraordinário, foi-lhe facultado o acesso às cartas do Imperador que confirmavam os esponsais entre o herdeiro D. João e a princesa D. Mariana[17].

Para além dos favoritismos e dissenções entre os portugueses, a corte deste pretendente, em que pontuavam políticas muito diversas era frequentemente palco de grandes discussões devido, por exemplo, às diferentes precedências entre os diversos títulos em uso nos vários estados representados na Grande Aliança.

Após a campanha e o regresso a Portugal que as tropas tiveram de realizar por caminhadas em terreno inimigo tendo como comandante D. Pedro Miguel, o filho do Conde, regressou a Portugal continuando incumbido de diversos recebimentos de dignitários estrangeiros.

Em 1721, foi o primeiro académico de número a ser eleito depois dos cinquenta originais, para a Academia Real da História Portuguesa e o seu discurso de aceitação criou o paradigma de anuência da eleição e ratificação real "(...) porque à sua eloquencia se devem as discretissimas Praticas, com que depois se foraõ dando as graças das novas eleiçoens.[18]"

Veio a falecer em 1733, quando se encontrava em serviço ao Paço. Acumulou ainda nos últimos anos vários e importantes cargos na Corte de D. João V.

Principais Citações

Para a história desta personagem histórica, a principal fonte é o Elogio Fúnebre, realizado pelo seu consócio José Barbosa[19] da Academia Real de História Portuguesa. Indicam-se as principais citações em que a figura de D. Francisco de Almeida e a ascendência em geral são mencionadas.

"Entre as Familias illustres Portuguezas, que tem florecido em Varoens grandes, seja na paz, ou seja na guerra, he huma a dos Almeidas." p. 2.

"Parece esta Familia o thesouro politico, militar, e Sagrado da nossa Monarchia, quando vejo o grande numero de Embaixadores, Védores da Fazenda, Presidentes, Monteiros Móres, e Conselheiros de Estado. Parece a

[17] Idem, Ibidem, p. 19-20.
[18] Idem, Ibidem, p. 46.
[19] Idem, Ibidem.

Officina de Marte nos Capitaens, e Generaes, que honradamente ambiciosos da fama, e da gloria dos seus Principes derramarão liberalmente o sangue (...)" p. 3.

"Vio-se o Senhor D. João de Almeida naquelle theatro, em que seus avós se fizerão heroes, e em que com a espada, e com o conselho accrescentarão a gloria militar dos Monarchas Portuguezes. Ali o estavão marcialmente incitando os exemplos de seu terceiro Avô, o Senhor D. Pedro de Almeida, e que com seus irmãos D. Francisco, e D. João de Almeida defenderão com incriveis façanhas a famosa Praça de Dio, no temeroso cerco (...)" p. 7 e 8.

"(...) e sobre tudo lhe arrebatava o pensamento a immortal memoria daquele terror do Oriente, o incomparavel D. Francisco de Almeida, seu sexto Avô, que para vingar a injusta morte de seu filho unico D.Lourenço de Almeida, todo o sangue inimigo lhe parecia pouco para o derramar como sacrificio não menos da saudade, que da honra." p. 8.

"Não era possivel, que hum Cavalhero, como o Senhor Conde do Assumar herdeiro com o sangue dos Almeidas dos seus espiritos marciaes, passasse a vida no ocio de huma paz dilatada (...)" p. 13.

"O seu nome terá duração eterna nas memorias dos políticos, e nos Fastos dos Militares, e na gloriosissima serie dos grandes Almeidas este será o mayor, *por quem sempre o Tejo chore*." p. 62.

D. Pedro Miguel de Almeida e Portugal

Das três gerações analisadas neste trabalho, foi o 1.º Marquês de Alorna[20], o que se distinguiu mais segundo o modelo do seu antepassado D. Francisco de Almeida. Nascido em 1688, vai com 16 anos iniciar a sua carreira militar na Guerra de Sucessão de Espanha. Primeiro com seu pai em Paço de Arcos, depois no Regimento do Marquês de Fontes na Campanha da Beira. Participa em vários combates e recebe a Patente de Capitão.

Da sua juventude perdura a carta que a mãe lhe envia nas vésperas da partida em Campanha, em que expõe de um modo nítido o tipo de ética da nobreza portuguesa do início do século XVIII. Para além da importância do sangue, da linhagem: "(...) que adoutrina de hûa molher possa concorrer para vos constetuir hum perfeito cappitão, e hum verdadeiro netto de tantos avos que de hum e outro apellido Almeydas e Mascarenhas ennobrecerão jà com as suas façanhas as nossas historias, advertindo que a grandeza adquerida he

---

[20] Foram realizadas duas teses de mestrado acerca do 1.º Marquês de Alorna: Manuel Artur Norton, *D. Pedro Miguel de Almeida Portugal*, Lisboa, 1967 e Olga Herminiana Esse, *D. Pedro Miguel de Almeida Portugal, Vice-Rei do Estado Português da Índia*, Tese de Mestrado Faculdade de Letras Universidade de Lisboa, Lisboa, 1996, exemplar policopiado.

muito mais glorioza que a herdada (...)[21]" É expressamente enunciada a relevância do "acrescentamento" que ao nome da família e à memória dos feitos dos antepassados era obrigação do herdeiro fazer para sua glória futura.

Durante a Guerra de Sucessão de Espanha, parte com o pai na Embaixada destinada à Corte do pretendente austríaco, distinguindo-se nos combates em torno de Barcelona. Finalizadas as Campanhas vai liderar com prudência as tropas sobreviventes por Castela, conseguindo com aplauso geral uma marcha sem conflitos.

Em 1717[22] é encarregado do Governo de S. Paulo e Minas, com o espinhoso encargo de implementar os "quintos" sobre o Ouro. Quase sem tropas e num meio hostil para qualquer representante do poder de Lisboa, vai com mão de ferro lançar as bases de um poder efectivo, com a criação das tropas de Dragões e da casa da Fundição. Esmaga uma revolta com execuções públicas dos seus cabecilhas. De novo no discurso que pronuncia na tomada de posse em S. Paulo vai reafirmar os valores enunciados mais de uma década atrás por sua mãe: "(...) que Deos me fez na minha Patria tam conspicuo, como os melhores della, e sendo igualmente evidente, que mais com os proprios penachos se adornam as pessoas, que com os que por herança lhe vem dos seos antepassados; de huns naõ menos q*ue* de outros, foy Deos Servido. que eu tivesse em abundancia.[23]"

Regressado a Portugal, vai ser destacado para serviços militares, de reorganização da Cavalaria da qual foi nomeado Director. Em 1733 é eleito para a Academia Real da História Portuguesa onde irá encontrar o pai e dois dos irmãos mais novos (D. Diogo Fernandes de Almeida e D. Francisco Mascarenhas de Almeida).

Em 1744 é nomeado para o Conselho de Guerra e em Março para Vice-Rei do Estado da Índia ao ser recebida na Corte a notícia da morte do Marquês do Louriçal[24]. Os preparativos foram feitos à pressa, chegando o Marquês em 22 de Setembro a Goa. Levava instruções que, perante os últimos desastres (invasão da Província do Norte), apenas sublinhavam a manutenção das possessões existentes (Goa, Damão, Diu, Moçambique e Sena) e a reforma do Estado de modo a equilibrar as contas e tentar inverter o défice.

A partir de 1746 vai desenvolver um conjunto de Campanhas Militares ao redor de Goa, procurando estabelecer zonas tampão que tornassem mais

---

[21] Charles R. Boxer, *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica 1415-1815, Alguns Factos, Ideias e Personalidades*, Lisboa, 1977, p. 157.

[22] Laura de Mello e Souza, *Discurso Histórico e Político Sobre a Sublevação que nas Minas Houve no Ano de 1720*, Belo Horizonte, 1994, introdução.

[23] Biblioteca Ajuda, 54-XIII-16, n.º 151, fólio 2.

[24] António Caetano de Sousa, op. cit., p. 93.

difíceis as cíclicas penetrações realizadas pelo Bounsuló e outros régulos vizinhos. Conseguiu através da publicação de diversos relatos, mais tarde com traduções para Italiano e Francês, uma larga "propaganda", que inclusive levou à alteração do título originalmente atribuído (Marquês de Castelo-Novo) para o de Alorna, praça indiana que tinha conquistado na Campanha de 1746.

Foram publicadas ao longo do seu Vice-reinado duas séries de Poemas (3 e 2 Partes), duas séries de Relações Noticiosas (6 e 4 Partes), dois Sermões de Acção de Graças, duas traduções italianas, uma tradução francesa, um volume de poemas de diversos autores e uma descrição da sua Entrada Pública em Goa em Setembro de 1744, num total de 22 Volumes.

Principais Citações

De José Barbosa, autor do Elogio Fúnebre do 2.º Conde de Assumar, é publicado sob pseudónimo (Ambrósio Machado) a obra *Relação da Posse, e da Entrada Publica que fez*[25] (...), que descreve todo o cerimonial, extremamente elaborado, que acontecia para a transmissão de poderes. Obra descritiva, é na Oração do cidadão Tomé Leal que se encontram as principais citações.

" E se naõ , diga-o o famoso D. Diogo de Almeida, Governador, que foy deste Estado no anno de 1546 (tempo, em que se começou a experimentar na Asia o valor da Casa do Assumar)", p. 12.

"Digaõ-no as proezas de D. Francisco de Almeida, primeiro Vice-Rey; que foy deste Estado, que em hum só dia, e com o mesmo golpe, destroçou as armas do Egypto, e Cambaya, que na vingança da morte de seu filho parece queria beber o sangue do Oriente todo.", p. 12 e 13.

"E se em D. Pedro de Almeida, que tambem servio neste Estado occupando varios póstos, como foraõ as Capitaniâs de Baçaim, e Damaõ (...)", p. 14.

"(...) e em o Excellentissimo Senhor D. Pedro de Almeida, Avô de Vossa Excellencia, Vice-Rey que foy deste Estado, esteve quasi extincto o Condado, pelo dito Senhor vir a fallecer em Moçambique antes de chegar a lograr o Titulo de Conde do Assumar.", p. 15.

De 1747, pela pena do Desembargador José Luís Coutinho[26], saiu um volume poético. A dedicatória à esposa do Marquês é assinada por Francisco

---

[25] José Barbosa, *Relação da Posse e Entrada Publica que fez na Cidade de Goa o (...) Senhor D. Pedro Miguel de Almeida, Marquez de Castel-Novo (...) e Oração que na sua Entrada disse Thomé Ribeiro Leal*, Lisboa, 1746.

[26] José Luís Coutinho, *Poema Heroico Historico em Applauso dos Felices Sucessos (...)*, Lisboa, 1747.

Luís Ameno, um dos editores em Lisboa das obras enviadas de Goa relatando os feitos de D. Pedro.

"(...) desempenhou as altas obrigaçoens do sangue de Almeida naquelle famoso theatro da India, em que seus Avós se fizeraõ heroes, (...) Alli o estava marcialmente incitando o valor, com que D. Pedro de Almeida, e seu filho D. Joaõ de Almeida, aquelle Avô, e este Pay (...); e sobre tudo lhe arrebatou o pensamento a immortal memoria daquelle terror do Oriente o incomparavel D. Francisco de Almeida.", p. [4].

No terceiro Poema dedicado á terceira campanha, o autor enuncia a ascendência de D. Pedro[27], entrando na geração de D. Diogo Fernandes de Almeida e de seu irmão D. Francisco de Almeida:

"**LXXVII**

Este Varaõ heroico, esclarecido,
Que Dom Diogo Fernandes se chamava,
E de Almeida o magnifico Appelido
Tambem, como os passados seus, usava:
O posto de Monteiro mór subido
(Occupaçaõ Real) exercitava:
Ao grande Dom Francisco, que regera
Da India o nobre Emporio, irmaõ tivera."

Na primeira Oração de Graças[28] recitada em Goa pelo Padre Jesuíta Manuel de Figueiredo a dedicatória é escrita ao filho mais velho de D. Pedro, que se encontrava a estudar em Paris.

"Creyo que a applicaçaõ á historia, em que V. Excellencia se entretem quando descança do estudo das Sciencias, lhe fará com gosto deleitavel ler assim na antiga, como na moderna as acçoens domesticas de seus illustres Progenitores, e nellas verá V. Excellencia o valor de hum D. Francisco de Almeida primeiro Vice-Rey da India, que em hum só dia, e com hum só golpe destroçou as armadas do Egypto, e Cambaya (...)" p. [10].

José Freire Monterroio Mascarenhas, editor da *Gazeta de Lisboa*, vai fazer publicar a mais longa série de textos[29] sobre este vice-reinado. Entre 1746 e 1752, são editados seis partes, totalizando mais de 480 páginas. No início da segunda parte, enuncia o Autor a ascendência do Vice-rei:

---

[27] José Luís Coutinho, *Continuaõ-se os Applausos do Senhor D. Pedro Miguel de Almeida*, Lisboa, 1750, p. 26.

[28] Manuel de Figueiredo, *Sermam de Acçam de Graças pela Victoria que alcançou o (...) SenhorMarquez de Castello Novo*, Lisboa, 1747.

[29] José Freire Monterroio Mascarenhas, *Epanaphora Indica*, Lisboa, 1746-1752, VI Partes.

"Foy o Apelido de Almeyda sempre faustissimo no Oriente â Naçaõ Portugueza. Começou a florecer a reputaçam das suas Armas no Governo do primeiro Vice-Rey D. Francisco de Almeida, e resuscita hoje, como a Fenix, no Vice-Reynado do (...) D. Pedro Miguel de Almeida e Portugal, VI. Neto por varonia de hum Irmaõ do mesmo D. Francisco.[30]" p. 3.

De diversos correspondentes publica na terceira parte[31] da *Epanaphora*, textos congratulatórios à publicação que tinha empreendido e às acções do Marquês de Castelo-Novo. Do Sócio da Academia Real de História Gaspar Leitão da Fonseca, publica um *Romance de Arte Mayor*, em que se enuncia o passado do apelido Almeida:

"Pois dos Almeydas para assombro eterno,
O renome famoso resuscita
No mesmo Estado, para que hum com outro
Em reciproca gloria, sempre viva." p. [16]

Começa o texto da *Epanaphora Indica*, com a seguinte exortação:

"Já nam chora o Tejo pelos Almeidas, nem a India tem saudades dos Albuquerques, nem dos Castros." p. 1 [21].

Na edição francesa de 1749[32], organizada pelo Reitor do Colégio[33] onde estudavam os filhos do Marquês de Alorna, encontra-se no prefácio a seguinte invocação:

"[Ces Braves Portugais] (...) ils l'ont trouvé dans le Successeur & le petit-fils de ces Illustres d'Almeida qui ont fait respecter la puissance Portugaise jusqu'aux extremités de la Terre: & avec lui ils font crus capables d'imiter tout ce que leurs Ancêtres ont exécuté de plus éclatant." p. [II].

"[Esses Bravos Portugueses] (...) eles os encontraram no Sucessor & netos desses Ilustres Almeida que fizeram respeitar a força Portuguesa até às extremidades da Terra: & com ele eles foram capazes de ousar imitar tudo o que os seus Ancestrais executaram de mais espantoso."

D. João de Almeida e Portugal

D. João de Almeida nunca foi à Índia apesar de, durante o Governo de seu Pai (1744-1750) ter constantemente reafirmado a vontade de se lhe

---

[30] José Freire Monterroio Mascarenhas, *Epanaphora Indica*, Lisboa, 1747, Parte 2, p. 3.

[31] Idem, Ibidem, Lisboa, 1748, Parte 3.

[32] [Manuel António Meireles], *Relation des Conquêtes Faites dans Les Indes par* (...) *Marquis de Castel-Nuovo*, Paris, 1749, Edição realizada a partir da Edição Italiana do ano anterior.

[33] José Cassiano Neves, "A Epopeia Portuguesa no Oriente", Separata da Revista *Oriente*, Lisboa, 1957, Volume LII, p. 134.

juntar[34] "(...) peço-lhe por amor de Deus, que não deixe de me levar consigo, isto me fará um gosto; e no caso que assim não possa ser, torno a pedir a V. Ex.ª me mande ir pelas primeiras naus.". À data da partida de seu progenitor, encontrava-se a estudar em Paris num colégio de Jesuítas, com o seu Irmão, D. Luís de Almeida.

A correspondência que manteve com o pai[35], já publicada em parte, constitui um valiosíssimo instrumento de conhecimento, principalmente sobre os processos de "introdução" nas Cortes Francesas e Castelhanas, aquando do seu retorno a Portugal.

Posterior ao seu regresso, que o amargura pelo choque cultural que lhe provoca, casa-se com D. Leonor Távora, filha do sucessor de seu Pai no Governo da Índia. Tal como aconteceu em 1679, após a trágica morte em Moçambique de seu Avô D. Pedro de Almeida Portugal, a família Távora sucede à família Almeida na Índia.

Apesar dos incessantes pedidos não obtém a autorização de seu pai para embarcar, ficando em Lisboa onde se torna em data desconhecida Sócio da Academia Real de História. Unido pelo casamento à Família Távora, vê-se implicado durante o processo que se segue ao atentado contra D. José I. A longa permanência no Forte da Junqueira vai ser objecto após a Viradeira, de um texto[36] e de um longo processo judicial em que pretende restabelecer o seu bom nome e o da família da sua esposa.

Só depois do início do Reinado de D. Maria I, vai conseguir levantar as sanções contra a sua família, atingindo o apogeu da sua luta na Oração Académica[37] que pronuncia poucos meses depois, a 5 de Julho de 1777, na ocasião do aniversário de D. Pedro III. Nela critica a perseguição de que foi alvo, tentando alcançar a benevolência régia.

Para festejar a sua libertação é publicado por um poeta do círculo da sua filha Leonor de Almeida, a árcade Alcipe, uma *Ode* dedicada a seu Pai em que são enunciados as injustiças sofridas pela família ás mãos de Pombal.

---

[34] Nuno Gonçalo Monteiro, *Meu Pai e Meu Senhor Muito do Meu Coração*, Lisboa, 2000, p. 24.

[35] Nuno Gonçalo Monteiro, op. cit.

[36] Marquês de Alorna, *As prisões da Junqueira durante o ministério do Marquez de Pombal*, Lisboa, 1857, 2.ª Edição em 1882.

[37] Fernando Castelo-Branco, "Subsidios para a História da "Academia Real da História Portuguesa", *Anais da Academia Portuguesa da História*, II Série, Volume 20, Lisboa, 1971, p. 60.

Principais Citações

Publicada pelo Bacharel Domingos Maximiano Torres[38], o árcade Alfeno, os dois textos encontram-se encadernados em conjunto com uma miscelânea de textos laudatórios da coroação e início de governo de D. Maria[39].

Em relação aos cargos na Academia Real da História Portuguesa:
"Em ocio literario o Grande Almeida,
Em ocio benemerito da Patria
O sobre-humano espirito profundo
Cultivava indefesso:", p. [3].

Em relação á Memória dos feitos da Família na Índia:
"Alli lhe mostras com honroso sangue
Seus Maiores regando Indicas palmas,
Immarcesciveis palmas, que hoje esteião
Sós, a nutante Goa.", p. [3].

"Entre elle sahe o Vice-Rei primeiro,
Cingida a frente co'a rostrada Croa,
Torvo mostrando á Patria o filho exangue,
Que nos braços levanta.", p. [5].

"Vejo enlevado nas brilhantes Guias,
Dom Diogo, que, de quando em quando irado,
O Hidalcão com os seus mordendo a terra,
A ingrata Elysia mostra.", p.[5].

"» Oh Grande Dom Francisco! Oh Terror d'Asia ...
» Com teu unico filho em flor cortado
» Vem; segui-os, meus claros Ascendentes,
» Do Ceo da honra Estrellas.", p. [6]

---

[38] Domingos Maximiano Torres, *Soneto a Alcipe Desculpando a Ode seguinte [...] Ode ao (...) Senhor D. João d'Almeida e Portugal, Marquez de Alorna*, [s.d.], [s.l.].
[39] Biblioteca Nacional de Lisboa, L22663P.

Conclusão

Tal como enunciado no início deste texto verificou-se o modo como sobreviveu a Memória de D. Francisco de Almeida. Passados dois séculos constitui-se como uma imagem cristalizada mas activa, fixada pelos grandes feitos operados na Índia engrandecida numa dimensão trágica pelas circunstâncias que ditaram a morte do seu filho D. Lourenço.

Assume-se em três percursos de vida tão distintos, uma visão que recorre por todas as razões de valor, honra e poder e não apenas numa identificação com a política ultramarina. D. Francisco é o homem que destrói duas armadas inimigas num só dia mas que carrega nos braços o corpo morto do filho e que parece querer "beber o sangue de todo o Oriente[40]" na vingança. Terror da Ásia e dos inimigos dos Portugueses, D. Francisco congrega em si todos os valores que nos cerca de cento e setenta anos que medeiam a sua vida da dos Condes de Assumar são mantidos por uma plêiade de representantes dessa família por quem "o Tejo chora" os mortos em combate pelo poder português.

D. Francisco de Almeida é o ponto de partida, não o ponto natural que poderia ser invocado mas, sem sombras de dúvidas, o ideal para a afirmação de uma linhagem de serviço. De notar, contudo, a constante vontade de acrescentamento que sentem os sucessores desta Casa, por vontade própria ou lembrada pelos progenitores, de fazer gravar à imagem dos seus ilustres antepassados o seu nome próprio na História. Pois o apelido já estava registado desde os actos desse mesmo D. Francisco.

É nessa perpetuação da recordação dos feitos e actos, da criação e fixação de uma memória e na recuperação e integração dessa memória no seu próprio tempo que a família dos Condes de Assumar, depois Marqueses de Alorna, vai ajudar (se tal fosse necessário) na fixação do nome de D. Francisco de Almeida na nossa Memória Colectiva.

Fontes e Bibliografia

Fontes Manuscritas

Biblioteca da Ajuda
54-XIII-16, n.º 151, fólio 2.

[40] José Barbosa, *Relação da Posse e Entrada Publica que fez na Cidade de Goa o (...) Senhor D. Pedro Miguel de Almeida, Marquez de Castel-Novo (...) e Oração que na sua Entrada disse Thomé Ribeiro Leal,*

Fontes Impressas

José Barbosa, *Elogio do Excellentissimo Senhor D. João de Almeida* (...), Lisboa, José António da Silva, 1735.
Id., *Relação da posse, e da entrada publica que fez na cidade de Goa o Senhor D. Pedro Miguel de Almeida, Marquez de Castel-Novo* (...) *e oração que na sua entrada disse Thomé Ribeiro Leal*, Lisboa, Nova Oficina Sylviana, 1746.

COUTINHO, José Luís, *Poema Heroico Historico em Applauso dos Felices Sucessos e Vitorias* (...), Lisboa, Manuel Coelho Amado, 1747.
Id., *Continuaõ-se os Applausos* (...), Lisboa, Herdeiros de António Pedroso Galrão, 1750.

FIGUEIREDO, Manuel, *Sermam de Acçam de Graças pela victoria que alcançou* (...) *Marquez de Castelo-Novo*, Lisboa, Francisco da Silva, 1747.

MASCARENHAS, José Freire Monterroio, *Epanaphora Indica*, Lisboa, [s.n.], 1746-1752, VI Partes.

[MEIRELES, Manuel António], *Relation des conquêtes faites dans les Indes par D. P. M. d'Almeida, Marquis de Castel-Nuovo* (...), Paris, Bordelet, 1749.

TORRES, Domingos Maximiano, *Soneto a Alcipe Desculpando a Ode Seguinte*, [s.l.], João Baptista Reycend, [1777].

Bibliografia

ALORNA, Marquês de, *As prisões da Junqueira : durante o ministério do Marquez de Pombal*, Lisboa, [s.n.], 1857, edição de José de Sousa Amado.

ALORNA, Marquês de, *As prisões da Junqueira : durante o ministério do Marquez de Pombal*, Lisboa, Typ. Universal, 1882, edição de José de Sousa Amado.

CASTELO-BRANCO, Fernando, "Subsídios para a História da "Academia Real da História Portuguesa"", Lisboa, [s.n.], 1971, Separata dos *Anais da Academia Portuguesa de História*, II série, vol. 20.

ESSE, Olga Herminiana, *D. Pedro Miguel de Almeida Portugal, Vice-Rei do Estado Português da Índia*, Dissertação de Mestrado em História apresentado à Faculdade Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1996, Exemplar Policopiado.

FREIRE, Anselmo Braamcamp, *Brasões da Sala de Sintra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1927, 2.ª Edição.

GAYO, Felgueiras, *Nobiliário de Familias de Portugal*, Braga, Carvalhos de Basto, 1992.
Id., "A Corte, As Provincias e as Conquistas: Centros de Poder e Trajectórias Sociais no Portugal Restaurado (1668-1750)", *O Barroco e o Mundo Ibero-Atlântico*, Lisboa, Colibri, 1998.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo (sel., intro., notas), *Meu Pai e Meu Senhor Muito do Meu Coração*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais - Quetzal, 2000.

NEVES, José Cassiano, "A Epopeia Portuguesa no Oriente", Lisboa, [s.n.], 1957, separata da Revista *Ocidente*, vol. LII, 1957.

NORTON, Manuel Norton, *D. Pedro Miguel de Almeida Portugal*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1967.

PISSARA, José Virgílio Amaro, *Chaul e Diu, O Domínio do Índico*, Lisboa, Prefácio, 2002.

SILVA, Joaquim Candeias, *O Fundador do "Estado Português da Índia" D. Francisco de Almeida*, Dissertação de Mestrado em História apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1991, Exemplar Policopiado.

SOUSA, António Caetano de, *Memórias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal*, Lisboa, [s.n.], 1933, 4.ª Edição.

SOUZA, Laura de Mello e (intro.), *Discurso Histórico e Político Sobre a Sublevação que nas Minas Houve no Ano de 1720*, Belo Horizonte, Fundação João Pinheiro, 1994.

PROGRESSO CIENTÍFICO. A IDEIA DE PORTUGAL E A EUROPA MULTISECULLAR NA OBRA DE FERNANDO OLIVEIRA

Prof. José Eduardo Franco[1]

"Portentosas foram antigamente aquelas façanhas, ó portugueses, com que descobristes novos mares e novas terras, e destes a conhecer o Mundo ao mesmo Mundo. Assim como líeis então aquelas vossas histórias, lede agora esta minha, que é também vossa. Vós descobristes ao Mundo o que ele era, e eu vos descubro a vós o que haveis de ser. Em nada é segundo e menor este meu descobrimento, senão maior em tudo. Maior cabo, maior esperança, maior império".

Padre António Vieira

"O mundo único pode ser entendido como muitos; ou os muitos mundos entendidos como um; o tratar-se de um ou de muitos depende do modo de os entender."

Nelson Goodman

DIMENSÃO E SIGNIFICADO DA VIDA E OBRA DE FERNANDO OLIVEIRA

Perfil de um humanista genial, rebelde e insubmisso

Fernando Oliveira (c.1507-c.1582) emerge como um autor bem exemplar do mais original e avançado humanismo renascentista português. Luís de Albuquerque definiu-o muito significativamente como "um português genial aventureiro e insubmisso."[2] Com efeito, a sua personalidade era de uma versatilidade singular e a sua experiência internacional, pelas diversas viagens[3] que realizou e povos, culturas e ideias com que contactou, fornece-

---

[1] Pós-doutorando da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

[2] Luís de Albuquerque, "Fernando Oliveira. Um português genial aventureiro insubmisso", in *Navegadores, viajantes e aventureiros portugueses. Sécs. XV-XVI*, Vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores e Caminho, 1987, pp. 128-142.

[3] Acerca da importância das viagens como meio de ampliar conhecimentos e horizontes intelectuais, já Séneca testemunhava numa das suas cartas ao seu amigo Lucílio, de maneira muito curiosa e interessante: "Estas viagens que me forçam a sacudir a minha indolência são óptimas, acho eu, quer para a minha saúde, quer para os meus estudos (...) E porquê para o

ram-lhe informações qualitativa e quantitativamente significativas, dando-lhe uma abertura de espírito que o elevou a uma posição charneira entre os espíritos mais vanguardistas da sua época.

Estamos, com efeito, perante, um dos mais originais e multifacetados autores do Humanismo português do Renascimento. Teve um percurso diversificado e cheio de aventuras. Este que foi Dominicano e depois egresso Dominicano, Padre Secular, Humanista, Filólogo, Piloto e Especialista em Ciência Náutica, Historiador é mais conhecido pelo seu nome grafado em português antigo, Fernão de Oliveira com o qual também assina alguns dos seus escritos[4]. Formou-se no Convento de São Domingos de Évora, tendo tido entre os seus mestres o humanista André de Resende que mais tarde o haveria de o acusar perante o Tribunal do Santo Ofício. Por razões desconhecidas, provavelmente pelo seu *carácter rebelde e insubmisso* fugiu do convento eborense para Espanha no ano de 1532. No país vizinho viria a estabelecer contactos com humanistas espanhóis e especialmente com a obra de António de Nebrija, cuja *gramática* estudou e transcreveu e lhe viria a servir de inspiração para a redacção daquela que é na realidade a primeira *Gramática da Linguagem Portuguesa* publicada em 1536, que antecede a obra gramatical de João de Barros só sairia do prelo quatro anos mais tarde. F.O. editou o primeiro manual gramatical no contexto da sua experiência pedagógica no âmbito das funções que desempenhava como preceptor de filhos da Nobreza portuguesa, mormente dos filhos de João de Barros e do Barão de Alvito.

---

estudo? Já te digo: porque não interrompi as minhas leituras. A leitura, é de facto, em meu entender, imprescindível: primeiro, para me não dar por satisfeito só com as minhas obras, segundo, para, ao informar-me dos problemas investigados pelos outros, poder ajuizar das descobertas já feitas e conjecturar as que ainda há por fazer. A leitura alimenta a inteligência e retempera-a das fadigas do estudo, sem, contudo, por de lado o estudo. Não devemos limitarmo-nos não só à escrita, nem só à leitura: uma diminui-nos as forças, esgota-nos (estou-me referindo ao trabalho da escrita), a outra amolece-nos e embota-nos a energia. Devemos alternar ambas as actividades, equilibrá-las, para que venha a dar formas às ideias coligidas das leituras. Como soe dizer-se, devemos imitar as abelhas que deambulam pelas flores, escolhendo as mais apropriadas ao fabrico do mel e depois trabalham o material recolhido, distribuem-no pelos favos (...)" - Séneca, *Cartas a Lucílio*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, pp. 379-380. Entendi citar este trecho de séneca porque considero muito significativo e importante, além de achar que Fernando Oliveira cumpriu, ao longo da sua vida, o programa intelectual e científico esboçado por este intelectual romano.

[4] A oscilação da ortografia do nome deste autor - Fernão de Oliveira ou Fernando Oliveira - deve-se à confusão típica da sua época quanto ao modo de grafar estes onomásticos, pelo que optámos pela grafia mais moderna deste nome, sendo esta, aliás, aquela que é usada na sua obra historiográfica, conforme defende Paul Teyssier. Cf. Paul Teyssier, *L'«História de Portugal» de Fernando Oliveira d'après le Manuscrit de la Bibliothèque Nacional de Paris*, Separata das Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Lisboa, s.n., 1959, p. 359.

Entretanto nos anos 40 desenvolveu uma actividade tão multifacetada como atribulada desde as funções que teria desempenhado como enviado secreto de D. João III em Itália para tratar de negócios da Corte Portuguesa, passando pelo serviço que prestou como piloto naval na frota do capitão francês Saint-Blanchard, até à sua presença na Corte Inglesa de Henrique VIII na qualidade de perito em assuntos de marinharia, onde tomou contacto com as ideias do protestantismo anglicano que viriam a influenciar as suas opiniões sobre diversas matérias expressas nas suas obras. A partir do final da década de quarenta, regressado já a Lisboa, a liberdade de opinião praticada e as suas críticas feitas à Igreja e a certos costumes da sociedade portuguesa vão atrair a atenção do Tribunal da Inquisição. Postura intelectual que levará, no século XIX, o seu primeiro biógrafo, Henriques Lopes de Mendonça, a classificá-lo livre-pensador *avant la lettre*.

Depois de um primeiro processo inquisitorial aberto no ano de 1548, em que Fernando Oliveira foi acusado e condenado por professar opiniões heréticas e temerárias próximas da heresia eclesiológica anglicana e da corrente erasmista, novamente no ano de 1555 voltou a ser encarcerado nos calabouços inquisitoriais por ter emitido pareceres, alguns deles ventilados na publicação da *Arte da Guerra do Mar,* sobre algumas estruturas, doutrinas e práticas católicas, em particular a vida monástica e os fundamentos teológicos clássicos do comércio esclavagista então muito próspero. Denúncia o recurso hipócrita aos argumentos hauridos na doutrina teológica clássica da guerra justa, recurso muito cómodo para as apaziguar as consciências católicas interessadas no tráfico de escravos. Recusando esses argumentos assacados, Fernando Oliveira desmascara a causa efectiva da expansão da escravatura na modernidade: o interesse comercial promovido por profissionais especializados neste sector de comércio. Ao mesmo tempo deplora a metodologia proselitista violenta utilizada na conversão dos povos ao Cristianismo descobertos no quadro das viagens marítimas intercontinentais promovidas pelas potências ibéricas. Faz uma apologia radical da perspectiva mais evangélica do anúncio de Cristo pela poder persuasivo do magistério da palavra desvinculada do uso do império da força das armas. Nas alegações que professou perante o Tribunal tece uma ousada crítica aos estilos e à natureza do Tribunal do Santo Ofício. Perante os inquisidores, advoga destemidamente que a Inquisição deveria assumir uma postura mais evangélica, devendo por isso usar metodologias menos repressivas e mais pedagógicas através da orientação para a verdadeira fé pelo recurso à persuasão e não à intimidação e à punição impiedosa.

O pioneirismo de Fernando Oliveira na crítica à escravatura e à recusa do reconhecimento de uma soberania espiritual e temporal do Papa e dos reis católicos sobre os povos recém-descobertos inscreve este humanista

português na linha de pensamento da escola de Salamanca e aproxima-o das teses paradigmáticas desenvolvidas em torno destas questões candentes por Francisco Vitória e Francisco Suarez.

Na década de 60 e 70, num período em que os seus serviços especializados na área da ciência naútica foram disputados pela Corte Espanhola e Francesa, redige mais duas obras técnicas que deixou manuscritas (em Latim e em Português) também pioneiras no âmbito europeu sobre construção naval e marinharia: *Ars Nautica* (c. 1570) e o *Livro da Fábrica das Naus* (finais da década de 70). Dedicou-se ainda à tradução dos Clássicos e também lhe é atribuído um relato da viagem de Fernão de Magalhães.

Na esteira dos melhores homens do saber da época dos Descobrimentos e do Renascimento, Fernando Oliveira construiu um conhecimento avançado à luz de um experiencialismo que assenta no confronto crítico entre teoria e prática, entre doutrina e técnica, entre as heranças epistemológicas e culturais clássicas e os novos dados objectivos colhidos no processo de planetarização das relações entre os povos e os continentes. Este processo revolucionou a mundividência greco-romana e medieval e inaugurou a época da proto-globalização.

A palavra discernimento ganha um papel decisivo neste novo quadro epistemológico. A metodologia do experiencialismo e da indutividade a ela inerente, que preside principalmente à concepção das obras técnicas deste autor, emerge como definidora de um programa de saber, cujo carácter pendular vai da hipótese à prova e da descrição à explicação. Este processo de produção científica e de reformulação de mundividências é desenvolvido através do recurso a uma linguagem preferencialmente vernacular e de estilo claro, sintético e rigoroso com cuidados pedagógicos acrescidos de modo a servir de ensino eficaz, multiplicativo de conhecimento e da sua aplicabilidade, não apenas para satisfazer uma mera curiosidade intelectual.

A NOÇÃO DE CIÊNCIA

"Na ciência, como na arte e na vida,
apenas aquilo que é realidade para a
Cultura é realidade para a Natureza."
Ludwik Fleck

Situados neste horizonte ideológico, é deveras interessante analisar a noção de ciência e as suas implicações em Fernando Oliveira, através da análise de duas importantes obras saídas da sua pena, as quais detêm um valor cimeiro na produção técnico-científica portuguesa, no âmbito do humanismo português e no quadro da produção científica fomentada pela actividade

marítima resultante dos Descobrimentos portugueses. *A Arte da Guerra do Mar* e o *Livro da Fábrica das Naus* não só constituem um paradigma avançado de reflexão, conhecimento e inovação científica para a época como abrem e estimulam o amor pela ciência e a necessidade de permanente aperfeiçoamento, na perspectiva de um entendimento valorativo do homem e das suas potencialidades.

Com efeito, Fernando Oliveira soube aproveitar com perspicácia e inteligência aquilo que observou, ouviu, palpou e experimentou nas suas viagens e contactos com outros povos e culturas e encetou uma reflexão comparada, crítica e aberta, valorizando aquilo que concluiu ser mais importante, menosprezando o secundário e o mesquinho. Embora a compreensão da ciência seja o tema único que nos vai ocupar neste estudo, não posso deixar de relevar, nesta introdução, um aspecto que me surpreendeu sobremaneira, no capítulo III da *Arte da Guerra do Mar*, e que revela um entendimento ético de um homem ousado e vanguardista para o seu tempo - a condenação da escravatura e uma visão altamente desvalorizante e crítica da guerra.

O conhecimento científico em Fernando Oliveira, como veremos, insere-se também nesta ambiência epistémico-cultural de supervalorização do homem e das suas potencialidades vistas numa perspectiva optimista de aperfeiçoamento historicamente ascendente. A leitura das Descobertas são entendidas neste horizonte ideológico como um passo em frente no avanço da humanidade, avanço que nunca se apresenta como acabado, mas sempre passível de revisão.

A noção de ciência que vamos apresentar como resultado da pesquisa das obras de Fernando Oliveira, não pode ser desligada da consideração, como pano de fundo, de um acontecimento histórico-programático que foram, pois, as viagens dos portugueses que desvelaram à Europa as desconhecidas terras *misteriosas* da cartografia de Ptolemeu. Estas viagens, a sua preparação, realização e consequências vão provocar uma ruptura epistemológica da ciência náutica tradicional em particular e, subsequentemente, da ciência em geral.

Neste sentido, comenta Luís de Albuquerque que "para se ter uma ideia de como as viagens dos descobrimentos podiam lembrar este facto: a náutica corrente nascera e era praticada no Mediterrâneo, e as rotas nesse mar interior eram quase sempre descritas no sentido das longitudes; pelo contrário, no Atlântico, as navegações faziam-se predominantemente no sentido norte-sul. Esta diferença fundamental foi mais vincadamente acentuada pelo facto dos condicionalismos geográficos do Atlântico nem sempre permitirem que nele se adoptasse uma navegação costeira ou de cabotagem, que podia ser praticada sem restrições no Mediterrâneo." [5]

---

[5] Luís de Albuquerque, *As inovações da naútica portuguesa do séc. XVI*, Separata de Presença de Portugal no Mundo, Lisboa, 1982, p. 391.

Esta possibilidade de confronto entre os saberes apreendidos teoricamente das autoridades científicas antigas e a sua verificação, revisão e inovação, na prática, vai constituir o grande contributo dos Descobrimentos que conduziram ao repensar da noção aristotélica de ciência. E isto tornou-se um programa irreversível e a cumprir, visto que os Descobrimentos representaram um "fenómeno de permanente comunicação mundial enquanto expansão planetária dos povos europeus dos séculos XV e XVI (...). Pela primeira vez existem programas de conhecimento de sistematização e de utilização desta revolucionária acumulação informativa sobre os mais diversos mares, continentes e sociedades." [6]

O autor que estamos a analisar faz um eco potente desta relação planetária comunicativa, em que "Portugal desempenha um papel vanguardista e fundamental" [7]. A partir do seu vasto conhecimento cultural e experiencial, F. Oliveira conseguiu escrever duas obras ligadas aos avanços nos domínios dos mares, onde revê a noção de ciência tradicional e propõe uma nova perspectiva para fundamentar e construir o conhecimento científico.

Vamos agora apresentar as principais linhas mestras que formam o pensamento científico de Fernando Oliveira, deslindando o modo como o autor entendeu a estruturação de um conhecimento discursivo que se pretendia científico.

Saber Técnico-Científico

> "No estudo de toda a questão científica, considerar a maneira como os primeiros investigadores puseram os termos problemáticos que se lhes apresentam - nada de mais essencial."
>
> **Lucien Febvre**

Luís de Albuquerque escrevia "que as viagens de Descobrimento fizeram passar a náutica de uma arte para uma técnica." [8] Neste âmbito de transformação e mudança é perfeitamente enquadrável a obra náutica de Fernando Oliveira. Ele elabora a construção do seu edifício epistemológico em função de um esforço nítido de descrição rigorosa de um saber que se pretende técnico e rigoroso a partir de um confronto de um vasto banco de dados, de forma a apurar os resultados mais convincentes, do ponto de vista

---

[6] Luís Filipe Barreto, *Portugal, mensageiro do mundo renascentista*, Lisboa, Quetzal editores, 1989, pp.17 e 19.

[7] *Ibidem*, p. 17.

[8] Luís de Albquerque, "Ciência e técnica nos Descobrimentos", in *Vértice*, 1988, nº 9, p. 16.

técnico-prático, depois de abundantemente validados pela verificação experiencial prática. É bem expressiva esta passagem de *A Arte da Guerra do Mar*, sobre a imperiosidade do conhecimento *in loco*, no terreno, para cimentar e sustentar a teoria: "Eu queria que soubessem eles e não presumissem filósofos e astrólogos deviam ser os marinheiros. Mas pois não porque carecem totalmente da notícia disto que deviam saber, quero-lhes dar conta do que dizem os sabedores e que indícios dão para conhecermos em particular as mudanças do tempo que faz dum dia para outro, as quais é necessário conhecer." [9] A verificabilidade práxica é enunciada como critério e etapa insubstituível para imprimir à sistematização epistemológica um carácter rigorosamente científico. Caso contrário, esse *corpus* gnoseológico não chega a transpor o horizonte da presunção.

É notória a emergência da exposição de um saber teorizante, a partir do qual se haure uma sistematização e reflexão científica evidente no claro empreendimento de um discurso de fundamentação, ordenação, compreensão e explicação.[10] Nesta perspectiva, comenta Fernando Oliveira no *Livro da Fábrica das Naus* que a "arte é doutrina tirada do uso e prática dos bons oficiais. E se o bom oficial tiver muita e bem entendida prática dos outros bons oficiais, terá arte e se tiver bom entendimento para saber usar dela e usar bem dela será artista e poderá ser mestre. E a arte tal se pode cometer, que supra de sua suficiência onde as regras faltam. Portanto, o que lhe comete é que com bom entendimento e bem atentado supra as coisas onde as regras faltam para tal somente." [11]

Este trecho é deveras nevrálgico para enunciarmos uma definição medular da construção do pensamento científico oliveiriano: a íntima e indispensável conivência entre a teoria e a prática e uma contaminação necessária entre a doutrina e o saber teécnico-prático.

A construção do edifício teórico-epistemológico deve grande informação à praxicidade, se quisermos, à exercitação técnica. Não obstante, a utensilagem teórica, o «bom entendimento» é decisivo para o melhoramento da competência técnica, bem como esta clara compreensão de índole nitidamente mais abstracta, pode possibilitar a inovação, a transposição dos limites pontuais da codificação convencionada pelo estabelecimento de um saber consignado sob a forma de regras.

---

[9] Fernando Oliveira, *A arte da guerra do mar*, Lisboa, Ministério da Marinha, 1969, p. 87. Procedi à actualização da linguagem dos textos escritos em português antigo.

[10] Recorde-se que classicamente era hábito dizer-se, com alguma verdade, que a ciência tinha nascido na Grécia, por volta do século VI a.C., com a preocupação de fundamentar e sistematizar o saber. Do mesmo passo, surge um certo distanciamento entre o saber puro e a aplicação.

[11] Idem, *Livro da fábrica das naus*, Lisboa, Academia da Marinha, 1991, p.79.

Em nosso entender, encontra-se aqui o nó górdio da noção de ciência desenvolvida por este humanista. Com efeito, esta contaminação, que sublinha e evidencia a necessidade sistemática de um conhecimento concomitantemente científico e técnico onde aparentemente a vertente técnica abafaria a valorização epistemológica, vai conceder um lugar importante à vertente científica como resultado e como possibilidade de avanço gnoseológico, pois "cumpre que saiba o tal oficial tanto de arte que se possa isso confiar dele e que tenha tanta prática e tão bom entendimento que possa acrescentar na arte coisas boas e necessárias." [12]

Neste quadro de reflexão emerge o conceito aglutinador e polarizador do entendimento científico no autor que nos ocupa este estudo - o conceito-chave de arte. Explica Luís Filipe Barreto que "o vocábulo *Arte* recobre, no quadro semântico do Renascimento, um vasto e polissémico campo que vai desde a acção humana em diferenciação ou oposição à natureza até ao significado de disciplina de conhecimento. Em Fernando Oliveira ele é principalmente o manifesto duma teoria praticista, dum quadro ordenador que considera a teoria como uma normalização propedêutica e acessível da prática experiencial (que é o primeiro e o verdadeiro fundamento do saber) que generaliza o acesso ao conhecimento verdadeiro." [13]

Deste modo, como já vimos, a arte delineia-se como doutrina auferida do conhecimento depurado do saber práxico. Por seu lado, a arte engloba um conjunto de regras que exigem o cumprimento por parte dos seus executores. Conjunto esse que constitui uma lei que define e identifica o grupo dos seus agentes, formando uma espécie de *comunidade científica* que regula e estabelece os parâmetros e limites da prática científica: "Deve-se guardar sempre a regra da arte e cumpre que sejam os oficiais submetidos a ela como a lei, porque isso quer dizer arte, lei que liga e aperta os seus oficiais dentro dos limites das suas regras, porque este nome arte vem dum verbo latino que é *arceo*, o qual quer dizer constranger." [14]

O estatuto epistemológico da arte desenvolve um código legal que implica o estabelecimento de regras gerais e particulares que devem ser seguidas no exercício práxico: "Guardem os carpinteiros as regras gerais e muito mais as particulares porque o erro particular é mais prejudicial que o geral." [15]

Uma das regras de captação de conhecimento científico-técnico a que Fernando Oliveira dá grande relevo, mormente ao nível do *modus faciendi*, é à aristotélica *imitatio naturae* [16] bastante enfatizada pela reflexão tomista-cristã.

---

[12] *Ibidem*, p. 79.

[13] Luís Filipe Barreto, *Op.cit.*, p. 55.

[14] Fernando Oliveira, *Op. cit.*,p. 81.

[15] *Ibidem*, p. 81.

[16] Sobre as relações arte/natureza em Aristóteles, veja-se: A. Maison, *Introduction à la physique aristotelicienne*, Lovaina, s.n.,1945.

Assim, a arte apresenta-se em grande medida como uma leitura analógico-imitativa dos exemplos da natureza: "De maneira que muitas coisas há nas artes que trazem imitação da natureza, ordenando assim Deus para nossa doutrina."[17]

Verifica-se um acentuado esforço de especialização técnico-científica em Fernando Oliveira, através do uso de vocábulos próprios e rigorosamente significativos de um campo semântico restrito. Utiliza-se, nesta linha especializante, uma utensilagem conceptual específica ao lado de uma terminologia técnica, o que instiga a produção de um conhecimento crescentemente rigoroso e circunscrito. Todavia, esta atitude promove um distanciamento progressivo em relação aos outros situados no exterior e não detentores de uma chave descodificadora, dificultando a comunicação e a sua compreensão. Porém, esta distância é, em grande medida, atenuada pela preocupação pedagógica de Fernando Oliveira, como veremos mais à frente.

Porém, esta tendência especializante releva da dimensão filológico-humanista que aparece em vários pontos do programa técnico de Fernando Oliveira e que ganha aí também uma posição de grande relevo.

Por fim, o trajecto tecnicocientífico de Fernando Oliveira manifesta o chamado "processo de aritmatização do mundo real"[18], que estava em curso na comunidade científica humanista. Este autor, no seu esforço de radicação e exposição rigorosa de conhecimento, manifesta a tentativa de aritmatização do real pela recurso à utilização da numeração árabe, nomeadamente nas figuras exemplificativas da apresentação da construção naval.[19]

E isto é significativo não só para a acentuação do pendor rigoroso do conhecimento que se quer expor, como testemunha o desenvolvimento da aritmatização do real que, segundo A. A. Marques de Almeida, "desempenha um papel fundamental - exactamente como agente dessa aritmatização - o sistema de numeração de posição, ou melhor, o sistema de notação árabe."[20]

Todos estes aspectos salientados fazem emergir em Fernando Oliveira uma ambiência gnoseológica que se pode definir como sendo um conhecimento que se constrói com a vertente técnica aliada à dimensão científica.

---

[17] *Ibidem*, p. 83.

[18] Sobre este assunto ver o texto de A.A.Marques de Almeida, denominado "Aritmatização do real na sociedade portuguesa (sécs. XIV-XVII)" na obra editada em homenagem a Luís de Albuquerque: Contente Domingues, - Luís Filipe Barreto (Orgs.), *A abertura do mundo*, Lisboa, Presença, 1985. Aí explica Marques de Almeida que as "As origens deste *processus* devem procurar-se na cultura árabe, no seu gosto pela formalização da experiência sensível, na preocupação de transformar o real físico e de apreender o sentido profundo dessa transformação." p. 155.

[19] Cf. Fernando Oliveira, *Livro da fábrica das naus*, *Op. cit.*, pp. 87, 92, 97, 99, 100, 103, 104, 107, 108, 109.

[20] A.A. Marques de Almeida, *Op. cit.*, p.155.

A Experiência como Fonte do Conhecimento Científico

> "Porque o regular curso das coisas, em que os homens trabalham, é que cada um colhe a novidade da terra segundo o que nela semeou."
>
> **João de Barros**

Em consonância com outros teóricos dos Descobrimentos e do Renascimento, Fernando Oliveira vai eleger o experiencialismo como fonte e metodologia, por excelência, do conhecimento científico que se pretende verdadeiro e objectivo, cimentado no primado da experiência como categoria central, definidora do programa de saber, desde a hipótese à prova, desde a descrição à explicação.[21]

Luís Filipe Barreto selecciona, no quadro dos cientistas dos Descobrimentos portugueses, um reduzido número de personalidades passíveis de serem integradas na escola experimentalista: "As figuras enunciadas da teoria científico-filosófica do experimentalismo são: Duarte Pacheco Pereira, D. João de Castro, Fernando Oliveira, Garcia da Orta e Cristovão da Costa." [22] O mesmo estudioso define esta corrente científica, ao explicar que "a meditação teórico-crítica da cientificidade dos Descobrimentos e, muito em especial, das quatro figuras essenciais da sabedoria do mar leva à elaboração duma filosofia em torno dos fundamentos do valor objectivo/verdadeiro (a que chamamos experiencialismo)." [23]

A verificação experiencial é o lugar judicial de avaliação da cientificidade rigorosa do conhecimento que se quer sistematizar. É significativo este passo do livro *A Arte da Guerra do Mar*, acerca da importância da experiência, a qual não dispensa, todavia, a teoria: "Depois de bem equipados seus navios, o capitão consultará da partida com homens que para isso trará em companhia (...) discretos e experimentados nas coisas do mar e da guerra, nas quais aproveita pouco a descrição sem a experiência e esta sem aquela nada. No mar e na guerra cumpre ver e discernir." [24] Nesta observação e respectivo discernimento reside o cerne da noção do experiencialismo que é precisamente o confronto crítico entre a teoria e a prática, entre a doutrina e a técnica. A palavra discernimento assume um significado altamente definidor da escola experiencialista que concilia de forma permanente

---

[21] Cf. Luís Filipe Barreto, *Op. cit.*, pp. 32-33.
[22] *Ibidem*, p. 33.
[23] *Ibidem*.
[24] Fernando Oliveira, *A Arte da guerra do mar*, " *Op. cit.*, p. 83.

a teoria e a prática, a acção técnica e o pensamento científico que se enriquecem mutuamente.

No plano práxico-observacional, o sentido da visão ocupa um lugar cimeiro na recolha verificacional de informação para efeitos de comparabilidade gnoseológica, selecção e hierarquização valorativa dos dados do conhecimento. Por exemplo, quando Fernando Oliveira explica os géneros e a qualidade da madeira para a fabricação das naus evidencia a predominância da visão como instrumento sensível para obtenção de saber experiencial: "Nesta terra temos dois géneros de madeira muito apropriada para estas duas partes das naus, cada um para a sua: as quais são sovaro e pinho. O sovaro para o liame e o pinho para o tavoado. E são, a meu parecer, os mais acomodados para isto, que todos os que eu vi [25] (...) porque o sovaro é muito rijo e não apodrece na água, mas antes refresca e endurece (...)" [26]

Noutro plano, o exercício práxico da mais variada ordem é uma condição mobilizadora e fulcral para o avanço da ciência, se quisermos, para operacionalizar a possibilidade do progresso científico-técnico. Neste sentido, refere o autor que "o uso achou, diz Virgílio, tirar das ervas pão e das pedras fogo. Assim também acha cada dia nesta nossa arte muitas perfeições que os antigos não alcançaram." [27]

Em suma, o experiencialismo, como metodologia de conhecimento científico em Fernando Oliveira, alia a teoria à verificação prática e releva a exercitação como meio bipolar de inovação e revisão teórica crítica. Como conclui Luís Filipe Barreto: "A construção do experiencialismo é uma luta que atravessa todo o século XVI entre, fundamentalmente duas propostas: a do experimentalismo como empirismo sensorial e a do experimentalismo como racionalismo crítico-experiencial. Este combate desenrola-se, sobretudo, no campo do conhecimento verdadeiro sobre o mar (a marinharia), envolvendo temas de astronomia náutica, de representação cartográfica e de engenharia naval (ou seja, os sectores de investigação científica e de tecnologia de ponta da cultura renascentista)." [28]

A teoria científica emerge em Fernando Oliveira do discernimento produzido do confronto crítico prático-doutrinal. Aqui a compreensão ocupa um lugar cimeiro. Provavelmente, o requisito fundamental do pensamento científico de Oliveira: "E também me parece que não ensinando esta arte porque a não entendiam bem: porque os mestres que entendem mal o que

---

[25] O sublinhado é nosso.

[26] Idem, *Livro da fábrica das naus*, *Op. cit.*, p. 63.

[27] *Ibidem*, p. 62.

[28] Luís Filipe Barreto, *Op. cit.*, p. 33

ensinam são escuros na prática, assim como os sem entendimento estão escuros nas matérias que praticam." [29] Este entendimento teórico-prático será uma chave conceptual fundamental para abrir o quadro epistemológico para a inovação e aperfeiçoamento.

A escola experiencialista fundou-se nos dados resultante de uma intensa actividade investigacional. As viagens que Fernando Oliveira teve a oportunidade de realizar, proporcionou-lhe o cumprimento de um vasto programa de investigação muito útil para a elaboração do seu conhecimento: "(...) porque para isso tomei trabalho andando por muitos portos de mar da Espanha, França, Itália, Inglaterra e alguns de terra de mouros, vendo suas taracenas e praticando com seus carpinteiros, apresentando seus estilos e modos desta carpintaria e fábrica." [30]

Necessidade/utilidade como móbiles de aperfeiçoamento e inovação

> "A época dos Descobrimentos foi mais um degrau percorrido, e talvez um dos mais importantes, nessa escadaria que o homem não cessa de subir para acabar com o mistério."
>
> **Luís de Albuquerque**

Fernando Oliveira, no seu discurso científico, apresenta as categorias da necessidade/ultilidae como *motores* que conduzem ao exercício práxico da *arte*, exercitação essa que produzirá consequentemente, e em seu entender, a inovação e o aperfeiçoamento: "Porém, não foram logo no princípio as artes perfeitas, como acima disse, nem estas da navegação e fábrica naval. Mas, pouco a pouco se foram aperfeiçoando muito mais onde se mais frequentam e usam como fazem nesta terra, porque a indústria dos homens quanto mais usa das artes, tanto mais perfeições lhe acrescenta, requerendo assim a necessidade, ensinando a razão e entendimento." [31]

A consciência de que as ciências inventadas pelos antigos eram imperfeitas, agudiza-se na escola do experiencialismo e como contraponto exorbita-se o esforço de aperfeiçoamento e inovação que a empresa dos Descobrimentos possibilitou ao conhecimento científico.

---

[29] Fernando Oliveira, *Op. cit.*, p. 55
[30] *Ibidem*, p 56.
[31] *Ibidem*, p. 61

O pensamento científico de Fernando Oliveira é atravessado pela pertinente convicção científica de que a exercitação prática é a grande responsável pelo aumento de quocientes de progresso científico, progresso esse que é estimulado, em grande medida, pela necessidade quer de carácter meramente vital, quer de carácter existencial mais complexo, ou seja, devido à necessidade de satisfação de objectivos sócio-políticos estipulados à partida: "E porquanto os navios são necessários para a arte da navegação e a navegação para a gente desta terra de Portugal, cujas vivendas em muita parte pendem do mar - não somente as do povo, mas também as do estado real, que pelo mar têm muitas ilhas, terras e conquistas: as quais não se podem conquistar, nem governar sem navegação." [32] Nesta linha de ideias, Luís de Albuquerque tem razão ao afirmar que "(...) não restam dúvidas que neste domínio os estaleiros portugueses deram um enorme contributo para a arte de construção naval." [33]

Acrescente-se a este aspecto todo o conjunto de dados que a expansão marítima de Portugal acumulou, os quais permitiram o desenvolvimento da chamada ciência náutica[34]. Também, neste sentido, escreve Luís Filipe Barreto: "Os Descobrimentos portugueses levam, no plano da cultura discursiva, à constituição dum planetário banco de dados. Pela primeira vez, na existência do homem, assistimos a uma observação, classificação e acumulação sistemática de dados planetários do mais variado tipo (desde latitudes, bacias hidrográficas e declinações magnéticas de lugares, até à botânica, zoologia, mineralogia, sem esquecer os tipos de organização política, religiosa, económica e os valores e os conhecimentos)." [35]

Em suma, o mobilizador intento expansionista dos portugueses, tendo na base necessidades económicas e motivações religiosas, produziu uma recolha intensa de dados e a sua verificação e exercitação prática que contribuiu para a inovação e avanços científicos e técnicos com uma dimensão até então nunca conhecida.

---

[32] *Ibidem*,, p. 55

[33] Luís de Albuquerque, "A ciência...", *Op. cit.*, p. 21

[34] A ciência naútica é definida por Luís de Albuquerque como o "conjunto de regras, na sua quase totalidade de carácter astronómico, que foram sendo introduzidas na pilotagem a partir de meados do século XV (...). - Idem, *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1994.

[35] Luís Filipe Barreto, *Op. cit.*, p. 19.

A Crítica e o Recurso a *Auctoritas*

> "A ciência e a técnica do Renascimento constituem, como é sabido, um ponto-chave no curso de evolução. Nelas se anuncia a ruptura com a imagem aristotélica do mundo (aquela poderosa tradição da Antiguidade) e berço de uma nova atitude e de uma nova relação frente à Natureza."
>
> **Herman J. Meyer**

A expansão europeia protagonizada pelos portugueses constituiu um marco revolucionário na história do pensamento científico, pois inaugurou a possibilidade de revisão crítica do sistema científico consignado pela cultura greco-romana e pelo pensamento cristão medieval. Esta revisão foi possibilitada pelo confronto entre a doutrina escrita, dogmatizada durante séculos, e a verificação prática que pôs em causa muitas pseudo-verdades das grandes autoridades científicas clássicas.

Assim sendo, constata-se uma generalizada operação de correcção dos filósofos e cientistas clássicos e medievais nas suas mais variadas áreas do conhecimento, a saber, na cartografia/geografia, na ciência náutica, na astronomia, na biologia, etc. Até o crepúsculo da Idade Média, a tradição científica de matiz escolástica vigente tinha por regra fundamentar a sistematização de todo o conhecimento científico na autoridade dos grandes mentores da ciência da Antiguidade.

O renascimento e a reviravolta operada pelo pensamento humanístico contribuiu para rever esta atitude acrítica em relação às autoridades científicas do passado. Fernando Oliveira é um exemplo paradigmático, como homem de ciência, que assume uma atitude crítica revisora dos saberes estipulados desde a antiguidade acerca do mundo e da prática científica que o torna, também neste plano, um renascentista e um humanista de posicionamento cimeiro.

A primeira nota dominante a destacar no processo de revisão da literatura científica e da nítida consciência da importância da rapidez e da quantidade e qualidade do avanço operado na ciência, neste caso que estudamos - a ciência náutica - pela realização das navegações portuguesas em relação àquilo que foi historicamente feito até então: "Pouca vezes se lê que os gregos nem latinos navegassem fora do mar Mediterrâneo, de que somente eram capazes os seus navios. Os nossos agora são capazes também do oceano todo por todo o mundo, ou a maior parte dele. O qual os nossos marinheiros em nossos dias descobriram e os seus nunca conheceram. Mais louvor se deve nisto aos nossos que aos gregos, nem latinos, porque mais têm feito pela nave-

gação em oitenta anos, de que eles fizeram em dois mil anos que reinaram. E mais perfeições têm acrescentado a esta arte, de que eles nunca fizeram." [36]

O autor salienta um aspecto fundamental e significativo para o avanço da ciência náutica operado pelos portugueses: a transposição da navegação *regional* do Mediterrâneo de carácter longitudinal, para a navegação latitudinal do atlântico e depois atingindo a escala planetária. É uma fronteira histórica decisiva que foi ultrapassada e que revolucionou o horizonte epistemológico tradicional. Este argumento histórico-apologético da mais-valia científica dos portugueses modernos justifica e autoriza o autor a criticar a *menoridade* científica, nomeadamente dos autores greco-romanos.

Desde logo, apresenta F. Oliveira a obra *Livro da Fábrica das Naus* como original no contexto desta área científica: "(...) Da qual ninguém escreveu até agora, em nossa língua, nem grega, nem latina, nem outra alguma que eu saiba (...)" [37] Esta constatação de um vazio de literatura científica neste âmbito, move-o a escrever esta obra e a anunciá-la como pioneira, como de facto foi. Em jeito de parêntese, também denota-se aqui uma valorização da consignação por escrito dos conhecimentos (memória escrita) como atitude cultural de sistematizar, ordenar e tornar acessível o conhecimento.[38]

Movido por esta consciência de que estava a dar um contributo inédito para o conhecimento científico, opera confiada e firmemente uma crítica sistemática às autoridades científicas do passado. Primeiro, começa por desmentir os gregos e latinos quanto à datação da antiguidade da arte que ele está a tratar, depois de fazer uma sintética resenha histórica sobre a evolução desta ciência: "Finalmente esta arte é mais antiga do que dizem os escritores gregos e latinos: porque os latinos ainda são mais novos que os gregos e os gregos tomaram a memória das antiguidades." [39]

Ao fazer a depuração crítica da origem desta ciência, critica as teses de cariz mitológico dos gregos: "Escrevem os gregos que o seu deus Neptuno foi o primeiro que inventou a arte de navegar e fabricar navios - no que assim erram, como eu lhe chamar deus porque tão falsa é uma coisa como a outra (...) Homero diz que sempre se navegou pelo mar e o sempre em Deus não tem começo e se não tem começo, como inventou o que sempre fez sem ter começo? Porque inventar é começar de novo." [40] Fica bem patente nesta revisão crítica da literatura sobre a arte náutica, a preocupação de correcção filo-

---

[36] Fernando Oliveira, *Livro da fábrica das naus*, *Op. cit.*, p. 62

[37] *Ibidem*,, p. 56

[38] A este respeito é interessante o livro de Fernando Bosa Alvarez, *Del escribano a la biblioteca. La civilization da escrita e la alta Idade Moderna (XV-XVII)*, Madrid, Sínteses, 1992.

[39] Fernando Oliveira, *Op. cit.*, p. 61

[40] *Ibidem*, p. 61.

lógica, do apuramento do sentido preciso das palavras, surpreendendo criticamente as contradições semânticas dos antigos.[41] Recorde-se que Fernando Oliveira era um gramático de nomeada, sendo a sua primeira obra editada uma gramática de português, por sinal a primeira na história da língua portuguesa, editada em 1536.[42] Portanto, o rigor filológico acompanha todas as obras do autor, rigor esse que nos proporciona uma leitura semântica rigorosa do vocábulo e dos seus diferentes significados. Este aspecto reveste-se de grande importância, na medida em que podemos observar em Fernando Oliveira uma das primeiras tentativas de apresentar um vocabulário tecnico-científico com pretensão de rigor.

A variedade de teses históricas acerca da origem da arte, analisadas historicamente pelo autor, são entendidas como factor de descrédito das conclusões dos antigos: "Uns dizem que inventaram esta arte no mar helesponto os troianos: outros dizem que Danau a trouxe do Egipto para a Grécia e outros dizem variedades. Mas a sua variedade é argumento para não crermos que dizem a verdade." [43]

Embora Fernando Oliveira, ao longo das suas obras, corrija constantemente as autoridades antigas, distanciando-se qualitativamente da reflexão científica escolástico-medieval, não deixa de recorrer às mesmas autoridades para autorizar as suas conclusões naqueles aspectos em que considera que elas estão em sintonia positiva com o seu pensamento. A título de exemplo, podemos apontar um interessante recurso a Cícero feito por parte de Oliveira para fundamentar abonatoriamente a sua tese, segundo a qual a ciência é o resultado do labor racional do homem, operando uma cisão crítica com as explicações de natureza mitológica da origem da ciência: "E por isso diz Cícero que a natureza racional ensina a buscar as artes necessárias. E com o instinto natural, que dá para isso motivo, o uso descobre muitos segredos que a natureza das coisas tem em si ocultas." [44] É o rebater da tese que defende que a

---

[41] Sobre este assunto Michel Foucault faz uma reflexão interessante e propositada sobre a linguagem no século XVI, que merece o nosso registo: "No século XVI, a linguagem oral não é um conjunto de signos independentes, uniformes e livres, onde as coisas viriam reflectir-se como um espelho para anunciar uma verdade singular. É antes uma coisa opaca, misteriosa, cerrada sobre si mesma, massa fragmentada e total, enigmática, que se mistura aqui e ali às figuras do mundo, e com elas se confunde; tanto é assim que todos juntos, formam uma rede em que cada um pode desempenhar, e com efeito desempenha, em relação a todos os outros, o papel de conteúdo ou de signo, de segredo ou de indicação." Michel Foucault, *As palavras e as coisas*, Lisboa, Edições 70, 1991, p. 90.

[42] Cf. Fernando Oliveira, *Gramática de linguagem portuguesa*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1975; e ver a este respeito: Maria Leonor Carvalhão Buescu, *Gramáticos portugueses do século XVI*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1978, pp. 51-56.

[43] Idem, *Livro da fábrica das naus*, *Op. cit.*, p. 62.

[44] *Ibidem*,, p. 62.

exercitação prática conduz à descoberta das leis da natureza e aumenta a possibilidade de domínio do homem em relação à mesma natureza.

Os que usam do conhecimento científico devem acatar a sistematização doutrinal das autoridades, cuja produção científica tenha sido considerada racional e experiencialmente válida: "(...) ainda que tenha singular engenho e invenção, todavia, sempre se há-de conformar com a arte, quero dizer, com a doutrina dos passados que já esteja aprovada e posta em uso pela boa razão que se nela acha."[45]

Atitude científico-pedagógica. Para uma Ciência aberta

> "O que sabem devem aos portugueses, que os instruíram e ensinaram a navegar no alto mar e em províncias remotas, lhe o não deve apenas a Espanha, mas toda a Europa."
>
> **Tomé Cano**

Não seremos injustos se considerarmos Fernando Oliveira um bom pedagogo. De facto, uma preocupação pedagógica, em nosso entender bem conseguida, percorre toda a obra científica do autor, atenuando a tendência marcadamente especializante com o esforço de destilação dos significados dos saberes apresentados, de forma a tornar acessível a sua apreensão.

O autor valoriza sobremaneira aqueles que assumiram o múnus do ensinar os conhecimentos técnico-científicos aos povos. Este estatuto pedagógico é dado na modernidade a um povo que, em sua opinião foi um grande pedagogo científico. E com o seu sentimento *nacional* incontido elogia quase epicamente os portugueses como os grandes mestres do avanço que se tinha operado na ciência: "Porém, são dignos de louvor e prémio os que ensinaram aos povos as coisas necessárias e muito mais os que inventaram, acrescentaram ou emendaram as boas artes."[46] A Portugal não é só dado categoria de pedagogo como a de criador de uma ciência nova.

Nesta perspectiva, é interessante notar que Oliveira considera a atitude adoptada, durante muitos séculos, de manter a ciência oclusa, hermética e inacessível não favoreceu em nada o seu progresso, *a contrario sensu*, contribuiu para a sua estagnação e até para o seu retrocesso. Por isso, defende a sua acessibilidade a todos como forma de corrigi-la e fazê-la progredir. Mais uma vez os portugueses, com a sua atitude generosa de abertura e de divul-

---

[45] *Ibidem*,, p. 81.

[46] *Ibidem*,, p. 63.

gação do seu conhecimento adquirido aos outros povos, protagonizaram esta nova atitude científica: "Desta maneira andava esta arte às escondidas, não vinha a lume para se emendar e acrescentar pelos juízos dos homens de bons entendimentos, que o costumam fazer em outras artes, como eu desejo que se faça nesta aqui por diante e que as pessoas que disto entenderem melhor que eu, escrevam e emendem o que a mim me falta porque nisso me farão honra e não afronta, porquanto eu pretendo aproveitar aos que desejam saber e não pretendo o próprio louvor, sem interesse, mas antes para mim será glória e gosto possibilitar o aproveitamento desta arte."[47]

É de destacar esta atitude de abertura científica revelada por Fernando Oliveira, o qual manifesta uma significativa atitude de humildade no reconhecimento da incompletude do conhecimento científico, não o chocando, antes o satisfazendo, o progresso e correcção que outros possam operar naquele que ele produziu. É uma nova e interessante atitude de humildade científica que manifesta amor à ciência e desejo genuíno do seu progresso. Aliás, o próprio autor valoriza e incita a que outros o corrijam e façam progredir o conhecimento científico porque só assim é possível contribuir para o progresso e bem-estar colectivo: "São de muita importância e quem quiser emendar esta obra, deve-os escrever com grande diligência ou fazer com maior, os documentos da guerra do mar, em especial nesta terra, onde as vivendas de muitos homens pendem desse mar."[48]

Também é relevante verificar no pensamento científico do autor que a arte de bem ensinar a ciência é factor decisivo para que se opere o seu progresso, dado que se o conhecimento científico for bem apreendido e compreendido, os seus protagonistas poderão inteligentemente aperfeiçoá-lo e operar inovações. Daí que haja uma preocupação em Fernando Oliveira de explicar tudo de forma clarividente e acessível, até com o recurso a metáfora de forma a que os destinatários apreendam bem o que se pretende ensinar. Escreve Pimentel Barata a este respeito: "O Pe. Fernando Oliveira tem excelente sentido didáctico da exposição das matérias e preocupa-se constantemente em bem definir os termos e explicar as razões das suas regras (...) A sua intenção didáctica manifesta-se particularmente nos desenhos que ele próprio executou, demonstrando bom domínio desta técnica."[49]

Esta atitude pedagógica inaugura uma nova relação com a ciência e acentua a importância da dimensão da inovação e aperfeiçoamento como forma dela servir melhor o homem e a sociedade em que está inserido.

---

[47] *Ibidem*, p. 56.

[48] Idem, *A arte da guerra do mar*, *Op. cit.*, p. 135.

[49] J.da Gama Pimentel Barata, "*A «Ars Nautica» do Pe. Fernando Oliveira*, Lisboa, Centro de Estudos de Marinha, 1973, p. 11,

A noção de ciência em Fernando Oliveira, nomeadamente nas obras que analisámos, emerge de um esforço rigoroso de especialização em torno de um conhecimento extraído da sistematização crítica de dados recolhidos da experiência e investigação concreta do autor nos seus diversos contactos com outros povos e seus *modus faciendi* díspares, bem como pelo confronto crítico com o saber sistematizado pelos antigos.

Neste sentido, depara-se-nos um conhecimento científico resultante de uma prática experiencialista. Esta prática estrutura e fundamenta um saber que se pretende verificado e aperfeiçoado, bem como aberto pedagogicamente à inovação permanente.

O autor desenvolve ele mesmo e propõe aos seus colegas de ofício uma prática científica aberta. Não uma prática baseada na acumulação de saber protegida pelo critério de sigilo profissional, mas, pelo contrário, uma investigação científica que estimule a sua divulgação e explicação passível de possibilitar a acessibilidade a todos os que queiram, ou pelo menos, que estejam aptos para perceber o código linguístico e tenham empenho em investir no incremento da ciência. Daí a preocupação do autor em consignar este conhecimento em código escrito e em solicitar a sua máxima publicitação, assim como admitir e reconhecer que os conhecimentos sistematizados até ao momento não se pretendem dogmáticos, mas podem e devem ser aperfeiçoados, revistos e passíveis de corrigibilidade pela prática e pelo esforço de inovação. Isto de forma a operacionalizar cada vez mais eficazmente aquilo que se compreende e sabe, visando o serviço do homem individual e colectivo, serviço esse entendido como a necessidade de satisfação de interesses sóciopolíticos.

Portanto, a ciência para Oliveira encerra um saber que conjuga a teoria e a dimensão práxica, sendo esta o lugar privilegiado para testar e verificar criticamente aquela de maneira a aperfeiçoá-la. Nesta linha, a compreensão implica necessariamente a explicação, numa perspectiva de abertura e inovação permanente. Como explica L. F. Barreto: "O conhecimento da construção naval implica, no da linguagem e do pensamento de Fernando Oliveira, a aliança entre o pensamento técnico e a doutrina político-económica (...). Esta aliança obriga a pensar o conhecimento e a realidade do navio em termos de funcionalidade e de cálculo económico, a avaliar os resultados tecnológicos de, por exemplo, a tonelagem, em parâmetros atentos à *despesa* e *recepta*." [50]

Assim sendo, a noção ciência em Fernando Oliveira exprime uma coesão muito estreita e interdependente entre a teoria científica e a tecnologia

[50] Luís Filipe Barreto, *Op. cit.*, p. 62.

aplicada, sendo esta *promiscuidade* móbil de enriquecimento dos dois campos em inter-cruzamento.

As palavras-chaves fundamentais para a compreensão de ciência em Fernando Oliveira são a doutrina, a criação de regras que possibilitem um crescente rigor, o aperfeiçoamento/inovação, a utilidade/necessidade, a especialização e o desbloqueamento pedagógico que permita a ascendente perfeição desse conhecimento e a sua normalização clara, bem como a possibilidade de, ao ser aprendido, ser concomitantemente inovado pelas gerações vindouras.

Este entendimento científico de Oliveira integra-se plenamente no ambiente científico gerado nos descobrimentos portugueses, mais precisamente da escola experiencialista. Como bem conclui L.F. Barreto: "Os Descobrimentos geraram, ao longo do nosso século XVI, um território científico e filosófico directa ou indirectamente articulado à sua problemática rigorosa. Essa totalidade cultural rigorosa vai desde o mundo geográfico-náutico ao campo das matemáticas e medicina. Desde a prática técnica dos engenhosos renascentistas à teoria hipotética dos cientistas dialogantes com a ordem dos novos conhecimentos. A esse conjunto de produções discursivas chamamos Sabedoria do Mar." [51]

A IDEIA DE PORTUGAL [52]

Em termos de interesse filosófico, para uma filosofia da ideia de Portugal, importa relevar aqui para análise a obra historiográfica de Fernando Oliveira escrita no epílogo da sua vida profícua de cerca 75 anos. Esta obra é concebida no contexto conturbado do pleito sucessório aberto na sequência do desaparecimento do Rei D. Sebastião em Alcácer Quibir que derramou sobre a consciência portuguesa um estado de crise que obrigou a repensar a identidade do reino (aliás, como é próprio dos momentos de crise ou de grande exultação como tinha acontecido na história triunfalista recente das gestas do Descobrimentos agora traumaticamente interrompida com a iminência da absorção espanhola). F.O. dá voz a essa preocupação, a esse sentir

---

[51] Idem, *Descobrimentos e Renasciento. Formas de ser e de pensar nos séculos XV e XVI*, (Lisboa), Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1982, p.187.

[52] Para um aprofundamento do que sintetizamos de uma forma muito breve neste estudo sobre a problemática da vida e da obra de Fernando Oliveira, particularmente da sua obra historiográfica, ver o nosso estudo desenvolvido: José Eduardo Franco, *O Mito de Portugal: a primeira História de Portugal e a sua função política*

colectivo, de repensar a condição portuguesa com a redacção daquela que consideramos ser a primeira História de Portugal por volta de 1581/82. Além de ser a primeira *História de Portugal* assim nomeada que se conhece, esta obra comporta o primeiro projecto historiográfico arquitectado para fazer uma história geral do reino, a qual foi precedida pela escrita, por volta de 1579, de um texto anterior, que catalogamos como um esboço da história global do reino propriamente dita, intitulado *Livro da Antiguidade, Nobreza, Liberdade e Imunidade do Reino de Portugal*. Este livro e a *História de Portugal* permaneceram até há bem pouco tempo inéditos na sua quase totalidade no *Fonds Portugais* da Biblioteca Nacional de França. Assim, estas duas obras de historiografia encarnam não apenas um mero programa de relato da história portuguesa, mas muito mais do que isso encerram um programa de intervenção ideológica no quadro político da crise dinástica, propondo uma releitura do destino histórico-temporal da nação portuguesa e da natureza do seu reino numa perspectiva que assume contornos de configuração mítica e utópica.

É, por isso, uma escrita da história portuguesa original que antecipa e inaugura aquela produção histórico-literária que se veio a denominar *Literatura Autonomista* do período filipino, que teve como produções mais emblemáticas a historiografia nacionalístico-mitificante dos historiógrafos de Alcobaça consignada nos densos volumes da *Monarquia Lusitana*.

Fernando Oliveira, enquanto percursor destes mitógrafos da identidade portuguesa, estabelece aquilo que podemos chamar o mito das origens sacrais da nacionalidade portuguesa. À semelhança do que era prática em muita historiografia das emergentes nações europeias do tempo, Oliveira faz retrotrair as raízes de Portugal aos Patriarcas bíblicos da idade pós-diluviana do repovoamento universal da Terra. Define o carácter ontológico original do reino de Portugal a partir da sua historiogénese e da sua sociogénese que teria decorrido do mandato divino conferido a Noé para repovoar a Terra após o castigo diluviano. Teria sido encarregado de povoar a parte mais ocidental da Europa, que viria a ser o pólo por excelência da Cristandade, Tubal neto de Noé. Este teria começado o povoamento (reivindica esta versão F.O. contra a historiografia castelhana da mesma índole), precisamente pelo território português e não pelo espanhol, como queriam os historiadores do reino vizinho, onde funda reino e reinado.

O escopo deste discurso mitificante é defender para Portugal uma antiguidade maior e conferir-lhe, através desta primazia e da patriarcalização das suas origens, uma nobreza, uma superioridade étnica, que o elevasse ao estatuto de primeiro reino da cristandade, à frente de Espanha que reivindicava o mesmo para si. Desta primazia fundacional transcendentalizada pela sua natureza sacral ao ser-lhe adscrito na base um mandato divino,

o autor retira-lhe implicações ontológicas e teleológicas que tenta demonstrar através da narração do percurso histórico do reino até ao tempo presente como, de facto, pretendia. O reino de Portugal é apresentado como um reino de fundação divina, portanto, um reino eleito matricialmente e protegido, imunizado, no seu transcurso temporal pelos céus contra os inimigos exógenos e endógenos. A especificidade matricial da sua natureza política enquanto reino e da sua natureza sociogénica enquanto povo, a quem foram conferidas prerrogativas de liberdade ontológicas, torna Portugal (desde os tempos primigénios assim chamado, advoga o autor contra a tese da precedência da Lusitânia) um reino-sempre-livre. Esta imunidade a qualquer projecto de dominação estrangeira é garantida pela vontade dos portugueses assistida divinamente, capaz de eleger e depor reis e manter-se detentor da continuidade da essência do reino mesmo quando condicionada temporária e parcialmente por poderes externos. Estes poderes na realidade nunca chegam a dominar e exaurir a totalidade da "liberdade portuguesa" que se mantém sempre intacta num resto de território nacional e num resto de povo inviolados. Estas prerrogativas fazem de Portugal um reino muito especial, perene e imune contra todas as tentativas de dominação e extinção plena da herança matricial do reino consubstanciada numa dada porção de território, num dado povo e num projecto político-religioso de amplitude universal.

A dimensão transcendentalizada da histórica é plenamente compreendida em função da missão que lhe teria sido providencialmente destinada pelos céus: a missão de universalizar o criatianismo, missão prefigurada primigeniamente e, mais tarde, revelada profeticamente a D. Afonso Henriques (que não é visto como o primeiro rei, mas sim o primeiro rei restaurador) e começada a concretizar-se no tempo dos descobrimentos e da missionação planetária, mas ameaçada de ser interrompida abruptamente com o desfecho da crise sucessória. Esta missão que é, acima de tudo, de natureza religiosa confere a Portugal o estatuto de povo eleito da Nova Aliança prefigurado no povo hebreu, povo eleito do Antigo Testamento.

No entanto, à previsível interrupção da plena concretização da destinação portuguesa não lhe é dado carácter de irreversibilidade, mas é interpretada como mais uma prova, de pendor reincidente e já ocorrida analogicamente nos ciclos anteriores da história portuguesa, marcada pelos ciclos triádicos da idade de ouro/ quebrantamento (dominação estrangeira)/-restauração, restauração que será operada por um rei restaurador enviado por Deus, cujo protótipo foi D. Afonso Henriques. Por meio de uma hermenêutica analógica e pelo estabelecimento de tipologias homológicas, esta obra de F.O. comporta uma subliminar mensagem profético-teleológica que faz dela ao mesmo tempo um escrito proto-nacionalista e proto-sebastianista. Ao defender a perenidade da história da autonomia do reino de Portugal, ao advogar a

impossibilidade da sua dominação efectiva por potências estrangeiras e ao subentender a legitimidade da esperança num rei restaurador sempre que o reino sofre uma experiência de tentativa subjugação externa, a *História de Portugal* de Fernando Oliveira delineia a matriz ideológica da corrente messiânico-nacionalista do sebastianismo e configura-se como a percursora da filosofia sebastianista.

A peculiar filosofia que faz de Oliveira um autor proto-nacionalista é a filosofia do portugalismo, da ideia fundamental de uma onticidade portuguesa ímpar que se afirmou na temporalidade como legado divino concebido a par e em função da proclamação utópica do missão de Portugal na liderança, frente ao resto da Europa, do processo de universalização da doutrina de Cristo e da reordenação do mundo à luz desta mensagem. Este pendor mítico-utopista faz de Fernando Oliveira percursor das obras utópico-proféticas dos séculos seguintes e das doutrinas quinto-imperialistas a elas inerentes que procuraram definir e redefinir do papel de Portugal no mundo.

CONCLUSÕES

Podemos caracterizar Fernando Oliveira como um autor do saber universalista, até se quisermos mesmo interdisciplinar *avant la lettre*. Universalista no plano gnoseológico pela abrangência dos saberes que dominava e que procurava abordar; universalista no plano culturológico e sociológico manifestado nos contactos estabelecidos com sentido investigativo com diferentes realidades culturais e sociais desde a espanhola, francesa, inglesa, italiana, árabe no Norte de África; universalista ainda no plano pedagógico, pois entendia que o saber não deveria ser codificado numa linguagem hermética apenas acessível a uma pequena elite detentora dos conhecimentos científicos, mas deveria ser oferecido em língua vernácula e acessibilizado ao maior número de interessados. Apesar desta abertura universalista no plano epistemológico, Fernando Oliveira não deixa de ser ao mesmo tempo um incondicional e apaixonado amante da sua pátria e um teorizador da superioridade da sua nação e um defensor da auto-determinação do Reino de Portugal.

A sua obra gramatical e até mesmo as suas obras de ciência náutica (e de maneira mais intensa e peculiar a sua obra historiográfica) são transcorridas por uma atmosfera que podemos caracterizar de triunfalista de pendor nacionalizante. No seu manual gramaticológico, Fernando Oliveira congraça filologia e história, bem ao gosto humanista, para num tom claramente apologético aprofundar a antiguidade do Portugal no tempo e

perscrutar e inscrever as raízes da sua língua vernácula num tempo quase imemorial e mítico. Tudo isto de modo a conceder uma originalidade e autonomizar a Língua Portuguesa da derivação absoluta do Latim, ao mesmo tempo que procura dar-lhe capacidade de ascender ao patamar de língua de eleição da modernidade, a mais perfeita e a substituta da velho Latim, com perfil suficiente para ser universalizada e servir de base à consolidação cultural e política do império português de dimensão planetária. Nas obras dedicadas à náutica, este autor exprime bem a euforia portuguesa em torno da exaltação da grandeza dos feitos realizados no quadro das viagens marítimas pelo processo de comparação sistemática das realizações operadas no presente com as dos greco-romanos. Em tudo Portugal teria superado os antigos, na dimensão das gestas e no avanço das ciências. Por isso é defendido para Portugal o direito ao *podium* das nações mais excelentes dos tempos modernos. Podemos dizer que toda a actividade científica e intelectual deste humanista é atravessada por um sentido nacionalizante de defender para Portugal a vanguarda das nações da Europa.

BIBLIOGRAFIA

OBRAS DE FERNANDO OLIVEIRA

Manuscritas:

Ars Nautica, c.1570, Biblioteca da Universidade de Leiden (Holanda), ms. Voss. Lat. F. 41, fls. 1-283v (existe uma tradução ainda inédita desta obra: *Arte de Navegação*, Trad. de Rodrigues Esteves e Manuel Figueiredo, Lisboa, Texto dactilografado, 1971).

A *Viage de fernão de Magalhães, escripta p hu homem q foy na copanhia* , c. 1570, Biblioteca da Universidade de Leiden (Holanda), Ms. Voss. Lat. F. 41, fls. 239-254.

Liuro da Fabrica das Naos, c. 1580, Biblioteca Nacional de Lisboa, Res. Cod. 3702, fls. 1-164.

Livro da Antiguidade, Nobreza, Liberdade e Imunidade do Reino de Portugal, c. 1579/80, Fonds Portugais - Biblioteca Nacional de Paris, Ms. nº 12, fls.157-176.

História de Portugal, depois de 1580, Fonds Portugais - Biblioteca Nacional de Paris, Ms. nº 12, fls. 1-152.

Re Rustica de Columella (Tradução), Fonds Portugais - Biblioteca Nacional de Paris, Ms. nº 12, fls. 177-272.

Arte de grammatica de lengua castellana por el doctissimo maestro Antonio de Nebrissa compuesta, Fonds Portugais - Biblioteca Nacional de Paris, Ms. nº 12, fls. 273-339.

História de Portugal de Fernando Oliveira, Copiada em 1831 por António Nunes de Carvalho, Fundo Memorial do Conselheiro Fernando Martins de Carvalho da Biblioteca João Paulo II da Universidade Católica Portuguesa, Cota original: M. E. IX nº 9II2 (Actualmente em processo de recatalogação e informatização)

Impressas:

Grammatica da Lingoagem Portuguesa, 1ª ed., Lisboa, Off. Germam Galharde, 1536.

- 2ª ed., do Visconde de Azevedo e Tito de Noronha, Porto, Imprensa Portuguesa, 1871.
- 3ª ed., de Rodrigo Sá Nogueira e A. Ferreira Henriques, Lisboa, Por José Fernandes Júnior, 1936.
- 4ª ed., com estudo prévio e leitura modernizada de Mª. Leonor Carvalhão Buescu, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1975.
- 5ª ed., fac-símile da 1ª ed., Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981.
- 6ª ed., fac-símile da 1ª ed., Lisboa, Biblioteca Nacional, 1988.
- 7ª ed., Edição crítica, semi-diplomática e anastática, de Amadeu Torres e Carlos Assunção, com texto introdutório de Eugénio Coseriu, Lisboa, Academia das Ciências, 2000.

Arte da Guerra do Mar novamente escrita per (...) & dirigida ao muyto manifico senhor, o senhor dom Nuno da Cunha capitão das galees do muyto poderoso rey de Portugal dom Johão o terceiro, 1ª ed., Coimbra, per Johão Alverez Emprimidor, 1555.

- 2ª ed., com estudos prévios de Henrique Quirino da Fonseca e Alfredo Botelho de Sousa, Lisboa, 1937.

- 3ª ed., reproduzindo a anterior, Lisboa, Ministério de Marinha, 1969.
- 4ª ed, Idem e com fac-símile da 1ª ed., Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 1983.

Um Roteiro Inédito da Circum-Navegação de Fernão de Magalhães, transcrito por Marcus de Jong, Coimbra, Faculdade de Letras, 1937.
Le Voyage de Magellan reconté par un homme qui fut en sa compagnie. Édition critique, traduction et commentaire du texte manuscrit recueilli par Fernando Oliveyra, Por Pierre Valière com prefácio de Paul Teyssier, Paris, Fundation Calouste Gulbenkian, 1976.
Fernão de Magalhães. A primeira viagem à volta do mundo contada pelos que nela participaram, Edição feita por Neves Águas, Mem Martins, Europa-América, 1987.
"Relato da Viagem de Fernão de Magalhães", Transcrito por Francisco Contente Domingos, in *Grandes Viagens Marítimas*, Vol. I, Lisboa, Publ. Alfa, 1989, pp. 99-126.

"Liuro da fabrica das naos", in MEDONÇA, Henrique Lopes de, *O Padre Fernando Oliveira e a sua Obra Nautica. Memoria comprehendendo um estudo biographico sobre o afamado grammatico e nautographo e a primeira reproducção typographica do seu tratado inedito «Livro da Fábrica das Naos», apresentada à segunda classe da Academia Real das Sciencias pelo (...),* Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1898.
Livro da Fábrica das Naus, Introdução de F. Contente Domingues e R.A. BARKER, Lisboa, Academia de Marinha, 1991.
Livro da Fábrica das Naus, Introdução de F. Contente Domingues e R.A. BARKER, Edição em Português, Inglês e Chinês, Macau, Museu Marítimo, 1995.

História de Portugal, Publicação incompleta (apenas os três primeiros capítulos do I Livro) transcrita pelo general Pamplona, in *O Contemporaneo Político e Litterario*, Tomo II, Tomo III - 9º Caderno, 1820.

Livro da Antiguidade, Nobreza, Liberdade e Imunidade do Reyno de Portugal;
Hestorea de Portuga, recolhida de escritores antigos, Texto fixado e apresentado por Pierre Valière, Nantes, Université de Nantes, 1975.
História de Portugal e Livro da Antiguidade, Nobreza, Liberdade e Imunidade do Reino de Portugal de Fernando Oliveira, edição crítica de José Eduardo Franco, *O Mito de Portugal. A Primeira História de Portugal e a sua função política*, Lisboa, FMMVAO/Roma Editora, 2000.

Re Rustica de Columella traduzida por Fernando Oliveira, Transcrita por Francisco José Maria de Brito, in *Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras*, 1819-1820, Tomos IV-XII.

BIBLIOGRAFIA SOBRE FERNANDO OLIVEIRA:

ALBUQUERQUE, Luís de, "Fernando Oliveira, um português genial aventureiro e insubmisso", in *Navagadores, Viajantes e Aventureiros Portugueses, Sécs. XV-XVI*, Vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores e Caminho, 1987, p. 128-142.

ASSUNÇÃO, Carlos da Costa, "Das gramáticas latinas à gramática da linguagem portuguesa de Fernão de Oliveira, primeiro gramático lusófono", in *Agália*, nº 49, Primavera, 1997, pp. 51-60.

BARATA, João da Gama Pimental, *A «Ars Nautica» do Pe. Fernando Oliveira. Enciclopédia de Conhecimentos Marítimos e Primeiro Tratado Científico de Construção Naval (1570)*, Lisboa, Centro de Estudos da Marinha, 1972.

BARKER, Richard, *Fernando Oliveira: The English Episode*, 1545-47, Lisboa, Academia de Marinha, 1992.

BARRETO, Luís Filipe, "Introdução ao Pensamento Técnico de Fernando Oliveira: em Torno do «Livro da Fábrica das Naus»", in *Cultura-História e Filosofia*, Vol. VI, Lisboa, 1987, pp. 613-626.

BOURDON, Léon, "Épisodes Inconnus de la vie de Fernando Oliveira", in *Revista Portuguesa de História*, Tomo V, Coimbra, 1951, pp. 439-451.

BRITO, Francisco José Maria de, "Notícia sobre Fernão de Oliveira", in *Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras*, Tomo IV, Abril, 1919, pp. 10-13.

CIDADE, Hernâni, *Fernando Oliveira, «Homo Universale» era também Filólogo*, Lisboa, Edição do Autor, 1976.

COSERIU, Eugénio, *Língua e Funcionalidade em Fernão de Oliveira*, Rio de Janeiro, Presença, 1991.

DOMINGUES, Francisco Contente, *Experiência e Conhecimento na Construção Naval Portuguesa do século XVI: os Tratados de Fernando Oliveira*, Lisboa, Instituto de Investigação Tropical, 1985.

DOMINGUES, Francisco Contente, "Fernando Oliveira, Primeiro Técnico da Construção Naval em Portugal", in *Prelo*, nº 6, 1985, pp. 21-27.

DOMINGUES, Francisco Contente, "Fernando Oliveira, um homem universal", in *Descobrimentos, História e Cultura*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1987, pp. 43-47.

DOMINGUES, Francisco Contente, "A Obra Técnica do Pe. Fernando Oliveira (Alguns Aspectos)", in *Arquivo Histórico Dominicano Português*, Vol. IV/2, Porto, 1989, pp. 209-217.
DOMINGUES, Francisco Contente, "«Português, aventureiro, genial e insubmisso»", in *Atlantis*, vol. 17, nº 1, 1997, pp. 44-47.
DOMINGUES, Francisco Contente & BARKER, R. A. - "O Autor e a sua Obra", in OLIVEIRA, Fernando, *Livro da Fábrica das Naus*, Lisboa, Academia de Marinha, 1991, pp. 11-27.
DOMINGUES, Francisco Contente, *Os navios do mar oceano.Teoria e empiria na arquitectura naval portuguesa dos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Centro de História da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2004.
FRANCO, José Eduardo, "A Primeira História de Portugal: Algumas pistas hermenêuticas sobre a obra historiográfica de Fernando Oliveira", in *Brotéria*, Vol. 149, Julho, 1999, pp. 29-46.
FRANCO, José Eduardo, "A Historia de Portugal do Padre Fernando Oliveira e a Historia do Futuro do Padre António Vieira: duas utopias em confronto", in *Ler História*, Vol. 38, 2000, pp. 87-109.
FRANCO, José Eduardo, "A *História de Portugal* do Padre Fernando Oliveira e a *História doFuturo* do Padre António Vieira: duas utopias em confronto", in *Actas do Congresso Internacional - Terceiro Centenário da Morte do Padre António Vieira*, Vol. II, Braga, Universidade Católica Portugesa/Província Portuguesa da Companhia de Jesus, 1999, pp. 945-968.
FRANCO, José Eduardo, "A Historia de Portugal do Padre Fernando Oliveira e a Historia do Futuro do Padre António Vieira: duas utopias em confronto", in *Ler História*, Vol. 38, 2000, pp. 87-109.
FONSECA, Quirino da, "Comentário Preliminar", in OLIVEIRA, Padre Fernando, *A Arte da Guerra do Mar,* Lisboa, Edições Culturais da Marinha, 1983, pp. XI-XLI.
GASPAR, João Gonçalves, "O Aveirense Fernão de Oliveira", in *Boletim Municipal de Aveiro*, Ano IV, Nº 8, 1986, pp. 37-46.
GASPAR, João Gonçalves, "Fernando de Oliveira e a sua Obra Náutica", in *Ciência e os Descobrimentos*, Lisboa, JNICT, 1996, pp. 217-254.
GASPAR, João Gonçalves, "Fernando Oliveira: Obra Náutica", in *Fernando Oliveira e o Seu Tempo. Humanismo e Arte de Navegar no Renascimento Europeu (1450-1650)* - Actas da IX Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia. Edição organizada por Inácio Guerreiro e Francisco Contente Domingues, Cascais, Patrimónia, 1999, pp. 11-24.
GOMES, Altino Magalhães, "Acerca da «Ars Nautica»", in *Revista de Marinha*, nº 752, 1986, pp. 33-38.
JORGE. Teresa Margarida dos Anjos Reis, *A obra historiográfica de Fernando Oliveira,* Hestórea de Portugal *e* Livro da Antiguidade, Nobreza,

Liberdade e Imunidade do Reino de Portugal, Edição crítica, Tese de Mestrado apresentada na FCSH da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Texto policopiado, 2000.
MATOS, Luís de, "A «Ars Nautica» de Fernando Oliveira", in *Boletim Internacional de Bibliografia Luso Brasileira*, Vol. I, 1960, pp. 239-251.
MEDONÇA, Henrique Lopes de, *O Padre Fernando Oliveira e a sua Obra Nautica. Memoria comprehendendo um estudo biographico sobre o afamado grammatico e nautographo e a primeira reproducção typographica do seu tratado inedito «Livro da Fabrica das Naos» apresentada à segunda classe da Academia Real das Sciencias pelo (...)*, Lisboa, Typ. da Academia Real das Sciencias, 1898.
NETO, José António, *A Comparative Study of the first Spanish Grammar by Antonio de Nebrija and the first two Portuguese Grammars by Fernão de Oliveira and João de Barros*, Dissertação para obtenção do grau de doctor of Philosophy, Washington, Obra mimeografada, 1992
OUDINOT, J. P. Rangel de Quadros, *Aveirenses Notáveis*, s.l., Texto mimeografado, s.d., pp. 5-11.
PASSOS, Teresa Ferrer, *Fernão de Oliveira, 1º Gramático de Língua Portuguesa*, Lisboa, Edições Gazeta de Poesia, 1994.
RADULET, Carmen, "Fernando Oliveira: a primeira anotação crítica da língua portuguesa", in *Fernando Oliveira e o Seu Tempo. Humanismo e Arte de Navegar no Renascimento Europeu (1450-1650)* - Actas da IX Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia. Edição organizada por Inácio Guerreiro e Francisco Contente Domingues, Cascais, Patrimónia, 1999, pp. 25-36.
REDACTORES, "Nota sobre a Tradução dos livros de *Re Rustica* de Columela, por Fernando Oliveira", in *Annaes das Sciencias, das Artes, e das Letras*, Tomo IV, Abril, 1919, pp. 5-6.
RIBEIRO, António Silva, "O Pensamento estratégico de Fernando Oliveira", in *Fernando Oliveira e o Seu Tempo. Humanismo e Arte de Navegar no Renascimento Europeu (1450-1650)* - Actas da IX Reunião Internacional de História da Náutica e da Hidrografia. Edição organizada por Inácio Guerreiro e Francisco Contente Domingues, Cascais, Patrimónia, 1999, pp. 37-59.
SILVA, Augusto R. Medina da, *Tentativa de Interpretação das Informações de Fernão de Oliveira sobre a Prenúncia Portuguesa do século XVI*, Tese de Licenciatura em Filologia Românica apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa, Texto mimeografado, 1954.
TERENTIUS, *Comoediae*, Venetiis, in aedibus Tacuini da Tridino, 1533.
TEYSSIER, Paul, *L´«História de Portugal» de Fernando Oliveira d´après le Manuscrit de la Bibliothèque Nacional de Paris*, Separata das Actas do III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Lisboa, s.n., 1959.

TORRES, Amadeu, "Dos Códices Gramaticais Medievos à Gramática de Fernão de Oliveira", in *Diacrítica*, Nos. 3-4, 1988-9, pp. 157-172.
TORRES, Amadeu, "Fernão de Oliveira, Primeiro Gramático e Filólogo da Lusofonia", in *Boletim da Comissão Nacional da Língua Portuguesa*, Nº. 1, 1989, pp. 47-54.
TORRES, Amadeu, *A propósito de uma nova edição da Gramática de Fernão de Oliveira*, Separata da *Revista da Universidade de Coimbra,* Coimbra, 1992.

Do Índico ao Atlântico: O percurso militar de Duarte Lemos.

Dr. Vitor Luís Gaspar Rodrigues[1]

A 9 de Abril de 1508 largava do Tejo em direcção à Índia a armada de Jorge de Aguiar. Composta por oito naus de carga e cinco mais pequenas[2] "para andar d'armada no cabo de Guardafui", como refere Castanheda[3], era seu sota capitão um jovem fidalgo, Duarte Lemos, sobrinho daquele, que assim passava pela primeira vez ao Oriente. Acostados ao capitão mór, mas sem quaisquer cargos de relevo, iam ainda Antão Nogueira, Jorge de Lemos e Simão de Lemos, respectivamente cunhado e irmãos de Duarte Lemos, logo também eles sobrinhos de Aguiar. O Capitão mór, a exemplo de outros fidalgos de nomeada, fazia-se assim acompanhar de uma vasta panóplia de familiares e dependentes[4], fundamentais para a afirmação da sua condição em terras orientais e, sobretudo, para o eficaz desempenho do lugar de Capitão mór do mar da Etiópia, Arábia e Pérsia, com jurisdição de Sofala até Cambaia[5].

D. Manuel, conhecedor das resistências colocadas por D. Francisco de Almeida e pelos seus partidários ao alargamento ao mar arábico da área de influência das suas armadas, em virtude de uma opção marcadamente mercantilista que centrava no Malabar e na carga das naus da Carreira o grosso das suas actividades, decidiu-se então, como refere João de Barros, a criar uma governação tripartida que assegurasse não só o domínio da navegação dos estreitos e bem assim de todo o mar arábico, mas também o estabelecimento das suas forças em Malaca, placa giratória entre o Índico e o mundo malaio-indonésio e chinês.

Jorge de Aguiar, fidalgo muito próximo do monarca e que com ele comungaria das suas concepções imperialistas, foi o escolhido para, com base

---

[1] Investigador Auxiliar do Instituto de Investigação Científica Tropical.

[2] O número de navios que constituía a armada diverge de acordo com as várias fontes existentes. Cf. *Relação das Naos e Armadas da India com os successos dellas que se puderam saber, para noticia e instrução dos curiozos, e amantes da Historia da India,*publ. por Maria Hermínia Maldonado, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1985, pp. 22 e 23; .

[3] Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Porto, Lello & Irmão Ed., 1979, livro II, cap. XCI, p. 419.

[4] Cf. Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel,* vol. I, prefaciada por David Lopes, Coimbra, Ed. da Universidade de Coimbra, 1949, pp. 64 e 65; e Castanheda, *História* [...], vol. I, livro II, cap. CXVII, p. 476.

[5] João de Barros refere que D. Manuel ordenara a Albuquerque que regressasse à Índia ficando Jorge de Aguiar sediado em Socotorá, "cada um com seu regimento, sem um se meter nem entender na governança do outro, com novo título per si". In, *Da Ásia. Década* II, livro III, cap° I, Porto, Livraria S. Carlos, 1973, pp. 224 e 225.

na fortaleza de Socotorá, governar toda uma vasta área que se estendia desde Sofala a Cambaia, tarefa que, em última análise, estava muito dependente da sua capacidade de intervenção junto de Afonso de Albuquerque. Com efeito, dada a escassez de meios com que deveria ficar na costa africana - apenas cinco naus pequenas - estava, à partida, fortemente dependente da disponibilidade e, sobretudo, da vontade de Albuquerque em lhe ceder, conforme ao que os regimentos reais impunham, vários navios, entre os quais alguns de remo, vitais para um eficaz desempenho da sua armada[6].

Quis o destino, no entanto, que a sua nau tivesse naufragado durante a viagem, acabando o comando da frota e o governo de toda a costa por ir parar às mãos de um jovem fidalgo, sem grande experiência, e sem qualquer ascendente sobre Albuquerque, o que o impediu de arrancar deste os meios necessários para levar a bom termo o policiamento da costa africana e a guarda dos estreitos. Constatada por D. Manuel a inexequibilidade de um governo tripartido no Oriente, não tardaria a mandar regressar Duarte de Lemos, deixando o caminho livre a Albuquerque para proceder ao aprofundamento da sua política expansionista[7].

1. O fidalgo: enquadramento familiar.

Duarte de Lemos, 3º senhor da Trofa, Álvaro, Pampilhosa, Jales e Alfarela nasceu, de acordo com a generalidade dos seus biógrafos, por volta de 1485[8]. Ao contrário da generalidade dos fidalgos que passavam à Índia, era o primogénito da linhagem dos Melos da Trofa, cujas raízes parecem estender-se à Galiza[9] e remontam a Giral Martins de Lemos que, depois de passar a Portugal, serviu o Mestre de Aviz com seu filho Gomes Martins de Lemos, tendo sido agraciado pelo monarca com a doação de vastas terras.

---

[6] Como refere Saturnino Monteiro os navios de remo eram fundamentais em zonas onde, como por exemplo no Golfo Pérsico, o mar era geralmente chão, o vento fraco, entrecortado por alguns períodos de calmaria, e os pontos de apoio em terra abundantes. In *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa (1139-1521)*, vol. I, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1989, p. 247.

[7] Sobre o assunto veja-se o trabalho de João Paulo Oliveira e Costa, *D. Manuel I*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, pp. 154 a 164.

[8] Cf. Augusto Soares de Sousa Baptista, "A Capela dos Lemos da Trofa", in *Arquivo do Distrito de Aveiro*, XII / nº 48, 1946, p. 248; e Manuel Abranches do Soveral, *Duarte de Lemos, 3º Senhor da Trofa (1514)*, in *http//pwp.netcabo.pt/0437301501/casadatrofa/trofa6.htm.*

[9] Cf. Cristovão Alão de Morais, *Pedatura lusitana-hispânica em que contém várias famílias*, vol. I parte I, Porto, Ed. Fernandes Machado, 1943, p. 385; veja-se também Amaro Neves, *Os Lemos da Trofa na História e na Arte de Quinhentos*, Águeda, Câmara Municipal de Águeda, 1984, p. 11.

Este último, que foi aio do Conde de Barcelos, viria depois, como refere Zurara, a participar na conquista de Ceuta como capitão de uma das sete galés da frota, tendo como seus pares algumas das mais ilustres figuras da época, entre as quais alguns dos Infantes. Ficava dado, assim, o mote para uma intervenção continuada e muito empenhada dos elementos da sua casa no processo expansionista português que se seguiria[10].

Do casamento de Gomes Martins de Lemos com D.ª Mécia Vasques de Goes resultou a incorporação do senhorio de Goes na sua casa, senhorio esse que passou para o filho mais velho, Fernão Soares de Lemos, que, a exemplo do pai, combateu em Marrocos, ajudando a defender Ceuta por altura do governo de D. Pedro de Menezes[11].

O filho segundo, Gomes Martins de Lemos, o moço, avô de Duarte Lemos, recebeu de D. Afonso V em finais de 1449, pela sua participação nas campanhas do Norte de África e, ao que tudo indica, por ter tomado o partido do Rei contra D. Pedro em Alfarrobeira, o senhorio da Trofa "de juro e herdade", que havia pertencido a Fernand'Alvares da Maia partidário do Infante[12]. O primeiro senhor da Trofa, que pertenceu ao conselho do rei, viria ainda a incorporar nos seus domínios, por doação régia, as terras de Álvaro e Pampilhosa, que assim se juntaram às de Jales, adquiridas por via do seu casamento com Dª Maria de Meira. Desta união resultaram vários filhos, três rapazes e quatro raparigas, tendo o primogénito, João Gomes de Lemos, casado com Dª Violante de Sequeira, irmã de Jorge de Aguiar.

Para além de Duarte de Lemos, que, como afirmamos, era o primogénito, João Gomes de Lemos teve mais sete filhos, uma rapariga e seis rapazes, que se viriam a distinguir na Índia como capitães de navios e fortalezas, tendo participado mesmo nalguns dos principais feitos de armas que tiveram lugar ao longo do primeiro quartel do século XVI.

Deles se destacou Fernão Gomes de Lemos que passou à Índia em 1506 na armada de Tristão da Cunha[13], aí se encontrando a servir sob as ordens de Afonso de Albuquerque por altura da chegada dos seus irmãos Duarte, Simão e Jorge de Lemos. Haveria de notabilizar-se pelos feitos praticados nalgumas das principais conquistas portuguesas na Ásia, casos de Goa, Malaca[14] e

---

[10] Cf. Gomes Eanes de Zurara, *Crónica da Conquista de Ceuta por El Rei D. João I*, Lisboa, Academia das Sciencias de Lisboa, 1915, p. 114.

[11] Cf. Anselmo Braancamp Freire, *Os Brasões da Sala de Sintra*, Coimbra, 1930, vol. II, p. 150.

[12] Cf. Cristovão Alão de Morais, *Pedatura* [...], já cit., vol. I, tomo I, p. 387.

[13] Cf. João de Barros, *Da Ásia* [...], já cit., déc. II, parte I, liv. I, cap. II. Devia ser muito jovem por essa altura, uma vez que o cronista afirma que para além dos capitães dos navios iam ainda outros fidalgos, entre os quais ele, que, por serem mancebos, não levavam cargos.

[14] Distinguiu-se, em conjunto com Vasco Fernandes Coutinho, na conquista da cidade, aí tendo morto a golpes de lança o elefante real num momento particularmente difícil para as forças portuguesas. Cf. Castanheda, *História* [...], já cit., livro III, capº LVI, pp. 632 e 633.

Ormuz, para apenas referirmos as mais importantes, e viria a ser escolhido pelo "Terribil" como principal responsável pela embaixada enviada ao Xá da Pérsia em 1515[15].

Dois outros irmãos, António de Lemos e Gomes Martins de Lemos, combateram também na Índia alguns anos mais tarde, tendo este sido capitão de um dos galeões que, em conjunto com o do seu irmão Fernão Gomes de Lemos, andavam "na guarda da costa do Malabar"[16]. Gomes de Lemos viria a morrer em Março de 1525 no interior de um rio próximo de Coulete[17], quando ali se internou num catur em busca de alguns navios *mappila* que, assim, procuravam iludir a vigilância das armadas portuguesas de guarda-costa para poderem rumar em direcção ao Mar Vermelho com as suas cargas de especiarias[18]. António de Lemos, um dos irmãos mais novos, capitaneou um dos navios da armada de Diogo Lopes de Sequeira que foi ao Mar Vermelho, assumindo depois a capitania mór de Ceilão e, muito mais tarde, já na década de quarenta, a de Goa[19].

Quanto a Jorge de Lemos, João de Barros afirma que acompanhou o nosso capitão nas costas de África e da Arábia[20], tendo capitaneado uma das naus da sua armada. Curiosamente, trata-se da única menção a este fidalgo, na medida em que não encontramos nas restantes crónicas, ou em qualquer outro documento, menção à sua presença no Oriente por essa altura. Para além disso, todas as restantes fontes referem que esse mesmo cargo viria a ser desempenhado também por Simão de Lemos[21], razão pela qual julgamos poder ter havido da parte de João de Barros algum lapso, já que, ao contrário dos demais cronistas, não refere a presença deste último no Índico.

Tratou-se, assim, de uma família que, por via da sua grande proximidade com a casa real, se envolveu de forma particularmente intensa em toda a aventura expansionista portuguesa, num processo que, iniciado com a

---

[15] A embaixada estabeleceu com o Xá um acordo contra os Turcos e o seu apoio na luta contra o Idalcão de Bijapore (conhecido pelos portugueses como Sabaio).Cf. Castanheda, *História* [...], já cit., livro III, cap°s CXLIII a CXLIV, pp. 837 a 845; e Gaspar Correia, *Lendas*, vol. II, p. 443 e segs.

[16] Cf. Castanheda, *História* [...], livro VI, cap. XC, p. 295 e 296; Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Porto, Lello & Irmão Ed., 1975, vol. II, p. 875.

[17] Situado entre Mangalor e Barcelor na costa do Malabar. Cf. Visconde da Lagoa, *Glossário Toponímico da Antiga Historiografia Portuguesa Ultramarina*, vol. I, Lisboa, Junta de Investigações Coloniais, 1950.

[18] Cf. Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, vol. II, p. 883.

[19] Sobre o assunto veja-se Amaro Neves, *Os Lemos da Trofa na História e na Arte de Quinhentos*, Águeda, Câmara Municipal de Águeda, 1984, p. 61.

[20] Cf. João de Barros, *Da Ásia. Década* II, livro IV, cap° II.

[21] Cf. Damião de Góis, *Crónica* [...], já cit., vol. III, p. 65; e Castanheda , *História* [...], já cit., livro II, cap. CXII, 476.

conquista de Ceuta, haveria de espraiar-se por vários continentes – África, Ásia e América – e se prolongaria ao longo de todo o século XVI, já que foram vários os descendentes e colaterais de Duarte de Lemos que, a exemplo dos seus ancestrais, passaram à Índia ou ao Brasil e aí lutaram, enriqueceram e morreram.

Ao serviço de D. Manuel e de D. João III esta linhagem envolveu-se, talvez como nenhuma outra, pelo menos que tenhamos conhecimento, na criação e sedimentação do "Estado da Índia". Com efeito, poucos foram os casos em que praticamente todos os filhos de uma mesma família se tivessem encontrado no Oriente a combater, aí tendo desempenhado alguns dos mais elevados cargos da estrutura do Estado.

2. O Capitão mór do mar da Etiópia, Arábia e Pérsia, de Sofala até Cambaia.

A pequena armada de Jorge de Aguiar, composta por 5 navios de média tonelagem[22], devia, após a sua separação das naus de carga, passar a Ormuz para aí se juntar aos navios da armada de Albuquerque, partindo este para o Malabar para aí assumir o lugar de governador. Só então rumaria a Socotorá, onde invernaria. Esta determinação, que se percebe em resultado do desconhecimento do sucedido com Afonso de Albuquerque em Ormuz, onde foi abandonado pelos seus capitães, acabou, no entanto, por não ter qualquer exequibilidade na medida em que Duarte de Lemos, desconhecendo o que sucedera com o capitão mór, decidiu, de acordo com o que o seu regimento determinava, invernar em Moçambique para ter a certeza do desaparecimento do tio[23].

Certificada a sua morte com a chegada da nau de Francisco Pereira em Fevereiro de 1509, Duarte de Lemos pôde então, de acordo com os regimentos que levava, assumir a capitania mór. Condicionado pelo inesperado da situação e, naturalmente, pela pouca experiência de comando, a sua acção ao longo dos primeiros meses ficou marcada por uma sucessão de decisões tomadas em conselho com os seus capitães[24]. Dessa forma não só os co-

---

[22] Cf. *Da Ásia. Década* II, livro III, capº I.

[23] Em carta ao rei, de 30 de Setembro de 1508, afirma isso mesmo. In *Documentos Sobre os Portugueses em Moçambique e na África Central (1497-1588)*, (a partir de agora designados por *DSPMAC*), vol. II, Lisboa, Ed. National Archives of Rhodesia and Nyasaland e Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1963, pp. 284 a 290. João de Barros afirma serem "navetas de cento e cinquenta té oitenta tonéis". Veja-se também Damião de Góis, *Crónica*[...], já cit., vol II, p. 67.

[24] Cf. "Acta do conselho de oficiais da Armada do Estreito", de 25 de Janeiro de 1509, in *DSPMAC*, vol. II, 1963, pp. 326 a 329; "Acta do conselho de oficiais da armada do Estreito", de 24 de Fevereiro de 1509, *Ibidem*, pp. 330 a 335; "Acta do conselho de oficiais da armada do estreito", de14 de Março de 1509, *Ibidem*, pp. 336 a 337.

responsabilizava por um eventual fracasso das medidas adoptadas, mas também impedia que o seu comando, já de si algo fragilizado, pudesse sofrer a contestação daqueles impedindo-o de realizar as tarefas que o seu regimento lhe impunha.

Ainda assim não pôde evitar, como refere Alexandre Lobato, a oposição e as queixas do feitor de Sofala, indignado por não ter apresado um zambuco de Cide Bubacar vassalo do rei de Melinde que comerciava a sul de Quíloa, facto que prejudicava, naturalmente, os interesses da sua feitoria[25]. A Lemos e aos demais capitães colocara-se o problema de saber como proceder, uma vez que as suas directivas eram ambíguas. Com efeito, se por um lado determinavam que não deixassem passar mercadorias que pusessem em causa o trato de Sofala, por outro ordenavam que "as cousas del-Rey de mylynde fossem guardadas e lhe nam façam nenhuu danoo"[26]. Para além disso, o navio navegava com um cartaz passado pelo Vice-rei e pelo capitão de Quíloa, razão pela qual proceder ao seu apresamento implicaria, naturalmente, abrir um precedente grave, que poria em causa a política de controle da navegação que vinha sendo seguida naquela costa.

Duarte de Lemos, que logo à sua chegada a Moçambique se apressara a inteirar o monarca de forma muito detalhada de todos os problemas que afligiam as feitorias e fortalezas portuguesas na costa oriental africana[27], preocupou-se então em prover as capitanias e demais lugares que se encontravam vagos, ou a aguardar substituição,[28] e procedeu a uma reorganização das chefias da sua armada.

Paralelamente foi desenvolvendo uma importante tarefa de arrecadação dos tributos aos diferentes potentados locais da costa africana, tarefa que, de acordo com os diferentes relatos existentes, procurou desempenhar com alguma diplomacia, dado que estava ciente da necessidade de não envolver as suas parcas forças em combates desnecessários. Tentou atacar Mogadoxo, mas, após analisar o poderio militar dos locais e de constatar a inexistência de um ponto de fácil desembarque, optou por rumar a Ormuz para aí cobrar as páreas impostas por Albuquerque.

Todavia, tal como ali, não atacou a cidade, antes preferindo negociar

---

[25] Sobre o assunto veja-se, *A Expansão Portuguesa em Moçambique de 1498 a 1530*, livro II, Lisboa, A.G.U., 1954, pp. 99 a 101.

[26] "Acta do Conselho de Oficiais da Armada do Estreito", Moçambique, 25 de Janeiro de 1509, IAN/TT, *Gavetas*, 15-19-22, f. 1R, apud Alexandre Lobato, *A Expansão*[...], já cit., p. 99.

[27] Cf. carta enviada ao rei em 30 de Setembro de 1508, atrás citada.

[28] Caso, por exemplo, de Francisco Pereira, que substituiu Pero Ferreira Fogaça em Quíloa, devendo este passar para a capitania de Sofala. Cf. Castanheda, *História* [...], já cit., livro II, cap. CV, 449.

com Cojeatar [29] e o monarca ormuzino, adoptando assim uma política conciliadora que não agradou a alguns dos seus capitães, reunidos uma vez mais em conselho [30]. Esta medida, se por um lado é explicável à luz da reduzida dimensão das suas forças, resultou ainda do facto de as autoridades de Ormuz se encontrarem informadas das profundas dissensões existentes entre os portugueses no Malabar, em virtude do conflito entre Albuquerque e o Vice-rei D. Francisco de Almeida, facto que impediria o envio de socorros para o mar Arábio no caso de aí eclodir um conflito militar. Castanheda, por seu turno, avança com outra explicação pondo o assento tónico na necessidade que o capitão mór tinha de "ter aquela cidade quieta e pacífica para as armadas que queria trazer no Estreito" [31], ou seja, pretendia ter a rectaguarda assegurada para melhor poder patrulhar a boca do Mar Vermelho aí andando "de armada às presas", no fundo o móbil primeiro de capitães e soldados da Índia, em virtude da enorme rendibilidade de tal actividade [32].

Provida a capitania de Socotorá e enviado para a Índia o seu anterior capitão D. Afonso de Noronha, sobrinho de Albuquerque, a armada de Duarte de Lemos passou então a exercer a sua acção de vigilância no Estreito, com os consequentes e inevitáveis apresamentos de navios comerciais muçulmanos, que haveriam de estar na base de muitos dos conflitos entretanto surgidos. Com efeito Lemos viria a ser acusado quer pelos seus pares, quer pelos oficiais das feitorias, de ter praticado vários abusos e esbulhos na partição das presas, prejudicando não só os particulares, mas também a Coroa em proveito próprio. Neste particular merece referência especial a acusação que lhe foi feita por Lourenço Moreno e Diogo Pereira [33], responsáveis pela feitoria de Cochim, e por Gonçalo Fernandes [34], que o acusam de haver feito muitos roubos em presas, em especial no caso da nau "Meri", que pertencia ao rei de

---

[29] Trata-se do goazil de Ormuz. Do árabe uazir, designava o primeiro ministro do rei ou o governador de uma cidade.

[30] Pero Ferreira Fogaça foi um dos capitães que mais acesamente lutou contra a proposta conciliadora de Lemos, que optou por receber apenas os 15000 xerafins propostos por Cojeatar e o rei de Ormuz, e não os 20000 impostos por Afonso de Albuquerque. Cf. Castanheda, *História* [...], já cit., livro II, cap.ºCXVII

[31] Cf. Castanheda, *História* [...], já cit., livro II, cap. CXVII, pp. 475.

[32] Os montantes dos saques decorrentes da actividade predadora das armadas portuguesas no Índico assumiram tal magnitude ao longo da primeira década de Quinhentos que alguns responsáveis de Lisboa chegaram mesmo a equacionar o eventual aprovisionamento das naus do Reino com as receitas obtidas. Sobre o assunto veja-se o nosso trabalho, "A apropriação das rotas comerciais no Índico pelos Portugueses durante o século XVI", in *Portugal no Mundo*, dir. por Luís de Albuquerque, vol. IV, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, pp. 268 e seguintes.

[33] Cf. carta destes oficiais para D. Manuel, Cochim, 20 de Dezembro de 1510, in *C. A. A.*, vol. III, p. 314.

[34] Cf. carta ao rei de finais de 1510, in *C. A. A.*, vol. IV, p. 64.

Cambaia e que, por via disso, causara mesmo um conflito diplomático com aquele soberano.

Todavia, para que a acção de bloqueio efectuada pela sua armada à entrada do Mar Vermelho pudesse apresentar alguma consistência, eram necessários homens e navios em maior número, razão pela qual no regresso de Ormuz enviou para a Índia Vasco da Silveira, acompanhado de Antão Nogueira, seu cunhado, e Diogo Correia para que, conforme o arregimentado, dali trouxessem os navios a disponibilizar por Albuquerque, que assim se juntariam aos seis com que andava[35].

"O Terribil", pouco interessado em apoiar logísticamente um potencial rival na governança da Índia socorreu-se do facto de se encontrar em preparação uma grande armada para atacar Calicute – em que tomaria parte também o Marechal D. Fernando Coutinho, enviado do reino para resolver a questão sucessória – para obstar ao envio de qualquer navio, acabando mesmo Vasco da Silveira por participar no ataque à cidade, onde morreu juntamente com o Marechal seu tio.

Albuquerque abria assim um conflito com Duarte de Lemos que se agudizaria de imediato quando, contrariando as directivas de D. Manuel, se decidiu em princípios de 1510 a avançar para a conquista de Goa, ao invés de rumar ao Mar Vermelho. Importa notar, no entanto, que este conflito foi muito mais um conflito de competências do que um choque entre duas concepções políticas diferentes. Com efeito, não é possível descortinar diferenças substanciais entre os dois, sobretudo porque Duarte de Lemos se limitou, na prática, a cumprir as directivas do monarca, com as quais Albuquerque concordava também.

Tratou-se, sobretudo, de uma questão de "timing", já que Albuquerque nos anos subsequentes jamais deixou de se preocupar com o domínio da zona dos Estreitos, aí vindo a desenvolver uma acção militar e política notável. Conhecedor como ninguém da realidade política, militar e comercial do Índico, entendeu como prioritária a conquista de Goa, onde se concentrava uma forte armada rume[36], e, posteriormente, de Malaca, ao invés de avançar de imediato para o mar arábico. Necessitando de todos os meios navais para as suas acções de conquista e nada interessado em os partilhar com quem

---

[35] O número é apresentado pelo próprio Afonso de Albuquerque no conselho de capitães reunido em 13 de Fevereiro de 1510 para decidir sobre o rumo que tomaria a armada da Índia, a saber: Goa ou o Mar Vermelho. Cf. *C. A. A.*, vol. II, p. 3.

[36] Em carta ao rei, de 20 de Agosto de 1512 afirmava: "nam sey dar outra rrezam de mim, senam que as cousas de deus á lhe homem d'obedecer e tomalas por milhor, porque vinte naus de castelos davante que ficavam em Goa e em Camguiçar, e goa que nam leixava já navegar nenhuma nao com voso seguro, nam era pera desimular e leixar este feito atrás das costas". In *C. A. A.*, vol. I, p. 77.

ainda por cima representava um perigo para o seu poder, a sua resposta não poderia ser outra.

Duarte de Lemos, ciente da impossibilidade de continuar a operar com tão reduzidos efectivos, vai então rumar ao Malabar, onde rapidamente foi utilizado como porta-estandarte na luta contra Albuquerque. Com efeito, os capitães que em Ormuz haviam abandonado o governador viam agora no capitão mor do mar da Arábia um potencial opositor com poder para se lhe opôr.

Importa notar, no entanto, que esta oposição pouco tem a ver com a que lhe continuava a ser movida por um conjunto de oficiais e particulares de Cochim que, aliados ao rei local, viam com muito maus olhos as campanhas belicistas de Albuquerque, sobretudo as que se relacionavam com Goa, por temerem uma eventual subalternização de Cochim enquanto principal porto de abastecimento das naus da Carreira[37]. Com efeito, estes homens, que defendiam a prossecussão de uma política mais marcadamente mercantilista e centrada no Malabar e na carga das naus, não só nada tinham a ver com aqueles do ponto de vista da sua estratégia política, como foram mesmo críticos acérrimos da conduta de Duarte de Lemos. Várias foram as cartas enviadas a D. Manuel onde eram violentamente criticados os desmandos daquele e a sua recusa em prestar conta dos seus actos nas feitorias. Esses homens sentiam-se particularmente agravados com a conduta de Duarte Lemos para com o soberano de Cochim, seu parceiro comercial e aliado político, já que não só ordenara o abate de várias vacas nas suas naus, como também conferira ao arel de Cochim, em nome do monarca português, o poder "sobre o mando e castigo da sua gente", privilégio esse que já lhe havia sido outorgado pelo rei local e que muito contribuiu para a sua indignação[38].

Na base deste conflito terá estado também o tradicional choque de interesses entre os homens das armadas, pouco atreitos a sujeitarem-se ao controlo dos oficias da administração régia sediada em terra, e os responsáveis pela principal fortaleza do Estado da Índia, de quem Albuquerque se queixava também, aos quais interessava a manutenção da preponderância política e económica do reino de Cochim no Malabar, bem como o aprofundamento das relações comerciais já existentes.

Como quer que fosse, a simples presença de Duarte Lemos no Malabar comportava, por força dos poderes que lhe estavam atribuídos em razão do cargo de capitão mór da costa da Etiópia e Arábia, sérios riscos para a

---

[37] Sobre o assunto veja-se o nosso trabalho, elaborado com Inácio Guerreiro, "O grupo de cochim e a oposição a Afonso de Albuquerque", publ. em *Studia*, nº 15, Lisboa, C.E.H.C.A., 1992, pp. 119 a 144.

[38] Cf. carta de Lourenço Moreno e Diogo Pereira para D. Manuel, Cochim, 20 de Dezembro de 1510, in *C. A. A.*, vol. III, p. 315.

autoridade e o poder de mando de Albuquerque. Prova-o desde logo o episódio ocorrido à chegada daquele a Cananor, em que entrou no porto com a bandeira de capitão mór hasteada na gávea, numa posição clara de afrontamento à jurisdição do Governador da Índia e que só terminaria após a intervenção deste.

Os conflitos de competências entre os dois não ficariam por aqui já que, pouco depois, foi a vez de Duarte Lemos se sentir agravado pelo facto de ter sido arredado das negociações com os emissários de Cambaia, que procuravam negociar a troca de Alecão, capitão da nau Meri, pelos portugueses da nau de D. Afonso de Noronha (sobrinho de Albuquerque) que ali se encontravam cativos desde o seu naufrágio. Alegando tratar-se de um assunto da sua jurisdição, já que esta se estendia de Sofala até Cambaia, o nosso capitão viria a adoptar uma posição de intransigência, recusando-se a entregar os mouros cativos em seu poder, facto que acabou por redundar em seu próprio prejuízo. Na verdade, vários foram os capitães e oficiais que se manifestaram contra o seu comportamento, entre eles Diogo Correia, que fora capitão da sua armada e que, tal como os demais, achava inaceitável que se pusesse em causa a libertação dos 40 portugueses ali detidos[39].

Este clima de crispação acentuou-se com a recusa, uma vez mais, de Albuquerque em apoiar logística e materialmente a armada de Lemos. Alegando necessitar de todos os meios, materiais e humanos, para a segunda conquista de Goa o Governador propôs a Duarte de Lemos que o acompanhasse integrando as suas forças na armada que se encontrava em preparação, ao que este, influenciado pelos opositores do "Terribil", se viria a opôr pretextando "a pouca honra que teria indo como capitão raso e não já como capitão mór"[40]. Valeu a Albuquerque que, com a chegada das naus do reino, capitaneadas por Gonçalo de Sequeira, toda a situação ficou clarificada, uma vez que nela vinham ordens para que Lemos entregasse a sua armada ao governador e regressasse a Lisboa, o que acabou por suceder sem que aquele tivesse participado na segunda conquista de Goa[41].

---

[39] Cf. carta de João de Ávila ao Rei, de finais de 1510, in *C. A. A.*, vol. III, p. 326; carta de Diogo Correia para D. Manuel, de fianis de 1510, in *Op. cit.*, vol. III, p. 327. Veja-se ainda a carta já referida de Lourenço Moreno e Diogo Pereira, onde o assunto é igualmente abordado.

[40] Cf. Castanheda, *História* [...], já cit., livro III, cap. XXXIX, pp. 587.

[41] Castanheda e Correia diferem relativamente a esta questão, afirmando este que a posição de Duarte Lemos sempre fora a de se opôr à conquista de Goa, enquanto aquele defende que este mudara de opinião, só se decindo a não ir após a partida de Albuquerque para Cochim com o objectivo de aí apoiar o rei local contra um príncipe que se havia rebelado. Cf. *História* [...], já cit., livro III, cap. XXXVII, pp. 580 a 582, e *Lendas* [...], já cit., vol. II, p. 133. Pelo contrário Damião de Góis afirma que aquele adoptara uma postura dúbia afirmando-se favorável à conquista, mas tudo fazendo para a impedir. Cf. *Crónica*[...], já cit., vol. III, p. 67.

Ainda assim, durante os meses de permanência no Malabar, até à sua partida para o Reino em finais de 1510 princípios de 1511, Duarte de Lemos deu origem a uma série de problemas e conflitos com os homens das fortalezas, tanto em Cananor como em Cochim. Aqui, não só se envolveu com as raparigas mouras que Albuquerque cativara em Goa e que pretendia enviar à Rainha, mas também provocou um enorme alvoroço por causa da carga da sua nau. Em conjunto com o seu irmão e alguns criados, para além dos capitães da sua capitania, tentou opôr-se a que o feitor carregassse em primeiro lugar as mercadorias da Coroa, "e quasi que ouve arrancar d'espadas, e se não acodira Gonçalo de Siqueira ouvera de ser mui mao recado"[42]. O seu carácter altivo e brigão, característico da generalidade dos fidalgos mais novos que passavam à Índia, levá-lo-ia ainda a desavir-se com os operários da Ribeira a propósito da madeira cortada para o aparelhamento da nau de Nuno Vaz, tendo acabado também por se travar de razões com ele, que se queixoua a Albuquerque, o que contribuiu para reforçar no Oriente uma imagem bastante negativa da sua pessoa.

Ainda assim, esta sua fugaz passagem pelo Índico permitiu-lhe regressar ao Reino com a fama e a fortuna com que jamais teria sonhado à data da sua partida de Lisboa, dada não só a sua idade, mas também a sua condição de segunda figura da armada.

A aventura brasileira.

Com a chegada de Duarte de Lemos ao Reino em 1511 terá lugar um longuíssimo período marcado por um claro afastamento dos assuntos ultramarinos, mas em que este continuou a gravitar muito próximo da Corte, passando mesmo, com D. João III, a fazer parte do conselho régio[43], agora bastante mais restrito do que no reinado anterior[44].

Durante esse período ter-se-á remetido aos seus domínios, sendo certo que casou por volta de 1514-15 com D.ª Joana de Melo, de quem teve seis filhos, quatro rapazes e duas raparigas. Dois deles viriam igualmente a passar à Índia, aí tendo morrido, pelo menos, Álvaro de Lemos, o terceiro da casa.

A presença de alguns homónimos no Oriente, tanto na costa de África como na Índia, levou alguns dos estudiosos que sobre esta figura se debru-

---

[42] Cf. Castanheda, *História* [...], já cit., livro III, cap. XLV, p. 603.

[43] Cf. carta de nomeação de Duarte Lemos para conselheiro de D. João III, de 22 de Março de 1522, apud Augusto Soares de Sousa Baptista, "Duarte de Lemos – 3º Senhor da Trofa – na África", publ. em *Arquivo do Distrito de Aveiro*, vol. XXII, nº 87, Julho-Agosto-Setembro de 1956, p. 163.

[44] Cf. Amaro Neves, *Os Lemos da Trofa na História e na Arte de Quinhentos*, Águeda, Serviços Culturais da Câmara Municipal de Águeda, 1984, pp. 67 e 68.

çaram a defender que ao longo da década de 1510-20 este passara ao Índico mais duas vezes, o que não sucedeu[45]. No primeiro caso o equívoco resultou da sua identificação com um Duarte Lemos tanadar de Pangim[46], que mais não era do que um dos "casados" de Goa a quem Albuquerque, ao que tudo indica, teria dado aquele ofício. Tratando-se de um cargo da administração local, a quem estava em regra cometida a arrecadação dos tributos de uma aldeia ou alfândega[47], jamais um fidalgo com o estatuto social de Lemos, e que havia sido a segunda figura do Estado da Índia, se sujeitaria a servir no Oriente em lugar tão desprestigiante com aquele[48].

Esta argumentação serve igualmente para refutar por completo a sua eventual presença na costa africana entre 1515 e 1518, onde, como pretendem alguns[49], teria servido como escrivão da feitoria de Sofala. Trata-se, uma vez mais, de um homónimo, uma vez que, num dos documentos de que aquele se serve para suportar a sua teoria, é afirmado que se tratava de um Duarte Lemos "moço da camara do Rei"[50], logo alguém completamente diverso do fidalgo que, quatro anos mais tarde, em 1522, D. João III escolheu, como é sabido, para capitanear a armada de sete velas que devia acompanhar a Roma o antigo Cardeal de Tortosa, o qual havia sido eleito Papa[51].

A explicação para o aparecimento desta sucessão de equívocos resultou, em nosso entender, da necessidade de procurar preencher todo um longo período de silêncio das fontes, que medeia entre a data do seu regresso do Oriente e a sua partida para o Brasil, já na década de trinta. Com efeito, só assim se explica que o tivessem confundido com um outro Duarte de Lemos, "morador da cidade de Lisboa"que avera dez ou onze anos tratava na ylha de

---

[45] Veja-se, por exemplo, Amaro Neves, *Ibidem*, pp. 52 e seg.s.

[46] Cf. mandado de pagamento de Afonso de Albuquerque ao feitor para que pagasse 16 000 reais a Duarte de Melo "casado nesta cidade" de seu casamento. In *C. A. A.*, vol. V, p. 251.

[47] Cf. Sebastião Rodolfo Dalgado, *Glossário Luso-Asiático*, New Delhi-Madras, Educational Services, 1998, vol. II.

[48] A simples verificação das datas dos documentos que serviram de base a esta confusão permite perceber que seria praticamente impossível a Duarte de Lemos ter chegado ao Reino em 1511, encontrando-se em Goa no ano seguinte já casado e de posse de um ofício. Quando se teria processado a sua viagem para a Índia se, como é sabido, em situações normais uma viagem de ida e volta da Carreira demorava, na melhor das hipóteses ano e meio?

[49] Cf. Amaro Neves, *Os Lemos* [...], já cit., pp. 57 e seg.s.

[50] Cf. carta do alcaide mór de Sofala João Vaz d'Almada para o Rei, de 26 de Julho de 1516, IAN/TT, *Corpo Cronológico*, I-20-64, apud Amaro Neves, *Os Lemos* [...], já cit., p. 158.

[51] In *Inéditos de História Portuguesa*, V. , p. 346, apud Augusto Soares de Sousa Baptista, "Duarte de Lemos [...], já cit., pp. 163 e 164. Trata-se de Adriano VI (1459 – 14 de Setº de 1523), cujo papado durou apenas 13 meses. De origem holandesa foi eleito quase unanimemente em Janeiro de 1522, tendo sido coroado a 31 de Agosto desse ano. A deslocação, no entanto, foi feita por terra, o que inviabilizou o objectivo da referida armada.

san tome e está loguo la d'asento dous e tres anos fazendo sua fazenda", o qual pedia, em 1540, que lhe fosse outorgado um alvará que o impedisse de ali ser preso pelas justiças locais[52]. Uma rápida análise do conteúdo do documento permite concluir que ao longo de toda a década de 1530-40 o indivíduo em causa estivera a negociar em S. Tomé, não podendo, por isso, encontrar-se no Brasil a apoiar a criação das capitanias da Baía de Todos-os--Santos e do Espírito Santo, como, de facto, sucedera com o nosso fidalgo.

Embora não se sabendo ao certo o ano em que terá passado ao Brasil, é natural que o tenha feito em 1536 na companhia de Francisco Pereira Coutinho, também ele um antigo soldado da Índia, que participara com seu irmão Fernão Gomes de Lemos nalguns dos principais feitos de armas que aí tiveram lugar, caso, por exemplo, da conquista de Goa[53]. Ligados porventura por laços de amizade, ou outros que não pudemos apurar, teriam assim embarcado juntos na aventura da colonização desse novo continente, facto tanto mais singular porquanto tinham ambos uma idade algo avançada.

Essa ligação, no entanto, depressa se desfez, abandonando Duarte de Lemos a capitania da Baía. Em 1537 estava já ao serviço de Vasco Fernandes Coutinho, capitão de Porto Seguro, para onde se mudara com todos os seus familiares, criados e escravos. Este, tal como aqueles, era um experimentado soldado e marinheiro que passara largos anos no Oriente, aí tendo privado com alguns dos seus irmãos, sobretudo com Fernão Gomes de Lemos, com quem se distinguira em Malaca ao abaterem o elefante do rei local[54].

Em resultado da acção militar desenvolvida por Lemos e pelos seus homens na luta contra os índios, Vasco Coutinho apressou-se a doar-lhe, logo em 1537, a ilha de Santo António, acto que seria ratificado em 1540 e confirmado mais tarde pelo monarca a pedido daquele[55]. Nessa data encontrava-se o nosso capitão em Lisboa, para onde havia seguido juntamente com o donatário da capitania em busca de apoio, dadas as enormes dificuldades com que haviam deparado nesses primeiros anos de instalação.

Algum tempo mais tarde, em Janeiro de 1549 Duarte Lemos está, de novo, na capital do reino, provavelmente já em ruptura com Vasco Coutinho,

---

[52] Cf. carta régia de doação de alvará a Duarte de Lemos, de 18 de Outubro de 1540, in IAN/TT, *Chancelaria de D. João III*, livro 50, f. 223v.

[53] Sobre o assunto veja-se Carlos Malheiro Dias, "O Regimen feudal das Donatarias anteriormente à Instituição do Governo Geral (1534-1549), cap° VI da *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, vol. I, Porto, Litografia Nacional, 1924, pp. 257 e 258.

[54] Cf. nota 14 deste trabalho.

[55] Cf. "Alvará de doação da ilha de St° António a Duarte Lemos por Vasco Fernandes Coutinho, em 15 de Julho de 1537, inserto na carta régia regulando a mesma doação, de 8 de Janeiro de 1549. Publicado por Carlos Malheiro Dias em "O Regimen Feudal das Donatarias", já cit., pp. 265 e 266.

aí recebendo do monarca uma carta que regula a doação da referida ilha. Ainda nesse ano vai, ao que tudo indica pela última vez, abandonar o Reino partindo para o Brasil ao comando de uma das naus da armada de Tomé de Sousa, que havia sido nomeado governador-geral[56].

Após a sua chegada ao continente sul-americano o governador nomeou-o capitão da donataria de Porto Seguro em 1550, a qual se encontrava desde há quatro anos sem donatário em virtude de Pedro do Campo Tourinho haver sido preso e mandado em ferros ao Reino, para aí ser julgado pelo Tribunal do Santo Ofício. Incompatibilizado com Vasco Fernandes Coutinho que, completamente arruinado, caíra em desgraça, Duarte Lemos, outrora seu amigo e dependente, vai escrever ao monarca nesse mesmo ano acusando-o não só de ter enchido a sua capitania com degredados e gente vil, mas também de traição, por, segundo dizia, querer passar a França "a se restaurar de seus gastos na capitania"[57].

Iremos encontrá-lo alguns anos mais tarde, em 1558, na sua ilha de Stº António, onde, numa cerimónia de grande importância para o futuro da capitania do Espírito Santo, apadrinhou o baptizado do filho do chefe índio local. Aí faleceu alguns meses mais tarde.

◆
◆ ◆ ◆

Oriundo de uma família que ascendera socialmente com o advento da Dinastia de Aviz e que, por via disso mesmo, se envolvera desde o início no processo expansionista ultramarino, Duarte de Lemos foi não só um dos "fundadores" do Estado da Índia, mas também um dos principais responsáveis pelos primórdios da colonização do Brasil.

"Fidalgo aventureiro, ambicioso e áspero", como o caracteriza Carlos Malheiro Dias, não deverá ter sido, no entanto, muito diferente da generalidade daqueles que todos o anos partiam do Reino em busca de honra e proveito, condições fundamentais para o engrandecimento e enobrecimento dos seus nomes e das suas linhagens. A sua especificidade residiu sim no facto de, a exemplo do sucedido com Vasco Fernandes Coutinho, Tomé de Sousa ou Francisco Pereira Coutinho, a sua carreira militar se ter dispersado por três continentes ao longo de quase meio século, o que o transforma, tal como àqueles, num verdadeiro "construtor do Império".

---

[56] Cf. P.e Serafim Leite, *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Lisboa, 1938, tomo I, livro I, p. 22.

[57] Cf. carta de Duarte de Lemos para D. João III, de 14 de Julho de 1550, in IAN/TT, Corpo Cronológico, parte I, maço 84, nº 99, publ. por Carlos Malheiro Dias em *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, já cit., vol. I, p. 267.

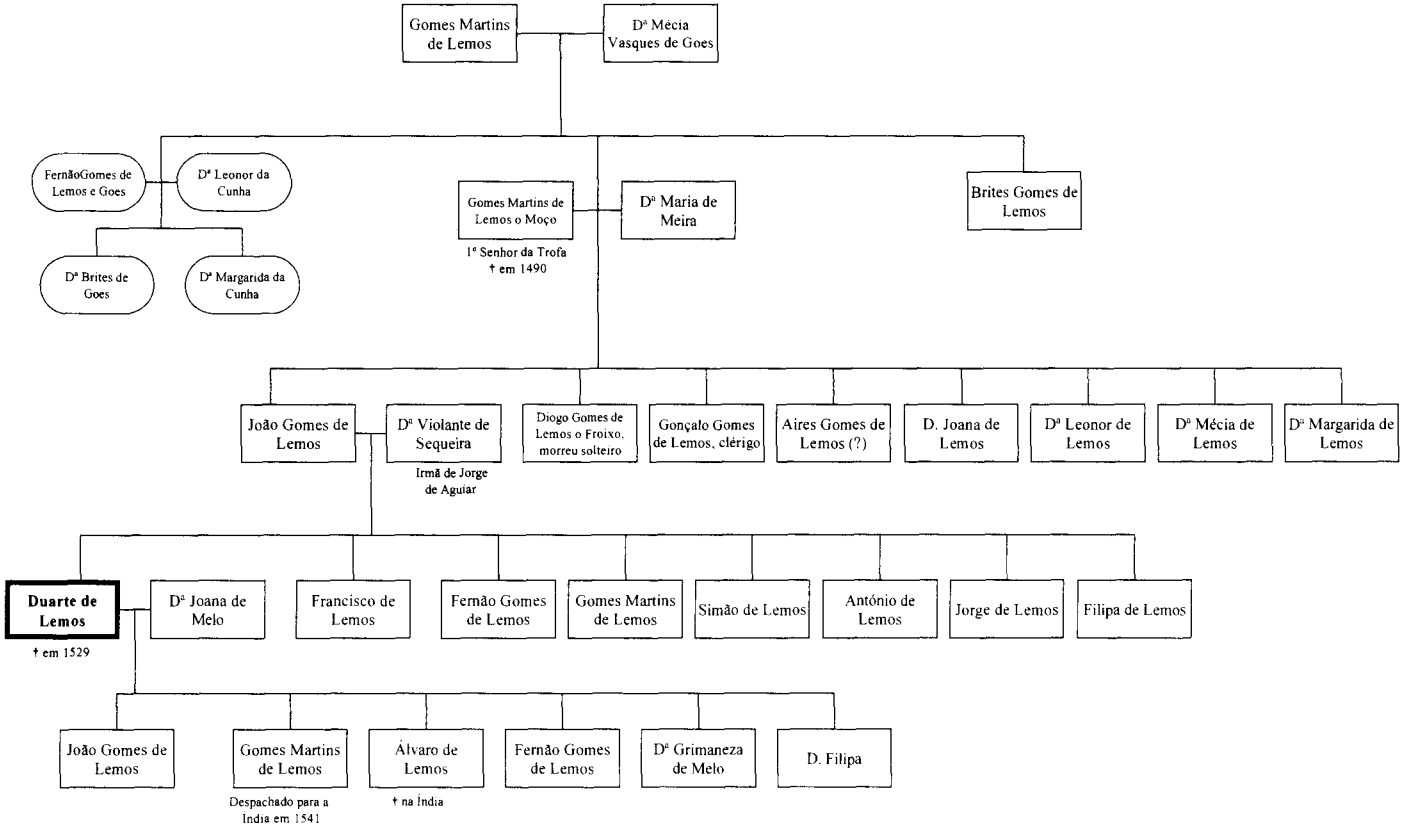
Integrado, à saída de Lisboa, na rede clientelar de seu tio Jorge de Aguiar, ver-se-ia guindado a figura de primeiro plano por um daqueles acasos em que a história é fértil, acabando ele próprio por beneficiar dos laços de parentesco e de fidelidade que uniam os vários capitães da sua armada, facto que muito contribuiu para a sua afirmação como capitão mor da Arábia, com superintendência sobre uma vasta área que se estendia de Sofala a Diu.

Já numa fase adiantada da sua vida lançar-se-ia de novo na aventura da "edificação do Império Português", alicerçada agora numa teia de amizades entretecida em terras orientais, onde pontificavam Francisco Pereira Coutinho; Vasco Fernandes Coutinho e, por último, Tomé de Sousa, para falarmos apenas nos mais representativos.

Quase todos eles veteranos da guerra da Índia viriam, já no crepúsculo das suas vidas, a ocupar alguns dos mais elevados cargos da administração da colónia brasileira em resultado de um processo que conviria estudar com mais profundidade e detalhe, dadas as ligações existentes entre aqueles e alguns dos irmãos de Duarte de Lemos.

Fica assim por analisar todo a acção que conduziu, no Oriente e no Reino, à criação e desenvolvimento da rede clientelar que, envolvendo uma parte muito significativa dos seus irmãos - sobretudo Fernão Gomes de Lemos, que se assumiu como figura de primeiro plano ao longo da governação de Afonso de Albuquerque e mesmo mais tarde -, viria depois a desempenhar um papel de relevo no governo de algumas das principais capitanias brasileiras. Essa análise, pela sua complexidade e abrangência, não se enquadra num estudo com as características do que acabamos de apresentar, razão pela qual fará parte de um outro trabalho que nos encontramos a realizar sobre a acção dos Lemos da Trofa no Império Português ao longo do século XVI.

Quadro nº 1 - Os Lemos da Trofa



AS COMUNICAÇÕES NAVAIS NO TEMPO DE *D. FRANCISCO DE ALMEIDA*

Engº. José Luís Pereira Gonçalves

INTRODUÇÃO

Ao elaborar um resumo do que foram as comunicações antes do SEC XVI, época em que viveu o primeiro Vice-rei da Índia, pretendeu-se sobretudo, dar a conhecer que a necessidade de comunicar é uma realidade desde que há História. Trata-se de um tema vasto e fecundo, dificil de estudar em profundidade, dadas as limitações decorrentes da falta de documentos originais e traduções que chegam até nós em quarta ou quinta versão, com distorsões frequentes, que por vezes, tornam a compreensão do assunto pouco clara ou mesmo incompreensível.

Na historiografia portuguesa, anterior ao SEC. XVI, são raras as referências ao tema "comunicações" e as que existem são pouco claras ou mesmo omissas.

Por outro lado, o assunto das telecomunicações não terá merecido, por parte de outros países, grande relevância e só a partir do SEC XVIII é que o tema começa a ser abordado com mais detalhe.

Saliente-se, que a evolução da tecnologia das comunicações até ao Sec XVI, não teve grandes avanços, quer sob o ponto de vista operacional, quer sob o ponto de vista cientifico.

Mesmo assim, este trabalho que pode e deve ser amplamente melhorado, pretende ser um contributo que, propomos, seja seguido por outros membros desta Academia.

Nesta parte e como método seguimos a orientação dos autores da obra "The Early History of Data Networks"[1] .Tentámos, no limite do possível, socorrer-nos de originais para as transcrições referidas na obra, tendo-nos despertado maior interesse as comunicações navais e principalmente as de maior raio de acção.

1 - BREVES NOTAS SOBRE A TEORIA DA COMUNICAÇÂO

Por comunicação entende-se, o acto pelo qual uma entidade dá a conhecer a outra(s)um determinado conhecimento.

Esta entidade constitui uma FONTE DE INFORMAÇÃO o que dá origem a uma MENSAGEM; esta é transformada num SINAL de natureza

física que é transmitida através de um CANAL DE COMUNICAÇÃO.

A transformação MENSAGEM-SINAL é operada no TRANSMISSOR. O sinal é recebido num RECEPTOR onde se opera uma tranformação SINAL-MENSAGEM.

Poderemos pois distinguir num " canal de comunicação" três partes distintas:

-TRANSMISSOR- onde se dá a transformação mensagem-sinal.

-MEIO DE TRANSMISSÃO-meio fisico através do qual o transmissor, transmite o sinal ao receptor.

-RECEPTOR-onde se dá a transformação SINAL-MENSAGEM.

O meio de transmissão assume formas muito diversas que neste caso pode assumir a forma de feixes dirigidos ou uma transmissão de fraca directividade.

Depreende-se que deve condicionar-se a natureza da mensagem à resposta que o sistema físico do destinatário lhe dá, sendo inútil transmitir informação cuja natureza não tenha significado para o destinatário ou seja redundante. Como ilustração do que acabamos de referir, podemos citar o exemplo de uma conversa normal entre duas pessoas.[2]

2 - SÚMULA DOS PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO ATÉ AO SEC. XVI

O INÍCIO

Na actualidade em que as comunicações à distância se processam em tempo real (ou quase), não é muito fácil entender como é que as mesmas se realizavam num passado, mais ou menos remoto. É de referir que, hoje em dia, existem mais de 500 milhões de telefones ligados em rede, a que há que acrescer os chamados "móveis" e todas as redes de comunicações militares e civis. São inúmeros os satélites de comunicação que rodam em volta da terra para os mais diferentes usos e fins. Em suma, estamos no chamado mundo global cujas consequências, em termos de futuro, são totalmente imprevisíveis.

Saliente-se que Portugal tem um satélite em órbita, aparentemente sem qualquer utilização. Seria um meio extremamente importante para as comunicações navais, sobre o qual não temos controlo, e estas, assim, são obrigadas a recorrer a outros meios idênticos ... e que temos, obviamente, de pagar.

Há uma certa tendência para considerar que a necessidade de comunicações fiáveis terá ocorrido durante o SEC XIX, quando o primeiro telefone foi patenteado e registado.[3]

Todavia, a mesma necessidade já existia no tempo do Antigo Egipto por parte dos Faraós e seus servidores.

No entanto, e descontando alguma fantasia nos relatos que chegaram até nós, o primeiro meio de transmissão que terá sido utilizado foi o do mensageiro quer pedestre, quer a dorso de animal.

Ficou para a história o caso de Phidippides que em 490 AC correu??? 36.2 Kms(22,5 milhas) de Maratona a Atenas para anunciar aos atenienses a eminente aproximação do exército persa[4] ; (cite-se que Heródoto[5] refere, na sua História, que o mesmo Phidippides não terá corrido para Atenas após o começo da batalha de Maratona, antes sim, terá feito previamente cerca de 240 Kms de Atenas a Esparta, levando consigo um pedido de apoio militar aos espartanos...).

Reza a lenda que os comandantes atenienses estavam ainda em Atenas quando resolveram enviar a Esparta um mensageiro profissional(?) - de seu nome Phidhipides - este contou que durante o seu percurso lhe terá aparecido o Deus Pan que tomando conhecimento deste objectivo, resolveu adiantar-se e chegar a Esparta clamando:

"Homens da Lacedemónia! Os Atenienses pedem-vos ajuda; não consintais que a mais antiga cidade da Grécia se torne escrava dos bárbaros!"

Heródoto descreve, posteriormente, a batalha em que os atenienses foram sucessivamente vencendo os persas sem a ajuda dos espartanos; e prossegue: *"com o resto da frota, os bárbaros voltaram aos seu navios tentando dobrar o Cabo Sunium a fim de tentarem chegar a Atenas antes dos seus defensores...na realidade, conseguiram-no, mas tinham à sua espera o Exército Ateniense que em marcha forçada já os aguardava...os persas ancoraram em Phalerum, que nessa altura, era o porto de Atenas e vendo a reacção inimiga , regressaram à Asia".*

No relato de Heródoto não há qualquer menção ao facto de Phidippides ter sido o primeiro a regressar a Atenas após a batalha, morrendo de cansaço após a sua chegada, mas tal é certamente possível.

Não será, pois, de estranhar que episódios idênticos sejam descritos, um pouco por todo o lado, ao longo da história; as mais antigas referências conhecidas são provenientes do Egipto[6].

Cerca do segundo milénio AC no Egipto e no primeiro na China, era de uso corrente o sistema de retransmissores utilizando mensageiros quer pedestres, quer a dorso de animal.

Babilónia também usou os seus mensageiros; no seu estudo sobre este tema, Francis Dvornik[7] refere que os mensageiros de Hammurabi[8]

iam de Larsa a Babilónia em dois dias, marchando sem parar, dia e noite.

Três séculos AC a utilização de mensageiros era rotineira; no tempo do faraó Merneptah[9] existe parte de um registo referindo a passagem de mensageiros especiais (militares e diplomáticos), na fronteira entre a Palestina e a Síria.

No princípio, os mensageiros caminhavam ao longo das estradas existentes, se bem que a sua segurança não fosse garantida.

Através dos arquivos de Babilónia achados en Boghazhöy[10], sabemos de ataques aos correios reais pelos beduinos, originando assim, o encerramento da Assíria aos mensageiros babilónicos.

Este problema levou à decisão, por parte dos primeiros reis da Babilónia, de colocar guardas ao longo dos caminhos para protecção dos viajantes, sendo o sistema objecto de amplos aperfeiçoamentos com o tempo. Assim, criou-se um sistema fixo de retransmissão de mensagens, aproveitando esta presença no terreno; mais tarde, os retransmissores foram equipados com sinalisadores luminosos de forma que, avisos de alarme ou outros, fossem facilmente transmitidos sem a necessidade de o portador se deslocar.

Embora não se possa determinar, com rigor, a época em que tal sucedeu, julga-se que tenha ocorrido cerca de 650 AC. Luckenbill[11], por exemplo, descreve a abertura de uma estrada, por parte do Rei Shams-Shum-Ukin[12] em Babilónia nesta época:

"A estrada estava iluminada com fachos acesos e a cada "beru" havia um sinal luminoso". (um "beru" era uma unidade de medida terrestre assíria correspondente a cerca de duas horas de viagem.)

Pode-se concluir que os faróis aqui referidos faziam parte duma rede com características permanentes; Assurbanibal[13], canta:

"Oh minha linda feiticeira! cuja arte permite ter em cada dois beru mensageiros que me defendem e me protegem"...

A Biblia contém também referências ao sistema de retransmissores, Jeremias[14] refere *"que os correios correm, uns atrás dos outros, avançam mensageiros após mensageiros para anunciar ao rei de Babilónia*[15] *que a sua cidade tinha sido tomada".*

Ciro[16] que governou a Pérsia, durante os últimos dezanove anos de vida, melhorou substancialmente o seu sistema de correio; Xenofonte[17] escrevendo cerca de um século depois, na Cyropaedia,[18] refere que apesar da extensão do seu império, este tomava rapidamente conhecimento de qualquer evento de pertinente interesse para a sua governação.

Determinando, com rigor, qual a distância que um cavalo poderia percorrer num dia e considerando os necessários ajustamentos, mandou eregir estações de muda para permitir a substituição dos portadores (homem e cavalo) sem interrupção; o sistema estava operacional noite e dia.

Heródoto[19] na sua HISTÓRIA descreve com admiração o sistema posto em funcionamento por Xerxes, governador da Pérsia[20], idênticamente, o sistema previa a instalação de postos de muda situados a intervalos tais que permitissem uma transmissão sem quebras de encaminhamento (as corridas de estafetas actuais, originárias na Grécia antiga em honra de Hefestos, são disso um testemunho factual).

Os Romanos adoptaram um sistema idêntico de retransmissores utilizando primeiro pedestres e mais tarde o transporte a dorso de cavalo como refere Suetónio[21].

Cada estação de retransmissão romana dispunha de uma reserva de pelo menos quarenta cavalos e cavaleiros; para evitar o inchaço nas pernas dos cavalos *(o "transporte era quase sempre feito a galope, provocando mazelas nos tendões dos animais"...)* havia especialistas chamados "strators" que estavam destacados para proceder à substituição dos mesmos nos postos de muda.

Com o correr dos tempos essa responsabilidade passou para as autoridades locais. O sistema Romano permitia uma velocidade de despacho da ordem de 80 Kms/ dia para o correio regular: o sistema "expresso" era um pouco mais veloz se bem que o correio romano não desse provas de grande eficácia... O próprio Suetónio escreve, referindo-se a Júlio César,[22] que este nas suas deslocações chegava por vezes ao seu destino antes do mensageiro encarregue de anunciar a sua chegada...

No Séc. III Marco Polo que viajou pela China[23], descreve um sistema de retransmissores usado pelo Mongol Kublai Khan[24] sensivelmente idêntico àquele que já foi descrito, embora a velocidade de operação fosse praticamente o dobro da dos romanos.

Podemos referir que o sistema perdurou quase até aos nossos dias.

O "Pony Express" celebrizado pelo cinema, foi operado entre Abril 1860 a Outubro 1861, sendo a velocidade de transmissão comparável à dos chineses, se bem que com paragens menos intervaladas (cada cavaleiro fazia cerca de 150 Kms por cada tirada, com escalas de 15 em 15 Kms; o sistema podia transmitir uma mensagem do Missouri à Califórnia em cerca de 10 dias...

Embora não fossem propriamente mensageiros no sentido de transportar mensagens, antes sim para recolher e tratar informações, não podemos olvidar as figuras de Pero da Covilhã e de Afonso de Paiva que a mando de D. João II, estiveram em Calecute e no leste de África colhendo elementos preparativos para a viagem de Vasco da Gama.

POMBOS CORREIOS

O sistema baseado na notável capacidade deste animal, em localizar facilmente o seu ninho, aliado a uma resistência física admirável, bem como alguma invulnerabilidade no que diz respeito a uma eventual intercepção por parte de agentes estranhos, chegou aos nossos dias, se bem que actualmente mais com características desportivas.

Refira-se que o anúncio do início dos Jogos Olímpicos era dado a conhecer às cidades da Grécia Antiga através deste sistema[25].

No Antigo Egipto (2900 AC) os Faraós, navegando ao longo do Nilo faziam anunciar a sua chegada ao respectivo destino através deste sistema e será este, provavelmente, o primeiro meio de transmissão NAVIO-TERRA de que há conhecimento.

O escritor Harry Neal refere outro engenhoso sistema da utilização de pombos correios, constatando que o Rei Sargon de Akkad[26] tinha equipado os seus mensageiros com pombos domésticos; se o mensageiro fosse atacado no seu caminho, largava o animal que , regressando ao Palácio, alertava para o facto de a mensagem original ter sido interceptada e que um novo mensageiro deveria ser destacado.

Woods[27] refere que no Séc. XII Gengis Khan[28] utilizava um sistema de retransmissores à base de pombos-correios que lhe permitia comunicar para a Mongólia através da Ásia com origem na Europa.

O sistema foi utilizado durante as nossas Descobertas, se bem que com severas limitações de utilização (raio de acção), para comunicar com a base em Lisboa.

Em Portugal existiu um pombal militar operacional até 1968 (tinha o mesmo tratamento logístico que os cavalos e muares do Exército e situava-se no extinto Batalhão de Telegrafistas).

Como episódio curioso cite-se que o então Ministro da Guerra Cor. Santos Costa foi, um dia, convidado para ir almoçar ao Batalhão onde lhe serviram o prato da casa "pombo guizado com ervilhas". No final o oficial de rancho não resiste e comenta para o Ministro: V.Exa acaba de comer "material de guerra"; resultado: dez dias de prisão para um espantado Alferes.

Refira-se como curiosidade que a Lockheed em 1981, ainda utilizava este sistema no transporte de desenhos (microfilmes), para transmissões a cerca de 40 Kms de distância, como forma de atenuar custos, visto os pombos trabalharem, tendo como contrapartida apenas a comida...

Refiro, sem identificar fontes, que o uso de pombos correios é utilizado, em alguns submarinos da U.S. Navy, para fins que terão a ver com a segurança do navio.[29]

ESPELHOS

É do conhecimento comum que é facil chamar a atenção de alguém fazendo reflectir os raios solares numa superficie polida e direccionando os mesmos no sentido do receptor.

O sistema é a base das comunicações heliográficas. Na Hellenica (por vezes também designado "A História do meu Tempo"), Xenofonte assinala que uma das formas de transmitir mensagens consistia em bascular os escudos polidos de forma a que o receptor tomasse conhecimento de determinada ordem. Na literatura anglo-saxónica, tal ficou conhecido como "to signal the shield" e é provavelmente a primeira referência a um sistema de comunicação heliográfico.

Existem inúmeras citações a este meio de comunicação, se bem que nem todas plausíveis, (há uma referência de que Tibério comandava o seu império a partir de Capri através de mensagens heliográficas codificadas, mas duvida-se que o mesmo tivesse capacidade para operar um sistema desta natureza).

Uma primeira referência de um sistema de comunicação heliográfico foi feita pelo ao autor inglês Roger Bako[30].

O projecto de um sistema heliográfico eficaz deve-se a Carl Friederich Gauss de Gottingen, Alemanha, que permitia o direccionamento dos raios solares com precisão para uma estação remota.

Em 1869 Henry C. Mance [31] adaptou o projecto de Gauss a uma estação móvel permitindo também a utilização do código Morse. Como Mance estava na Índia, nessa altura, foi o Governo Indiano o primeiro a utilizá-lo estando operacional até 1890.

O sistema foi evoluindo e utilizado em Portugal até princípios do Séc. XX, havendo um bem documentado e conservado museu em Palmela.

BANDEIRAS

No que diz respeito a bandeiras de sinalização há uma certa dificuldade em localizar no tempo o seu aparecimento; Plutarco[32] descreve, no que diz respeito a Alcibiades, um acontecimento que terá tido lugar em 410 AC:

"Após um primeiro encontro ambos os contentores tinham formado uma falsa impressão, o inimigo estava muito motivado e os atenienses aterrorizados. Mas Alcibiades mandou desfraldar o símbolo de Atenas no navio almirante e logo se verificou a retirada da armada peloponesiana inimiga".

Alcibiades já tinha desertado por mais de uma vez do lado ateniense em batalhas anteriores, assim quando o seu navio apareceu num novo confronto, não seria certo qual o seu lugar no campo de batalha. Utilizando a bandeira de Atenas a situação ficou clarificada.

Apesar deste método não ser, nesta altura, de uso corrente (o campo de visão, à vista desarmada, é limitado...) ainda hoje se utiliza para enviar ordens a partir do navio almirante com o recurso ao óculo de longo alcance, surgido no dealbar do Séc. XVII.

Há indicações de que a armada Bizantina no Séc. IX já teria desenvolvido o sistema. No entanto, pouca ou nenhuma documentação chegou até nós e a iconografia da época não parece ser fiável.

Durante operações navais, os comandantes dos navios tinham de ter em atenção o "pamphylus" do navio almirante que dava ordens, através de sinais de várias cores, recorrendo-se ainda a sinais de fogo e de fumo, existindo um completo e complexo código de sinais para os comandantes e tripulações. No entanto, pouco mais do que isto chegou até nós, dado que o assunto era considerada um segredo militar.

No Séc. XIV o sistema pouco diferia do tempo de Alcibiades, Woods refere que haveria para sinalizar a utilização de duas bandeiras, uma para ser içada a meio do mastro real do navio almirante com a finalidade de chamar os comandantes da frota para uma reunião de comandos, uma segunda para informar da aproximação do inimigo e assim iniciar os preparativos da batalha.

Em 1673 a British Navy mantinha um código com 15 bandeiras cada qual tendo um significado distinto, provavelmente este sistema não seria muito diferente daquele que foi utilizado desde tempos mais remotos.

Em 1738, "de La BOURDONNAIS" [33], introduziu um código numérico para bandeiras. O código previa dez diferentes bandeiras com o significado dos dez primeiros números (0 a 9). Com três conjuntos iguais podem-se constituir 1000 combinações diferentes. De referir que, Ignace Chappe[34] salienta ter sido um enorme erro a indiferença da Marinha Francesa a este sistema.

Em Sebastian, Francisco de BIGOT[35], fundador da Academia de Marinha, em Brest, publicou o livro *"Tactique Navale ou Traité des Evolutions et des Signaux"* onde descreve o primeiro código de sinais de bandeiras.

O livro foi publicado no Reino Unido, tendo Lord Richard Howe[36] comandante chefe da "British Channel Fleet" elaborado, com base em Bigot, um novo livro de sinais conhecido como o código de Howe, o qual usava também dez bandeiras com duas suplementares (recebido e terminado), estando

prevista a sua repetição por estação (navio) e assim, uma ordem do navio almirante facilmente chegava ao mais afastado dos navios da frota.

A extensão deste código foi consideravelmente aumentada em 1800 pelo Almirante Sir Home Poham[37].

No código de Poham as dez bandeiras, já referidas, podiam também significar as letras de "A" a "K" isoladamente ou utilizando o "I" e "J" em associação para completar o alfabeto. O código incluia ainda um dicionário de 3000 frases e ordens divididas em três séries numeradas. Cada série tinha o seu próprio indicador, os sinais em cada série resultavam da combinação de três bandeiras içadas em conjunto.

Cinquenta cópias do código de Poham foram distribuídas à Armada Britânica, estacionada em Cadiz, nos primeiros dias de Setembro de 1805.

A batalha de TRAFALGAR, que teve lugar no mês seguinte, foi o primeiro teste a este código que a partir daí e dado o seu sucesso e fiabilidade passou a ser conhecido pelo CÓDIGO DE TRAFALGAR.

Cite-se que antes da batalha ter o seu início, Lord Nelson deu a todos os seus navios a sua ordem final, que ficou famosa em toda a Inglaterra *"England expects that every man will do his duty"*, como esta palavra (duty) não constava no dicionário teve que ser composta letra por letra (ou por duas letras) e assim içada.

HOMÓGRAFOS

Os métodos atrás referidos respeitam a comunicações Navio-Navio e não foram previstos para comunicações terrestres.

Em 1856, um médico do Exército Americano, Albert James Myer[38], propôs um melhoramento ao sistema que baptizou de hómografo (wig-wag signaling). Trata-se, no fundo, de uma combinação de bandeiras e archotes movidas à mão da esquerda para a direita ou ao contrário.

O sistema foi adoptado pelo Exército dos Estados Unidos em Janeiro 1860. Myer patenteou o seu sistema que perdurou até 1886 apesar, entretanto, do aparecimento do código Morse.

SINAIS LUMINOSOS

A primeira referência que foi encontrada do uso sistemático de sinais luminosos para transmitir mensagens pode ser encontrada na descrição do cerco de Tróia pelo Exército Grego[39]. Pelo menos, três fontes diferentes (Homero, Aeschylus e Vergílio) descrevem este método por vezes de forma bem detalhada.

Uma das fontes mais antigas encontra-se na Ilíada de Homero[40], contém o seguinte:

"E assim, numa ilha remota onde durante todo o dia os homens tinham combatido arduamente, o fumo subia no Ceu, mas logo que o Sol entrou no seu ocaso foram acesas lanternas e disparados tiros para o ar a fim de avisar as ilhas vizinhas para os virem resgatar."

Duas outras referências podem encontrar-se na peça de teatro Agamemnon de Aeschylus,[41] que descreve como as lanternas foram utilizadas para assinalar a queda de Tróia a Micenas, a uma distância de quase 600 Kms.

Na Eneida, Vergilio,[42] e a propósito do cerco de Tróia descreve:

"E já a armada com os navios em formação se movimentara de Tenedo envolta no silêncio cúmplice da lua silenciosa, dirigindo-se para as praias conhecidas quando tendo o navio real acendido um sinal de fogo, Sinon protegido pelos iniquos Fados, abre furtivamente as portas de madeira e liberta os Danaos ocultos no bojo. O cavalo escancarado devolve-os ao ar livre e alegremente saem do cavalo os chefes Tessandro Estenelo e o cruel Ulisses, deslizando por uma corda que lançaram lá do alto Acamante, Toas e Neoptólemo descendente de Peleu, construtor do engenho. Invadem a cidade, em sonho e vinho sepultada, chacinam as sentinelas, recebem com os portões abertos de par em par os seus camaradas e juntam a si as tropas que estavam a par do ardil."

Na Bíblia Isaías[43], bem como no livro de Jeremias, 588 AC, há referências à utilização de lanternas luminosas como fazendo parte do quotidiano:

"Fugirão mil perante a ameaça de um. Fugireis perante a ameaça de cinco até que fiqueis como um mastro no cume de um monte com um estandarte sobre uma colina" - (Isaías 30.17).[44]

"Fugi filhos de Benjamin para longe de Jerusalem. Fazei soar as trombetas em Tekua levantai o estandarte no alto de Bet-Haceram, porque dos lados do norte surgiu uma desgraça, uma grande ruina" - (Jeremias 6.1).[45]

Referências idênticas encontram-se no Talmud.

Heródoto[46] descreve um evento que terá tido lugar em 481 AC:

"De todos estes factos (referia-se à perda de três navios), *originou a que os Gregos estacionados em Artemisium fossem informados através de lanternas a partir de Sciathus; quando tomaram conhecimento do assunto resolveram mudar de ancoradouro para Chalcis ficando de vigília a Euripus enquanto mantinham vigias nas colinas de Euboea."*

Noutro livro desta série descreve como o General Persa Mardonius comunicou com Xerxes a uma distância de 300 Kms:

"Uma terrivel ânsia apoderou-se do seu (Mardonius) coração ao tomar Atenas pela segunda vez. Ficou orgulhoso do feito tendo comunicado este facto ao Rei que estava em Sardis através de pontos luminosos estrategicamente colocados nas ilhas."

Thucydides[47], descreve na História do Peloponeso:

"Colocaram lanternas para prevenir Atenas de um ataque inimigo o que provocou pânico entre a população, uma vez que os citadinos pensavam que o inimigo já teria largado do Porto Pireu e as gentes de Pireu pensaram que Salamis já tinha sido tomada."

Estas referências aparecem inúmeras vezes; por exemplo:

"Os Atenienses estavam em Sestos com dezoito navios. Informados através de sinais de fogo e verificando que muitos destes apareciam na praia repentinamente empunhados pelo inimigo, chegaram à conclusão de que este teria zarpado".

E prosseguindo:

"Os Peloponesianos, contudo tendo aguardado até ao meio dia, foram retirando da praia voltando a zarpar e ao cair da noite foram informados, por sinais que uma frota de dezasseis navios, estava a aproximar-se a partir de Leucas."

Será que o número de navios faria parte da mensagem enviada? Thucydides não eslarece, não parecendo ser grande entusiasta do sistema.

Os sistemas descritos parecem destinar-se essencialmente a provocar avisos de ALARME, VITÓRIA ou ATAQUE. Todavia para que estes sistemas fossem eficazes falta considerar:

- UMA INSTALAÇÃO PERMANENTE.
- UM SISTEMA BI OU MULTI DIRECCIONAL.
- UM CÓDIGO PREVENINDO MANOBRAS DE INTRUSÃO.

VIGIAS E ESTENTORES.

A primeira menção de que há notícia sobre um sistema permanente de sinalização, utilizando fogos ou lanternas, pode ser encontrado na Escola de Aristóteles[48]. Em Peri KOSMON (O Mundo à nossa volta)[49] descreve-se um sistema utilizado no Império Persa ca 500 AC:

"a organização era tão eficiente especialmente no que diz respeito a sinalização luminosa, cujos pontos estavam devidamente alinhados desde a fronteira de Susa até Ekbatana, que o Rei tomava conhecimento de todos os acontecimentos relevantes que tinham lugar no seu País em menos de um dia."

A ligação de Susa a Sardis tinha cerca de 2600 Kms e dispunha, segundo Heródoto, de 111 estações fixas; de referir que os Persas preferiam os mensageiros treinados ao sistema de sinalização luminosa.

Xenofonte, refere uma variante curiosa de um sistema de retransmissão através da voz humana (estentores):

"Era já noite quando Paralus chegou a Atenas com a notícia do desastre. Assim que houve conhecimento do facto, a mensagem foi transmi-

tida oralmente de um para outro ateniense e um gemido de dor foi alastrando a partir do Pireu até ao centro da cidade; nessa noite ninguém conseguiu dormir em Atenas."

Esta pode ser uma primeira referência a um sistema de estentores humanos ou "gritadores" que passavam notícias através de caminhos ou campos de uma pessoa para outra.

Diodorus Siculus,[50] descreve referindo-se aproximadamente a dois séculos passados:

"Embora os Persas estivessem a cerca de trinta dias de caminho, recebiam as suas ordens no mesmo dia, graças à disposição dos postos de guarda o que não pode ser deixado sem um comentário; como é sabido, o territorio Persa é atravessado por extensos desfiladeiros e muitos dos postos estavam relativamente perto se bem que separados por um vale e por isso, os mesmos estavam colocados de tal forma que era possível comunicar entre eles falando (voz alta; estentores), razão pela qual uma mensagem chegava rapidamente à fronteira da satrapia."

Um pouco adiante, e no mesmo livro, Diodorus Siculus refere outro sistema para comunicar a longa distância:

"Ele (Antigonus) próprio estabelecia um pouco, por toda a Ásia, postos privados que utilizavam sinais luminosos ou outras formas de despacho a partir dos quais esperava chegar rapidamente aos centros de decisão, agilizando assim os seus negócios".

O sistema foi utizado pelos nossos navegadores quando o comandante assim o entendia, pois pretendia-se que os navios navegassem à vista uns dos outros, não sendo difícil o contacto oral.

É de presumir que os sistemas atrás descritos tenham coexistido e sido utilizados consoante a prioridade a dar à mensagem, tal ainda é actualmente utilizado, (a NATO considera quatro tipos de prioridade: rotina, imediato, urgente, relâmpago).

Os Romanos também usaram em simultâneo os três sistemas. Júlio César,[51], cita na sua obra "A Guerra das Gálias" (Bellum Galicum) a propósito dos postos retransmissores:

"Rapidamente as notícias chegavam a todas as partes da Gália porque quando qualquer coisa de importante acontece, os gauleses anunciam-no através de altos gritos ao longo dos campos e planicies".

Estes eram ouvidos e entendidos por outros que retransmitiam o que tinham ouvido e assim sucessivamente. Desta forma, o que se passava ao nascer do Sol em Genabum(Orleans), era ouvido antes do pôr do Sol em Arvener a uma distância de 160.000 passos duplos (cerca de 240 Kms).

César tambem referiu o uso sistemático de sinais de fogo: ..."*O alarme foi dado rapidamente através de sinais de fogo de acordo com instruções*

predeterminadas e as tropas encaminhadas para as suas posições"

A informação de que a invasão da Grã-Bretanha tinha sido um sucesso, foi conhecida no próprio dia em Roma, atavés de um sistema de fogueiras colocado estratégicamente no topo das montanhas (intervisiveis) e que eram sucessivamente acesas.

Plinius, o Velho[52] constatou que Anibal "O Cartaginês"[53] utilizou sofisticadas torres de observação onde colocava sinais de fogo. Refere, ainda, que hoje (duzentos anos depois), se podem ver em Espanha torres de terra de origem cartaginesa colocadas no topo das montanhas.

Plutarco[54] indica que o uso de sinais de fogo era corrente no Exército Romano, se bem que não fosse um método consideradado de alto nivel; descreve assim como o General Sertório treinava o seu Exército:

"Trouxe-os para serem incorporados no Exército e ensinou-lhes como manobrar,observar e entender sinais e palavras de ordem e de um bando de ladrões e desordeiros conseguiu constituir um exército disciplinado e coeso".

Na sua descrição Woods vai ainda mais longe:

"Durante a maioria das guerras Gregas e os Romanas havia corpos especiais de sinaleiros e telegrafistas conhecidos como (pyrdeitai). A palavra foi frequentemente traduzida por ursos do fogo ou seja, aqueles que acendiam as fogueiras e moviam as fogueiras de "pyr" para fogo e "deitai"para mover ou agitar.

Marcellinus[55] refere "speculatores e vexillarii" que observavam e interpretavam sinais na marinha romana.

De acordo com Shaffner e Hennig,Vegetius constata na "De Re Militari", que os Generais utilizavam com frequência o telégrafo. Aschoff é mais reservado nesta interpretação.

Este conceito é baseado na seguinte frase atribuida a Vegetius:

"Quando as tropas estão separadas, estas comunicam entre si por sinais de fogo durante a noite e por fumo durante o dia". Há uma tentativa de reconhecer um sistema semafórico nesta descrição mas como Aschoff acentua, outras explicações seriam tambem possíveis.

Alguns autores referem-se á Coluna da Vitória construída por Trajano e Marco Aurélio em Roma[56]. Mostra o que parece um conjunto de seis guaritas, três com uma sentinela no local apropriado e um longo archote colocado no telhado. Dvornik retira daqui a seguinte conclusão:

*"Nas colunas de Trajano e Marco Aurélio onde as suas vitórias estão registadas, vemos soldados empunhando tochas acesas como alarme contra a aproximação dos bárbaros".*Tal pode ser considerado como uma prova de que os sinais de fogo eram comuns no Exército durante o período imperial.

Embora a sequência possa representar um canal de comunicação, poderemos igualmente deduzir uma explicação mais conservadora. Encontra-

se na literatura da época referências de que ja existia um sistema telegráfico na Roma antiga.

OS PRIMEIROS TELÉGRAFOS

Existem, um sem número de problemas técnicos para construir um telégrafo bidireccional. As mensagens têm de ser codificadas e tem de haver um entendimento entre o emissor e receptor (ver notas sobre a Teoria da Comunicação).

A primeira entidade que desenvolveu um telégrafo foi Eneias[57] (que nada tem a ver com o personagem da Eneida a não ser o mesmo nome), historiador e estratega militar. Apenas parte do seu principal trabalho a "Arte da Guerra", chegou até nós e não contém qualquer descrição do seu telégrafo. Temos, contudo uma clara descrição elaborada por Polybius[58]; na sua obra "As Histórias" descreve:

"Penso que o sistema de sinalização pelo fogo é agora da maior utilidade, embora fosse no seu inicio primário." É evidente que num combate, a actuação em tempo correcto e concertado é da maior pertinência; os sinais de fogo contribuem decisivamente para este desiderato.

TELESCÓPIOS

Foi em Middelburg que o holandês Hans Lippershey[59] alinhou, acidentalmente, duas lentes de curvatura e distância focal diferentes. Descobriu, assim, que este processo pode distorcer a imagem podendo mesmo, inclusivamente, aumentá-la. Tinha sido descoberto o telescópio, o qual foi rapidamente desenvolvido por Galileu.

A invenção do telescópio permitiu aumentar, consideravelmente, o campo de visão estendendo-o para cerca de 30 Kms. É desnecessário destacar o que tal representa no melhoramento das comunicações que a partir daí foram sendo, tecnologicamente, melhoradas quer em termos de qualidade quer de fiabilidade.

NOTA

Estas referências foram elaboradas a fim de se aquilatar o estado das comunicações no tempo de D. Francisco de Almeida (SEC XVI) e a respectiva origem.

Parece-me redundante (nem tal faz parte do âmbito deste trabalho) prosseguir com mais informação atinente para lá dessa época.

3ª - OS MEIOS

No SEC.XVI as comunicações navais eram incipientes, pois ainda não havia radiocomunicações, nem sequer tinha sido descoberto o telescópio e por conseguinte, no mar havia sérias limitações no que respeita ao alcance possível para uma mensagem chegar ao projectado receptor. Podemos mesmo assim, distinguir três tipos de comunicação:

Terra-Navio

Só exequível em zonas já conhecidas e onde existisse gente "amiga"previamente informada.

Na maioria dos casos, nesta altura, tal não era realizável; se bem que não seria de excluir como fonte de informação, a presença de aves, a menor salinidade das águas, a presença de troncos de árvores, o refluxo das ondas do mar (ainda hoje utilizado na Polinésia) como factores indicativos da proximidade de terra.

A utilizaçao de Faróis era já conhecida, principalmente no Mar Mediterrâneo; e neste particular permito-me chamar a atenção para a comunicação recentemente produzida, nesta Academia, pelo Snr. Prof. Vasco Mantas.[60]

Navio-Terra

Só viável a curta distância utizando meios audiovisuais tais como sinais luminosos, fogos, fumo, tiros de canhão, flâmulas, pombos correios, ou ainda com o recurso a navios mais rápidos e mais leves para levar mensagens ao Rei ou a outras entidades.

Por vezes, destacava-se um navio da frota que retornava para comunicar à base um acontecimento importante, não completando assim a viagem: A Carta de Pêro Vaz de Caminha comunicando ao Rei a "descoberta-achamento" do Brasil é um caso elucidativo do que se acaba de referir.

Navio-Navio

O tema é aliciante e está longe de ser exaustivamente estudado. Na realidade emissor e receptor não estão fixos e as plataformas geradoras e receptoras de sinais não têm um posicionamento constante dependendo das correntes marítimas, do estado do tempo (visibilidade, agitação das águas,vento e da hora) bem como da qualidade e quantidade da informação (em termos de telecomunicações, designa-se tal por "Ruido" e nada tem a ver com a designação actual, relacionada essencialmente com as radiocomunicações).
Aqui é possivel e desejável que as comunicações sejam bidireccionais estabelecendo-se assim um "Canal de Comunicação" tal como referido na parte dois.

Como meios para obter o necessário entendimento entre os dois (ou mais) terminais podemos destacar:

-Flâmulas
-Sinais luminosos
-Sinais sonoros
- Sinais pirotécnicos
-Estentores
-Mensageiros.

Nota: Na comunicação apresentada pelo Snr Cmdt António Cardoso[61] em 5 de Dezembro de 1996 nesta Academia, subordinada ao tema "NAVEGAÇÕES DOS CHINESES" é referido também a utilização de sinos, tambores e gongos.

Analisemos cada um destes sistemas com mais detalhe:

FLÂMULAS

Os navios possuiam normalmente mais do que um mastro; Colocando a flâmula num determinado mastro e numa posição determinada é possível transmitir uma mensagem bastando que o receptor adopte o mesmo procedimento para significar que recebeu e entendeu. Na Marinha Real Portuguesa não encontramos qualquer referência a este sistema, mas já foi referido anteriormente que o mesmo terá estado em uso na Royal Navy no SEC XIV.

Num trabalho efectuado pelo Snr. C/Alm Joel Pascoal subordinado ao tema "AS COMUNICAÇÕES NAVAIS, NÓTULAS SOBRE A SUA GÉNESE E EVOLUÇÃO"[62] refere-se que no ano 480 AC ,surge o primeiro registo escrito de um sinal operacional passado entre navios no mar, por ocasião da da batalha de Salamina.

SINAIS LUMINOSOS

Estes sinais eram utilizados, obviamente, de noite ou em situações de visibilidade reduzida. Poderiam ser utilizados archotes ou simples lanternas, mas haveria que ter um enorme cuidado no que diz respeito a uma eventual propagação do fogo dado que a carga térmica de um navio é normalmente elevada. Para aumentar a distância de comunicação e sempre que as condições atmosféricas o permitissem, por vezes os geradores de sinais eram colocados no cesto de gávea ou à proa do navio; havia um código de sinais previamente estabelecido e que variava consoante os casos.

Por vezes, destacava-se um navio mais pequeno para cumprir esta finalidade (navio-farol); tal sistema foi utilizado na armada de D.Francisco

SINAIS SONOROS

Constituídos por tiros de canhão com um código idêntico àquele que foi anteriormente citado, era aplicado durante o dia ou de noite quando não havia qualquer resposta por parte do receptor.

Para diminuir o consumo de pólvora, podiam utilizar-se armas mais leves se bem que produzissem um estrondo enorme audivel a alguns Kms. de distância. Poderão observar dois exemplares destas armas, graciosamente cedidas a titulo de empréstimo, pelo membro desta Academia Snr. Rainer Daehnhardt, a quem se agradece penhorado a gentileza.

São armas de carregar pela boca com uma câmara adequada para a colocação de pólvora; o calibre da mesma não permite um tiro direccionado e como tal o som provocado pelo disparo era omnidireccional.

A arma mais pequena (sem coronha) era usada em embarcações mais leves utilizando o mesmo sistema.

Estas armas são já do SEC XVII/XVIII.

SINAIS PIROTÉCNICOS

O principio de utilização é semelhante ao dos foguetes actuais, ou seja, havia um propulsor que levava o foguete a uma altura considerável e que através de mechas temporizadas provocava a explosão intervalada de cargas explosivas com composição quimica diferente obtendo-se, assim, várias sequências de cores que constituam, assim, um sinal visivel a alguma distância, devidamente codificado.

As armas aqui apresentadas serviam também para este efeito, daí a razão pela qual o diâmetro da secção longitudinal da câmara do propulsor (pólvora) ser mais pequena que o cano onde se podiam colocar em simultâneo três ou mais cargas pirotécnicas provocando o efeito já referido.

Estes sinais não eram conhecidos no SEC XVI, mas a sua utilização chegou aos nossos dias em iates e pequenas embarcações de pesca (como sinal de perigo).

ESTENTORES

Quando para tal havia condições, o comandante da armada mandava aproximar um determinado navio e a comunicação era directa, quer pessoalmente, quer através de estentores, homens de fala alta que assim superavam o ruído próprio de dois ou mais navios de"braço dado".

O sistema (braço dado) ainda hoje é utilizado, não para comunicaçóes,

mas com outras finalidades, como seja a evacuação de doentes ou reabastecimento de combustíveis .

Há que admitir o recurso de amplifiadors mecânicos para produzir o efeito de aumento de intensidade sonora.

MENSAGEIROS

Quando necessário, por qualquer razão, designadamente de segurança ou de logística, era lançado à água um pequeno bote, mais rápido e mais manobrável que transportava um mensageiro, o qual levava directamente a mensagem ao destinatário.
proceder a uma reunião de comandos; neste caso os comandantes dos diferentes navios dirgiam-se ao navio almirante utilizando o mesmo sistema.

OUTROS MÉTODOS

Não encontrei qualquer referência a outros meios designadamente a utilização de clarins e trombetas ou de espelhos, se bem que tal fosse possível embora a multiplicação de meios pudesse contribuir para gerar alguma confusão.

4ª - OS MÉTODOS

As naus da primeira viagem portuguesa de longo curso, na viagem à India de Vasco da Gama, eram de pequeno porte, da ordem das cem toneladas de arqueação, segundo o Comandante Brás de Oliveira.

Mais tarde, e entre a primeira largada de Vasco da Gama e a de D. Francisco de Almeida, medeiam apenas cerca de sete anos... os navios aumentaram consideravelmente de dimensão e de tonelagem e as expedições eram constituidas por um número muito maior de embarcações (Vasco da Gama saiu de Lisboa com quatro navios, Francisco de Almeida com vinte e dois).

Não é, pois, de estranhar que o Rei tivesse particular cuidado com as instruções que dava aos comandantes (haveremos de referir com maior detalhe a "Carta de poder concedida a D. Francisco de Almeida, como capitão-mor da Índia e da armada dela, pelo período de três anos").

Fundamentalmente, procurava-se que os navios navegassem à vista o que era bastante complicado, pois os mesmos sendo de tonelagem e aparelho vélico diferentes, tinham também velocidades diferentes, sendo igualmente diferente o seu comportamento em relação ao mar..

Em principio a nau almirante navegava à frente das outras todas. De noite tinham um lanternão pela Ré que sinalizava o navio. Os outros seguiam-no...por vezes recorrer-se-ia à utilização de uma caravela com um "fogo" colocado no cesto da gávea (só possível em condições de muito bom tempo)

Quando um navio se perdia, o que era frequente, havia locais pré-determinados ao longo da rota, onde se procedia ao reagrupamento da armada, sendo o tempo de espera (normalmente curto) aproveitado para manutenção, reabastecimento e determinação do ponto.

Se porventura, o/s navio/s perdido/s não chegasse/m entretanto, era deixado num local bem visível um sinal (normalmente uma cruz de madeira), onde se colocavam instruções sobre os procedimentos futuros a adoptar).

Se bem que na altura, a longitude fosse quase impossível de determinar com rigor, as medidas de latitude eram consideravelmente exactas e para se alcançar uma determinada posição, não havia mais que alcançar a latitude da posição do destino e tomar uma rota de "latitude constante", o que nem sempre era possível, uma vez que o navio é uma máquina éolica sujeita aos "humores" do vento e da força e direccionamento das correntes, bem como ao " estado do mar"...

O recurso ás comunicações, tal como tem vindo a ser descrito, só funcionava a distâncias curtas (não mais de vinte milhas) e assim o navio perdido ficava dependente de si próprio, caso excedesse esse limite.

5ª - INSTRUÇÕES DE VASCO DA GAMA PARA PEDRO ÁLVARES CABRAL.

Os documentos que foram elaborados sobre este tema, chegaram até nós de forma truncada e incompleta; mesmo assim contém referências suficientes, para sabermos dos conselhos dados por Vasco da Gama a Pedro Álvares Cabral; restringimo-nos no que se segue à parte de telecomunicações e utilizamos a versão actual do Português.

"Em primeiro lugar tem de haver muita disciplina e rigor para não se perder o contacto entre os navios, o que pressupõe, como aliás já foi dito, que se aconselhava a navegação á vista.

Sempre que a armada tenha de virar, a nau capitania fará dois fogos, ao que os outros navios responderão com outros dois fogos.E só após a resposta e todos os navios tiverem dado sinal que entenderam a ordem é que virarão.

Será dado um sinal de execução dessa ordem através de um fogo que será o sinal de prosseguir.

Com o mesmo procedimento três fogos significarão tirar moneta (diminuir a superficie vélica de uma vela), quatro para amainar e " nenhum

virará nem tirará moneta nem amainará sem que primeiro o capitão mor faça os ditos fogos e todos tenham respondido.

E quando os navios amainarem nenhum guindará sem que o capitão mor faça três fogos e todos tenham respondido.

Amainando, os navios deixarão de prosseguir, a fim de manterem as suas posições até que o Sol brilhe de novo no horizonte; Como pressuposto estes sinais destinam-se à comunicação dos navios durante a noite.

Em caso de acidente ou anomalia o navio em perigo fará "muitos fogos" de forma que os outros navios o possam socorrer.

Se porventura os navios se perderem uns dos outros, deverão demandar um porto a fim de se reagruparem.Caso este procedimento não resulte deverão dirigir-se para a aguada de S.Brás.

Aí chegados e após terem completado a aguada, deverão prosseguir na sua rota deixando no entanto sinais bem visveis e duradouros para que eventuais retardatários saibam que já aqui estiveram e, assim, possam seguir em seu alcance.[63]"

6ª - A ARMADA DE D. FRANCISCO DE ALMEIDA[64]

De registar a bem programada organização da partida, se bem que a nau Anunciada se tenha afundado ainda no cais de embarque, estando carregada de biscoito e cantaria com destino a Sofala.

Tal provocou que os navios, com este destino, (Capitão Pero d'Anhaia) partissem mais tarde;o Regimento do capitão mor foi em consequência modificado passando este a dirigir-se directamente a Quiloa.

A largada de Lisboa deu-se a 25 de Marçode 1505, tendo a viagem decorrido sem incidentes, pois quatro dias após passaram a Madeira dirigindo-se a Bezeguiche (para fazer aguada), embora os navios de maior porte tenham prosseguido até Dale na Costa da Guiné.

Aí estava uma caravela, a qual D.Francisco de Almeida aproveitou, para enviar uma carta ao Rei. Após nove dias a armada zarpou, tendo sido decidido dividir a mesma em duas frotas de acordo com a tonelagem e o desempenho dos navios (o objectivo era o de manter a frota unida com os navios a navegarem á vista uns dos outros); D. Francisco tomou a Capitania-mor de doze naus e uma caravela destinada a servir de Navio-Farol;As restantes foram confiadas a Manuel Peçanha.

A 15 de Abril fez-se a armada de novo ao mar, tendo cruzado o Equador a 20 do mesmo mês; a 5 de Maio o primeiro incidente: a nau Bela afundou-se, provavelmente devido a erros de estiva, não havendo vitimas a lamentar sinal que a frota vinha unida e que as comunicações funcionaram;

aliás esta foi uma das constantes dos descobrimentos, no que diz respeito a perdas: navios mal estivados e com sobrecarga...

A 26 de Junho dobrou-de o Cabo da Boa Esperança tendo a armada avistado terra a 18 de Julho:era o local de Angoche na costa de Moçambique e a 30 milhas da Ilha com o mesmo nome.

A Armada não se deteve, embora o Capitão-mor enviasse a terra a nau Taforeia e uma caravela, para obterem informações sobre anteriores expedições à India.

A Frota deu entrada em Quiloa a 22 de Julho desse mesmo ano.

A partida de Quiloa teve lugar a 9 de Agosto com destino a Mombaça tendo a permanência naquele porto durado dez dias onde largou a treze; a 27 de Agosto largou-se da Costa Africana com destino ao continente Indiano tendo no dia treze chegado o grosso da frota à ilha de Angediva.

A armada chegou a Cananor a 22 de Outubro onde D. Francisco de Almeida tomou posse do titulo de Vice-rei.

Julgo que no capítulo das comunicações navais podemos destacar o seguinte:

- A preocupação de o Capitão-Mor em manter o Rei informado dos acontecimentos sempre que tal foi possível.

- A presença na frota de uma caravela equipada com um farol (navio farol) com o óbvio objectivo de servir de veiculo transmissor ás ordens que lhe iam sendo dadas, sobretudo durante a noite em que a navegação à vista é mais complicada.

-O "pronto socorro" prestado à nau Bela, que se afundou não havendo vitimas a lamentar, o que só terá sido possível dada a pequena distância a que os navios navegavam.

- O reagrupamento da frota sempre que tal se tornou necessário.

- A estrita observância da disciplina militar; procurou-se sempre que possivel cumprir o determinado pelo Rei, se bem que pelo menos, numa circunstância a armada tenha destacado dois navios para se informar do que se passava em terra(Ilha da Moçambique).

- A considerável duração das diferentes tiradas, só possivel com um sistema de comunicações fiável e com uma logistica bem planeada..

7ª - REGIMENTO DE CAPITÃO-MOR QUE D. FRANCISCO DE ALMEIDA LEVOU PARA A INDIA.

COMUNICAÇÕES.

Antes de entrar propriamente no tema, não é possivel deixar de referir a minúcia e detalhe das instruções reais, bem como a planificação levada a um pormenor pouco habitual em organizações lusitanas. O Rei e seu Estado Maior sabiam precisamente o que queriam e o que pretendiam e "A ORDEM DE OPERAÇÕES " daí resultante pode ser comparada sem desprimor, ao que hoje em dia se pratica ,salvaguardando obviamente os 500 anos de dilação a que estes acontecimentos se reportam.

O regimento cita os pontos de reunião em que há que parar para fazer aguada e caso, desta os navios não necessitem manda-os prosseguir para que não haja perda de tempo.

O Regimento contempla as salvas de artilharia que são devidas ao capitão-mor como sinal de disciplina e honraria, como tambem para sinalização da posição dos diferentes navios.

Como forma de poupar pólvora. terão sido utilizadas armas idênticas ás que já apresentei e que provocam um ruído estrondoso, (estas armas são do SEC XVII/XVIII). A fim de a frota seguir o navio almirante havia havia um código de sinais para uso noturno em tudo semelhante ao que já foi descrito:

-Dois fogos para virar.

-Um fogo para execução desta ordem logo que todos os navios respondam o "recebido e compreedido"

-Três fogos para "tirar moneta"

-Quatro fogos para amainar

-"Muitos" fogos para desaparelhar devendo este sinal ser entendido como um pedido de socorro e de chamamento a todos os navios da frota.

-No caso destas ordens não poderem ser executadas por qualquer razão por um navio, deverá este fazer seis fogos na popa e disparar alguns tiros de bombarda,de forma a que o navio almirante (e os restantes) saiba que a sua ordem não pode ser executada; deverá, no entanto, fazer os possíveis para manter a rota. No caso de alguma falha na comunicação, deverão os navios conservar-se amainados até que a luz do dia possa clarificar a situação.

Se após as Canárias desaparecer algum navio, rumará a armada a Beiziguiche para a aguada, que a não ser necessária levará a que a armada siga o seu rumo deixando, no entanto, instruções bem visiveis sobre os procedimentos a adoptar pela nau desaparecida de forma a que a unidade de comando se mantenha.

No caso deste navio chegar primeiro não encontrando, em consequência, ordens para cumprir, rumará ao Cabo da Boa Esperança onde após o reabastecimento seguirá novamente seu rumo; por sua vez deixará tambem indicações em local bem visivel de forma que o Capitão-Mor, ao ter conhecimento das mesmas possa tomar as medidas que julgar mais convenientes.

O regimento contempla as mais diferentes hípóteses de forma a que o risco de perda de um navio seja mínimo (de salientar que a frota se reagrupou em Angediva, tal como já descrito).

N.B. Seguem-se instruções de carácter militar logístico e administrativo .

Assina o REI.[65]

8ª - AS COMUNICAÇÕES NA ARMADA DE FERNÃO DE MAGALHÃES[66]

Embora Fernão de Magalhães, na sua ambição de descobrir uma passagem para o Oceano Pacífico, estivesse ao serviço do rei de Espanha, julgamos útil juntar a este trabalho o que eram as comunicações na Armada deste navegador Português.

De facto, não nos podemos esquecer que Magalhães esteve na Índia ao serviço de D.Francisco de Almeida onde terá apreendido muito do que era a tecnologia naval portuguesa da época e, só assim, podemos entender como é que os procedimentos, métodos e "arte de comando", sejam em tudo semelhantes aos que os portugueses de então utilizavam.

Por outro lado compare-se a descrição da primeira viagem de Colombo á "Índia"e os erros que este cometeu (designadamente em longitude).

Não tenho pois quaisquer dúvidas em afirmar peremptoriamente que, embora a expedição fosse castelhana, o comando foi português a tecnologia utilizada foi portuguesa (trata-se provavelmente de um dos primeiros aspectos que mais tarde teria grande sucesso "a transferência de tecnologia")

Para realizar os seus intentos Magalhães resolveu escolher o navio mais lento (a Trinidad) como navio almirante; os outros teriam de o seguir. Era a navegação á vista já sabiamente utilizada pelos Portugueses.

Fernão de Magalhães não ignorava o ambiente hostil que o rodeava (onde é que se vira castelhanos comandados por um Português...?

A fim de manter a frota unida, principalmente durante a noite, colocava-se um farol na popa, de forma que os outros navio o seguissem.

Tambem antes que tombasse a noite cada um dos quatro navios tinha de se aproximar da Trinidad e saudar o almirante com estas palavras:

" Deus vos salve senhor capitão –general e ao mestre e á sua com-

panhia, recebendo então as ordens para a vigilia da noite; 2 [67] se o navio Almirante. durante a noite tivesse de transmitir alguma ordem, fazia sinais luminosos ao que os outros eram obrigados a retribuir o que permitia a Magalhães localizar e controlar os navios da sua armada.

"E quando desejava alterar a rota porque o tempo mudara ou o vento era contrário, mostrava duas luzes"

E se para prevenir uma eventual aproximação de uma tempestade queria que os outros arriassem o cutelo (moneta?)mostrava três luzes.

Quatro luzes no Trinidad assinalava a ordem de amainar as velas.

Se o vigia deparava com terra à vista a Trinidad faria varios sinais ou disparava uma bombarda.

Os códigos eram em tudo idênticos aos já descritos a propósito das armadas portuguesas.

Embora o objectivo da expedição fosse o de encontrarem um caminho mais curto para as Ilhas das Especiarias, estou em crer que após a sua localização estaria previsto o transporte das mercadorias até à América Central, baldeamento da carga para terra, travessia terrestre até ao Atlântico e posterior envio por mar para Espanha. Na altura vigorava o tratado das Tordesilhas...

9. - ALGUMAS CONCLUSÕES

-Tenho a consciência de que o trabalho que se apresenta tem bastantes lacunas, não será um modelo de elegância de português e para o apresentar em condições seriam necessários alguns anos de trabalho, o que não foi o caso.

-As comunicações navais no ínicio do Sec.XVI não eram tecnicamente muito evoluidas nem muito diferentes do que era praticado no principio do primeiro milénio.

O factor distância, a base liquida (o Mar) e a pouca velocidade das plataformas móveis (os navios) condicionavam e muito as telecomunicações.

-É de notar também, a grande preocupação com os incêndios (a carga térmica de um navio de madeira carregado de material combustível é elevada) o que limitava, certamente, o uso de "fogos" de sinalização.

-De referir mesmo assim, o excelente trabalho de coordenação e a notável precisão com que a armada de D. Francisco de Almeida alcançou os seus programados objectivos denotando, sobretudo, excelente preparação e domínio da ciência náutica.

-Não foi referido o que se passava,na altura noutras armadas. (Reino Unido, Espanha, França, Dinamarca, Suécia, China, Veneza etc.) neste domí-

nio (comunicações navais). É um trabalho que pode e deve ser feito se bem que tal obrigue ao dispêndio de bastante tempo e a ter parceiros noutros países que se interessem pelo tema.

OS PORTUGUESES DESENVOLVERAM MEIOS DE COMUNICAÇÃO TECNOLOGICAMENTE INOVADORES, QUE CORRESPONDERAM PLENAMENTE ÁS NECESSIDADES DA ÉPOCA.

BIBLIOGRAFIA

[1] - GERALD HOLZMANN / BJÖRN PHERSON-"THE EARLY HISTORY OF DATA NETWORKS-IEE COMPUTER SOCIETY PRESS, LOS ALAMOS, CALIFORNIA.
[2] - PROF. ABREU FARO –LIÇÕES DE TELECOMUNICAÇÕES (5º ANO DO CURSO DE ELECTROTECNIA, CORRENTES FRACAS, IST)-EDIÇÂO DA ASSOCIAÇÂO DE ESTUDANTES DO IST,1965.
[3] - ALEXANDER GRAHAM BELL-(14-02-1876)
Refira-se como curiosidade que a mesma patente foi registada no mesmo dia cerca de duas horas após por ELISHA GRAY dando origem a ínumeros processos judiciais.
[4] - LENDA? Chegou até aos dias de HOJE como é sobejamente conhecido.
[5] - HÉRODOTO-" A HISTÒRIA" Livro VI Pag. 105-106.
[6] - Registos sem identificação. Sesóstris I (grego) ou Senuseret I (egípcio hieroglifico) 1962-1928 aC in Dicionário do Antigo Egipto Prof. Luis Araújo.
[7] - FRANCIS DVORNIK – HISTORIADOR DE ORIGEM CHECA N. MORAVIA 1893 F 1975" DUMBARTONOAKS CENTER" FOR BYZANTINE STUDIES – HARVARD UNIVERSITY
[8] - HAMMURABI REI DE BABILÓNIA 1792-1750 AC "AUTOR? DO CONHECIDO CÓDIGO".
[9] - MERNEPTHAH FARÁO DO EGIPTO 1237 – 1225 AC (SUCESSOR DE RAMSÉS II).
[10]- BOGHAZÖY MADISON BIBLICAL ARCHEOLOGY SOCIETY ARQUELOGICAL SITES IN TURKEY.
[11]- DANIEL DAVID LUCKENBILL – ANCIENT RECORDS OF ASSYRIA AND BABYLONIA.
[12]- LUCKENBILL 1926 VOL II PAG. 989
[13]- ASSURBANIBAL REI DA ASSIRIA 668-626 AC
[14]- JEREMIAS 1, LIVRO DOS PROFETAS 51-31 588 AC
[15]- NEBUCCHADNEZZAR
[16]- CIRO 593-530 AC
[17]- XENOFONTE 430-355 AC.
[18]- CYROPAEDIA LIVRO VIII 6.17-18 CITADO POR DVORNIK 1974 PAG 28.
[19]- HERODOTO, THE HISTORY, LIVRO VIII PAG. 98
[20]- XERXES 486-465 AC
[21]- SUETONIO 70-150 – OS DOZE CESARES. BIOGRAFIA DE AUGUSTUS 63 AC-14 LIVRO II
[22]- IDEM BIOGRAFIA DE JULIO CESAR 100-44 AC LIVRO I
[23]- 1271-1295

[24]- 1215-1294 "MARCO POLO IN A DESCRIÇÃO DO MUNDO "PAG. 150-151
[25]- 776 AC
[26]- 2900 AC
[27]- WOODS 1965 PAG 63
[28]- 1167-1227
[29]- REF. GEN. PEREIRA PINTO
[27]- 405 AC
[28]- 42 AC-37
[30]- ROGER BAKO 1214-1292 IN "OPUS MAJUS"1292
[31]- 1869
[32]- PLUTARCO 46-120 "THE LIVES OF NOBLE GRECIANS AND ROMANS PAG. 253.
[32]- THE BLACK BOOK OF THE ADMIRALTY
[33]- DE LA BOURDONNAIS 173834- CHAPPE 1824
[35]- 1760
[36]- TELEGRAPHIC SIGNALS OF MARITINE VOCABULARY ADOPTADO PELA ROYAL NAVY EM 1803
[37]- 1827-1880. LORD POHAM
[38]- PATENTE NR. 252 DE 29 DE JANEIRO DE 1861
[39]- 1184 AC
[40]- HOMERO ODISSEIA 70AC
[41]- 525
[42]- VERGILIO ENEIDA 70 – 19 AC TRADUÇÃO DIRECTA DE LATIM PARA PORTUGUÊS.
[43]- 742 – 701 AC
[44]- ISAIAS 30.17
[45]- JEREMIAS 6.1
[46]- 481 AC
[47]- 460-399 AC
[48]- 384-422 AC
[49]- O MUNDO À NOSSA VOLTA LIVRO 6
[50]- SEC I AC
[51]- JULIO CESAR 100-44 AC A GUERRA DAS GALIAS (BELLUM GALICUM)
[52]- 23-79
[53]- 247-183 AC
[54]- 46-120
[55]- SEC III
[56]- 113
[57]- 350 AC

[58]- 200-118 AC
[59]- 1608
[60]- FAROIS E BALIZAGEM NO MUNDO ROMANO. PROF. DR. VASCO MANTAS. ACADEMIA DE MARINHA 2005.05.03
[61]- NA COMUNICAÇÃO APRESENTADA PELO SR COMANDANTE ANTÓNIO CARDOSO EM 5 DE DEZEMBRO DE 1996 NESTA ACADEMIA SUBORDINADO AO TEMA "NAVEGAÇÃO DOS CHINESES" É REFERIDO TAMBÉM A UTILIZAÇÃO DE SINAIS, TAMBORES E GONGOS.
[62]- "AS COMUNICAÇÕES NAVAIS. NÓTULAS NOBRE A SUA GÉNESE E EVOLUÇÃO, CALM JOEL PASCOAL
[63]- ADAPTAÇÃO "ACERVO DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA
[64]- JOAQUIM CANDEIAS SILVA – O FUNDADOR DO "ESTADO PORTUGU S DA INDIA" D. FRANCISCO DE ALMEIDA 1457(?) – 1510
[65]- ADAPTAÇÃO. "REGIMENTO DE CAPITÃO MOR QUÉ D. FRANCISCO DE ALMEIDA LEVOU PARA A INDIA. CITADA NA JÁ REFERIDA OBRA DO PROF. DR. JOAQUIM CANDEIAS DA SILVA (64)
[66]- LAURENCE BERGREEN – FERNÃO MAGALHÃES – BERTRAND EDITORA
[67]- STEVAN ZWEIG – FERNÃO DE MAGALHÃES – EDITORA LIVRARIA CIVILIZAÇÃO PÁG. 192

11- NOTAS FINAIS

- Os nossos agradecimentos ao Snr. Secretário Geral da Academia de Marinha, Snr Comdt Cyrne de Castro, cuja colaboração foi preciosa na ajuda, que nos deu, na identificação de algumas fontes, sem o que este trabalho não era possível.

- Aos Snrs:

Valm. Almeida d,Eça.
Calm. Rogério d´ Oliveira.

pelas críticas construtivas e amigas que muito contribuiram para a consecução dos nossos objectivos.

- Aos Snrs:

Gen. Pereira Pinto
Calm. Joel Pascoal

pelas informações e esclarecimentos prestados.

- Ao Snr. Rainer Daehnhardt pela amabilidade e gentileza cedendo-nos algum do seu precioso tempo na elucidação da forma com as "armas de fogo" apresentadas eram usadas em sinalização bem como ao empréstimo dos exemplares apresentados.

- Ao Snr. Dr. Amaral Xavier pelas críticas construtivas e amigas bem como pela elaboração dos gráficos.

- Á Snra. Dra Alda Salgueiro pela revisão do texto.

- à Snra. D. Ana Luisa Gonçalves pela preciosa ajuda na composição destas notas.

-Ao Snr. Eng. André Gonçalves pelo apoio no sistema informático.

Estes agradecimentos não vinculam os destinatários ao referido na presente comunicação.

"Em busca do "herói". D. Francisco de Almeida e seu filho D. Lourenço nas crónicas Quinhentistas da Expansão"

Professora Doutora Ana Paula Avelar*

É na escrita de um tempo que se vislumbram os perfis dos homens. Partindo desta proposição desvendo os modos como foram traçadas as actuações de D. Francisco de Almeida e de seu filho D. Lourenço nas crónicas que se debruçaram sobre a presença portuguesa nas paragens orientais. Interrogo-me sobre os processos encontrados nas várias modelações narrativas para descrever a actuação destes dois fidalgos portugueses no Oriente, revelando como as razões que presidiram à escrita da História ditaram a construção do perfil daquele que foi o primeiro vice-rei da Índia.

Não interrogo estes textos na busca singular do traço biográfico, ainda que eles sejam uma das fontes essenciais e incontornáveis para o seu eficaz exercício. É certo que nas crónicas da Expansão desponta a linhagem, mas o objecto primeiro destas narrativas é a meticulosa e paulatina digressão pelo governo de D. Francisco de Almeida, sendo detalhadamente descritos os propósitos políticos de que era executor o primeiro vice-rei. Basta para tanto ter em atenção o modo como Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros ou Gaspar Correia descrevem a sua actuação. Ao analisarmos as macro-narrativas que se debruçam sobre este Governo destaca-se como se vão desenvolvendo os tópicos narrativos, tecendo os factos na teia dos quadros onde se pincelam os agentes da acção. Confronte-se as várias obras que integram a cronística da Expansão, e verificar-se-á que este é o processo comumente utilizado[1].

É claramente evidenciado nesta cronística a intenção real de estabelecer uma rede de fortalezas-feitorias que garantisse uma presença efectiva em terras do Malabar, garantindo-se o domínio eficaz das águas do Índico. A esfera de influência do primeiro vice-rei abrangeria pois o norte do Malabar, os portos de Goa e Chaul, a região de Cambaia e as imediações do golfo Pérsico[2].

É neste palco geográfico que se revelam os nossos fidalgos. Observe-se como os cronistas da Expansão: João de Barros, Fernão Lopes de Castanheda, Gaspar Correia, plasmaram as actuações de D. Francisco de Almeida e de seu filho D. Lourenço. Centro a análise nos momentos particu-

---

* Professora Auxiliar com Agregação - Universidade Aberta

[1] Já em vários outros espaços demonstrei esta afirmação.

[2] Cf. António Dias Farinha,"Os portugueses no Golfo Pérsico (1507-1538)" *Mare-Liberum*, 3, Lisboa, 1991, pp.1-159.

lares e exemplares do exercício de um poder, o do primeiro governo da Índia e nos modos como num "Tempo Novo" e onde perseguindo a escrita de uma épica, se construiram os perfis do "Herói".

A escolha do nosso solo digressivo não é aleatória, visto servir-me da que seria a fonte do nosso poeta maior, analisando os momentos que materializam um perfil, o de "os temidos Almeidas"na voz de Camões. Este é o fidalgo que em terras e mares do Oriente cumpre o desígnio real e a cronistica da Expansão é , por excelência, o texto onde a acção do governador se espelha. Esta narração legitima um rei e um reino, servindo a História como o exemplo paradigmático seja no exercício da descrição da arte bélica seja na narração dos contornos políticos que dominam a história dos povos.

Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros e Gaspar Correia descrevem nas suas Histórias dos portugueses no espaço oriental, a escolha segunda deste fidalgo para o exercício do cargo, visto Tristão da Cunha, aquele a quem D. Manuel tinha primeiramente dado o ofício de capitão–mor e governador da Índia, ter cegado. Logo de imediato os cronistas expõem a excelência da sua pessoa. Confrontemos pois os seus textos: Castanheda escreve como D. Francisco de Almeida era filho do primeiro conde de Abrantes tendo *assaz experiência, sendo um esforçado cavaleiro como tinha dado prova na conquista do reino de Granada, e em outras partes em que se tinha achado.* Refere igualmente o autor da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos portugueses* que o rei ter-lhe-ia dado tal *ofício com palavras mui favoráveis da confiança que tinha em sua pessoa*[3].

Por seu turno, João de Barros evoca a partida do fidalgo que, embarcou do cais da Ribeira: " (...) a qual embarcaçam foy a mais solêne que té entam neste reino se fez, nam sendo pessoa real. Porque assy pela nobreza de dom Francisco Dalmeyda & fidalguia que com elle embarcara, como pelo cargo & dignidade de viso rey (...)"[4]. A excelência do ofício e a dignidade do escolhido imposeram, na palavra do autor das *Décadas da Ásia*, o lugar na hierarquia do poder demonstrado no acto.

Já Gaspar Correia retrata a sua figura após a despedida del-Rei, afirmando ser : " O Visorey, de meão corpo, honrada presença, hum pouco calvo e de muyta authoridade(...)"[5] como claramente se patenteia no retrato que de D. Francisco de Almeida que figurou na galeria dos vice-reis em Goa,

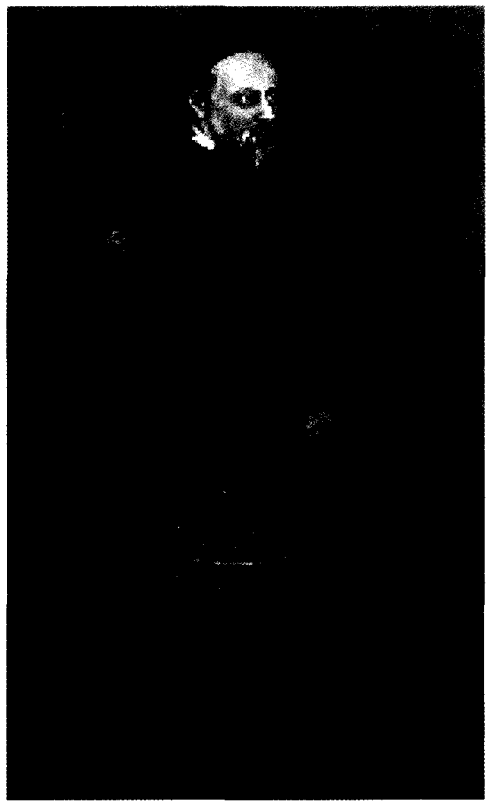
---

[3] Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *História do Descobrimento e conquista da Índia pelos Portugueses*, Porto, Lello & Irmão-Editores , 1979, I, p. 207.

[4] João de Barros, *Ásia ...Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente-Primeira Década*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, p. 295.

[5] Gaspar Correia, *Lendas da Índia*, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1975, I, p. 533.

durante o governo de D. João de Castro. Correia seria quem acompanharia esta encomenda, orientando: "(...) hum pintor homem da terra, que tinha grande natural, o qual, pola informação que lhe dey, os pintou de natural de seus rostos, que quem os primeiro vio en vendo logo os conhecia."[6]



D. Francisco de Almeida – Museu Nacional de Arte Antiga

O seu filho primogénito, D. Lourenço, partiria com seu pai e era no dizer do nosso cronista: " (..) muy gentilhomem, e de muitas perfeições, e sobre todas estreme nas forças, e muy destro no jogo de todalas armas, e em todalas as manhas corporaes que auia, muyto prezava do joguo d'alarbada, pola muyta força que tinha, que muito usou em Castella andando lá com seu pai,onde muyto se exprimentou de seu esforço e valentia, muy doutrinado de toda a cortezia e bom ensino(...)"[7]

---

[6] *Ibidem*, IV, 596-597.

[7] *Ibidem*, I, p.530.*Lendas da Índia*, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1975, I, p. 533.

Ora este é o perfil do excelente cavaleiro, aquele que se pronuncia como possuindo os atributos para o exercício das armas, o que pode cumprir a figura do Herói. Os seus *primores*, adoptando a terminologia empregue pela tratadística renascentista são evidenciados no palco da guerra, nas qualidades morais, isto é, no cumprir das *grandes partes que se desejam*, como escreve Baltasar Gracián Y Morales, no seu *Herói* de 1640 : " (...) para formar um grande todo, e grandes prendas para a máquina de um herói."[8]

Então onde se expõem estas grandes *partes?* É certo que a cronística da Expansão tem como propósito fundador legitimar a presença de um reino, validar os seus domínios e confirmar a divisa da : " (...) real esfera, em que se contém a significação das Ceos e terra, em que elle Senhor Deos manifestou sua vontade (....)" [9] . Afirmação, como referencia Gaspar Correia, proferida pela voz de D. Francisco de Almeida no momento em que este recebe a sua missão de ser governador da Índia.Contudo, não é só através do exercício da *Arte Bélica* que se exorda as qualidades, as quais se emulariam na palavra do poeta, numa figuração do herói. O panegirio fúnebre é um dos momentos por excelência onde tal dimensão evocativa se consubstancia.

Mas antes de nos debruçarmos sobre a elegia da morte, observemos momentos onde exemplarmente se vai pincelando um retrato heróico, o deste *Novo Tempo*. Atente-se numa das descrições das *Lendas da Índia*, onde se evidencia como a presença portuguesa se consolida neste governo de D. Francisco de Almeida, nomeadamente através do cumprir de toda uma curialidade própria das relações de poder que se estabelecem localmente, em terras do Malabar. O momento que escolhemos é quando D. Lourenço de Almeida entrega uma carta ao rei de Cochim, pedindo licença para que seja construída uma nova fortaleza naquele reino. Deparamos-nos com a descrição cuidadosa tanto da carta quanto do seu portador. A missiva teria sido redigida numa *formosa* escrita a letras douradas, numa folha de papel de marca maior. O seu portador, D. Lourenço teria ido muito loução, envergando sobre a couraça, um colete branco, muito reluzente como um *espelho*, *lavrado e dourado*, possuindo uma *rica* espada.

O cortejo exponenciaria todo um intenso cerimonial ostentatório: D. Lourenço seria acompanhado por dois pagens; um deles transportaria um elmo com um extenso tufo de penas, e o outro levava uma alabarda dourada, com uma grossa haste chapeada, com uma barra de ferro retorcida e dourada, o seu corte de meio côvado seria roliço, o cabo possuiria um ferrão de meio côvado, quadrado e em aço. Como Correia não deixou de anotar, esta arma seria de difícil manejo[10]. Esta é, aliás, a razão evocada pelo o autor das *Lendas*

---

[8] Baltasar Gracián y Morales, *O Herói*, Lisboa, Frenesi, 2003, p. 19.

[9] Gaspar Correia , *op. cit.*, I, p. 533.

[10] *Ibidem*,I, p. 637.

da Índia para a menção do impacto que a *diferença* tinha nos agentes de poder local, exercendo-se deste modo, o poder do *diferente*. D. Lourenço ter-se-ia assim apresentado, porque, segundo Gaspar Correia, o príncipe local há muito lhe expressara a vontade de o ver armado em todo o seu esplendor.

Através da descrição dos ambientes e sentires, dos pequenos gestos e da visualização da palavra no escrito, o leitor é envolvido na acção e sofre o seu fascínio. Correia desvenda as marcas do *domínio* que se revelariam nos frequentes encontros que tinham lugar entre os representantes da coroa portuguesa e as esferas políticas autóctones. A simbologia dos actos, nomeadamente o prestar a reverência face aos poderes locais, como acontece nesta recepção pedida e concedida pelo rei de Cochim a D. Lourenço, é descrita, sendo revelados os seus signos. Refere-se, por exemplo, que o rei local não consente que D. Lourenço coloque o joelho no chão em sinal de reverência.

Por outro lado, assiste-se à manipulação dos mecanismos *encantatórios* do romance de cavalaria, adoptando-se o seu ritmo específico, e isto apesar de não se estar em presença desse tipo de construção discursiva, e de não se subscrever essa estruturação enfabulatória. Assim, e retomando a passagem das *Lendas*, a carta seria colocada num receptáculo de prata que era transportado pelo feitor; à sua frente iria o alferes de D. Lourenço, com o seu *guião*, de *letreiros* dourados, acompanhado por trombetas. Ao chegar a casa do rei local, o príncipe teria recebido D. Lourenço, tomando-o pela mão e apresentando-o ao rei de Cochim. As reacções desencadeadas pela evolução dos acontecimentos são apontadas pelo cronista. O rei teria, entre risos e *prazeres,* questionado a razão desta embaixada, não autorizando que D. Lourenço se ajoelhasse, como alías já referi, recebendo a carta de D. Manuel. Enquanto a mandava ler, D. Lourenço demonstrava como manejava as suas armas, satisfazendo, assim, a curiosidade e espanto demonstrados pelos presentes[11].

É esta matriz do Cavaleiro, que perfila o Herói. Mas se tal se expõe no campo diplomático, no campo da Batalha evidenciam-lhe os *primores*: recorde-se de novo a tratadística do Herói: " Que príncipes ocupam os catálogos da fama, se não os guerreiros? A eles se deve com propriedade o epíteto de magnos. Enchem o mundo de aplauso, os séculos de fama, os livros de proezas, porque o belicoso tem mais de plausível que o pacífico." [12]

Vários são os palcos de guerra onde a acção de D. Lourenço se evidencia, é, aliás, no palco de Guerra, em Chaúl combatendo, que morrerá.

A contestação aos portugueses no Índico foi sendo alvo de sucessivas diligências do sultanato mameluco egípcio junto do papado, pretendendo-se a intervenção deste, no sentido de impedir tal presença. Contudo, estas diligências diplomáticas não tinham surtido efeito, sendo enviada uma frota do

---

[11] Cf. *Ibidem.*

[12] Baltasar Gracián Y Morales, *op. cit.*, p.41.

Suez, apoiada pelo senhorio de Veneza e vários potentados locais, a Diu, com o intuito de combater as forças portuguesas. Esta força confrontou-se com uma armada portuguesa, capitaneada por D. Lourenço de Almeida que vigiava as costas do porto de Chaúl. A batalha é amplamente descrita pelos cronistas da Expansão, sobressaindo o valor militar e o elogio à personalidade de D. Lourenço[13].O panegírio às suas *qualidades* expõe-se nas vozes dos cronistas, o perfil do herói renascentista emerge.

O combate é nas palavras de Fernão Lopes de Castanheda : " cousa de espanto(...)" e ele continua: "(...) como se os nossos defendiam a tanta multidão de inimigos & de tantas frechadas que cobriam o céu & assi de tantos tiros de artelharia, cuja fumaça era tamanha, que tudo cercava de nevoeiro, & a grita de uns & de outros era tão grande, que parecia que estava ali todo o mundo." [14]

A hiperbólica imagem da batalha valida o feito do combatente. D. Lourenço de Almeida é o que, como escreve João de Barros na sua *Ásia...*,já ferido e desfalecendo, continua a combater junto das gentes: " (...) querendo os ajudar com outras não da fraqueza da morte que lhe vazava o sangue mas que lhe ditava o animo de cavaleiro e espirito de católico barão, não perdendo o ofício de capitão nem o conhecimento pera dar gloria a seu deos(...)". Contudo: "(...) veio outra bombarda que lhe levou todalas costas da parte direita descobrindo-lhe os bofes. Morto este capitão deu a morte licença que sem nenhum acatamento por não verem ali jazer o seu corpo, que per alguns homens de armas fosse lançado em baixo no convés(...)"[15].

O seu corpo não seria recuperado, apesar das diligências feitas pelos vencedores: " (...) deos nam lhes quis entregar o corpo por dar maior glória a sua alma, a qual deve estar entre os eleitos de deus no lugar daqueles que são martires, pugnando pela fé e lei de Deus." [16]

É certo que em Janeiro de 1508 os portugueses foram derrotados, mas o vice-rei D. Francisco de Almeida responde de imediato e, em Fevereiro do ano seguinte, ataca a frota de egípcia comandada por Emir Hussain (Mir Hocem, das nossas crónicas) que se encontrava fundeada em Diu. Esta frota e a dos seus aliados foi derrotada, e mesmo os apoiantes do sultanato mameluco, como Malik Ayaz, governador desta praça, foram obrigados a negociar com os portugueses. Esta vitória consolidaria o domínio naval português em águas orientais[17].

---

[13] Cf.João de Barros, *Ásia ...Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente-Segunda Década,* Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda,1974, pp.82-89. Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit,* I, p. 397-399.Cf.Gaspar Correia, *op. cit.*,I,pp. 762-771.

[14] Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p. 398.

[15] João de Barros , *Ásia ...Segunda Década,* p. 87.

[16] *Ibidem.*

[17] Cf.Gaspar Correia, *op. cit.*, I, p.937-958.Cf. João de Barros, *Ásia ...Segunda Década,* p.129-134, Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I,pp.437-443.

A superioridade estratégica portuguesa está amplamente estudada, descrevendo a cronística cuidada e minuciosamente os movimentos e as actuações individuais e de grupo. Não me deterei sobre as práticas militares, somente analisarei o modo como, face ao cumprir dos desígnios régios, o vice-rei é descrito pelos escritores da História da Presença portuguesa no Oriente na primeira metade de Quinhentos.

A exemplaridade do governo de D. Francisco e Almeida na preparação e condução desta batalha de Diu é evocada por Gaspar Correia, Fernão Lopes de Castanheda, e João de Barros. Este é o pai que como se escreve nas *Lendas da Índia*: "(...) não tomou dó, nem diferençou nada o vestido que sempre trazia (...) e nunca encerrou do costumado (....) mas agora era continuo na ribeira, desfazendo que não podiam servir por serem muitos velhos, e os bons renovar e concertar muito bem(...)". É o pai que face às condolências enviadas pelo rei de Cananor responde, segundo a mesma fonte, que: "(...) tinha esperança em Deos de tomar boa paga dos que seu filho mataram, como ele ouviria, e depois havia de tomar vingança de todos os mouros da Índia, porque todos folgaram com a morte de seu filho, e aos mouros de Cananor guardaria porque eram seus, mas que lhe certificava que todolos mouros que achasse sobre o mar a nenhum havia de dar vida, ainda que fosse pescador em huma almadia."[18]

Ele é o governador que organiza e acompanha a batalha, aquele que mostrou com palavras de louvor todo o contentamento que tinha desta vitória, que nas palavras de João de Barros: "(...) deos lhe deu, de quem confessava receber esta mercê para paz e quietação de sua alma pela morte do filho e seguridade da Índia(...)"[19].

Ele é o *Senhor* mandatado pelo seu Rei. No entanto, quando confrontado com o seu afastamento do governo da Índia recusa-se a entregar o poder ao escolhido por D. Manuel como seu sucessor, Afonso de Albuquerque. As vicissitudes deste conflito são bem conhecidas e passam até pelo encarceramento, a mando do vice-rei, de Albuquerque, na fortaleza de Cananor onde permaneceria três meses. Só em Outubro de 1509, após a chegada da armada de D. Fernando Coutinho, e perante as provisões régias para que este ocupasse o seu cargo, é que finalmente se deu a passagem do governo da Índia.

---

[18] Gaspar Correia,*op. cit.*,I, p. 779.

[19] João de Barros, *Ásia...Segunda Década* , p. 134.



Afonso de Albuquerque nas *Lendas da Índia* de Gaspar Correia

As sombras desta disputa marcam a escrita dos que escrevem a História, obrigando-os a definir as fronteiras das suas crónicas. A posição de João de Barros é de imediato explanada, considerando o cronista que a função da sua *História,* o discurso da sua *Ásia,* deveria ser o narrar a guerra travada entre os portugueses e os infiéis e não a que no seu seio deflagrou. João de Barros adverte mesmo o seu leitor de que este não deve de esperar que se encontrem retratadas as diferenças entre o vice-rei e Afonso de Albuquerque visto só ser referenciado o que o cronista considera necessário para o bom *entendimento* da *História*[20].

Por seu turno, Fernão Lopes de Castanheda expõe detalhadamente as diferentes fases do conflito, ainda que de um modo um tanto contido, elogiando, porém, aqueles que como Lourenço de Brito, em Cananor, o tentaram ocultar dos locais. Segundo Castanheda esta acção era a correcta visto os

[20] *Ibidem*, p. 139. João de Barros limita-se a imputar *razões* a ambos os sectores e a assinalar que estas se encontram de um e outro lado. O cronista concluiria o seu juízo, escrevendo que o vice-rei teria *caído em culpa* por muito ter em si confiado, e Afonso de Albuquerque por ter desconfiado.

portugueses seram tão poucos e estarem tão longe do seu reino, numa terra de inimigos, sendo necessário resguardá-los de qualquer sombra, devendo-se esconder os sinais de discórdia[21].

Já Gaspar Correia desenvolve uma estratégia narrativa que lhe permite apresentar os vários aspectos de que se revestiu a disputa, recorrendo amplamente ao diálogo, ficcionando *sentires* e transmitindo *memórias*. Na sua descrição projectam-se os processos tradutores da vivência. É como se o próprio cronista tivesse estado presente nas diferentes situações[22]. Para ele a *História* é o relato incontido dos acontecimentos onde o testemunho marca o tom do discurso. O seu cronicar é determinado, como evidencia na sua primeira *Lenda* e na sua nota *aos senhores Letores* pelo facto das cousas da Índia terem sido : "(...) tão douradas que parecia que não tinham debaxo o ferro que despois descobrirão(...)"[23].

À Idade do Ouro sobreveio a Idade do Ferro e é pelo ferro que morre o primeiro vice-rei da Índia às mãos dos cafres, quando regressava ao Reino, quando ia ao encontro desejado com o seu Rei.

Cumprindo o modelo da crónica, a descrição do governo do vice-rei D. Francisco de Almeida encerra-se com o noticiar da sua morte e com o seu panegírio fúnebre. Este é o momento, por excelência, onde se emulem as virtudes do fidalgo, onde se perfile o novo Herói. Sincreticamente se enunciam os feitos, se exalta o que é digno de memória. Para Fernão Lopes de Castanheda as virtudes morais são celebradas após o breve retrato físico: "Foy homem de corpo meão e membrudo, & de rosto grave & de grande magestade, foi muito devoto & amador de nosso senhor, & goardaua seus man-

---

[21] Atente-se no exemplo da ordem emanada do vice-rei de Afonso de Albuquerque partir para Cananor. O cronista assinalaria que se teria desconhecido a causa pela qual D. Francisco de Almeida teria ordenado o embarque para Cananor de Albuquerque, evocando o muito serviço que deste modo seria prestado à coroa. No entanto o autor da *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses* refere que Afonso de Albuquerque consideraria que o vice-rei pretendia não só prendê-lo, mas que o próprio facto de o enviar numa embarcação em muito mau estado, era sinal do seu desejo de que este naufragasse e morresse. O cronista narra a entrevista havida entre ambos, e os sucessivos reveses que esta atitude provocou no seio dos portugueses, uns e outros defendendo ou atacando os respectivos adversários. Cf.Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*,I, p.480.

[22] Cf. Gaspar Correia, *op. cit.*, I, p.985. O cronista das *Lendas da Índia* prossegue com a apresentação da recepção dada pelos portugueses aos que vinham nesta nau, anotando o repicar dos sinos da Igreja, o agradecer em oração na mesma, e a chegada a casa de Afonso de Albuquerque. O cronista descreve então as palavras trocadas, demonstrando o conhecimento que o capitão Gomes Freire teria da querela que estalara com o vice-rei, e anotando a resposta de Albuquerque, onde este expressaria o espanto que de certo teria assaltado Gomes Freire por o ter encontrado vivo.

[23] *Ibidem*, I, p. 1.

damentos segundo parecia. Foi tão piedoso que nunca castigou ninguém que primeiro ho não reprendesse tres vezes. Foi de condição muito magnifica & liberal(...)"[24]. Sucedem-se as qualidades: foi muito isento...; foi muito prudente e discreto ... . Não deixam, igualmente, de fluir os traços que resguardam a condição humana: "(...) foi de tão altos pensamentos que muitos lhe atribuirão a vaidade, principalmente seus amigos, & de feito dizem que se queria louuado, & que era tençoeiro com quem lhe errava, mas que o sabia dissimular."[25] Contudo no palco da guerra e no exercício do seu estado foi sempre atento e muito esforçado.

O tom elegíaco acentua-se em João de Barros e Gaspar Correia. D. Francisco de Almeida é o homem, segundo Barros: "(...)de honrada presença, cavaleiro, de conselho e de corte e por esta e outras qualidades de sua pessoa mui estimado." Contudo, acrescenta: "Foy homem que quanto satisfez com estas boas partes que tinha, tanto veio a perder acerca dalguns por ser mui confiado nelas: porque geralmente os homens a quem deus dá tantas qualidades, se tem esta confiança, são mui mal aceptos acerca de muytos, principalmente entre a naçam portuguesa que conçede muy poucas cousas a ninguem."[26] Este é o lamento de quem escreve uma História onde perpassa a tratadística moral ou os textos sapienciais, ecoando tais traços igualmente na *voz* de Gaspar Correia: " Foi Dom Francisco muy perfeito e puro no serviço d'Elrey nosso Senhor(...) : homem amigo dos seruiços dos homens (...)."[27]

Em suma são os primores do herói renascentista os traços que figuram "os temidos almeidas". Eles individualizam a prática da heroicidade nos *Tempos Modernos*, seja na face especular do jovem capitão D. Lourenço, garboso gentil-homem, cavaleiro hábil e exercitado nas *Artes da Guerra*, seja na face especular do vice-rei D. Francisco de Almeida, vassalo del-rei, senhor que como proclama o nosso Gaspar Correia nas suas *Lendas da Índia* :" Em todo tão perfeito que nom sei se nunqua a Índia terá outro que tal."

---

[24] Cf. Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, I, p. 488.
[25] *Ibidem.*
[26] João de Barros,*Ásia...Segunda Década* , p. 149.
[27] Gaspar Correia, *Lendas da Índia*

O Investimento Financeiro na Esquadra do 1º Vice-Rei da Índia (1505)

2Ten Dr. Carlos Manuel Valentim

Quando encetou o caminho da renovação em meados do século XX, a historiografia portuguesa não deixou de problematizar os factores económicos e financeiros, fazendo sobressair, por exemplo, o importante papel que estes tiveram na Expansão e nas viagens oceânicas iniciadas por Portugal no século XV. Os estudos pioneiros de João Lúcio de Azevedo e Veiga Simões nas primeiras décadas do século XX, e nessa esteira as aturadas análises de Vitorino Magalhães Godinho, muito influenciado pela «Nova História» francesa, as investigações de Virgínia Rau, as conclusões de Manuel Nunes Dias, no outro lado do Atlântico, e ultimamente as investigações e os novos dados postos em relevo por Joaquim Romero Magalhães e António Marques de Almeida, permitem-nos ter uma ideia global mas apurada sobre os incentivos, particularismos e condicionalismos económicos e financeiros dos Descobrimentos nos séculos XV, XVI e XVII.

Como demonstrou Luís Filipe Thomaz, um dos motivos que está por detrás da génese da expansão lusitana é, precisamente, o desejo de abertura de novas rotas de comércio, que permitissem às classes mercantis, que desde logo foram imitadas pela aristocracia e pelo rei, reinvestir os lucros provenientes do incremento das trocas comerciais e assim garantir a liquidez pela posse de bens móveis. Esta terá sido uma das condições que esteve por detrás da *abertura planetária*, não a única[1]. Mas se quisermos ir mais longe, socorrendo-nos uma vez mais do estudo citado, podemos afirmar, utilizando uma metáfora, que a burguesia e o capitalismo comercial ao se enxertarem *"na modesta planta brotada de outra semente permitir-lhe-ão, como mostarda, encher o mundo com os seus ramos..."* [2].

Quando a esquadra de Vasco de Gama aportou a Calecut, desembar-

---

[1] Seguindo ainda aquele historiador, há que ter na devida conta a necessidade de reconversão da nobreza, na tentativa de sobreviver face a uma estrato burguês em ascensão e uma realeza em processo de afirmação, e o outro seria uma política de afirmação por parte de um Estado nacional saído de uma grave convulsão, onde esteve em causa a sua sustentabilidade, experimentando agora a via da expansão para escapar à absorção por parte do seu vizinho poderoso ao mesmo tempo que possibilitava a paz interna, evitando dessa forma o aparecimento de tensões sociais internas. Luís Filipe F.R. THOMAZ, "Expansão Portuguesa e Expansão Europeia – Reflexões em Torno da Génese dos Descobrimentos", *De Ceuta a Timor*, 2ª Ed. Lisboa, Difel, 1998, pp. 1-41, pp. 38-40.

[2] Idem, *Ibidem*, p. 35.

cando inicialmente em terra uns degredados, para que se fizesse o reconhecimento do lugar, logo estes foram questionados por uns transeuntes que se expressavam em castelhano, sobre o que ali faziam, ao que responderam, segundo o relato atribuído a Álvaro Velho, "*Vimos/ buscar christãos e especiaria!*"[3]. Ora, esta passagem não deixa de ser ilustrativa do que realmente estava em jogo: a demanda de especiarias, que fora, a par da disseminação da fé e da procura de aliados cristãos, um dos desígnios das grandes viagens marítimas oceânicas.

Na viragem do século XV para o século XVI (ou melhor, sensivelmente de 1450 em diante), uma nova conjuntura económica e social ganha terreno na Europa. Tudo se transforma no decurso de um século. A expansão de uma economia dependente da circulação de moeda e dos metais preciosos, dá alento ao valor do dinheiro e ao investimento privado na comercialização de novos produtos, oriundos dos mais diversos lugares de um Globo percorrido e unificado por caravelas, naus e galeões. O papel das finanças no interior dos Estados em processo de modernização, reforça-se, a par do aumento do poder e da influência dos grupos financeiros privados, que investem em diversos sectores da actividade económica, numa época marcada pelo estabelecimento de um comércio regular entre a Europa e o resto do mundo[4]. O capital é, de facto, um dos motores da expansão económica; o comércio colonial o propulsor de riquezas e fortunas, proporcionando a acumulação de grossos cabedais.

Época assinalada por um renovado crescimento demográfico[5], que emerge no século XV, após a uma grave recessão, propiciando um aumento da procura de bens; uma maior quantidade de mão-de-obra disponível; mercados internos e externos mais dinâmicos; novas terras desbravadas para alimentar uma população que se concentra em número crescente nos centros urbanos; uma indústria de extracção de metais preciosos gozando de novo ímpeto; técnicas financeiras mais aperfeiçoadas, no seio de uma economia que generalizou, entretanto, o uso da moeda, diversificando as formas de pagamento a longa distância, quer seja por endosso, por letras ou câmbios. Assiste-se, desta forma, a uma tendência ascendente, secular, com correlação po-

---

[3] José Pedro MACHADO e Viriato CAMPOS, *Vasco da Gama e a sua Viagem de Descobrimento*, com Ed. Crítica e leitura actualizada do relato anónimo da viagem, Lisboa, Edição da Câmara Municipal de Lisboa, 169, p. 164.

[4] Immanuel WALLERSTEIN, *O Sistema Mundial Moderno. Vol. I: A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*, Porto, Edições Afrontamento, 1990, p.106.

[5] V. Pierre VILAR, *O Ouro e a Moeda na História*, Mem - Martins, Europa –América, S/dt., p. 73 e ss.

sitiva entre preços, moeda, produção e circulação[6]. A acumulação de capital[7] leva as grandes empresas familiares de mercadores a apostar, precisamente, na exploração mineira, na gestão dos altos-fornos de fundição, na importação de mercadorias e sua distribuição nos mercados mais activos, e na instituição de agências bancárias, concedendo avultados empréstimos às monarquias ocidentais que necessitavam de capitais para reforçar o seu aparelho de Estado.

Durante cem anos, aproximadamente de 1450 a 1550, tudo está em transformação: as rotas, os circuitos comerciais, inclusive as condições da própria economia[8]. O comércio internacional é por esta altura um complexo de rotas e de circuitos comerciais, dependente de uma nova «economia – mundo», cujo centro tendia a situar-se no norte da Europa. Lisboa e Sevilha vão afirmar-se como os pontos de ligação deste emaranhado de trocas, de produtos, de dinheiro, de crédito, de um comércio que se faz à escala planetária.

Verificam-se alterações estruturais numa sociedade cujo bem supremo fora durante centenas de anos a terra. Nela adquire importância uma "classe" intermédia de «mercadores-cultivadores» que transforma as rendas senhoriais e as vai investir com outro sentido. Ao se analisarem os ritmos da expansão económica, como bem lembrou Pierre Vilar, não se pode menosprezar o papel activo desempenhado pelo capital comercial «aventureiro», nas fases iniciais dos primeiros investimentos produtivos[9].

Em Portugal, o aparelho produtivo da *Monarquia Agrária*, na expressão de Lúcio de Azevedo, a que Jaime Cortesão dará outro nome – *comércio marítimo à distância com base na agricultura*, dava mostras de se alterar em fins do século XV, com a emergência, segundo Vitorino Magalhães Godinho, de um novo *Complexo Histórico-geográfico*[10] centrado na Rota do Cabo e no

---

[6] Vitorino Magalhães GODINHO, "Flutuações económicas e devir estrutural do século XV ao século XVII", *Ensaios*, Lisboa, Sá da Costa, 1978, Tomo II, p.250.

[7] Para o Capitalismo funcionar é necessário que o capital tenha sido acumulado, antes da instauração de uma sociedade capitalista. V. Pierre VILAR, "Problemas da Formação do Capitalismo", *Desenvolvimento Económico e Análise Histórica*, Lisboa, Editorial Presença, 1982, p. 105.

[8] A. A. Marques de ALMEIDA, *Capitais e Capitalistas no Comércio da Especiaria. O Eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549) Aproximação a um Estudo de Geofinança*, Lisboa, Edições Cosmos, 1993, p. 18.

[9] Pierre VILAR, "Problemas da Formação do Capitalismo", [...] pp. 104-105.

[10] Vitorino Magalhães Godinho considerou que a economia tem de ser entendida na sua configuração espacial e sujeita a determinados factores, que estão imbuídos das suas especificidades. A noção de Complexo Histórico-Geográfico apresentada por este historiador, pretende ser um conceito global, de uma história estrutural, englobando a totalidade da vida económica, social, política, cultural e mental que decorre num determinado espaço geográfico durante um longo período de tempo. Sobre o conceito de Complexo Histórico-Geográfico e a sua aplicação à História de Portugal, Cfr. Vitorino Magalhães GODINHO, "Complexo Histórico-Geográfico", *Dicionário de História de Portugal*, Dir. de Joel SERRÃO, Vol. I Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963, pp. 644-649.

trato das especiarias. Uma das características deste "*Complexo*", apelidado de *ciclo da pimenta*[11], será sua dispersão. Irá de Antuérpia à China, do Mediterrâneo ao Brasil e ao Atlântico Norte, sendo constituído pelo ouro da Mina, o açúcar da Madeira e São Tomé, o pau-brasil de Vera Cruz, o bacalhau da Terra Nova, os escravos da Guiné, o pão e o pastel dos Açores, a courama e o sal das ilhas de Cabo Verde, o Ouro do Monopotama e de Samatra, a pimenta e o gengibre do Malabar, a canela do Ceilão, a noz e a maça de Banda, o Cravo das Molucas, a seda e porcelanas chinesas, a prata e cobre da Europa Central e Oriental, os grãos do Báltico. Este *Complexo Histórico-Geográfico* põe em contacto economias monetárias: dos Países-Baixos, Portugal, Pérsia e Índia, com economias pré-monetárias de África e de certas zonas da Ásia.

Como está a evoluir a economia em Portugal, nesta nova conjuntura económica e social? A população aumenta[12] apesar da imigração e de um crescente recrutamento de soldados e marinheiros para as campanhas militares no Norte de África e no Oriente; nos campos cultivam-se vinhas e olivais para satisfazer uma nova procura; desenvolvem-se as indústrias do biscoito, da louça, dos tecidos, do fabrico da pólvora e da construção naval. O "assalto" aos empórios comerciais da Ásia vai levar a Coroa portuguesa a prover mais meios humanos e materiais, a reformar sectores chave da administração e das "finanças públicas", numa clara tentativa de monopolizar as redes comerciais que a partir da Ásia conduziam à Europa as tão procuradas "especiarias". Tornava-se premente repensar estratégias mais ambiciosas, quando estava em jogo assegurar a segurança do escoamento de produtos exóticos para uma população europeia, entre as classes mais altas, que tinha refinado o seu gosto.

No ano de 1498 uma pequena esquadra de navios, comandada por Vasco da Gama, contornou o extremo sul da África e aportou a Calecut, na

---

[11] A ideia de "ciclos" foi utilizada por J. Lúcio de Azevedo para dividir a história económica de Portugal (1º período: "Monarquia Agrária"; 2º: "Ciclo da Pimenta"; 3º: "1º Ciclo do Ouro"; 4º: "Ciclo do Açúcar"; 5º: "Ciclo do Ouro e dos Diamantes"). O pioneirismo de Lúcio de Azevedo nos estudos de história económica - social, não disfarçou, contudo, as fragilidades da periodização que ensaiou para a análise económica da História de Portugal. Vitorino Magalhães Godinho veio a pôr em relevo as contradições em dessa periodização, por se centrar num só produto dominante na economia, à volta do qual se situaria toda uma série de outras actividades. Afinal, numa época podia coexistir um ou mais produtos dominantes. João Lúcio de Azevedo ainda ajustou a sua análise, situando no século XVIII o "Ciclo do Ouro e dos Diamantes", o que não foi suficiente para aplacar o carácter impreciso da sua concepção de "ciclo". V. J. Lúcio de AZEVEDO, *Épocas de Portugal Económico. Esboços de História*. 3.ª Ed. Lisboa, Livraria Clássica Editora, imp. 1973, *passim*; Cfr.: V. Magalhães GODINHO, "Ciclo", *Dicionário de História de Portugal* [...] Vol I, pp. 572-574.

[12] Ao longo de todo o século XV. Mas este aumento foi lento. V. A. de Sousa Silva Costa LOBO, *História da Sociedade em Portugal no século XV*, Prefácio de José Matoso, Lisboa, Edições Rolim, 1984, p.21.

Índia. Portugal era o primeiro poder naval ocidental a alcançar o Oriente, por mar, depois de atravessar dois oceanos. No rescaldo dessa ligação pioneira (1497-99) entre Lisboa e o mundo asiático, de imediato se constatara que a solução para obter o controle das fontes de especiaria passava pela destruição da rede de mercadores e feitorias muçulmanas [13], pela aposta na tonelagem e poder de fogo dos navios [14] e, ponto de não menor importância, a exploração diplomática de relações bilaterais no seio do complexo mapa político do subcontinente indiano.

Paulatinamente, a partir desse momento, os marinheiros lusos foram erguendo as bases do seu domínio nos mares do Orientais. Primeiro na África Oriental e no Malabar, acabando por estender esses alicerces à entrada do Mar Vermelho, ao Golfo Pérsico e ao Oceano Pacífico. Concretizava-se, desta forma, o "Projecto das Índias" de D. João II, que para a sua materialização se rodeou dos técnicos mais sabedores do seu tempo, em matérias como a náutica e a cosmografia, de informadores e diplomatas, de conselheiros e sábios. O desbravamento de uma rota marítima para a Índia fora, sem dúvida, enquanto decorreu o reinado do "Príncipe Perfeito" (1481-1495), uma das suas ambições [15], mas seria o seu "afortunado" cunhado, D. Manuel I, que sobe ao trono no ano de 1495, a concluir o "projecto".

Todos os anos, concorrendo directamente com a Rota do Levante, que se fazia pelo Mar Vermelho, sob dominação otomana, frotas regulares de navios, no que ficou conhecido por "Carreira da Índia", começaram a ligar, após 1499, Lisboa aos portos do Oriente, contornando o Cabo da Boa Esperança, para retornarem, em seguida, pesadamente carregados de especiarias, porcelanas e outros produtos orientais muito procurados no Ocidente europeu. O circuito comercial que se fazia pelo Levante atravessava sérios problemas em finais do século XV [16]. Uma crise económica muito grave abatia-se sobre o Mediterrâneo Oriental, enquanto o poder Mameluco, centrado no Egipto, tentava sobreviver às adversidades que o tolhiam, procurando manter uma certa independência face ao Império Otomano, que era atingindo em simultâneo por dificuldades financeiras [17]. As rotas de caravanas tinham-se tornado inoperativas e o porto de Alexandria, entre 1499 e 1500, deixara de

---

[13] V. A.H. Oliveira MARQUES, *História de Portugal desde os tempos Pré-históricos a Marcelo Caetano*, Vol. I, Lisboa, Palas Editora, 1973, p.323.

[14] João de Barros escreve que a segunda armada a partir para o oriente " *conuinha mostrar-se muy poderosa em armas (...)* "*Ásia de João de Barros*, fac-símile da edição de 1932, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, [s.l.], Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1988, pág. 170.

[15] Cfr. João Paulo Oliveira e COSTA; Victor Luís Gaspar RODRIGUES, *Portugal y Oriente: El Projecto Indiano del Rey Juan*, Madrid, Editorial Mapfre, 1992, p.38.

[16] Sobre esta crise V. Vitorino Magalhães GODINHO, "Flutuações económicas e devir estrutural do século XV ao século XVII", [...] p.259.

[17] O que só conseguiria até 1517.

registar o movimento a que estava habituado em consequência da guerra turco-veneziana. Por outro lado, constata-se que a abertura de um "caminho" atlântico para o Oriente operava uma transferência de rotas e de fluxos financeiros do Mediterrâneo para o Atlântico, em direcção a Lisboa, porto de escala obrigatório para os navios que partiam e chegavam do Índico. Ainda que com o decorrer do tempo mostrasse sinais de renovação, a Rota do Levante, nesses anos inicias do Século XVI, teria que contar com a competitiva Rota do Cabo que, apesar do seu carácter acidentado, proporcionava menos custos na obtenção dos produtos asiáticos. A balança comercial "pendia" claramente para um Atlântico cada vez mais alargado – englobando as ilhas atlânticas, a costa ocidental africana e, a breve trecho, o continente americano – obtendo-se daí ganhos e lucros mais avultados, em detrimento do sistema comercial veneziano que entrava em colapso[18]. Numa palavra, a descoberta do caminho marítimo para a Índia, como concluiu o Professor A.A. Marques de Almeida, "*contribuiu poderosamente para o alargamento do espaço oceânico, a caminho de uma economia pela primeira vez planetária*" [19].

Nunca antes uma potência europeia havia estabelecido contactos "directos" com o mundo asiático, sendo os intercâmbios culturais e económicos com os povos e civilizações orientais uma novidade. Marinheiros, religiosos, militares, aventureiros, fidalgos e comerciantes vão espalhar-se por terras do Indico e, mais tarde, do Pacífico, fazendo a guerra, evangelizando e comerciando, convivendo e aculturando-se com os povos autóctones e integrando-se nas redes de comércio já existentes[20].

De início, como se referiu, a expansão dos portugueses pelo Índico Ocidental encontrou a resistência dos muçulmanos que dominavam os circuitos comerciais da região e de algumas cidades-estado da costa do Malabar. No Índico Ocidental os lusos experimentam, justamente, mais o conflito militar e naval que a parceria mercantil. Esta é uma zona de comércio, que só será feito em grande parte com base na guerra naval, que impõe a ordem a um espaço

---

[18] V. Maria do Rosário S. Themudo Barata A. CRUZ, *Sistemas de Distribuição das Cargas nas Armadas da Índia*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988, 7-11.

[19] A. A Marques de ALMEIDA, " A viagem de Vasco da Gama e a sua repercussão económica na Europa", Portugal *no Mundo*, Alfa, Lisboa, 1988, vol. III, pág. 20.

[20] Constatou o Professor Luís Filipe Thomaz, após aturados estudos que, em muitos casos, os capitães como os administradores, nas suas cartas ao Rei, faziam ressaltar a importância do comércio regional, atribuindo a mesma importância, por exemplo, ao comércio têxtil local e às especiarias que se destinavam à Europa, ou viravam a sua atenção para o comércio com a costa do Coromandel e o golfo de Bengala, legando para um plano secundário o embarque de mercadorias nos navios em Cochim. V. Luís Filipe THOMAZ, "Prefácio" in João Paulo Oliveira e COSTA; Victor Luís Gaspar RODRIGUES, *Portugal y Oriente: El Projecto Indiano del Rey Juan*, Madrid, Editorial Mapfre, 1992, pp. 11-25, p.18.

estratégico que abarca as rotas do Mar Roxo, do Golfo Pérsico-Arábico e a Rota do Cabo[21]. O poder de fogo dos navios lusitanos e uma superioridade técnica[22], imbatível em diversas áreas (construção naval, fundição, armamento, arquitectura de fortalezas), tornavam Portugal uma potência naval hegemónica no Índico. No curto espaço de quinze anos, numa região tão distante da sua, os portugueses ergueram um Império assente no controlo de pontos-chave do comércio asiático e no domínio dos mares adjacentes, cujas feitorias eram os nódulos das trocas económicas.

Uma feitoria, centralizando mercadorias, serviço de impostos, recursos militares e navais, mercadores profissionais, informações comerciais, tornava possível o comércio numa determinada região, visto que, como adiante se verá, o tráfico mercantil não podia dispensar a ajuda militar, administrativa e financeira do Estado. Virgínia Rau diz-nos precisamente que no Oceano Índico os portugueses se serviram avidamente deste instrumento de organização comercial. Sofala, Goa, Ormuz, Malaca e em vários outros lugares instalaram-se feitores, mercadores, homens de negócios[23].

Na Primavera de 1505 partiam de Lisboa 22 navios[24] comandados por D.Francisco de Almeida, um fidalgo, filho do 1º conde de Abrantes, detentor de sólida experiência política e militar[25], possuidor de conhecimentos de náutica, comendador da Ordem de Santiago, membro da Casa Real e do Conselho do Rei[26], que era agora nomeado por D.Manuel I vice-rei da Índia. Estava aberta, assim, a via para o estabelecimento do primeiro poder europeu fora da Europa, que, na feliz expressão de Jorge Borges de Macedo, exportava

---

[21] V. Luís Filipe BARRETO, *Lavrar o Mar. Os Portugueses e a Ásia c. 1480-c.1630*, Lisboa, Comemorações para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000, pp. 47-48.

[22] Uma das consequências da supremacia no domínio técnico da Europa, de que Portugal era um dos veios no Oriente, fora as consecutivas explorações geográficas, expansão económica, militar e política do «velho continente». O navio militar oceânico concebido na Europa Atlântica, foi o instrumento do poder implacável subjugando e afastando inimigos. Cfr. Carlo M. CIPOLLA, *História Económica da Europa Pré-Industrial*, Lisboa, Lisboa, Edições 70, imp. 1988, pp. 250-251.

[23] Virgínia RAU, *Feitores e Feitorias «Instrumentos» do Comércio Internacional Português no século XVI, Sep da Brotéria vol. LXXXI (1965 (pp. 458-478), Lisboa, Edições Brotéria, 1966,p. 16.*

[24] Baseamo-nos na informação de João de Barros, *Op.* cit., p. 296, que nos diz que no ano seguinte regressariam 12 navios. Segundo Figueiredo Falcão, D. Francisco de Almeida terá levado 28 naus e caravelas, partirão sete naus e cinco caravelas a 25 de Março e dezasseis a 18 de Maio. V. Figueiredo Falcão, *Livro em que se contem toda a fazenda e real património dos Reinos de Portugal*, Lisboa, 1607, pp. 140-141.

[25] Fernão Lopes de CASTANHEDA, Liuro segundo p.209, escreve: "*que tinha assaz experiência de sua pessoa em feitos que fez defforçado caualeyro assi na conquista do reyno de Grâda, como em outras partes em que se tinha achado.*"

[26] Idem, *Ibidem*, pp. 92-93.

pela primeira vez, desde Roma, poder organizado[27]. O indigitado vice-rei, recebia ordens para ampliar e consolidar a soberania portuguesa no Índico. A presença portuguesa na Índia consubstanciava-se numa entidade política, na qual se fazia sentir o reforço do dispositivo militar – naval, visando a protecção da diplomacia e do comércio português[28]. O fidalgo de Abrantes vai erguer pontos de apoio à navegação e ao comércio na costa oriental africana; estabelecer os primeiros contactos com a ilha de Ceilão; atacar a região costeira da Arábia; penetrar no Golfo Pérsico; e, finalmente, enviar navios ao oriente asiático, que avistarão o importante entreposto comercial de Malaca, "porta" entre o Oceano Índico e Pacífico.

A expedição de 1505 comportava outras novidades que vale a pena, em nosso entender, mencionar. Doze dos navios deveriam regressar a Lisboa logo no ano seguinte, carregados de especiarias asiáticas, o que deixava entender que a Rota do Cabo se tornara no espaço de pouco tempo uma via essencial para abastecer os mercados da Europa de pimenta e outras especiarias, por oposição à especulação financeira e consequente aumento dos seus custos no Mediterrâneo Oriental. Os dados compilados e inventariados por Joaquim Candeias da Silva dão-nos uma ideia da rentabilidade das primeiras viagens. A pouca pimenta trazida por Vasco da Gama na sua primeira viagem, vendida em Lisboa a 80 cruzados o quintal, deu para cobrir 60 vezes o capital investido; os 2000 quintais de especiarias carregados por Pedro Álvares Cabral, em 1501, ainda que metade da sua esquadra tivesse desaparecido no fundo dos mares, cobriram a despesa duas vezes; João da Nova na terceira viagem à Índia carrega 1550 quintais; quando vai pela segunda vez à Índia (1502), Vasco da Gama regressa com 30.000 quintais; os Albuquerques, por sua vez, trazem 12.000[29].

Perante esta informação é de todo legítimo pensar que a nova rota atlântica não podia deixar de despertar o interesse das principais casas financeiras europeias, que nos primeiros anos do século XVI tentam investir os seus capitais nas expedições que partem do porto de Lisboa rumo ao Índico. Banqueiros e homens de negócios, ou os seus representantes, estabelecem-se em Portugal, vindos do Império alemão e da Itália. Considerando a existência de cinco importantes grupos de capitalistas nestes primeiros tempos de

---

[27] Jorge Borges de Macedo, " A sociedade portuguesa no tempo de Camões", *Diário de Notícias*, Caderno -2, Domingo, 22 de Dezembro de 1991, p.3, apude Catarina Madeira SANTOS, *«Goa é a chave de toda a Índia». Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, p.38.

[28] Cfr. José Manuel CORREIA, *Os Portugueses no Malabar (1498-1580)*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, imp. 1997, p.31.

[29] V. Joaquim Candeias da SILVA, *O Fundador do "Estado Português da Índia" D. Francisco de Almeida 1547 (?) -1510, Lisboa, IN - CM, Imp. 1996*, p.97.

quinhentos: portugueses, cristãos-novos, espanhóis, italianos e alemães[30], eram estes dois últimos os mais relevantes no tecido económico nacional devido ao volume financeiro dos seus investimentos e ao movimento comercial em que estavam envolvidos.

Durante a Idade Média tinham-se incrementado as relações políticas, económicas e culturais com vários locais do Império Sacro Germânico. Os contactos entre a Península Ibérica e o Império faziam-se por duas vias principais: uma que saia por mar dos portos do Mar do Norte; a outra partia por terra da Alemanha meridional (região do Reno), através da Suiça e do sul da França[31]. Uma colónia germânica veio estabelecer-se em Portugal em finais do século XIII, chegando a possuir uma capela própria sob invocação de S. Bartolomeu, na Igreja de S. Julião. Navios alemães frequentavam os portos portugueses levando sal, cortiça, frutas, azeite e vinho. Portugal importava da Baixa Alemanha cereais e madeira; da Alta Alemanha recebia os préstimos de artífices, ferreiros e serralheiros, ourives, paneiros, sapateiros, tanoeiros, impressores, livreiros, encadernadores; adquiria matérias e produtos que aqui escasseavam: metais preciosos, cobre, mercúrio e artigos manufacturados. Este intercâmbio comercial estendeu-se pelas centúrias de quatrocentos e quinhentos. Em 1451 a infanta D. Leonor, irmã de D. Afonso V, casa com o imperador da Alemanha, Frederico III, tendo subjacente este matrimónio o estreitamente das relações políticas entre as duas cortes. Para Portugal vêm alemães em busca de riquezas e de informações trazidas pelas navegações. Tudo indica que uma rede de contactos e apoios aos germânicos funcionaria a partir daqui[32]. Impressores como Valentim Fernandes, Martim Behaim e Jerónimo Münzer, cosmógrafos, oriundos da cidade de Nuremberga, vão deixar relatos da sua passagem por terras portuguesas[33]. Importa lembrar que tradicionalmente aquela cidade do sul

---

[30] Virgínia RAU, "Privilégios e Legislação Portuguesa Referentes a Mercadores Estrangeiros (Século XV e XVI), *Estudos sobre História Económica e Social do Antigo Regime*, Introdução e Organização de José Manuel Garcia, Lisboa, Editorial Presença, imp. 1984, p.210.

[31] Cfr. Hermann KELLENBENZ, *Los Fugger en España y Portugal hasta 1560*, Slamanca, Junta de Castilla y León, Consejería de Educación y Cultura, 2000., p. 7.

[32] Por exemplo, terá sido Valentim Fernandes o interlocutor junto de D. Manuel I de três membros da Sociedade Comercial Anton Welser, Konrad Vöhlin e C.ª, que vêm para Portugal em 1503 em busca de negócios. V. Hermann KELLENBENZ, *Ibidem.*, p.63; e Marion EHRHARDT, A *Alemanha e os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, 1989.

[33] Sobre as relações entre Portugal e a Alemanha V. A.H. Oliveira MARQUES, " Relações entre Portugal e a Alemanha no século XVI", *Portugal Quinhentista* (Ensaios), Lisboa, Quetzal Editores, 1987, pp. 9-32, p.11 e ss. Virgínia RAU, "Alguns Aspectos das Relações Luso-Alemães nos Princípios do Século XVI", *Estudos sobre História Económica e Social do Antigo Regime*, Introdução e Organização de José Manuel Garcia, Lisboa, Editorial Presença, imp. 1984, pp. 285-290; A. A. Marques de ALMEIDA, Capitais *e Capitalistas no Comércio da Especiaria. O Eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549)* [...], enumera os capitalistas alemãs que tiveram negócios em Portugal e com Portugal, pp. 55-62.

da Alemanha era um reconhecido centro erudito e mercantil, onde viviam matemáticos, cosmógrafos, cartógrafos, astrónomos, seguindo com acuidade os Descobrimentos. Não é de estranhar o grande interesse por parte dos mercadores que daí eram naturais numa rota marítima que alcançasse a Índia e o Catai, terras distantes associadas a exóticos riquezas[34].

Várias firmas alemãs que se sentiam mais atraídas por Lisboa - pelas possibilidades de fazer negócios com os produtos ultramarinos[35] -, na sua esmagadora maioria constituídas por famílias de poderosos mercadores, incumbem os seus feitores/representantes de comprar especiarias e outros produtos trazidos pelos navios portugueses. Estas firmas dedicam-se à venda de artigos manufacturados, à exploração de metais preciosos e à especulação financeira, emprestando capitais aos Príncipes Eleitores, ao Imperador, a outros Estados e a particulares. Durante o reinado de D. Manuel, e nos primeiros anos do governo do seu filho, os mercadores alemães, em representação de conhecidas empresas familiares de Augsburgo e Nuremberga, ocorriam em grande número à Casa da Moeda com o intuito de fazer amoedar somas apreciáveis de ouro e prata ao abrigo dos privilégios que os isentavam do pagamento de quaisquer direitos nos metais preciosos que importavam[36]. A debilidade financeira com que as monarquias ibéricas vão conviver a partir de meados do século XVI terá um impacto pernicioso nestas firmas alemãs, arrastando-as para a ruína financeira.

Entretanto, em começos de quinhentos, as sociedades da Europa Ocidental, em especial nos centros eruditos e financeiros, são sacudidas pela notícia das viagens marítimas à Ásia e pela descoberta de um novo continente a Ocidente. As consequências fazem-se sentir na economia europeia, em particular nos principais mercados comerciais e financeiros. É nesse clima de mudança, depois de já terem afluído a Antuérpia[37] as primeiras especiarias,

---

[34] V. Hermann KELLENBENZ, *Op. cit.* p. 17.

[35] Idem, *Ibidem*, p. 17.

[36] Oliveira MARQUES, " Relações entre Portugal e a Alemanha no século XVI" [...], p.15.

[37] Desde finais do século XII que Portugal mantém relações comerciais com a Flandres. Uma feitoria é inclusive fundada na cidade de Bruges, quando a presença portuguesa se torna mais marcantes, e efctiva, em meados do século XIII. Feitoria que muda para Antuérpia em 1499, numa fase de mudança de "Complexo Histórico-Geográfico", coincidindo com a abertura da Rota do Cabo e a chegada dos primeiros carregamentos de especiarias, em 1501, à cidade do Escalda. Esta praça financeira torna-se o centro distribuidor dos produtos africanos e asiáticos na Europa Setentrional, carreados pelos navios portugueses. Antuérpia veio mesmo a transformar-se num pólo central da economia mercantil portuguesa nas primeiras décadas do século XVI. Em 1549 a feitoria fecha, mercê de uma crise financeira que atinge o Império português. V. A. A. Marques de ALMEIDA, "Antuérpia, Feitoria de", *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Direcção de Luís de ALBUQUERQUE, Coordenação de Francisco Contente DOMINGUES, Lisboa, Circulo dos Leitores, 1994, Vol. I, pp. 75-77 e ainda do mesmo autor, Capitais *e Capitalistas no Comércio da Especiaria. O Eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549)* [...], pp. 29-39.

que em 1503 D. Manuel, apercebendo-se do valor do investimento estrangeiro, e por dificuldades de liquidez financeira do seu erário – diga-se em abono da verdade que a capacidade negocial da Coroa foi sendo condicionada pelo papel da Feitoria de Antuérpia e pela posição cimeira dos mercadores alemãs no comércio internacional da prata e do cobre[38] –, atribui amplos privilégios aos mercadores alemãs, que passaram a estar isentos de alguns dos tributos que se exigiam para outros comerciantes[39]. Ficaram dispensados de pagar impostos pelo dinheiro importado, pagando unicamente a dízima pelo latão, cobre, vermelhão, mercúrio, mastros, pólvora, alcatrão, mercadorias necessárias para o comércio africano e asiático. Os comerciantes alemães, que dominavam o rico e amplo mercado consumidor alemão[40] e exerciam o controle das maiores reservas mineiras de prata e cobre da Europa[41], tinham liberdade de compra e venda de mercadorias em todo reino e seus senhorios, isto é, de Portugal à Índia. Para além disso, gozavam da liberdade de instalar feitores no reino, adquirindo vantagens na carga dos seus navios, no despacho de mercadorias na alfândega e nos metais amoedados na Casa da Moeda de Lisboa. Tal conjunto de regalias passou a ser designado por «privilégios dos alemãs», mas rapidamente o Estado português estendeu essas vantagens a outras nacionalidades que reivindicavam o mesmo tratamento, apesar de fazer sentir constantemente a necessidade de mercadorias alemãs: armas, tabuado de navios, tecidos, metais e cereais[42].

Segundo Vigínia Rau, "*Com os privilégios concedidos, D. Manuel e D. João III procuravam escorar [..]a organização de recursos financeiros dos principais núcleos de mercadores europeus, acautelando porém convenientemente os interesses da coroa portuguesa e promovendo, sempre que possível, a comparticipação dos mercadores nacionais*"[43]. Os portugueses, gozando de superioridade técnica, tinham acesso directo aos mercados do Oriente, mas faltava-lhes mercadorias para a troca e sobretudo capital para alcançar o tão

---

[38] Como nos indica os Professor A. A. Marques de Almeida, Capitais *e Capitalistas no Comércio da Especiaria. O Eixo Lisboa -Antuérpia (1501-1549)* [...], p.55.

[39] V. Jean DENUCÉ, " Priviléges comerciaux accordés par les róis de Portugal aux Flamands e aux Allemands (XVe e XVIe siècles)", *Archivo Histórico Português*, vol. VII, n.º 8 e 9, Agosto e Setembro de 1909, 80 e 81, pp. 310-319, p.313.

[40] Essa Alemanha do princípio do século XVI, descrita de forma soberba por Lucien Febvre, dividida politicamente, mas rica; pontuada de prósperas cidades, onde vivem abastados mercadores, cheios de audácia e confiança; cidades onde vive um população numerosa e se constroem grandes fortunas, com base numa economia monetária. V. Lucien FEBVRE, *Martinho Lutero, um destino*, Porto, Edições Asa, 1994, pp. 99 - 106.

[41] Entre os primeiros poderes monetários da Europa, dispunham de acesso às minas do Tirol e Carpatos. V. Hermann KELLENBENZ, *Op. cit.* p. 60.

[42] Virgínia RAU, Op. *cit.*, pp. 207-208.

[43] Idem, *Ibidem*, p.214.

desejado monopólio comercial. Os mercadores estrangeiros não vinham só a Portugal em busca de mercadorias, descarregar e carregar produtos, entregavam-se igualmente ao «comércio de dinheiro» e às operações de empréstimo[44]. Nestas circunstâncias tem interesse apurar a importância da participação dos mais proeminentes grupos financeiros europeus do século XVI, como os Welser, os Fugers ou os Hochstetter, alemães; os Sernigi, Marchioni e Affaitadi italianos, na esquadra liderada por D. Francisco de Almeida. Uma das novidades que aqui se nos depara é a de pela primeira vez tomar parte no comércio da Índia este sector empresarial-comercial privado[45]. Sublinhe-se, desde já, que a despesa com esta Armada, segundo Camasser, andou na ordem dos 250.000 ducados, investimento de uma dimensão apreciável para a época que nunca mais se voltou a realizar nessas dimensões[46].

Tem sido tratada e estudada a questão do financiamento da esquadra que larga para o Indico a 25 de Março de 1505, principalmente no tocante ao financiamento estrangeiro[47], mas talvez não seja de todo despropositado repensar a questão: que razões terão levado D. Manuel a permitir que mercadores estrangeiros pudessem ir comerciar directamente ao Oriente? Não saberiam estes homens de negócio da estratégia que se preparava na Corte de D. Manuel, visando o domínio dos circuitos comerciais no Índico Ocidental, que passava pela construção de fortalezas na costa oriental africana, no Malabar, na entrada do Mar Roxo, desde o cabo da Boa Esperança ao cabo Comorim, e que tinha como objectivo o ouro e as especiarias? Não saberiam os mercadores estrangeiros e os nacionais desta estratégia? Certamente que sim, através das suas bem montadas redes de informação.

Fernão Lopes de Castanheda não esconde que a Corte portuguesa acentuava a importância do factor económico na expedição, e na nomeação de um vice-rei: "*E pera que os negócios da Índia fossem feytos com mores forças, & mais autoridade do que se ateli fizerã lhe pareceo bem de mandar a ela hu capitão mor & gouernador questeuesse dassento por algus annos.*"[48]

---

[44] Idem, *Ibidem*, p. 205.

[45] V. Sofhus RUGE *História da Época dos Descobrimentos*, prefácio e notas em apêndice de Manuel Oliveira Ramos, Lisboa, Livraria Aillau & Bertrand – Livraria Francisco Alves [s.dt.], p.146.

[46] Joaquim Candeias da Silva, *Op. cit.* p.104.

[47] V. Por todos: Manuel Nunes DIAS, *O Capitalismo Monárquico Português (1415-1549). Contribuição para o Estudo das Origens do Capitalismo Moderno*, Vol. II, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1964 pp. 210-212, e bibliografia citada.

[48] Fernão Lopes de CASTANHEDA, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses por [...]*, Livros I, II, III, IV, Introdução e Revisão de M. Lopes e Almeida, Porto, Lello & Irmão – Editores, 1979, p.209.

Em 1505 impunha-se a criação de um «Estado Português da Índia»[49], que englobava, no seu conjunto, todo uma plano político e militar para o Índico. No Regimento que o vice-rei transporta consigo para a Índia, sobressai a forma como o poder português desenha a sua estratégia. Refere o documento: *"levares convosco em estes navyos/os homees que vos parecerem necesarios e que nelles/ podeem hyr, os quaes devem ser taaes como/conveem para o feyto que se ha-de fazer, e asy/ aartilharya e todas as outras armas que parecer// [fol.8] que sam necesarias;"*[50] D. Manuel ordenava ainda que se tivesse o maior cuidado na arrumação do carregamento das naus, que *"toda a nosa especiaria e outras quaesquer/cousas que vierem em fardos venha/liado e trautado de maneira que se nam/ perqua e danefique [...]*, acrescentando que *"como sabes huuma das mais principaes/cousas e que mais compre por nosso serviço he a carregaçam das naaos//[fl. 22 V.] que vãao ordenadas para a carregua, as /quaaes ham de partyr la a tempo[...]"*[51].

As preocupações com o carregamento seguro e atempado das especiarias prendem-se, particularmente, com o cumprimento de contratos estabelecidos. As fortalezas que se construiria na costa oriental africana, em Sofala e Quíloa; a fortaleza do Mar Roxo; a paz a estabelecer com Cochim; os navios que deviam demandar Cambaia e Ormuz, são objectivos que obedeciam a um plano político e militar - domínio do triângulo comercial entre o Malabar, Cambaia e a Costa Oriental africana[52], numa tentativa de ultrapassar as insuficiências de produtos que a Europa tinha para a troca com as economias do Índico. Deste modo, Portugal jogava mão de dois tráficos riquíssimos e muito cobiçados, que se centravam entre o cabo da Boa Esperança e o cabo Camorim: o ouro e as especiarias[53]. Introduzir nos circuitos comerciais locais os próprios agentes vindos de Portugal, ou os seus aliados, que conseguissem essa permissão, parecia ser um dos objectivos da política imperial manuelina.

Mas se inicialmente estrangeiros e particulares tinham autorização para comerciarem no Índico, nos anos seguintes o poder régio tende a conduzir, pelos seus próprios meios, o comércio e as vias que o levavam até ele, estrangulando na sua base a iniciativa privada. Quanto ao posicionamento dos vários grupos sociais na sociedade portuguesa, o estrato nobre ficava incum-

---

[49] Idem, *Ibidem*, p.90.

[50] Regimento de capitão-mor que D. Francisco de Almeida levou para a Índia, Fls 7v.º-8, in Joaquim Candeias da SILVA, *Op. cit.*, Corpo Documental doc. 6, p.261.

[51] *Ibidem* fls 21Vº - 22V.º, in *Op. cit.* pp. 277-278.

[52] João Paulo Oliveira e COSTA, Victor Luís Gaspar RODRIGUES, *Op. cit.*, p.74.

[53] Vitorino Magalhães GODINHO, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Vol. II, Lisboa, Editorial Presença, impr. 1985, p.180.

bido de pôr em prática a política imperial pelas armas, adquirindo um estatuto e uma importância que noutros espaços políticos da Europa não tinha, e que até declinava em detrimento de um outro grupo social ligado ao comércio e à finança[54].

Se é verdade que a força naval que parte de Lisboa no início da Primavera de 1505 deveria salvaguardar os interesses portugueses na costa do Malabar, dando cumprimento a um programa de construção de fortalezas destinadas a recolher mercadorias para carregar os navios[55], não é menos verdade que a percentagem de assuntos de natureza económica, plasmados no Regimento que foi entregue ao primeiro vice-rei da Índia, reflecte esse desiderato, situando-se nos 23%, à frente da navegação com 18%, muito próximo de outros assuntos (justiça, religião, assistência) que tinham 24%, e atrás de temas de natureza político-militar, muito relacionados com aqueles[56]. D. Manuel esperava, pois, vir a controlar o Índico Ocidental nesse ano de 1505.

Não há dúvida que o "poder central" foi o principal investidor na armada comandada por D. Francisco de Almeida, tanto em recursos humanos como materiais. A participação financeira de outras entidades revestia-se, por seu lado, de adiantamento e empréstimo à Coroa, destinado à compra de especiarias[57]. Além de capitais estrangeiros, entraram também capitais portugueses na empresa. Porém, o peso do Estado é tanto maior quanto se sabe que a acompanhar a montagem financeira da empresa comercial, desde fins do século XV, evidenciam-se outros aspectos que têm que ver com técnicas imprescindíveis para a realização das viagens: o abastecimento de esquadras, a jurisdição interna das unidades navais, a disciplina criteriosa na obtenção, guarda e entrega da carga, a técnica de navegar, o aparelho jurídico e militar, intimamente associados à empresa comercial e com o interesse social que despertava[58].

Esse mesmo Estado, na realidade, que alcança os mais altos graus administrativos e burocráticos[59] no princípio do século XVI, tentava solidificar os seus mecanismos de soberania espacial e robustecer as suas estruturas políticas e institucionais, sendo na maioria das ocasiões o empresário, o comparticipante com maior quinhão, o "agente" que arma mais navios, o detentor dos equipamentos e dos meios, dissuasivos, de força (a utilizar em caso de

---

[54] Idem, *Ibidem*, loc. cit.

[55] Catarina Madeira SANTOS, *«Goa é a chave de toda a Índia»*. [...] p.40.

[56] Joaquim candeias da SILVA, *Op. cit.*, p.97.

[57] Idem, *Ibidem*, p.103.

[58] Maria do Rosário S. Themudo Barata A. CRUZ, *Op.cit.*, p.17.

[59] Manuel Nunes DIAS, *O Capitalismo Monárquico Português (1415-1549). Contribuição para o Estudo das Origens do Capitalismo Moderno*, Vol. I, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1963, pp. 408-409.

necessidade), o investidor mais importante, que possui uma máquina burocrática de funcionários e servidores nas praças financeiras mais desenvolvidas ou nos mercados exportadores de produtos[60]. Contudo, como temos vindo a referir, a grande novidade desta armada (que parte para o Malabar em Março de 1505), é ser alvo de um significativo investimento privado, e estrangeiro em particular, a que não é estranho o interesse desses mesmos capitais externos nas armadas que se seguiram a 1502[61]. A 1 de Agosto de 1504, D. Manuel autoriza uma sociedade de comerciantes alemãs e italianos a incorporarem três navios na esquadra que nesse ano se supunha partir para o Índico. Ora a nomeação de uma autoridade, como um vice-rei, com plenos poderes em diferentes domínios, tem subjacente um aprofundamento e ampliação quer das relações diplomáticas, quer das relações sócio-económicas nos mares do Oriente[62].

Capitalistas italianos liderados por Bartolomeo Marchione, por um lado, e dois grupos de alemães: os Welser e Voehlin, representados por Lucas Rem; os Fugger, Hoechstetter, Imhof e outros, investiram 29. 400, 20. 000 e 16. 000 cruzados, respectivamente, na armação de três navios da armada capitaneada por de D. Francisco de Almeida[63]. Os Welser, com 20.000 cruzados, eram a maior participação na empresa; os Fugger deram, como Hoechstetter, 4.000; os Imhof e os Gossembrot 3.000 cada um; os Hirschvogel 2000; os restantes 31.400 cruzados saíram dos bolsos dos florentinos[64]. De entre estes últimos mercadores, Marchione[65] destacava-se como empreendedor. Importante mercador e banqueiro florentino, que viveu em Lisboa entre o último quartel do século XV e o primeiro do século XVI, chegando a casar com uma mulher portuguesa, e que aparece ligado, desde muito cedo, ainda no reinado de D. João II, aos negócios ultramarinos a financiar expedições ultramarinas. É de realçar o papel dos italianos no comércio português do século XV. Constituíam, como lembrou Virgínia Rau[66], o mais importante grupo estrangeiro em Portugal, no que respeitava aos capitais e técnica bancária.

Do lado alemão, os Welser[67] haviam-se tornado das "casas" comerciais

---

[60] Tal como nos diz a Professora Maria do Rosário S. Themudo Barata A. CRUZ, *Op.* cit., p.14.

[61] Segundo Manuel Nunes DIAS, *Op. cit.* Vol. II, p.210.

[62] João Paulo Oliveira e COSTA, Victor Luís Gaspar RODRIGUES, *Op. cit.*, p. 73

[63] Vitorino Magalhães GODINHO, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, ed. cit., vol. III, imp. 1987, p.58.

[64] Hermann KELLENBENZ, , *Los Fugger en España y Portugal hasta 1560,*[...], p.61.

[65] Vamos seguir a informação de A. A. Marques de ALMEIDA, "Marchione, Bartolomeo, *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Direcção de Luís de Albuquerque, Coordenação de Francisco Contente Domingues, Lisboa, Circulo dos Leitores, 1994, Vol. II, p.685.

[66] Virgínia Rau, *Op.* cit., p.206.

mais importantes da Alemanha do Sul, situando a sua sede em Ausburgo. Depois da morte de Bartolomeu, os irmãos Lucas e Ulrich Welser continuaram a fazer negócios, mantendo sucursais e relações comerciais com Veneza, Milão e Florença, Colónia, Francoforte e Lipsia. Dedicavam-se à exploração de minas, comércio de têxteis e especiarias. Contam-se entre os mercadores germânicos que mais cedo despertaram para o comércio com o Índico. Anton Welser forma uma companhia com Konrad Vöhlin, após a morte de Lucas Welser (1495). Simon Seitz, representante da firma, estabelece com D. Manuel um contrato em que os Welser compram mercadorias à taxa de 5 %. A 1 de Agosto de 1504, Lucas Rem, outro dos representantes da família em Portugal, conclui com sucesso novo contrato com o «Venturoso», para participação na expedição que se avizinhava, com comando de D. Francisco de Almeida. Lucas Rem ficará em Portugal de 8 de Maio de 1503 a 27 de Setembro de 1508, vendendo cobre, chumbo, cinábrio, mercúrio, panos da Flandres e cereais; comprando, em troca, especiarias, marfim, azeite, vinho, figos, frutos frescos. Lucas Rem enviava frequentemente navios à Madeira, Açores, Cabo Verde, Barbaria.

A outra grande "empresa" alemã a participar na viagem à Índia, em 1505, foram os Fugger. Sociedade familiar que se tinha imposto como um poderoso grupo comercial e financeiro em meados do século XV. Através de uma hábil "política" de investimentos, haviam-se entregado aos negócios da "nova" economia com tenacidade, ao mesmo tempo que encetavam uma série de matrimónios vantajosos, procurando alargar a sua base de apoio, e a fortuna, entre outras empresas mercantis. Em 1494, a riqueza dos irmãos Ulrich, Georg e Jakob, já ascende a 54.000 florins[68]. Será o mais novo dos irmãos, Jakob, a alcançar um lugar chave na empresa, convertendo-se em seu dono absoluto no ano de 1510. Ao entesouramento inicial seguiu-se os investimentos, preferencialmente, nas minas de metais preciosos da Europa Central e nos negócios ultramarinos, não escapando a especulação financeira e os empréstimos a poderosos (Imperador, nobres, Igreja). No final do século XV, esta empresa familiar alemã dispunha de duas saídas para o comércio exterior: Veneza e Antuérpia. É no porto do Escalda que se vão estabelecer os primeiros contactos com a Coroa portuguesa[69]. E foi por aí que Jakob Fugger preferiu fazer os seus negócios. Em 1505 não deixava escapar a oportunidade que se lhe oferecia, de investir directamente numa poderosa armada que iria impor a sua força no Índico, para possibilitar uma maior segurança ao comércio entre a Europa e a Ásia, por meio do transporte e frete marítimo, o que se tornava uma mais-valia, numa época

---

[67] Sobre os Welser, V. Hermann, KELLENBENZ, "Welser", *Dicionário de História de Portugal*, Dir. de Joel Serrão, Vol. IV, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1965, pp. 348-349.

[68] Hermann KELLENBENZ, , *Los Fugger en España y Portugal hasta 1560*,[...], p. 19.

[69] Idem, *Ibidem*, p.60.

dominada pela insegurança, pelas dificuldades e riscos com que frequentemente os mercadores se debatiam quanto à segurança dos seus bens[70].

D. Manuel impusera condições ao consórcio italo-alemão, entre outras, recrutarem entre os portugueses os capitães e toda a equipagem dos seus navios, que ficariam sob o comando centrado na figura do capitão-mor da esquadra. Era permitido, contudo, seguir um agente alemão em cada navio. Tem-se conhecimento de dois estrangeiros: Hans Mayer, que seguia na nau "S. Rafael", um dos navios dos mercadores estrangeiros, por escrivão da feitoria; na ""São Leonardo", navio também entregue ao consórcio, seguia Balthasar Sprenger, feitor dos Welser; o outro navio dos mercadores italianos e alemãs era a nau "S. Jerónimo". As três naus," S. Leonardo" ("Leonarda" como era conhecida), "S. Rafael" e "S. Jerónimo" foram vendidas a Marchione, muito provavelmente antes do início da viagem[71]. O Capital desta sociedade totalizava 66.000 cruzados[72], como se apontou. Não deixava de ser um "capital de risco", o que não era razão suficiente para fazer abrandar os seus investidores. Do lado dos alemães grande parte do investimento era da Liga Comercial da Suábia, de onde convergiam três cidades: Augsburg, Nuremberg, Ulm[73].

O financiamento privado também foi permitido a capitalistas portugueses. Fernando de Noronha, um cristão-novo, detinha direitos na nau "S. Cristovão" em sociedade com Duarte Correia, Afonso Caldeira, Afonso Jorge, Luís da Maya; Gonçalo Rodrigues Correia investia na "S. Rafael"; Rui de Brito e Fernão Chamorro na nau "Madalena"[74]. Os negociantes particulares deviam entregar à Coroa cerca de um quarto das especiarias carregadas, e mais cinco por cento para as obras do mosteiro que se estava a construir em Belém, como forma de imposto. Os três navios, na posse dos estrangeiros, trouxeram 13.800 quintais de especiarias[75]. O êxito capitalista da expedição era evidente. Mas o contrato acabou por ser violado pelo rei português[76], temendo que os comerciantes pudessem, ao disporem de tão grande quantidade de especiarias, provocar uma baixa acentuada de preços. A primeira acção foi expropriar os bens dos mercadores-banqueiros depositando-os na Casa da

---

[70] V. Lucien FEBVRE, "Le Marchand du XVIe Siècle", *Pour une Histoire à part entière*, Paris, SEVPEN, 1962, pp. 432-433.

[71] Segundo J. Lúcio de AZEVEDO, *Épocas de Portugal Económico* [...], p.95.

[72] V. Gráficos em anexo.

[73] António Alberto Banha de ANDRADE, *Mundos Novos do Mundo. Panorama da Difusão, pela Europa, de notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1972, Vol. I p.350

[74] Joaquim Candeias da SILVA, *Op. cit.*,p.104.

[75] J. Lúcio de AZEVEDO, *Op. cit.*, p. 105.

[76] Os armadores estrangeiros terão um longo pleito com o «Venturoso». Cfr. Sophus RUGE, *Op. cit. p. 149.*

Índia. Outras das razões apontadas para a quebra do vínculo contratual parece dever-se, também, à proliferação das quintaladas por outros particulares[77]. Prática corrente nas primeiras cargas: os oficiais, elementos da guarnição e outros elementos a quem o Rei queria fazer mercê, tinham o direito de transportar certas quintaladas (quintais de pimenta) no porão dos navios, mediante o pagamento de quarto e vintena (taxa de 25 %), acrescido de 5% para a construção do Mosteiro de Sª Maria de Belém. Esta proliferação de quantias de pimenta "avulsa" por particulares não satisfazia a Coroa, que apostava no negócio da Pimenta como fonte segura de lucros e proventos[78].

Em face do rompimento do acordo inicial, os Welser, um dos grupos visados, receberam uma indemnização paga em açúcar[79]. Esta terá sido uma das causas que levou os alemães e outros empreendedores estrangeiros a não repetirem a "aventura" que levaram a cabo em 1505. A norma imposta pela Estado português até se tornava, em certo sentido, favorável aos grupos mercantis; um feitor representando a Coroa era a única pessoa autorizada a executar as compras e vendas das especiarias. Em Lisboa, o vedor da Fazenda negociava a mercadoria por todos, quer fosse o próprio Estado, particulares e donos das quintaladas[80]. A pratica mais comum, era a Coroa pagar aos importadores o preço que fixava, dispondo em seguida da totalidade quando e como lhe convinha[81]. E compreende-se bem porquê. Se é verdade que esta é a forma encontrada para os preços não sofrerem uma baixa "catastrófica" para os interesses da Coroa, repara-se que com todos os entraves impostos aos particulares em 1505, mesmo assim, o investimento rende 175% de lucro[82]. Este valor dá-nos uma ideia do ritmo e do valor do tráfego de mercadorias que chegavam pela Rota do Cabo. O lucro da empresa liderada pelos Welser vai elevar-se a 142% em 16 anos, isto é, 9% por ano. Rendimento elevado, mas ainda assim inferior aos Fugger, que irão atingir os 54% por ano[83], nos anos seguintes. Sem ter muito trabalho na arrecadação dos produtos, obtenção e transporte, as especiarias acorriam na mesma às empresas germânicas. Estes mercadores lucraram e muito, durante todo o período em que Portugal domina as vias de saída de produtos no Oriente.

---

[77] Luís Filipe F. R. THOMAZ, *A Questão da Pimenta em Meados do Século XVI. Um debate Político do Governo de D. João de Castro*, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa/Universidade Católica Portuguesa 1998, 68.

[78] Idem, *Ibidem*, p.69.

[79] A. A. Marques de ALMEIDA, Capitais *e Capitalistas no Comércio da Especiaria. O Eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549)* [...], p.57.

[80] J. Lúcio de AZEVEDO, *Op. cit.*, p.99 e 111.

[81] Idem, *Ibidem*, p.111.

[82] O historiador alemão Sofhus RUGE, *Op. cit.*, p.148, situa esse lucro nos 150%, como já tinha notado Manuel Nunes DIAS, *Op. cit.* 212.

[83] R. EHRENBERG, *Le Siècle des Fugger*, Avant-propos de Lucien FEBVRE, Paris, SEVPEN, 1955, p. 91.

Em resumo, a ausência de um vigoroso mercado interno e a falta de um aparelho produtivo nacional que possibilitasse a exportação de produtos, nomeadamente manufacturados, ao que se aliou o excessivo o peso do Estado (afastando o investimento privado), levou a Coroa portuguesa para as mãos da finança internacional. Através das despesas colossais com o Império, dispondo de uma burocracia atávica que fazia aumentar a níveis insuportáveis a despesa pública, num crescendo de ano para ano, o país foi-se endividando, tudo importando. O resultado final saldou-se no larvar de uma grave crise financeira que acomete o Estado português a partir de meados do século XVI, e que terá a sua continuidade nos séculos seguintes.

A participação de particulares no investimento da esquadra do primeiro vice-rei da Índia é digna de registo. Aproveitando as oportunidades que se lhe ofereciam, escudando-se na força naval portuguesa para abrir o comércio oriental aos europeus, decerto dispondo de informações privilegiadas sobre a grossa armada que iria partir a 25 de Março de 1505, italianos e alemães, juntamente com alguns cristãos-novos, consorciam-se para irem directamente ao Índico. Entre os 15 navios grandes que compõem a imponente força naval, 5, ao que se sabe, são propriedade privada, ou têm participação de capitais privados. Realidade que não se repetiu nas armadas seguintes. Ou pelo menos nesta dimensão. A política régia foi noutro sentido, procurando o monopólio mais completo[84]. A estatização económica, nas palavras de Manuel Nunes Dias, seria a forma que a política institucional portuguesa encontrou no século XVI para salvaguardar o poder real[85]. Terá que se tomar em atenção, na mesma linha de observação, os momentos em que a Coroa portuguesa se enredou numa teia de negociações, contratos e disputas com os mercadores estrangeiros, quase sempre italianos e alemães, estes lutando pelo contrato da especiaria e dos fornecimentos de cobre enquanto o poder central português ficava refém dos adiantamentos financeiros daqueles[86].

De 1506 em diante é o Estado que arma os navios (haverá algumas excepções neste campo) da Rota do Cabo, faz a compra das mercadorias e dos metais preciosos que se destinam ao Oriente para a troca, e monopoliza o processo de importação, e posterior venda, das especiarias. A máquina estatal a partir de então tudo faz para controlar o comércio externo de um reino em expansão económica e territorial. A esquadra comandanda por D. Francisco de Almeida, em 1505, é por isso mesmo uma novidade e um caso particular na história das navegações portuguesas.

---

[84] Como refere Vitorino Magalhães GODINHO, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial [..]*, Vol. III, p.58

[85] Manuel Nunes DIAS, *Op. cit.*, p.410.

[86] A. A. Marques de ALMEIDA, Capitais e Capitalista [...], p.4.

Anexo I

Privilégios concedidos aos mercadores alemães (1503-1510)

1503 – Letras e privilégio de D. Manuel aos mercadores alemães – 13 de Fevereiro;

1504 – Alvará de 3 de Outubro concedendo juiz privativo aos alemães;

1508 – Alvará de 16 de Março, nomeando juiz privativo para os alemães;

1509 – Carta Régia de 30 de Agosto – Privilégio aos mercadores alemães;

1510 – Carta Régia de 22 de Fevereiro, declarando vizinhos da cidade de Lisboa os mercadores alemães;

Fonte: Vítor RIBEIRO, "Privilégios de Estrangeiros em Portugal (Ingleses, Franceses, Alemães, Flamengos e Italianos) ", *História e Memórias da Academia das Sciências de Lisboa,* Nova série, 2ª Classe, Sciencias Morais, políticas e belas Letras, Tomo XIV, n.º 5, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1917, p.27.

Anexo II

Quadro I
Particulares que investiram na Esquadra do 1ª Vice-Rei (Março 1505)

Welser e Vochlin	**20.000 Cruzados**
Gossembrot	**3.000 Cruzados**
Fuggers	**4.000 Cruzados**
Hochsteter	**4.000 Cruzados**
Hirshvogel, Imhof e outros	**5.600 Cruzados**
Genoveses e Florentinos	**29.400 Cruzados**
Fernando de Noronha, Duarte	**Nau "S. Cristóvão"***
Correia, Afonso Caldeira,	
Afonso Jorge, Luís da Maia	
Gonçalo Rodrigues Correia	**Nau "S. Rafel"***
Rui de Brito e Fernão Chamorro	**Nau "Madalena"***
	Total (conhecido): 66.000 Cruzados

*** Não se encontrou o valor do investimento.**

Fonte: ANDRADE, António Alberto Banha de, *Mundos Novos do Mundo. Panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses*, Lisboa, J.I.U., 1972, p.350; SILVA, Joaquim Candeias da, *O Fundador do "Estado Português da Índia" D. Francisco de Almeida 1547 (?) -1510,* Lisboa, IN - CM, Imp. 1996 p. 104; CRUZ, Barata, A *Sistemas de Distribuição das Cargas nas Armadas da Índia*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988; Vitorino Magalhães GODINHO, *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, Vol. II, Lisboa, Editorial Presença, impr. 1985; Manuel Nunes DIAS, *O Capitalismo Monárquico Português (1415-1549). Contribuição para o Estudo das Origens do Capitalismo Moderno*, Vol. II, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de Estudos Históricos Dr. António de Vasconcelos, 1964 pp. 210-212; Hermann KELLENBENZ, *Los Fugger en España y Portugal hasta 1560,* Slamanca, Junta de Castilla y León, Consejería de Educación y Cultura, 2000., p.61.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

1. DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA

INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/ TORRE DO TOMBO

Chancelaria de D. Manuel I, Livros – 1, 11, 12, 13, 14,15, 16, 17, 18, 23, 25, 27,28,30, 31,32, 35, 36, 37, 39, 42, 44, 52.

Núcleo Antigo, n.º 701.

2. FONTES IMPRESSAS

BARROS, João de, *ÁSIA, Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriental,* edição fac-similada, 4ª Ed. Revista e Prefaciada por António Baião, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, 3 vols. Reedição, Lisboa, I.N- C-M, 1988- 1992.

CASTANHEDA, Fernão Lopes de, *História Do Descobrimento e Conquista da Índia Pelos Portugueses*, introdução e revisão de Manuel Lopes de Almeida, Porto, Lello&Irmão-Editores, 1979.

FALCÃO, Figueiredo, *Livro em que se contem toda a fazenda e real património dos Reinos de Portugal*, Lisboa, 1607.

MACHADO, José Pedro e CAMPOS, Viriato, *Vasco da Gama e a sua viagem de Descobrimento*, com Ed. Crítica e leitura actualizada do relato anónimo da viagem, Lisboa, Edição da Câmara Municipal de Lisboa, 169

Estudos e Obras de Consulta Geral

ALMEIDA, A.A. Marques de, " A Viagem de Vasco de Gama e a sua repercussão económica na Europa", Portugal no Mundo, Alfa, Lisboa, 1988,

Vol. II, pp. 11-20.

- *Capitais e Capitalistas No Comércio Da Especiaria. O Eixo Lisboa-Antuérpia (1501-1549). Aproximação a um Estudo de Geofinança.* Lisboa, Edições Cosmos, 1993.

- Aritmética *Como Descrição Do Real (1519-1679. Contributos Para a Formação da Mentalidade Moderna em Portugal.* 2 Vols., Lisboa, I.N.-C.M., 1994.

- "Antuérpia, Feitoria de", *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Direcção de Luís de Albuquerque, Coordenação de Francisco Contente Domingues, Lisboa, Circulo dos Leitores, 1994, Vol. I, pp. 75-77.

- "Marchione, Bartolomeo", *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, Direcção de Luís de Albuquerque, Coordenação de Francisco Contente Domingues, Lisboa, Circulo dos Leitores, 1994, Vol. II, p.685.

ANDRADE, António Alberto Banha de, *Mundos Novos do Mundo. Panorama da difusão, pela Europa, de notícias dos Descobrimentos Geográficos Portugueses*, Lisboa, J.I.U., 1972.

AZEVEDO, J. Lúcio de, *Épocas de Portugal Económico*, 3ª Ed. Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1973.

BARATA, Maria do Rosário De Sampaio Themudo, *Rui Fernandes de Almada – Diplomata Português do Século XVI*, Lisboa, Instituto de Alta Cultura, Centro de Estudos Históricos, 1971.

BARRETO, Luís Filipe, *Lavrar o Mar. Os Portugueses e a Ásia c. 1480-c.1630*, Lisboa, Comemorações para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000.

BRAUDEL, Fernand, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo*, 2ª Edição, 2 Vols., Lisboa, Publicações D. Quixote, 1995.

- *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII.* Tomo II-Os Jogos Das Tocas, Lisboa -Rio de Janeiro, Edições Cosmos, 1985.
CASTRO, Armando de, *As ideias económicas no Portugal medievo (Séculos XIII a XV)*, Lisboa, Instituto de Cultura Portuguesa, 1978.

COELHO, António Borges, *O Tempo e os Homens*, Questionar a História – III, Lisboa, Caminho, 1996.

CORREIA, José Manuel, *Os Portugueses no Malabar (1498-1580)*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, imp. 1997.

COSTA, João Paulo Oliveira e; RODRIGUES, Victor Luís Gaspar, *Portugal y Oriente: El Projecto Indiano del Rey Juan*, Madrid, Editorial Mapfre

CRUZ, Maria Leonor García da, *A Governação de D. João III: A Fazenda Rela E OS Seus Vedores,* Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2000.

CRUZ, Barata, A *Sistemas de Distribuição das Cargas nas Armadas da Índia*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988. (V. Também: BARATA, Maria do Rosário S. Themudo).

DENUCÉ, Jean, " Priviléges comerciaux accordés par les róis de Portugal aux Flamands e aux Allemands (XVe e XVIe siècles)", *Archivo Histórico Português*, vol. VII, n.º 8 e 9, Agosto e Setembro de 1909, 80 e 81, pp. 310-319.

DIAS, Manuel Nunes, *O Capitalismo Monárquico Português (1415-), Contribuição para o estudo das origens do capitalismo moderno*, 2 Vols. Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra- Instituto de Estudos Históricos Dr. António Vasconcelos, 1963-1964.

EHRENBERG, R., *Le Siècle des Fugger*, Avant-propos de Lucien FEBVRE, Paris, SEVPEN, 1955.

EHRHARDT, Marion, A *Alemanha e os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, 1989.

FEBVRE, Lucien, "Le Marchand Du XVIe Siècle, [...] *Pour une Histoire à part entière*, Paris, SEVPEN, 1962, pp. 428-453.

- *Martinho Lutero, um destino*, Porto, Edições Asa, 1994.

GODINHO, Vitorino Magalhães, Os Descobrimentos e a Economia Mundial, 2ª ed. Correcta e ampliada, 4 vols., Lisboa, Editorial Presença, 1983-1987.

- "Flutuações económicas e devir estrutural do século XV ao século XVII", *Ensaios*, Lisboa, Sá da Costa, 1978, Tomo II.

-"Ciclo", *Dicionário de História de Portugal* [...] Vol I, pp. 572-574.

- "Complexo Histórico-Geográfico", *Dicionário de História de Portugal*, Dir. de Joel SERRÃO, Vol. I Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963, pp. 644-649.

KELLENBENZ, Hermann, *Los Fugger en España y Portugal hasta 1560,* Slamanca, Junta de Castilla y León, Consejería de Educación y Cultura, 2000.

- "Welser", *Dicionário de História de Portugal*, Dir. de Joel Serrão, Vol. IV, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1965, pp. 348-349.

LENCASTRE, Francisco Salles, *Estudo sobre as Portagens e as Alfandegas de Portugal (séculos XII a XVI)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.

LOBO, A. de Sousa Silva Costa, *História da Sociedade em Portugal no século XV*, Prefácio de José Matoso, Lisboa, Edições Rolim, 1984.

MAGALHÃES, Joaquim Romero de "A estrutura das trocas", *História de Portugal*, Direcção de José Mattoso, Terceiro Volume – "No Alvorecer Da Modernidade (1480-1620), Lisboa, Circulo dos Leitores, pp. 315-353.

MARQUES, A.H., *História de Portugal desde os tempos Pré-históricos a Marcelo Caetano*, Vol. I, Lisboa, Palas Editora, 1973.

- "Relações entre Portugal e a Alemanha no século XVI", *Portugal Quinhentista* (Ensaios), Lisboa, Quetzal Editores, 1987, pp. 9-32.

RAU, Virgínia, *Estudos de História*. 1° Volume – Mercadores, Mercadorias, Pensamento Económico, Lisboa, Editorial Verbo, 1968.

- "Alguns Aspectos das Relações Luso -Alemães nos Princípios do Século XVI", *Estudos sobre História Económica e Social do Antigo Regime*, Introdução e Organização de José Manuel Garcia, Lisboa, Editorial Presença, imp. 1984, pp. 285-290.
- "Privilégios e Legislação Portuguesa Referentes a Mercadores Estrangeiros (Século XV e XVI), *Estudos sobre História Económica e Social do Antigo Regime*, Introdução e Organização de José Manuel Garcia, Lisboa, Editorial

Presença, imp. 1984.

- *Feitores e Feitorias «Instrumentos» do Comércio Internacional Português no século XVI, Sep da Brotéria vol. LXXXI (1965 (pp. 458-478),* Lisboa, Edições Brotéria, 1966.

RUGE, Sofhus, *História da Época dos Descobrimentos*, prefácio e notas em apêndice de Manuel Oliveira Ramos, Lisboa, Livraria Aillau & Bertrand – Livraria Francisco Alves [s.dt.].

SANTOS, Catarina Madeira, *«Goa é a chave de toda a Índia». Perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

SILVA, Joaquim Candeias da, *O Fundador do "Estado Português da Índia" D. Francisco de Almeida 1547 (?) -1510, Lisboa, IN - CM, Imp. 1996.*

SIMÕES, Alberto Veiga, *Estudos de História*, Apresentação de A.A. Marques de Almeida, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004.

THOMAZ, Luís Filipe F.R., "Expansão Portuguesa e Expansão Europeia – Reflexões em Torno da Génese dos Descobrimentos", *De Ceuta a Timor*, 2ª Ed. Lisboa, Difel, 1998.

- *A Questão da Pimenta em Meados do Século XVI. Um debate Político do Governo de D. João de Castro*, Lisboa, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa/Universidade Católica Portuguesa 1998.

WALLERSTEIN, Immanuel, *O Sistema Mundial Moderno.* Vol. I - *A agricultura capitalista e as origens da economia-mundo europeia no século XVI*, Porto, Edições Afrontamento, S/dt.(1990?).

A Nau Nova
Maquetista Manuel A. Da Silva Carrelhas

NÃO FORNECEU O TEXTO

SUB-TEMA III

ESTRATÉGIA E PODER NAVAL

Condicionalismos estratégicos para a criação do primeiro império europeu no Índico
Dr. Fernando C. Martins de Almeida

D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque, construtores do Império
Prof. Doutor António Manuel de Andrade Moniz
e Dr.ª Maria Celeste Moniz

Um tratado, duas perspectivas: o De Navigation Libri Tres (1549) de Diogo de Sá
Prof. Doutor José Augusto Mourão
e Dr.ª Ana Cristina Costa Gomes

Gaspar da Índia e a génese da estratégia manuelina no Índico
Prof. Dr. Luís Filipe F. Reis Thomaz

RELATÓRIO DOS TRABALHOS. CONCLUSÕES
2TEN Dr. Carlos M. Baptista Valentim

CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO
A herança de D. Manuel I e de D. Francisco de Almeida
Dr. José Manuel Garcia

Condicionalismos estratégicos para a criação do primeiro império Europeu no Índico

Dr. Fernando C. Martins de Almeida

Preâmbulo

Ao longo da História do mundo existiram várias civilizações, umas com períodos de duração mais longos outras mantendo a sua coesão em períodos mais curtos, ou acabando por ser assimiladas por outras mais poderosas. O que sempre aconteceu foi existirem relações entre essas civilizações, que se podem distinguir essencialmente em dois tipos: relações comerciais amistosas que permitiam a troca de produtos, beneficiando todas as partes envolvidas, ou, por outro lado, conflitos militares resultantes de disputas territoriais ou comerciais em que só beneficiavam os povos que conseguiam vencer as contendas militares, subjugando os restantes. A civilização Chinesa encontra-se entre as mais antigas. A civilização Europeia, mais recente, caracteriza-se pela sua homogeneidade cultural, deixada pelo legado do império Romano e em torno da Religião Cristã.

Os Impérios e as políticas imperialistas resultam da ocupação territorial ou do domínio militar e económico de povos, por outros mais fortes. No entanto, a criação do Império Português no Oriente resultou de uma tentativa pacífica de estabelecimento comercial, mal sucedida no início, que só se concretizou pela imposição das armas, e da superioridade militar e naval dos Portugueses em relação aos povos das diversas regiões do Índico. O Estado da Índia foi uma estrutura administrativa que se criou no Oriente, dirigida por um Governador nomeado pelo Rei, da sua confiança, com autoridade suficiente para coordenar e centralizar os meios militares e as políticas régias, visto que o tempo médio de uma viagem de ida e volta à Europa pela rota do Cabo da Boa Esperança era de dois anos. D. Francisco de Almeida foi o primeiro fidalgo a quem D. Manuel confiou a missão de dirigir e expandir o comércio com o Oriente com o título de Vice-rei, devido ao seu prestígio. Tendo iniciado o seu governo em 1505 conseguiu desempenhar essa tarefa com sucesso, assegurando o controlo das feitorias e possessões envolventes portuguesas, e o tráfego regular da Carreira da Índia.

Esta política comercial de Além-Mar promovida pelos monarcas portugueses era favorável para o País, visto que beneficiava a população na maioria dos estratos sociais. Das causas que motivaram esse empreendimento podem-se distinguir três em particular: a continuação da expansão para sul, iniciada desde a fundação da nacionalidade, com o movimento da Reconquista Cristã; a vocação bélica da sociedade com a Nobreza de armas a ocupar uma posição

dominante e da qual o rei dependia para exercer o seu poder e a sua autoridade; e o outro factor que favoreceu a expansão ultramarina foi o carácter marítimo do território Português, em que cerca de cinquenta por cento da fronteira se encontra no litoral, no Oceano Atlântico.

À data da chegada da armada de Vasco da Gama, em 1498, os Turcos eram o único povo com pretensões hegemónicas nesse Oceano. Os Portugueses souberam explorar bem as rivalidades entre os potentados locais, e, as oportunidades para imporem o seu domínio no Oriente, com a sua superioridade naval. Outra pendência vantajosa para Portugal foi o abandono por parte dos Chineses da politica de expansão comercial no Índico, cerca de cinquenta anos antes de os Portugueses terem aí chegado, visto que dispunham de navios chamados juncos maiores que as naus europeias. Desde 1498, notabilizaram-se vários comandantes com feitos diplomáticos e militares na Índia. Podem contar-se entre eles, além do Vice-Rei D. Francisco de Almeida, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, Duarte Pacheco Pereira e Afonso de Albuquerque.

Situação política e estratégica na Europa no século XV

Após ter resistido a várias invasões e incursões de outros povos[1], durante a época da Idade Média, a Civilização Europeia deparou-se, na generalidade, com crises internas graves, que se alastraram por todo o continente. Entre as situações mais sérias que surgiram podem-se contar as epidemias e as guerras entre Estados. A grande epidemia que veio a ficar conhecida por Peste Negra surgiu no Oriente, sendo trazida através das linhas de comércio. Consta que terão sido os Genoveses os transportadores desse flagelo para o Ocidente, desde a feitoria que tinham em Caffa na Crimeia, começando-se a verificar esses efeitos em Marselha em 1347.

Sobre a guerra podem-se distinguir várias situações. Além da guerra dos Cem Anos que se verificou entre a Inglaterra e a França, no período compreendido de 1337 a 1457, ocorreram vários confrontos e disputas militares entre os Aragoneses e Italianos pelo controlo do Mediterrâneo Ocidental, e, entre a Hansa e os reinos escandinavos pelo controlo do Báltico. Em vários Estados ocorreram conflitos internos. Foram também organizadas várias expedições pelos países europeus com a intenção de impedir o avanço do islamismo nos Balcãs, sem sucesso. As forças cristãs foram derrotadas em Nicópolis em 1396 e em Varna em 1444. Melhor sorte tiveram os governantes de Castela e Aragão ao conseguirem apoderar-se do reino de Granada em 1492.

Enquanto as tribos Turcas se iam expandindo na Ásia Menor desde o século XI, verificava-se o mesmo por parte dos reinos Cristãos na Península

Ibérica no mesmo período. Os sultões Otomanos começaram a lançar incursões nos Balcãs desde 1352, quando se apoderaram de fortalezas na Trácia. Na Península Ibérica, o reino de Portugal consolidou a delimitação das suas fronteiras em meados do século XIII. Desde essa altura até ao início do século XV verificou-se aí uma consolidação do poder interno e um desenvolvimento razoável da economia. Porém, encontrando-se este país de dimensão média numa posição periférica em relação ao resto da Europa começaram-se a realizar desde cedo experiências de comércio além-mar. Este país encontrava-se a meio caminho das rotas marítimas entre o norte e o sul da Europa.

Foram várias as transformações que aconteceram no mundo europeu do século XV[2]. Em primeiro lugar começou a verificar-se um crescimento demográfico na segunda metade do século XV, contrariando a tendência dominante do século anterior. Esse crescimento da população revelou-se pouco homogéneo entre as diversas regiões da Europa, mas progressivo na generalidade. Outro facto importante a ter em atenção é o aumento da população nas cidades que se tornou visível, demonstrando necessariamente um aumento da capacidade de produção agrícola e do comércio, o que iria permitir o abastecimento desses centros urbanos. Foi essencialmente na região circundante do norte de Itália que se verificou um crescimento mais intenso do comércio e das indústrias artesanais. Surgiu também nessa zona o movimento cultural do Renascimento dos valores da Antiguidade Clássica, que se iria espalhar por toda a Europa.

Do ponto de vista militar verificaram-se inovações nas técnicas[3], nas tácticas e na forma de fazer a guerra entre os povos europeus. As autoridades eclesiásticas faziam o que podiam para tentar disciplinar as massas beligerantes de homens, que cada vez mais faziam da guerra um modo de vida. Alguns teólogos cristãos legitimavam inclusivamente algumas guerras, *genericamente falando, as que eram travadas sob a autoridade de um superior legítimo em favor de uma causa justa*[4]. Mas, esforçavam-se em grande medida por tentarem canalizar esse potencial belicista para o combate contra povos infiéis, que não professassem a religião Cristã. A frequência de confrontações militares levou à elaboração de uma codificação de leis para a realização de operações desse género. Uma das principais razões porque isto aconteceu foi o surgimento da nova profissão dos mercenários, ou seja, a nobreza militar, em que os fidalgos de poucas posses sob o ponto de vista financeiro faziam da guerra o seu ofício.

A pólvora foi uma inovação técnica originária da China e utilizada com sucesso pelos otomanos contra os povos europeus nos Balcãs. Mas, as nações europeias também se aperceberam desde cedo do potencial das armas de fogo. Quando os Portugueses chegaram ao Oriente em 1498 constataram os benefícios da superioridade desses armamentos que desenvolveram. *A artilharia*

europeia era incomparavelmente mais poderosa do que qualquer canhão alguma vez fabricado na Ásia, e não é difícil encontrar, em textos contemporâneos, ecos do misto de terror e surpresa que suscitou o aparecimento da artilharia europeia[5]. Esta vantagem da melhor qualidade das tecnologias europeias permitiu à civilização do Ocidente impor de forma hegemónica o seu domínio económico e a sua cultura em todo o mundo, desde o século XVI.

Portugal resolveu a posição e a delimitação das fronteiras, a consolidação do poder real, estabilizou a situação económica e criou estruturas administrativas no século XIV. A Espanha fez o mesmo no fim do século XV, com a conquista do reino de Granada em 1492. Enquanto isso, a França e a Inglaterra resolveram as divergências que deram origem à guerra dos cem anos em 1457. Estes dois países que viriam a tornar-se nas principais potências mundiais mais tarde demoraram alguns séculos a resolver as crises internas e a estabilidade económica.

Situação estratégica e comercial no Índico no século XV

Durante o século XV podem-se distinguir várias regiões onde existiam grandes concentrações de população[6], com níveis de desenvolvimento comparáveis ao que se encontrava na Europa, do ponto de vista comercial e estratégico no oceano Índico. O Subcontinente Indiano tem uma área geográfica semelhante à do continente Europeu. Ambas as regiões estiveram ao longo dos tempos sujeitas a incursões de outros povos com pretensões de imporem o seu domínio, ou, apenas de se instalarem. Com a chegada dos muçulmanos ao subcontinente Indiano o Islamismo passou a ser mais uma religião, entre outras, a ser professada. O Hinduísmo foi a religião original e mais antiga a surgir nessa zona dispersando-se em varias seitas e cultos, por vezes heterodoxos. O Budismo também é uma religião oriunda dessa região, tendo surgido na mesma altura em que o Confucionismo surgiu na China, alguns séculos antes do Cristianismo na Europa.

O Budismo foi uma religião que se expandiu com maior facilidade no Oriente, desaparecendo em larga escala na Índia antes do século XV. *Não foi o que se passou com o Islão, que entrou pela primeira vez no Subcontinente no início do século VIII, e uma outra vez, com um dinamismo renovado, no século XIII e mais tarde*[7]. Quando chegaram os Portugueses à Índia beneficiaram dos conflitos que existiam entre os reinos muçulmanos do Decão e a população hindu. Entre os elementos que podem responsabilizar o reduzido desenvolvimento económico na Índia encontram-se as limitações sociais impostas pelo sistema de castas e a veneração do gado, visto que as vacas são consideradas sagradas nesta religião.

À semelhança do que ainda acontece hoje, a maioria população dedicava-se à agricultura de baixa produtividade ou de subsistência. Nas zonas húmidas a cultura predominante é o arroz, trazido da Indochina. Conforme os tipos de terreno as populações adaptam-se ao cultivo dos campos, em terras secas a cultura dominante é o trigo ou a cevada, provenientes do Médio Oriente. Mais para Oriente, na região do Sudeste Asiático a península Malaia é conhecida por Indochina, à semelhança da Indonésia, devido à forte influência que sempre demonstrou da cultura e tradições indianas e chinesas. Nestas duas regiões a produção de arroz demonstrou ser o factor económico mais precioso, tornando-se em moeda de troca para a obtenção de outros produtos oriundos de outras regiões, e, abastecendo populações em seu redor numa vasta área do Indico.

Do ponto de vista da História os dados escritos conhecidos sobre estas regiões remontam apenas até cerca do ano mil. Sobre as épocas anteriores encontram-se disponíveis apenas restos arqueológicos da arquitectura dos templos de Angkor Vat e outros, ou de deduções através de registos chineses ou indianos. A maioria da população encontrava-se instalada nos vales aluviais dos grandes rios. Os comerciantes muçulmanos tornaram-se os principais intermediários no comércio entre as várias regiões do Índico, desde o Sudeste Asiático à Europa. *Da Índia, os carregamentos eram transportados pelos árabes para Alexandria e outros empórios do Mediterrâneo Oriental, onde eram vendidos a comerciantes italianos, principalmente venezianos, que os distribuíam na Europa*[8]. Uma das zonas do Índico onde o Islamismo estava mais amplamente difundido era a Indonésia. A participação neste comércio deverá ter sido a principal motivação da chegada dos portugueses ao Índico em 1498.

Na costa oriental de África existiam diversas cidades em que é difícil reconhecer uma unidade política em larga escala, se onde faziam trocas de produtos, prevalecendo os comerciantes muçulmanos. No lado oposto do oceano Índico encontrava-se a China, uma das mais antigas civilizações do mundo, com uma população a rondar, no século XIII, os cem milhões de habitantes. No início do século XV alguns comerciantes liderados por Cheng-Ho fizeram expedições marítimas com a intenção de comerciar no Índico, mas, deixaram de o fazer depois de 1433, porque *o Imperador proibiu mais viagens, determinou a destruição dos navios oceânicos, e proibiu os seus súbditos de viajarem para o estrangeiro*[9]. Quando os Portugueses chegaram à Índia, comandados por Vasco da Gama, podiam ter encontrado mais dificuldades se os comerciantes chineses ainda aí estivessem. A península Arábica era essencialmente uma região onde se encontravam povos islamizados, acontecendo o mesmo no golfo de Bengala.

A expansão Além-Mar dos países Europeus no século XV

Desde o século X vários povos da Europa mostraram interesse em explorar territórios além-mar[10]. Nesta altura, foram os povos originários da península Escandinava e da Dinamarca, conhecidos por Vikings, os percursores de expedições em várias direcções, para leste, oeste e sul. Outros povos cristãos da Europa empenharam-se em movimentos de expansão da fé da sua religião, em particular na Península Ibérica e na tentativa de recuperação da cidade de Jerusalém e da Terra Santa. No Mediterrâneo dominavam e competiam pelo controlo do comércio os mercadores Venezianos, Genoveses e Aragoneses, viajando com menos frequência até às ilhas Canárias.

Com as experiências de comércio e pesca, esses povos, aos quais se juntaram os Portugueses ainda antes de terem consolidado as suas conquistas territoriais e a delimitação das fronteiras, começaram progressivamente a conhecer os regimes de ventos e correntes marítimas no Atlântico. A isso seguiram-se as experiências de exploração em cabotagem da costa ocidental africana, efectuadas pelos Portugueses em particular, com grande determinação, na sequência da ocupação da cidade de Ceuta em 1415, que iria tornar-se um posto avançado dando apoio a essas expedições.

A motivação dos navegadores e dos armadores deveria ser mais económica de que expansão da fé cristã, embora esse fosse um dos pretextos. Os Portugueses desenvolveram progressivamente navios capazes de navegar em regimes de ventos contrários, ou seja à bolina. Depois da passagem do Cabo Bojador em 1434 começou-se a introduzir escalas de latitudes nos portulanos, conhecidos em Portugal pela designação de cartas de Marear. Surgiu a navegação astronómica com a observação e medição da altura do Sol e das estrelas à noite. Desenvolveram-se o quadrante e o astrolábio, sendo aligeirados pelos navegadores de forma a serem usados a bordo dos navios. Tentando melhorar as qualidades náuticas dos seus navios, os Portugueses estreitaram as formas da coca nórdica e montaram velas latinas, triangulares, criando a caravela de dois mastros.

Na década de 40 do século XV os portugueses chegaram à zona de Arguim, que se mostrava propícia para fazer escala com os navios, profícua para abastecer de produtos e fazer o conserto de avarias. Essa zona além de ser favorável para a pesca permitia obter pequenas quantidades de ouro em pó. Na década de 60 fez-se a fortificação do entreposto de Arguim. No início da década de 70 uma expedição alcançou a costa da Mina, passando a chamar-se Costa do Ouro. A abundância de ouro nessa zona relegou o tráfico de escravos para segundo plano. No início da década de 80 fez-se a fortificação da feitoria da Mina.

Em 1483 Diogo Cão passou o Cabo de Santa Maria no sul de Angola. Nessa mesma expedição em que pensou ter alcançado a passagem para o Índico subiu o rio Zaire. No início do ano de 1488 a expedição comandada por Bartolomeu Dias dobrou finalmente o cabo das Tormentas, que viria a ficar conhecido por Cabo da Boa Esperança. Assim ficou aberto o caminho para oriente por mar. Nessa data estava vigente o Tratado de Alcáçovas de 1479, atribuindo a Portugal a área de influência das terras a sul das Canárias e para Castela a norte. Em 1494 ficou estabelecido, no Tratado de Tordesilhas, o direito da coroa de Portugal a todas as terras que encontrassem para leste de um meridiano imaginário 370 léguas a oeste do Arquipélago de Cabo Verde, enquanto aos Castelhanos caberiam as regiões para oeste dessa linha.

A chegada dos Portugueses ao Índico em 1498 e o estabelecimento no comércio

Uma das principais dificuldades que os Portugueses tiveram que ultrapassar[11], quando chegaram ao Índico em 1498, foi a obstrução dos muçulmanos ao estabelecimento de feitorias, que receavam a concorrência no tráfico de especiarias para a Europa, no qual possuíam o monopólio.

Bartolomeu Dias acompanhou a armada até à Mina. Quando alcançou a costa oriental de África, Vasco da Gama aportou sucessivamente a Moçambique, Mombaça e Melinde, tentando arranjar pilotos que o conduzissem à Índia. A 7 de Abril de 1498 chegou a Mombaça. A armada ficou fundeada do lado de fora do porto, por precaução. Estiveram dois dias em negociações com as autoridades locais para obter pilotos e mantimentos.

Os árabes que viviam na cidade, com receio de perderem o domínio do comércio marítimo, e para afastarem do Índico possíveis inimigos da sua fé, aconselharam o rei a capturar os nossos navios. Ele deixou-se convencer, e uma vez que não dispunha de forças militares suficientes para os combater resolveu tomá-los à traição. Procurando convencer Vasco da Gama a levar os navios para o porto interior, insistia que seriam carregados mais facilmente.

Convencido da boa fé do rei de Mombaça, na manhã do dia 10 de Abril, deu ordem para suspender de forma a ir fundear em frente à cidade. Mas, essa intenção logrou-se devido ao nervosismo dos árabes e à prontidão da reacção dos marinheiros lusos. Nessa noite aproximaram-se duas embarcações que tentaram cortar as amarras dos navios, tendo sido afugentados com o tiro das bestas e das bombardas.

Ao chegar a Calecut, a 22 de Maio de 1498, com um piloto cedido pelo rei de Melinde, Vasco da Gama encontrou dificuldades em estabelecer

relações diplomáticas e em conseguir obter permissão para construir uma feitoria, principalmente pela obstrução que os comerciantes mouros faziam tecendo intrigas e subornando os funcionários do Samorim para criarem dificuldades. O dinheiro e os presentes de que dispunha também eram insuficientes para realizar trocas comerciais.

Os mouros affi naturaes da terra como alguus aftrãngeiros q eftauã naquella cidáde Calecut por razam do tracto da eípecearia, do qual negócio elles eram fenhóres nauegando a per o mar roixo: quando viram que a embaixáda de Vafco da Gámma era a fim do commércio deftas efpecearias, ficaram muy triftes. Principalmente fabendo o contentamento que o Çamorij tinha de hum rey de tam longe térra como éra o ponente lhe enuiar embaixáda...[12]

A primeira vez que os franges apareceram no Malabar foi no ano de 1498; e vieram a Pandarane em três navios no fim da monção da Índia, e por aí dirigiram-se por terra ao porto de Calecut, onde permaneceram durante meses, tomando informações acerca do Malabar, e das suas condições actuais, depois do que voltaram a Portugal, sem terem tratado do comércio. O motivo da sua vinda ao Malabar, segundo se diz, foi entrar em relações com o país da pimenta, a fim de que monopolizassem o seu comércio, porque antes só a podiam haver comprando-a por intermediários, que por sua vez a compravam aos que a importavam do Malabar, e estes também indirectamente.[13]

Assim, em Agosto, com a monção prestes a terminar, desiludido com os progressos das negociações, Vasco da Gama mandou fazer fogo sobre três almadias em que estavam emissários do Samorim, e seguidamente abandonou Calecut levando alguns reféns malabares. O Samorim ficou irritado com esse procedimento, e procurou arranjar uma forma de capturar ou destruir a armada, para impedir os portugueses de voltarem à Índia, tomando medidas nesse sentido.

A cidade de Calecut era a mais importante da Costa do Malabar, pelo seu porto passavam centenas de naus por ano, que eram recolhidas e desarmadas no período de monção, para estarem protegidas dos fortes temporais que ocorriam. Desse modo o Samorim apenas pôde reunir umas 70 embarcações guarnecidas com gente de armas para tentarem tomar à abordagem a armada portuguesa. Depois de desbaratarem a armada do Samorim e de fazerem os reparos necessários nos navios seguiram para sul.

Prosseguindo a viagem a armada chegou à ilha de Pate, onde permaneceu a fazer algumas reparações. Então apareceu um grupo de oito dhows, navios de um mastro, carregados de gente de armas, provavelmente enviados pelo Sultão de Mogadíscio, que bateram em retirada quando os navios abriram fogo com as bombardas. Continuando a jornada, Vasco da Gama chegou a Portugal em 29 de Agosto de 1499, sendo recebido a 8 de Setembro em Lisboa.

O recurso à força das armas para a defesa do direito de comerciar

Ao verificar as dificuldades que Vasco da Gama encontrou no Índico[14], D. Manuel mandou preparar uma armada de 13 navios e 1500 homens, que saiu de Lisboa a 6 de Março de 1500, ao comando de Pedro Álvares Cabral. Desses navios seis chegaram à Índia, um regressou em Cabo Verde com avarias, a naveta trouxe a notícia do descobrimento do Brasil, quatro perderam-se numa tempestade ao passar o Cabo da Boa Esperança, e outro separou-se da armada regressando directamente a Portugal.

Em Setembro a armada chegou a Calecut, levando um riquíssimo presente ao Samorim, e apesar das dificuldades levantadas pelos comerciantes mouros ele permitiu aos Portugueses instalarem uma feitoria e comprarem as especiarias que quisessem. O carregamento das naus ia decorrendo com alguma lentidão, e certo dia o Samorim pediu a Pedro Álvares Cabral que em prova de amizade tomasse uma nau pertencente a um mercador de Cochim, que o tinha ofendido por não lhe querer vender um elefante. Cabral acedeu ao pedido para manter o prestígio, incumbindo Pêro de Ataíde de realizar essa tarefa com uma nau. Dias depois saiu de Calecut com um mouro que o Samorim enviou para observar o combate.

Pêro de Ataíde alcançou a nau de Cochim perto de Cananor. Esse navio era de grandes dimensões e tinha uma guarnição de cerca de 300 homens dispostos a combater. Perante a intimação de amainar, estes responderam com apupos acompanhados por uma chuva de flechas e tiros de bombarda, ao que os portugueses responderam disparando toda a artilharia. A maioria das naus indianas era de construção muito fraca e estavam armadas apenas com bombardas de ferro.

Depois de essa nau se ter refugiado em Cananor junto a outras acabou por ser tomada na sequência de um combate renhido, visto que estava guarnecida por cerca de 300 homens dispostos a combater. A tomada dessa nau consolidou o prestígio militar dos Portugueses na Costa do Malabar. O Samorim verificou que estes eram mais perigosos do que tinha suposto, e, receando que quisessem tirar-lhe o reino aumentou os conflitos e as dificuldades postas ao carregamento das naus. Os mouros assaltaram a feitoria e atacaram cerca de cinquenta portugueses que andavam pela cidade.

Pedro Álvares Cabral esperou um dia por qualquer explicação do Samorim. Em represália mandou tomar dez naus de mouros que estavam no porto, apoderando-se da carga e queimando-as. No outro dia bombardeou a cidade desde o nascer ao pôr-do-sol, fazendo o Samorim refugiar-se no interior. A seguir dirigiu-se a Cochim. O rei dessa cidade estava desejoso de aliar-se aos portugueses, porque apesar de ser vassalo do Samorim estava constantemente em guerra com ele.

A notícia do que se passou em Calecut espalhou-se, sabendo que os portugueses eram bons parceiros comerciais, Cananor e Coulão enviaram emissários convidando Pedro Álvares Cabral a visitá-las. O Samorim ainda reuniu uma armada de 25 naus de mercadores, para defrontar os Portugueses, mas estes não se atreveram a combater com receio da artilharia. Apesar de ainda se ter perdido mais um navio as especiarias deram um lucro considerável à Coroa Portuguesa, reforçando o empenho de D. Manuel em desenvolver o comércio com a Índia.

Na Corte de Lisboa ainda prevalecia a ideia de que era possível estabelecer relações comerciais pacíficas com a Índia, assim D. Manuel enviou em 1501 uma armada de quatro naus, das quais três eram de particulares, levando cerca de 350 homens dos quais apenas 80 eram militares, ao comando de D. João da Nova. Esta armada regressou com todos os navios carregados. A armada chegou a Lisboa em Setembro de 1502, foi uma das poucas que chegaram sem perder nenhum navio.

No Outono de 1501 D. Manuel recebeu as notícias da viagem de Pedro Álvares Cabral. Verificando que as cortesias e as negociações pacíficas não tinham dado resultado, decidiu recorrer à força das armas para defender o direito de comerciar. Mandou aprestar uma armada de quinze naus grandes destinadas a regressar com carga, e cinco naus pequenas para ficarem na Índia a proteger as feitorias. Ia na armada madeira aparelhada para construir uma caravela depois da passagem do Cabo da Boa Esperança. Vasco da Gama foi nomeado capitão-mor da frota, e o tio dele, Vicente Sodré ficou ao comando da esquadra da Índia. Chegou a Portugal em meados de 1503 com as treze naus, e recebeu o título de Conde da Vidigueira.

O sucesso que teve a pequena armada de João da Nova levou D. Manuel a enviar armadas independentes, de três ou quatro navios, para evitar que os navios mais rápidos se atrasassem, a regular a marcha pelos mais lentos. Duas dessas armadas, ao comando de Afonso de Albuquerque e Francisco de Albuquerque, destinavam-se a regressar com especiarias, e outra capitaneada por António de Saldanha deveria ir interceptar naus de Meca no Cabo Gadarfui, por onde elas passavam fazendo o comércio entre o Mar Vermelho e os portos da costa indiana.

A superioridade técnica e naval das forças militares e dos navios portugueses

Quando Vasco da Gama regressou a Lisboa[15], no Outono de 1503, a situação na Índia agravou-se, o Samorim reuniu um exército de 50000 homens para atacar o rei de Cochim. Por esse motivo o feitor da cidade pediu

a Vicente Sodré que permanecesse nas proximidades, mas este foi com a armada procurar "naus de Meca" para o Mar da Arábia, perdendo-se duas naus num forte temporal, incluindo a dele. Os tripulantes dos outros três navios decidiram regressar a Cochim, sendo obrigados a invernar na ilha de Angediva, por causa da monção. Juntou-se à armada a nau de António do Campo que invernou na costa oriental de África, e chegou a armada de Francisco de Albuquerque composta por duas naus, já que se perdeu uma na viagem. Reuniu-se assim uma armada de seis naus e uma caravela, ao comando de Francisco de Albuquerque.

O rei de Cochim refugiou-se com os portugueses numa ilha, o Samorim ocupou a cidade, e deixando ai uma guarnição recolheu-se em Cangranor. Logo que a armada chegou à cidade as tropas do Samorim debandaram, e o rei regressou. Francisco de Albuquerque com seiscentos portugueses que dispunha e o exército do rei começou a atacar posições das tropas de Calecut, utilizando batéis empavesados em larga escala, dada a natureza da região, coberta por esteiros e rios.

Em Setembro chegou Afonso de Albuquerque. Montaram uma segunda caravela, desarmaram as três naus da armada da Índia e construíram uma fortaleza, com a autorização do rei de Cochim. As tropas do Samorim estavam bloqueando as imediações de Cochim, para impedir que chegasse pimenta à cidade. Duarte Pacheco Pereira comandou uma operação bem sucedida recolhendo um carregamento de especiaria para as naus. Devido a essa dificuldade Afonso de Albuquerque mandou as naus irem carregar a Coulão, conseguindo autorização para construir uma feitoria.

Duarte Pacheco Pereira ficou em Cochim ao comando de uma nau, duas caravelas, e dois batéis artilhados, com 115 homens e 40 na fortaleza, conseguindo defender-se com esses efectivos. Em Cangranor completaram o carregamento das naus.

Em 1504 o Samorim voltou a invadir o reino de Cochim, para tentar expulsar os portugueses da Índia. Dispunha de um exército de 84000 homens, e uma armada de várias centenas de navios de remo armados com pequenas peças de artilharia. Em 1503 passaram-se para o Samorim dois italianos mandados por Veneza, nas naus portuguesas, com o propósito de ensinarem os Malabares a fabricar artilharia. A concentração destas forças efectuou-se em Cangranor, começando a partir em Abril para Cochim, através dos esteiros que ligam as duas cidades. Alguns vassalos do rei de Cochim passaram-se para o Samorim. Mais uma vez os portugueses conseguiram defender-se.

Duarte Pacheco Pereira colocou 25 homens na nau e em cada caravela, 20 em cada batel, comandando um deles, e 39 homens na feitoria. Para motivar a população efectuou ataques às posições do exército de Calecut, mandou construir uma paliçada na parte oriental da cidade e colocar paveses com tábuas

da grossura de dois dedos nas caravelas e nos batéis. Mandou armar os batéis com quatro berços cada e foi com a caravela esperar o exército do Samorim para o Passo de Cambalão, onde o rio teria cerca de cem metros de largura.

Essa manobra demonstrou a mobilidade das armadas. O Samorim, desiludido, verificando que os portugueses conseguiam sempre obter as especiarias que desejavam, e não conseguindo escoar a sua, resolveu propor negociações de paz a Francisco de Albuquerque. Assim uma nau portuguesa pôde ir carregar a Cangranor. Mas a guerra recomeçou. Uma caravela foi recolher um carregamento de pimenta, travando combate com alguns paraus, que fugiram, ao chegar Francisco de Albuquerque com reforços.

Em vários confrontos os exércitos do Samorim foram sempre repelidos, apesar das inúmeras tentativas encetadas pelas suas tropas que não se resignavam facilmente à ideia da derrota, principalmente perante uma diferença tão grande entre o número de efectivos entre as duas partes. Os portugueses alem de terem melhores navios e artilharia que os mouros e indianos, costumavam ter vantagem a combater porque utilizavam armaduras e capacetes, e lanças ou espadas grandes chamadas montantes.

Com os quáes enganos quando veo a terça feira de Paícoa per feu confelho tornou repetir a entrada per már i per terra: i foy tam caftigado da noffa artelharia que afaftanfofe do lugar do váo fe recolheu a hum palmar cõ perda de cento i trinta hómees mortos, i grãde feridos, i os nóffos fegundo andáuam cubertos de nuues de fetas e entre artelharia, miraculófamete deos os guardáua. As quáes coufas quebrárã tanto o coraçã de todo aquelle gentio do çamorij, que lhe fogio da gente fráca i mefquinha mais de quinze mil hómees e feffenta paraós de remo: o que caufou tamanho temor nelle que logo fe quiffera partir fe o nam entretiuéra o fenhor de Repelij e confelho dalguus mouros.[16]

Na manhã do dia 23 de Junho o exército e a armada de Calecut tinham desaparecido, e os outros reis e os vassalos de Cochim apressaram-se a fazer as pazes com Duarte Pacheco, que regressou a Portugal na armada de Lopo Soares de Albergaria, em 1505, sendo cumulado pelo rei D. Manuel de honrarias. Mas, por ter falta de habilidade para manobrar nos meandros da Corte não chegou a ser nomeado vice-rei ou capitão-mor de uma armada. O Samorim retirou-se temporariamente para um convento, entregando o governo ao irmão, que sempre fora contrário à guerra. Nas batalhas utilizou elefantes para tentar virar os batéis, e diversos ardis, sem sucesso.

As armadas que iam todos os anos à Índia costumavam sair em Março ou Abril, e chegavam a Lisboa no Verão do ano seguinte. Assim a organização das armadas era feita com base na informação trazida dois anos antes. A armada de Vasco da Gama, que chegou em 1502, trouxe a notícia de que o Samorim se estava a preparar para iniciar a guerra contra Cochim. Desse

modo D. Manuel resolveu mandar uma grande armada em 1504, composta por cinco naus grandes e sete naus pequenas, ao comando de Lopo Soares de Albergaria.

Lopo Soares de Albergaria integrou na sua armada a de António de Saldanha, para regressar a Portugal com carga de pimenta, uma vez que era pouco praticável ir para o Cabo Gadarfui, sem dispor de uma base na zona, que pudesse dar apoio logístico. Para defender Cochim e as feitorias continuaram a ser utilizadas a nau, as duas caravelas e os dois batéis. Desta forma pode-se constatar que com um número de efectivos reduzido os Portugueses conseguiram resistir ao ataque de exércitos numerosos, graças à utilização de armamentos mais poderosos e à bravura com que se defenderam.

A construção das estruturas administrativas do Estado da Índia sob a direcção do Vice-rei D. Francisco de Almeida

A necessidade de garantir a segurança das feitorias[17], e gerir a defesa dos interesses de Portugal na Índia, convenceu o rei D. Manuel a nomear um governador com o título de vice-rei, para administrar o comércio da Índia no próprio local. O primeiro vice-rei da Índia, D. Francisco de Almeida, saiu de Lisboa em 1505, ao comando de uma armada composta por catorze naus e seis caravelas, com a missão de construir fortalezas em Quiloa, Angediva, Cananor, Coulão e Cochim, substituindo a de madeira. Depois ainda partiu Pêro de Anaia com uma armada de duas naus e quatro caravelas, para construir uma fortaleza em Sofala.

Os militares portugueses que iam para a Índia conseguiram assegurar o monopólio comercial dos produtos do Oriente, apesar de terem que combater armadas de centenas de navios, enfrentar exércitos de dezenas de milhares de homens. Construíram fortalezas e conquistaram cidades por disporem de bons navios e armamentos. Conseguiram coroar e destronar reis, fazer amizades e difundir o cristianismo, com grande honra e proveito para o rei. D. Manuel começou a procurar alcançar o controle de todo o Oriente. Em 1505, encarregou D. Francisco de Almeida de garantir o domínio da Costa do Malabar, construindo fortalezas, e logo no ano seguinte enviou Afonso de Albuquerque com ordens para estabelecer uma feitoria ou uma fortaleza em Ormuz.

Ao nomear D. Francisco de Almeida vice-rei da Índia, em 1505, o monarca Português conferiu-lhe autoridade sobre todas as armadas, fortalezas e feitorias que os portugueses tinham no Oriente. *Sob a influência dos Árabes, o rei de Calecut redobrou a hostilidade ao nosso comércio, que prejudicava em larga escala os seus interesses. Tal situação levou D. Manuel a encarar de frente a viabilidade do monopólio. Não se tratava de dominar um Estado*

indiano que não tinha existência como corpo político, mas de assentar relações com cidades muitas vezes rivais e que viviam em orbitas geográficas diferentes, para garantir o tráfico das especiarias.[18]

Quando os portugueses começaram a fazer o comércio marítimo com a Índia, os rendimentos do Sultão do Cairo, provenientes dos direitos que cobrava pela passagem das especiarias para o Mediterrâneo começaram a declinar. Os preços baixaram e os Portugueses impediam que as "naus de Meca" trouxessem especiarias. Assim, este construiu uma armada com navios pré-fabricados no Cairo e montados no porto de Suez, em apenas cinquenta dias. A armada turca que trouxe a madeira do Adriático para Alexandria foi atacada por uma armada da ordem de Malta, isso impediu que fossem construídos vários navios. A artilharia que utilizaram era feita de bronze, e a maior parte dos soldados eram turcos habituados à guerra e ao mar. Estes navios construídos com materiais da Europa eram resistentes, semelhantes aos utilizados pelos Portugueses, e constou que os Venezianos colaboraram na construção.

Então, em 1506, pensando em se apossar de Ormuz e Malaca, D. Manuel resolveu criar no Oriente três governos autónomos, na costa oriental de África, na Índia e em Malaca. Do ponto de vista militar esse sistema tinha o inconveniente de dispersar as forças navais em três armadas distintas. Na primeira fase o monarca enviou para a costa da Arábia e Ormuz Afonso de Albuquerque, com cinco naus, isento da autoridade do vice-rei, com a missão de estabelecer uma feitoria. Além disso, deu-lhe uma carta patente secreta em que o nomeava governador da Índia, a partir do Outono de 1508, data em que D. Francisco de Almeida completaria os seus três anos de comissão. Enviou, também, Diogo Lopes de Sequeira, igualmente isento da autoridade do vice-rei, com a intenção de abrir o comércio a Oriente.

Em 1508 entregou o comando de uma armada de quatro naus a Diogo Lopes de Sequeira, para estabelecer uma feitoria em Malaca, que era uma das cidades mais importantes de todo o Oriente. Era o entreposto onde se fazia a permuta dos produtos que iam do Sião, da China e do Sueste Asiático com os que iam da Pérsia e da Índia. Tendo largado de Lisboa a 5 de Abril de 1508, de acordo com o regimento que levava efectuou um reconhecimento da costa oriental da ilha de São Lourenço, ou Madagáscar, onde recolheu alguns náufragos portugueses. Daí rumou a Ceilão, onde encontrou ventos contrários, e foi obrigado a arribar a Cochim, chegando a 21 de Abril de 1509.

Seguindo viagem em Agosto Diogo Lopes de Sequeira aportou às cidades de Pedir e Pacém, celebrando com os reis tratados de comércio e amizade. Depois dirigiu-se a Malaca, onde chegou a 11 de Setembro, fundeando entre a cidade e a ilha pequena a sul. Esta cidade constituía um reino independente. O rei e o bendará receberam bem a armada, e Diogo Lopes de

Sequeira pôde instalar uma feitoria em terra e começar a carregar mercadorias. Inicialmente conseguiram encetar as relações comerciais.

Os comerciantes mouros e javos de Malaca receando a concorrência dos portugueses começaram a indispor o rei e o bendará, dizendo que a armada era apenas uma força de reconhecimento, e que depois viriam outras mais poderosas para conquistar a cidade. O rei e o bendará assustaram-se e decidiram tentar capturar os portugueses à traição, para que não pensassem em voltar a Malaca, mas estes conseguiram escapar ao ataque que os comerciantes mouros prepararam e regressaram à Índia, sem terem conseguido carregar especiarias. Em Fevereiro de 1509 D. Francisco de Almeida derrotou a armada turca enviada pelo Sultão do Cairo em Diu, e, conquistou a cidade, que se tornou um bastião português a norte do Malabar, na Índia. Assim, os Turcos ficaram sem armada para contestarem o domínio do Índico aos Portugueses.

A consolidação militar e mercantil do Império Português do Oriente com Afonso de Albuquerque

Na manhã do dia 25 de Setembro chegou a Ormuz a armada de Afonso de Albuquerque composta por seis naus[19], cobertas de bandeiras e pendões. Esta esquadra saiu de Lisboa no Inverno de 1506 integrada na armada de Tristão da Cunha. Essa era a cidade mais importante do Golfo Pérsico, com sumptuosos palácios e casas de habitação; nas ruas proliferavam lojas e mercados, onde eram comerciados todos os produtos do Oriente, desde as tâmaras e os limões às pérolas de Barém, os cavalos e as tapeçarias da Pérsia, ou os tapetes e as porcelanas da China.

Apesar de Afonso de Albuquerque ter os navios a precisarem de reparações, as guarnições desgastadas dos combates e os capitães à beira da rebelião, manteve as tripulações unidas, e tentou persuadir Cogueatar a tornar-se vassalo do rei de Portugal.

O grão-vizir recusou-se a aceitar a proposta e a cidade foi tomada, no dia 27. Na batalha os ormuzinos perderam cerca de oitenta naus entre as afundadas e queimadas no mar ou em terra, onde se encontravam perto de cem a fazer reparações. Poucos dias depois começou a construção da fortaleza, mas foi abandonada algumas semanas mais tarde, porque três capitães desertaram com os seus navios para a Índia. Quando Albuquerque regressou em 1515 com a fama das conquistas de Goa e Malaca, a cidade entregou-se sem resistência declarando que sempre foi vassala do rei de Portugal.

Ao chegar a Cochim, em 6 de Dezembro de 1508, com uma carta-patente que o nomeava governador da Índia, Afonso de Albuquerque viu-se

privado da autoridade até à chegada do marechal do reino, D. Fernando Coutinho. Depois teve que o acompanhar no ataque a Calecut, numa posição de subalternidade, e quando regressou a Cochim foi confrontado com o aparecimento da nau enviada por Duarte de Lemos a pedir navios da armada da Índia. Mas Albuquerque nunca desanimava, aproveitou os navios e a gente que o marechal levou, e organizou uma armada de 17 naus, duas caravelas, três galés e um bergantim, e largou de Cochim para ir ter com Duarte de Lemos ao Mar da Arábia.

À passagem por Onor foi informado por Timoja que estavam sendo construídas vinte naus e muitos paraus em Goa, pelo Idalcão, para combater os Portugueses. Acrescentou ainda que nessa altura ele andava fora, em guerra com o rei de Narsinga, e a cidade estava fracamente guarnecida. Posto o assunto em conselho, os capitães acharam melhor conquistar Goa e ir destruir a armada que estava a ser construída, do que ir para o Mar Vermelho à procura de uma armada do Sultão, que nem sequer se sabia se existia.

A 17 de Fevereiro de 1510 venceram a guarnição turca que o Idalcão deixou a defender a cidade. Afonso de Albuquerque ficou contente com a conquista de Goa, havia excelentes fundeadouros, estaleiros de construção naval, recursos naturais, riqueza da alfândega, por onde passava a maior parte dos cavalos idos da Pérsia para a Índia, e uma excelente posição estratégica a meio da costa ocidental do subcontinente.

Passados três meses o Idalcão fez as pazes com o rei de Narsinga, e cercou a cidade com um exército de quarenta mil homens. O perímetro da cidade é muito grande, e ainda não tinha sido possível fortificar todos os passos. Aproveitando uma noite de temporal, as tropas do Idalcão conseguiram infiltrar-se em grande número na ilha, o que obrigou os portugueses a retirar para a cidade, onde se conservaram durante vinte dias, repelindo sucessivos assaltos.

O Idalcão mandou afundar uma nau sua no Mandovi, a jusante da armada, para impedi-la de sair para o mar, e começou a preparar paraus e jangadas com resina e azeite para irem queimar os navios. Albuquerque resolveu abandonar a cidade apesar da nau afundada, conseguiu levar a armada para a zona do rio entre Panguim e Rebandar, pondo-a a salvo do bombardeamento a que estava sujeita em frente à cidade.

A 4 de Agosto, ainda durante a monção, retirou para Cochim, passando em Angediva e Cananor. Em Novembro regressou com trinta navios, onde iam embarcados cerca de mil e duzentos homens. A 25 dia de Santa Catarina assaltaram a cidade por vários lados e reconquistaram-na. A partir de então, Goa transformou-se no centro do poder militar português no Oriente, onde se passaram a construir, reparar e equipar os navios das armadas da Índia. No entanto as naus de torna-viagem continuaram a largar de Cochim, por estar

melhor situada em relação à região da pimenta. Desde então, os governadores passavam uma parte do ano em Goa e outra em Cochim.

A importância estratégica de Goa residia na sua posição de centralidade na costa ocidental da Índia, que era o centro de produção de especiarias. *Quando os portugueses chegaram ao Oriente, o subcontinente indiano vivia um momento de fragmentação política, marcado pela coexistência de múltiplos poderes muçulmanos a que se somavam os hindus*[20]. Os representantes do monarca lusitano conseguiram manter um relacionamento mercantil e diplomático estável e defender os seus interesses no Índico, visto que só recorriam à força das armas quando não havia alternativa.

Estes comerciantes e militares lusos tentavam minimizar os conflitos com os potentados locais tanto quanto possível. Isso resultava porque esses estados marítimos tinham áreas de influência e pretensões de expansão reduzidas. *Mas a interferência dos portugueses envolvia igualmente o Egipto e Veneza, que estavam comprometidos no comércio das especiarias, pela via do mar Vermelho*[21]. A razão da ocupação de Goa, nesta altura, deveu-se à suspeita de se estar a preparar aí uma armada de rumes.

No ano de 1510, antes de saber o que aconteceu a Diogo Lopes de Sequeira, D. Manuel enviou uma Segunda armada de cinco naus a Malaca, capitaneada por Diogo Mendes de Vasconcelos, isento da autoridade do governador da Índia. No entanto o rei ordenou que recebesse os conselhos, e obtivesse os navios necessários do governador, originando uma situação confusa.

Em princípios de Agosto, chegou à costa indiana. Acompanhou Afonso de Albuquerque a Angediva, quando estava a abandonar o Mandovi. Em conselho, alguns capitães que tinham estado com Diogo Lopes de Sequeira na cidade, desaconselharam a ida com apenas cinco navios. Afonso de Albuquerque propôs a Diogo Mendes que ajudasse a recuperar Goa, e depois levasse os navios necessários para cumprir a missão no Sudeste Asiático.

Diogo Mendes colaborou na reconquista de Goa e na fortificação da cidade, cumprindo a sua parte do combinado, então, solicitou a Afonso de Albuquerque que fizesse o mesmo. Mas Albuquerque não queria dispersar as forças, e demonstrando a sua preocupação em ir ao Mar Vermelho, impedir que os Rumes reconstituíssem a armada, pediu a Diogo Lopes para ajudar no cumprimento dessa missão. A armada de Diogo Mendes de Vasconcelos passou a fazer parte da armada da Índia. O capitão-mor da armada da Costa da Arábia, Duarte de Lemos, recebeu ordem do rei para regressar ao reino, desse modo juntaram-se as armadas. A Índia passou a ser o nome utilizado no reino para designar todas as regiões situadas para além do Cabo da Boa Esperança.

Afonso de Albuquerque juntou uma armada de vinte velas, com que largou de Goa em Março, disposto a ir ao Mar Vermelho destruir a armada dos Rumes. Tendo encontrado ventos contrários regressou a Goa e decidiu apro-

veitar a armada para ir a Malaca, para onde partiu a 20 de Abril com onze naus, duas galés, uma galeota e duas caravelas, levando oitocentos homens de armas portugueses e duzentos malabares. A cidade de Malaca foi conquistada em 11 de Agosto de 1511.

Em Dezembro, sendo a época própria para a viagem às Molucas, donde provinha a maioria do cravo que se comerciava no Oriente, Afonso de Albuquerque enviou à sua descoberta António de Abreu com duas naus e uma caravela, armada com pano redondo. Logo que a fortaleza de Malaca foi posta em estado de se poder defender colocou nela uma guarnição de trezentos homens, sob o comando de Rui de Brito e nomeou Fernão Peres de Andrade capitão-mor da armada de Malaca, constituída por cinco naus grandes, uma nau pequena uma caravela e uma galé, guarnecidas por trezentos portugueses além dos auxiliares malaios.

Na guerra naval a qualidade é geralmente mais importante que a quantidade, as armadas pequenas que possuíam material moderno e pessoal mais competente bateram quase sempre as armadas mais numerosas que utilizavam material antiquado, essa regra confirmou-se em diversas ocasiões, em confrontos onde as forças lusas se viram envolvidas. Com o controlo das cidades de Goa, Ormuz e Malaca os Portugueses conseguiram manter o seu domínio comercial e militar no Índico de forma hegemónica ao longo do século XVI. Pode-se considerar que a sua força militar assentou em três princípios fundamentais: a superioridade naval com melhores capacidades técnicas e mobilidade, o controlo de pontos estratégicos com fortalezas e a capacidade dos militares, em bravura, discernimento táctico e estratégico.

Bibliografia

Fontes

BARROS, João de, *Primeira Década da Ásia – Dos feitos que os Portugueses fizeram no descobrimento e Conquista dos mares e terras do Oriente*, Coimbra – Imprensa da Universidade, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1932.

ZINADIM, *História dos Portugueses no Malabar*, Lisboa, Antigona, 1998.

Estudos

Actas do *Colóquio Internacional – A Alta Nobreza e a Fundação do estado da Índia*, edição organizada por João Paulo Oliveira e Costa, e, Vítor Luís Gaspar Rodrigues, Lisboa, Centro de Estudos Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa, 2004.

Actas do Colóquio – *Jornadas do Mar 2002*, "Pedro Nunes – Novos Saberes na Rota do Futuro", ALMEIDA, Fernando, *A Expansão Ultramarina Portuguesa no século XV*, pp. 482-490.

Actas do *II Simpósio de História Marítima*, de 20 a 22 de Abril de 1994, Lisboa, Academia de Marinha, 1999.

Actas do *III Simpósio de História Marítima*, de 11 a 33 de Outubro de 1995, Lisboa, Academia de Marinha, 2000.

Actas do *V Simpósio de História Marítima*, de 21 a 23 de Outubro de 1998, Lisboa, Academia de Marinha, 2000.

Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa – A Carreira da Índia e as Rotas dos Estreitos, Angra do Heroísmo, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa da Universidade Católica Portuguesa, Centro de História Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa, Instituto de Investigação Cientifica e Tropical, 1998.

ALBUQUERQUE, Luís de, direcção, in *Portugal no Mundo*, vol. 3, "O Descobrimento da Rota do Cabo e as suas consequências, O Descobrimento do Brasil e as suas consequências", vol. IV, "Consequências culturais dos Descobrimentos, Os Portugueses no Oriente, O comércio nas colónias portuguesas", Lisboa, Publicações Alfa, 1989.

ALBUQUERQUE, Luís de, direcção, in *Relações da Careira da Índia*, colecção "Biblioteca da Expansão Portuguesa", vol. 38, Lisboa, Publicações Alfa 1989.

BETHENCOURT, Francisco, CHAUDHURI, Kirti, *História da Expansão Portuguesa*, vol. I, "A Formação do Império", Navarra – Espanha, Circulo de Leitores, 1998.

BOXER, C. R., *A Igreja e a Expansão Ibérica*, colecção "Lugar da História", vol. 11, Lisboa, Edições 70, 1989.

BOXER, C. R., *O Império Marítimo Português*, Lisboa, Edições 70, 2001.

BRAUDEL, Fernand, *O Tempo do Mundo*, colecção "Civilização Material, Economia e Capitalismo – Séculos XV-XVIII", vol. 3, Lisboa, Teorema, 1993.

CAMERON, Rondo, *História Económica do Mundo*, colecção "Biblioteca da História", vol. 21, Mem-Martins, Publicações Europa-América, 2000.

CARPENTIER, Jean, LEBRUN, François, (dir.), *História da Europa*, colecção "Referência", vol. 5, Lisboa, Editorial Estampa, 1993.

CAWTHORNE, Nigel, *Victory – 100 Great Military Commanders*, Leicester – Inglaterra, Capella, 2003.

CHALIAND, Gérard, RAGEAU, Jean-Pierre, *Atlas dos Impérios*, Lisboa, Editorial Teorema, 1995.

CIPOLLA, Carlos M., *Canhões e Velas na primeira fase da Expansão Europeia*, colecção "Construir o Passado", vol. 19, Lisboa, Gradiva, 1989.

CORREIA, José Manuel, *Os Portugueses no Malabar*, Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1997.

COSTA, João Paulo Oliveira e (coord.), *Descobridores do Brasil – Exploradores do Atlântico e Construtores do Estado da Índia*, Lisboa, Sociedade Histórica da Independência de Portugal, 2000.

DELUMEAU, Jean, *A Civilização do Renascimento*, vol. I, colecção "Nova História", vols. 17-18, Lisboa, Editorial Estampa, 1983.

FERRO, Marc, *História das Colonizações*, colecção "Referência", vol. 17, Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

GREEN, V. H. H., *Renascimento e Reforma*, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1991.

GRIMBERG, Carl, *História Universal*, vol. 9, "O Renascimento Italiano, Os Descobrimentos", Lisboa, Publicações Europa-América, 1967.

HAYWOOD, John, *Atlas Histórico do Mundo*, Colónia – Alemanha, Konemann, 2001.

HOWARD, Michael, *A Guerra na História da Europa*, colecção "Fórum da História", vol. 23, Mem-Martins, Publicações Europa-América, 1997.

LARA, António de Sousa, *Colonização Moderna e Descolonização*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2000.

LEMOS, Mário Matos e, *Dicionário de História Universal*, Mem-Martins, Editorial Inquérito, 2001.

LIVET, Georges, MOUSNIER, Roland, (dir.), *História Geral da Europa*, vol. II, colecção "Biblioteca da História", vol. 14, Mem Martins, Europa-América, 1996.

MATTOSO, José (dir.), in *História de Portugal*, (coordenação de Joaquim Romero Magalhães), vol. III, "No Alvorecer da Modernidade", Lisboa, Editorial Estampa, 1993.

MAURO, Frédéric, *A Expansão Europeia*, colecção "Nova História", vol. 6, Lisboa, Editorial Estampa, 1988.

MISKIMIN, Harry A., *A Economia do Renascimento Europeu*, colecção "Nova História", vol. 35, Lisboa, Editorial Estampa, 1984.

MONTEIRO, Saturnino, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vols. I-II, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1989 e 1991.

MOONEY, Brian, *Shaping History – 100 Great Leaders. From Antiquity to the Present*, Leicester – Inglaterra, Capella, 2004.

MORAIS, Carlos Alexandre de, *Cronologia Geral da Índia Portuguesa*, colecção "Referência", vol. 19, Lisboa, Editorial Estampa, 1997.

O Índico na Biblioteca da Ajuda – Catálogo da Documentação Manuscrita referente a Moçambique, Pérsia, Índia, Malaca, Molucas e Timor, coordenação de Francisco G. Cunha Leão, edição de Comissão Nacional para as Comemorações dos descobrimentos Portugueses, Centro de Estudos Damião de Góis, Instituto Português do Património Arquitectónico e Biblioteca da Ajuda, 1998.

O'CONNELL, Robert L., *História da Guerra*, colecção "Teorema – série especial", vol. 13, Lisboa, Editorial Teorema, 1995.

Os Descobrimentos Portugueses, Colecção de Fascículos "Navios e Veleiros – História, Modelos e Técnicas", nº. 62, pp. 1221-1226, Lisboa, Planeta DeAgostini, 1994.

PARKER, Geoffrey, *Atlas Verbo da História Universal*, Lisboa / São Paulo, Editorial Verbo, 1996.

PEREIRA, A. Gonçalves, *Tratado de todos os Vice-Reis e Governadores da Índia*, Lisboa, Editorial Enciclopédia, Limitada, 1962.

PEREIRA, José Costa (coordenação), *Dicionário Ilustrado da História de Portugal*, Publicações Alfa, 1993.

PERRET, Bryan, *The Battle Book – Crucial Conflicts in History from 1469 BC to the present*, Londres, Brockhampton Press, 1992.

SANTOS, Catarina Madeira, *Goa é a Chave de toda a Índia – Perfil político da capital do Estado da Índia*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

SARAIVA, José Hermano (dir.), in *História de Portugal*, vol. IV, "A Expansão", Mem Martins, Europa-América, 1993.

SELVAGEM, Carlos, *Portugal Militar – Compêndio de História Militar e Naval de Portugal*, "Desde as origens do Estado Portucalense até ao fim da Dinastia de Bragança", Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1931.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. III, Lisboa, Editorial Verbo, 1978.

SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. Oliveira, *A Expansão Quatrocentista*, Lisboa, Editorial Estampa, 1998.

SUBRAHMANYAM, Sanjay, A Presença Portuguesa no Golfo de Bengala – Presença e Conflito (1500-1700), Lisboa, Edições 70, 1994.

TORÍBIO, José Manuel Cuenca (dir.), in *História Universal*, vol. II, "Do Islão e da Cristandade Alto Medieval ao Absolutismo Monárquico", Lisboa, Oceano, 1992.

VENTURA, Maria da Graça M. (coordenação), *Viagens e Viajantes no Atlântico Quinhentista*, Lisboa, Edições Colibri, 1996.

VIDAL-NAQUET, Pierre, BERTIN, Jacques, *Atlas Histórico da Pré-História aos Nossos Dias*, Lisboa, Intercultura, Lda., 1992.

WEIR, William, *50 Batalhas que Mudaram o Mundo – Os conflitos que mais influenciaram o curso da História*, M. Books do Brasil, 2003.

Notas

[1] Carpentier, Lebrun, (dir.), *História da Europa*, 1993, pp. 189-216.

[2] Livet, Mousnier, (dir.), in *História Geral da Europa*, 1996, vol. II, pp. 143-220. Braudel, *O Tempo do Mundo*, 1993, pp. 71-144.

[3] Howard, *A Guerra na História da Europa*, 1997, pp. 13-32. Cipolla, *Canhões e Velas na primeira fase da Expansão Europeia*, 1989.

[4] Ob. cit., Howard, 1997, p. 18.

[5] Ob. cit., Cipolla, 1989, p. 101.

[6] Cameron, *História Económica do Mundo*, 2000, pp. 100-116. Toríbio, *História Universal*, 1992, pp. 426-433.

[7] Ob. cit., Cameron, 2000, p. 110.

[8] Ob. cit., Cameron, 2000, p. 112.

[9] Ob. cit., Cameron, 2000, p. 108.

[10] Mauro, *A Expansão Europeia*, 1988, pp. 37-76. Serrão, Marques, *A Expansão Quatrocentista*, 1998, pp. 33-139. *Actas do Colóquio – Jornadas do Mar 2002*, Escola Naval, Almeida, "A Expansão Ultramarina Portuguesa no século XV", pp. 482-490.

[11] Serrão, *História de Portugal*, vol. III, 1978, pp. 95-112. Barros, *Primeira Década da Ásia*, 1932, pp. 121-167. Zinadím, *História dos Portugueses no Malabar*, 1998, pp. 52-68.

[12] Ob. cit., Barros, 1932, p. 151. Esta transcrição foi feita da forma mais rigorosa possível, tendo em conta as limitações do processamento de texto no Windows.

[13] Ob. cit., Zinadím, *História dos Portugueses no Malabar*, 1998, pp. 52-53. A leitura da perspectiva de um autor Muçulmano permite alcançar uma melhor compreensão da situação no Índico, em 1498, e das pretensões iniciais dos Portugueses de estabelecimento no comércio.

[14] Albuquerque, *Portugal no Mundo*, vol. 3, 1989, pp. 11-36. Costa, coord., *Descobridores do Brasil*, pp. 11-70. Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol. I, 1989, 77-100.

[15] Selvagem, *Portugal Militar*, pp. 253-273. Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol. I, pp. 80-124. Barros, *Primeira Década da Ásia*, 1932, pp. 245-285.

[16] Ob. cit., Barros, 1932, p. 264. Esta transcrição foi feita da forma mais rigorosa possível, tendo em conta as limitações do processamento de texto no Windows.

[17] Barros, *Primeira Década da Ásia*, 1932, pp. 287-405. Serrão, *História de Portugal*, vol. III, 1978, pp. 110-119. Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol. I, 1989, pp. 123-173.

[18] Ob. cit., Serrão, 1978, p. 112.

[19] Serrão, *História de Portugal*, vol. III, 1978, pp. 95-125. Monteiro, *Batalhas e Combates da Marinha Portuguesa*, vol. I, 1989, pp. 123-235. Santos, 1999, *Goa é a chave de toda a Índia*, pp. 29-149.

[20] Ob. cit., Santos,1999, p. 94.

[21] Ob. cit., Santos,1999, p. 97.

"D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque, construtores do Império"

Professor Doutor, António Manuel de Andrade Moniz
Drª. Maria Celeste Moniz

INTRODUÇÃO

A partir do esboço psicológico destas duas grandes figuras do Império português do Oriente e centrando-nos numa perspectiva de contextualização histórico-cultural, procuraremos reexaminar as estratégias diplomático-militares defendidas por cada um destes heróis, as suas políticas, os seus sucessos e insucessos, tentando ultrapassar a leitura de confronto ideológico que, desde Antero de Quental e António Sérgio, muitos têm preconizado.

Com efeito, na segunda Conferência do Casino Lisbonense, em 1871, Antero, na sequência da análise decadentista de Alexandre Herculano à situação política vivida no século XIX, identificava como terceira causa da decadência ibérica nos últimos três séculos a política de conquistas, empreendida a partir do Infante D. Henrique, em detrimento da evolução económica e social, protagonizada pela chamada revolução industrial[1].

Por sua vez, António Sérgio, inspirado nessa leitura romântica e positivista, à qual acrescentou o seu pendor criticista, no célebre ensaio "As duas políticas nacionais", identificou duas escolas decorrentes da política ultramarina: a "política da Fixação" e a "política do Transporte"; a política da produção e a política da circulação; a política da estabilidade e a política do aventureirismo; a política nuclear e a política periférica; a política de D. Pedro e a política de D. Henrique; a política da boa capa e a política do mau capelo"[2]. Sérgio, ao contrário de Antero, não critica propriamente as navegações e a

---

[1] "A desgraça é que esse espírito guerreiro estava deslocado nos tempos modernos: as nações modernas estão condemnadas a não fazerem poesia, mas sciencia. Quem domina não é já a musa heroica da epopea: é a Economia Politica, Caliope d'um mundo novo, senão tão bello, pelo menos mais justo e logico do que o antigo. Ora, é à luz das Economia Politica que eu condemno as Conquistas e o espirito guerreiro. [...] Pelo contrario, nós, portuguezes e hespanhoes, que destino démos ás prodigiosas riquezas extorquidas aos povos estrangeiros? Respondam a nossa industria perdida, o commercio arruinado, a população diminuída, a agricultura decadente, e esses desertos da Beira, do Alemtejo, da Estremadura hespanhola, das Castellas, aonde se não encontra uma arvore, um animal domestico, uma face humana!" (Antero de Quental, "Causas da decadencia dos povos peninsulares nos últimos três séculos", *in Prosas*, Coimbra, 1926, pp. 128.s.).

[2] António Sérgio, "As duas políticas nacionais", *Ensaios*, T. II, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 2ª ed. 1977, p. 70.

conquista do Oriente[3], mas a sua limitada visão comercial, incapaz de assegurar o investimento nacional, na agricultura e na indústria[4]. Dessa limitação destaca as perdas causadas pelos naufrágios, motivadas pela incúria e a sobrecarga das naus[5], e a fuga da riqueza nacional para as nações estrangeiras[6]. Entre D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque privilegia a política talassocrática do primeiro[7], em detrimento da política tributária do segundo[8].

Vejamos, então, como D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque construíram o chamado Estado Português da Índia, na óptica dos nossos principais cronistas, contextualizando o respectivo governo e perspectivando as suas personalidades e a sua acção.

---

[3] "Não há que discutir as Navegações: eram fatais e foram impostas à nossa pátria [pelas condições agro—climáticas da nossa terra] pela própria maneira como nasceu, _ quer dizer, nos portos, como uma cunha de gente de fora que entrou do mar pelo corpo espanhol. Se não descobrisse o Oriente, falharia a Nação ao seu papel" (*Ib.*, p. 71).

[4] "[...] o que se critica (ou condena) na política do Transporte não é o facto do transporte nem a exploração do ultramar: é o supor que tal política, *por si só*, com exclusão da outra, resolve o problema nacional; que nos poderá dar uma vida sã, equilibrada, sem uma base bem assente de fixação metropolitana, de emprego para os homens na produção" (*Ib.*, pp. 70-71).

[5] "Mas cumpre reconhecer, por outro lado, que realizámos o tráfico da especiaria com absoluta falta de inteligência, com perdas enormes de naus naufragadas por incúria completa na construção e na carga" (*Ib.*, p. 71).

[6] "[...] que a riqueza fugia das nossas mãos, indo fixar-se nas nações estrangeiras que forneciam à nossa o indispensável à vida [...]. Trazíamos até Lisboa os produtos orientais e esperávamos que os compradores os viessem buscar ao nosso porto: os Italianos, os Franceses, os Flamengos, os Alemães – e *tutti quanti*. Digamos, em parêntesis, que mais tarde os Holandeses não procederam da mesma forma, ao despojar-nos do monopólio: distribuíam eles próprios aos mercados consumidores, fomentando, pois, a sua marinha e não a marinha dos outros povos; nós, pelo contrário, tomávamos para nós a parte difícil, arriscada, dispendiosíssima, do trabalho do transporte (que sempre fizemos de maneira estúpida), deixando aos outros o melhor proveito" (*Ib.*).

[7] "O plano de D. Francisco de Almeida era manter o exclusivo da navegação para os Portugueses e seus aliados, e ter em terra só os pontos de apoio necessários para o carregamento da pimenta e para a reparação e abrigo dos navios. Seria esse, possìvelmente, o sistema mais sensato, se a Coroa houvesse organizado as finanças (quer dizer, o comércio do Oriente e as suas despesas na metrópole) de maneira a não ter *deficit*" (*Id., Breve Interpretação da História de Portugal*, Lisboa, Clássicos Sá da Costa, 6ª ed., 1976, p. 66).

[8] "Albuquerque [...] não era homem para não tentar uma solução de dificuldades. A que imaginou e pôs em prática, graças a um génio excepcional de guerreiro e de político, foi a de criar fontes de receita pela conquista de territórios, pelos tributos impostos a soberanos avassalados. O plano proposto por D. Francisco seria acaso o mais sensato, se fosse sensata a administração da Coroa, e se tivesse base e estabilidade a vida económica do País, desenraizada da terra cada vez mais, cada vez mais anémica na produção, desde que se iniciou o comércio da Mina. Porém, sendo as coisas assim como eram, os lucros provenientes da pimenta não logravam cobrir as grandes despesas, os desperdícios próprios de tal distância. Poderiam cobri-los os impostos da guerra, os tributos dos chefes avassalados à Coroa? O certo é que, com a ideia das páreas enraizada no cérebro, o homem "terribil" criou um império, e viu na realidade o que tinha em plano" (*Ib.*, p. 73).

1. O contexto histórico

D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque terão nascido em datas muito próximas: entre 1450 e 1457, o primeiro; entre 1460 e 1462, o segundo.

É o reinado de D. Afonso V, no qual o Príncipe Perfeito desempenhará até 1481 papel importante junto de seu pai, na condução dos negócios do Reino.

Filho do primeiro conde Abrantes, D. Lopo de Almeida, vedor de D. Afonso V, e de D. Brites de Almeida, o primeiro vice-rei da Índia tinha uma ascendência nobre, de primeiro plano, origem que naturalmente terá marcado a sua personalidade e educação.

Filho de Gonçalo de Albuquerque, senhor de Vila Verde, e de D. Leonor de Meneses, o segundo governador da Índia, apesar de pertencer a uma categoria social análoga à do seu antecessor, viu a sua família ser denegrida, devido ao carácter violento de um avô. Mesmo assim, pôde, tal como ele, participar nos principais acontecimentos políticos do seu tempo.

Ambos pertenceram à Ordem de Santiago, sob as ordens do Príncipe Perfeito. Ambos terão participado na batalha de Toro (1476) e em expedições africanas, designadamente a Arzila. Por sua vez, D. Francisco de Almeida e seu filho D. Lourenço participaram na guerra de Granada (1484-1492), como aduzem os principais cronistas[9].

Quando D. Francisco de Almeida embarcou para a Índia como capitão-mor, em 25 de Março de 1505, as expedições de Vasco da Gama (1497-98), Pedro Álvares Cabral (1500-01), João da Nova (1501-02), Vasco da Gama (1502-03), Lopo Soares (1504) já haviam fornecido dados importantes em relação à rota do Cabo e ao comércio das especiarias. O próprio Afonso Albuquerque já havia empreendido a sua primeira viagem, largando de Lisboa na capitânia *Santiago,* a 6 de Abril de 1503, chegando a Cochim no final desse ano e regressando ao Reino em Julho de 1504. Com ele seguiam outros capitães: seu primo Francisco, Duarte Pacheco Pereira e Fernão Martins de Almada.

O futuro vice-rei só será investido nessa função após a entrada em Cananor, ao receber o embaixador de Narsinga, conforme instruções verbais

---

[9] Cf. Garcia de Resende, *Crónica de D. João II*, cap. 144, ed. INCM, p. 211; Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Emanuel,* T. II, cap. XLIV; Gaspar Correia, *Lendas da Índia,* Porto, Lello & Irmão, 1975, pp. 525.530; D. Francisco de Melo, *Items contra os Erros da Chronica [de Goês], in Archivo Historico Portuguez,* vol. IX, p. 359; Anónimo Quinhentista, *in Documentação Ultramarina Portuguesa,* vol. I, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1960, pp. 283.298.

de D. Manuel[10]. Tal distinção, porém, não será concedida ao seu sucessor[11], embora os seus poderes e os seus proventos não fossem inferiores.

Por outro lado, apesar da reserva de alguns historiadores em atribuírem a D. Francisco de Almeida a fundação do Estado Português da Índia[12], o seu domínio, mais do que territorial, era marítimo[13], mas decorria de um projecto régio, expresso ao Papa, que abrangia a África Oriental e a vastidão da Índia[14].

Por seu turno, enquanto o primeiro governador da Índia é explícita e imediatamente investido nessa função, o seu sucessor, antes da nomeação para esse cargo, efectua duas viagens à Índia: a de 1503, já referida; e a de 1506, sob o comando de Tristão da Cunha. Em ambas pôde aprender quão complexos eram os povos orientais, reunindo experiência e observação que muito haviam de contribuir para o futuro sucesso da sua acção.

2. As personalidades

O retrato físico, entremeado com o psicológico e moral, de D. Francisco de Almeida é esboçado de modo muito sumário e ligeiro, tanto por Fernão Lopes Castanheda, como por Gaspar Correia: "homem de corpo meão & membrudo, & de rosto grave e de grande magestade, foy muito devoto & amador de Nosso Senhor & guardava seus mandamentos segundo parecia"[15];

---

[10] Cf. Gaspar Correia, *op. cit.*, T. I, p. 527; João de Barros, *Da Ásia*, Déc. I, liv. VIII, cap. X; F. L. Castanheda, *História dos Descobrimentos e Conquista da Índia pelos Portugueses*, Porto, Lello & Irmão, 1979, T. II, cap. I, p. 210; Damião de Góis, *op. cit.*, II, fl. 10-10 v.; Brás Albuquerque, *Commentarios*, 5ª ed., conforme a 2ª ed. De 1576, Lisboa, INCM, 1973, p. 26.

[11] "Albuquerque não era vice-rei, como D. Francisco havia sido; mas os seus poderes eram os mesmos, bem como o ordenado, que ia a seiscentos mil réis por ano (equivalente a mais ou menos mil libras de hoje" (Elaine Sanceau, *O Sonho da Índia. Afonso de Albuquerque*, Porto, Livraria Civilização Editora, 1939, p. 136).

[12] Cf. Jaime Cortesão, *O Império Português do Oriente*, Lisboa, Portugália, 1968, p. 58. Damião Peres (dir.), *História de Portugal*, , IV, Barcelos, 1932 (ed. De 1982, p. 28); John Correia Afonso, *Correio da Unesco*, Junho de 1989, ed. port. p. 34.

[13] "[...] um vice-rei flutuante, governador de um Estado sem território, com o convés da sua nau por capital", "Estrutura política e administrativa do Estado da Índia no Século XVI", *in Actas do II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, Lisboa, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1985, p. 519.

[14] "Recebei o vosso Portugal, e não apenas Portugal, mas também grande parte de África. Recebei a Etiópia e a imensa vastidão da Índia. Recebei o mesmo Oceano [...] Recebei a obediência Oriental, desconhecida de vossos antecessores, mas reservada para vós, e que, sendo já agora enorme, há-de ser por mercê de Deus cada vez maior" ("Oração de Obediência ao Sumo Pontífice Júlio II", *in Orações de Obediência – Séculos XV a XVII*, Lisboa, Inapa, 1988, p. 17.

[15] Fernão Lopes de Castanheda, *op. cit.*, II, p. 488.

"homem muyto inteiro e exprimentado [...] de meão corpo, honrada presença, hum pouco calvo e muyta authoridade [...]; nada era cobiçoso, e era muy zeloso da justiça [...] e muy inclinado a fazer todas as cousas em tanta perfeição, que ellas per si testemunhassem a verdade"[16]. Garcia de Resende, João de Barros e Damião de Góis apenas se referem à sua personalidade: "muy valente cavaleiro / sem cobiça, verdadeiro, / mui sesudo, mui avisado"[17]; "homem de honrada presença {...] e por esta e outras qualidades de sua pessoa mui estimado"[18]; "allem de bom cavalleiro, mui prudente, e sagaz, bem assombrado, e grave em sua pratica"[19].

O retrato físico de Afonso de Albuquerque é parcamente esboçado por João de Barros[20] ("homem de compaffada estatura", "trazia fempre a barba mui comprida, depois que começou mandar gente, e como era alva, dava-lhe grande veneração"), ao contrário do retrato psicológico e moral, abundante em referências. O contraste entre o "rofto alegre e graciofo" e o "acatamento trifte", quando "fe indignava", persiste a propósito do seu espírito humorístico ("Era homem de muitas graças, e motes, e em algumas manencorias leves no tempo de mandar foltava muitos que davam prazer a quem eftava de fóra"; "trazia grandes anexins de ditos pêra comprazer á gente, fegundo os tempos, e qualidade da peffoa de cada hum) e do seu temperamento colérico ("Era mui fragueiro, e rixofo, fe o não comprazia qualquer coufa").

A invulgar energia de que era dotado, agravada pela sua extrema exigência, quer em relação a si próprio, quer em relação aos seus subordinados, impelia-o a soluções apressadas, designadamente as de carácter disciplinar: "canfava muito os homens no que lhes mandava fazer, por fer hum efpirito apreffado [...] Nas execuções foi hum pouco apressado, e não mui piedofo"). A sua severidade militar, acrescida da sua prudência e astúcia, incutia nos inimigos grande temor, donde a alcunha de "o terribil", mas também grande respeito, amor e veneração: "Era fagaz, e manhofo em feus negócios, e fabia enfiar as coufas a feu propofito [...], fazia-se temer muito aos mouros, e tinha grandes cautelas pêra delles levar o melhor"[21]; "de maneira, que affi morto todos lhe tinham aquelle acatamento, e reverencia que lhe em vida guardavam [...] e era tamanho o choro em todos, que os Frades de S. Francifco, e os Clerigos o não puderam encommendar"[22].

---

[16] Gaspar Correia, *op. cit.*, I, pp. 525. 533. 740.

[17] Garcia de Resende, *op. cit.*, p. 360.

[18] João de Barros, *op. cit.*, Déc. II, liv. III, cap. IX, p. 148.

[19] Damião de Góis, *op. cit.*, II, ed. 1566, fl. 75 v.

[20] Cf. João de Barros, *Da Ásia*, Déc.II, Liv. X, Cap. VIII.

[21] *Ib.*

[22] *Ib.* "E como os Gentios Canarijs da terra neftes cafos da morte ufam de muitas gentilidades por pranto, e dó, vendo o feu rofto defcuberto com aquella honra, e gravidade de fua peffoa, e alvura da barba, que a idade, e trabalhos lhe tinham dado, faziam, e diziam coufas, que não havia peffoa que fe tiveffe ao choro, e principalmente movidos com o pranto de quantas mulheres elle tinha cafado" (*Ib*).

A combinação entre a sua preparação humanística e o seu pendor moral e religioso completam o seu perfil psicológico: "fallava, e efcrevia muito bem ajudado de algumas Letras Latinas que tinha. [...] foi de muita efmola, e devoto, no enterrar dos mortos elle era o primeiro" [23].

3. Os feitos militares

Apoiado em seu filho, D. Lourenço, o Vice-rei iniciou os feitos militares que estão na base da construção do Estado Português da Índia. A tomada de Quíloa, de Mombaça e de Sofala, a par da erecção de fortalezas em Quíloa, Angediva e Sofala, de acordo com o regimento de Dom Manuel, testemunha a importância estratégica de tais feitos, cuja fama impeliu o poderoso rei de Narsinga a enviar-lhe embaixada, com desejo de cooperação e a autorização de construir fortalezas onde desejasse, para além de confirmar a amizade com o rei de Cochim e de Cananor, onde constrói fortalezas de pedra. Na Índia, é de assinalar: a batalha naval com as forças do Samorim, de Calecut [24]; o socorro aos sitiados na fortaleza de Angediva; o ataque à frota de Calecut, no porto de Panane, conduzido por Tristão da Cunha; o confronto com os Rumes, na barra de Chaul[25], onde acaba por falecer D. Lourenço de Almeida[26]; a vitória em Diu sobre os Rumes, o Samorim de Calecut e o rei de Cambaia, com o apoio de Veneza[27]. O êxito desta vitória acaba por ter inevitáveis reflexos entre os soberanos de Chaul, Onor, Batecalá, Cananor e Cochim.

Dos feitos militares de Afonso de Albuquerque não constitui qualquer dúvida salientar, pela sua ampla projecção geo-estratégica, as conquistas de Goa (1510), Malaca (1511) e Ormuz (1515). É praticamente o largo corredor entre o Golfo Pérsico e o estreito de Malaca que se abre, então, a partir de tais conquistas, o mesmo será dizer toda a vastidão do Norte do Índico, unindo a África oriental, já conquistada, às portas do Pacífico, permitindo as futuras navegações para a China e o Japão.

---

[23] *Ib.*

[24] A 18 de Março de 1506, após a qual foi erguida em Cananor a ermida de Nossa Senhora da Vitória. Cf. F. L. Castanheda, *op. cit.*, L. II, Cap. XXV, p. 267. Gaspar Correia, *op. cit.*, I, Cap. VIII, J. de Barros, *op. cit.*, Déc. I, L.X, Cap. IV.

[25] A 12 de Março de 1508.

[26] Cf. F.L. Castanheda, *op. cit.*, II, LXX, p. 399-403; J. de Barros, *op. cit.*, Déc. II, L. II, Cap. IX; G. Correia, *op. cit.*, pp. 775-777.

[27] A 3 de Fevereiro de 1509. Cf. F. L. Castanheda, *op. cit.*, II, Cap. XCV, p. 426 ss. J. de Barros, *op. cit.*, Déc. II, L. III, Cap. III; G. Correia, *op. cit.*, P. 924 ss.

4. A concepção e actuação políticas

A postura aristocrática do vassalo em relação ao seu suserano, inspirada na matriz humanista da *timé* ou da honra (*honor*) e no código cavaleiresco medieval, pautou, segundo assinalam os cronistas, a concepção e a actuação político-administrativa de D. Francisco de Almeida. Gaspar Correia chega a elogiar a perfeição desta sua postura em termos quase hiperbólicos: "Em todo tão perfeito, que nom sey se nunqua a India terá outro tal"[28]. Esta postura é esclarecida e enriquecida pela ética humanística e cristã, animada pela *areté* grega e pela *uirtus* romana, reveladas tanto na magnificência e liberalidade senhoriais[29], de que o Infante D. Pedro se fazia eco no seu *Livro da Virtuosa Benfeitoria*, como na clemência[30], que já os imperadores romanos procuravam adoptar nos seus julgamentos e Virgílio faz inscrever, a caracteres de ouro, como lema identitário da *praxis* romana, na sua *Eneida*[31]. As virtudes cardeais, como a prudência e a justiça, também fazem parte desse quadro ético de entendimento e da actuação políticos[32]. No entanto, a sua magnificência, ou vontade de realizar grandes projectos, era

---

[28] "Foy Dom Francisco muy perfeito e puro no serviço d'el-rey nosso senhor, com que fez grandes bons assentos em todol'os tratos e negoceações das compras e vendas com os mercadores, que oje em dia se uzão; homem amigo dos serviços dos homens, que a todos pagou seus vencimentos que lhe devia, antes que fosse a pelejar com os Rumes, temendo que se morresse levaria em cargo nom lhes ter pago. Em todo tão perfeito, que nom sey se nunqua a Índia terá outro tal" (Gaspar Correia, *op. cit.*, p. 994).

[29] "E porque nas que se tractavam acerca do galardam das partes, enquanto andou na India, assy como acrescentamento de ordenados, dada de officios e merces que deu em nome d'el-rey, despendeo e administrou estas cousas segundo a confiança de sua pesoa, e nisto se mostrou mais magnifico capitam que limitado despenseiro. Teve el-rey alguuns descontentamentos deste seu modo, e muitos que andavam debaixo da sua bandeira muyto mayor, porem aos portugueses mais lhe doy e se indinam polo que dam a seu vezinho que elles não recebem. E sabendo elle na India que cá no reino se não cumpriram alguns ordenados e acrescentamentos que deu aos que melitavam naquellas partes, dezia pubricamente: *eu irei ao reyno e apresentarey a el-rey meu senhor o Regimento que me deu e se trespasey seus mandados dando sua fazenda ahy está [a] minha, e se não abastar pêra pagar tanto dano, dir-lhe-ey que outra ora não meta a espada na mão do sandeu*" (João de Barros, *op. cit.*, Déc. II, L. III, cap. IX). "Foy de condição muyto magnifica & liberal, segundo se vio nos muytos bens que fez aos homens enquanto governou, assi à sua custa como a d'el-rey no que se estendia seu poder" (F. L. Castanheda, *op. cit.*, II,, cap. CXXII, p. 488).

[30] "Foy tam piedoso que nunca castigou ninguém, que primeiro ho não reprendesse três vezes" (F. L. Castanheda, *op. cit.*, II, cap., CXXII, p. 488.

[31] "Tu, Romano, sê atento a governar os povos com o teu poder / - estas serão as tuas artes – a impor hábitos de paz, a poupar os vencidos e derrubar os orgulhosos" (*Eneida,* VI, 851-853).

[32] "Foy muyto isento pera fazer o que lhe parecia bem, porem com conselho; e foy muyto prudente & discreto" (Id., *ib.*).

frequentemente mal interpretada, sobretudo por seus amigos, que o acusavam de vaidade dissimulada[33]. O seu espírito militar fazia-o esforçar-se nas campanhas em que se envolveu, sem, no entanto, cair no militarismo desenfreado, tendo como plano estratégico, ao contrário do seu sucessor, a prioridade do domínio do Malabar[34].

Se D. Francisco de Almeida pautava a sua acção política por critérios fundamentalmente europeus, Afonso de Albuquerque, à semelhança de Alexandre Magno, seu principal modelo, procurou colher a lição da inculturação asiática, bebida na leitura das *Vidas* de Plutarco, tendo recebido a oferta de um volume escrito em persa sobre a vida e feitos do grande macedónio, oferecido ao conquistador de Oman por um venerando ancião, volume que tinha sempre à sua cabeceira, como o general grego tinha a *Ilíada,* de Homero, e que "mais [o] estimou que quantas cousas lhe podéra dar"[35]. Como Alexandre, Albuquerque preferia a boa ordem ao número de soldados, não deixando, no entanto de respeitar a sua liberdade[36]. Como Alexandre, Albuquerque cansava e irritava os seus subordinados com o seu mega-projecto de conquista imperial, estando eles mais voltados para os efeitos materiais e imediatos dessa conquista, como o comércio e os saques. Como Alexandre, Albuquerque não humilhava os vencidos, mas procurava tratá-los com todo o respeito e consideração, como aconteceu com a cidade de Soar, que facilmente se submeteu[37], ao contrário de Mascate[38] e Orfação[39]. Como Alexandre, Albuquerque preconizou uma política de miscigenação, ainda que

---

[33] "[...] e foy de tam altos pensamentos que muytos lho atribuyão a vaidade, principalmente seus amigos, & de feyto dizem que se queria ser louvado, & que era tençoeiro com quem lhe errava, mas que ho sabia bem dissimular" (*Id., ib.*).

[34] "Nas cousas da guerra foy sempre muyto atentado, com quanto era muyto esforçado. Teve por concrusam, que por mais honrado que hum homem fosse não devia de deixar de air ao desafio que lhe fizesse outro, posto que fosse muyto bayxo. E foy muyto contrayro a se fazer na Índia nenhuma conquista ate a costa do Malabar não estar de todo assentada" (*Id., ib.*).

[35] Brás Albuquerque, *Comentários de Afonso de Albuquerque,* Parte I, cap. XXVII.

[36] "Pois está certo que nos feitos de guerra val mais a boa ordem que as muytas gentes, nem valentias de forças, em que os nobres se aventajão em mostrar de quem descendem, e os que taes obrigações nom tiverem cumpre andarem na ordem que lhe derem os que os ministrarem, que são bons pastores que os metão por bom caminho. E se algum ysto tomar por agravo, daquy lhes prometo que todos quantos quiserem os deixe hir peera o Reyno, porque enquanto eu este cargo servir, eu nom trarey hum só homem contra sua vontade" (Gaspar Correia, *op. cit.*, II, p. 45).

[37] "[...]e se vieram meter todos em minhas mãos" (Afonso de Albuquerque, *Cartas para el-Rei D.MANUEL I,* 2ª ed. Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1957, I, 2 de Fevereiro de 1508.

[38] Cf. F. L. Castanheda, *op.cit.*, l. II, cap. LVI.

[39] Como não se fizeram propostas de paz, "entrei per forças darmas... e matei muita jemte e pus o fogo á vila" (*Cartas, op. cit.*, 2 de Fev. de 1508).

dentro de critérios tendencialmente eurocêntricos[40], oferecendo aos que contraíam casamentos mistos casas, terras e condições empresariais, tratando as noivas como suas filhas[41]. Como Alexandre, Albuquerque não se limitou a conquistar, mas visou, acima de tudo, uma política civilizadora, como escreveu a propósito de Malaca e dos Malaios: "Se gostarem da nossa justiça e verdade, franqueza e brandura, eu me afirmo que todos venham a ella, e façam as paredes das casas de ouro..."[42]. Como Alexandre, Albuquerque procurou estudar e descobrir o jogo político dos príncipes orientais, de modo a evitar as suas intrigas e manobras golpistas, como confidenciava ao seu Soberano: "Os Rex de quá sabem jogar seus jogos como os de lá"[43]; "Não ha quá ho primor dessas partes em guardar verdade nem amizade nem fee, porque a nam tem, e, portanto, Senhor, confiay em boas fortalezas... nam ponhaes ho côvado na amizade dos rrex e senhores de quá"[44]. No entanto, não advogava a mesma postura como represália ou estratégia política, preferindo apresentar a frescura civilizacional da Verdade ao baixo ardil: "Certo está que as jemtes destas partes pouca verdade falam comnosco, mas não he bem que os tratemos nós por esta mydida, porque, como vossa Alteza diz, a verdade ser a principal parte da conservaçam da India, e creo aynda, Senhor, que de toda outra terra do mundo"[45].

5. As fragilidades

Apesar das suas virtudes, os dois primeiros governadores da Índia não puderam eximir-se das respectivas fragilidades, como é próprio da condição humana, pese embora a livre subjectividade de cada árbitro.

Sem qualquer dúvida, D. Francisco de Almeida não conseguiu o humilde distanciamento emocional, que o cargo lhe impunha, capaz de "engolir", sem inveja nem animosidade, os êxitos militares daquele que seria

---

[40] "Eu numqua tive devaçam de casar homens com estas molheres malabares porque sam negras e molheres corrutas em seu viver per seus costumes; e as molheres que foram mouras sam alvas e castas e retraydas em suas casas e no modo de seu viver... e as molheres de brâmanes e filhas delles também são castas molheres e de bom viver e sam alvas e de boa presença; assy senhor, em qualquer parte honde se tomava molher branca nom se vendia nem se resgatava, todas se davam a homens de bem que quyriam casar com elas" (*Cartas*, I).

[41] Cf. F. L. Castanheda, *op. cit.*, L. III, cap. XLVII.

[42] Brás de Albuquerque, *Comentários*, Parte III, cap. XXVI.

[43] *Cartas*, I, p. 130.

[44] *Ib.*, I, 1 de Abril de 1512.

[45] *Ib.*, I, 3 de Dezembro de 1513 (Carta nº XL).

o seu sucessor. De facto, perante a deserção dos capitães na primeira tentativa da conquista de Ormuz, à revelia do seu comandante, o Vice-rei foi incapaz de os castigar, como mereciam, de acordo com a disciplina[46] militar; antes, os enviou para junto do comando de seu filho, D. Lourenço, numa espécie de "branqueamento" proteccionista. A este propósito, assim desabafava Afonso de Albuquerque ao Vice-rei: "[De] todo o mais castigo que lhe Vosa Senhoria der sam merecedores, e dignos de toda a pena e de toda a desomra, porque ha trezentos anos que cavaleiros portugueses tamanha maldade nom fizessem... nem o ly eu nas caronicas portuguesas"[47]. Estranhamente, porém, D. Francisco escreveu a Cogeatar, desacreditando o comandante português, apresentando desculpas pelo seu comportamento em Ormuz e prometendo castigá-lo[48]. Mais tarde, Albuquerque verá recusada não só a sua oferta de disponibilidade para vingar a morte de D. Lourenço, mas também a sua participação na honrosa campanha de Diu. Ao regressar vitorioso a Cochim, D. Francisco finge ignorar a presença do seu adversário[49], passando, em seguida, a negar-lhe repetidamente a entrega do governo da Índia, a pretextos vários. Depois de João da Nova e Jorge Barreto terem organizado um abaixo-assinado contra Albuquerque, ao qual o rajá de Cochim não aderiu, o Vice-rei não só adia o seu regresso ao Reino, mas também manda prender os amigos do seu sucessor e ele próprio, mantendo-o incomunicável, tanto por via oral como por escrito, sob graves acusações de lesa-Estado e das finanças públicas[50]. A própria casa de Albuquerque é destruída, quando embarcava para Cananor numa nau podre. Serão os fidalgos que aí se encontravam a reconhecer o novo e legítimo governador da Índia, com o consentimento do próprio[51].

---

[46] "-Dai-me a armada, eu vingarei vosso filho.
- Sede vos o juiz, se o caso fora vosso, se m'o déreys?" (Gaspar Correia, *op. cit.*, I, p. 896).

[47] *Cartas*, I, 2 de Fevereiro de 1508.

[48] Cf. *Cartas*, III, p.295; *Comentários*, Parte I, cap. IX.

[49] Cf. *Comentários*, II, cap. IV.

[50] "D. Francisco dalmeida, visorey das Índias por el rey, meu senhor, mando a vos Lourenço de bryto, fidalgo da casa do dito senhor... e capitam da fortaleza de Sant Angel de Cananor que recebaes de Martim Coelho, capitam moor darmada que ora a dandar nesta costa, Afonso dalbuquerque e o tenhaes na torre de menagem sem que nenhüa pessoa fale com elle; e tereis tal maneira, que nunca possa escrever nem mandar rrecado a el rrey de Calequt, nem de Cochi, nem de Cananor, porque traz em grande dano o estado e fazenda del rrey meu senhor... Feita em Cochi aos 9 dias de Setembro era de 1509 (*Carta III*, p. 306).

[51] "Se a ysso assy o entendeys e o tendes sabido porque he notorio a todo o mundo, logo nom faço nenhum erro a minha honra, e em nome d'El Rey Nosso Senhor aceito vossas vontades e obras pêra conforme minhas forças fazer o serviço d'El Rey Nosso Senhor" (Gaspar Correia, *op. cit.*, I, p. 983).

Por sua vez, Afonso de Albuquerque seria severamente criticado por Camões, no seu poema épico[52], pelo seu acto de crueldade para com o enamorado Rui Dias, o qual desobedecera às suas ordens e amara uma das cativas mouras de Goa, que o Governador trazia bem guardadas na armada. Com efeito, a sensibilidade do poeta fá-lo erguer a voz pelo direito de amar, contra a crueldade da sentença dada, o enforcamento, aduzindo toda uma série de heróis antigos que se deixaram vencer pela voz do amor e não pela dura espada da lei. Tal crítica, porém, ignora a contextualização do incidente, marcada pela constante rebeldia dos capitães da armada que, desde os difíceis tempos de Ormuz até Goa, teimavam em se opor abertamente à autoridade do Governador[53]. Deste modo, o infeliz e enamorado Rui Dias terá sido uma dupla vítima na guerra tenaz de interesses que opunham muitos dos capitães das armadas à autoridade férrea do grande conquistador. No entanto, o testamento de Afonso de Albuquerque evidencia o seu arrependimento pela severidade cometida contra Rui Dias, ao mandar rezar quatro trintários por sua alma[54].

Conclusão

D. Francisco de Almeida morreria trágica e ingloriamente na costa sul de África, a 1 de Março de 1510, com a garganta atravessada por uma lança. A personagem mitológica Adamastor prevê este episódio trágico, em termos de vingança: "E do primeiro Ilustre, que a ventura / Com fama alta fizer tocar os Céus, / Serei eterna e nova sepultura, / Por juízos incógnitos de Deus. / Aqui porá da Turca armada dura / Os soberbos e prósperos troféus; / Comigo [Adamastor] de seus danos o ameaça / A destruída Quíloa com Mombaça"[55].

Afonso de Albuquerque morreria, já doente, a 16 de Dezembro de 1515, ao avistar a barra de Goa, depois de saber que tinha sido substituído por Lopo Soares, sendo Diogo Mendes de Vasconcelos o novo capitão de Cochim e Diogo Pereira seu secretário, precisamente os homens que tinha mandado prender, como terá desabafado[56]: "Certamente que grandes são meus pecados

---

[52] Cf. *Os Lus.*, X, 45-49.

[53] Cf. João de Barros, *op. cit.*, Déc. II, L V, cap. VII.

[54] "Mando que digam pela aalma de Ruy Dias que mandei justiçar no Ryo de Guoa quatro trintayros" (Testamento de Albuquerque, *in Boletim de Segunda Classe da Academia*, Novembro de 1910).

[55] *Os Lus.*, V, 45.

[56] "Boas novas são aquellas para mym que os homens que mandey presos, e de que escrevi mal, vem honrados e beadantes!" (Gaspar Correia, *op. cit.*, II, p. 458).

ante El Rey. Pois estou mal ante elle por amor dos homens, e mal com os homens por amor d'elle, compreme acolher á igreja"[57].

Na sua segunda versão d' *O Soldado Prático,* Diogo do Couto, pela boca do Soldado, elogia expressamente os governadores da Índia até 1559: "as verdades com que este Estado se ganhou foram viso-reis embarcados, armas vistidas, fazendo guerra aos imigos, acrecentando o património real e enriquecendo o Estado e os vassalos. E senão, vede como esteve a Índia no tempo dos que seguiram estas verdades, que foram D. Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque, e todos os mais viso-reis e governadores [...] até D. Constantino"[58].

Tendo orientado o seu governo por uma administração conciliadora com as potências económico-militares da Índia, D. Francisco de Almeida veio a aperceber-se da fragilidade dessa política, face à aliança tecida entre os grandes senhores do comércio do Índico: o Samorim de Calecute e o rei de Cambaia, senhor de Diu, aliados do sultão mameluco do Egipto, sempre pronto a enviar-lhes armadas bem artilhadas dos temíveis Rumes. O desastre de Chaul, porém, fez inflectir a orientação governativa do Vice-Rei para uma actuação belicista. Desde a tragédia de Março de 1508 até ao final do seu mandato legal, concentrou as suas energias na vingança da morte do filho. De facto, a vitória alcançada em Diu, pré-anunciada no ataque a Dabul, marca o início do estabelecimento de um efectivo respeito pelos Portugueses por parte dos povos asiáticos. Camões refere-se a esse acontecimento, enfatizando a "fúria e a mágoa" do "pai, com ânimo estupendo"[59], e volta a narrar a morte trágica do Vice-rei, acentuando a sua religiosidade e a fragilidade da condição humana[60].

Tendo como modelos Alexandre Magno, com o seu sonho imperial, e Cid, o Campeador, reconhecido combatente da reconquista cristã[61], Albuquerque foi dotado de um invulgar autodomínio e de uma coragem sobre-humana, os quais colocou inteiramente ao serviço do Rei, numa busca incessante de honra e de glória, de acordo com os ideais renascentistas. Ao contrário de D. Francisco, porém, era um homem profundamente solitário,

---

[57] *Ib.*

[58] Diogo do Couto, *O Soldado Prático,* II Parte, Cena II, 3ª ed., Lisboa, Clássicos Sá da Costa, 1980, p. 131.

[59] *Os Lus.*, X, 33, 2.1. Cf. X, 33-36.

[60] "Ali, Cafres selvagens poderão / O que destros immigos não puderam; / E rudos paus tostados sós farão / O que arcos e pelouros não fizeram. / Ocultos os juízos de Deus são; / As gentes vãs, que não nos entenderam, / Chamam-lhe fado mau, fortuna escura, / Sendo só providência de Deus pura" (*Os Lus.*, X, 38). Cf. X, 37.

[61] Cf. Brás de Albuquerque, *op. cit.*, cap. XXVII.

sem laços afectivos familiares tão fortes como os que uniram o Vice-rei a seu filho. A sua grandeza e as suas conquistas vertiginosas de Goa[62], Malaca[63] e Ormuz[64] trouxeram-lhe, também, grandes inimigos e invejas e alguma incompreensão régia.

Para além da sua orientação governativa marcadamente conciliadora e diplomática, D. Francisco de Almeida também assumiu atitudes belicistas no início (Quíloa e Mombaça) e no final da sua administração (Dabul e Diu), enquanto Afonso de Albuquerque o fez durante todo o seu governo, sem, no entanto, deixar de se revelar igualmente um inteligente e hábil diplomata nas suas relações com os senhores asiáticos e um cuidadoso administrador da fazenda real, nunca descurando o carregamento das naus.

D. Francisco de Almeida e Afonso de Albuquerque, cada qual à sua maneira, apesar das respectivas fragilidades, são dois heróis da Índia, duas figuras cimeiras da História portuguesa, dois políticos marcantes e os primeiros construtores do Império. Lamentamos, no entanto, que tenham sido, sobretudo, estrangeiros, como Élaine Sanceau[65], Geneviève Bouchon[66], Jean Aubin[67], Tom Earl e John Villiers[68] a restituírem o justo protagonismo de Afonso de Albuquerque. Importa, pois, ultrapassar os confrontos ideológicos dos seus críticos e restituir, à luz de uma contextualização histórico-cultural o mais possível isenta, o verdadeiro rosto e o justo mérito de cada qual.

---

[62] "Que gloriosas palmas tecer vejo, / Com que Vitória a fronte lhe coroa, / Quando, sem sombra vã de medo ou pejo, / Toma a ilha ilustríssima de Goa!" (*Os Lus.*, X, 42, 1-4).

[63] "Nem tu menos fugir poderás deste, / Posto que rica e posto que assentada / Lá no grémio da Aurora, onde naceste, / Opulenta Malaca nomeada" (*Os Lus.*, X, 44, 1-4).

[64] "Esta luz é do fogo e das luzentes / Armas, com que Albuquerque irá amansando / De Ormuz os Pársеos, por seu mal valentes, / Que refusam o jugo honroso e brando" (*Os Lus.*, X, 40, 1-4).

[65] Cf. Élaine Sanceau, *op. cit.*, *passim*.

[66] Cf. Geneviève Bouchon, *Albuquerque. Le lion des mers d'Asie*, Paris, Editions Desjonquères, 1992, *passim*.

[67] Cf. Jean Aubin, *John of Empoli and his rekation with Afonso de Albuquerque*, Lisboa, Ministério da Educação, Instituto de Investigação Científica Tropical, Laurence A. Nooman, 1989.

[68] Cf. T. F. Earle & John Villiers, *Albuquerque. Cesar of the East*, Aris & Phillips Ltd, Teddington House, Warminster, Wiltshire, 1990, *passim*. Referimos esta obra, apesar das fragilidades que a crítica lhe aponta e nós reconhecemos, por considerarmos relevante o facto de estes autores estrangeiros terem tido o mérito de traduzir para língua inglesa parte dos *Comentários de Afonso de Albuquerque*, obra editada por seu filho, Brás de Albuquerque, bem como de algumas das Cartas daquele Governador, enviadas a D. Manuel.

Res et verbum, acerca da navegação de Diogo de Sá

Professor Doutor, José Augusto Mourão[1]
Dr.ª Ana Cristina da Costa Gomes[2]

Quem, portanto, será tão insensato, que julgue as coisas pelas palavras de quem as profere?
(Diogo de Sá, Prefácio ao *De Navigatione Libri Tres*, 1549)

Le propre du réel, c'est qu'on ne l'imagine pas.
(Lacan, 2005, 92)

La forme est le phénomène de l'organisation de la matière, la matière organisée par la forme étant substance.
(Jean Petitot)

Os corvos
Da barca de Lisboa
Batem as asas
Grasnam
A enfunar as velas
Remendando-as
Com a linha
Das palavras
(António Borges Coelho, 2004)

O homem, o mar, as palavras e as coisas

Se no dizer do Poeta, os corvos da barca de Lisboa batem as asas e grasnam a enfunar as velas, à semelhança destes muitos foram os homens que, ao longo da centúria de Quinhentos, ousaram desafiar o Mar Oceano... Entre

---

[1] Professor Associado com Agregação na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Presidente do Centro de Estudos de Comunicação e Linguagem do Departamento de Ciências da Comunicação da FCSH da Universidade Nova de Lisboa e do Instituto São Tomás de Aquino.

[2] Doutoranda em História Moderna, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Bolseira da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

estes, alguns cantaram orgulhosamente os feitos alcançados pelas navegações portuguesas, quais corvos que remendam as velas "Com a linha / Das palavras"... A voz de Camões ergueu-se sobre todas as outras... A epopeia narrada nos *Lusíadas* é o "(...) cântico de uma sociedade em debate e confronto, confiante no seu valor, segura de que será capaz de vencer as suas dificuldades."[3] Trata-se de uma sociedade de homens "(...) a ter de escolher caminhos, a ter de os realizar e de assumir as consequências que daí resultam."[4] O projecto da Índia constituiu um tremendo choque para a Europa, no dizer do historiador Borges de Macedo e, acima de tudo, representou um incomensurável esforço dos portugueses, isto porque pela "(...) primeira vez, desde Roma, a Europa vai exportar Estado, vai exportar poder organizado. E fá-lo para a Índia."[5] E fê-lo, note-se, sem conhecer, à partida, o modo de o fazer, sem contar com a experiência de transferência do poder político e sem conhecer bem os centros estratégicos e económicos do Índico... Fê-lo a partir de um aproveitamento inteligente, como sublinhou o mesmo historiador, entre as condições de negociação e o uso da força, depois da negociação e quando esta estava gorada.[6]

A este aproveitamento estiveram associados, logo na sua fase inicial, o primeiro Vice-rei português D. Francisco de Almeida, que partiu para a Índia a 25 de Março de 1505 e o Governador da Índia seu sucessor, D. Afonso de Albuquerque. Durante os seus mandatos desencadearam-se acontecimentos cruciais "(...) que geraram o domínio naval português no Índico, a tomada de posições-chave para o controle dos fluxos comerciais e a posterior expansão portuguesa para o Extremo-Oriente, numa demonstração das excepcionais capacidades deste pequeno povo que surpreendeu o mundo."[7] Mas, estes homens não partiram sós e se podem ser considerados precursores do pensamento estratégico moderno, não podemos esquecer como notou Francisco Contente Domingues que, nos círculos concêntricos à volta do meio marítimo, "(...) podemos encontrar os homens cujos horizontes mentais se abriram algo bruscamente por via de uma atitude reflexiva sobre o extraordinário aumento quantitativo de informação trazida pelas navegações.

---

[3] Cf. Jorge Borges de MACEDO, "A Sociedade Portuguesa no Tempo de Camões", *in Clio – Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa,* Lisboa, Edições Colibri, 1995, p. 13.

[4] IDEM, *ibidem*, p. 12.

[5] IDEM, *ibidem*, p. 12.

[6] IDEM, *ibidem*, p. 13.

[7] Cf. A. J. Silva SOARES, *A Ciência Náutica e a Expansão Marítima Portuguesa*, Lisboa, Academia de Marinha, 1997, p. 304. Sobre o poder naval português veja-se Francisco Contente DOMINGUES, *Os Navios do Mar Oceano. Teoria e empiria na arquitectura naval portuguesa dos séculos XVI e XVII*, Lisboa, Centro de História da Universidade de Lisboa, 2004, pp. 287-299.

Porque é que não tiveram discípulos, ou porque é que eles não figuram entre os arautos da Revolução Científica do século XVII, essa é uma das questões, senão *a* questão central da cultura portuguesa."[8]

Mas, afinal quem eram os homens do mar no século XVI?[9] Que contributo deram para a formação do pensamento europeu no dealbar da Idade Moderna? Apesar de muitos terem sido os portugueses, em Quinhentos, a cruzar as águas turbulentas do mar – pescadores, armadores, marinheiros, capitães, pilotos, comerciantes –, nem todos podem ser classificados como homens do mar.[10] Antes pelo contrário, os capitães da Carreira da Índia com conhecimentos náuticos são muito raros, tendo Francisco Contente Domingues apenas isolado um caso do segundo quartel do século XVI, o do conhecido D. João de Castro e outro dos inícios do século XVII, D. António de Ataíde[11], dono de uma biblioteca de assuntos marítimos, ouvido como perito em matérias de arquitectura naval e que, no regresso da armada de 1611, de que foi capitão-mor, pilotou e escreveu o diário da nau em que vinha embarcado. Fora da Carreira da Índia apenas assinalou o caso de Duarte Pacheco Pereira.[12]

Na realidade, este autor concluiu que quem governava os navios eram os pilotos "(...) encarregues de seguir os regimentos, traçar as rotas com o apoio das cartas náuticas e das observações astronómicas e escrever o diário de bordo, onde era registado tudo o que tinha a ver com o curso da navegação propriamente dita."[13] Torna-se, desde já, importante sublinhar o carácter eminentemente prático dos escritos náuticos produzidos por estes pilotos, valendo os mesmos pelo seu interesse técnico, mas não tanto científico. Estes materiais podiam incluir trechos que diziam exclusivamente respeito a regras de astronomia náutica e à pilotagem (os chamados guias náuticos), descrições de carácter roteirístico, constituindo os designados roteiros, ou assumir a

---

[8] Cf. Francisco Contente DOMINGUES, "Horizontes Mentais dos Homens do Mar no Século XVI. A arte náutica portuguesa e a ciência moderna", *in* Maria da Graça M. VENTURA (coordenação de), *Viagens e Viajantes no Atlântico Quinhentista*, Lisboa, Edições Colibri, 1996, p. 218.

[9] A este propósito veja-se A. A. Marques de ALMEIDA, "Inovação e resistência na prática científica no Portugal das Descobertas", *in* João MEDINA, (dir. de), *História de Portugal*, Vol. IV, Lisboa, Ediclube, 1994, pp. 157-168.

[10] Cf. Francisco Contente DOMINGUES, "Horizontes Mentais dos Homens do Mar no Século XVI. A arte náutica portuguesa e a ciência moderna", (...), pp. 203-218.

[11] Ver Francisco Contente DOMINGUES e Inácio GUERREIRO, "D. António de Ataíde, capitão-mor da armada da Índia de 1611", *in A Abertura do Mundo. Estudos de História dos Descobrimentos Europeus em Homenagem a Luís de Albuquerque*, Vol. II, Lisboa, Presença, 1987.

[12] Cf. Francisco Contente DOMINGUES, "Horizontes Mentais dos Homens do Mar no Século XVI. A arte náutica portuguesa e a ciência moderna", (...), p. 207.

[13] IDEM, *ibidem*, p. 207.

forma diários de navegação.[14] Afinal, não podemos estranhar a dimensão prática destes trabalhos, isto porque a sociedade portuguesa, no tempo de Camões, era acima de tudo uma sociedade experimental, de experiência e de erro.

Diogo de Sá: um homem do mar na Carreira da Índia

Aos nomes de D. João de Castro e D. António de Ataíde urge, contudo, acrescentar o nome de outro homem do mar – Diogo de Sá. Este vulto da primeira metade de Quinhentos, até agora pouco conhecido[15], assume-se como outra das excepções, na Carreira da Índia, de alguém que desempenhou as funções de capitão e que tinha conhecimentos de náutica, como o confirma a sua obra *De Navigatione Libri Tres*[16]. Foi também alguém que terá convivido de perto, no Oriente, com D. João de Castro.

Filho de um capitão da Ásia, Diogo de Sá, desde muito cedo, seguiu os passos do seu pai, acompanhando-o com a espada na mão, como tantos outros jovens fidalgos portugueses... Não podemos esquecer, entre os múltiplos exemplos que poderíamos aqui invocar, que um dos capitães da armada de D. Francisco de Almeida era o seu próprio filho D. Lourenço, ao qual foi atribuído o comando de uma boa parte da frota para ir retaliar, contra as forças do Samorim de Calecute, a morte dos portugueses em Coulão e depois, conforme instruções do vice-rei, seu pai, seguiu para Ceilão para estabelecer os primeiros contactos diplomáticos e comerciais.

Os filhos imitaram os capitães da Ásia[17]... Diogo de Sá não foi excepção... Muito jovem, este filho de Fernão de Sá Soutomaior[18], capitão de

---

[14] Cf. Luís de ALBUQUERQUE, *O Livro de Marinharia de Pêro Vaz Fragoso*, Coimbra, Junta de Investigações Científicas e do Ultramar, 1977, pp. 5-6.

[15] Para a biografia de Diogo de Sá veja-se Ana Cristina da Costa GOMES, *Diogo de Sá. Os Horizontes de um Humanista*, Lisboa, Prefácio, 2004. Ver também Ana Cristina da Costa GOMES, "Entre as armas e as letras: o percurso do humanista Diogo de Sá", *in D. João III e o Império. Actas do Congresso Internacional Comemorativo do seu Nascimento*, Lisboa, Centro de História de Além-Mar e Centro de estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2004, pp. 993-1012 e *Mar, Pena e Espada no Percurso de Diogo de Sá*, Lisboa, Academia de Marinha, 2005.

[16] Biblioteca Nacional de Lisboa, Secção de Reservados, *Impressos, Reservados*, Res. 1193 P, Res. 1194 P. e um terceiro exemplar da Colecção Duarte de Sousa, D.S. XVI-20.

[17] Ver António Borges COELHO, *Tudo é Mercadoria. Sobre o Percurso e a Obra de João de Barros*, Lisboa, Caminho, 1992, p. 65.

[18] Martim de Albuquerque identificou o humanista com Diogo de Sá Soutomaior, filho de Fernão de Sá Soutomaior, com base numa larga consulta de *Nobiliários*. Cf. Martim de ALBUQUERQUE, "Elementos para uma biografia do humanista Diogo de Sá", *in Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Classe de Letras, Tomo XXVIII, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1989, pp. 40-42. Às mesmas conclusões chegou José da Silva HORTA, "A categoria de Gentio em Diogo de Sá: funções e níveis de significação", *in Clio*, Nova Série, Volume 10, 2004, pp. 151-154.

Cananor e descendente das linhagens dos Soutomaiores e Sás do reino, com cota de armas, terá ingressado na Carreira da Índia.[19] Gaspar Correia testemunhou a presença de um moço da câmara do rei, com o nome Diogo de Sá, em paragens orientais, no ano de 1517.[20] Por sua vez, Fernão Lopes de Castanheda e Manuel de Faria e Sousa destacaram a participação de um Diogo de Sá, durante o governo de Henrique de Meneses, contra o rei de Calecute, matando muitos mouros ao lado de D. João de Lima.[21] Tal como João de Barros retratou nas *Décadas da Ásia*, a Corte forneceu os principais quadros que, rasgando o Mar Oceano, sustentaram, nas primeiras décadas do século XVI, a presença portuguesa na Ásia: criados del-rei, homens da sua guarda e moços da sua câmara, à semelhança de Diogo de Sá. Alguns fizeram a sua preparação militar em Tânger e noutras praças marroquinas.[22]

Mas, este homem do mar e das letras continuou a viajar por terras orientais, na primeira metade de Quinhentos, e aí permaneceu durante largos anos. A carta que acompanha a edição, do ano de 1552, da sua obra *De Primogenitura* atesta a sua presença prolongada na Índia e atribui-lhe uma larga erudição como matemático, jurista e teólogo.[23]

A acompanhá-lo por estes caminhos marítimos e terrestres teve o pai e o seu irmão António de Sá. Com o primeiro voltou a passar ao Oriente, na carreira do ano de 1533/1534, quando este foi designado capitão de Cananor.[24] Com o segundo combateu, lado a lado, durante o governo de Lopo Vaz de Sampaio.[25] O desempenho militar destes dois fidalgos no Oriente também não

---

[19] Ver Ana Cristina da Costa GOMES, *Mar, Pena e Espada no Percurso de Diogo de Sá*, (...), pp. 2-9.

[20] Cf. Gaspar CORREIA, *Lendas da Índia*, Vol. II, Porto, Lello & Irmão-Editores, 1975, p. 488 (1ª ed. 1858).

[21] Cf. Fernão Lopes de CASTANHEDA, *História do Descobrimento e Conquista da Índia pelos Portugueses*, (ed. de Aníbal Pinto de CASTRO), 2º Vol., Porto, Lello e Irmão-Editores, 1979, p. 280 (1ª ed. 1552-1561): "*E quando dom Ioão faya a pelejar sempre ya na diãteira e ao recolher na traseira, porque estes dous lugares não os fiaua doutrem se não de si, posto que tinha consigo muytos parentes, de que por seu esforço os podia fiar assi como dom Vasco de Lima, António de Sá e Ruy de Melo seu irmão e todos de Santarem: Iorge de Lima, Lionel de Melo, Fernão de Lima, Diogo de Sá e dom Miguel de Lima que todos erão muy esforçados, e nesta guerra fizerão feytos de muy assinada valentia e matarão muytos mouros.*" Cf. Manuel de Faria e SOUSA, *Ásia Portuguesa*, Vol. II, Porto, Livraria Civilização, 1945-1947, p. 106 (1ª ed. 1666-1675).

[22] Cf. António Borges COELHO, *Tudo é Mercadoria. Sobre o Percurso e a Obra de João de Barros*, (...), pp. 144-145.

[23] A transcrição desta carta pode ser encontrada no estudo de Martim de ALBUQUERQUE, *op. cit.*, pp. 36-37.

[24] Biblioteca Central da Marinha (BCM), 5 / Ji / 2 / 33, fl. 38 e BCM, R / DE / 6, p. 41 e p. 44.

[25] Cf. Manuel de Faria e SOUSA, *Ásia Portuguesa*, Vol. II, Porto, Livraria Civilização, 1945-1947, p. 136 (1ª ed. 1666-1675).

passou despercebido ao próprio D. João de Castro. No ano de 1541, escrevia para o rei D. João III, no sentido de o informar dos sucessos da armada de Estevão da Gama. Esta expedição, na qual o próprio D. João de Castro participou, fez uma viagem ao Mar Vermelho, nesse mesmo ano, com o propósito de queimar os navios dos turcos que estivessem surtos ou varados no porto do Suez. Nesta carta elogiava os fidalgos que entraram nela, mencionando claramente os irmãos António e Diogo de Sá Soutomaior, com os quais teve a oportunidade de contactar, que haviam nascido "(...) na guerra de África e nela se criaram, e todo o tempo da Índia gastaram na companhia de Martim Afonso de Sousa[26], e com ele participaram nas vitórias e triunfos do Malabar."[27] Noutra missiva, enviada ao monarca, a 16 de Dezembro de 1546, referiu ainda a participação valente de Diogo de Sá nos acontecimentos desencadeados pelo 2º cerco da fortaleza de Diu, iniciado pelos Guzarates nesse mesmo ano, sob a orientação do valido do rei de Cambaia, Coja Sofar.[28] Segundo D. João de Castro, aí "(...) foi duas vezes ferido e queimado mais que nenhum outro fidalgo que nele estivesse; é valente homem e há muitos anos que anda cá; parece-me que V.A. o havia de prover de algumas viagens, a saber, da capitania de Ormuz, ou das viagens de Ceilão, ou das de Banda; e de todas estas parece-me que lhe devia fazer mercê da melhor."[29] O rei D. João III teve em consideração, muito provavelmente, esta indicação fornecida por D. João de Castro, isto porque nomeou Diogo de Sá, a 13 de Fevereiro de 1548, capitão e feitor das naus ou navios que estabeleciam a ligação marítima da Índia a Malaca, via Coromandel, por três viagens como reconhecimento dos serviços militares já prestados por este cavaleiro.[30]

Porém, os horizontes de vida deste capitão não se reduziam ao mar e à guerra. Ao homem do mar associava-se o homem das letras, o humanista, o erudito... Diogo de Sá foi contemporâneo de uma sociedade que teve de escolher caminhos e de assumir as suas consequências. Uma sociedade tecida de contradições. Aliás, "(...) se quisermos encontrar explicação dos elementos contraditórios que se situam no pensamento de Diogo de Sá, teremos, possivelmente, de encontrá-la no facto de ser ele um espírito demasiado e

---

[26] Martim Afonso de Sousa (1500-1564) destacou-se na guerra de Cambaia e foi governador da Índia, entre 1542 e 1545.

[27] Cf. Luís de ALBUQUERQUE, (dir. de), *Cartas de D. João de Castro a D. João III*, Lisboa, Publicações Alfa, 1989, p. 26.

[28] IDEM, *ibidem*, págs. 57, 63, 64-65, 68, 94.

[29] IDEM, *ibidem*, p. 94

[30] O documento manuscrito inédito que confirma esta nomeação régia foi por nós encontrado e publicado. Cf. Ana Cristina da Costa GOMES, *Diogo de Sá: Os Horizontes de um Humanista*, (...), p. 197.

entusiasticamente aberto ao Século para que dele recusasse alguma coisa. A sua contradição era apenas reflexo das contradições do Século a que aderira sem reservas."[31] A demanda do saber conduziu-o aos grandes centros universitários. No ano de 1538 figurava entre os "Mestres" de Matemática a par de Pedro Nunes, Francisco de Melo e Frei Lucas, nos Estudos de Coimbra.[32] Provavelmente, nesse meio académico terá começado a oposição entre Diogo de Sá e Pedro Nunes, defensores de diferentes programas de orientação e fundamentação do saber.[33] Desde logo, terão surgido os primeiros sinais de desarticulação entre o saber, associado a uma dimensão prática própria de um homem do mar, do humanista e o conhecimento teórico do cosmógrafo. Por sua vez, a atracção que sentia pelo estudo da Teologia conduziu-o a Paris e ao ambiente da sua famosa Faculdade, entre os anos de 1549 e 1552. Nessa cidade publicou o tratado em latim, com privilégio régio, intitulado *De Navigatione Libri Tres: Quibus Mathematicae Disciplinae Explicantur* (1549).

Diogo de Sá deve ser colocado entre os homens cujos horizontes mentais se abriram algo bruscamente por via de uma atitude reflexiva sobre o extraordinário aumento quantitativo de informação trazida pelas navegações, na expressão de Francisco Contente Domingues, os quais contribuíram para a formação do pensamento europeu no dealbar da Idade Moderna. É uma das raras excepções de homens envolvidos directamente nas navegações, não só com conhecimentos de náutica, como o demonstra o seu tratado sobre a navegação, mas também detentor de uma larga erudição. Henrique Leitão, enquanto comissário científico da exposição *Pedro Nunes 1502-1578*, realizada em 2002 na Biblioteca Nacional de Lisboa, concluiu mesmo que "Pedro Nunes teve alguns opositores em Portugal, mas possivelmente nenhum tão erudito como Diogo de Sá (...)".[34] No catálogo desta exposição, o *De Navigatione Libri Tres* é ainda considerado "(...) uma obra interessante a vários títulos. Para além de mostrar que Pedro Nunes não sofreu críticas apenas de pilotos e outros homens ligados à prática náutica – geralmente homens de fraca preparação teórica – mas também de personalidades eruditas,

---

[31] Nuno Espinosa Gomes da SILVA, *Humanismo e Direito em Portugal no Séc. XVI*, Lisboa, Faculdade de Direito, 1964, p. 325.

[32] Cf. Francisco Leitão FERREIRA, *Nothicias Chronologicas da Universidade de Coimbra* (org. por Joaquim de CARVALHO), Segunda Parte, Vol. I, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1938, p. 368 (1ª ed. 1729),

[33] Veja-se a este propósito Luís Filipe BARRETO, *Os Descobrimentos e a Ordem do Saber. Uma Análise Sóciocultural*, 2ª ed., Lisboa, Gradiva, 1989, pp. 65-69 (1ª ed. 1987).

[34] Cf. Henrique LEITÃO (comissário científico) e Lígia de AZEVEDO (coord. técnica), *Pedro Nunes 1502-1578: novas terras, novos mares e o que mays he: novo ceo e novas estrellas*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2002, p. 273.

o livro contém uma extensa discussão acerca da validade das demonstrações matemáticas por oposição às argumentações filosóficas, o que é certamente eco de um grande debate que por esses anos suscitou intervenções de alguns dos maiores intelectuais europeus."[35] É precisamente esta discussão, contida no primeiro dos livros da obra, que aqui será abordada de forma pormenorizada. Interessa, no entanto, acrescentar que esta personalidade erudita também era um dos homens ligados à prática náutica, apesar da sua vasta preparação teórica, tendo a ela dedicado grande parte da sua vida, como o próprio testemunha nesta mesma obra. Por outro lado, sublinhe-se que neste grande debate, que muito possivelmente suscitou a intervenção dos maiores intelectuais europeus, participou o próprio Pedro Nunes, ao responder às críticas de Diogo de Sá no seu manuscrito intitulado *Defensão do Tratado da Rumação do Globo para a Arte de Navegar*.[36]

O *De Navigatione Libri Tres* de Diogo de Sá. Entre o senso comum e o conhecimento científico: rupturas e descontinuidades.

Deixando de parte a apresentação da estrutura global do *De Navigatione Libri Tres*[37], uma vez que nos ocuparemos exclusivamente da dedicatória inicial, das considerações prévias ao leitor e do primeiro dos seus livros, interessa salientar, mais uma vez, que esta obra vale por si própria e que não se esgota, em termos de conteúdo, na crítica que contém aos dois tratados publicados por Pedro Nunes, juntamente com a tradução do *Tratado da Sphera* de João Sacrobosco (1537) – *Tratado de Certas Dúvidas da Navegação* e *Tratado em Defensão da Carta de Marear*. A sua redacção em latim[38] é de *per si* demonstrativa do público a quem se dirigia, ou seja a um grupo restrito de letrados, detentores de conhecimentos científicos e técnicos para a poderem ler, chegar a entender e, quem sabe, participar no debate que a mesma suscitava.

---

[35] IDEM, *ibidem*, p. 273.

[36] IDEM, *ibidem*, p. 99. Sobre o conteúdo deste manuscrito ver ainda Ana Cristina da Costa GOMES, *Diogo de Sá. Os Horizontes de um Humanista*, (...), pp. 72-74 e *Mar, Pena e Espada no Percurso de Diogo de Sá*, (...), pp. 19-22.

[37] A mesma deverá ser consultada em Ana Cristina da Costa GOMES, *Diogo de Sá. Os Horizontes de um Humanista*, (...), pp. 52-74 e *Mar, Pena e Espada no Percurso de Diogo de Sá*, (...), pp. 13-25. Cf. com Luís de ALBUQUERQUE, *Pedro Nunes e Diogo de Sá*, Separata de *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, Classe de Ciências, Tomo XXI, Lisboa, Academia das Ciências, 1976-1977 e do mesmo autor, "Science et Humanisme dans la Renaissance Portugaise", *in L'Humanisme Portugais et l'Europe*, Paris, Fondation Calouste Gulbenkian-Centre Culturel Portugais, 1984, pp. 419-435.

[38] A tradução deste tratado, da responsabilidade de Luís de Albuquerque, não chegou a ser publicada e foi por nós consultada a partir das respectivas provas tipográficas. Estas serviram como ponto de partida para este trabalho.

Na realidade, porém, o tratado de Diogo de Sá para além do seu valor científico, não deixa também de encerrar uma forte componente prática, que espelha a experiência marítima do seu escritor. Assim, se no primeiro livro procura estabelecer uma classificação das ciências, à semelhança de outros humanistas como João de Barros[39] e no segundo livro procura demonstrar que a Matemática, personificada por Pedro Nunes, não conhece, nem deve pronunciar-se sobre matéria e movimento, já no terceiro livro, depois de rejeitar o tratado sobre a carta de marear do cosmógrafo, não deixa de expor algumas regras de marinharia, correntes no seu tempo e de apresentar uma breve explicação para o regimento do sol ao meio-dia. Será que a inclusão destas regras é sinónima de uma certa heterogeneidade da obra? Ou poderá confundir-se este tratado com um mero guia náutico reduzido exclusivamente ao seu interesse técnico?

A mera análise do *De Navigatione Libri Tres* permite-nos responder negativamente a estas duas questões. Este texto deve ser entendido antes como o reflexo da desarticulação entre a sabedoria empírica de Diogo de Sá e a sabedoria livresca, teórica de Pedro Nunes. O humanista era um homem do mar, facto que não podemos ignorar, e as incompatibilidades entre Pedro Nunes e os homens das navegações encontram-se bem documentadas.[40] Aliás, Luís de Albuquerque sublinhou que Pedro Nunes "(...) era um homem de formação teórica, sem dúvida imaginativo e autor de obras que lhe granjearam

---

[39] João de Barros estabeleceu uma primeira classificação das ciências, na *Ropica Pnefma*, em 1532, tendo distribuído os saberes por dois níveis: o nível elementar ou dos primeiros elementos que são as línguas (Garcia de Orta chamar-lhes-ia os "silos" do saber) – designadamente as línguas privilegiadas pelos humanistas, o grego, o latim, o hebraico e as suas gramáticas – e os outros saberes como a Lógica, a Aritmética, a Geometria, a Harmónica ou Teoria da Música, a Cosmografia, a Astrologia, a Quiromância, a Geomância, a Mágica, a Filosofia e a Teologia. Pelos meados da década de quarenta, no *Panegírico dedicado à infanta D. Maria*, João de Barros enalteceu o valor da Astronomia, indispensável para a navegação e referenciou a ciência da Navegação, a Arquitectura, a Filosofia Natural, as Matemáticas, a Filosofia Moral, a Medicina, a Música, a Teologia e a ciência das Letras, indispensável para os homens comunicarem todas as ciências entre si. Segundo António Borges Coelho, este enunciado utilitarista das ciências reflecte a modernidade do pensamento de Barros. Cf. António Borges COELHO, *João de Barros: Na História «Está Semeada toda a Doutrina»*, Sep. de *Estudos em Homenagem a Jorge Borges de Macedo*, Lisboa, Centro de Arqueologia e História/INIC, 1992, p. 227.

[40] Cf. Rita Cortez de MATOS, "O Cosmógrafo-Mor: O Ensino Náutico em Portugal nos Séculos XVI e XVII", in *Oceanos: Navios e Navegações - Portugal e o Mar*, nº 38 - Abril/Junho, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999 e o estudo de Amélia Polónia da SILVA, "Os Náuticos das Carreiras Ultramarinas", in *Oceanos*, nº 38, (...), pp. 113-128. Diogo de Sá pode integrar-se entre aqueles que adquiriram uma aprendizagem empírica, pressuposta pelo embarque e acompanhamento de pais e irmãos, nas viagens ultramarinas.

justo renome, mas de visão prática discutível." O mesmo autor chegou a afirmar que o cosmógrafo "(...) nunca terá sabido compenetrar-se da preparação matemática dos pilotos (decerto quase sempre bem modesta) e do que era mais conveniente para a prática da pilotagem. Não lho podemos levar a mal, mas talvez tenhamos de rever ideias feitas sobre a presumível benéfica assistência que Nunes prestou à marinharia do seu tempo (...); estamos em crer que o grande matemático, com as suas observações teóricas, em nada contribuiu para que ela se aperfeiçoasse."[41]

Por outro lado, este texto integra-se no conjunto científico-filosófico controversial designado por "sabedoria do mar", uma vez que contém um confronto de teorias, ou um choque de fundamentos/programas de conhecimento, através da "ordem do diálogo" que se constrói entre a Filosofia representada por Sá e a Matemática por Pedro Nunes.[42] A ausência de experiência marítima do cosmógrafo é, precisamente, o ponto central da polémica. Destaque-se, porém, que a "ordem do diálogo" é minoritária, aparecendo na zona da marinharia com esta mesma obra e com o *Tratado da Esfera por Perguntas e Respostas* de D. João de Castro (c. 1535) e, em matéria médica, com os *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia* de Garcia de Orta (Goa, 1563). Em qualquer um destes casos estamos perante diálogos de matriz ciceroniana, "(...) tendencialmente centrados em problemas de gnosiologia e lógica do conhecimento objectivo/verdadeiro."[43] As personagens funcionam como pólos opostos dos discursos: em D. João de Castro, Mestre/Racionalismo *versus* Discípulo/Senso comum e em Garcia de Orta, Ruano/Eruditismo *versus* Orta/Empirismo. Em Diogo de Sá, a Filosofia/Racionalismo/Empirismo *versus* Matemática/Eruditismo; identificando-se o autor com a primeira e colocando as palavras, do cosmógrafo, na boca da segunda. A lógica destes textos vai "(...) sempre guardar pontes e pontos de contacto que, ao longo do desenvolvimento dos discursos, tendem para a afinidade, mesmo identidade parcial, sem, contudo, jamais anularem a diferença opositora."[44]

---

[41] Luís de ALBUQUERQUE, "Pedro Nunes e os homens do mar do seu tempo", *in Oceanos. Pedro Nunes*, Nº 49, Janeiro/Março 2002, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, p. 147. Texto originalmente publicado em Luís de ALBUQUERQUE, *A Náutica e a Ciência em Portugal. Notas sobre as navegações*, Lisboa, Gradiva, 1989, pp. 145-156.

[42] Veja-se a este propósito Luís Filipe BARRETO, *Os Descobrimentos e a Ordem do Saber. Uma Análise Sóciocultural*, 2ª ed., Lisboa, Gradiva, 1989, pp. 65-69, (1ª ed. 1987).

[43] IDEM, *ibidem*, p. 68.

[44] IDEM, *ibidem*, p. 68. Sobre as estratégias de diálogo veja-se Luís Filipe BARRETO, *Descobrimentos e Renascimento: Formas de Ser e Pensar nos Sécs. XV e XVI*, (...), pp. 255-295 e *Caminhos do Saber no Renascimento Português - Estudos de História e Teoria da Cultura*, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1986, pp. 29-107.

Faltará apenas questionar até que ponto o *De Navigatione Libri Tres*, com conteúdos técnico-científicos sobre as navegações, poderá ou não ser incluído entre os textos portugueses que deram o seu contributo para a ciência moderna e determinar o grau de novidade, nos horizontes mentais do seu autor.[45] Onésimo Teotónio de Almeida defendeu que a novidade das navegações residiu justamente na erupção da novidade, a partir de quatro casos exemplares – Duarte Pacheco Pereira, Pedro Nunes, D. João de Castro e Garcia de Orta –, tendo sistematizado os critérios de inovação em cinco pontos: rejeição da Autoridade dos Antigos *per se*; aceitação da experiência como critério de verdade; desenvolvimento de uma perspectiva e metodologia científicas; interface teoria-prática e consciência perfeita da importância dos novos conhecimentos adquiridos pelos navegadores portugueses na abertura de novas fronteiras.[46]

A simples enumeração destes parâmetros conduz-nos, desde logo, a problematizar se a figura de Diogo de Sá não deverá também ocupar um lugar junto dos quatro casos mencionados? Será que a obra em estudo não sintetiza, ela própria, um interface teoria/prática? Não transmite Diogo de Sá a consciência perfeita da importância dos novos conhecimentos adquiridos pelos navegadores portugueses, entre os quais orgulhosamente se inclui? E não entende a experiência como fonte primária do conhecimento[47], apesar de a ter vivido também no plano da percepção sensorial? Será que a citação das autoridades, a par da rejeição de algumas das suas afirmações, é sinónima de contradição no pensamento de Diogo de Sá? Ernan McMullin, autor de uma considerável obra no domínio da história e filosofia das ciências[48], "(...) considera insustentável a antiga ideia de que na Grécia Clássica a ciência fosse apenas de «cadeirão», uma vez que Aristóteles foi um cientista experi-

---

[45] O conceito de modernidade foi abordado pelo Padre Manuel ANTUNES, "Moderno e Modernidade", *in Brotéria*, Vol. LXIV, Nº 3, Lisboa, 1957, pp. 279-287.

[46] Cf. Onésimo Teotónio de ALMEIDA, "Portugal and the dawn of modern science", *in Portugal-the Pathfinder*, ed. George Winius, Madison, WI, The Hispanic Seminary in Medieval Studies, pp. 349-350 *apud* Francisco Contente DOMINGUES, "Horizontes Mentais dos Homens do Mar no Século XVI. A arte náutica portuguesa e a ciência moderna", (...), p. 213.

[47] Sobre os múltiplos sentidos da noção de experiência, em Portugal, ver Joaquim Barradas de CARVALHO, *Portugal e as Origens do Pensamento Moderno*, Lisboa, Livros Horizonte, 1981, pp. 105-196.

[48] Ernan McMullin é autor do livro intitulado *Newton on matter and activity*, Notre Dame, IN, University of Notre Dame Press, c. 1978 e coordenador de volumes como *Galileo, man of science*, New York, Basic Books, 1968 e *Construction and Constraint: The Shaping of Scientific Rationality*, Notre Dame, IN, University of Notre Dame Press, 1988. Cf. Onésimo Teotónio de ALMEIDA, "«*...fique a dúvida para Pedro Nunes*»: sobre a cooperação entre «cientistas» e navegadores", *in Oceanos. Pedro Nunes*, Nº 49, Janeiro/Março 2002, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, p. 17.

mental, com plena consciência da importância da experiência."[49] No entanto, segundo este mesmo autor, a ciência aristotélica obviamente se destinava em exclusivo ao conhecimento da natureza, nunca à transformação desta ou ao seu domínio. Poderá ser esta a chave para a aparente contradição de Sá? O humanista apesar de criticar nos Antigos algumas das suas afirmações, que não foram experimentadas, não deixa, porém, de apreciar, por exemplo, em Aristóteles a sua preocupação com os mais minuciosos pormenores da ordem natural. Finalmente, perguntamo-nos se o *De Navigatione Libri Tres* não traduz uma perspectiva e metodologia científicas? São estas algumas questões para as quais apenas poderemos encontrar respostas se deixarmos falar o próprio Diogo de Sá. É a elas que o mesmo procura responder logo na dedicatória do seu tratado e no primeiro dos seus três livros sobre a navegação.

O sentido e a forma

Os formalistas (os semiólogos, os matemáticos) ocupam-se da forma, não da substância, do particular, não do universal. Só no registo da ficção é que (no narrado) se apresentam possíveis reais que especificam de que real se trata: "(...) abre-se a veridicção a um realismo radical, o mesmo que encontramos na filosofia sob o termo de fenomenologia"[50]. A faneroscopia de Peirce veio substituir a fenomenologia kantiana. O "phaneron" substitui o "phenomenon". O fenómeno deixa de aparecer à consciência sob o véu das formas *a priori* da sensibilidade; o fenómeno é aquilo que é *aparente* independentemente do facto de que o percebemos. Peirce foi, desde 1851 a 1867, um "out-and-out nominalist".[51] Para ele, só os Segundos – os existentes concretos individuais – eram reais. Realidade e existência eram então sinónimas: "Reality (refers) to the existence of the object itself" (1857). No Inverno de 1867-1868, Peirce distingue entre existência e realidade. O que é real é "(...) that is independently of our belief and which could be properly inferred by the most thorough discussion of the sum of all impressions of sense whatever" (W2: 127). Já cerca de 1890 admite que os Primeiros são também reais. Em 1891 escreve: "In the beginning (...) there was a chaos of impersonalized feeling, which being without connection or regularity would properly be without existence". A semiótica, como qualquer outra disciplina,

---

[49] IDEM, *ibidem*, p. 16.

[50] Per Aage BRANDT, "Quelque chose. Nouvelles remarques sur la véridiction", *in NAS*, 39-40, 1995, p. 17.

[51] Gérard DELEDALLE, *Charles S. Peirce's Philosophy of Signs*, Bloomington and Indianapolis, Indiana University Press, 2000, p. 9.

teve de enfrentar o problema fundamental, das relações entre *sentido* e *realidade,* entre *logos,* domínio da razão, da palavra e do conhecimento e *phusis,* domínio das coisas, da natureza e do real. Benveniste dizia: "(...) algo corresponde àquilo que é enunciado, algo e não 'nada'".[52] "Projecção", "esquematização", "correlato objectivo" são expressões que ocorrem em referência ao problema da "realidade" e do sujeito que necessariamente se pensa com as "coisas". O programa de naturalização do espírito e da matéria é complementar da culturalização da natureza. Este programa coloca problemas epistemológicos consideráveis se pomos em causa a distinção clássica do sentido e do espírito. Este programa, por um lado, protagoniza a critica ao idealismo semiótico que dominou a era estruturalista, por outro lado significa a retoma de uma versão clássica, aristotélica, entre sentido *vs* matéria. É esta questão que o texto de Diogo de Sá, a seu modo, e no seu tempo, documenta.

Diogo de Sá tem o cuidado de notar que entre o conhecimento universal (conhecimento da coisa pelas suas causas) e o conhecimento particular (pelo sentido) há uma diferença de monta.[53] Só a mística (no sentido que lhe empresta Wittgenstein) se refugia no reino do indizível. Só aí a essência do sujeito humano – a alma, a identidade ou a integridade da pessoa – se fantasma como não-forma. De resto, aquilo a que chamamos signos refere-se a índices naturais que relevam do domínio causal dum objecto de conhecimento, manifesto pelos seus efeitos. O signo é mesmo o tipo mais básico da forma representacional humana. No paradigma biosemiótico, a função da modelização singularizada é vista como uma estratégia geral para dar uma forma conhecível à percepção de objectos singulares, acontecimentos e sentimentos individuais.[54] A primeira fase exploratória do conhecimento do objecto começa nos sentidos. Esta fase exploratória do conhecimento do objecto constitui um nível de modelização sensorial. A representação é já uma fase ulterior de reconhecimento do objecto.[55] "A demonstração particular, de que o matemático se ocupa, não pode demonstrar mais do que a forma e a sua definição", escreve Sá. E porquê? A razão é "(...) porque *morphé* isto é a forma, requer, matéria e não é requerida por ela".[56] É deveras interessante que um matemático notável, R. Thom, continue a ver a matéria numa óptica aristotélica, como uma espécie de contínuo que pode adquirir formas e que adira sem problema à ideia da matéria que se subordina a uma forma. Para

---

[52] Emile BENVENISTE, *Problèmes de inguistique Générale* I, Paris, Gallimard, 1966, p. 85.
[53] Cf. Diogo de SÁ, *De Navigatione Libri Tres*, fl. 16.
[54] René THOM, *Stabilité et Morphogénèse,* Paris, Interéditions, 1972.
[55] Charles MORRIS, *Foundations of the Theory of Signs*, Chicago, Chicago University Press, 1938.
[56] Cf. Diogo de SÁ, *De Navigatione Libri Tres*, fl. 17.

este Autor, as ideias matemáticas produzem-se no nosso cérebro na medida em que as pensamos. Mas, como elas existem mesmo quando não as pensamos, então elas existem em algum lado e não apenas na nossa memória. "A matéria original, se ouso dizer, é um pouco a matéria primeira de Aristóteles, é o substrato que pode receber toda a espécie de qualidade, qualquer que seja o predicado. A matéria primeira é uma espécie de idealização que, muito rapidamente, adquire qualidades, formas".[57] De resto, o grande mérito da teoria das catástrofes foi dizer que se podia produzir uma teoria dos acidentes, das formas, do mundo exterior, independente do substrato, da sua natureza material. O matemático ocupa-se da demonstração particular, não podendo demonstrar mais do que a forma e a sua definição. A citação de Paulo Véneto é determinante neste contexto. A demonstração universal dá mais a conhecer do que a demonstração particular. A definição dada pela forma demonstra, não no que é formal, mas no que é material. A diferença está entre o acto e a potência. No que é formal afirma-se o acto, e no que é material afirma-se a potência; e esta demonstra-se pelo acto, e não o contrário. A potência é uma potência de movimento, e o acto é o próprio movimento. Donde a distinção: *quia* vs *propter quid*[58] que assinala o movimento daquilo a que se chama a *semiose*, definida como a capacidade que tem uma espécie de produzir e compreender tipos específicos da representação.

Acerca da Navegação

O primeiro livro *Acerca da Navegação* do tratado de Diogo de Sá é precedido por um prefácio dedicado a D. João III e por considerações prévias dirigidas ao leitor. Ao leitor, Sá fornece algumas indicações sobre o modo e a ordem por onde deve proceder na leitura deste livro que divide em três. O primeiro contém três capítulos. No inicial fala-se das ciências, sobre o que vale cada uma delas. No segundo expõe de que modo a Matemática é acidental. O terceiro capítulo introduz a questão das demonstrações matemáticas, responsáveis, em última análise, pelo que é o verdadeiro conhecimento de todas as coisas. Conhecer uma coisa é conhecer as causas e os princípios que a constituem. Conhecer uma coisa é conhecer a substância, o princípio e a natureza dela. Para Aristóteles, um ser, em geral, é aquilo que está aí, separado, com um bordo, separado do espaço ambiente. O bordo da coisa é a sua forma. Sá cita Averróis: "nada existe sem causas", que cita o Filósofo.

Vou ocupar-me exclusivamente do livro primeiro. Este primeiro livro é essencialmente uma apologia da Matemática, depois de feita a distribuição das várias ciências segundo o tríptico que lhes dá a Filosofia (que se ocupa do

---

[57] René THOM, *Prédire n'est pas expliquer*, Paris, Eshel, 1991, pp. 53-54.

[58] Cf. Diogo de SÁ, *De Navigatione Libri Tres*, fl. 17 v.

ser enquanto ser): Moral, Natural e Racional.[59] O nosso humanista segue neste ponto o Filósofo que declara que os primeiros princípios da demonstração são apresentados pela Matemática, mas a reflexão sobre a natureza comum pertence à Filosofia.[60] Quer dizer, a Matemática nada pode dizer acerca da substância ou da causa da coisa. O Matemático demonstra o que está de acordo com a Natureza.

Este livro começa com um prefácio, que é um aturado excurso sobre a experiência (as coisas) em contraposição às palavras, e sobretudo uma bem urdida argumentação acerca do reconhecimento da verdade da coisa e da denúncia do erro. Para tal recorre a um exército de Autores, cada qual o de mais peso. Que estratégia segue para fazer valer as autoridades que cita? Como lembra M. Carruthers, há dois níveis implicados no modo de fazer autoridade – o primeiro é o processo individual de "autoria" e o segundo é a matéria de "autoria" que é uma actividade social e comunitária. "Os textos são o médium primário da memória pública, os *scrinia* disponíveis a todos, a partir dos quais, através de métodos específicos um indivíduo armazena, *ad res* ou *ad verba*, a arca da sua própria memória"[61]. Convém saber que os *auctores* são, numa acepção medieval, textos, não pessoas. A "intentio auctoris" conhecida também como o *accessus ad auctores* – era definida por Alberto Magno como uma junção da intenção do autor com as palavras do texto: "a intenção do falante como é expressa na letra é o sentido literal".[62] Isto significa que não há uma intenção extra-autoral.

Desde sempre que, sem ou com *auctoritates* se expôs o que se viu, admirou ou descobriu através da experiência. Isto deve-se não apenas à tendência natural do homem, que é o saber, mas sobretudo à necessidade de reduzir à ordem e ao raciocínio o que se viu ou experimentou ou descobriu. Nunca a experiência dos factos foi suficiente e menos o foi sempre que os factos eram afirmados por narradores armados de autoridade, como objectos de conhecimento absolutos, ou quando se pedia ao leitor que recebesse o texto como a versão canónica do mundo. A indagação das causas e dos fins, a destrinça do que é verdadeiro do que é falso obriga desde sempre à formulação de um juízo claro e perfeito. Reduzir à ordem e ao raciocínio, nisso se resume todo o saber, nisso se reconhecem todas as ciências como séries ordenadas de enunciados, como formações discursivas, como diria M. Foucault. Não há cultura que dispense o conceito de *ordem* e que não evoque

---

[59] IDEM, *ibidem*, fl. 12.

[60] IDEM, *ibidem*, fls. 11 v.-12.

[61] Mary J. CARRUTHERS, *The Book of Memory. A Study of memory in Medieval Culture*, Cambridge, Cambridge Univ. Press, 1990, p. 189.

[62] Citado por MINNIS, nota 4, de *Super epistolam ad Romanos*, cap. IV, lect. I.

a figura da "cabeça" ou da "regência" para se referir à boa ordem do corpo e da alma e das ciências entre si. O conceito de "ordem" não é apenas de ordem racional ou especulativa, mas é também um conceito político que implica a noção de "poder": Quem rege o quê e quem? Quem ditará a todas as ciências princípios de sã convivência? A introdução do princípio de *ordem* neste texto é deveras significativa. Aquilo que distinguia o modo de fazer ciência antes era o proceder *sem ordem*, como aquilo que marca a ciência moderna é sem dúvida o proceder *com ordem*.

O segundo capítulo do primeiro livro trata de que modo as ciências matemáticas são acidentes e o princípio de que procedem. Entram em cena, os sábios e, entre eles, Pitágoras de Samos, mais versado do que todos os outros nas disciplinas matemáticas, que prefere ser chamado filósofo. A razão desta preferência, aduzida pelo nosso autor, é esta: "apenas Deus é sábio".[63] É neste capítulo que a Filosofia é apresentada nos seus três aspectos: Moral (que se ocupa da alma), Natural (que investiga a natureza das coisas) e Racional (que trata da propriedade das palavras e da sua ordenação para que o falso não se insinue no verdadeiro). Aristóteles chama "almas" a três tipos de movimentos que caracterizam a vida, distinguindo as almas nutritivas a que chama também vegetativas (plantas), as almas sensitivas (animais) e as almas noéticas, isto é espirituais ou intelectuais. Para o Filósofo, os movimentos destas almas têm em comum serem modalidades da participação no divino, e, mais, precisamente, de serem formas de desejo do divino, "primeiro motor, "imóvel", que move sem ser movido, causa do movimento sem entrar ele próprio em movimento e para que as almas tendem. Uma alma pode estar em acto e participar no divino, ou manter-se em potência sem passar ao acto nem participar no divino. Mas, como notou Thom, a metafísica divina é assaz periférica na visão do mundo de Aristóteles.[64] A alma noética passa ao acto quando se projecta para o plano da *aletehia,* da "verdade". Cabe à Filosofia conhecer "(...) as causas e os princípios das coisas, quer divinas quer humanas (...) É ela que dá o seu natural a todas as coisas; leva o homem a distinguir o verdadeiro do falso".[65] A Matemática, de cuja genealogia Diogo de Sá nos dá informações sobre os feitos a ela cometidos, está orientada para as coisas naturais. Como operam os matemáticos? "Imaginam um ponto, de que compõe um corpo; o movimento deste corpo, como diz Campano, descreve uma linha, e esta linha movendo-se descreve uma superfície; o movimento da superfície descreve o corpo."[66] A memória humana é

---

[63] Cf. Diogo de SÁ, *De Navigatione Libri Tres*, fl. 12.
[64] R. THOM, *op. cit.*, p. 58.
[65] Cf. Diogo de SÁ, *De Navigatione Libri Tres*, fls. 12-12. v..
[66] IDEM, *ibidem*, fl. 12. v.

inseparável da técnica enquanto epifilogenética, escreve B. Stiegler, que define a terceira memória como produto da experiência individual (epigenética) e o suporte filogenético, que constitui um verdadeiro filo cultural intergeracional, da acumulação dos saberes do que se pode chamar a espécie humana.[67] É porque o seu saber do género humano procede de uma exterioridade primordial da memória que o escravo de Ménon faz um desenho na areia para traçar uma figura. Para pensar o seu objecto tem de o exteriorizar, organizando a areia, organizando a inorganicidade da areia que se torna por esse gesto, como superfície plástica que pode receber uma inscrição, e sobretudo conservá-la, tornando-se o espaço e o suporte da projecção dum conceito geométrico".[68] Mas este corpo, como diz o Filósofo não pode existir. É um corpo imaginário. O corpo, a linha, a superfície são acidentes. O que define uma coisa é a sua substância. Citando S. Tomás, o Autor afirma que a substância das coisas não pertence à Matemática, mas, sim, os acidentes. E aqui se introduz a questão que opõe os criacionistas aos "niilistas" – Aristóteles, o divino Tomás, e Empédocles e Anaxágoras – que diziam ser a geração algo que anteriormente não existia. Contra estes últimos, Sá diz: tudo o que é gerado se gera de alguma coisa. Aqui se aflora a questão do Demiurgo. A expressão: "do nada, nada se faz" vai conhecer a fortuna que se lhe conhece. O Matemático aparece, neste capítulo essencial, como um artista que com a sua arte e obras artísticas regula e faz com que se compreendam as coisas naturais.[69]

Ex nihil nihil fieri

Há uma evolução heterogénea do conceito de razão eficiente. Aristóteles é designado como o seu inventor. Mas Aristóteles não pensou a doação do ser em geral, nem *a fortiori* a do ser através de Deus: o Deus de Aristóteles é causa do movimento do universo a título de causa final; não o é a título de causa eficiente, porque não é o criador. O Primeiro Motor da *Física* é causa formal, mas ele não é doador da existência das formas. Agostinho retoma das fontes estóicas o princípio de causalidade natural reportando-o a uma teologia criacionista, ao afirmar que Deus criou tudo com ordem.[70] Tomás de Aquino entende a *creatio* como causalidade, mesmo quando a distingue de qualquer *mutatio*.[71] Fala-se causalidade ôntica, aquela que se

---

[67] B. STIEGLER, *Philosopher par accident*, Paris, Galilee, 2004, p. 49.

[68] IDEM, *ibidem*, p. 49.

[69] Cf. Diogo de SÁ, *De Navigatione Libri Tres*, fl. 14.v.

[70] Cf. O. BOULNOIS, "Liberté, causalité, modalité...", in *Questio* 2, 2002 : org. Costantino Esposito e Pasquale Porro, « Annuario di storia della metafisica », Turnhout, Brepols/ Bari, p. 308.

[71] Cf. J. LOTZ, "De secunda via S. Thomae Aquinatis", *in Acta VI. Congressus Thomistici Internat.*, vol. II, Romae, 1966, pp. 19-32.

desenvolve no interior do ente, ou se estende um ente a outro e que aparece sempre como *mutatio*. Fala-se de causalidade supra-categorial ou ontológica que se desenvolve no domínio do ser como o fundamento (*logos*) de todo o ente, porque diz respeito à relação única de produção e geração do ente a partir do ser, não podendo ser compreendida como *mutatio*. O pensamento grego ignora a ideia de *creatio*, não indo além da *poiésis*. Os antigos filósofos partilham a concepção comum que a partir de nada, nada pode devir (*ex nihil nihil fieri)*. Sem substracto material nada pode devir. Quando Tomás define a *creatio* como causalidade, entende a causalidade ontológica, mas não a distingue da causalidade ôntica. A *creatio* não é uma *mutatio*, logo não é um fazer; não pressupõe nenhuma causa material. "omne ens qua ens ex nihilo fit". Na *creatio* entendida activamente, não há "actio" categorial porque o acto divino coincide com a essência de Deus. O Angélico retomará a seu modo a leitura da *Cidade de Deus*, Livro VIII, IV (PL 41, col. 227-229), nunca atribuindo a Aristóteles ou Platão a noção de uma causa criadora, mesmo se estes dois pensadores chegaram à causa da própria existência das substâncias. É Deus que é a causa eficiente enquanto criador, doador do ser e de todo o ser aos seres. Se Deus dá o ser, não é em razão de um derramamento da sua essência, mas em razão de um desígnio. Os filósofos da antiguidade apenas consideraram os resultados de efeitos particulares a partir de causas particulares, é isso que exige um substrato prévio.[72] Esta causalidade pressupõe essencialmente uma outra causalidade que temos de considerar *primeira* ou originária e perfeita.[73] É isso a criação. Alberto Magno distingue causa motora e causa eficiente.[74] Obtém então cinco causas por desdobramento da causa motora de Aristóteles, seguindo neste ponto Avicena e não já Séneca. Este conceito é atestado desde o século XIII e surge, segundo Olivier Boulnois, no contexto da questão da predestinação das criaturas.[75] S. Tomás emprega o vocabulário de *causa agens* (Avicena), de *causa movens* ou de *causa efficiens*, podendo a primeira abranger as duas outras.[76] Mas S. Tomás queima as etapas filosóficas que Alberto arrumara. A não distinção dos termos não impede a consideração de dois níveis da causa eficiente: uma filosófica,

---

[72] V, q. 15, a . I ad 7.

[73] S. Th. I, q. 45, a. 2 ad I; q. 45, a . I; q. 44, a. 2.

[74] *Metaphysica, Lib. V*, tract. I, ap. 3 (*opera omnia*, t. 16/1), Colónia, 1960, p. 214.

[75] O. BOULNOIS, *op. cit.*, pp. 327-328. «La raison suffisante est celle qui explique l'origine par sa racine causale, et non par une simple hypothèse.»

[76] Cf. E. GILSON, "Notes pour l'histoire de la cause efficiente", *Archives d'histoire doctrinale et littéraire du Moyen* Âge, 1962, pp. 9-10/ pp. 169-170 : «Aujourd'hui encore, presque tous les interprètes d'Aristote qui le lisent, consciemment ou non, à la lumière de Thomas d'Aquin, identifient ce qu'Aristote nommait 'L'origine du mouvement' ou cause motrice, avec ce que nous nommons aujourd'hui la cause efficiente.»

que produz o movimento, e outra, teológica, que produz o próprio ser do efeito. Aristóteles tinha limitado a sua investigação sobre o ser substancial; Avicena tinha levado a sua até à própria existência do ser substancial. Aliás, Tomás di-lo.[77] Em resumo, não podemos assimilar a causa eficiente de Tomás de Aquino ao princípio de razão. O Deus de Tomás de Aquino, faz-se causa eficiente criando. É a causalidade que garante a eminência. O ser não é uma razão precedente e o ser divino não é o ser criado. O ser divino precede a ideia de causa e o ente comum.[78]

A arte de navegar

Há dois pares de termos que convergem em todo este arrazoado: juízo e experiência, particular e universal. Assim como o engenho (traduzamos como saber-fazer, competência ou modalização do sujeito) sem experiência é erro, assim a experiência (o fazer) sem engenho não alcança dizer o que sabe. À experiência faltará sempre o dizer a verdade segundo a ordem (do discurso) e a razão das palavras. O saber só não basta. Como a experiência não pode generalizar.[79] O verdadeiro saber implica o juízo a que se sujeita a experiência.[80] Importa colher deste escrito o que nele se entende por arte, antes de mais. Por volta de 1270 surge na Universidade um conflito das faculdades que opõe "artistas" e teólogos, alimentada, escreve Libera, "(...) por uma verdadeira literatura de propaganda "filosófica".[81] Sabe-se que em grego arte e técnica dizem a mesma coisa. Plínio prefigura uma arte mais próxima da fábula e da crença do que da verdade. Urge, pois, ver em que se distinguem o registo da fábula do da verdade no interior do dispositivo de veridicção deste discurso.

August Comte dizia que nunca se saberia a química das estrelas. O espectrocóspio veio ensinar-nos coisas admiráveis sobre a composição

---

[77] Cf. GILSON, *art. cit.*, p. 29/ p. 189. Cf. S. Tomás, *Sum.theol.*, Iª, q. 44, a. 2 e *Questions disputées De potential*, q. 3, ª 5.

[78] Thierry-Dominique HUMBRECHT, "Note sur la cause efficiente et l'onto-théologie", *in Revue Thomiste*, Janeiro- Março 2005, p. 24.

[79] As artes representam o conjunto das disciplinas que constituem o saber profano herdado da Antiguidade tardia. Distinguem-se assim: artes liberais e artes mecânicas e, no interior das artes liberais, o *trivium* (as três vias: gramática, lógica, retórica) e o *quadrivium* (as quatro vias: aritmética, geometria, astronomia, música). O *trivium* é o fundamento da cultura universitária e o tronco comum de todos os cursos.

[80] B. STIEGLER introduz uma distinção muito fina entre o poder e o saber. O poder, escreve, é sempre no seu fundo um poder de *calcular*, enquanto o saber é essencialmente um saber sobre o inacabamento do saber: é sempre o saber dum "não-saber", *De la misère symbolique 2*. Paris, Galilée, 2005, p. 91.

[81] Alain de LIBERA, *Raison et Foi. Archéologie d'une crise d'Albert le Grand à Jean-Paul II*, Paris, Seuil, 2003, p. 81.

química das estrelas. Donde para Sá a necessidade de desmentir as escrituras não verdadeiras dos antigos sobre a arte de navegar. A "gente lusitana" (os pilotos e marinheiros, compostos por gente rude sem discernimento e conhecimento) desmentem os sábios antigos – a experiência vale mais do que a crença; a experiência diz a verdade mesmo sem a ordem e a razão. Donde, e num segundo momento, que o nosso autor, que a si próprio se inclui no rol dos navegantes, refute no terceiro livro dois tratados de Pedro Nunes. Entre a tradição e a inovação havia que traçar um limite. Quem diz tradição, diz movimento, transição, duração; e para a captarmos realmente não temos que regressar às fontes, como se de fontes fiáveis se tratasse, mas temos de observar a linha que se move e que parece desaparecer para emergir de novo. O método passa por observar a linha que se move, que desaparece e que emerge. A paixão de Diogo de Sá não era a conservação mas a investigação: porque a atenção àquilo que se move e muda é maior do que seu conforto adaptativo. Desconfiar das ideias recebidas é muito difícil porque as ideias que parecem as mais modernas, aquelas que mobilizam toda uma comunidade num dado momento da história, são quase sempre ideias convencionadas. Esse é o mérito mais alto de Diogo de Sá. As ciências diferem entre si consoante as qualidades e as funções, escreve o nosso autor. Para chegar ao juízo perfeito acerca das coisas naturais dispõe o homem da parte especulativa da alma em cuja sede se encontra a sabedoria, a ciência e a inteligência. Ora, à cabeça das ciências Diogo de Sá coloca a sabedoria. E porquê? Porque ligada às causas primeiras. Já a ciência cuida das conclusões. À Matemática, inclinada para as coisas naturais, mas sem revestir o carácter do bom e do fim, cabe, por sua vez, o hábito da demonstração.

A semiótica estuda os modelos e as suas funções. Nos termos desta disciplina, um modelo pode ser definido como uma *forma* que foi imaginada ou feita externamente (através de um qualquer médium físico) para representar um objecto, acontecimento, sentimento, etc., conhecido como um *referente* ou uma classe de objectos similares, acontecimentos, sentimentos, etc., conhecida como *domínio referencial*. Uma forma imaginada pode ser chamada forma mental; uma forma feita externamente que está por um referente pode chamar-se forma externalizada.[82] Um sintoma é um exemplo de uma forma natural externalizada, isto é uma forma produzida pela Natureza. Já as palavras e os símbolos são formas artificiais externalizadas. Assim, a *modelização* é a capacidade de produzir formas, enquanto a *representação* é

[82] Thomas A. SEBEOK, Marcel DANESI, *The Forms of Meaning*, Berlin, New York, Mouton de Gruyter, 2000, p. 2.

a capacidade para referir ao mundo em termos de formas singularizadas, compósitas ou conectivas. A ciência demonstra os acidentes de algum sujeito.[83] No caso da navegação, esse instrumento de marcar a que chamamos agulha é o sujeito e a substância da navegação. Se o matemático tem de explicar a natureza e a substância pela sua razão formal, a Física é que declara a natureza da agulha. Os conceitos são formas mentais. Um conceito concreto é uma forma mental cujo referente externo é demonstrável e observável de forma directa, enquanto um conceito abstracto é uma forma mental cujo referente externo não pode ser demonstrado nem observado directamente. Por exemplo, a palavra *agulha* está por um conceito concreto porque o seu referente (um instrumento de navegação) pode ser facilmente demonstrado ou observado no mundo físico. Já a palavra *tristeza* representa um conceito abstracto, embora exista um fenómeno emocional, mas não pode ser demonstrado directamente, isto é, a própria emoção não pode ser conceptualizada fora dos comportamentos, estados da mente que produz. Mas a agulha também pode ser vista, na linguagem de U. Eco, como um alvo, *termina ad qua,* a usar como referência de modo a proceder 'per filo e per segno'. O *aliquid* neste caso, como nota Eco, "...mais do que *estar por*, está *para* dirigir uma operação; não é substituição, é *instrução*. Neste sentido é signo para o navegante, a Estrela Polar. A estrutura da remissão é do tipo inferencial, mas com algumas complicações; se agora p, e se depois fizeres z, então obterás q."[84]

O saber como poder-fazer/ interpretativo

O fenómeno é por demais conhecido: o mesmo texto lido no mesmo momento em lugares diferentes, e o mesmo texto lido no mesmo espaço, em dois tempos diferentes, varia: estamos sempre confrontados com a produção de diferenças na repetição do mesmo.[85] Moral da história: não há leitura única e invariante. A actividade cognitiva consiste, no essencial, num *fazer interpretativo*. A aparição dum saber científico não põe em causa os saberes anteriores: a sua verdade deve ser postulada pelo sábio, cujo programa cognitivo consiste em integrá-los no seu próprio discurso. Se no interior de uma sociedade, o saber partilhado – conforme a uma prática – é um saber incontestado, já o mesmo não acontece ao saber autónomo. O conflito do saber e do anti-saber, do sujeito e do anti-sujeito cognitivos exprime-se em termos de poder: o saber demonstra-se pela acção, pelo /poder-fazer/, a competência pela performance. Manifesta-se assim o discurso científico como o conjunto sincrético de um

---

[83] Cf. Diogo de SÁ, *De Navigatione Libri Tres*, fl. 11.

[84] Umberto ECO, "Signo", *in Enciclopédia Einaudi,* 31, Lisboa, IN-CM, 1994, p. 16.

[85] Bernard STIEGLER, *Philosopher par accident. Entretiens avec Élie During*, Paris, Galilée, 2004, p. 88.

fazer-saber, de um fazer interpretativo e de um fazer persuasivo, a que estão cometidas várias funções: assegurar a transmissão dum saber objectivado comunicável, o modelo interpretativo; actualizar o fazer interpretativo a cuja realização cabe a função de fundar como verdadeiro o saber que o condiciona; propor ao enunciatário o programa realizado, submetendo assim ao seu veredicto a verdade do modelo interpretativo.[86]

Diogo de Sá convoca um conjunto de saberes e de tipos de discurso, alinhando-os segundo uma hierarquia em que, tanto a ciência como a filosofia se subordinam à teologia. O problema da *legitimidade* é antigo como antiga é a transmissão e o controlo do saber. Diz-se que Alberto Magno "legitimou" Aristóteles: "Alberto aceita de forma decidida a ideia de uma investigação exclusivamente racional nos seus princípios, nos seus métodos e ordenamento interno; ele reconhece a *legitimidade* dum saber natural distinto da sabedoria sobrenatural".[87] Ao tempo de Alberto, a *legitimidade* da filosofia podia seguir duas vias: ou a de Averróis, ou a da redução da filosofia à teologia. Assim a filosofia se tornava um instrumento dócil do saber religioso, "sublimada" na "filosofia de Cristo", como dizia Roger Bacon. Alberto não segue nem uma, nem outra via. Segundo Steenberghen, ele enveredou por um "aristotelismo cristão".

Dotado de um saber constitutivo de uma ciência geral das actividades intelectuais, Sá aparece como um *demonstrator,* adoptando o ponto de vista dum "científico", isto é o dos enunciados estabelecidos pelo raciocínio. Se aparece face à ciência como um destinatário, é para receber as competências que lhe permitirão intervir como destinador do sujeito científico. Em termos semióticos, para poder "manipular" os seus interlocutores, o enunciador tem de se apresentar a si próprio como manipulado por um actante hierarquicamente superior, não ainda a "ciência" impessoal que caracteriza a época moderna, mas uma instância transcendente. Sublinhe-se antes de mais a multiplicidade dos papéis actanciais que assume neste texto o sujeito enunciador e a sua capacidade para convocar tantos discursos-saberes distintos quantos os destinatários. Como actores que intervêm na cena deste texto destacamos os sábios (desaparecidos) que dão lugar aos filósofos (Pitágoras), depois os "Matemáticos" que têm neste texto um lugar de destaque. Vem a seguir "a gente lusitana" que aparece como actante colectivo e que, por antonomásia, representa o povo português. Depois vêm os artistas (o Matemático é tido por artista).[88]

---

[86] J. GENINASCA, "Interpréter. Persuader, Transformer", *in Introduction à l'analyse du discours en sciences sociales*, Paris, Hachette, 1979, pp. 81-82.

[87] F. VAN STEENBERGHEN, *La Philosophie au XXXè siècle,* Louvain, Paris, Béatrice-Nauwelaerts, 1996, pp. 290-291.

[88] Cf. Diogo de SÁ, *De Navigatione Libri Tres*, fl. 14. v.

O Rei virá em último lugar, qual Destinador epistémico, para "desmentir", logo para "assertar" o sistema de valores de que ele é o garante. Para agir, os actores necessitam de ser modalizados. O engenho é bem uma figura do saber-fazer. Mais, o saber pressupõe um programa de aquisição de um saber-verdadeiro, necessário à constituição do sujeito como sujeito de um /querer/.

Da veridicção

A ciência contemporânea é feita da investigação dos factos verdadeiros e da síntese das leis verídicas. As leis verídicas, escreve Bachelard, "(...) prolongam as verdades de facto com verdades de direito".[89] A questão que Foucault colocava de saber "de onde se fala" encontra o seu sentido quando olhamos para a arquitectura veridictória. Sigamos P. A. Brandt, o semiótico que melhor pensou a questão da veridicção. Não se trata da verdade (metafísica) mas dos diversos escalões em que ela se enuncia, se estratifica: da "coisa" à frase, ao discurso (retórico, ficcional) ou à poesia. A veridicção designa a composição semântica do predicado epistémico que avalia o ser daquilo que é apresentado. O seu objecto é "aquilo que é apresentado", o parecer, que abarca todo o referente nominal que pode apresentar-se ou ser apresentado, isto é tudo o que se pode significar pela expressão pronominal qualquer coisa. Para um observador do mundo natural, um parecer, qualquer coisa que se apresenta, apela para uma avaliação veridictória do ser que este parecer promete; para um destinatário de comunicação, o parecer de qualquer coisa que é apresentado pelo destinador apela para a mesma avaliação de promessa. Nos dois registos da observação e da comunicação, o parecer promete o ser. Para a percepção humana, tudo o que é "qualquer coisa" faz sinal, é forçado a significar. Em particular, todo o objecto é forçado a significar-se a si próprio; o objecto predestinado a fazer sinal pelo seu carácter codificado significa duas coisas: significa-se como objecto, e significa outra coisa que ele como signo. Observador de objecto ou destinatário de signo, o sujeito interpretante é prometedário, objecto de promessa, e chamado a acreditar em algo a propósito de algo apresentado.[90]

Em semiótica, a verdade é correlativa da falsidade, e a ilusão do segredo. O /parecer/ especifica o /ser/ ou vice-versa. A ilusão pressupõe um segredo e a verdade uma falsidade. Nesta lógica, o /parecer/ modaliza o /ser/ na persuasão (definida como um fazer-parecer-verdadeiro) e o /ser/ especifica o /parecer/ na interpretação (crer-ser-verdadeiro). Há veridicções que incidem sobre o esquema do ser – adulteração, desmistificação, autentificação,

---

[89] G. BACHELARD, *Le Matérialisme rationnel*, Paris, PUF, 1972, p. 224.

[90] P. A. BRANDT, « Quelque chose. Nouvelles remarques sur la véridiction. Les jeux de la véridiction dans l'interaction », *in NAS* 39-40, p.3.

mistificação – e aquelas que incidem sobre o esquema do parecer – ocultação, falsificação, revelação, engano. Aliás, na cultura ocidental, estas concepções são bem patentes em S. Tomás de Aquino, por exemplo: "No espírito que o apreende, Deus tem um contrário, porque uma opinião verdadeira a seu respeito tem por contrária uma opinião falsa. E é assim que a falsa opinião que temos dos ídolos é contrária à opinião verdadeira sobre a unidade de Deus" (*Summa*, I, Q. 17, a. 4, sol. 3)

A veridicção não avalia o ser mas o saber-sobre-o ser: o que é avaliado é o saber "transmitido" por um destinador subjacente cuja existência se pressupõe. Se o discurso historiográfico procura a autentificação das fontes como uma garantia da sinceridade, o discurso arqueológico e o dos antiquários coloca outras transformações veridictórias. Pode dizer-se que ambos os discursos manipulam os objectos do passado: o discurso arqueológico apresenta-se como uma revelação dos restos, o discurso do antiquário como uma revelação das adulterações produzidas pela usura do tempo ou pelas falsificações.

O discurso da ciência enquanto discurso do saber-adquirido, escreve-se como a negação dum saber anterior; modalidade que ao enunciador se manifesta como ilusão (parecer o que não é). De resto, todo o discurso do saber adquirido é desembraiado, e de formulação negativa. O novo sujeito do saber é modalizado segundo o /verdadeiro/ (parecer o que é). A sua aquisição pressupõe um programa cognitivo que parece independente de qualquer enunciação pessoal e que vem marcado pela constituição de um actante colectivo em que se reconhecem os sujeitos científicos de uma disciplina particular. O fazer é aqui, essencialmente, de ordem cognitiva – desmentir para assertar. Como se sabe, a sanção é uma figura discursiva, correlativa à manipulação que no esquema narrativo ocupa o lugar sobre as duas dimensões pragmática e cognitiva. A sanção, ao ser exercida pelo Destinador final pressupõe nele, um absoluto de competência. A este Destinador compete ajuizar da conformidade dos comportamentos e do programa narrativo do sujeito relativamente ao sistema axiológico em causa. Cabe-lhe igualmente pronunciar-se sobre a aceitabilidade e a verdade dos enunciados em presença. A sanção é, pois, neste texto, uma operação que compete ao rei.[91] É a ele que aquele que no texto diz "eu" atribui a competência que verifica a verdade dos enunciados. A falta de informação não impediu que os autores da Antiguidade expusessem "o que viam com sues olhos ou, com admiração descobrissem através da experiência". A "admiração" e o que os olhos viam bastaram para que estes autores nos legassem abundantes escritos. "Ver", "admirar", "reflectir" são

[91] Diogo de Sá não combate a ficção, que fala sempre de "algo": o mundo. O seu horizonte é aberto a todas as interpretações. A questão é aqui colocada entre parêntesis em favor duma verdade estética.

operações conexas de que os "modernos" se socorrem como adjuvantes no caminho que leva ao conhecimento. "Progredir" supõe a passagem do particular (a experiência) ao universal (a arte e a ciência), assunto de que Sá vai tratar no terceiro capítulo do primeiro livro.

Contaminados e indemnes

No século XIII, a refutação do monopsiquismo averroísta tornara-se uma frente comum de combate protagonizado por Boaventura, Alberto e Tomás de Aquino. O averroísmo consta entre os erros que a *Suma contra os gentios* de Tomás se propõe refutar e que são objecto da condenação em Paris a 7 de Março de 1277. Alguns dos mais importantes são estes: existe um só entendimento para todos os homens; a vontade humana quer o que quer necessariamente; o mundo é eterno; tudo está governado pelos astros; a alma corrompe-se com a corrupção do corpo; a liberdade é uma potência passiva que se atém necessariamente aos apetites; Deus não conhece nada distinto de si; os actos humanos não são governados pela Providência; Deus não pode outorgar a imortalidade ao que é mortal; de um único primeiro agente não pode haver a multiplicidade de efeitos do mundo.

O averroísmo pode considerar-se como um abuso do aristotelismo na Faculdade das Artes. Havia quem tivesse Aristóteles como a mais alta expressão da razão filosófica e o seu sistema como um quadro fechado e completo que aceitavam cegamente. Por sua vez, Averróis era reputado como o seu mais fiel comentador (chamavam-lhe o *Comentador*). O conflito emergia necessariamente quando se expunha ou um, ou o outro mestre, prescindindo da sua relação com o dogma cristão. Por exemplo, a causalidade é a relação entre duas coisas, em virtude da qual a segunda é univocamente previsível a partir da primeira. Ao longo da história, esta noção adquiriu duas formas principais: 1) a forma de uma relação racional, pela qual a causa é a razão do seu efeito e, portanto, dedutível dela. A causa é uma força que produz necessariamente um efeito. 2) a forma de uma relação empírica ou temporal, pela qual o efeito não é dedutível da causa, porém é previsível a partir dela pela constância e uniformidade da relação de sucessão. Tomás de Aquino dirá na *Suma contra os gentios*: "Algo é propriamente causa de outra coisa quando esta não pode existir sem ela"; "causa é aquilo a que necessariamente se segue algo"; "o nome de causa importa determinado influxo no ser do causado"; "toda a causa é matéria, ou forma, ou agente, ou fim"; "livre é aquilo que é causa de si mesmo". Um dos problemas mais graves, no contexto das doutrinas que circulavam no tempo de Tomás de Aquino é este: como é que se conhece a causa a partir dos efeitos, dado que se identifica a primeira causa com Deus? Outro dos problemas que resultam da afirmação de que Deus é causa universal do ser das criaturas é o de como estas possam ser

em algum sentido causas. Privar a criatura de perfeição é privar a divina potência de perfeição.

Diogo de Sá, a propósito das ciências e dos seus princípios recorre tanto ao Filósofo como ao divino Tomás, como ainda a Avicena e Averróis. O objecto da inteligência existe na alma como universal e o objecto do sentido fora dela, como particular. O Matemático regula e faz com que se compreendam as coisas naturais.[92] No capítulo terceiro volta àquilo que expõe no prefácio, escorado em Averróis para dizer que "não se pode conhecer e saber uma coisa sem a noção das suas causas"[93] ou que "nem todas as artes se ocupam de todas as causas", ou ainda que "o universal é mais conhecido pela inteligência, o particular pelo sentido". Não lhe interessava, neste ponto, a discussão sobre a teologia de Averróis. O Angélico rompeu com Averróis e Avicena, em filosofia e no terreno da filosofia. Ora, transformar questões metafísicas em teologia é negar à metafísica o seu próprio regime de pensar, reduzindo-o a um outro, o teológico. Os artistas nunca tiveram o poder de decidir em matéria teológica, ao contrário dos teólogos que sempre se arrogaram o direito de intervir no domínio da Filosofia. Alain de Libéra vai mesmo dizer que "Talvez nunca tenha havido uma faculdade de filosofia em sentido próprio na universidade medieval e, se uma houve, não há razão forte para que tenha sido unicamente a faculdade das artes, nem mesmo, por captação de herança, a faculdade de teologia: é a própria universidade medieval, na articulação assimétrica das suas duas faculdades rivais, que terá sido essa faculdade que não se encontra".[94] Há mais pontos que aproximam do que pontos que separam os pensadores cristãos dos pensadores árabes, Averróis, por exemplo. Para este, a obrigação de filosofar é prescrita pela própria Revelação. A filosofia é indispensável para o desenvolvimento integral do Revelado. O ajustamento da sabedoria e da religião é prescrita ao filósofo pela Revelação, não é desejo seu. Neste ponto, Tomás separa-se radicalmente de Averróis. O intelecto agente é, na linguagem medieval, o princípio activo do conhecimento intelectual que ilumina os inteligíveis contidos em potência na alma humana. Na tradição filosófica greco-árabe, o intelecto agente é assimilado a uma substância separada, uma inteligência do cosmo (*inteligentia agens*), única para todos os homens. Na tradição latina, o intelecto agente é, pelo contrário, considerado como uma parte da alma. Daí a querela contra Averróis. O intelecto deve elevar-se acima da sua natureza, pela graça da fé até chegar à realização do seu fim natural: o conhecimento

---

[92] Cf. Diogo de SÁ, *De Navigatione Libri Tres*, fl. 14. v.

[93] IDEM, *ibidem*, fl. 15.

[94] Alain de LIBERA, *Raison et Foi. Archéologie d'une crise d'Albert le Grand à Jean-Paul II*,(...), p. 190.

sobrenatural de Deus. Para Averróis, o intelecto deve ser alçado ao cume das suas possibilidades através da ciência e da sabedoria para alcançar à realização do seu fim natural: o conhecimento natural de Deus e do universo. *O De unitate intellectus contra averroistas* de Alberto é um livro de filosofia que fala de teologia natural. Que nada tem a ver com a interpretação averroísta da teoria aristotélica do intelecto. Há, entre aqueles que se dedicam à filosofia uma dúvida sobre a separação da alma e do corpo e é essa separação que constitui o problema. Mesmo se Deus é a causa primeira segundo os peripatéticos árabes e o *Livro das causas*.

Coda

Há entre o senso comum e o conhecimento científico rupturas e descontinuidades. O empirismo convém ao conhecimento comum. Pelo contrário, o conhecimento científico é solidário do racionalismo. Quando se busca as condições psicológicas dos progressos da ciência depressa se chega à convicção de que é em termos de obstáculos que se deve pôr o problema do conhecimento científico, dizia G. Bachelard.[95] O real real, o verdadeiro real, como dizia Lacan, é aquele a que podemos ter acesso através da via científica. É a via das pequenas equações.[96] Mas deste real estamos completamente separados. O erro radica na falta de notícia dos factos, na ausência do ver (as coisas), na ausência da experiência. Ptolomeu, Vergílio, Plínio, Aristóteles e muitos outros afastam-se da verdade porque se afastam da experiência, melhor, porque se afastam das coisas (que os pés calcam e os olhos vêem), fiando-se apenas no que julgavam existir (e que agora não passa de ficção). "Como se até o mesmo Ptolomeu, se vivesse e estivesse presente, por ser homem honesto e sincero nada de errado escreveria (...) através do que lhe fosse transmitido pelos homens de Vossa Alteza, a respeito dos temas náuticos".[97] Aquilo que o sábio (matemático) procura é uma lei estável. A distinção entre *res* e *verbum* ocupava o centro de como na perspectiva medieval se poderia lidar com os textos que erigiam a memória colectiva. Isto porque *memoria ad res* é uma adaptação da linguagem original aos objectivos mnemónicos mais do que a sua simples iteração. Thomas de Walleys distinguia entre "recitar" e "reter e falar"; "recitar" é a repetição palavra-a-palavra do texto "verbaliter", enquanto "retinere et dicere" é fazer "sententialiter", de acordo com o sentido contido nas palavras. Recitar é o que fazem as crianças quando começam a aprender a ler; "reter – que é a função

[95] G. BACHELARD, *La formation de l'esprit scientifique*, Paris, Vrin, p. 16.
[96] J. LACAN, *Le triomphe de la Réligion, Paris*, Seuil, 2005, p. 93.
[97] Cf. Diogo de SÁ, *De Navigatione Libri Tres*, fl. 4.

da *memoria* retórica – está associada a actividades mais avançadas de composição."[98] Para o historiador Hayden White a narrativa não é a vida fiável acerca do passado, porque tal envolve sempre uma fabricação. A realidade não se oferece a si própria à percepção nas formas de uma história.

Diogo de Sá embrenhou-se por dentro de problemas altamente metafísicos: a *quidditas*, a essência ou natureza de uma coisa ("o que é uma coisa"), que se opõe ao ser (o facto que a coisa 'seja'), em ruptura com o paradigma escolástico. A categoria da "experiência", o "facto" (o facto que a coisa seja assim) vai doravante impor-se como a via de acesso ao real. Como o indivíduo moderno que não é "(...) neither self-creating nor self-determining, but an effect and a means of disciplinary and surveillance techniques".[99] A religião é o paradigma do pensamento dedutivo. Os sujeitos e os seus actos só tomam sentido quando são comparados com a totalidade. Ora, todo o universo técnico deve apresentar o ponto de vista do elemento. Cada objecto é dominado pela totalidade. Para o universo técnico, o elemento, comparativamente ao conjunto, é mais estável, mais fácil de conhecer e mais real do que o conjunto. A técnica introduz a preocupação do elemento tanto no domínio teórico, como no domínio ético. A prática científica interessa-se pelo processo de concretização, do *como*, a cada unidade de acção, não do *quid*, ou do *propter quid*, que são problemas de metafísica. O pensamento técnico é o paradigma do pensamento indutivo. O seu modo de raciocínio vai do particular para o geral, postulando que a unidade do real existe para lá da pluralidade dos elementos. A técnica e a religião, no seu conjunto, não podem conter toda a realidade do homem e do mundo porque se encontram entre si. As teogonias naturais, as hierofanias, as fábulas conservam um momento da "história da natureza" de que fala Vico.[100] O processo de "desencantamento do mundo" é antigo como o mundo. A física ensina, por exemplo, que Júpiter não lança o relâmpago, mas que ele é produzido por uma descarga eléctrica: as leis da natureza substituem, pois, a religião. A física permite sair do religioso. A ciência e a ética, que surgem da separação entre a religião e a técnica aprofundam a relação do mundo no mundo.

Diogo de Sá viu bem que nos estávamos afastar da fase mágica em que se pensava o mundo. Continuou, porém, prisioneiro de um sistema de linguagem que não lhe permitia a liberdade livre do cientista moderno. É

---

[98] Cf. Mary CARRUTHERS, *op. cit.*, p. 189.

[99] Kevin MAGIL, "Surveillance-Free-Subjects", in *The Impact of Michel Foucault on the Social Sciences and Humanities*, ed. Moya Lloyd and Andrew Thacker, palgrave Macmillan, 1997, p. 65.

[100] Jürgen TRABANT, *Vico's New Science of Ancient Signs*, Mouton de Gruyter, Routledge, 2004.

sobretudo importante a percepção que tem das descontinuidades que os novos paradigmas (a doutrina pitagórica, v.g.) introduzem no espectro dos saberes. A tendência natural do homem é para o saber, como diz o Filósofo, que diz também que, do ponto de vista do saber, estamos sempre em estado de privação. Dizer que as artes surgem para que uma suportasse o fardo da outra é apontar para a virtude da interdisciplinaridade. E o argumento é forte porque: "(...) as coisas que sabemos são mínimas em relação àquelas que ignoramos".[101]

Compete ao historiador interrogar os documentos e as atestações, definir o estatuto dos enunciadores, distinguir a experiência vivida da experiência literária, isto é da ficção. Diogo Sá não é um simples "recitador" dos antigos. O discurso de Diogo de Sá é a manifestação sincrética dum fazer-saber, dum fazer e de um fazer persuasivo. Este texto mostra-nos um autor tão próximo da experiência vivida como da apreciação crítica de autores que, do seu ponto de vista, erraram na leitura dos factos. O nosso autor está já a uma grande distância da crise do século XIII que Alberto, Tomás de Aquino, Siger de Brabant e muitos outros enfrentaram. Como se viu, a convivência com pensadores árabes deixou de ser polémica. A autonomia da ciência natural ainda não via o seu dia. A especialização dos saberes movia-se ainda em torno da unicidade da Verdade. Resta a procura interior da Verdade que tanto os sábios como os ignorantes devem desejar. O gesto de Sá aponta na direcção do moderno. Aí está o facto, a experiência, que são os anjos rectores do real a mapear, a navegar.

---

[101] Cf. Diogo de SÁ, *De Navigatione Libri Tres*, fl. 9. v.

Gaspar da Gama e a génese da estratégia portuguesa no Índico.

Dr. Luís Filipe F. Reis Thomaz*

A figura de Gaspar da Índia ou Gaspar da Gama foi já estudada em detalhe por Elias Lipiner[1], pelo que não vale a pena determo-nos sobre a sua biografia; escaparam-lhe, contudo, duas cartas que em 1499, logo após o regresso de Vasco da Gama, quando não falava ainda bem o português, Gaspar ditou, dando a D. Manuel importantes sugestões sobre a estratégia a seguir no Índico. Essas cartas, que aqui se apresentam, ao que cremos pela primeira vez, dormiram na Torre do Tombo um sono letárgico de meio milénio, que, contudo, lhes não retirou a importância histórica.

Foi ao prepararmos a edição póstuma dos estudos inéditos de Jean Aubin sobre o reinado de D. Manuel[2] que tomámos conhecimento da sua existência. Sem as citar, Aubin resumia e comentava uma delas ao longo de praticamente uma página inteira do seu trabalho; vale quiçá a pena transcrever *in extenso* os seus considerandos:

> Pour complaire à ses nouveaux maîtres, Gaspar da Índia humait le vent. Durant sa captivité à bord du *São Gabriel*, l'ancien officier du 'Âdil-Shâh était allé au-devant des fantasmes portugais en racontant que de Calicut vers le sud, dans le golfe du Bengale et jusqu'au-delà de Malacca, sur

---

* *(Instituto de Estudos Orientais – Universidade Católica Portruguesa)*

[1] Elias Lipiner, *Gaspar da Gama – Um converso na frota de Cabral*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1986. Ignora-se o nome judaico original de Gaspar, sabendo-se apenas que na Índia, onde se pusera ao serviço do sultão de Bijapur, se fizera mouro, recebendo o nome de Muḥammad (Lunardo da Chà Masser, *Relazione*, viaggio primo, pub. por Prospero Peragallo, "Carta de El-rei D. Manuel ao rei Catholico narradnso-lhe as viagens portuguezas à India desde 1500 até 1505, reimpressa sobre o prototypo romano de 1505, vertida em linguagem e annotada por...; seguem em appendice a Relação analoga de Lunardo Chà Masser e dois documentos de Cantino e Pasqualigo", *Memorias da Academia Real das Sciencias*, 1ª classe, t. VI, p. ii, Lisboa, 1892, pp. 68-69). O nome de Gaspar foi-lhe dado em Angra, quando no regresso da Índia aí se fez baptizar, recebendo o mouro tunisino Monçaide ou Bontaibo, que em Calecut conduzira o Gama, o nome de Baltazar. Foram assim dados aos primeiros indianos a abraçar a fé cristã os nomes de dois dos Reis Magos, que haviam outrora vindo das Índias a adorar Jesus menino.

[2] Jean Aubin, *Le Latin et l'Astrolabe – vol. III: Études inédites sur le règne de D. Manuel*, édition posthume, préparée d'après les papiers laissés par l'auteur par Maria da Conceição Flores, Luís Filipe F. R. Thomaz & Françoise Aubin, Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Paris, 2006 [doravante *L & A*].

quatorze souverains dix étaient chrétiens, capables de mobiliser jusqu'à trois cent mille hommes de guerre. D. Manuel restait attaché aux aberrations sur le christianisme du Samorin, persistance d'autant plus étrange que le Juif providentiel, dont les propos transportaient d'aise Duarte Galvão, mit par la suite sourdine à ses hâbleries, et que se trouvait à Lisbonne le Maure de Tunis, "Monçaide" maintenant baptisé et devenu Baltasar, qui connaissait fort bien son monde de Calicut. Il faut croire que l'illusion répondait trop aux espérances mystiques de D. Manuel pour qu'il s'en libère.

Opportuniste un peu grisé, Gaspar entrait pleinement dans son nouvel avatar de conseiller du Portugal. Il poussait non pas à la fondation d'un simple comptoir, mais d'un fort. Il jugeait qu'à Calicut le *feitor* ne serait pas en sécurité, et qu'en troublant la navigation au large de l'Inde, on s'aliénerait les milieux locaux, qui massacreraient les Portugais avant l'édification de l'indispensable forteresse. Il préconisait de commencer par ruiner la navigation "de l'autre côté", de rançonner sans pitié Aden, et éventuellement al-Shihr, où le ravitaillement ne manquait pas, ainsi que d'autres ports de la côte d'Arabie. Les dix nefs de la Mecque qui venaient chaque année charger à Calicut seraient capturées aisément. Si on ne pouvait embarquer tant de butin, on prendrait deux ou trois nefs en port de Maures, de celles appelées *hoqueyr* qui, neuves, seraient capables de faire le voyage de l'Atlantique, montées par quatre-vingt marins portugais. Pour remplacer ceux-ci, on épargnerait la vie d'autant de marins maures, distribués par dix sur huit bâtiments portugais, fers aux pieds.

Outre que l'interception des navires maures dans les eaux du golfe d'Aden libérerait de nombreux chrétiens, sujets du Prêtre Jean emmenés en esclavage, l'activité de l'escadre portugaise ferait perdre aux marchands de Mer Rouge, effrayés, le moment du passage vers le Malabar. Les Indiens de Calicut ne trouvant plus d'acheteurs maures pour les épices, la conclusion d'un pacte avec le Samorin en serait facilitée. Les Portugais obtiendraient d'ériger une forteresse, où le *feitor* et ses gens seraient en sûreté. Enfin, en allant vendre à Calicut le butin pris à Aden, clef de ces trafics, les frais de l'expédition portugaise seraient réduits de moitié.

Gaspar ne s'étendait pas sur cet argument capital. Flattant les inclinations de D. Manuel, il s'élevait à un autre plan. Il ouvrait la perspective d'élargir les buts de l'expédition suivante. "Dans l'autre voyage, espérance en Dieu que nous ferons la guerre à la Mecque et déferons la demeure de Mahomet, prendrons toute la richesse qui y est et reviendrons sous les pieds de Votre Altesse avec toute cette richesse. Cela me paraît à moi, Gaspar da Índia, être le profit de Votre Altesse, que nous tuerons les Maures et prendrons leur richesse, et ferons qu'aucun Maure ne puisse entrer dans la mer de

l'Inde, excepté les Chrétiens portugais, et la mer de l'Inde et l'Inde même resteront nettoyées des Maures. Moi, Gaspar da Índia, j'espère en Notre-Seigneur Jésus-Christ et en la Vierge Marie et en tous les saints qu'ils nous garderont ainsi, rendant toute l'Inde aux Chrétiens, et qui ne sera pas bon chrétien paiera tribut à notre sire le roi de Portugal D. Manuel, seigneur de la route des Indes. Nous prendrons toutes ces choses à l'Inde chaque année, peu à peu ainsi nous les ferons tous chrétiens".
Le plan belliciste de destruction du commerce indo-arabe des épices et d'auto-financement de la guerre qu'exposait Gaspar dans son portugais maladroit était très intelligent. Fondé sur un pronostic que les événements vérifièrent bientôt, s'il avait été appliqué il aurait simplifié la tâche des Portugais. C'est en 1505 seulement que D. Manuel ordonnera de fermer la Mer Rouge, mais dans le cadre beaucoup plus lourd de l'implantation de forteresses, et à partir de l'Inde. Gaspar da Índia inversait l'ordre des priorités, en proposant de prendre le problème à la gorge. La stratégie du trop souple Juif, émergé d'un passé suspect, ne fut pas retenue. Pour l'heure, le Roi s'en tint à la solution qui répondait le mieux à ses connaissances: établir aux sources mêmes de la vente du poivre un comptoir, dont la confraternité religieuse avec le Samorin assurerait la protection[3].

Ora nada disto correspondia nem ao conteúdo da súmula geográfica apensa ao *Diário da 1ª Viagem de Vasco da Gama*[4], cujo autor não pode ser senão Gaspar da Índia[5], nem ao das cartas posteriores deste a D. Manuel,

---

[3] *op. cit.*, pp. 285-286.

[4] *Diário da Viagem de Vasco da Gama*, fac-símile do códice original, transcrição e versão em grafia actualizada, com uma introdução por Damião Peres, leitura paleográfica por António Baião e A. de Magalhães Basto (...), 2 vols, Livª Civilização, Porto, 1945, *fl.* 81 & ss. & pp. 121 & ss. Cf. Diogo de SÁ, *De Navigatione Libri Tres*, fl. 9. v.

[5] A súmula geográfica é expressamente atribuída a "um homem que sabia a nossa fala e havia trinta anos que viera de Alexandria a estas partes", o que concorda perfeitamente com o passo do *Diário* em que se narra a entrada em cena de Gaspar da Índia, a 24.IX.1498, na ilha de Angediva (*fl.* 71-72 & p. 109): "um homem de idade de quorenta anos, o qual falava muito bem venezeano (...) e era da parte do Levante, e que viera muito pequeno a esta terra"; de igual maneira com a segunda carta sobre a viagem do Gama mandada para Florença por Girolamo Sernigi: "o qual judeu é nativo de Jerusalém, segundo ele diz, e fala italiano, quasi meio veneziano, como os esclavões e albaneses; e há cerca de 20 anos que do Cairo passou à Índia, por terra..." [*vide* "Fontes Italianas para a História dos Portugueses no Índico, 1497-1513 - ~~Códice *Riccardiano* 1910 de Fl~~orença - Transcritas e apresentadas por Carmen Radulet, traduzidas e anotadas por Luís Filipe F. R. Thomaz", in *Mare Liberum*, nº 18-19 (Dezº 1999 - Junº 2000), pp. 247-340, & nº 21-22 (Janº - Dezº 2001), pp. 231-407, republicado em livro com o título *Viagens Portuguesas à Índia (1497-1513) - Fontes Italianas para a sua História:*

publicadas por Bulhão Pato nas *Cartas de Afonso de Albuquerque*[6]. A estranheza que nos causou tal facto levou-nos a consultar o manuscrito original de Aubin, que conservávamos em nosso poder, embora trabalhássemos sobre a cópia digitalizada por Maria da Conceição Flores, a quem coubera a tarefa de decifrar o manuscrito. Aí uma anotação marginal forneceu-nos a chave do segredo: "*lettre non datée; TdT*". Tratando-se de um documento sem data não podia logicamente encontrar-se no *Corpo Cronológico*; tampouco devia achar-se arquivado nas *Gavetas*, pois então estaria já publicado, com todos os documentos de interesse ultramarino ou internacional, na série *As Gavetas da Torre do Tombo* editada pelo Centro de Estudos Históricos Ultramarinos[7], e não se justificaria então que não tivesse chegado ao conhecimento de Elias Lipiner nem de qualquer outro investigador. Restavam as duas coleccções em que em regra se conservam os documentos quinhentistas desprovidos de datação, as *Cartas dos Vice-Reis da Índia*, em número de cerca de duas centenas e tal, e as *Cartas Missivas*, em quatro maços totalizando uns 1.700 documentos. A importância que o documento parecia ter justificava que fizéssemos uma busca sistemática nos inventários daquelas duas colecções, ambas desprovidas de índice alfabético. Foi essa busca que nos revelou a existência não de uma, mas de duas informações redigidas a ditado de Gaspar da Gama, datáveis ambas do verão de 1499, a principal das quais infelizmente incompleta. Muito sumidas, tanto uma como outra, tratada com noz de galha uma delas, o que pouco melhoroua

---

o Códice Riccardiano *1910 de Florença*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 2002, doc. III, pp. 95 & ss.]. Mais decisivo ainda é o testemunho de D. Manuel na sua carta de 25.VIII.1499 ao cardeal protector D. Jorge da Costa, o "cardeal Alpedrinha", em após narrar a vinda com Vasco da Gama de cinco ou seis índios naturais de Calecut e do mouro tunisino Monçaide ou Bontaibo, afirma: "e sobre todos um outro que era judeu e já gora cristão tornado, homem de grande discrição e engenho, nacido em Alexandria, grande mercador e lapidário, o qual havia 30 anos que trautava na Índia e a sabe assi esmeuçadamente toda, e quanto nela há, e assi todas as terras de cerca, e cousas delas, dês Alexandria pera lá e da Índia pera o sartão e Tartária até o Mar Maior..." (pub. diversas vezes, *v. g.* por António da Silva Rego *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente - Índia*, 12 vol., Agência Geral do Ultramar, Lisboa, 1948-1958, vol. I, doc. 2, pp. 6-11). O testemunho de Lunardo da Chà Masser (*cf supra* nota 1), um pouco extenso para ser transcrito aqui, é também concordante.

[6] ANTT, *CVR*, nº 76, <1505-1506>, pub. in *Cartas de Affonso de Albuquerque seguidas de documentos que as elucidam*, publicadas (...) sob a direcção de Raymundo António de Bulhão Pato [e Henrique Lopes de Mendonça], 7 vol., Academia Real das Sciências, Lisboa, 1884-1935 [doravante *CAA*], vol. III, pp. 200-204; & *CVR*, nº 46, <1506-1507>, pub. *ibidem*, III, pp. 195-197.

[7] *As Gavetas da Torre do Tombo*, 12 vols, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, Lisboa, 1960-1977.

sua legibilidade, não admira que tenham passado até hoje despercebidas, embora constem de inventários elaborados há já largas dezenas de anos. O nosso prezado colega e amigo Jorge Santos Alves, a quem queremos deixar exarado aqui o nosso reconhecimento, teve então a gentileza de encomendar a Pedro Pinto, exímio paleógrafo que com ele colabora de há muito, que nolas copiasse. A cópia que então nos facultou constitui a base da transcrição que abaixo apresentamos, embora a tenhamos aqui e além corrigido e completado, graças não tanto à posse de uma vista mais apurada ou de maiores conhecimentos de paleografia, mas a uma maior familiaridade com a linguagen da época e com o contexto em que se inserem os dois documentos.

A carta a que se refere Jean Aubin[8] é a mais importante, porque é aquela em que Gaspar da Gama sugere a D. Manuel toda uma estratégia a adoptar no Índico; a outra[9], que inclui a lista dos principais dignitários de Calecut e dos presentes que se lhes deviam fazer para lhes conquistar as boas graças, tem sobretudo interesse para a história local. Publicaremos aqui as duas, com as anotações que nos pareceram necessárias, mas incidiremos a nossa atenção sobretudo sobre a primeira.

Notemos, finalmente, que entre os documentos relativos à viagem de Pedro Álvares Cabral conservados em Lisboa, que em 1940 se julgavam ser apenas sete[10], mas em 1999 ascendiam já a catorze[11], se deverão, em rigor, contar doravante estes dois também, o que eleva a dezasseis o seu total.

Gaspar da Índia e o imperialismo manuelino

O que na informação prestada por Gaspar da Gama nos mais fere a atenção é vermos surgir já em 1499 uma série de ideias que tradicionalmente se têm por posteriores, como a de erguer fortalezas em Ádem e em Calecut ou a de conquistar Malaca, ambas geralmente atribuídas a Afonso de Albuquerque ou, pelo menos, a quem na corte gizava a sua estratégia.

Tradicionalmente a historiografia portuguesa aponta como único fito da expedição de Vasco da Gama o achamento de uma nova via para o comércio de especiaria. Era esse, de facto, o seu mais manifesto escopo, patente desde

---

[8] ANTT, *CVR*, nº 122.

[9] ANTT, *CM*, maço 3, doc. 329.

[10] Abel Fontoura da Costa, *Os sete únicos documentos de 1500 conservados em Lisboa referentes à viagem de Pedro Álvares Cabral*, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1940

[11] *Os primeiros 14 documentos relativos à armada de Pedro Álvares Cabral,* edição de Joaquim Romero Magalhães e Susana Münch Miranda, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses - Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo, Lisboa, 1999.

as primeiras linhas do *Diário* da viagem pioneira, geralmente atribuído a Álvaro Velho: "Em nome de Deus. Amem. Na era de mil iiij^{c} lRbij mandou el-rei D. Manuel, o primeiro deste nome em Portugal, a descobrir quatro navios, os quaes iam em busca da especiaria..."[12]

A expedição tinha, contudo, um outro objectivo além desse, o achamento do Preste-João, a que o *Diário* alude por três vezes[13]. Ainda que não fosse um objectivo imediato, mas antes a médio prazo, tal desiderato indicia claramente um projecto imperial e de cruzada, para que era relevante um apoio militar na retaguarda do bloco islamita. À falta de terem compreendido esta faceta central da política de D. Manuel — que quatro vezes, em 1499, 1501, 1505 e 1516, sonhou ver-se à cabeça de uma cruzada no Mediterrâneo e outras tantas, em 1501, 1503, 1508 e 1517, intentou partir a combater os Mouros em Marrocos[14] — a maioria dos historiadores pouco compreendeu da estratégia manuelina. Ora sem o substrato comum da ideia de cruzada, não só o nexo lógico entre a política de D. Manuel no Magrebe e a estratégia de seus agentes na Índia queda dissolto, como por exemplo permanece sem explicação a própria expedição de Albuquerque ao Mar Roxo, após o fracasso da tomada de Ádem.

Mesmo os raros historiadores que se ocuparam dos desígnios cruzadísticos do *Venturoso*, como o sábio beneditino belga Dom Charles Martial de Witte, deixaram-se as mais das vezes enganar pela tradicional visão especieira da história portuguesa quinhentista e viram naqueles um episódio marginal, destacado do contexto, "un corps étranger, un épisode aberrant, dans l'ensemble du mouvement de l'expansion portugaise", insistindo em que "l'idée de la croisade classique, celle de la délivrance de la Terre-Sainte, est restée en marge de l'histoire des découvertes portugaises"[15]. Por nossa parte, sabendo que já em 1446 o Infante D. Henrique enviara dois de seus homens a farejar o Levante e "a terra do Preste-João"[16], jamais ousaríamos afirmar tanto. Mesmo deixando de lado certas facetas da política de D. Afonso V e de D. João II que seria fastidioso enumerar aqui, que fazer então

---

[12] *fl* 1.

[13] *fls* 19, 64 & 65.

[14] J. Aubin, *L & A*, III, p. 130.

[15] Dom Charles-Martial de Witte, "Un projet portugais de reconquête de la Terre Sainte", in *Congresso Internacional de História dos Descobrimentos — Actas*, vol. V, p. I, Lisboa, 1961, pp. 419-449.

[16] *Vide* as mercês feitas por Filipe, *o Bom*, Duque da Borgonha, aos arautos *Mœrs* et *Sacquavin* e ao passavante *Guinée* "para sua viagem ao Preste-João", (antes de 18/II/1446) e a mercê feita pelo mesmo ao arauto "*Sacquevin*" (isto é, sem dúvida, "Sacavém") "de regresso do país do Preste-João", (julho de 1446), pub. por Jacques Paviot, *Portugal et Bourgogne au XVe siècle - Recueil de documents extraits des archives bourguignones (1384 - 1482)*, édition présentée et commenté par..., Centre Culturel Calouste Gulbenkian /Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, Lisboa & Paris, 1995, doc. 276 & 278, pp. 362 & 363.

da expedição mandada em 1501 por D. Manuel em socorro das posições venezianas na Moreia ameaçadas pelos Turcos, que levava ordens secretas para, de passagem, se apoderar de Mers-el-Kebir, o porto que serve Ourão, na actual Argélia[17] ?

Que os intuitos de D. Manuel, ao despachar Vasco da Gama para as Índias, não eram meramente comerciais, resulta suficientemente claro do diploma pontifício que, um mês antes da largada da expedição, obtivera da Santa Sé: dada em Roma a 1 de Junho de 1497, a bula *Ineffabilis* de Alexandre VI reconhecia ao soberano português e a seus sucessores o direito de "receber e reter as cidades, fortalezas, terras, lugares e domínios dos infiéis que adregasse submeterem-se ao seu jugo, pagarem-lhe tributo ou reconhecerem-no como seu senhor", desde que sem prejuízo para os direitos constituídos de qualquer príncipe cristão[18].

Esta faceta da política manuelina tem sido quase sistematicamente ignorada em favor de uma visão especieira da história, que reduz ao trato da pimenta todo o móbil da empresa. Dir-se-ia que houve até uma espécie de conspiração historiográfica para silenciar os projectos de cruzada de D. Manuel e escamotear a documentação que os comprovava. Não nos parece, com efeito, meramente fortuito que tenham desaparecido da Torre do Tombo pelo menos quatro importantes documentos referentes à matéria[19].

Não há, todavia, que imputar apenas ao *parti pris* dos historiadores de pendor materialista o esquecimento a que esta importante vertente do imperialismo manuelino tem sido votada: ela resulta igualmente do laconismo das fontes coevas a seu respeito. E este é facilmente compreensível: a documentação oficial da época raramente lhe alude — seja para evitar que os mouros se apercebessem, seja para não exasperar inutilmente a oposição interna, uma vez que eram poucos os que em torno de D. Manuel comungavam das suas esperanças messiânicas; quanto às crónicas, redigidas cerca de meio século mais tarde, é lógico que ignorem projectos que, além de jamais se

---

[17] Sobre essa expedição *vide* J. Aubin, *L & A*, III, pp. 123-148.

[18] Levy Maria Jordão, *Bullarium Patronatus Portugalliæ Regum in Ecclesiis Africæ, asiæ atque Oceaniæ*, tomo I (1171-1600), Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, pp. 56-57.

[19] Uma carta e umas "instruções" de D. Manuel para o Cardeal Cisneros, regente de Castela, de 2 de Março de 1506, cuja versão castelhana conservada num manuscrito do Escurial foi publicada por Costa Brochado, "A espiritualidade dos descobrimentos e conquistas dos Portugueses", *Brotéria*, XL (1945), pp. 25-42; o documento resumido pelo Visconde de Santarém no seu *Quadro Elementar das Relações Politicas e Diplomaticas de Portugal com as diversas Potencias do Mundo desde o principio da Monarchia Portugueza até aos nossos dias*, Paris, 1842, XV, p. XII et 7-8; e as instruções da rainha D. Maria ao embaixador português em Roma para tratar com o papa da aliança de todos os príncipes cristãos contra os infiéis de 13.X.1505, ANTT, *CC*, I-5-50, "desaparecido desde 1949".

haverem concretizado, escassamente afloram na documentação de que se serviram os cronistas.

De qualquer modo sabemos hoje que Vasco da Gama se viria a mostrar um firme opositor do imperialismo manuelino, mormente da sua vertente cruzadística, acabando por se incompatibilizar com o soberano e se retirar da vida política até ao advento do seu sucessor, de quem, nos primeiros anos de reinado, viria a ser a eminência parda; mas ignoramos o momento em que essa oposição se desenhou[20]. É provável que ao tempo da sua primeira viagem ao Malabar fosse já céptico no que toca ao messianismo imperial do *Venturoso*. Não é sequer impossível que tenha sido essa circunstância a ditar a sua escolha para capitanear a empresa: fora contra o parecer da maioria de seu conselho que D. Manuel decidira mandar descobrir a Índia[21], e é provável que se tenha sentido na necessidade de contemporizar com a facção que se lhe opunha, entregando o comando da expedição a alguém da confiança desta. Não o sabemos. Seja como for, por pouco entusiasta que fosse dos grandes planos manuelinos de cruzada escatológica, não fez segredo deles a ponto de Gaspar da Índia os não ter podido entrever.

Já na bem conhecida súmula geográfica apensa ao roteiro ou diário geralmente atribuído a Álvaro Velho[22], adivinhando sagazmente os anelos de seu novo amo, pintou uma Índia bem à medida de seus desejos: dos quinze reinos que menciona doze seriam de cristãos e apenas três de muçulmanos; e enquanto estes não juntariam mais que 49.000 homens de peleja, 20.000 cavalos e 500 elefantes de guerra, aqueles poderiam alinhar na cruzada geral com que sonhava o *Venturoso* com um total de 291.000 a 292.000 homens de peleja, 15.200 cavalos e 2.700 elefantes de guerra. Como aventa Jean Aubin[23] não é impossível que por detrás da lamentável confusão entre cristãos e gentios faça em última análise um *qui pro quo* de linguagem: habituados ao árabe de Marrocos, onde o termo árabe *kâfir* ("cafre, pagão, infiel, ingrato, renegado"), normalmente reservado aos idólatras, se aplica também aos cristãos, os intérpretes do Gama, ou levados pela crença ingénua na existência de importantes comunidades cristãs na Índia ou por simples inadvertência, podem ter traduzido qualquer dos plurais de *kâfir* (*kâfirûn, kuffâr, kafara* ou *kifâr*) por "cristãos"; teriam dado assim origem ao malentendido que só se

---

[20] Sobre este particular o velho estudo de A. C. Teixeira de Aragão, *Vasco da Gama e a Vidigueira – Estudo Histórico*, 2ª ed., Lisboa, 1898, acha-se ultrapassado pelo de Sanjay Subrahmanyam *A Carreira e a Lenda de Vasco da Gama*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1998, bem assim como pela biografia de Geneviève Bouchon, *Vasco de Gama*, Fayard, Paris, 1997.

[21] Barros, I, iv, 1.

[22] *fls* 81-85.

[23] *L & A*, III, pp. 273 & 284.

desfaria em 1501 com o regresso de Pedro de Álvares Cabral e a vinda a Portugal do Padre José de Cranganor, que forneceu à corte portuguesa informações honestas e fiáveis sobre a geografia religiosa do Oriente. Há que admitir que Gaspar da Gama — que, recorde-se, falava italiano, língua em que *cristiano* se não presta de modo algum a confusão com *gentile* nem com *pagano* — só não desfez tão crasso erro porque isso lhe não convinha. Por outro lado, ainda que na sua súmula geográfica a descrição de cada reino obedeça a uma grelha uniforme, que deixa supor a existência de uma espécie de questionário escrito ou pelo menos oral, não se compreende que de boa fé possa ter reduzido a Índia maometana ao mero sultanado de Bengala, calando a existência do sultanado de Bijapur, a cujo serviço andava, a dos demais sultanados que à época se começavam a emancipar do reino bahmânida do Decão, a dos vizinhos estados moiros do Guzerate, Malwa e Khandesh e, sobretudo, a do grande reino de Delhi, madre de todo Hindustão muçulmano. É verdade que, embora classificando de "cristã" a maioria da população do seu reino, apresenta como mouro o rei de "Calegrande", ou seja, o Rei Grande[24] de Travancor, que residia normalmente em Cael[25], na costa da Pescaria — identificação que é corroborada pela menção "aqui há muitas pérolas". A avaliar pelos elementos que em 1501, ao regressar da Índia com Cabral, forneceu a Américo Vespúcio, com que cruzou em Bezeguiche, junto ao Cabo Verde, Gaspar da Índia conhecia quase palmo a palmo o litoral indiano desde Dabul, no Concão, à costa da Pescaria, tornando-se de aí em diante mais confusas as suas noções geográficas[26]. Seja porém como for, de modo algum se justifica que tenha pintado como cristãos os reinos de Samatra e Malaca, moiros respectivamente desde 1295 e 1414, como era bem sabido na Índia, que com eles mantinha velhas relações.

É interessante notar que, uma vez em Portugal, Gaspar suavizou um tanto o quadro que traçara a preto e branco: nas suas duas cartas, sem ousar ainda confessar que o Samorim de Calecut era, como os demais reis do sul da Índia, hindu e não cristão, admite já a presença de gentios no seu conselho e entre os mercadores principais da cidade, e descreve, correctamente, o sultanado de Malaca como reino mouro. Mais longe ainda vai nas informa-

---

[24] Adaptação portuguesa do termo *mahârâja* em sânscrito, ou de seu correspondente *valiya tamburân* em malaiala.

[25] Os portugueses, conformando-se sem dúvida ao uso local do Malabar, designavam normalmente por Cael (Kayal) três localidades da Costa da Pescaria, vizinhas mas distintas: Kayalpattinam, 8° 34' N, 78° 10' E, Cael Velho ou Palayakayal, 8° 38' N, 78° 7' E, e Punicale ou Punnaikayal (Cael Novo), sito defronte, na margem oposta do rio Tâmraparnî que aí deságua no golfo de Manar.

[26] Carta de Américo Vespúcio a Lourenço de Médicis, de 4.VI.1501, traduzida *in* Radulet & Thomaz, *Viagens...*, pp. 327 & ss (*vide* em particular pp. 337-339.

ções que pela mesma época forneceu a Girolamo Sernigi: entre lérias fabulosas, no género das que se lêem em Plínio ou em Solino e nos livros de maravilhas da Idade Média cristã ou muçulmana[27], descai-se a referir a existência de templos pagãos em que se passam cousas diabólicas; e — a não ser que a notícia que Sernigi reproduz na sua carta seja mera citação de Marco Polo, o que não é impossível — chega a afirmar-lhe que "há naquelas partes muitas gerações de gente, a mor parte gentios, isto é, idólatras, ainda que aí haja mouros assaz muitíssimos"[28]

Pode perguntar-se porque não teve Gaspar da Gama a coragem de deslindar de vez o logro de uma Índia maioritariamente cristã. Ocorrem-nos duas explicações: em primeiro lugar, para a perpetuação do embuste haviam indubitavelmente contribuído a seu lado não só o mouro tunisino Monçaide ou Bontaibo, depois baptizado com o nome de Baltazar, como Malimo Canaca, o piloto guzerate que guiara o Gama de Melinde a Calecut, que, ao que tudo leva a crer, veio também ele a Portugal[29] — pelo que havia de evitar dar a impressão de se haverem conjurado para impingir ao soberano, à corte e à nação inteira uma monumental patranha, o que acarretaria o descrédito e o desemprego dos três compinchas[30]; em segundo lugar, arguto como era, Gaspar pode ter compreendido quão precária era a posição dos que, à ilharga de D. Manuel, defendiam a prossecução da aventura indiática, pelo que bastaria uma notícia assustadora, como a de serem hindus os indianos, para o conselho impor a suspensão das expedições — o que teria as mesmas consequências para todos três.

De qualquer maneira, na sua carta principal a sintonia com os desígnios imperiais de D. Manuel é perfeita: Gaspar traça um plano para adquirir progressivamente o domínio de todo o Oceano Índico, de Mogadoxo a Malaca, erguer fortes em pontos estratégicos como Ádem e Calecut, estender o corso português às costas da Península Arábica, estancar o comércio espe-

---

[27] Vejam-se, *v. g.* os textos reunidos por Jacques André & Jean Filliozat, *L'Inde vue de Roma — Textes latins de l'Antiquité relatifs à l'Inde*, Société d'Éditions "Les Belles Lettres", Paris, 1986; *cf.* Bozorg fils de Chahriyâr de Râmhormoz, *Livre des Merveilles de l'Inde*, par le capitaine..., texte arabe publié (...) par P. A. van der Lith, traduction française par L. Marcel Devic, E. J. Brill, Leida, 1883-1886.

[28] 2ª carta de Girolamo Sernigi a seus correspondentes em Florença, pub. por Radulet & Thomaz, *Viagens...*, doc. III, pp. 95-124.

[29] *Vide* Radulet & Thomaz, *Viagens...*, pp. 66-67 & 112.

[30] Como vimos, Gaspar propalara em Lisboa ainda outras lérias mais, de que Girolamo Sernigi se faz eco na segunda carta que mandou para Florença após o regresso a Lisboa do navio que trazia dos Açores o judeu converso, o barinel *S. Gabriel* comandado por João de Sá (*vide* Radulet & Thomaz, *Viagens...*, pp. 95-131); mas trata-se dos inocentes *mirabilia* que o Râmâyaṇa (*Kiṣkindhâkhânda*, XL, 24-31) situa além de Java, mas a Idade Média europeia, na esteira sobretudo de Plínio e de Solino, situa genericamente nas Índias.

cieiro pela via do Mar Roxo, e, logo à segunda viagem, atacar, destruir e pilhar Meca.

A outra carta, de menores dimensões e menor fôlego, é, provavelmente, posterior a esta. Com efeito, ao passo que naquela Gaspar aconselhava que se não demandasse Calecut senão depois de assentar arraiais em Mogadoxo e dominar Ádem, naquela ocupa-se dos presentes que em Calecut se deveriam dar para conquistar as boas graças da classe dirigente. Dir-se-ia, por conseguinte, que Gaspar apenas a ditou depois de D. Manuel, iludido pelo retrato de uma Índia maioritariamente cristã que lhe fora apresentado, ter rejeitado a sua primeira sugestão e optado por mandar Cabral a Calecut, com uma carta endereçada ao Samorim e recheada de citações bíblicas[31] que certamente demoveria o seu irmão na fé de continuar a favorecer os moiros e a acolher mal os cristãos.

Se se pode admitir que D. Manuel, ingénuo como era e embalado nas suas esperanças messiânicas pelas informações que lhe impingiam, estivesse predisposto a tragar facilmente o embuste, já é mais duro de crer que Vasco da Gama, em três meses de permanência na Índia, não tenha descortinado o crasso erro em que lavrava; a verdade, porém, é que D. Manuel — embora tivesse todo o interesse diplomático em pintar a Índia de pagã, uma vez que a bula *Ineffabilis* apenas lhe conferia a posse dos territórios não detidos por outros soberanos cristãos — transmitiu a Roma, a Castela, ao Sacro Império[32] e, implicitamente, ao próprio Samorim da Calecut, na missiva que lhe enviou por Cabral, a imagem falsa que lhe vendera Gaspar: embora desprovidos de sacerdotes, abastardados nas suas práticas e crenças devido à interposição do islão que os cortara do resto da Cristandade, pelo menos de nome, os índios eram cristãos.

A estratégia que nas instruções confiadas a Cabral o rei e a corte finalmente adoptaram está mais de acordo com esse engano inicial que com o quadro revisto traçado pelo judeu reconvertido nas suas cartas e com a política preconizada na primeira delas. Não é, por outro lado, impossível que o carácter brutal e a total ausência de escrúpulos morais que desta ressumam

---

[31] Conhecida através de várias cópias e nomeadamente pela transcrição de Castanheda (I, xxxv), que expressamente atribui a sua autoria material a Duarte Galvão, secretário particular de D. Manuel e mentor do seu imperialismo messiânico.

[32] As cartas de D. Manuel aos Reis Católicos, de Julho de 1499, e ao Cardeal Protector, D. Jorge da Costa (o "cardeal Alpedrinha"), de 25.VIII.1499, podem ver-se *v. g.* in António da Silva Rego, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente – Índia*, vol. I, Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1947, doc. 1 & 2, pp. 3-11; a carta ao imperador Maximiliano, datada de Lisboa, 26.VIII.1499, *in* Peter Krendl "Ein neuer Brief zur ersten Indienfahrt Vasco da Gamas", *Mittelungen des Österreichischen Staatsarchivs*, Viena, 1980, pp. 1-21.

tenham escandalizado o *Venturoso* ou, pelo menos, os elementos mais pios ou menos triunfalistas da sua corte.

Notar-se-á outrossim o desacordo entre as sugestões de Gaspar da Índia e a estratégia adoptada por D. Manuel no que toca a um ponto fulcral, o bloqueio do Mar Roxo: enquanto aquele propugnava um ataque imediato a Ádem — o que só viria a ser posto em obra por Afonso de Albuquerque em 1513 — o monarca preferiu estabelecer a sua base na ilha de Socotorá, onde logo em 1504 mandou erguer um forte. Não é impossível que D. Manuel se tenha inspirado nas ideias do dominicano inglês Guilherme Adam, que em 1319, no seu tratado *De modo Sarracenos extirpandi,* propunha a criação de estaleiros navais no Malabar ou nas Maldivas, onde a madeira abundava, o estabelecimento de uma base naval cristã na ilha de Socotorá, povoada de cristãos nestorianos, o bloqueio ao Mar Vermelho e o desvio do trato das especiarias para o Golfo Pérsico, ligado por rotas caravaneiras ao Mar Negro, de onde os genoveses, mais fiáveis que os venezianos, as poderiam distribuir pela Europa[33].

Gaspar da Gama, que acompanhou à Índia Pedro Álvares Cabral, em 1500-1501, e depois D. Francisco de Almeida, em 1505, permanecendo a seu lado ao longo do seu governo, estranharia um dia a D. Manuel a sua opção por Socotorá, onde por mão de Tristão da Cunha e Afonso de Albuquerque fizera em 1506 erguer um forte. As razões que apresenta são de ordem estratégica: estéril de tudo, a ilha era ruim de reabastecer e desprovida de portos onde se pudesse invernar; para mais, jazia demasiado longe da boca do Mar Roxo para a poder controlar eficazmente[34]. O vice-rei fez-se-lhe eco, aconselhando que se desmantelasse a fortaleza[35]; mas não ousou tomar a iniciativa de o mandar fazer. Seria Afonso de Albuquerque a tomá-la, em 1511, quando dipunha já de uma base certa em Goa e acalentava a esperança de reocupar Ormuz e construir nova fortaleza junto às Portas do Estreito, quiçá em Ádem, quiçá em Camarão.

Mas Gaspar da Gama não volta a falar em tomar Ádem, projecto que Albuquerque havia de tomar sobre si em 1513, quando não era já mero capitão-mor da costa da Arábia, mas capitão-geral e governador nas partes da Índia. Na sua visão das cousas, Gaspar tinha razão.

---

[33] *Recueil des Historiens des Croisades*, publié par les soins de l'Académie des Inscriptions et Belles Lettres - Documents Arméniens, tome II: Documents Latins et Français relatifs à l'Arménie, Imprimerie Nationale, Paris, 1906, pp. 521 & ss.

[34] Carta a D. Manuel datável de começos de 1508, *CAA*, III, p. 195.

[35] Carta de 1508 a D. Manuel, transcrita por Gaspar Correia, *Crónicas de D. Manuel e de D. João III (até 1533)*, leitura, introdução, notas e índice por José Pereira da Costa, Academia das Ciências de Lisboa, Lisbonne, 1992, p. 55.

Gaspar da Índia e as facções da corte

O contraste entre as concepções políticas de D. Francisco de Almeida e as de seu rival e sucessor Afonso de Albuquerque foi desde há muito notado, embora nem sempre correctamente interpretado.

D. Francisco de Almeida não era, como por vezes se tem escrito, o executor fiel, ainda que sem génio, das ordens dimanadas do Rei, mas antes o representante de uma oposição mais ou menos aberta à política de D. Manuel, que sempre se esforçou, ao menos pela resistência passiva, por fazer obstrução aos seus desígnios imperiais. A sua nomeação, como quiçá já a de Vasco da Gama para comandar a expedição de 1497, representa aparentemente uma cedência de D. Manuel à oposição. É certamente por isso que no minucioso regimento que recebeu da Corte[36] se fala quase tão somente do que directa ou indirectamente se relaciona com o trato especieiro; a vertente cruzadística da política manuelina apenas timidamente aflora nas instruções para tomar contacto com o Preste-João, figura semi-mítica à época já constantemente identificada com o negus abexim. No momento em que o enviou para a Índia D. Manuel pensava já, certamente, num expediante astuto para ter no Oriente um dos seus homens de confiança, integrado no seu ideário imperial e pronto a substituir D. Francisco mal este terminasse o seu triénio (1505-1508), o que poria a oposição perante um facto consumado. Com efeito, a nomeação de Afonso de Albuquerque[37] para suceder ao vice-rei, por alvará secreto feito à revelia da corte, data de Fevereiro de 1506[38], menos de um ano após a partida de D. Francisco, antes mesmo do regresso da armada que o conduzira à Índia, que só chegou a Lisboa em Junho desse ano. A sua nomeação nada tem, portanto, a ver com eventuais queixas contra a actuação deste no terreno, antes obedece a um plano premeditado para guindar ao poder na Índia um partidário fiel dos desígnios imperiais do monarca. Para além do secretismo do alvará, dois rebuços cobriam o sigilo da manobra: Albuquerque permaneceria, até

---

[36] Pub. in *CAA*, II, pp. 272-334.

[37] Sobre Afonso de Albuquerque o melhor e mais recente estudo é o de Geneviève Bouchon *Albuquerque - Le lion des mers d'Asie*, Ed. Desjonquières, Paris, 1992 (versão portuguesa, com abundantes referências bibliográficas, *Afonso de Albuquerque, o Leão dos Mares da Ásia*, Quetzal Ed., Lisboa, 2000) que definitivamente substitui os de João Baptista Amancio Gracias (*Affonso de Albuquerque - esboço biographico*, Imprensa Nacional, Nova Goa, 1911), António Baião (*Affonso d'Albuquerque*, Lisboa, 1913) e Elaine Sanceau (*O sonho da Índia - Afonso de Albuquerque*, Liv[a] Civilização, Porto, 2[a] ed. 1943, tradução de *Indies Adventure - The Amazing career of Afonso de Albuquerque*, Londres, 1936).

[38] Castanheda, II, xxx; *cf* o auto, autógrafo, da mensagem dada por Afonso de Albuquerque a El-Rei a 27.II.1506, pub. in *CAA*, IV, p. 193. Recorde-se que D. Francisco de Almeida zarpara para a Índia a 25.III.1505.

contruir a fortaleza de Socotorá, sob o comando de Tristão da Cunha, e ambos sob a chefia, ainda que longínqua, de D. Francisco de Almeida. Nem um nem outro nome eram de molde a suscitar a suspeição do reviralho.

De facto, a política que o vice-rei seguia entretanto na Índia, quiçá inspirada na sombra por Vasco da Gama, seu primo por afinidade[39], corresponde exactamente aos desideratos da facção da corte portuguesa em que aquele se incluía e de que viria mais tarde a emergir como corifeu: procurou dominar o mar sem intervir em terra; deu prioridade à carga das quintaladas concedidas a particulares sobre a da especiaria adquirida por conta da Coroa; concentrou as atenções no Malabar e em Ceilão, onde tencionava erguer um forte, mas não pôs grande empenho em mandar descobrir Malaca, nem muito menos em lá ir pessoalmente, como lhe recomendava El-Rei; quando no final do seu governo, vencida a armada dos rumes, teve Diu praticamente à mercê, nada fez para ocupar a praça, nem mesmo para se aproveitar do ensejo e aí abrir uma agência comercial; ignorou as instruções do monarca para demandar o Preste-João da Abissínia e com ele travar amizade, com vista a um ataque conjunto ao Egipto; e pouco se interessou pelas relações com o grande reino hindu de Vijayanagar ou Bisnaga, que D. Manuel queria ver seladas por enlace principesco, para nele ter um aliado seguro contra a mourama, poderosa no Mar Arábico. Embora não disponhamos de dados concretos a tal respeito, devemos admitir que sob o seu governo os negociantes particulares desfrutaram de ampla margem de manobra: nem de outro modo se explica que homens que foram com ele para a Índia em 1505, como Diogo Pereira e António Real, nos apareçam cinco ou seis anos mais tarde a movimentar enormes somas nas praças do Malabar.

Na sua biografia do vice-rei, Francisco Joaquim Candeias Silva[40] mostrou claramente que este não era, genericamente falando, adversário da construção de fortalezas, como espessas vezes se diz: numa carta de 1506 ao Rei gabava-se até de ter sido ele a sugerir, contra a opinião dominante, que se erguessem as de Cochim, Cananor, Quíloa e Angediva; e numa outra afirmava que pensava até em construir uma em Ceilão, madre da canela, em vez de Coulão, onde, para evitar desgostar o rajá de Cochim, lhe não parecia nem útil nem conveniente. Aprovava a ideia de se construírem torres nas cinco bocas

---

[39] Vasco da Gama desposara D. Catarina de Ataíde, prima direita pelo lado materno de D. Francisco de Almeida, pois era filha de Álvaro de Ataíde, senhor de Penacova e alcaide-mor de Alvor, casado com D. Maria da Silva, irmã de D. Brites da Silva, mãe do vice-rei (*cf.* J. Aubin, *L & A*. III, *in fine*, quadro genealógico IV).

[40] Joaquim Candeias Silva, *O fundador do "Estado Português da Índia", D. Francisco de Almeida, 1457 (?)-1510*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses / Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1996. Para um visão mais crítica, enriquecida de alguns pormenores siginificativos, *vide* J. Aubin, *L & A*, III, pp. 323-384.

por que o estuário do Periyâr e o lago Vembanâdü comunicam com o mar, nomedamente em Cranganor, para estancar toda a veleidade de fuga de pimenta para o Estreito; mas jamais pensou em erguer fortes fora da zona produtora das espécias, e é aí que, mesmo independentemente dos sonhos de cruzada no Mar Roxo, a sua concepção política diverge radicalmente da de Albuquerque. Com efeito, o problema não se reduz, simplisticamemnte, ao dilema de erguer ou não erguer fortalezas em terra: uma coisa é erguê-las por negociação com os poderes locais em território de reis aliados, outra conquistar territórios para as erguer; uma coisa é contruí-las nas escalas da rota do Cabo e nas zonas produtoras de especiarias, de Cananor a Ceilão, para assegurar o seu trato, outra pontuar de fortalezas o Índico de Ormuz e Ádem a Malaca, para controlar o tráfego regional; uma coisa é explorar comercialmente a rota do Cabo, outra impor monopólios realengos sobre as linhas de comércio intra-asiático; finalmente uma coisa é ocupar as posições julgadas indispensáveis para o apoio às armadas e para a segurança das rotas comerciais, outra apoderar-se de bases para um futuro assalto ao Império Mameluco pelo Mar Roxo, firmando para tal grandes alianças em que entrariam o negus da Abissínia, o Grão Sufi da Pérsia e o imperador hindu de Vijayanagar.

Nítida também, como deixámos já entrever, é a diferença entre as concepções económicas de Albuquerque e as de D. Francisco de Almeida. Este preocupou-se essencialmente com a aquisição de especiaria para a carga das naus do Reino; nos seus seis anos de governo aquele procuraria, ao invés, estender ao tráfego regional, do Golfo Pérsico à Insulíndia e aos mares da China, os tentáculos da máquina comercial do estado. Conquanto talvez já desde a sua expedição de 1507 a Ormuz, em que se apercebeu da importância mercantil do Golfo Pérsico, Albuquerque ruminasse tais desenhos, não é impossível que, neste particular, a sua musa inspiradora tenha sido Francesco Corbinelli[41], um experto mercador italiano que atraíra ao serviço da Coroa e fizera feitor de Goa. Com efeito, em duas cartas que em 1513 escreveu a D. Manuel, este sugeria:

> Item, já são três anos que escrevi a Vossa Alteza sobre a venda da pimenta e especearia que cad'ano se podia cá gastar na Índia, com o dobro do que custa de ganho, não me respondestes a nenhüa cousa (...). Lembra-se Vossa alteza o que vos disse um dia no vosso eirado, presente o Senhor Dom Álvaro e o conde de Portalegre, e Rodrigo Afonso que santa grória hajam, que o melhor bocado da Índia era comprar toda a especiaria e torná-la a revender, como o pode fazer mui bem com o dobro do ganho do que custar cada ano, e a Portugal enviar o necessário e nom mais[42].

---

[41] *cf* Virgínia Rau, "Um florentino ao serviço da expansão portuguesa: Francisco Corbinelli" *in* Centro de Estudos de Marinha, *Memórias,* vol IV, Lisboa, 1974, pp. 107-141.

[42] Cartas de 22.X.1513, ANTT, *CC*, I-13-80, pub. *ibidem*, pp. 126-128.

O que até há bem pouco tempo escapou inteiramente à historiografia nacional não foi, porém, tanto o contraste entre as políticas seguidas pelos dois primeiros governadores da Índia Portuguesa, como o facto de ele corresponder a uma viva oposição entre dois partidos bem representados na Corte.

A existência de dois partidos na corte de D. Manuel foi pela primeira vez notada por Alexandre Lobato[43]: ao descobrir dois novos fragmentos das instruções dadas a Pedro Álvares Cabral para a sua viagem à Índia em 1500, apercebeu-se de que a versão original fora corrigida, por mão que pode ter sido a de Duarte Galvão, o grande ideólogo do imperialismo manuelino, a quem, segundo o testemunho de Castanheda, se deve a redacção da carta de D. Manuel ao Samorim de que Cabral foi portador, em que ocorrem expressões muito paralelas. Seja como for, as correcções apontam nitidamente no sentido do ideário imperial e cruzadista, a que a redacção original, ideologicamente neutra e mais virada para o comércio, parecia indiferente. No desenvolvimento da intuição de Lobato, a questão da oposição entre os dois partidos veio a ser explicitada por Jean Aubin e largamente confirmada ao depois pelas nossas próprias investigações[44], pelas de Luís Adão da Fonseca e, noutros aspectos, pelas de Luís Filipe Barreto[45].

Parece-nos que podemos hoje avançar um pouco mais e, recapitulando o que de outras vezes tivemos já ocasião de expor[46], ligar, *mutatis mutandis,* aquela dicotomia à que no século anterior opusera partidários de uma "política de fixação" a adeptos de uma "política de transporte", para retomarmos as expressões de António Sérgio. Como é bem sabido, a primeira era preconizada pelos entusiastas das conquistas à mourama, caras à alta nobreza encabeçada pela casa de Bragança, ao passo que a segunda foi protagonizada pelo regente D. Pedro, apoiado pela burguesia[47]. Embora alguns projectos,

---

[42] Cartas de 22.X.1513, ANTT, *CC*, I-13-80, pub. *ibidem*, pp. 126-128.

[43] "Dois novos fragmentos do Regimento de Cabral para a Viagem da Índia em 1500", in *Studia*, nº 25, 1968, pp. 31-49.

[44] *vide* particularmente "Factions, interests and messianism: The politics of Portuguese expansion in the East, 1500-1521" in *The Indian Economic and Social History Review*, vol. 28, nº1, SAGE, Nova Delhi e Londres, 1991 (pp. 97 a 109); versão portuguesa: "A «política oriental» de D. Manuel I e as suas contracorrentes", in *De Ceuta a Timor*, Difel, Carnaxide, 1994, pp. 189-206.

[45] *Descobrimentos e Renascimento - Formas de ser e de pensar nos séculos XV e XVI*, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, Lisboa, 1983, pp. 143 & ss.

[46] *vide, v. g.*, "O testamento político de Diogo Pereira, *o Malabar*, e o projecto oriental dos Gamas" in *Anais de Historia de Além-Mar*, nº 5, 2004, pp. 61-160.

[47] *vide v. g.* Vitorino de Magalhães Godinho, *A economia dos descobrimentos henriquinos*, Livª Sá da Costa, Lisboa, 1962; *cf.* o nosso estudo "Le Portugal et l'Afrique au XV^{e} siècle: les débuts de l'expansion" in *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XXVI, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa - Paris, 1989, (pp.161 a 256); também pub. na série *Separatas* do

politicamente inexequíveis como a conquista de Granada, tenham entretanto sido definitivamente excluídos, a confrontação mantinha-se na segunda metade da centúria, tomando novo cariz desde que D. Afonso V, agindo em parte como herdeiro do Infante D. Henrique, criou no comércio ultramarino os primeiros estancos ou monopólios realengos[48].

Sob D. João II, a despeito de entre os planos de conquista marroquina e os de expansão mercantil no Atlântico se ter esboçado uma certa complementaridade económica, continuavam a defrontar-se pelo menos duas estratégias divergentes[49]: uma linha "imperialista", preocupada com o fortalecimento e dilatação do estado, propensa, em matéria de comércio, aos monopólios régios, sonhando com conquistas territoriais à mourama e, por conseguinte, inclinada a perfilhar a velha ideologia da cruzada; e uma linha que, à falta de melhor termo podemos designar por "liberal" — no sentido económico do termo, que não, evidentemente, no seu sentido político — avessa à imiscuência do estado na mercancia, tendente a privilegiar os interesses comerciais dos particulares em detrimento dos da Coroa, e mais interessada na colonização de espaços vazios e no tráfico pacífico do que na conquista. Se da prossecução da primeira linha viria alfim a resultar a presença portuguesa no Índico, fortemente marcada pela presença estatal, da da segunda resultaria a longo prazo, como fruto principal, a construção do Brasil.

Foi, provavelmente, desta segunda facção que proveio a oposição com que D. João II deparou no seu conselho logo em 1481, quando, acabado de subir ao trono, decidiu empreender a construção da fortaleza da Mina[50]; anos mais tarde, foi, na expressão de Rui de Pina[51], "sem conselho e contra con-

---

Instituto de Investigação Científica Tropical, Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, nº 221, Lisboa, 1989; versão portuguesa: "A evolução da política expansionista portuguesa na primeira metade de Quatrocentos", *in De Ceuta a Timor*, pp. 43-147

[48] Traçámos em linhas gerais a história do mercantilismo régio português e de seus monopólios no estudo *A questão da pimenta em meados do século XVI — Um debate político do governo de D. João de Castro,* Centro de Estudos de Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 1998; também pub. *in* Artur Teodoro de Matos & Luís Filipe Thomaz (dir.), *A Carreira da Índia e a rota dos Estreitos — Actas do VIII Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa,* Angra do Heroismo, 1998, pp. 37-206.

[49] *cf* os nossos ensaios "Expansão portuguesa e expansão europeia - Reflexões em torno da génese dos descobrimentos" in *Studia,* nº 47, Lisboa, 1989, pp. 371-415; e "O Projecto Imperial Joanino (Tentativa de interpretação global da política ultramarina de D. João II)" in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua época - Actas*, Universidade do Porto - Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Porto, 1989, pp. 81-98, ambos republicados na nossa sobredita colectânea des estudos *De Ceuta a Timor,* pp. 1-41 & 149-167.

[50] Barros, I, iii, 1.

[51] *Crónica del-rei D. João II,* cap. xxxviii.

selho" que El-Rei "maginou de fazer hüa villa com sua fortaleza polo rio acima de Larache", ou seja a Graciosa; e não é impossível que a origem similar remontem as maquinações que conduziram ao assassínio do príncipe jalofo D. João Bemoim, que veio a inviabilizar o estabelecimento oficial português na foz do Senegal, mas em que eram tantos os implicados que D. João II preferiu silenciar o caso[52]. Os interesses privados procurariam assim preservar o Atlântico Sul como um espaço de liberdade económica longe dos olhares da Coroa, de cuja protecção, dada a quasi-inexistência de concorrentes externos, preferiam prescindir.

Com o advento de D. Manuel, pelo menos nos círculos mais próximos do novel soberano, o expansionismo português tornou-se fortemente ideológico, tingindo-se de laivos imperiais, no estrito sentido do termo, e, ao mesmo tempo, messiânicos e milenaristas — em sintonia, aliás, com o que se passava um pouco por todo o Ocidente no "outono da Idade Média"[53]. Resulta hoje claro que o móbil principal do *Venturoso* era atacar o Império Mameluco pelo Mar Roxo, destruir a Casa de Meca, recuperar a de Jerusalém e sagrar-se quiçá aí como imperador universal; a abertura da rota do Cabo e o desvio do trato da pimenta eram tão somente um passo. Essas quimeras medravam, segundo tudo leva a crer, sobretudo entre os franciscanos, a que D. Manuel era assaz devotado, e nos meios afectos à Ordem de Cristo, de que era mestre. Era pelo menos a Ordem de Cristo quem preservava a tradição do culto do Espírito Santo, tinto de laivos milenaristas, introduzido em Portugal pela rainha Santa Isabel, neta de Manfredo de Hohenstaufen, protector dos joaquimitas. Se o principal ideólogo desta cruzada apocalíptica parece ter sido, como adiantámos já, o velho Duarte Galvão, secretário de D. Manuel e cronista-mor do Reino, o seu estratega principal deve ter sido D. Martinho de Castelo-Branco, visconde de Vila Nova de Portimão e vedor da fazenda d'El-Rei, o protector de Afonso de Albuquerque na corte, que como ele aliava uma certa fé na predestinação de D. Manuel a um sentido prático das coisas. Entre os apoiantes deste plano imperial conta-se, em primeiro lugar, a rainha D. Maria, filha dos Reis Católicos e segunda esposa do *Venturoso*, ao que consta, dotada ela também de espírito de profecia; das mesmas ideias comungava, entre outros, Duarte Pacheco Pereira.

Por razões inteiramente distintas, esta facção parece ter recebido um decidido apoio moral e financeiro da colónia mercantil florentina estante em Portugal. Foi com ingente gáudio que esta viu a especiaria começar a afluir pelo

---

[52] Barros, I, iii, 6-7.

[53] *cf.* os nossos estudos "L'idée impériale manuéline" in *La Découverte, le Portugal et l'Europe - Actes du Colloque*, ed. por Jean Aubin, Fondation Calouste Gulbenkian, Centre Culturel Portugais, Paris, 1990, pp. 35 a 103; "Factions, interests..." citado *supra*; e "El *Atlas Miller* y la ideología del imperialismo manuelino" in *Atlas Miller*, M. Moleiro Ed., Barcelona, 2006, pp. 219-245.

Cabo, parecendo relegar para segundo plano a rota tradicional do Levante, couto dos Venezianos, que alguns viam já condenados a *tornare pescatori*[54]. Os florentinos, tal como os genoveses, nesta época já menos influentes em Lisboa, almejavam, de facto, por suplantar Veneza, e foi certamente por isso que apostaram decididamente na expansão marítima portuguesa. A Sereníssima República, que parece não se ter preocupado grandemente com a viagem pioneira de Vasco da Gama, deu conta do perigo que para os seus interesses representava a abertura da rota do Cabo desde o retorno de Pedro Álvares Cabral, em 1501[55]. Ao tempo ainda as autoridades portuguesas, para quem competir com Veneza não parecia ser um objectivo consciente, não tinham, segundo tudo leva a crer, medido bem essa conseqüência lateral da sua presença no Índico; e D. Manuel, que se queria antes de tudo assumir como paladino da cristandade, não hesitou em enviar por essa mesma época (1500-1501) em socorro das posições venezianas na Moreia ameaçadas pelos turcos a expedição a que aludimos já[56]. Dir-se-ia que eram sobretudo as colónias mercantis italianas de Lisboa a sonhar substituir-se à Senhoria de Veneza no trato especieiro, enquanto a burguesia nacional, de recursos financeiros mais limitados, se sentia mais vocacionada para o comércio do Atlântico, que requeria muito menos capital circulante que as expedições à Índia, em que se não podia esperar qualquer retorno dos cabedais empatados antes de um mínimo de quinze meses. Assim, enquanto a pequena nobreza lusitana só aos poucos ia descobrindo que o Índico, onde se prefilavam grandes lutas, podia constituir, como Marrocos, um campo de expansão para os deserdados da fortuna e, por conseguinte, um bom remédio para os fidalgos pobres, D. Manuel achava nos florentinos um inopinado apoio. O desencanto destes só se deve ter começado a manifestar por 1505, quando o *Venturoso*, julgando as coisas maduras para a cruzada geral, deu um passo mais na sua escalada imperialista e, ao enviar para a Índia um vice-rei como delegado permanente, chamou a si boa parte do tráfego pimenteiro, que até aí partilhara com os mercadores.

Do partido que, ao invés, considerava que Portugal se devia abster de conquistas à mourisma e ater-se ao Atlântico ou, quando muito, à exploração pacífica do comércio pela rota do Cabo, emergiriam como principais corifeus Vasco da Gama e o outro vedor da fazenda de D. Manuel, D. Diogo Lobo da

---

[54] Carta de Guido di messer Tomaso Detti aos Marchionni de Florença, Lisboa, 10-VIII-1499, pub. *in* Radulet & Thomaz, *Viagens...*, doc. 4, pp. 125-145.

[55] William Brooks Greenlee, *A Viagem de Pedro Alvares Cabral ao Brasil e à India pelos documentos e relações coevas*, introdução e notas de...; tradução de António Alvaro Dória, Livraria Civilização, Porto [1951] (adaptação portuguesa do volume *The Voyage of Pedro Alvares Cabral to Brazil and India*, publicado pela Hakluyt Society de Londres em 1938), pp. 215 & ss.

[56] *cf.* Jean Aubin, "Lisbonne contre le Turc" in *L & A*, vol. III, pp. 123-148.

Silveira, barão do Alvito, sobrinho por afinidade de D. Francisco de Almeida[57] e principal inimigo de Afonso de Albuquerque. Há indícios de que contariam com um certo apoio da Ordem Militar de Santiago de Espada, estabelecida sobretudo na orla litoral do Reino, da península de Setúbal para sul, e, por conseguinte, ligada a interesses comerciais e marítimos. Parece, de facto, claro que ao passo que a Ordem de Cristo preconizava a cruzada, a conquista territorial e a ligação a Castela, a de Santiago preferia uma expansão naval e mercantil, como a delineada outrora por D. Pedro, e a ligação às potências navais do Atlântico e do Mediterrâneo[58]. Tudo leva a crer que esta facção, aparentemente mais inclinada para a expansão comercial no Atlântico, tenha transigido com a prossecução das expedições ao Índico com a condição de limitar o seu escopo à exploração da rota do Cabo, excluindo não só as veleidades de cruzada, de intervenção no Mar Roxo e conquista do Egipto, como a ideia de alargar o comércio conduzido pela Coroa aos vários recantos do Índico e aos mares do Extremo Oriente.

Notemos, para terminar, que a megalomania implícita no projecto imperial manuelino, aliada ao seu carácter decididamente ideológico, devem ter contribuído para que a oposição se lhe tenha tornado mais acerba ainda do que dantes. Como nota Jean Aubin "Le règne de D. Manuel avait été traversé de tensions si vives que dans les deux à trois générations qui le suivirent, l'idéologie nobiliaire et l'idéologie de l'Etat n'en toléraient pas l'évocation" [59]; eis uma boa explicação para o facto, tão evidente quanto enganador, de as crónicas se abasterem pudicamente de retratar os conflitos de partidos, aludindo-lhe tão lacónica e veladamente que a informação que mesmo assim transmitem passou durante séculos despercebida à quase totalidade dos historiadores.

A primeira informação de Gaspar da Índia parece eqüidistante entre os dois partidos, pois tanto dá alvitres para o comércio da especiaria, como sugestões para a intervenção na Arábia e para a destruição da Meca. Não sabemos como lhe reagiram as diversas forças em presença, pois apenas conhecemos a posição que ao fim e ao cabo veio a prevalecer. Mas é-nos permitido especular.

Seríamos tentados a dizer que o plano estratégico gizado por Gaspar da Gama não agradaria a gregos nem a troianos. Os imperialistas, iludidos pela

---

[57] Teve, de facto, com primeira esposa D. Joana de Noronha, filha de D. João de Almeida, 2º conde de Abrantes e irmão do vice-rei D. Francisco (*vide* Felgueiras Gaio *Nobiliário de Famílias de Portugal,* impressão diplomática do original existente na Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, 27 vols, Barcelos, 1938 (3ª ed., facsímile da 1ª, 10 vols, Ed. Carvalhos de Basto, Braga, 1992, vol. I, p. 273).

[58] *vide* Luís Adão da Fonseca, "As ordens militares e a expansão" in *A Alta Nobreza e a Fundação do Estado da Índia*, Actas do Colóquio Internacional, edição organizada por João Paulo Oliveira e Costa e Vítor Luís Gaspar Rodrigues, Centro de História de Além-Mar, Lisboa, 2004, pp. 321-347.

[59] *L & A*, III, p. xxv.

imagem de uma Índia maioritariamente cristã, que Gaspar ajudara a difundir, deviam, na euforia das suas certezas messiânicas, ter mais pressa em fincar pé em Calecut; não lhes agradaria a longa espera que os ataques prévios a Mogadoxo e Ádem e o tempo necessário para que os efeitos do bloqueio ao Mar Vermelho se sentissem no Malabar impunham. Aos 'liberais' desagradaria, em contrapartida, a imiscuência de Portugal na política do Oceano Índico e do Mar Roxo, o empenhamento de forças militares tão longe da metrópole e, quiçá, a recrudescência do corso que o plano postulava, pois exigia uma forte intervenção do estado e ameaçava impedir o comércio pacífico de rotina.

Como Alexandre Lobato bem mostrou, foram neste caso, os imperialistas quem teve a última palavra, pois na sua versão definitiva as instruções dadas a Cabral recomendam já abertamente o corso e a hostilidade sistemática aos muçulmanos.

Foi provavelmente no contexto dessa pequena vitória do imperialismo nos bastidores do poder que Gaspar redigiu a sua segunda informação. Aí a visita da frota a Calecut aparece como um dado adquirido, não ocorrem mais recomendações de ordem estratégica, e os conselhos que se prodigalizam são meramente de ordem táctica, embora no plano diplomático e não no bélico — a que a ilusão de um Samorim cristão, que Gaspar não teve a coragem de demolir, não previa inda passar.

É curioso notar que, ou por que ao tempo o não pudesse prever, ou porque ignorasse as subtis clivagens dos meios mercantis de Calecut, Gaspar da Índia não sugere ainda a D. Manuel a política que se esboçaria em 1503, com a viagem dos Albuquerques[60], para perdurar até à queda do forte de Calecut em 1525: buscar o apoio dos mápulas ou "moiros da terra", fornecedores de pimenta, contra seus rivais os pardexis ou "moiros da Meca", que dominavam o trato do Mar Roxo; e o do Nambiadarim, príncipe herdeiro do reino, que favorecia aqueles, para neutralizar a protecção que o Samorim dispensava a estes[61].

---

[60] Sobre esta viagem *vide* J. Aubin "L'apprentissage de l'Inde - Cochin, 1503-1504", in *Moyen-Orient & Océan Indien, XVIe-XXe s.*, nº 4 (1987), pp. 1-96; reproduzido in *L & A*, I, pp. 49-110; e o nosso artigo "*De fœdere et pace inter reges Portugalliæ et Cholecut* – A armada dos Albuquerques e o primeiro tratado internacional firmado pelos Portugueses na Índia", in *Humanitas*, vol. 58, Instituto de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, 2006 (no prelo).

[61] Para mais pormenores *vide* Geneviève Bouchon "Les Musulmans du Kerala à l'époque de la découverte portugaise" in *Inde Découverte, Inde retrouvée, 1498-1630 - Études d'histoire indo-portugaise*, Centre Culturel Calouste Gulbenkian / Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, Lisboa & Paris, 1999, pp. 23-66; o nosso artigo "Calicut" in *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses*, dir. por Luis de Albuquerque, 2 vols, Círculo de Leitores / Ed. Caminho, Lisboa, 1994, *s. v.*: e o nosso estudo "Reflexões sobre as pazes de Calecut em 1503", in *Homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata de Azevedo Cruz*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (no prelo).

No seu providencialismo apocalíptico D. Manuel considerou a vinda de Gaspar a seus Reinos uma dádiva de Deus, e assim o escreveu ao cardeal protector, referindo-se pelo menos à sumula geográfica que Gaspar ditou, quiçá também já à primeira ou a ambas as informações que abaixo transcrevemos :

> ...bem se mostra achar-se aquela terra por grande misterio de Nosso Senhor, pera seu santo serviço e bem da Cristandade, pois logo com isso ordenou de nos trazer este homem, que havemos acerca por tanto como por todo o al, porque sem ele vir estevera ainda muitos anos todo o achado por se saber tão comprida e intrinsecamente como agora nos é sabido.

Por Lunardo da Chà Masser sabemos que em paga das informações que facultou lhe fez El-Rei mercê de uma tença:

> ...e de qui ditto capitanio [=Vasco da Gama] referì a Sua Altezza quanto avea seguito per discoperto, traendo con si alcune mostre de spezierie, significando che de lí in quelli lochi se ne aveva abbondantissima quantitá, e li precii valevano de lí, si comme fece referir a questo ditto Gaspar a Sua Altezza, essendo lui ben prattico de quelli paesi. E de qui in Lisbona ditto Gasparo se fece cristiano; se chiamava in moresco Mamet, e se maridò in una donna portoghese nativa di questa cittá; e have provisione de questo Serenissimo Re de ducati 170 de intrada all'anno per suo viver, per aver dato lui tall'informazzione dell'India, essendo stato ditto Gaspar delli anni trentadue da poi che partì dal Caiaro per terra alla Mecha e per molti altri lochi in quelle parti d'India.
>
> Poder-se-á, contudo, perguntar: que aproveitou D. Manuel destas informações de Gaspar da Gama ? Se não adoptou a sagaz, talvez válida, ideia de chantar base na África Oriental e junto às Portas do Estreito antes de demandar a Índia, tomou pelo menos consciência das grandes linhas da geopolítica do Índico, exceptuado contudo, como vimos já, um aspecto essencial: o facto de a Índia ser maioritariamente povoada de hindus e não de cristãos. O monarca ficou, porém, ciente desde logo da necessidade de estender ao Índico as operações de corso contra a navegação muçulmana — do que os portugueses tinham, aliás, já uma experiência secular no Mar das Éguas e em trono do estreito de Gibraltar — e cônscio da conveniência de, mais tarde ou mais cedo, aferrolhar com uma fortaleza o estreito de Bab-el-Mandeb. Finalmente, quedou alertado da importância de Malaca no sistema comercial do

Índico e da oportunidade de, por uma maneira ou outra, aí vir a fincar pé.

Houvesse Gaspar da Gama tido o denodo de desfazer de vez a impostura de uma Índia cristã, e certamente teriam sido outras as opções da Corte — e, por conseguinte, diferente o curso da História...

A linguagem dos documentos

Ao contrário das cartas posteriores de Gaspar da Gama a D. Manuel, autógrafas e assinadas de seu punho "Gaspar da Índea, escravo de Vossa Alteza" ou "Gaspar, escravo de Vossa Alteza pera sempre", ambas as informações que aqui publicamos são apógrafas, embora redigidas a seu ditado. Gaspar, que, como sabemos pelo *Diário da Viagem de Vasco da Gama* e por Girolamo Sernigi, falava bem o venezeano, deve ter aprendido sem dificuldade o português durante os dez meses que passou a bordo do *São Gabriel*; mas não sabia provavelmente escrever em caracteres latinos, e por isso ditou as informações em lugar de as escrever.

O facto de as duas cartas não serem autógrafas não impede que tenham certo interesse linguístico, pois visivelmente o escriba que as notou reproduziu fielmente o que ouviu da boca de Gaspar.

O seu idiolecto tem características únicas, das quais umas, com a prática do português, se dissipam nas suas cartas posteriores, mas outras persistem. Algumas representam simplesmente o fruto de um mau aprendizado, como a dificuldade em se servir do futuro do conjuntivo, o uso constante da locução *por amor de* (equivalente ao ainda hoje corrente *por môr de*) em sentido causal e não final, correspondendo, por conseguinte, a *porque* ou *porquanto*; a confusaão frequente entre os verbos *ser, haver* e *estar*; o uso do infinitivo precedido de *por* sem sentido final; etc. Outros rasgos são nítidos italianismos, assim a forma *donare* em vez de *dar* ou quando muito *doar* (as mais das vezes elipticamente, no sentido de "dar informação, dar a saber"), *far* em vez de *fazer*, *contra de* (calque do italiano *contro di*) em vez de simplesmente *contra*, *qualquer vez* (calque do italiano *qualche volta*) em vez de *por vezes* ou *às vezes*, *vederemos* por *veremos*, etc. Outras são castelhanismos, como *menester* em vez de *mester* ou *mister* e provavelmente, o artigo *la* em vez de *a*. Outras finalmente parecem representar semitismos, como o recurso frequente ao discurso directo, o uso de repetir o pronome pessoal da terceira pessoa para suprir a cópula e o uso do verbo no singular quando o sujeito, embora plural, o segue em vez de o preceder, construção considerada normal em árabe.

Para comodidade do leitor menos afeito à leitura deste tipo de textos damos em cada caso além da transcrição paleográfica uma leitura

interpretativa, de que eliminámos as variantes ortográficas desprovidas de valor fonético, em que regularizámos o uso de maiúsculas e minúsculas e a que ajuntámos pontuação. Como é tradição na edição crítica de textos antigos o sinal < > indica uma letra ou palavra que se tem de subentender para que o texto faça sentido; o sinal { }, ao invés, algo que pelas mesmas razões se tem de suprimir; e os parêntesis rectos [ ] as letras ou palavras reconstituídas onde o manuscrito estava roto ou ilegível devido a manchas de trinta (e, na leitura interpretativa, as explicações que de nossa lavra acrescentámos ao texto).

DOCUMENTO I

(ANTT, *Cartas dos Vice-Reis da Índia*, nº 122)

Transcrição paleográfica

Senñor

dyz gaspar da Jmdya que lhe pareçe quamdo chegaremos em quelqute que nam esta bom que faremos gera com nem hüa pesoa por amor quamdo faremos gera com hos mouros perto de quellqute toda a gemte da Jmdya espamta de nos e nam podemos fazer nem hüa fortelleza na Jmdya por amor a gemte dyz aguora nam temos nem hüa fortelleza em quellqute e nos fecto gera com hos mouros e quamdo elles deyxam nos por fazer fortelleza em quellqute mataremos todos elles e o feytor de vossa alteza nam esta seguro em quellqute por Jso pareçe me que nam esta bom por far gera em quellqute e quamdo vossa alteza folgar por far despeza destas naos que vam a quellqute por far foro ha mester nos quamdo partyrmos daquy amtes que chegarmos em quellcute he gerearmos em hum lugar que se chama moquodeçou que esta em quamjnho de quellqute e quamdo estemos neste lugar que se chama moquodeçou estemos em terra fyrme de mequa e majs perto de mequa que de quellqute estemos perto de hadem e haden he muyto lomge da Jmdya quamdo vosa alteza folga njsto heu gaspar da Jmdya donar uosa alteza emtemdo que pode far mea desta despeza darmada de uossa alteza foro e pode ser todo por amor de haden esta Reyno de hum Rey que se chama al yamamde mouros e nam esta nele nem hum christão esta perto de mequa por terra e por mar e hadem esta hüa Jlha muyto ryqua e quada anno chegam lla naos pequenas de duzemtos botes pello mar Ruyuo esta em quada nao qualquer vez merquadarya com dynheiro vymte mjll cruzados esta nao vem quada ano duas houtras de hum lugar que se chama alcoçayr e sam mouros e nem hum christão nelle estas naos nam tem custume que nam tragem nem hum homem darmas e nem hüa arma por amor que naquelle mar nam tem nem hum ladram

e nam tem custume de pelegar com nem hum e majs vem houtras naos neste lugar haden de hurmuz e de mequa e de quambaya e dabull e houtras naos da Jmdya de hum lugar / [*fol* 1 *v*] que se chama mallaqua e estas naos que vem de malaqua chamam se zurunquos e tem nellas muyto cravo Jmfymdo e nosquada e porçellana e seda e brazyll e llaqua e bemgoJm e almjsquere e Robys e majs houtras naos doutros lugares muytos e aquelle tempo quamdo vem estas naos pareçe me que nos estemos lla e podemos pesquar toda esta Ryqueza e quamdo chegarmos lla has naos que acharmos no porto quaregadas bem as podemos tomar no porto e nem hum pode comtra de nos que toda a gemte que sam lla de pouqua força e quamdo nam abasta aquella ryqueza nos daremos gera a tera que o mar vay demtro as quazas da çydade desfaremos as quasas todas com nosas bombardas e queymaremos as naos todas que estyverem em tera perto do mar e despoys queymaremos suas quasas todas que sam todas de lenha e palha e quamdo mandar ho Rey da tera perguntar a nos porque fazemos aquyllo nos lhe daremos Reposta que noso senhor esta hum gramde Rey Rey de purtugall elle esta bom christão e nos tambem sua Jemte somos bons christãos elle nos mamdou fazer hysto que fazemos por amor que vos houtros soes mouros e credes em mafamede Jmjguo nosso e Jmjguo de noso senhor e quando queres que nam façamos majs mall pagua aguora dez mjll cruzados e majs quynhemtos quyntaes de pymenta e majs quynhentos houtros de gemgybre e quynhemtos quymtaes de nosquada e mjll quymtaes de crauo e duzemtos quymtaes [62] de brazyll e majs donaar [63] nos çem quasas de Judeus hos majs Ryquos que tendes que bem sabemos que sam Judeus Ryquos aquy que podem pagar quada hum cymquo mjll cruzados de trebuto e quem nam hos quyger pagar torna bom christão / [*fl* 2] e quando dyzem os mouros nam temos esta espeçearya nos lhe Respomderemos bem sabemos que esta aquy hüa quasa que se chama dar çhade quer dyzer quasa da mjna del rey e sempre esta nella tres homens feytores del rey e sempre compram e vendem por el rey esta nesta casa hyso que nos dyxemos que nos dem e maJs esta nella duzentos mjll cruzados senpre em djnheiro e hem merquadarya e quando uos houtros nos pagardes hyso que uos dyxemos que nos desees hyr nos hemos pera nosa tera e deyxar uos hemos em nam faremos maJs mall e quando vos nam pagardes hyso que uos dyxemos emtemde vos que nam andaremos daquy a fym mataremos vos houtros todos e queymaremos uosas quasas que sam todas de lenha e palha e desfaremos toda a tera e despoys tomaremos vosa ryqueza t[od]a e despoys tornaremos em quellqute em vymte dyas q[ue a]s naos dos mouros sempre fazem quamjnho trymta dyas e nosas naos corem maJs por Jsto pasaremos em vymte dyas e

---

[62] Riscado: "de gemgybre".

[63] "Domar" emendado para "donaar".

quamdo toparmos naos de mouros tomaremos tambem e quando nam toparmos com elas temos houtra Ryqueza muyta e despoys faremos pato com el rey de quellqute em maneira que vosa alteza manda e quando vosa alteza manda que esta armada faze asy como esta esprito em çyma por fazer gera em haden amtes que chegaremos em quellqute hum gramde proveyto e homra de vosa alteza hymfymda por amos quando os mouros de mequa que elles perto de haden elles ouvyram em mequa tudo Jsto que fazemos em haden e tem medo de nos e nam entrar nem hum houtro no mar por va na Jmdya quada hum dyz maJs vall que mjm va por tera em tera de mouros por busquar mjm vyda que nam entrar em ho mar por va a Jmdya por amor que hos[64] christãos portugezes estam no mar da Jmdya e quando me acharem matar me ham por Jsto nem mouro nam vem a Jmdya majs e quando faremos asy hos Jmdyanos de quellqute nam achara compradores mouros pera sua espeçearya / [*fol* 2*v*] e por força ha mester vender bom merquado pera hos christãos portugezes entende uosa alteza esta prymeira vyagem podemos fazer asy gera com haden e quando nam abasta Jsto pera uosa alteza faremos gera em hum houtro lugar que se chama seher alla naçe muyto emçemço vall quada quymtall hum cruzado quando comprarmos por djnheiro e heu tenho esperança em deus que caregaremos duas naos em balde e maJs que ha mester pagar trebuto a uosa alteza e quamdo nam queymaremos todas suas naos[65] que estam em tera e suas naos que acharmos no mar e hem ho porto e tomaremos com sua carga e tambem podemos tomar hüa nao lla carega daros com trygu[o] farynha e com duzemtas vaquas mataremos e met[er]emos em pypas e maJs caregaremos vymte[66] pypas de manteyga fresqua que esta lla muyto como aguoa e majs dez pypas de mell e maJs tomaremos aguoa e lenha hyso que houvermos mester este por noso mantymento no mar amtes que tornaremos em la Jmdya asy temos dah em a costa[67] de lomge tudo lugares pequenos quada lugar maJs ryquo que ho houtro eperamça em deus que podemos tomar naos de mouros no mar e em tera que averemos Ryqueza tanta como queremos e todollos lugares mantymento muyto pera nos e parece me quando tomaremos estas da banda dala acharemos nelas muytos christãos de tera de preste Joham que os mouros tomado e fecto mouros por força homens e molheres e todos tomaremos e faremos deles bos christãos e despoys traeremos debayxo do pe de vosa alteza hysto tudo nam ha mester comprar por djnheiro nem mantymento nem estes homens asy pareçe me a mjm gaspar da Jmdya asy faremos ha primeyra / [*fol* 3] vyagem e tudo hysto a

---

[64] "Que hos" repetido no *ms*.

[65] "Quasas" emendado para "naos".

[66] Riscado: "dy".

[67] "Dah en la" corrigido.

mester dous hou tres mezes tomaremos esta riqueza toda e despoys tornaremos em quellqute e faremos pato com el rey de quellqute na maneira que vosa alteza mandar e mandaremos entender em quellqute que nos fecto em tera de mouros e amtes que nom venhamos de tera de mouros queymado todas suas naos que tynham em tera e matado seus donos por am<or> que nam vem em quellqute e donar entende a nem hum hyso que nos fecto e hestas dez naos houtras que vem quada ano em quellqute pera caregar espeçearia esperança em deus que elles tambem nam podem esquapar de nos quando elles vem de mequa em quellqute quando tornar de quellqute em mequa tomaremos delles hou em via daden que elles ham mester pasar a quell[qute] hou tomaremos em a boqua do mar hou tomaremos [em] zadayua hou dalla hou de qua tomaremos con sua carega e quando acharmos esta ryqueza espeçearia[68] e vederemos que as nossas naos nam podem caregar tudo Jsto tomaremos duas hou tres naos da tera de mouros nao que se chama hoqueyr e heste hoqueyr ha mester que sejam naos nouas e nam velhas as naos desta sorte a mjm me parece que chegaram em purtugall por amor que sam muyto fortes e fectas como fustas Jsto esta nas naos, e pera hos marynheyros ha mester quando estemos em tera de mouros tomaremos naos de mouros e todollos mouros que vem em nosa mão mataremos fora de marynheyros asi faremos a fym vem em nosa mão oytenta mouros estes oytenta mouros marynheyros meteremos em nosas oyto naos que temos em quada nao dez mouros e meteremos feros aos pes e laca far trabalho com hos houtros marynheyros asy tyraremos de nosas naos quada nao dez marynheyros e asy en esta conta aueremos hoytenta marynheyros / [*fl* 3 *v*] portugezes pera trager estas naos com suas caregas ata lyxboa Jsto pareçe me faremos ha primeyra vyagem gera em haden e hem os outros lugares asym averemos todo o proveyto de noso senhor el rey dom manuell senhor da uya das Jmdyas todas e despoys tornaremos em quellqute e faremos paz com el rey de quellqute pera comprar e vender em quellqute despoys faremos hüa forteleza em quellqute e faremos em maneira que ho feytor de uosa alteza muyto seguro elle e ha gemte que fycarem com elle.

E lla houtra vyagem es[pe]rança em deus faremos gera em mequa e desfaremos [suas] quasas de mafamede e tomaremos toda a ryque[za] que esta lla e despoys tornaremos em quellqute e compraremos e venderemos em quellqute esta vyagem que esta esprito em çyma e despoys tornaremos debayxo do pe de vosa alteza com toda aquella Ryqueza Jsto pareçe me a mjm gaspar da Jmdya que este proveyto de uosa alteza neste mundo e no houtro que mataremos hos mouros e tomaremos sua ryqueza e faremos que nem hum

[68] Emendado de "esperamça".

mouro pode entrar em mar da Jmdya fora de christãos portugezes e fyqua ho mar da Jmdya e a Jmdya mesma lympa dos mouros e heu gaspar da Jmdya tenho esperança em noso senhor Jesu christo e na vyrgem marya e em todollos samtos a gardar nos asym tornar toda a Jmdya bos christãos e quem não for bom christão pagara trebuto a noso senhor el rey de purtugall dom manuell senhor da vya das Jmdyas todas estas cousas tomaremos a Jmdya quada ano pouquo a pouquo a fym toda far bos christãos e njsto eu quero dar trabalho a fym mjm ou morrer e heu gaspar da Jmdya beigo as maos de uosa alteza far me merce e mamda estas naos que vam a Jmdya quando chegarmos em moquodeçou amte que am / ...[69]

Leitura interpretativa

Senhor:

Diz Gaspar da Índia que lhe parece <que>, quando chegáremos em Quelcute[70], {que} não está [=é] bom que faremos [=façamos] guerra com nem üa pessoa, por amor [=porque], quando faremos [=façamos] guerra com os mouros perto de Quelcute, toda a gente da Índia <se> espanta de nós; e não podemos fazer nem üa forteleza na Índia, por amor [=porquanto] a gente diz <que> agora não temos nem üa forteleza em Quelcute, e nós <temos> feito guerra com os mouros; e quando eles deixa<re>m nós {por} fazer forteleza em Quelcute mataremos todos eles, e o feitor de Vossa Alteza não esta<rá> seguro em Quelcute. Por isso parece-me que não está [=é] bom {por} fa<zer>r guerra em Quelcute. E quando Vossa Alteza folgar por [=de] fa<ze>r despeza destas naos que vão a Quelcute, por fa<ze>r <a>forro, há mester nós, quando partirmos daqui, antes que chegarmos em Quelcute, {é} guerrearmos em um lugar que se chama Mocodeçou[71], que está em caminho de Quelcute. E quando estemos neste lugar que se chama Mocodeçou, est<ar>emos em terra firme de Meca[72], e mais perto de Meca que de Quelcute; est<ar>emos perto de Hádem[73], e Háden é muito longe da Índia. Quando Vossa Alteza folga<r> nisto, eu Gaspar da Índia donar [=direi a] Vossa Alteza: entendo que

---

[69] Falta a última página, que avaliar pelo tom de final de carta das últimas linhas, pouco deveria ter escrito, a não ser que houvesse um como que *post-scriptum*.

[70] Transcrição aproximada do árabe Qâliqût que por seu turno transcreve aproximadamente o malaiala Kôḻikkoḍü (por vezes transcrito por Kozhekode em mapas modernos), cidade do Malabar a 11° 15' N, 75° 49' E.

[71] Maqdishû, em português geralmente Mogadoxo e em italiano Mogadiscio, cidade da Somália a 2° 3' N, 45° 13' E.

[72] Em árabe Makka, a cidade santa dos maometanos, a 21° 30' N, 40° 17' E.

[73] Ádem ou Aden, em árabe 'Adan, a 12° 58' N, 45° 1' E.

pode fa<ze>r mêa desta despeza d'armada de Vossa Alteza forro [=forra], e pode ser todo, por amor de [=porquanto] Háden está [=é] reino de um rei que se chama Al Iamande[74]; <são> mouros, e não está nele nem um cristão. Está perto de Meca por terra e por mar; e Hádem está [=é] üa ilha muito rica, e cada ano chegam lá naos pequenas, de duzentos botes[75], pelo Mar Ruivo. Está [=há] em cada nao qualquer vez [=por vezes] mercadaria com dinheiro <no valor de> vinte mil cruzados esta [=cada] nao. Vem cada ano duas outras de um lugar que se chama Alcoçair[76], e são mouros, e nem um cristão nele. Estas naos não tem custume, que não tragem nem um homem d'armas e nem üa arma, por {amor} que naquele mar não tem nem hum ladrão, e não tem custume de pelejar com nem um. E mais vem outras naos neste lugar, Háden, de Hurmuz[77] e de Meca e de Cambaia[78] e Dabul[79]; e outras naos da Índia, de

---

[74] Poderia tratar-se de transcrição defeituosa de por exemplo de 'Alî Ahmad, e então haveria que dividir Ali Amande; quer-nos porém parecer que se trata de transcrição aproximativa de Al-Yamânî (lit. "o Iemenita") *nisba* de um clã que em 1323, aproveitando-se do enfraquecimento do poder dos emires Rasúlidas (1229-1454) de Ta'izz ou Taez (a NW de Ádem) se apoderou do governo de facto de boa parte do Hadramaute, estabelecendo, sob a conduta do sultão 'Abdallah al-Yamânî, um sultanado com a capital em Tarim (16° 10' N, 49° 10' E), teoricamente vassalo dos Rasúlidas, que porém lhes sobreviveu, mantendo-se no poder até 1514. No entanto, à época da feitura do presente documento, o sul do Iémen, incluindo as três cidades de Zabîd (na planície costeira do Mar Vermelho, ao norte de Moca, mas a certa distância do mar), Ta'izz e Ádem, estava em poder de uma outra dinastia, a dos Tâhiridas (1454-1517), enquanto a zona de Zufâr (17° 10' N, 54° E) caíra nas mãos dos Al-Kathîrî e a de Shihr nas do emir Muhammad Bâdajâna, da confederação dos Banû Kinda: *vide* J. Chelod *& alii*, *L'Arabie du Sud – Histoire et Civilisation*, Maisonneuve & Larose, Paris, 1984, vol. II, pp. 42-49. O soberano Tahírida que reinava à época era Al-Zâfir 'Âmir II (r. 1489-1517): *vide* G. R. Smith, art° "Tâhirides – III" in *Encyclopédie de l'Islam*, nouvelle édition, tomo X, Brill, Leida, 2002, *s. v.*

[75] A exacta equivalência em termos modernos da *botte* italiana continua a ser objecto de discussão; segundo os cálculos de Lane a de Veneza (dita *bota* em dialecto véneto) devia na Idade Média corresponder a cerca de 0,6 m^3, enquanto que a do Mediterrâneo ocidental não ultrapassaria os 0,5 m^3, o que corresponde a cerca de $^1/_3$ do tonel português (*vide* Frederic C. Lane, *Venice - A maritime Republic*, The John Hopkins University Press, Baltimore & Londres, 1973 [reimp. 1991], pp. 479-480; Idem, *Venetian Ships and Shipbuilding of the Renaissance*, The John Hopkins University Press, Baltimore & Londres,1934 [reimp. 1992], pp. 246-249).

[76] Kosseir ou Qosseyr, em árabe al-Qusayr (lit. "pequeno alcáçar"), porto egípcio do Mar Vermelho a 26° 8' N, 34° 18' E.

[77] Em persa clássico o nome é *Hormoz* ou *Hormûz*, mas dialectalmente encontram-se as formas *Harmûz* e *Armûz*, que estão na origem das variantes portuguesas *Armuz*, *Aramuz* e mesmo *Agramuz* (27° 5' N, 56° 28' E).

[78] Cidade sita a 22° 19' N, 72° 38', ao fundo do golfo a que deu o nome (por vezes também usado para designar no seu conjunto o Guzerate); o seu nome antigo é provavelmente K'hambhavatî, depois K'hambâyat, em guzerate moderno K'hambhât ou K'hâmba; em árabe encontram-se diversas formas:, Kanbâya, Kanbâyat, Kinbâyâ, Kinbâtâ, etc.

[79] Dabhul, a 17° 35 N, 73° 9 E, na costa do Concão; era um dos principais portos do sultanado de Bijapur, ao serviço de cujo sultão estava Gaspar da Índia antes de se passar para os portugueses.

um lugar / [*fol* 1 *v*] que se chama Malaca[80]. E estas naos que vem de Malaca chamam-se zu{ru}ncos[81]; e tem nelas muito cravo, infindo, e noscada[82] e porcelana e seda e brazil[83] e laca e benjoim e almísquere e robis; e mais outras naos doutros lugares muitos. E àquele tempo, quando vem estas naos, parece-me que nós estemos lá; e podemos pescar toda esta riqueza. E quando chegarmos lá, as naos que acharmos no porto carregadas, bem as podemos tomar no porto, e nem um pode contra {de} nós, que toda a gente que são lá <sam> de pouca força. E quando não abasta aquela riqueza, nós daremos guerra à terra, que o mar vai dentro às cazas da cidade; desfaremos as casas todas com nossas bombardas e queimaremos as naos todas que estiverem em terra, perto do mar; e despois queimaremos suas casas todas, que são todas de lenha e palha. E quando mandar o rei da terra perguntar a nós porque fazemos aquilo, nós lhe daremos reposta "que nosso senhor está [=é] um grande rei, rei de Purtugal; ele está [=é] bom cristão, e nós também, sua gente, somos bons cristãos; ele nos mandou fazer isto que fazemos por {amor} que vós outros soes mouros e credes em Mafamede, imigo nosso e imigo de Nosso Senhor; e quando [=se] queres que não façamos mais mal, paga agora dez mil cruzados e mais quinhentos quintaes de pimenta e mais quinhentos outros de gengibre e quinhentos quimtaes de noscada e mil quintaes de cravo e duzentos quintaes de brazil; e mais d{on}á{r}-nos cem casas de judeus, os mais ricos que tendes, que bem sabemos que são [=há] judeus ricos aqui que podem pagar cada um cinco mil cruzados de trebuto[84], e quem não os quijer pagar, torna <-se> bom cristão". E quando dizem [=disserem] os mouros "não temos esta especearia", nos lhe responderemos "bem sabemos que está aqui üa casa

---

[80] Em malaio Melaka, a 2° 15' N, 102° 15' E.

[81] Quer dizer juncos; o étimo é o malaio e javanês *jung* ou *jong;* em baixo latim encontram-se as formas *zuncum*, no itinerário do Beato Odorico de Pordenone (1331) e *junkos*, no de Frei João de Marignolli (1348); no mapa de Fra Mauro (14609 ocorre *zonchi,* nos textos portugueses quinhentistas ora *jungos* ora *juncos*. A forma usada por Gaspar é insólita e inexplicável, a não ser que seja mero *lapsus calami.*

[82] Variante de *moscada* devida à aliteração com *noz*; é forma frequente na época, tanto em português como em castelhano.

[83] Trata-se evidentemente de sapão ou pau brasil asiático (*Cæsalpinia sappan*, L., Leguminosæ), espécie afim mas distinta da que Colombo , na sua segunda viagem, trouxera da Hispaníola, que era provavelmente a *Cæsalpinia violacea,* [Miller] Standley (ou *C. braziliensis,* C. Am.), ou seja o brasilete ou brasil-açu, e igualmente distinta da que os portugueses em 1501 acharam no Brasil (*Cæsalpinia echinata,* Lam.), chamada "pau-brasil-da-bahia" ou "pau-de-pernambuco".

[84] As fontes portuguesas posteriores confirmam a presença de judeus em Malaca, mas não dão a entender que os houvesse em tão elevado número: *cf* a nossa obra *Early Portuguese Malacca,* [colectânea de artigos sobre Malaca vertidos em inglês], Comissão Territorial dos Descobrimentos / Instituto Politécnico de Macau, Macau, 1999.

que se chama Dar Çhade[85] (quer dizer 'casa da mina del rei') e sempre está nela três homens, feitores del rei, e sempre compram e vendem por el rei[86]; está nesta casa isso que nós dixemos que nos dem, e mais está nela duzentos mil cruzados sempre, em dinheiro e em mercadaria; e quando vós outros nos pagardes isso que vos dixemos que nos déssees, ir-nos-emos pera nossa terra e deixar-vos-emos e{m} não faremos mais mal; e quando vós não pagardes isso que vos dixemos entendê vós que não andaremos daqui; à fim mataremos vós outros todos e queimaremos vossas casas, que são todas de lenha e palha, e desfaremos toda a terra; e despois tomaremos vossa riqueza t[od]a". E despois tornaremos em Quelcute em vinte dias, q[ue a]s naos dos mouros sempre fazem caminho trinta dias, e nossas naos correm mais; por isto passaremos em vinte dias. E quando toparmos naos de mouros tomaremos também; e quando não toparmos com elas temos outra riqueza muita. E despois faremos pato com el-rei de Quelcute em maneira que Vossa Alteza manda. E quando Vossa Alteza manda que esta armada faze [=faça] assi como está escrito em cima, por fazer guerra em Háden antes que chegáremos em Quelcute, <faremos> um grande proveito e honra de Vossa Alteza infinda, por amor [=porque] {quando} os mouros de Meca (que eles <estão> perto de Háden), {eles} ouvirão em Meca tudo isto que fazemos em Háden, e tem medo de nós; e não entrar<á> nem um outro no mar por <que> vá na Índia. Cada hum diz: "mais val que mim [=eu] vá por terra, em terra de mouros por buscar min<ha> vida, que não entrar em o mar por <que> vá à Índia, por {amor} que hos cristãos portuguezes estão no mar da Índia, e quando me acharem matar-me-ão". Por isto, nem mouro não vem à Índia mais; e quando faremos assi, os indianos de Quelcute não acharã<o> compradores mouros pera sua especearia; e por força há mester vender bom mercado pera os cristãos portuguezes. Entende Vossa Alteza: esta primeira viagem podemos fazer assi guerra com Háden; e quando não abasta isto pera Vossa Alteza, faremos guerra em um outro lugar que se chama Seher[87]; alá nace muito encenço, val cada quintal um cruzado, quando comprarmos por dinheiro. E eu tenho esperança em Deus que carregaremos duas naos em balde; e mais que há mester pagar trebuto a Vossa Alteza; e quando não queimaremos todas suas

---

[85] Aparentemente transcrição aproximativa do árabe *dâr al-sa'd*, "casa da fortuna"; mas não temos conhecimento de que tal expressão se usasse em Malaca.

[86] Com efeito o sultão de Malaca dedicava-se ao comércio e possuía navios, além do que praticava o sistema do buli-bulião (em malaio *beli-belian*, "compra recíproca") ou *roba-roba* (certamente do árabe *rub'*, *ruba'*, "um quarto"), pelo qual todo o navio provindo do Extremo Oriente era obrigado a vender ao sultão, com 20% de desconto, um quarto da sua carga, recebendo dele em troca mercadorias de exportação avaliadas ao preço do mercado agravado de uma alcavala de 20%.

[87] Isto é, Al-Shihr, nos textos portugueses geralmente Xaer, a 14° 43' N, 49° 34' E.

naos que estão em tera, e suas naos que acharmos no mar e em o porto, e <as> tomaremos com sua carga. E também podemos tomar üa nao lá carrega<da> d'arrôs, com trig[o], farinha, e com duzentas vacas; mataremos e met[er]emos em pipas, e mais carregaremos vinte pipas de manteiga fresca, que está [=há] lá, muito como ágoa, e mais dez pipas de mel; e mais tomaremos ágoa e lenha, isso que houvermos mester, este por noso mantimento no mar, antes que tornáremos em {l}a Índia. Assi temos Dah[88] em a costa de longe, tudo lugares pequenos, cada lugar mais rico que o outro. E<s>perança em Deus que podemos tomar naos de mouros no mar e em terra, que haveremos riqueza tanta como queremos, e todo'los lugares mantimento muito pera nós ! E parece-me <que> quando tomáremos estas da banda d'alá acharemos nelas muitos cristãos de terra de Preste Johão, que os mouros <tem> tomado e fecto mouros por força, homens e molheres[89], e todos tomaremos e faremos deles bôs cristãos, e despois traeremos debaixo do pé de Vossa Alteza. Isto tudo não há mester comprar por dinheiro, nem mantimento nem estes homens. Assi parece-me a mim, Gaspar da Índia, assi faremos à primeira viagem; e tudo isto há mester dous ou três mezes. Tomaremos esta riqueza toda e despois tornaremos em Quelcute e faremos pato com el-rei de Quelcute na maneira que Vossa Alteza mandar; e mandaremos entender em Quelcute <o> que nos <temos> fecto em tera de mouros; e amtes que nom venhamos de terra de mouros <e tenhamos> queimado todas suas naos, que tinham em terra, e matado seus donos, por am<or> que não vem [=venham] em Quelcute e donar [=dêem] <a> entende<r> a nem um isso que nós <temos> fecto. E estas dez naos outras que vem cada ano em Quelcute pera carregar especearia, <tenho> esperança em Deus que eles também não podem escapar de nós quando eles vem de Meca em [=a] Quelcute. Quando tornar de Quelcute em Meca, tomaremos deles ou em via d'Áden, que eles hão mester passar a Quel[cute], ou tomaremos em a boca do mar <Ruivo>, ou tomaremos [em] Zadayua[90], ou

---

[88] Não lográmos identificar este topónimo; tratar-se-á quiçá de um lugar da Somália, como sugere a expressão "em a costa de longe", ou então de Dawwãh na ilha de Al-Maçîra, ao largo da costa do Omão (23° N, 58ª E).

[89] Sobre o comércio de escravos abexins, raptados nas suas aldeias, capados e islamizados à força, *vide* J. Burton-Page, art. "Habshî" in *Encyclopédie de l'Islam, s. v.*; *cf.* Gina Maria Cordeiro Antunes, *Os Abexins na Índia segundo as fontes portuguesas do século XVI* (tese dactilografada), Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1998; Shanti Sadiq Ali, *The African dispersal in the Deccan, from medieval to modern Times*, Orient Longman, Hyderabad, 1996.

[90] Não conseguimos identificar este topónimo, provavelmente estropiado pelo escriba; pode querer referir-se a Zeila (Zayla, na Somália, a 11° 20' N, 43° 30' E) ou a Bandar Ziada na Somália (11° 20' N, 48° 50' E) ou ainda a Al-Zanjabâr, um pouco a leste de Ádem; ou então, menos provavelmente, a Zabid no Iémen (14° 9' N, 43° 15' E) ou à localidade homónima do Hejaz, a 22° 10' N, 39° 30' E.

d'alá ou de cá. Tomaremos com sua cárrega, e quando acharmos esta riqueza, especearia, e vederemos [=virmos] que as nossas naos não podem carregar tudo isto, tomaremos duas ou três naos da terra de mouros, nao que se chama *hoqueyr*[91]; e este *hoqueyr* há mester que sejam naos novas e não velhas. As naos desta sorte a mim me parece que chegarão em Purtugal por {amor} que são muito fortes e fectas como fustas. Isto está nas [=é quanto às] naos; e pera os marinheiros há mester, quando estemos em terra de mouros, tomáremos naos de mouros; e todo'los mouros que vem em nosa mão mataremos, fora de marinheiros. Assi faremos a fim vem [=que venham] em nossa mão oitenta mouros. Estes oitenta mouros marinheiros meteremos em nossas oito naos, que temos em cada nao dez mouros, e meteremos ferros aos pés; e la<n>ça<os a> fa<ze>r trabalho com os outros marinheiros ! Assi tiraremos de nossas naos <de> cada nao dez marinheiros, e assi em esta conta haveremos oitenta marinheiros portuguezes pera trager estas naos com suas cárregas atá Lixboa. Isto, parece-me, faremos à primeira viagem: guerra em Háden e em os outros lugares. Assim haveremos todo o proveito de nosso senhor, el-rei Dom Manuel, senhor da via das Índias todas. E despois tornaremos em Quelcute e faremos paz com el-rei de Quelcute, pera comprar e vender em Quelcute. Despois faremos üa forteleza em Quelcute e faremos em maneira que o feytor de Vossa Alteza <estê> muito seguro, ele e a gemte que ficarem com ele.

E {l}à outra viagem, <tenho> es[pe]rança em Deus <que> faremos guerra em Meca e desfaremos [suas] casas de Mafamede e tomaremos toda a rique[za] que está lá; e despois tornaremos em Quelcute, e compraremos e venderemos em Quelcute, esta viagem que está escrito em cima. E despois tornaremos debaixo do pé de Vossa Alteza com toda aquela riqueza. Isto parece-me a mim, Gaspar da Índia, que este <é o> proveito de Vossa Alteza

---

[91] O termo não é registado pelos dicionários de árabe que conhecemos, mas ocorre em Ibn Battûţa que narra que quando embarcou para a China no porto de Qandahar no Guzerate o rei local mandou com ele seu filho a bordo de um navio chamado *al-'ukairî*, que era semelhante a um *ghorâb*. O termo é geralmente interpretado como o nome próprio daquela embarcação e por isso nas suas traduções das viagens do papaléguas tangerino tanto Défrémery & Sanguinetti como H. A. R Gibb o escrevem com maiúscula (*vide* Ibn Battûta, *Voyages*, traduction de l'arabe de C. Defremery et B. R. Sanguinetti (1858), introduction et notes de Stéphane Yerasimos, vol. III, François Maspero, Paris, 1982, p. 186; *The Travels of Ibn Battûţa, A. D. 1325-1354*, translated with revisions and notes from the Arabic text edited by C. Defrémery and B. R. Sanguinetti by H. A. R. Gibb, vol. IV, The Hakluyt Society, Londres, 1994, p. 800); no entanto, a nosso ver correctamente, Henri Grosset-Grange no seu *Glossaire nautique arabe ancien et moderne de l'Océan Indien* (Éd. du C. T. H. S., Paris, 1993) dá-o como nome comum, cujo plural será provavelmente *'aykâr*, descrevendo-o como navio rápido, de 60 remeiros; trata-se, pois, como nota Yerasimos, de um navio misto, a remos e vela, no género da fusta ou da galé.

neste mundo e no outro: que mataremos os mouros e tomaremos sua riqueza, e faremos que nem hum mouro pode [=possa] entrar em mar da Índia fora de cristãos portuguezes; e fica o mar da Índia e a Índia mesma limpa dos mouros. E eu, Gaspar da Índia, tenho esperança em Nosso Senhor Jesu Cristo e na Virgem Marya e em todo'los santos a gardar-nos, assim tornar toda a Índia bôs cristãos; e quem não for bom cristão pagará trebuto a nosso senhor, el-rei de Purtugal, Dom Manuel, senhor da via das Índias, todas estas cousas. Tomaremos a Índia cada ano pouco a pouco, a fim <de> toda fa<ze>r bôs christãos; e nisto eu quero dar trabalho a {fim} mim ou morrer. E eu, Gaspar da Índia, beijo as mãos de Vossa Alteza fa<ze>r-me mercê e manda<r> estas naos que vão à Índia; quando chegarmos em Mocodeçou, ante que am...

DOCUMENTO II

(ANTT, *Cartas Missivas*, maço 3, doc. 329)

Transcrição paleográfica

Sennhor

dyz gaspar da Jmdya que he custume na Jmdya quando vem hum merquador em quellqute e quer fazer quallquer cousa com el rey ha mester ho merquador dar presemte aos senhores de quellqute que sam perto del rey de quellqute em seu conselho sempre e quamdo nos temos esta gemte que sam em seu comselho del rey de quellqute por amJguos elles dam a el rey de quellqute comselho hyso que nos quygermos e helles fazem a causa que el rey de quellqute seja noso amJguo por Jsto pareçe me que ha mester presemte pera quatro pesoas, hos majs gramdes senhores que sam perto del rey de quellqute e houtros seJs pesoas tambem que sam perto del rey de quellqute mas nam tamto como os houtros quatro e hestas dez pesoas pereçe me faz a elles comtentes com presente que vall cem cruzados e quando nos nam presente a esta gemte que sam perto del rey de Quellqute e hem conselho del rey de quellqute elles seram nosos Jnemjguos elles quando estam em conselho del rey de quellqute dar lhe am comselho comtra nos e fallaram mall de nos dyamte del rey não deixaram fazer a el rey hyso que nos quygermos e hysto elles fazem por amor que elles sam senhores da tera e moradores da tera e heles sam sempre [hem] comselho del rey el rey de quellqute fyar em [a]s pallauras desta gemte muyto e hestes senhores quando vyrem que nam ham de nos presemte e nem hum proveyto e ho tempo pasad[o] avyam proveyto dos merquadores mouros por Jst[o] elles podem fazer mall e bem com nos houtros [qu]ando elles estyverem em comselho del rey por Jst[o a]mjm me

pareçe que he gramde neçeçydade pera lle[mbr]ar a uosa alteza hem o presemte desta gemte /[*fol* 1 *v*] esta hem quellqute houtra gemte que nos temos esperança delles que elles seruyram vosa alteza muyto bem em quellqute hum delles se chama Jaquome nazareno bom christão elle esta merquador de pymemta e hum houtro que se chama chuquonar Jentyo elle he gramde merquador de Robys e hum houtro que se chama mamdary permar Jemtyo gramde merquador de perollas e hum houtro que se chama padell murdylyar Jemtyo gramde merquador de perollas e hum houtro que se chama perymynar merquador de perollas e Robys e hum houtro espriuam del rey que a mester espreuer nosa merquadarya quamdo a metermos em tera por amor do pagamento do djreito del rey de quellqute e quando elle avera de nos qualquer presemte elle nos pode aJudar muyto sempre no pagamento do djreito asy he custume em quell<qute> e majs esta em quellqute hum houtro merquador que se chama queleam hum grande merquador em Robys e hem perollas e outros dous coredores da tera a todos estes merquadores que estam espritos em çyma podem fazer a elles hum prezemte quada hum dous cruzados daçafram e agua rozada e hos dous coredores e hum pezador da tera que elle paga trebuto pera el rey de quellqute que toda a merquadarya que vende o merquador em quellqute e toda a espeçearia e merquadarya que compram e vemdem em quellqute nom podem pezar houtro saluo este pezador que paga trebuto a el rey por Jsto ha mester hum prezemte que vall vymte cruzados e nam sam perdidos por amor quamdo a merquadarya esta muyta que elle a mester pezar elle pode seruyr uosa alteza em quynhemtos cruzados por amor que hum prezemte que vall dez cruzados por amor que elles sam coredores del rey elles pagam quada ano / [*fl* 2] trebuto a el rey por este ofyçyo e nem hum merquador nam pode comprar nem vemder nem hüa merquadarya fora da mão destes por Jsto esta custume em quell<qute> quando vem hum merquador dar lhe bom prezemte a quada hum destes dous quoredores por amor que sirua ho merquador bem e heu gaspar da Jmdya nam esprito Jsto que esta em çyma pera dar comselho a vosa alteza que heu nam abasto njsto pera llembrar a uosa alteza <i>ço que menester.

Leitura interpretativa

Senhor:

Diz Gaspar da Índia que é custume na Índia, quando vem um mercador em Quelcute e quer fazer qualquer cousa com el-rei, há mester o mercador dar presente aos senhores de Quelcute que são perto del-rei de Quelcute, em seu conselho sempre. E quando nós temos esta gemte que são em seu conselho, del-rei de Quelcute, por amigos, eles dão a el-rei de Quelcute <de> conselho

isso que nós quijermos; e eles fazem a causa que el-rei de Quelcute seja nosso amigo. Por isto parece-me que há mester presente pera quatro pessoas, os mais grandes senhores que são perto del-rei de Quelcute, e outros, seis pessoas também, que são perto del-rei de Quelcute, mas não tanto como os outros quatro. E estas dez pesoas, perece-me, faz a eles contentes com presente que val cem cruzados. E quando nós não <demos> presente a esta gente, que são perto del-rei de Quelcute e em conselho del-rei de Quelcute, eles serão nossos inemigos. Eles quando estão em conselho del-rei de Quelcute dar-lhe-ão conselho contra nós e falarão mal de nós diante del-rei; não deixarão fazer a el-rei isso que nós quijermos; e isto eles fazem por {amor} que eles são senhores da terra e moradores da terra e eles são sempre [em] conselho del-rei. El-rei de Quelcute fiar [=fia-se] em [a]s palavras desta gente muito; e estes senhores, quando virem que não hão de nós presente e nem um proveito — e o tempo passad[o] haviam proveito dos mercadores mouros — por ist[o] eles podem fazer mal e bem com nós outros [qu]ando eles estiverem em conselho del-rei. Por ist[o a]mim me parece que é grande neceçidade {pera} le[mbr]ar a Vossa Alteza {hem} o presente desta gente. Está em Quelcute outra gente que nós temos esperança deles que eles servirão Vossa Alteza muito bem em Quelcute. Um deles se chama Jáquome Nazareno [92] bom cristão, ele está [=é] mercador de pimenta; e um outro que se chama Chuquonar[93], gentio, ele é grande mercador de robis; e um outro que se chama Mandari Permar[94], gentio, grande mercador de pérolas; e hum outro que se chama Padel Murdiliar[95], gentio grande mercador de pérolas; e um outro que se chama Periminar[96] mercador de pérollas e robis; e um outro escrivão

---

[92] Isto é, Ya'qub Naçrânî; trata-se certamente de um cristão de S. Tomé; é interessante notar a presença de um grande mercador cristão em Calecut, pois os cristãos de S. Tomé de uma maneira geral concentravam-se nos portos de Cranganor e Coulão, mais a sul, e na "Serra do Malabar", ou seja, nas faldas dos Montes dos Cardamomos.

[93] Possivelmente transcrição aproximativa de Chokkanâthan, epíteto da forma de Xiva venerada em Madurai e nome próprio hindu no sul da Índia.

[94] Provavelmente transcrição de Mandri Perumâḷ, que significa à letra "mandarim, conselheiro, ministro principal" e, portanto, conviria como título mais a um alto funcionário que a um mercador.

[95] *Paṭel* ou *patîl* é, no norte da Índia, o título que se dá aos chefes de aldeia; mas não nos consta que esteja em uso no sul, nem o dicionário de malaiala de Gundert o regista. O segundo termo, ao invés, é bem identificável: *mudaliyâr*, um plural de cortesia derivado de *mudal,* "princípio, começo, causa" e daí "cabedal, capital, principal, que ocupa o primeiro lugar"; usa-se como título de chefes de corporações mercantis e de outros notáveis, e de chefes locais na parte tâmule de Ceilão. Latinizado em *modilial* aparece *c.* 1350 no *Itinerário* de João de Marignoli e é corrente na pena dos nossos escritores luso-orientais.

[96] Não conseguimos identificar este nome, em que entrevemos, porém, o elemento *peru*, "grande, vasto, importante", em composição bastas vezes peri, como em *perima,peruma perippam* ou *peruppam*, "grandeza, excelência, abundância".

del-rei, que há mester escrever nossa mercadaria quando a metermos em terra, por amor do pagamento do direito del-rei de Quelcute; e quando ele haverá [=houver] de nós qualquer presente, ele nos pode ajudar muito sempre, no pagamento do direito. Assi é custume em Quel<cute>. E mais está em Quelcute um outro mercador que se chama Queleam[97], um grande mercador em robis e em pérolas; e outros dous corredores [=corretores] da terra. A todos estes mercadores que estão escritos em cima, podem fazer a eles um prezente, cada um dous cruzados d'açafrão e água rozada, e os dous corredores e um pezador da terra — que ele paga trebuto pera el-rei de Quelcute, que toda a mercadaria que vende o mercador em Quelcute e toda a especearia e mercadaria que compram e vendem em Quelcute nom pode{m} pezar outro saluo este pezador que paga trebuto a el-rei — por isto há mester um prezente que val vinte cruzados; e não são perdidos, por amor [=porque] quando a mercadaria está muita, que ele há mester pezar, ele pode servir Vossa Alteza em quinhentos cruzados, por {amor que} um prezente que val dez cruzados, por {amor} que eles são corredores del-rei, eles pagam cada ano trebuto a el-rei por este ofício, e nem um mercador não pode comprar nem vender nem üa mercadaria fora da mão destes. Por isto está [=é] custume em Quel<cute>, quando vem um mercador, dar-lhe bom prezente, a cada um destes dous corredores, por {amor} que sirva o mercador bem. E eu, Gaspar da Índia, não <tenho> escrito isto que está em cima pera dar conselho a Vossa Alteza, que eu não abasto nisto pera lembrar a Vossa Alteza <i>ço que <é> me{ne}ster.

[97] Não conseguimos interpretar esta nome.

ADDENDA

O nosso prezado colega e amigo Sérgio Mascarenhas, a quem facultámos a leitura do original deste trabalho, então no prelo, fez-nos a seguinte observação que se nos afigura pertinente: não lhe parece líquido que na sua primeira missiva Gaspar da Gama propugne um ataque a Malaca: pode tratar-se meramente de um ataque aos navios de Malaca eventualmente surtos em Ádem, de que se está falando.

Em favor da primeira interpretação militam, contudo, alguns argumentos:

- 1º: a expressão "e quando chegarmos lá", que se tornaria redundante no caso de Gaspar ter em mente Ádem, mas pode referir-se a "um lugar que se chama Malaca" mencionado linhas antes;

- 2º: a referência que por duas vezes se faz à construção "em lenha e palha", que quadra melhor a Malaca que a Ádem (vejam-se, nomeadamente, os desenhos representativos das duas cidades no vol. II das *Lendas da Índia* de Gaspar Correia);

- 3º: a indicação de que "o mar vai dentro às casa da cidade", que se pode aplicar a Malaca, que não era amuralhada , mas não a Ádem que o era (vejam-se os mesmos desenhos);

- 4º: a natureza do tributo a exigir, que consistia em produtos do Sueste Asiático e não da Arábia (pimenta, gengibre, noz-moscada, cravo e pau-brasil);

- 5º: a expressão "e despois tornaremos em Quelecute" com que fecha o inciso em causa, que parece não ter lógica no caso de Ádem, que Gaspar aconselhava a atacar na primeira viagem, *antes* de ir a Calecut, não se justificando por conseguinte o verbo *tornar* (a não ser que se tivesse em mente a viagem de Vasco da Gama e não a seguinte).

O ataque a Malaca, projecto a médio prazo, constituiria assim no texto uma espécie de parêntesis inserido no parágrafo referente aos projectos de ataque imediato a Ádem, a propósito da presença de juncos malaios aí.

Em favor da outra hipótese há, porém, também alguns argumentos, nomeadamente:

- 1º: a referência à presença de uma importante e próspera comunidade judia, que se coaduna mais com Ádem que com Malaca;

- 2º: o uso da expressão árabe *dar çhade* (que interpretámos *dâr al-sa'd*, "casa da fortuna"), inusitada em Malaca.

Embora propendamos preferentemente para a primeira interpretação, reconhecemos que se não pode excluir a segunda.

RELATÓRIO E CONCLUSÕES

2º Ten. Dr. Carlos Manuel Valentim

RELATÓRIO E CONCLUSÕES

2Ten, Dr. Carlos Manuel Valentim

Um dos fundadores desta Academia, e seu segundo Presidente, o Almirante Avelino Teixeira da Mota, na sua última entrevista concedida à BBC, cerca de uma semana antes de falecer, no mês de Março de 1982, dizia ao jornalista que o entrevistava:

"*Estamos a viver uma fase com uma aceleração crescente de integração europeia, por um lado, e internacionalização por outro. E em que, no meu ponto de vista, o papel de Portugal terá sido sobretudo o de pioneiro em estabelecer os vínculos de relacionamento entre a Europa e o Mundo extra – europeu. E eu estou também convencido que à medida que os anos forem passando os outros povos europeus cada vez mais hão – de reconhecer a importância desse papel.*"

Com um sentido premonitório desconcertante, próprio de uma inteligência superior, o erudito Almirante profetizava assim um dos papéis que no futuro caberia à comunidade portuguesa, integrada numa entidade supra-nacional como a *União Europeia*. Tanto assim é, que as relações privilegiadas que Portugal mantém em África, com os novos países de língua oficial portuguesa; os estreitos contactos bilaterais com o Brasil e a cooperação com alguns países da Ásia, como bem demonstra o caso de Timor-Leste, ou as ligações privilegiadas com Macau e a Índia, nomeadamente com Goa, um Estado da União Indiana, são portas abertas que de certo modo as instituições europeias não ignoram, nem poderão desvalorizar, para um estreitar de laços que será sempre necessário entre a Europa e a África, entre a Europa e o Mercosul, o grande mercado sul-americano liderado pelo Brasil, país que ambiciona fazer parte do Conselho Permanente de Segurança da ONU; ou ainda as relações que a União Europeia terá de encetar, nos próximos anos, com o continente asiático pela força dos seus mercados e das novas tecnologias que aí vão surgindo, num mundo em processo irreversível de *Globalização* económica e cultural.

Em todos estes espaços políticos e económicos poderá Portugal ter um papel proeminente, contribuindo com a sua experiência, que soma cinco séculos de contactos amistosos e culturais profundos[1].

---

[1] Sobre a importância dos laços privilegiados que Portugal mantém com as suas antigas colónias, e a importância do mar para Portugal, quer do ponto de vista económico quer do ponto de vista político veja-se do Comandante José Manuel Malhão Pereira, *Portugal e o Mar*. Comunicação apresentada na Nazaré em Abril de 2005. Muito agradecemos ao Sr. Comandante Malhão Pereira a cedência desta comunicação, que sintetiza de forma adequada o papel do mar na História de Portugal e o valor estratégico desse mesmo mar para a afirmação de Portugal no Mundo.

Também em uma das suas últimas comunicações, num encontro científico, cujo tema se centrava nas "*Reflexões sobre História e Cultura Portuguesa*", o insigne historiador, através de uma sugestiva intervenção com o título: "**Descobrimentos Portugueses – a invenção do Mundo e a sua representação**", trabalho hoje infelizmente esquecido pela historiografia portuguesa, mas que em parte sintetiza o seu pensamento sobre a matéria, afirmava: "*O grande papel dos povos ibéricos foi terem iniciado e levado a cabo um movimento que levou ao estabelecimento de contactos (desde então permanentes) entre as várias humanidades,* [...] *esse movimento novo, que levou a desencravamento das humanidades, teve origem no campo Sudoeste da Península Ibérica* [...][2].

Sem promover um nacionalismo exacerbado ou serôdio (mas estudando e salientado o papel do seu país) Avelino Teixeira da Mota, um cultivador do *humanismo universalista de Jaime Cortesão*, com quem chegou a trabalhar, legou-nos esta perspectiva dos Descobrimentos Geográficos, tendo em perspectiva o futuro e o papel internacional de Portugal, país que conta com uma comunidade de milhares de cidadãos disseminada pelas cinco partes do mundo, na diáspora. Diáspora iniciada há precisamente quinhentos anos.

Ao organizar o IX Simpósio de História Marítima, subordinado ao tema "**D. Francisco de Almeida 1ª Vice-Rei Português**", a Academia de Marinha honrou o espírito dos seus fundadores e, simultaneamente, a razão que presidiu ao seu nascimento. Diga-se, em abono da verdade, que estes simpósios, organizados de dois em dois anos, já adquiriram um merecido lugar de destaque no calendário académico nacional. A provar está esta edição, que contou com a apresentação de dezoito comunicações, estando entre os seus participantes os melhores especialistas nacionais na matéria.

Há que destacar ainda[3], a oportunidade que esta Academia dá aos jovens investigadores de apresentarem os seus primeiros trabalhos em público. Isto demonstra, por um lado, o dinamismo da Instituição, provando que se vai adaptando aos novos tempos e, por outro, que se quer reinventar a si própria, tendo o futuro como horizonte.

Outro factor de não somenos importância foi o convívio científico, os debates entre a assistência, a troca de opiniões, no auditório, ou nos corredores, o que é de salutar. Encontros científicos desta índole, podem ser profícuos deste ponto de vista (troca de ideias), permitindo o desbravar de novos caminhos, pois sabemos – e há que sublinhar esse facto, neste ano

---

[2] " Os Descobrimentos Portugueses. A Invenção do Mundo e a sua Representação", *Reflexos sobre História e Cultura Portuguesa*, Coordenação de Maria Emília Cordeiro Ferreira, Lisboa, Instituto Português de Ensino à Distância, 1985, pp. 51-74, p.51.

[3] Como fora referido pelo confrade João Abel da Fonseca, numa das sessões a que presidiu.

internacional da Física - que desde meados do século XVII, com o despontar da Revolução Científica e a emergência de um novo paradigma: o advento racionalismo cartesiano e de um novo método científico por Francis Bacon, a matematização do real por Galileu, os avanços do cálculo infinitesimal por parte de Libniz e Newton, e em seguida a descoberta das leis da gravidade por este último, que a ciência nasce do diálogo, da troca de informação, do salutar confronte de ideias que leva, por sua vez, a novas concepções científicas, a novas leituras do mundo e a novas "construções de mundos". Construções de mundos naquele sentido apontado por Nelson Goodman, que afirma que o nosso conhecimento é baseado na construção de mundos, que podem ser entendidos como um só[4].

Este "Simpósio" teve logo na sua conferência de abertura uma magistral lição do Sr. Professor Pedro Dias, da Universidade de Coimbra, que fez uma introdução clara sobre o papel que os portugueses tiveram no Oriente e, sobretudo, foi referindo minuciosamente de que forma se ergueram durante o consulado do 1º Vice-Rei da Índia as fortalezas militares-comerciais, quer ao longo da costa *Suali*, quer à entrada do Golfo Pérsico, quer na costa do Malabar. Ficamos, pois, elucidados quanto ao papel e importância desses pontos costeiros, que se completavam com um poder naval que destruía as esquadras inimigas em alto mar ou próximo da costa, impedindo-as de perturbar o domínio português sobre as fontes de escoamento das tão apetecidas especiarias, que drenavam os prósperos mercados de uma Europa em processo de recuperação demográfica e em plena expansão económica e politica.

Como já referido anteriormente, foram apresentados dezoito trabalhos. Dezoito trabalhos que foram divididos por três temas. No primeiro tema, subordinado ao título: "**D. Francisco de Almeida: o Homem e o Rei**", tentou-se fazer uma abordagem à carreira política e militar deste elemento da alta nobreza de princípios do século XVI. Assunto pertinente, na medida em que se torna necessário entender as facetas dum percurso militar e político invulgar, posto ao serviço do Império Português que, com poucos recursos humanos e materiais, mas com capacidade tecnológica, iria assentar arraiais em terras e mares do Índico naquele início do século XVI, e por ali se manteria nos quinhentos anos seguintes.

Neste tema, fizeram-se quatro comunicações. A primeira, da autoria do Sr. Professor Aurélio de Oliveira, da Universidade do Porto, com o título "D. Francisco de Almeida: uma resposta estratégica às construções territoriais e continentais", focou os vários conhecimentos do Vice-Rei, como desenvolto diplomata, homem sabedor de assuntos navais e líder militar, que pôs em

---

[4] Nelson Goodman, *Modos de Fazer Mundos*, Porto, Edições Asa, 1995, p.38.

acção uma estratégia que visava o controlo de pontos-cheve do oceano Índico. Por outras palavras, D. Francisco de Almeida atacou e controlou os pontos de saída dos produtos mais procurados no mercado europeu, aí estabelecendo guarnições militares para permitir o comércio aos intermediários lusos, e europeus no geral.

Seguiu-se a comunicação do Sr. Professor Joaquim Candeias da Silva, um biógrafo de D. Francisco de Almeida, com provas dadas, que prendeu a assistência com a sua intervenção, salientando a existência de uma viragem e de um novo ciclo nos Descobrimentos por volta de 1505. Viragem essa que teria tido implicações profundas a curto e médio prazo, para a Europa, para os poderes no Índico e até para as «economias-Mundo» nascentes.

"A Gloriosa Batalha ... E A Inglória Refrega", assunto tratado pelo Sr. Coronel Valdez, membro emérito desta Academia, relacionou o desaparecimento em batalha de D. Lourenço de Almeida e a posterior vingança que o seu pai lhe fez, na gloriosa Batalha Naval de Diu, derrotando os Rumes. Por fim a dramática morte do grande chefe militar, D. Francisco de Almeida, numa escaramuça no sul de África às mãos dos povos locais.

O nosso confrade João Abel da Fonseca trouxe-nos um tema relacionado com um relato de "Ludovico de Warthema - Cavaleiro pela mão de D. Francisco de Almeida". A obra deste humanista, uma fonte a não desvalorizar para estudar a presença portuguesa na Ásia, que saiu do prelo, em Roma, a 6 de Dezembro de 1510, tendo sido divulgada por toda a Europa, gozando de largo sucesso, o que é atestado pelas suas 39 reimpressões que deram a conhecer os feitos e as navegações portuguesas em terras orientais à elite culta europeia.

O primeiro tema do colóquio fechou, com uma apresentação da Dr.ª Maria da Glória Paula: "O massacre de D. Francisco de Almeida na Terra dos cafres. Textos e imagens na construção de uma lenda da cafraria". Esteve em análise, a representação feita na cronística e noutros testemunhos escritos coevos, da morte do 1º Vice-rei português. A Dr.ª Glória desmontando os relatos que se fizeram sobre o falecimento de D. Francisco de Almeida e a sua morte pelos povos Koi, revelou de que forma se construíram, daí em diante, estereótipos relativos aos africanos. Um paradigma que permanecerá inalterável durante centenas de anos, representando o africano, ora como selvagem e demoníaco, ora como inferior e sub-humano.

No segundo dia de trabalhos, o tema abordado foi o "Estado Moderno e a sua Projecção no Índico". Num momento em que nalgumas zonas do globo se assiste a uma crise do Estado, enquanto garante da ordem, dos direitos fundamentais, deveres e garantias dos seus cidadãos, este não podia ser um tema mais interessante e pertinente de abordar, pois na feliz expressão do Professor Jorge Borges de Macedo, em 1505, com a fundação do "Estado

Português da Índia", a Europa exporta pela primeira vez poder organizado.

A primeira comunicação foi da autoria do Dr. Rui Miguel da Costa Pinto, com o título "O Imperfeito D. Francisco Garcia", religioso jesuíta nascido em 1580, e que é escolhido em 1633 para coadjuvar, sendo seu sucessor, o Arcebispo de Cranganor. Sucedem-se os conflitos de poder e os conflitos de competências entre o Arcebispo e o seu Arcediago, envolvendo a Cúria Romana, o Apostolado Português do Oriente e o Estado Português da Índia.

Conflitos pessoais e de poder, também foram uma constante na vida de Duarte de Lemos. O Professor Vítor Gaspar Rodrigues dissertou sobre "O Percurso militar de Duarte de Lemos, um dos "fundadores" do "Estado da Índia", que serviu sob as ordens de Afonso de Albuquerque, mas que veio a opor-se aos seus desígnios imperialistas.

O Dr. Filipe Carmo Francisco revelou a permanência da memória (e de que forma ela se reproduziu) de D. Francisco de Almeida entre os seus descendentes ao longo dos séculos XVII e XVIII. Essa apropriação da memória foi feita em textos impressos que glorificavam, e afirmavam, os laços de parentesco a de um dos ramos colaterais dos descendentes do Vice-Rei.

"As comunicações Navais no tempo de D. Francisco de Almeida" foi o assunto escolhido pelo confrade José Luís Pereira Gonçalves, que partiu de uma teoria da comunicação para explicar o Regimento que D. Francisco de Almeida levou para a Índia sob o ponto e vista das comunicações. Estudos como este, demonstram que o historiador leva consigo para a sua análise e interpretação dos factos, o seu tempo, o tempo em que vive, a sua linguagem e conceitos, isto é, a forma como abordamos o passado depende das nossas vivências, das questões e das perguntas que fizermos que, por sua vez, se inserem no tempo presente. Como deixou escrito Paul Ricoeur, nós fazemos história e fazemos parte da história porque somos históricos[5].

A Professora Ana Paula Avelar fez uma comunicação com o título "Em busca do «herói». D. Francisco de Almeida e seu filho D. Lourenço nas crónicas Quinhentistas da Expansão". Profunda conhecedora das fontes impressas da época, como Fernão Lopes de Castanheda ou Gaspar Correia, esta docente da Universidade Aberta, interrogou os textos em busca dos traços biográficos de D. Francisco de Almeida e de seu filho D. Lourenço.

O Professor José Eduardo Franco debruçou-se sobre o percurso e a obra do Pe Fernão Oliveira, religioso dominicano e humanista erudito. Este religioso deixou inédita uma história de Portugal, que terá sido escrita para combater a União Dinástica com Espanha, que despontava por alturas do seu falecimento. O Professor Eduardo Franco veio-nos testemunhar a veia crítica deste Padre, conhecedor da cultura clássica e da marinharia, mas também um

---

[5] Paul Ricoeur, *La Mémoire, L'istoire, L'Oubli*, Editions du Seuil, 2000, p.374.

espírito patriótico, dispondo de um pensamento que caminhava muito à frente da sua época.

A segunda sessão de trabalhos terminou com duas alocuções: uma sobre o investimento financeiro na esquadra do 1º Vice-Rei Português da Índia, no qual se enumeraram alguns aspectos económicos e financeiros que rodearem a expedição; a outra alocução, a cargo do confrade Silva Carrelhas, problematizou a técnica de construção de navios em meados os século XVI, dimensões de calados, boca, aparelhamento, e arquitectura de construção.

O terceiro e último tema: "Estratégia e Poder Naval", compôs-se de quatro comunicações. Iniciou-se com o Dr. Fernando Cabral Martins de Almeida que enumerou os condicionalismos estratégicos do primeiro Império Europeu no Oriente. Sublinhando que a implantação dos portugueses no Índico concretizou-se pela força das armas e pela superioridade naval e militar em relação a alguns dos povos locais.

Com base no perfil psicológico de duas das figuras emblemáticas do Império Português, D. Francisco de Almeida e D. Afonso de Albuquerque, e assente numa leitura *sergiana* da cultura e da história portuguesa, os Professores António e Maria Celeste Moniz, reexaminaram o papel, os sucessos e insucessos, as estratégias diplomático-militares, destes dois «heróis» da nacionalidade.

Entre os construtores do Império Português na Ásia, e que utilizaram a pena e a espada em simultâneo, encontram-se alguns dos autores mais significativos da cultura humanista e renascentista do século XVI. D. João de Castro e Duarte Pacheco Pereira serão, certamente, os mais conhecidos, mas não são os únicos a utilizar esses dois instrumentos, um da escrita outro da guerra. Diogo de Sá, matemático, jurista, teólogo, é outro desses vultos. O Professor Augusto Mourão e a Dr.ª Cristina Costa Gomes estudaram o seu percurso e apresentaram neste Simpósio duas perspectivas de abordagem do primeiro livro de um tratado que o *humanista* português deixou escrito: *De Navigatione Libri Três*.

A última comunicação ficou a cargo do Professor Luís Filipe Thomaz, especialista de renome internacional no que diz respeito à história e cultura do Oriente e à presença portuguesa nesses lugares, que nos brindou com um estudo sobre "Gaspar da Gama ou da Índia", um cristão-novo que andou próximo da Corte e do poder, tendo sugerido inclusive formas da Coroa portuguesa actuar no Oriente. Partido deste percurso biográfico, o Professor Luís Filipe Thomaz problematizou as estratégias que estiveram em jogo, enumerou grupos e facções que tinham diferentes concepções quanto ao domínio português no Oriente.

Encerrou o IX Simpósio de História Marítima, organizado pela Academia de Marinha, a comunicação, elucidativa, proferida pelo Dr. José

Manuel Garcia, que retratou a vida de D. Francisco de Almeida e o tempo em que viveu.

Teve este encontro científico por tema a figura, a vida e obra Francisco de Almeida, o fundador do Estado Português da Índia, 1º Vice-rei português. Portugal criava, dessa forma, raízes na Ásia, um local que os europeus procuravam atingir, por mar ou terra, para comerciar. Passados cinco séculos, o mundo ainda centra os seus olhos nessa parte do Globo. Ontem como hoje, um cadinho de gentes e povos, de culturas e tradições, religiões e confissões. Ontem como hoje, a riqueza estratégica e os problemas político-militares[6].

A comunidade internacional centra a sua atenção em dois grandes poderes emergentes, a China e a Índia, colossos económicos e demográficos, locais de nascimento de duas grandes civilizações milenares; a comunidade internacional olha com apreensão para o perigo de desmoronamento do Estado Indonésio, assolado por conflitos internos, por crises económicas e catástrofes naturais. Teme-se ainda a vinda da Ásia de uma nova pandemia que cause milhares de mortes. As preocupações estendem-se à nuclearização da península da Coreia; ao desenvolvimento de armas nucleares no Irão; aos dois irmãos desavindos, Índia e Paquistão, lutando pelo controlo de Cachemira; preocupações que são extensíveis à Ásia Central, e a luta que ali se trava pela posse de recursos naturais, na tensão permanente no Golfo Pérsico e na disseminação do "terrorismo global" no Sudoeste asiático.

Porém, como há quinhentos anos, é preciso lembrar, esta é uma região com grandes capacidades de crescimento económico, em rápido progresso tecnológico, como são bem patentes os exemplos do Japão, da Coreia do Sul, da Índia e sobretudo da China. Temos, desta forma, uma mistura que se estende no tempo, entre conflito, riqueza e diversidade humana.

Passando agora às conclusões deste Simpósio, que foi sobre uma figura histórica, é bem verdade, sabemos pelo filósofo Hans Gadamer, que o conhecimento histórico não conduz, necessariamente, à dissolução da tradição na qual vivemos; ele pode também enriquecer essa tradição, confirmá-la ou modificá-la, em suma, contribuir para a descoberta da nossa própria identidade, o que é demonstrado pela historiografia das diversas nações[7].

Em particular, e no que diz respeito a este Simpósio, tornou-se patente

---

[6] Zona de grande importância em face do seu valor económico, as relações de poder na Ásia estão regidas por princípios que nascem dos contextos estratégicos e das tensões que tendem a incrementar-se ao arrepio de convenções e tratados. Veja-se: Valérie Niquet, "Les grands enjeux stratégiques en Asie", Defense national et Sécuritá Collective, Paris, Janvier, 2006, pp. 5-14.

[7] Hans-georg Gadamer, *O Problema da Consciência Histórica*, V.N. de Gaia, 1998, p.12.

que se avançou no estudo e conhecimento de uma figura tão "rica" como D. Francisco de Almeida. Apresentaram-se documentos inéditos, como foi o caso do Professor Luís Thomaz, para sustentar a análise da política portuguesa de quinhentos em relação ao Oriente; apresentaram-se novas interpretações para figuras humanistas como Diogo de Sá e Fernão de Oliveira, contemporâneos do Vice-rei; interpretou-se de forma inédita a morte numa refrega, deste figura; fizeram-se, do ponto de vista cultura, análises para interpretar os "heróis" quinhentistas. Terá sido tudo dito sobre D. Francisco de Almeida e o início da presença portuguesa no Oriente? Pensamos que ainda não, mas isso é inerente à natureza humana: saber-se inventar a si própria, colocar questões ao passado, interpretar esse passado em função dos problemas e vivências contemporâneas. A História, como assinalou nos seus livros o historiador Lucien Febvre, tem início e termina com um problema. A História exige esse questionamento permanente, não podendo o historiador ficar "simplesmente" por aquilo que está registado na documentação; o historiador tem de saber ler os silêncios e buscar o que está ausente do documento. Em resumo, este IX Simpósio de História Marítima, organizado pela Academia de Marinha, trouxe-nos muitas novidades, mas é de referir, também, que muitas questões ficaram por responder. Do nosso ponto de vista, não poderia ser de outra forma. Nunca é possível tratar exaustivamente um assunto, como aquele que se nos deparou durante este encontro: a época, a vida e obra do 1º Vice-Rei Português.

CONFERENCIA DE ENCERRAMENTO

A herança de D. Manuel e de D. Francisco de Almeida: a fundação do «Estado da Índia», entre o comércio e a aspiração imperial

Dr. José Manuel Garcia

A herança de D. Manuel e de D. Francisco de Almeida: a fundação do «Estado da Índia», entre o comércio e a aspiração imperial

Dr. José Manuel Garcia

O acto fundador de uma entidade que seria conhecida pela designação de «Estado da Índia» data de 27 de Fevereiro de 1505, pois foi nesse dia que D. Manuel passou a «carta de poder» em que nomeou D. Francisco de Almeida seu vice-rei no Oriente[1]. Nesse acto, que é aqui visto em termos simbólicos, não se regista a indicação da concessão de tal título mas deduz-se que ele foi então concedido oralmente pelo rei para que fosse usado em Cananor, pois de outra forma não se poderia explicar que D. Francisco de Almeida o tivesse feito a partir de Outubro de 1505.

A evocação que fazemos em 2005 dos quinhentos anos da criação desse «Estado da Índia» constitui uma oportunidade para avivar a memória e reflectir sobre o contexto em que surgiu essa realidade complexa, cujo impacto marcou na longa duração e de forma indelével o passado e o presente de Portugal e de muitos países da Ásia e da África Oriental, tal como continuará a marcar no futuro. Estamos perante circunstâncias de grande importância histórica que apesar dessa evidência não foram infelizmente consideradas pelos actuais detentores do poder em Portugal, que na sua insciência não revelaram preocupação em comemorar a efeméride aqui em causa[2]. No limite das suas possibilidades salvaram a honra da nossa Cultura a Academia de Marinha, com a presente iniciativa, e a Câmara Municipal de Abrantes, que também realizou iniciativas comemorativas do acontecimento aqui lembrado[3].

Actualmente estamos longe de condicionalismos e contingências políticas de algumas décadas atrás pelo que podemos perspectivar de forma inovadora e aberta qual o sentido que teve o «Estado da Índia» nos séculos

---

[1] Torre do Tombo, Gaveta 14-3-14 publicada por Joaquim Candeias Silva, *O fundador do "Estado Português da Índia": D. Francisco de Almeida*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996, p. 260-261.

[2] De assinalar a título de exemplo do que afirmamos que mesmo uma sóbria exposição a realizar na Torre do Tombo sobre *A fundação do «Estado da Índia»; Diogo do Couto e a História do Oriente*, que ainda esteve prevista e aprovada acabou por ser cancelada.

[3] Das realizações levadas a cabo por esta instituição destacamos um colóquio de 9 de Julho de 2005 subordinado ao tema *500 anos da fundação do Estado Português da Índia*, cujas actas estão no prelo. Aí apresentámos uma comunicação intitulada «As aras da profecia e a fundação do "Estado da Índia" por D. Manuel e D. Francisco de Almeida».

XVI e XVII[4]. Ao abordarmos o sentido desta expressão de uma forma consentânea com uma atitude crítica devemos consciencializar-nos que esse «Estado» teve uma acepção diferente da que assume actualmente tal conceito, na medida em que através da sua utilização os Portugueses daquele tempo queriam significar uma representação do poder de interferência que tinham num complexo mercantil com o domínio de múltiplos mas reduzidos territórios descontínuos que se situavam entre o cabo da Boa Esperança e a China[5].

A criação do «Estado da Índia» deve-se a D. Manuel, personalidade cuja importância na História Universal tem sido menosprezada, devido em grande parte a um lamentável desconhecimento do facto de ter sido ele o primeiro monarca a possuir capacidade de intervir política e economicamente a nível mundial. Com efeito muitas das suas determinações estiveram pautadas por uma ambiciosa intervenção expansionista que se estendeu desde áreas ocidentais atlânticas, quer fossem vizinhas da Europa, como Marrocos, ou afastadas, como o Brasil e a Terra Nova, ou da África Ocidental, como a Guiné, a Mina e Angola; até áreas orientais, que abarcavam regiões tão díspares como são as que estão banhadas pelo Índico e o Pacífico, onde se fez sentir a acção do «Estado da Índia», desde Moçambique e a Etiópia até à China e às Molucas, passando pelo mar Vermelho, o golfo Pérsico, a Índia, Ceilão e o Sudeste Asiático.

Numa altura em que nos consciencializamos do fenómeno da globalização, fruto das dinâmicas resultantes de novas e avançadas tecnologias, é importante considerar os contributos que os Portugueses do tempo de D. Manuel deram para a génese embrionária desse fenómeno ao iniciarem as ligações regulares entre múltiplas partes do Mundo, sendo de realçar que os nossos antepassados estiveram condicionados por tremendas restrições de uma época com meios limitados, na qual o esforço e a vontade dos homens eram particularmente decisivas nas realizações que levavam a cabo.

---

[4] É de assinalar a edição de um volume organizado e introduzido por Alexandre Lobato intitulado, *Fundação do Estado da Índia em 1505: livro comemorativo*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1955 quando passavam os 450 anos de tal fundação, estando tal obra marcada pela política da altura que defendia a manutenção do então Estado Português da Índia, que seria invadido em Dezembro de 1961 pela União Indiana. Estava-se perante uma realidade contemporânea, ainda que fosse obviamente descendente do «Estado» quinhentista, mas que pelas suas características dele naturalmente divergia, fruto das transformações que resultavam da evolução dos tempos, tema que não importa agora aprofundar.

[5] Sobre esta matéria vejam-se nomeadamente Luís Filipe Thomaz, *«Estrutura política e administrativa do Estado da Índia no século XVI», in* II Seminário Internacional de História Indo Portuguesa, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1985, p. 515-540 e António Vasconcelos de Saldanha, em *Iustum Imperium: Dos Tratados como Fundamento do Império dos Portugueses no Oriente. Estudo de História do Direito Internacional e do Direito Português*, Lisboa, Instituto Português do Oriente/Fundação Oriente, 1997.

D. Manuel foi um governante que utilizou o seu poder para fazer de Portugal um Estado Moderno, na sequência da política anteriormente iniciada por D. João II, tendo-o administrado com a eficácia possível, conciliando princípios tradicionais com novas regras e melhoramentos inerentes a uma centralização reformista, característica do Renascimento. A actuação deste rei pautou-se por uma orientação em grande parte virada para as actividades realizadas além mar, pois verificou-se que era daí que lhe podiam advir e vieram os mais elevados rendimentos. Foi nesse sentido que D. Manuel actuou, tendo-se para o efeito mantido sabiamente neutral perante conflitos estéreis que afectavam os países da Europa do seu tempo, concentrando-se numa política expansionista virada para o Mundo, a qual se efectivou através do estabelecimento de relações com regiões da América, da África e da Ásia.

O acontecimento mais importante do reinado de D. Manuel foi o descobrimento do caminho marítimo para a Índia por Vasco da Gama, tendo sido na sequência da recolha dos dados resultantes dessa viagem que se começaram a traçar planos visando a hegemonia de Portugal nos meandros da intrincada geo-estratégia económica e política do Índico, enfrentando os interesses de muçulmanos que até então os haviam dominado e procurando concomitantemente alcançar a supremacia da Cristandade sobre o Islão.

Quando D. Manuel decidiu mandar realizar a viagem que iniciou a ligação directa e regular entre a Europa e a Índia por via marítima demonstrou compreender a dinâmica de um processo histórico iniciado pelo infante D. Henrique que ele não quis atrasar, revelando assim uma atitude ousada que contrastava com pareceres de conselheiros mais timoratos e menos empreendedores. Graças aos Descobrimentos os Portugueses assumiram assim o papel na História Universal que consistiu em superar as ancestrais dificuldades existentes dos contactos directos entre o Ocidente e o Oriente, as quais eram em parte suscitadas pelo medo do desconhecido e sobretudo pela interposição medieval de uma barreira islâmica. Foi no sentido de encontrar uma solução para este último problema que foi criada a rota alternativa à do Levante que passava pela inovadora e arriscada navegação da «carreira da Índia», que ligou pela rota do cabo da Boa Esperança as terras e as gentes que marginavam os oceanos Atlântico e Índico.

Com as viagens regulares entre a Europa e a Ásia que se sucederam à abertura da era gâmica a realidade da Índia tornou-se familiar aos Portugueses, a tal ponto que aí criaram um «Estado» com esse nome, o qual foi visto como uma emanação do Estado português, tendo Goa como capital, qual outra Lisboa, que chegou a ter o sonho de ser um centro imperial e cristão que ascendesse à dignidade de uma grandiosa «Roma do Oriente».

O sucesso da viagem que entre 1497 e 1499 iniciou uma nova fase nas relações entre o Ocidente e o Oriente foi divulgada por D. Manuel interna e

externamente através de cartas enviadas para os concelhos do País e personalidades eminentes no estrangeiro[6]. Dessas missivas as primeiras datam de 11 de Julho de 1499 e destinavam-se às principais povoações do reino, seguindo-se-lhe logo a 12 de Julho uma aos Reis Católicos. Posteriormente D. Manuel remeteu cartas em 26 de Agosto de 1499, ao imperador Maximiliano, e em 28 de Agosto, ao cardeal Alpedrinha, D. Jorge da Costa, que estava em Roma, sendo esta última a mais extensa deste conjunto epistolográfico e aquela em que utilizou em português a sua nova titulatura: «*Dom Manuel per graça de Deus rei de Portugal e do Algarve, de aquém e de além mar em África, senhor de Guiné, da conquista, da navegação e comércio, de Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia*». Estas expressões haviam sido registada pela primeira vez em latim, dois dias antes, na referida carta ao imperador Maximiano, sob a forma: «*Emanuel eadem gratia rex Portugallie et Algarbiorum citra et ultra mare in Aphrica dominusque Guinee et conquiste navigationis ac commertii Ethiopie, Arabie, Persie atque Indie*». D. Manuel terá pensado que o seu primo Maximiliano deveria ser a pessoa mais indicada para anunciar os novos títulos que decidira juntar aos que já possuía[7]. O monarca do Estado mais ocidental da Cristandade decidia assim apresentar-se de uma forma original e reveladora de quão grandes eram as suas ambições, sobretudo no plano económico, sem deixar de expressar através do recurso da palavra «conquista» uma vaga concepção imperial de domínios de âmbito ultramarino.

Nos inícios do século XVI chegaram a ser discutidas nos círculos do poder régio concepções imperiais, tendo algumas personalidades próximas de D. Manuel defendido que ele se deveria proclamar imperador. Valentim Fernandes foi o primeiro a explicitar publicamente tal atitude quando em 1502, no prólogo da sua edição portuguesa do *Marco Paulo* dedicada àquele rei, escrevia que: «me deixe chegar ao tempo que possa ver a vossa poderosa senhoria acrescentar com título imperial de toda a monarquia»[8].

A possibilidade de D. Manuel assumir o título de imperador estava a ser equacionada em 1505 na altura em que se fundou o «Estado da Índia», pois foi precisamente o seu primeiro vice-rei quem mais a referiu. Com efeito D. Francisco de Almeida ao escrever um aditamento à carta que enviou a D. Manuel de Cochim em 16 de Dezembro de 1505 referiu aos fundamentos do «porque me parece que vossa alteza devia trabalhar por se chamar *Emperador das Indias*», acrescentando mais à frente «que nunca vi cousa mais justa nem melhor

---

[6] Sobre este assunto cf. José Manuel Garcia, *A viagem de Vasco da Gama à Índia, 1497-1499*, Lisboa, Academia de Marinha, 1999, p. 589-601.

[7] Sobre este assunto cf. José Manuel Garcia, «A carta de D. Manuel a Maximiliano sobre o descobrimento do caminho marítimo para a Índia», *Oceanos*, Lisboa, nº 16, Dezembro, 1993, pp. 28-32.

[8] *Marco Paulo*, edição de Francisco Maria Esteves Pereira, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1922, f. Aij v.

ganhada do que será vossa alteza tomar o título». Em passagem anterior dessa mesma missiva registou até a convicção de «que em meu tempo sereis imperador deste mundo de cá, que é muito maior que o de lá»[9]. Dois anos depois de ter escrito esta carta, D. Francisco de Almeida voltou a insistir na ideia da adopção do título imperial na carta que escreveu a D. Manuel ao largo de Calecut entre 7 e 15 de Dezembro de 1507, tentando afastar hesitações do rei e recomendando-lhe peremptoriamente que: «não ponha vossa alteza em muitos conselhos chamar-des-vos imperador, pois que nunca príncipe teve tanta justiça para o ser»[10].

A circunstância de ter sido D. Francisco de Almeida quem mais enfatizou a adopção do título imperial por D. Manuel contrasta com a atitude do seu sucessor no governo do «Estado da Índia», pois na numerosa correspondência de Afonso de Albuquerque, um dirigente que foi o executor pragmático e mais ambicioso da ideologia imperialista de D. Manuel, não se regista a possibilidade de elevar D. Manuel ao estatuto de imperador.

É no âmbito das ideias atrás expressas que também se situa a dedicatória feita há quinhentos anos por Duarte Pacheco Pereira ao «nosso César Manuel» do seu *Esmeraldo de situ orbis*, que começou a escrever em 1505. Tal expressão revelava a visão imperial do rei que tinha aquele cosmógrafo e herói, chegado nesse mesmo ano a Portugal vindo da Índia, onde realizara façanhas muito propagandeadas na defesa de Cochim[11].

Quanto a Duarte de Galvão, um dos mais ambiciosos ideólogos da política de D. Manuel e amigo de Afonso de Albuquerque, ainda que não tendo utilizado a noção imperial de forma explícita não deixou de evocar a protecção divina ao seu ambicioso governo, como refere igualmente em 1505 no prólogo da sua *Crónica de D. Afonso Henriques* ao escrever:

«(...) assim fosse singular antre os outros príncipes, nessa parte e em outras seu louvor, remunerando-lhes nisso seus grandes merecimentos, como hoje em dia faz pera vossa real pessoa, segundo se grandemente manifesta no grande louvor e não menos mistério de vossas mui louvadas e excelentes obras, as quais bem consideradas concluem e claramente mostram, não menos que vosso divino nome, ser Deus connosco e com o bem destes reinos, mais

---

[9] Torre do Tombo, Gaveta XX-10-33 cf. as passagens citadas na obra de Joaquim Candeias Silva, *O fundador do "Estado Português da Índia": D. Francisco de Almeida*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996, respectivamente p. 317 e 311.

[10] Torre do Tombo, Fragmentos, Cx. 4, M.º 1, nº 67, cujo texto foi publicado por António Dias Farinha, «A dupla conquista de Ormuz por Afonso de Albuquerque», *Studia*, 48, Lisboa, 1989, p. 465 e Joaquim Candeias Silva, *O fundador do "Estado Português da Índia": D. Francisco de Almeida*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996, p. 343.

[11] *Esmeraldo de situ orbis*, edição de Joaquim Barradas de Carvalho, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1991, p. 176.

que dantes, dando-vos neles, pera o diante, como fruto mostrado e prometido no grande esforço de vossos antecessores» [12].

Os grandes benefícios económicas alcançados por Portugal no comércio oriental durante os primeiros anos do século XVI decidiram D. Manuel a dar continuidade à decisão de enviar anualmente armadas com destino à Índia. Tal empreendimento era muito lucrativo mas também exigia fortes investimentos e meios que garantissem a sua melhor exequibilidade. Perante este panorama D. Manuel tomou em 1505 a arrojada resolução de criar uma entidade que se viria a desenvolver e ficar conhecida por «Estado da Índia». A decisão de instituir tal poder na Índia tinha em vista assegurar aí respostas adequadas aos problemas que surgissem, de forma a adoptarem-se as medidas mais eficazes e prontas para enfrentar questões militares, políticas e económicas com que os Portugueses se deparassem no Índico, as quais passavam em grande parte pela animosidade revelada da parte de muçulmanos e seus aliados depois de terem visto afectados os seus interesses.

A carta que Qansawh al-Ghawri, o «sultão da Babilónia» (Cairo), enviou ao Papa em 12 de Setembro de 1503 através de Frei Mauro, um espanhol que era guardião do mosteiro do monte Sião em Jerusalém [13], reflecte as dificuldades crescentes que estavam então a passar os comerciantes islâmicos que praticavam a rota do Levante. O referido frade recebera a incumbência de pedir ao Papa para que intercedesse junto do rei de Portugal no sentido de que este mandasse os seus súbditos parar as investidas contra os navios islâmicos no Índico, o que lhe estava a afectar de forma dramática os rendimentos que obtinha com o tráfico oriental. Como reacção à crise económica que o estava a afectar o sultão chegou a ameaçar que mandaria destruir os lugares santos de Jerusalém, caso os ataques em causa não acabassem. Em resultado do debate que então decorreu em Roma sobre este assunto o Papa Júlio II enviou a D. Manuel o breve *Venit nuper*, datado de 26 de Agosto de 1504 [14], e uma cópia da referida carta [15].

---

[12] Citamos da edição de Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995, p. 3.

[13] Não do monte Sinai, como por vezes se escreveu.

[14] Torre do Tombo, maço 36 de bulas, n.º 27, tendo o seu texto sido publicado em *Corpo diplomático português*, volume I, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1862, p. 43 e resumido em *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal (...)*, volume X, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1866, p. 138.

[15] O treslado em latim da referida carta encontra-se na Torre do Tombo, Corpo cronológico, III-26-19, tendo o seu texto sido publicado por Costa Brochado em «Ainda a cruzada del rei D. Manuel I», *Portugal em África*, 2.ª série, III, Lisboa, 1946, p. 292-297. Desta carta há versões manuscritas portuguesas do século XVI que acompanham a carta com a resposta de D. Manuel na Biblioteca Nacional de Lisboa, ALC 475, f. 151-153 e na Biblioteca da Ajuda, 50-V-21, f. 95v.-104, as quais não foram referidas no artigo citado.

A missão de Frei Mauro teve impacto imediato em Portugal, como o referiu João de Barros:

«Da vinda do qual religioso a Roma el-rei Dom Manuel foi logo avisado per pessoas que lá faziam seus negócios, de que teve muito prazer, sabendo que o Soldão começava já sentir as armadas que ele enviava à Índia, as quais, sem terem feito assento nela, somente de passagem, lhe faziam tanto dano que se queixava dele.

E porque este recado lhe veio quase na fim de Outubro do ano de quatro e no seguinte tinha ordenado de mandar uma grossa armada à Índia, com capitão geral que lá residisse, tanto o demoveram estes queixumes do Soldão, que dobrou a armada que fazia, e com mais diligência mandou dar despacho às naus (...)»[16].

Através destas expressões João de Barros revelou de forma bem esclarecedora que foi a acção desencadeada pela embaixada de Frei Mauro que teve reflexo no pronto reforço da constituição da armada comandada por D. Francisco de Almeida e na decisão de constituir o «Estado da Índia», o qual está subjacente à nomeação de um vice-rei.

A resposta de D. Manuel à ameaça do sultão do Cairo passou não apenas no desejo de aumentar a sua ofensiva anti islâmica no Índico, através do aumento das forças portuguesas na área, mas também de promover a organização de uma ambiciosa cruzada para conquistar Jerusalém[17].

As diligências do sultão foram conhecidas em Portugal numa altura em que o país vivia entusiasmado com os desígnios asiáticos, facto que está espelhado na oração de abertura da Universidade de Lisboa que em 18 de Outubro de 1504 foi proferida em latim por D. Pedro de Meneses perante D. Manuel e numerosa assistência, tendo depois sido impressa talvez por Valentim Fernandes cerca de 1513[18]. Nessa ocasião aquele jovem de 17 anos,

---

[16] *Ásia de João de Barros*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1932, década I, livro 8, capitulo 2, p. 292-293.

[17] Este assunto foi analisado por Costa Brochado, «A espiritualidade dos descobrimentos e conquistas dos portugueses», *Brotéria*, 40, Lisboa, 1945, p. 30-42; idem, «Ainda a cruzada del rei D. Manuel I», *Portugal em África*, 2.ª série, III, Lisboa, 1946, p. 292-297 e sobretudo Charles-Martial Witte, «Un project portugais de reconquête de la Terre-Sainte (1505-1507), in *Congresso internacional de história dos descobrimentos*, Actas. volume V, parte I, Lisboa, 1961, p. 419-449 e Luís Filipe F. T. Thomaz, «L'idée impériale manuéline», in *La découverte, le Portugal et l'Europe. Actes du colloque Paris, les 26, 27 et 28 mai 1988*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1990, p. 35-103.

[18] Esta obra foi reeditada com tradução portuguesa de Miguel Pinto de Meneses e uma introdução de A. Moreira de Sá em *Oração proferida no Estudo Geral de Lisboa: (Oratio Habita ... In Scholis Ulyxbonae)* / D. Pedro de Meneses, Lisboa, Instituto de Alta Cultura,

discípulo de Cataldo Sículo e certamente por ele inspirado, declarou ter falado «como orador e não como historiador (*historicus*)», na expectativa de que «outros escreverão muito mais copiosa e largamente do que nós, e sem a paixão do amor pátrio», evocando o rei como «pai e um segundo Deus na terra»[19]. Desse documento importa relevar para o nosso propósito as afirmações de que:

«(...) Não só aumentastes e melhorastes de modo admirável quanto recebestes de vossos maiores, mas ainda juntastes com o vosso sagacíssimo engenho o Oriente ao Ocidente. Juntar o Oriente ao Ocidente é acrescentar ao vosso domínio a Pérsia, Fenícia, Síria, Arábia Feliz, Índia e a melhor parte da Ásia, e muitos lugares e ilhas antes desconhecidas, sem fazer injúria a ninguém, seguindo apenas o que é do direito das gentes, e, o que é melhor que tudo, trazendo à fé cristã inúmeros mortais de seitas vãs, porque o primeiro propósito de vossa alma é agradar a Deus.

E estes tão importantes negócios, esta tamanha organização de homens, frotas, armas, instrumentos e provisões não desviam o vosso espírito da África e das possessões que nela tendes, antes, consolidando e edificando tudo sob o vosso domínio, cada vez mais tudo conservais e ampliais.

Pareceis, realmente, o único eleito de Deus, Criador das coisas, para regerdes, governardes e manterdes três partes do mundo, isto é o orbe inteiro. Bem vos quadra o que a célebre rainha disse a Salomão: "São maiores a tua sabedoria e as tuas obras do que a fama que tenho ouvido. Bem-aventurados os teus homens e os teus servos, que gozam sempre da tua presença, e ouvem a tua sabedoria". Assim digo agora de vós: sois maior nas virtudes e nas obras do que a fama o predirá.

Nunca os Portugueses preparam a guerra contra os cristãos nem desejam fazer-lhes danos com suas galés e galeões, nem equipam e guarnecem as frotas com homens levados à força corno escravos e cativos, mas sim com homens livres, voluntários e muito bem remunerados. E trazem variadas mercadorias de grande preço, sobretudo o ouro que com tamanho afã transportam de vários lados, não só para utilidade e aumento de vossos reinos, mas também de toda a Europa e mais ainda»[20].

O tom triunfalista desta oração é elucidativo da atmosfera optimista que se gerara em torno de D. Manuel e está igualmente patente na oração de obediência que este mandou Diogo Pacheco proferir junto do Papa Júlio II, a qual foi lida em Roma a 4 de Junho de 1505 e aí impressa pela mesma altura.

---

[19] Idem, ibidem, p. 121.

[20] Idem, ibidem, p. 113 e 115.

Aí encontra-se já claramente registada a intenção de D. Manuel realizar uma cruzada em resposta ao desafio do «sultão da Babilónia», nomeadamente quando a certo passo da retórica deste discurso, marcado pela exaltação patriótica, o orador, depois de enumerar a epopeia dos sucessos alcançados na Índia, referiu que se estava numa fase propícia a uma ofensiva que levaria a que os cristãos pudessem esperar:

«que em breve seja abolida toda a perfídia e heresia maomética, e que o santíssimo sepulcro de Cristo, que nos livrou do eterno cativeiro e é há tanto tempo (oh dor!) pisado e arruinado pelos cães, volte (desde que o astro Júlio continue a brilhar) à primitiva liberdade por uma espécie de longo pós-limínio, e deste modo a fé de Cristo se propague por todo o mundo. E isto mesmo o predisse o apóstolo João: que de repente se havia de dar a destruição da Babilónia sarracena. E para que isto mais facilmente possa acontecer, já estamos diligenciando e esperamos unir-nos ao muito importante e poderoso senhor dos cristãos (que os indígenas abexins vulgarmente chamam Preste João), mandando-lhe legados e oferecendo-lhe as maiores facilidades de contacto. Descobrimos também muitas outras coisas não menos admiráveis»[21].

A formulação deste ambicioso projecto de cruzada idealizado por D. Manuel está também subjacente no conteúdo da carta em que se respondia às ameaças do «sultão da Babilónia» que enviou ao Papa datada de Lisboa, a 12 de Junho de 1505, pouco depois de ter recebido o já mencionado Frei Mauro, a qual foi impressa em latim em Lisboa por Valentim Fernandes para dessa forma ser mais amplamente difundido o teor altaneiro e orgulhoso da resposta combativa que nela D. Manuel dava ao sultão. Este volume de 4 fólios tem por título *Epistola serenissimi principis Hemanuelis pri/mi dei gratia Portugallie Regis excellentissimi. / Responsoria ad summum Romanum Pontificem. / Qua beatiudinem sua & in fidei hostes debellãdos. / sanctum que & sepulchrum armis ab eis vendicandum: / catholice & potissimum adhortatur*[22] e foi a primeira das cartas de D. Manuel a ser impressa tendo em

---

[21] *Oração de obediência ao sumo pontífice Júlio II dita por Diogo Rebelo em 1505*, tradução de Miguel Pinto de Meneses, Lisboa, Inapa, 1988, p. 17-18. Versões portuguesas quinhentistas desta oração encontram-se em miscelâneas manuscritas da Biblioteca Nacional de Lisboa, ALC 475, f. 36 e da Biblioteca da Ajuda em 50-V-21, f. 105v.-111, que não foram citadas na referida reedição.

[22] Cf. Francisco Leite de Faria, *Estudos bibliográficos sobre Damião de Góis e a sua época*, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 1977, n.º 122. Deste opúsculo fez-se uma edição facsimilada por Eugénio do Canto, Lisboa, Impressa Nacional, 1977 e outra, com «nota prévia» de Artur Anselmo, em Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981.

vista a promoção das realizações dos Portugueses além mar. Este tipo de trabalho era como que um complemento às orações de obediência aos Papas que vinham a ser impressas desde o reinado de D. João II. Desta carta conhecem-se também cópias manuscritas quinhentistas com o seu texto em português[23] e do seu texto salientamos as seguintes expressões em que se alude aos efeitos da acção dos Portugueses no Oriente:

«E além de se assim queixar de nós não se calou, queixando-se mais por demonstrar seu medo que justa querela que contra nós tivesse, segundo nos parece: queixa-se de nós, que nós em grande dano seu e de seu senhorio, e em detrimento inevitável de seu estado com nossa grande armada e com as nossas próprias gentes nós o conquistámos polo mar oceano até Índia, e até as partes de Ásia, o que nenhum dos reis passados, nem príncipe, nem gente de nenhuma terra foi até aqui conquistado nem navegado. E roga o i(ni)migo inumano a vossa santidade que ponha remédio desejado em todas estas cousas, porque se assim como ele pede não se fazer ameaça com sua grande soberba que não somente destruirá a miserável cidade de Jerusalém e o santíssimo sepulcro de nosso Redentor Jesu Cristo, mas ainda da perda dos mouros e das injúrias desta maneira tomará vingança, e promete que contra a república cristã moverá logo seus exércitos de guerra, e, etc.»[24].

Duarte Galvão terá sido o principal redactor desta carta, pois nela se apresentam algumas ideias semelhantes às que se encontram em outros textos que escreveu esta personalidade, que era dada a profecias e que de acordo com João de Barros teria feito em 1505 uma exortação aos homens que embarcaram na armada de D. Francisco de Almeida que seguiam para a Índia, tal como o fez depois em 1515, quando ele próprio foi como embaixador do rei ao Preste João. Vejamos a alusão que João de Barros faz a este assunto, depois de mencionar a sua crónica de D. Afonso Henriques:

«Compôs mais Duarte Galvão no tempo que el-rei o mandou com esta embaixada (de 1515), uma exortação sobre a empresa daquela conquista e

---

[23] De entre tais cópias, acompanhadas da versão portuguesa da carta do sultão, podem ver-se as que se encontram na Biblioteca Nacional de Lisboa, ALC 475, f. 151-153 e na Biblioteca da Ajuda, 50-V-21, f. 95v.-104, estando esta última publicada no *Corpo diplomático português*, volume I, 1862, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1862, p. 48-53. Ao último texto manuscrito referido segue-se nos f. 105v.-111, uma versão portuguesa da oração de obediência de Diogo Pacheco de 1504.

[24] Versão portuguesa publicada em *Corpo diplomático português*, volume I, 1862, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1862, p. 48.

destruição da casa de Meca, trazendo para isso muitas autoridades e algumas profecias que denunciavam haver de ser feita per a cristandade desta nossa Europa. Concluindo que per outro caminho se não podia mais levemente fazer que per aquele estreito do mar Roxo, ajuntando-se as armadas del-rei Dom Manuel com as gentes do rei dos Abexis chamado Preste João, e alguns príncipes cristãos pela parte da *Suria*, em um mesmo tempo poderiam tomar das mãos dos mouros a casa Santa de Jerusalém, onde estão todos os passos dos mistérios da nossa redenção».

Estas últimas alusões, ainda que o texto não se afigure muito claro, remetem para uma trabalho de 1505, pois logo de seguida João de Barros informou que:

«Sobre a qual exortação el-rei D. Manuel, o ano de quinhentos e cinco tinha mandado secretamente o mesmo Duarte Galvão ao imperador Maximiliano e a el-rei de França e ao Papa Alexandre (na realidade Júlio II)»[25].

Os contactos diplomáticos aqui referidos visavam a realização da cruzada a que temos estado a aludir e estão atestados para os finais de 1505, sabendo-se que Duarte Galvão contactou com o Papa Júlio II em Fevereiro de 1506[26].

Após a resposta por D. Manuel às ameaças do sultão da «Babilónia», este decidiu enviar para o Índico uma importante força militar que passou em revista no Cairo em Setembro de 1505, estando confiante que essas tropas seriam suficientes para combater e expulsar os Portugueses no Oriente, onde se pensava que estes estariam em reduzido número, tal como acontecera nos anos anteriores[27]. A situação, contudo, alterara-se precisamente nesse mês de Setembro, pois acabara então de chegar a Angediva a poderosa armada que a 25 de Março deixara o Tejo sob a chefia de D. Francisco de Almeida, o qual tinha por missão principal estabelecer um poder que modificasse a correlação de forças no Índico.

A partida da armada portuguesa foi anunciada para a Alemanha em 16 de Setembro de 1505 por Valentim Fernandes numa carta ao doutor Conrado

---

[25] *Terceira década da Ásia*, Livro I, capítulo IIII, Lisboa, João de Barreira, 1563, f. 12 v-13.

[26] Sobre as actividades de Duarte Galvão cf. Jean Aubin, *Le latin et l'astrolabe*, volume 1, Lisboa-Paris, Fundação Calouste Gulbenkian / Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1996, p. 11-48.

[27] José Virgílio Amaro Pissarro, *Chaul e Diu, 1508 e 1509: o domínio do Índico*, Lisboa, Prefácio, 2002, p. 26.

Peutinger de Augsburgo[28], que terá sido acompanhada da oferta da *Epistola serenissimi principis Hemanuelis*, pois um dos dois exemplares que dela chegaram até nós foi oferecido por Valentim Fernandes com uma dedicatória ao seu destinatário.

Em 1505 e 1506, D. Manuel ordenou a realização de contactos diplomáticos tendo em vista a organização da desejada cruzada, os quais foram realizados pelo franciscano Frei Henrique de Coimbra em Inglaterra e Espanha, enquanto Duarte Galvão se encontrou com Luís XII de França, o imperador Maximiliano e o Papa Júlio II.

As relações privilegiadas que D. Manuel mantinha com o Papa foram então reforçadas, enquanto se mantinha a estratégia anterior de assegurar a aprovação do seu poder à escala mundial através da obtenção de bulas que defendiam a política de *mare clausum*, a qual no plano prático estava escudada pela força das suas armadas e no plano legal por leis e o tratado de Tordesilhas. Este último acordo luso-espanhol para a divisão de influências à escala planetária foi reconhecido pelo Papa Júlio II através da bula *Ea quae pro bono pacis*, de 24 de Janeiro de 1506[29], que era mais um dos elementos a contribuir para reforçar no plano do direito internacional o domínio dos Portugueses nos mares orientais e os interesses económicos que se iam estabelecendo no nascente «Estado da Índia».

Depois de Júlio II ter recebido Duarte Galvão enviou a D. Manuel o breve *Per dilectum filium* de 27 de Fevereiro de 1506 na qual lhe comunicava o agrado em apoiar o projecto de cruzada em curso[30], sobre o qual D. Manuel escreveu duas cartas em Abrantes em 2 de Março de 1506 que dirigiu ao cardeal Cisneros, arcebispo de Toledo, sendo uma delas com instruções sobre o que da sua parte devia ser dito ao rei Fernando sobre a sua organização. Os textos destes documentos são particularmente importantes para se compreender o grande plano que D. Manuel tencionava levar a cabo, pois sendo de natureza confidencial elucidava a relação que estabelecia entre a realização da cruzada e as acções que estavam a ser levadas a cabo no «Estado da Índia» contra os islamitas, tendo em vista a sua asfixia económica[31].

---

[29] Torre do Tombo, Maço de bulas 6, n.º 33 cujo texto foi publicado em *Corpo diplomático português*, volume I, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1862, p. 91-93. Desta bula há uma tradução portuguesa na Torre do Tombo, Maço de bulas 2, nº 2.

[30] Torre do Tombo, maço 36 de bulas, nº 25, publicado em *Corpo diplomático português*, volume I, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1962, p. 93-95, resumido em *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal*, volume X, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1866, p. 151.

[31] Cf. Estas cartas encontram-se na Biblioteca do Mosteiro do Escorial e foram publicadas pela primeira vez por Eugénio do Canto em *Copia literal de las dos cartas del Rey Don Manuel de Portugal existentes en la Real Biblioteca del Escorial en el manucrito II-&-7, fols. 172 a 177*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1907. Estas duas cartas foram de novo publicadas por Costa Brochado,

Em 1506, D. Manuel tomou medidas no sentido de conseguir impedir o acesso da navegação muçulmana ao mar Vermelho enviando para essa zona novas forças comandadas por Tristão da Cunha e Afonso de Albuquerque, que tinham por uma das missões principais conquistar a ilha de Socotorá e aí construir uma fortaleza, a partir da qual se desejava passar a controlar a navegação que por lá passasse.

Foi no sentido de promover o expansionismo vitorioso dos Portugueses no Oriente em 1505 e 1506 que se publicaram nestes anos em Roma duas obras baseadas em textos de D. Manuel. Uma delas, com (8) fólios, foi impressa em italiano em Roma em 23 de Outubro de 1505, ficando-se a dever à iniciativa editorial de Ioanni de Besicken, a qual correspondia a uma alegada carta de D. Manuel ao rei de Castela, constituindo na realidade uma compilação, com erros, de cartas de D. Manuel e de outras informações, à qual foi dado o título de *Copia de vna littera del Re de Portagallo mãdata / al Re de Castella del viaggio & successo de India*[32]; a outra foi também impressa por Ioanni de Besicken num opúsculo com (6) fólios em Roma, em 7 de Novembro de 1506, com o título: *GEsta proxime per Portugalen/ses in India: Ethiopia: & aliis / orientalibus terris*[33]. Este último trabalho era constituído pela tradução latina adaptada de uma carta enviada por D. Manuel ao cardeal Alpedrinha, a qual foi levada a cabo por Pedro Afonso Malheiro, doutor em Cânones e capelão do referido cardeal. O conteúdo deste trabalho constituía como que uma continuação do opúsculo anterior, na medida em que nele se tratam as primeiras notícias das actividades de D. Francisco de Almeida no Índico em 1505, culminando com uma exaltação de cruzado, na qual se manifestava a esperança de que em breve se conseguisse alcançar a

---

«A espiritualidade dos descobrimentos e conquistas dos portugueses», *Brotéria*, 40, Lisboa, 1945, p. 30-42, sendo nesta edição dadas como inéditas, pois nem o autor desse estudo, nem António Brásio, que aí as transcreveu, se terem apercebido que já haviam sido publicadas por Eugénio do Canto, tal como aconteceu com outros autores que abordaram a matéria nelas contidas.

[32] Cf. Francisco Leite de Faria, *Estudos bibliográficos sobre Damião de Góis e a sua época*, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 1977, n.º 202. A *Copia de vna littera del Re de Portagallo* foi reproduzida em edição fac-similada por Eugénio do Canto com esse título em Lisboa, Imprensa Nacional, 1906 e o seu texto reeditado e traduzida para português por Prospero Peragallo, em *Carta de el-rei D. Manuel ao rei Católico narrando-lhe as viagens portuguesas à Índia desde 1500 até 1505*, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1892.

[33] Cf. Francisco Leite de Faria, *Estudos bibliográficos sobre Damião de Góis e a sua época*, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 1977, n.º 207. A edição de Roma da *Gesta proxime per Portugalenses in India. Ethiopia et aliis orientalibus terris* foi também publicada reeditada em edição fac-similada por Eugénio do Canto, Lisboa, Imprensa Nacional, 1906, tendo sido a edição que dela se fez em Nuremberga em 1507 sido acompanhada da tradução portuguesa por José Pereira da Costa em *Anais das bibliotecas e arquivos de Portugal*, tomo I, Lisboa, 1958, p. 53-67.

destruição de Meca, em articulação com a concomitante asfixia económica dos muçulmanos, que se afigurava ser cada vez mais notória.

A publicação dos dois folhetos mencionados, tal como outros que se lhes seguiram promoviam a imagem de D. Manuel e alguns desses textos tiveram sucesso editorial, pois contaram com numerosas edições em várias línguas europeias [34]. Tais trabalhos constituíam formas de promoção política e difusão da história coeva que incidia sobre alguns dos acontecimentos mais proeminentes que então ocorreram no Oriente e em África.

O ambiente de exaltação que resultava dos feitos heróicos e dos proveitos de além mar nos anos de 1505 e 1506 está também reflectido em duas cartas de D. Manuel dando aos concelhos notícias do Oriente e mandando proceder a cerimónias solenes em acção de graças pelas vitórias alcançadas pelos Portugueses. Uma dessas cartas está datada de Lisboa, em 8 de Julho de 1505 (menos de um mês depois da já varias vezes mencionada carta de 12 de Junho de 1505), dela se conhecendo o exemplar que foi enviado à câmara municipal do Porto; a outra está datada de 26 de Maio de 1506 e é conhecida através de um exemplar enviado à câmara de Elvas, na qual D. Manuel refere as acções ao «nosso viso-rei nas ditas partes da Índia» [35].

A política expansionista da altura a que nos estamos a reportar foi de seguida promovida através da publicação de duas cartas de D. Manuel escritas em Abrantes em 25 de Setembro de 1507 e enviadas respectivamente ao Papa Júlio II e ao Colégio dos Cardeais, das quais se fez uma edição com (4) fólios em Roma nesse mesmo ano, apresentando o título: *Epistole serenissimi Regis Portu/galie de victoria cõtra infideles ha/bita. Ad Julium papam Secündu / ad sacrum Collegium Reuendis/simor dñor Cardinalium* [36].

---

[34] Sobre tal questão cf. nomeadamente António Alberto Banha de Andrade, *Mundos novos do mundo*, 2 volume, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1972 e Francisco Leite de Faria, *Estudos bibliográficos sobre Damião de Góis e a sua época*, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 1977.

[35] Cartas que se encontram nos arquivos das respectivas câmaras e foram publicadas por Eugénio do Canto em edições fac-similadas com transcrições paleográficas em Lisboa, Impressa Nacional, 1908.

[36] Cf. Francisco Leite de Faria, *Estudos bibliográficos sobre Damião de Góis e a sua época*, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 1977, n.º 217. Esta obra foi reeditada por Eugénio do Canto em Lisboa, Imprensa Nacional, 1905. Uma versão manuscrita desta obra foi publicada em *I diarii di Marino Sanuto*, edição de R. Fuli, tomo VII, Veneza, 1882, colunas 198-203, encontrando-se uma outra no Vaticano em Cod. Vat. Régio 757, p. 88, dele se tendo feito uma cópia no século XVIII que se encontra na Biblioteca da Ajuda, *Symmtica Lusitanica*, Mss. do Vaticano, tomo II, f. 212 cujo texto foi publicado em *Corpo diplomático português*, volume I, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1862, p. 116-119. Da versão impressa acima citada fizeram-se outras edições incompletas, uma das quais em Paris, em 1507, que foi reeditada por duas vezes, uma por Eugénio do Canto, Lisboa, Imprensa Nacional, 1905 e outra por José V. de Pina Martins, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1978. Esta obra ainda não

Tal como aconteceu nos anos anteriores também em 1507 D. Manuel enviou cartas aos concelhos, conhecendo-se grande parte da que foi remetida para a Câmara do Porto com notícias sobre Ceilão e a vitória obtida frente Cananor por D. Lourenço de Almeida em 1506, a qual deverá ter sido feita pela altura das cartas anteriores, isto é, cerca de 25 de Setembro[37].

A intenção de realizar a cruzada permanecia viva em 1507, como se verifica pela bula *Littere tue*, que a 10 de Dezembro desse ano o Papa Júlio II enviou a D. Manuel, renovando a vontade de participar e apoiar a cruzada contra os turcos em que o rei português estava empenhado[38].

Antes de decorrido a última fase do governo de D. Francisco de Almeida na Índia os sucessos alcançados pelos Portugueses no Oriente em 1507 ainda foram divulgados por D. Manuel no ano seguinte, nomeadamente através de uma carta escrita em Alcochete em 12 de Junho de 1508 e enviada ao Papa Júlio II e que foi publicada pela primeira vez num folheto de (4) fólios impresso nesse ano talvez em Roma nos prelos de Estêvão Plankck, com o título: *Serenissimi Emanuelis Portu-/gallie Regis ad Julium. ii. Pont. / max. Epistola de Prouinciis: Ciui/tatibus: Terris: & locis Oriëtalis / partis: sue ditioni fideiq & christia/ ne nouissime per eum subactis*[39]. Sobre matérias idênticas às que aí foram abordadas D. Manuel escreveu mais duas cartas, ambas datadas de Alcochete em 19 de Junho de 1508, tendo uma delas sido enviada aos concelhos do País, da qual se conhece

---

foi traduzida para português, dela havendo apenas um pequeno resumo em *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal*, volume X, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, 1866, p. 159-160 e outro, mais alargado de António Alberto Banha de Andrade em *Mundos novos do mundo*, Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1972, p. 435-441.

[37] Manuscrito que foi publicado em *Livro antigo de cartas e provisões dos senhores reis D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I do arquivo municipal do Porto*, edição de Artur de Magalhães Basto, Porto, Câmara Municipal do Porto, 1940, p. 22-23.

[38] Torre do Tombo, Maço de bulas, 36, nº 52 e resumida em *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal (...)*, Lisboa, Academia Real das Ciências de Lisboa, p. 160-161.

[39] Cf. Francisco Leite de Faria, *Estudos bibliográficos sobre Damião de Góis e a sua época*, Lisboa, Secretaria de Estado da Cultura, 1977, n.º 228. Desta edição há um exemplar na British Library, 1298. g 17 que ainda não foi reeditado nem traduzido para português. Do conteúdo desta carta não há uma transcrição de uma versão manuscrita que se encontra no códice Biblioteca Chianae Sigismundi Titli, Historiarum Senensium, tomo VII transcrito por Aemilius Ranuzzi, a qual foi publicada por Eugénio do Canto com o título *Emanuelis Portugaliae regis ad Julium Secundum epistola de prouincis et ciuitatibus orietalibus christianae fidei per eum subactis*, em Lisboa, Imprensa Nacional, 1908. Do conteúdo desta carta há ainda uma tradução francesa enviada de Lisboa por Jean Nicote que foi publicada por Luís de Matos em *Les Portugais en France*, Coimbra, Imprensa da Universidade, p. 301-311.

o exemplar remetido à câmara de Évora[40], e outra ao arcebispo de Braga[41].

Pouco depois do envio destas cartas o empenho de D. Manuel em levar a cabo a cruzada a Jerusalém veio a morrer devido a uma situação que ainda não foi observada neste contexto. Referimo-nos às consequências da conquista de pinhão de Belas da Gomeira levada a cabo em 23 de Julho de 1508 por Pedro Navarro para o rei D. Fernando. Esta povoação estava situada numa zona de Marrocos a que D. Manuel se arrogava o direito de conquista, tendo-lhe tal acção suscitado os mais vivos protestos e provocado uma tensão política e militar entre Portugal e Castela, a qual levou mesmo ao receio da eclosão de uma guerra. Esta atitude reflectiu-se na ordem que em 1509 D. Manuel deu a Duarte de Armas para que percorresse as povoações portuguesas fronteiriças procedendo ao seu levantamento ilustrado com as respectivas situações defensivas. O resultado foi apresentado num livro concluído em Setembro de 1509, trabalho sem precedentes em Portugal e nos deixou um magnífico retrato de cinquenta e sete povoações no tempo de D. Francisco de Almeida. O ambiente de tensão peninsular então vivido apenas foi dissipado quando em 18 de Setembro de 1509 foi assinado o tratado de Sintra, onde entretanto tinha chegado o referido Duarte de Armas[42].

A ascensão e fim do projecto da cruzada à Terra Santa idealizado por iniciativa de D. Manuel coincide com o vice-reinado de D. Francisco de Almeida, o qual teve um período em que o rei se revelou satisfeito com o desempenho desse fidalgo e outro em que se revelou falta de sintonia entre ambos, reflectindo a clivagem entre duas correntes políticas: uma expressando planos grandiosos de combate ao Islão e outra que os considerava megalómanos e desajustadas das realidades locais, defendendo uma atitude mais pragmática de proveito meramente mercantil, pois considerava inviável acabar com o poder islâmico no Próximo Oriente e levar avante uma cruzada à Terra Santa, devido nomeadamente à falta de empenho nesse sentido da parte de monarcas europeus. Este último facto constata-se na circunstância de não se ter voltado a aludir à cruzada depois de 1507, ainda que numa pers-

---

[40] Publicada por Eugénio do Canto em *Carta de el-rei D. Manuel para o juiz, vereadores, procurador, fidalgos, cavaleiros, escudeiros, homens bons e povo, dando parte da vinda da armada que foi à Índia*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1907.

[41] Original na Biblioteca da Ajuda publicado em cartas de Afonso de Albuquerque, tomo II, Lisboa, Academia real das Ciências de Lisboa, 1898, p. 419-426 e numa cópia da Torre do tombo, Gaveta XXII-4-1 publicada em *Gavetas da Torre do Tombo*, volume XII, Lisboa, Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1972, p. 237-242.

[42] Sobre esta questão cf. José Manuel Garcia, em *Testamentos de Adão*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p. 196-197 e 254-255. Sobre o *Livro das fortalezas* de Duarte de Armas cf. a introdução de Manuel da Silva Castelo Branco à edição fac-similada desta obra publicada em Lisboa, Inapa, 1990.

pectivava manuelina se tenha continuado a pensar em ofensivas de carácter cruzadesco contra os muçulmanos, nomeadamente a destruição de Meca, mas que não tiveram qualquer concretização, nomeadamente devido ao fracasso que culminou a ofensiva levada a cabo por Afonso de Albuquerque em 1513 contra Adém, a mais importante das quais se verificou por esses anos no mar Vermelho; tal como ficou sem qualquer consequência a aliança com o Preste João numa acção comum contra os muçulmanos, que ainda tentou em 1515 ao enviar Duarte Galvão como seu embaixador à Etiópia.

O facto de D. Manuel não ter promovido ou mesmo noticiado a grande vitória naval alcançada por D. Francisco de Almeida na batalha de Diu talvez se possa enquadrar na quebra do projecto da cruzada e da deterioração das relações entre o rei e o vice-rei.

A correspondência trocada entre D. Manuel e o seu vice-rei revela uma evolução que está marcada pela passagem da satisfação ao descontentamento entre as duas autoridades, devido a circunstancialismos menos favoráveis que se prendem às demasiado elevadas expectativas e aspirações do rei. É interessante acompanhar a forma como se cruzou o pensamento e a acção destes homens durante a fase em que se começou a construir o «Estado da Índia».

De acordo com a documentação que chegou até nós verificamos que as primeiras informações enviadas por D. Francisco de Almeida para D. Manuel foram acabadas de registar em Cochim em 16 de Dezembro de 1505[43], tendo chegado a Portugal em 22 de Maio a 1506. O vice-rei voltou a escrever ao rei em Janeiro de 1506[44], e este escreveu-lhe pouco tempo antes de 6 de Março de 1506 uma missiva que seguiu nos navios da armada de Tristão da Cunha que nesse dia partiram para a Índia[45].

D. Francisco de Almeida enviou novas cartas a D. Manuel, de Cochim a 27 de Dezembro de 1506[46]; inícios de 1507[47] e entre 7 e 15 de Dezembro[48], revelando a leitura desta última que não recebera entretanto a carta escrita

---

[43] Joaquim Candeias Silva, *O fundador do "Estado Português da Índia": D. Francisco de Almeida*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996, p. 311-317.

[44] Idem, ibidem, p. 325-328

[45] Idem, ibidem, p. 318-323.

[46] Idem, ibidem, p. 328-332.

[47] Idem, ibidem, p. 333.

[48] Carta da Torre do Tombo, Fragmentos, Cx. 4, M.º 1, nº 67, cujo texto foi publicado por António Dias Farinha, «A dupla conquista de Ormuz por Afonso de Albuquerque», *Studia*, 48, Lisboa, 1989, p. 465 e por Joaquim Candeias Silva, *O fundador do "Estado Português da Índia": D. Francisco de Almeida*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996, p. 342-343.

pelo rei em Abrantes no início de Abril de 1507[49], pois os navios saídos de Portugal nesse ano não chegaram à Índia nesse ano, só o tendo conseguido fazer em 1508. Foi então que D. Francisco de Almeida verificou o descontentamento de D. Manuel para com ele. Com efeito através da última carta mencionada verifica-se que D. Manuel estava à espera de uma acção de maior impacto por parte do seu vice-rei e por isso terá começado a verificar a falta de condições no Índico para facilitar a realização da cruzada no Mediterrâneo, cujos planos iriam ser abandonados no ano seguinte. A resposta às críticas do rei em que se defendia de acusações que lhe haviam sido feitas foi sendo escrita por D. Francisco de Almeida numa carta preparada entre Cochim, em 20 de Setembro de 1508, e Cananor, em 6 de Dezembro de 1508[50], sendo a última que dirigiu a D. Manuel antes de regressar a Portugal a 1 de Dezembro de 1509 e de ter sido morto na aguada do Saldanha a 1 de Março de 1510.

A ideia de cruzada para libertar Jerusalém que surgiu em 1505 ainda que se tenha acabado por verificar inviável foi um dos factores que marcou a conjuntura da criação do «Estado da Índia», a qual constituiu a resposta pragmática às necessidades logísticas de organização de um poder económico que requeria um correspondente poder político e militar estabelecido de forma permanente no Oriente. Esta realidade tinha em conta a longa duração das viagens marítimas da «carreira da Índia», que ligavam territórios tão distantes como eram Portugal e a Índia, bem como a exigência de uma força que deveria estar centrado num governador, que honorificamente era denominado «vice-rei», quando as personalidades que ocupavam tal posição tinham um grau de nobreza mais elevado, como foi o caso de D. Francisco de Almeida[51]. A decisão de D. Manuel nomear este fidalgo para ser a mais alta

[49] Joaquim Candeias Silva, *O fundador do "Estado Português da Índia": D. Francisco de Almeida*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996, p. 334-339.

[50] Idem, ibidem, p. 377-398.

[51] D. Francisco de Almeida tem sido referido em inúmeras obras dedicadas à História de Portugal e da sua Expansão, mas quando consideramos os trabalhos que lhe foram consagrados verificamos que são em número reduzido, sobretudo quando comparados com aqueles que foram dedicados a outras personalidades eminentes como por exemplo Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, Afonso de Albuquerque e D. João de Castro. Felizmente a escassez de estudos sobre a perosnaldade aqui considerada foi ultrapassada pela edição da monografia de José Candeias Silva, *O fundador do Estado Português da Índia: D. Francisco de Almeida 1457?-1510*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996 e das sínteses que o mesmo autor publicou em «A fundação do "Estado português da Índia" por D. Francisco de Almeida em 1505», in *Vasco da Gama e a Índia. Conferência internacional. Paris, 11-13 Maio de 1998*, volume I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, p. 101-114 e «Foi há 500... anos A fundação do "Estado Português da Índia" por D. Francisco de Almeida (1505-2005)», *Zahara*,

autoridade que até então havia sido concedida a um súbdito português fora de Portugal não resultou de uma primeira escolha, pois a pessoa indigitada inicialmente para esse cargo havia sido Tristão da Cunha. Este só não o pôde exercer porque ficou temporariamente cego antes de os preparativos da armada que ia para a Índia estarem concluídos[52]. D. Francisco de Almeida foi o escolhido para seu substituto certamente porque contou com os pareceres favoráveis da tendência expansionista de cariz mais mercantilista que se expressava na corte, de que um dos protagonistas era D. Vasco da Gama, primo por afinidade do indigitado, além de que também era naturalmente da confiança de D. Manuel, que conhecia a sua personalidade e qualidades de chefia militar. Tais factores permitiam augurar o bom cumprimento das determinações régias, conciliando assim anseios grandiosos com interesses práticos inerentes às vantagens económicas que se desejavam obter.

O título e cargo de vice-rei ou governador do «Estado da Índia» assumiram o maior destaque ao longo da História da administração ultramarina portuguesa, como o evidenciou Diogo do Couto cerca de 1600 ao escrever que: «Os viso-reis da Índia abaixo de reis têm o maior estado da terra»[53].

O desempenho de D. Francisco de Almeida como primeiro dos

---

nº 5, Abrantes, 2005, p. 9-34. De entre as obras mais antigas centradas no primeiro vice-rei do «Estado da índia» apenas se podem assinalar as que foram escritas por A. P. Lopes de Mendonça, a propósito da edição de uma «Carta inédita do vice-rei D. Francisco de Almeida a el-rei D. Manuel», *Anais das Ciências e Letras*, II, Lisboa, 1858, p. 65-89; 141-158 e Basílio Teles em estudo incluído postumamente em *Figuras portuguesas: estudos históricos*, Lisboa, Guimarães Editores (Colecção: Filosofia e ensaios), 1961, p. 129-189. Parte considerável de textos sobre D. Francisco de Almeida foi publicado durante o Estado Novo, como os de Rocha Martins, *D. Francisco de Almeida*, Lisboa, Edição do autor (colecção: História. Heróis, santos e mártires da pátria, 2.ª série, 2), 1930; José Moreira Campos, *D. Francisco de Almeida: 1.º vice-rei da Índia*, Lisboa, Editorial de Marinha, 1947; J. Estêvão Pinto, *D. Francisco de Almeida*, Lisboa, Edições do SNI, (Colecção: Grandes portugueses, 17), 1951 (2.ª edição 1954) e Elaine Sanceau, «O primeiro vice-rei da Índia portuguesa», *Portugal em África*, XII, Lisboa, 1955, p. 475-484. Nas últimas décadas Armando Reboredo publicou «O 1.º vice-rei da Índia», *Boletim da Academia Internacional de Cultura Portuguesa*, 12, Lisboa, 1982-1983, p. 75-109; Luís de Albuquerque, «D. Francisco de Almeida: a consolidação do poderio naval do Oriente», in *Navegadores, viajantes e aventureiros portugueses: séculos XV e XVI*, volume I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1987, p. 174-191; José Virgílio Amaro Pissarra, *Chaul e Diu, 1508 e 1509: o domínio do Índico*, Lisboa, Prefácio, 2002 e Luís Filipe Thomaz, «O "testamento político" de Diogo Pereira, o *Malabar*, e o projecto oriental dos Gamas», *Anais de História de além-mar*, V, Lisboa, 2004, p. 74-78.

[52] Sobre este fidalgo cf. António Alberto Banha de Andrade, *História de um fidalgo quinhentista português: Tristão da Cunha*, Lisboa, Faculdade de Letras - Instituto Histórico Infante D. Henrique, 1974.

[53] *Da Ásia de Diogo do Couto*, Década X, livro X, capítulo XIX, edição de Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, parte II, 1788, p. 681-682.

governantes máximos do «Estado da Índia» foi marcante para a constituição desse «Estado», pois foi ele quem assegurou a consolidação da presença portuguesa no Malabar e derrotou em Diu a mais poderosa força naval islâmica que se opôs aos Portugueses. Foi a herança de um poder marítimo consolidado num Índico feito quase «mare clausum» português que D. Francisco de Almeida deixou em 4 de Novembro de 1509 a Afonso de Albuquerque, permitindo-lhe levar a cabo um conjunto das iniciativas tão ambiciosas como aventureiras que ampliaram de forma considerável o quadro em que os Portugueses se movimentavam no Oriente. Nos anos seguintes os Portugueses deixaram de se concentrar no Malabar para passarem a controlar parcialmente o comércio de produtos asiáticos em espaços que se estendiam do golfo Pérsico à China. A estratégia do novo governador implicou o domínio de pontos-chave no oceano Índico, ainda que soubesse que os poucos portugueses que passavam pelo Oriente e os que nele se estabeleciam e casavam, apesar de bem armados, só se podiam afirmar através de uma hegemonia marítima, não podendo assegurar extensos domínios em terras vastíssimas e muito povoadas.

A superioridade naval portuguesa no Índico constituía a principal base da política portuguesa na área nos séculos XVI e XVII, sendo essa a estratégia defendida e legada por D. Francisco de Almeida, que a explicou com toda a clareza ao rei na carta já citada que começou a escrever em Cochim a 20 de Setembro de 1508 e acabou em Cananor a 6 de Dezembro desse mesmo ano. Nesse famosos documento resumia a defesa das suas conhecidas orientações para o «Estado da Índia», em que mostrava de forma realista o princípio de que: «toda a nossa força seja no mar, porque se nele não formos poderosos, tudo logo será contra nós». Em consequência dessa afirmação pragmática, acrescentava ao rei que: «enquanto no mar fordes poderoso tereis a Índia por vossa, e se isto não tiverdes no mar, pouco vos prestará fortalezas na terra». Nunca antes e depois destas expressões se pôde definir tão bem o fundamento do que seria a talassocracia portuguesa no Índico. As principais observações críticas assim expressas não negavam a necessidade de possuir algumas bases de apoio, que desde o início defendeu, mas visavam sobretudo alertar para as dificuldades que poderiam resultar do levantamento de um excessivo número de fortalezas que fosse dispendioso, difícil de defender e pouco vantajoso, como que advertindo para as dificuldades que poderiam advir para a sustentabilidade do «Estado da Índia», o que acabaria por acontecer algumas décadas depois das iniciativas concebidas por Afonso de Albuquerque e alguns dos seus sucessores, as quais acabaram por suscitar dificuldades crescentes. Tal facto levou a que a política de D. Francisco de Almeida acabasse por ser enaltecida por Diogo do Couto em 1611 quando evocou a sua actividade no segundo *Dialogo do soldado Pratico, que trata dos enganos, e desenganos da Índia*, através das seguintes palavras:

«(...) o valeroso capitão e viso-rei D. Francisco de Almeida, governando o Estado da Índia, mandando-lhe el-rei fazer algumas fortalezas, lhe respondeu que as com que a Índia se havia de defender eram muitos galeões, muitas armadas, e bem providas, e muita e boa soldadesca; que as fortalezas eram currais, e quanto menos houvesse, tanto a Índia seria mais próspera e teria menos obrigações. E eu assim afirmo ainda agora; porque muitas fortalezas há que não servem mais que de fazer despesas e estarem mal providas e arriscadas a uma desventura; e então, se tomam um curral destes, corre a fama pelo mundo que tomaram na Índia uma fortaleza a el-rei»[54].

Neste contexto é de ponderar que por volta de 1570 Diogo do Couto, ao escrever o seu primeiro *Diálogo do Soldado pratico Português*, não mencionara sequer D. Francisco de Almeida, talvez porque nessa altura ainda comungasse de uma perspectiva mais ambiciosa na linha dos defensores do expansionismo português herdado do tempo de Afonso de Albuquerque, mas posteriormente acabou por a abandonar parcialmente quase no final da vida quando escreveu aquelas frases do seu segundo *Dialogo do soldado Pratico, que trata dos enganos, e desenganos da Índia*. Entre a redacção das duas obras o cronista terá sentido melhor os problemas que marcavam o «Estado da Índia» desde que em 1595 havia sido nomeado primeiro cronista do «Estado da Índia» e começara a escrever a sua história, tendo passado a admirar o parecer emitido na fase final do mandato do primeiro vice-rei escolhido por D. Manuel para dirigir aquele «Estado».

Ainda em 1611, Diogo do Couto aludiu a que o processo resultante da debilitação da rota do Levante, da reacção islâmica e do seu desenlace na vitória de D. Francisco de Almeida na batalha naval de Diu no quadro dos inícios da fundação do «Estado da Índia» ao escrever:

«E depois que nos fizemos senhores dela (da Índia), e que lhe começámos a impedir o comércio que traziam por via do Mar Roxo, o sentiram tanto, que logo mandaram embaixadores ao Papa, a requerer-lhe fizesse com os reis de Portugal que lhe não impedissem seu trato e romagem da casa do seu Mafamede, se não, que destruiria a Casa Santa de Jerusalém, o Santo Sepulcro e todos os mais lugares sagrados. E assim o Soldão, que naquele tempo reinava, mandou logo à Índia para lançar os nossos fora dela aquela soberba armada, de que foi por capitão-mor Mir-Hocém, a qual o valeroso capitão e viso-rei D. Francisco de Almeida destruiu na barra de Diu»[55].

---

[54] *O soldado prático* / Diogo do Couto, edição de M. Rodrigues Lapa, 3.ª edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora (Colecção: Clássicos Sá da Costa), 1980, p. 196.

[55] *O soldado prático* / Diogo do Couto, edição de M. Rodrigues Lapa, 3.ª edição, Lisboa, Livraria Sá da Costa (Colecção: Clássicos Sá da Costa), 1980, p. 213.

Foi a vitória naval de Diu que assegurou nas décadas seguintes e até à chegada dos Holandeses, no fim do século XVI, a superioridade naval portuguesa no Índico, que conseguiu ultrapassar com sucesso outras ameaças e acções de turcos, que por várias vezes enviaram forças e sobretudo apoio em artilharia para forças muçulmanas locais que eram adversas à presença portuguesa no Índico.

D. Manuel ao nomear D. Francisco de Almeida para seu vice-rei «nas partes da Índia» concedeu-lhe largos poderes por três anos e na prática institucionalizou a criação do «Estado da Índia», ainda que esta expressão só esteja registada, e de forma vaga, a partir de 1541, tendo-se começado a generalizar pouco a pouco ao longo da segunda metade do século XVI. A primeira referência explícita que conhecemos a tal «Estado» encontra-se na publicação de um memorial enviado por D. João III para Roma, com um *Sumário das coisas sucedidas a Dom João de Castro, governador do Estado da Índia pelo poderosíssimo rei de Portugal*, que foi impresso em italiano em Roma por Antonio Blado em 1549 com o título *SVMMARIO DELLE COSE SVCCESSE À DON GlOVAN di Castro Gouernator del stato della Índia per il potentíssimo Rè di Portogallo (...)* [56].

Ao longo do século XVI os estabelecimentos dos Portugueses no Índico e Pacífico relacionados com o «Estado da Índia» distribuíam-se por uma extensão admirável, que está bem reflectida numa obra da dimensão daquela que se encontra no *Livro de plantaforma das fortalezas da Índia*, presentemente no forte de São Julião da Barra [57], com representações de cidades, fortalezas e regiões que foram sendo reunidas desde os inícios do século XVII por Manuel Godinho de Erédia e depois por Pedro Barreto de Resende, que este último terá concluído cerca de 1632 e depois adaptou em 1636 num *Livro do Estado da Índia Oriental*, seguindo em grande parte textos elaborados em 1635 por António Bocarro. Estes trabalhos feitos já perto da Restauração, numa altura em que se começara a desagregar o «Estado da Índia» tal como até então havia sido concebido, verificamos a vastidão das áreas onde os Portugueses afirmaram a sua presença por períodos mais ou menos extensos. Vejamos as principais indicações dos locais que ali estão registados, de forma a poder perspectivar uma noção da extensão que assumiu o «Estado da Índia»: Sofala, Rios de Cuama, Moçambique, Mombaça, Curiate, Mascate, Matara, Sibo, Borca, Soar, Quelba, Corfacão, Mada,

---

[56] Esta obra foi reeditada em Lisboa, Cotovia, 1995 com apresentação de José Manuel Garcia e tradução de Raffaella D'Intino.

[57] Nº 18505 publicado em edição fac-similada com estudo introdutório de Rui Carita em *O Lyvro de plantaforma das fortalezas da Índia da biblioteca da Fortaleza de São Julião da Barra*

Libédia, Doba, Ormuz, Barem, Baçora, Diu, Tavanapatão, Surrate, Damão, Sangens, Danu, Serra de Asserim, Trapor, Sirgão, Maim, Agaçaim, Manora, Baçaim, Tana, Bombaim, Chaul, Bardez, fortaleza de Aguada, fortaleza dos Reis Magos, Goa, fortaleza de Nossa Senhora do Cabo, Salsete, fortaleza de Mormugão, Onor, Barçalor, Cambolim, Mangalor, Cananor, Cunhale, Cranganor, Cochim, Coulão, Negapatão, São Tomé de Meliapor, Paleacate, Jafanapatão, Manar, Negumbo, Columbo, Caleture, Gale, Tanavare, Beligão, Batecalou, Triquinimale, Maldivas, Achém, Malaca, Sunda, Jacarta, Molucas, Amboíno, Banda, Ende Menor, Solor, Manilha, Formosa e Macau.

Portugal com uma tão grande diversidade de gentes que nacionalizaram por ...

tão dilatados que acabámos de referenciar é de salientar o impacto considerável que ele teve nas mais diversas formas, desde as económicas às religiosas, passando pela mestiçagem, as trocas linguísticas, de plantas e de sabores, a construção de património edificado, etc. constituindo um grande legado para o qual contribuíram decisivamente D. Manuel e D. Francisco de Almeida ao criarem há quinhentos anos o «Estado da Índia». Tal legado acabou por significar o alargamento de perspectivas de relacionamento humano e abertura a outros mundos civilizacionais, numa saudável óptica de convívio universalista, de que a Cultura Portuguesa foi pioneira e exemplo. É essa herança, de que aqueles vultos são exemplo, que nos cabe gerir e valorizar empenhadamente num novo e duro combate pela História, defendendo um capital que não é apenas cultural mas também estratégico, pelas suas conotações económicas no plano da promoção das nossas acções externas. A História constitui um dos nossos mais fortes baluartes como Estado soberano e sustentáculo para que Portugal não sucumba à força da ignorância que leve um povo à agonia de ficar sem história e a esquecer as suas altas responsabilidades perante si, e o que é mais relevante, perante o Mundo.

IX SIMPÓSIO DE HISTÓRIA MARÍTIMA

D. FRANCISCO DE ALMEIDA. 1º VICE-REI PORTUGUÊS

Lista de participantes

Ana Cristina Costa Gomes
Ana Paula Avelar
Anete Ferreira
António Dias Farinha
António Emílio Ferraz Sacchetti
António Manuel de Andrade Moniz
António Manuel Ribeiro Rosa
António Marques da Silva
Aurélio de Oliveira
Carlos Manuel Baptista Valentim
Eduardo H. Serra Brandão
Ferdinando Oliveira Simões
Fernando Cabral Martins de Almeida
Filipe Lopes Ribeiro do Carmo Francisco
Francisco Rogado Contente Domingues
Gonçalo Maia Marques
João Abel da Fonseca
João Alexandre Horta Raposo
João Manuel do Rosário Guerreiro
João Paulo de Oliveira e Costa
Joaquim Candeias da Silva
José António Rodrigues Pereira
José Augusto Mourão
José Caro Proença
José Cyrne de Castro
José Eduardo Franco
José Ferreira dos Santos
José Filipe Baião do Nascimento
José Luís Pereira Gonçalves
José Malhão Pereira
José Manuel de Carvalho Passeira
José Manuel Garcia
Kioko Koiso
Luís Filipe Ferreira Reis Thomaz
Luís Filipe Marques Couto Soares
Luís Jorge Semedo de Matos
Luís Manuel Ribeiro Alves dos Reis
Luísa de Oliveira Guimarães
Manuel Adelino da Silva Carrelhas
Manuel Leitão
Manuel P. B. Limpo Serra
Maria Augusta Lima Cruz
Maria Celeste Moniz
Maria da Glória Carriço de Santana Paula
Maria Margarida Garcez Ventura
Mário Raposo
Nuno Valdez dos Santos
Pedro Dias
Raquel Soeiro de Brito
Rogério S. d'Oliveira
Rolando Moisão
Rui Manuel Ramalho Ortigão Neves
Rui Miguel da Costa Pinto
Vasco Gil Soares Mantas
Vítor Luís Gaspar Rodrigues